

mediação

REVISTA MEDIAÇÃO
Belo Horizonte
v.27 • n.39
Jul./Dez. 2025
ISSN 2179-9571

Publicação dos cursos de
Jornalismo e Publicidade e Propaganda da FCH
e do Programa de Mestrado e Doutorado em Tecnologia da
Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da FACE

*Comunicação e Interseccionalidades:
direitos, afetos, disputas e dissensos*



Mediação / Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. - v. 27. n. 39 (jul./dez. 2025)- . - Belo Horizonte: Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, 2001- .

v.

Semestral

ISSN 2179-9571

1. Comunicação de massa. 2. Jornalismo. 3. Publicidade. 4. Propaganda.
I. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde.

CDU: 316.77

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária-FUMEC

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Universidade FUMEC

REITORIA

Reitora:

Profa. Ma. Mércia Cristina Scarpelli Reis de Souza

Pró-reitora de graduação

Profa. Ma. Mércia Cristina Scarpelli Reis de Souza

Pró-Reitor de Pós-Graduação,

Pesquisa e Extensão

Prof. Dr. Sérgio Henriques Zandona Freitas

FUNDAÇÃO

Conselho de Curadores:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – Presidente

Prof. Dr. Wagner Luiz Silva – Vice-Presidente

Conselho Executivo

Prof. Dr. Air Rabelo – Presidente

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE

Diretor:

Prof. Me. Rodrigo Suzana Guimarães

FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

Diretora:

Profa. Dra. Renata de Sousa da Silva Tolentino

CURSOS DE JORNALISMO E PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador

Prof. Sérgio Arreguy Soares

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

Coordenador

Prof. Armando Sérgio de Aguiar Filho

REVISTA MEDIAÇÃO

Editora:

Profa. Dra. Nair Prata

Projeto Gráfico

Tecnologia da Informação

Editoração Eletrônica

Therius Santana

Ilustração da Capa

Mateus Herolt Werneck

Conselho Editorial

Prof. Adriano Duarte Rodrigues

(Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Profa. Astréia Soares (Universidade Fumec, Brasil)

Prof. Bruno Sousa Leal (Universidade

Federal de Minas Gerais, Brasil)

Prof. Gedley Belchior Braga (Universidade

Federal de São João del Rei, Brasil)

Profa. Graziela Valadares Gomes de Melo Vianna

(Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Prof. Luiz Ademir de Oliveira (Universidade

Federal de São João del Rei, Brasil)

Prof. Márcio de Vasconcelos

Serelle (PUC Minas, Brasil)

Prof. Moisés Adão Lemos Martins

(Universidade do Minho, Portugal)

Profa. Regina Motta (Universidade

Federal de Minas Gerais, Brasil)

Profa. Thäis Machado Borges

(Universidade de Estocolmo, Suécia)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
<i>Nair Prata</i>	

— Dossiê Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos —

SE NOS CORTAM AS ASAS, NÃO SOMOS ASAS CORTADAS, PODEMOS VOAR OUTRA VEZ: PROVOCAÇÕES FILOSÓFICAS EM UM DIÁLOGO COOPERATIVISTA.....	14
<i>Aline Barasuol</i>	

NARRATIVA JORNALÍSTICA E ENQUADRAMENTO IMAGÉTICO DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE DE POVOS MIGRANTES NA FRONTEIRA MÉXICO-ESTADOS UNIDOS.....	27
<i>Camila da Silva Fernandes</i> <i>Ângela Cristina Salgueiro Marques</i> <i>Vanessa Cardozo Brandão</i>	

DIVERSIDADE PADRONIZADA: DELINEAMENTOS DA ACORPORALIZAÇÃO MIDIÁTICA.....	40
<i>Vírnia Peixoto Martins</i> <i>Fernanda Carrera</i>	

AS NARRATIVAS ALÉM DAS CICATRIZES: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE VIDAS HISTORICAMENTE SILENCIADAS	54
<i>Thais Ortega Pichinin</i>	

A GORDA ESTEREOTIPADA: REPRESENTAÇÃO DE MULHERES GORDAS EM SÉRIES DE STREAMING.....	65
<i>Roberta Barboza de Oliveira Machado</i> <i>Liliane Dutra Brignol</i>	

QUANDO O LAUDO DO AUTISMO VIRA POST: A MEDIATEZACÃO DE DIAGNÓSTICOS NAS MÍDIAS SOCIAIS.....	82
<i>Cilene Victor</i> <i>Amanda Ganzarolli</i>	

JORNALISMO SONORO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: DIREITOS REPRODUTIVOS E ABORTO LEGAL NA SÉRIE SALA DE ESPERA.....	94
<i>Debora Cristina Lopez</i> <i>Gabriely Lemos</i>	

ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO EUROPEU: DISCUSSÕES EM CURSO EM CONGRESSOS CIENTÍFICOS.....	107
<i>Guilherme Ferreira de Oliveira</i> <i>Roseane Andrelo</i>	

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS NA CULTURA DO ESTUPRO.....	119
<i>Giulia Navarro</i> <i>Helen Fontes</i>	

LESBOCÍDIOS NOTICIADOS PELO JORNALISMO: TEXTOS VERBO-VISUAIS EM ANÁLISE.....	128
<i>Paulo Bernardo Ferreira Vaz</i> <i>Maria Clara Soares Rodrigues</i> <i>Steyce Dayane Lopes</i>	

EPISTEMOLOGIA DA ESCUTA EM COLETIVOS DE MULHERES COMUNICADORAS: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA LEGAL.....	144
Paulo Giraldi	
ATRAVÉS DA RETINA: UMA ANÁLISE DAS COBERTURAS SOBRE FEMINICÍDIO NA “ALMA PRETA” EM DEZ ANOS DA LEI.....	158
Nayara Luiza de Souza	
Bárbara Maria Lima Matias	
EL CAMINO ES JUNTO: CORPO E POÉTICA DAS RUAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL NA FOTOGRAFIA DE LUCÍA PRIETO.....	170
Angie Biondi	
Rita Maria Radl-Philipp	
Luis Alberto Fernández Silva	
DISSIDÊNCIAS EM INTERSECÇÃO: LESBIANIDADE E TRANSEXUALIDADE EM EMILIA PÉREZ.....	180
Paula Silveira-Barbosa	
Raabe Bastos	
Dayane do Carmo Barretos	
A JORNADA DA VILÃ: MITO, REPRESENTAÇÃO E IMAGINÁRIO DA MULHER PERIGOSA NA TELENÓVELA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	193
Marcella Ferrari Boscolo	
Maria Ignês Carlos Magno	
NARRAR A SI EM PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS LGBTQIA+ DE VIOLÊNCIAS EM CONTEXTOS DE ISOLAMENTOS.....	206
Maurício João Vieira Filho	
Mariana Ramalho Procópio	
PESQUISA EM ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA: ATRAVESSAMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS.....	217
Samara Wobeto	
Viviane Borelli	
MOVIMENTO CLEAN GIRL: MISOGINIA, FASCISMO E O CONTROLE DOS CORPOS A PARTIR DAS REDES SOCIAIS	232
Augusto Molinari	
A CISHETERONORMATIVIDADE E A INVISIBILIDADE NO JORNALISMO: ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES DE PESSOAS LGBTQIAP+ NO GÊNERO NOTÍCIA	244
Rafael Rodrigues Pereira	
ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: SIGNOS FEMININOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA.....	255
Kátia Bizan	
UM ROSTO INTRIGANTE: RETRATOS, AUSÊNCIAS E APAGAMENTOS EM TORNO DA IMAGEM PÚBLICA DA BEATA BENIGNA.....	263
Joedson Kelvin Felix de Oliveira	
Elane Abreu de Oliveira	
CAPACITISMO ALGORÍTMICO NO CHATGPT: UMA NOVA MODALIDADE DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	278
André Gomes da Silva	
Elaide Martins	

A TENTATIVA DE SILENCIAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PRÁTICA EMANCIPADORA DA COMUNICAÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO DAS VERTENTES, MG.....	295
--	-----

Marcela Fernanda da Paz de Souza
Regina de Souza Teixeira

VIOÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL: LACUNAS E DESAFIOS PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO.....	310
---	-----

Vanilda G. Cantarino de Magalhães
Telma S. P. Johnson

Entrevista

DISPUTAS E DISSENSOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCURSOS DAS EXPERIÊNCIAS ÀS PESQUISAS	319
---	-----

Sônia Caldas Pessoa
Phellipy Pereira Jácome

APRESENTAÇÃO

O ano de 2025 emerge como um marco simbólico no cenário jurídico e social brasileiro, com a celebração dos dez anos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e da Lei do Feminicídio. Ainda que essas legislações representem importantes avanços no reconhecimento de direitos e no enfrentamento à violência de gênero e ao capacitismo, as desigualdades estruturais persistem, denunciando um cenário em que corpos vulnerabilizados continuam a ser alvo de opressões históricas. É nesse contexto que esta edição da **Revista Mediação** apresenta o dossiê *Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos*, que se propõe a aprofundar debates urgentes sobre as múltiplas dimensões que atravessam fenômenos como o feminicídio, capacitismo, violência de gênero, transgeneridades, lesbianidades e temas afins no campo da Comunicação.

Ao reconhecer a interseccionalidade como chave analítica fundamental para a compreensão das violências e resistências, o dossiê convidou a comunidade acadêmica a refletir sobre como as construções sociais e suas historicidades relacionadas a raça, gênero, sexualidades, deficiências e demais marcadores de diferença influenciam processos de marginalização e silenciamento. Questionamos: quais corpos são legitimados como narradores de si? Quem permanece invisível nas esferas midiáticas, científicas e institucionais? Entre afetos, disputas e dissensos, interessou-nos problematizar as fronteiras entre hospitalidade e hostilidade, acolhimento e exclusão, justiça e privilégio.

Este dossiê acolheu artigos teórico-metodológicos, pesquisas concluídas/em desenvolvimento, relatos de experiência, narrativas de vida e proposições reflexivas que abordassem o tema proposto a partir de lentes interseccionais. Incentivamos a produção científica que se assuma implicada, crítica e sensível às experiências dos sujeitos envolvidos, recusando perspectivas universalistas e neutras. A Comunicação, neste cenário, não é apenas campo de análise, mas também território de disputa por sentidos, direitos e reconhecimento.

Ao promover este espaço de diálogo, a **Revista Mediação** reafirma seu compromisso com a construção de sociedades inclusivas, plurais e comprometidas com a dignidade humana. Convidamos pesquisadoras, pesquisadores e demais sujeitos engajados com a transformação social a contribuir para este debate, compartilhando reflexões que tensionem estruturas, revelem afetos, denunciem violências e proponham caminhos de resistência e reexistência. Que este dossiê seja um espaço de escuta, visibilidade e potência para corpos e narrativas historicamente subalternizados.

Para coordenar este dossiê da **Revista Mediação**, para o qual recebemos quase 40 submissões, convidamos os professores Sônia Caldas Pessoa (UFMG) e Phellipy Jácome (UFMG), especialistas no assunto e reconhecidos pesquisadores do tema. Ao final de todo o trabalho de avaliação duplo-cega por pares, publicamos um dossiê com 24 artigos, que certamente se tornará uma referência no campo de estudo. Os editores também realizaram uma entrevista que inaugura um novo projeto aqui na revista: a transmediação. Nas últimas décadas, *transmídia* tornou-se um conceito central nos estudos de mídia, impulsionado sobretudo por Henry Jenkins e sua noção de *transmídia storytelling*, amplamente difundida após *Cultura da Convergência* (2008). Embora o termo tenha sido introduzido anteriormente por Marsha Kinder e Mary Celeste Kearney (Evans, 2011), sua consolidação teórica ocorreu quando passou a ser associado aos modos contemporâ-

neos de circulação de narrativas. Pesquisadores como Carlos Scolari (2013) também contribuíram para esse debate, reforçando que a transmídia caracteriza uma estética narrativa própria da cultura da convergência, articulada com práticas participativas e processos de inteligência coletiva. Dessa forma, a entrevista realizada no Laboratório de Experimentações Sonoras (LES FAFICH UFMG), em parceria com a Rádio Terceiro Andar, está sendo publicada neste dossiê da revista e também veiculada na Rádio FUMEC.

A partir do tema *Disputas e dissensos para educação inclusiva: percursos das experiências às pesquisas*, Sônia Caldas Pessoa e Phellipy Pereira Jácome, conversaram com Mariana Rosa, doutoranda em Educação na USP, na área de Desigualdades e Diferenças, além de ser mulher com deficiência, ativista e mãe de uma criança com deficiência. Mariana integra o Coletivo Feminista Helen Keller e fundou o Instituto Cáue – Redes de Inclusão, voltado à defesa interseccional dos direitos das pessoas com deficiência. Atua como educadora popular e assessora escolas públicas e privadas em educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação.

O desenho da capa desta edição é de Mateus Herolt Werneck, 19 anos, ilustrador e *character designer*. Ele cursa Design de Jogos na Universidade FUMEC, desenha desde criança e começou a se profissionalizar há 5 anos. Mateus fala sobre o seu trabalho: "busco uma finalidade para a minha arte, de modo que eu seja capaz de mostrá-la ao mundo. Tenho paixão por jogos e criação de universos, mas, principalmente, pelo mundo artístico. Tenho como referência artes *cartoon*, mas mesclo desenhos estilizados com técnicas realistas".

Abrimos o dossiê com o artigo *Se nos cortam as asas, não somos asas cortadas, podemos voar outra vez: provocações filosóficas em um diálogo cooperativista*, de Aline Barasuol. O texto propõe uma reflexão filosófica, inspirada na virada estética dos estudos organizacionais, a partir da experiência de uma jovem líder de uma cooperativa-escola e da autora como educadora e pesquisadora. Amplia discussões de uma tese doutoral com aportes existencialistas, revelando novos horizontes para o cooperativismo. Sustenta que jovens e mulheres são agentes criativos no mundo, capazes de construir um cooperativismo ancorado na diversidade.

O texto *Narrativa jornalística e enquadramento imagético das condições de vulnerabilidade de povos migrantes na fronteira México-Estados Unidos*, de Camila Fernandes, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Vanessa Cardozo Brandão, analisa imagens fotojornalísticas da BBC News sobre os voluntários Águias do Deserto, que buscam migrantes no deserto de Sonora. A partir de Butler e Macé, discute a construção de uma responsabilidade ética corporificada diante das vidas migrantes e de sua enlutabilidade. Argumenta que o jornalismo pode influenciar os esquemas de inteligibilidade que orientam julgamentos morais sobre quais vidas merecem proteção.

Roberta Barboza de Oliveira Machado e Liliane Dura Brignol apresentam o artigo *A Gorda Estereotipada: Representação de Mulheres Gordas em Séries de Streaming*, de. O artigo investiga como mulheres gordas são representadas em séries de streaming, mostrando que seus corpos ainda são ligados a estereótipos excludentes. Com análise de dez personagens e a recepção de 78 mulheres gordas, identifica categorias recorrentes de representações negativas. Embora existam exemplos que desafiam tais padrões, predominam narrativas que reforçam a marginalização simbólica desses corpos.

Diversidade padronizada: delineamentos da acorporalização midiática é o texto de Vírnia Peixoto Martins e Fernanda Carrera. O artigo discute a representação de corpos diversos na mídia, investigando se há um processo de padronização da diversidade corporal. Com base em conceitos de biopolítica e colonialidade, analisa mecanismos de controle e hierarquização de corpos no

ambiente midiático. A partir dessas dinâmicas, identifica padrões de visibilidade e apagamento e propõe o conceito de acorporalização midiática.

As narrativas além das cicatrizes: uma reflexão sobre as representações de vidas historicamente silenciadas, de Thais Ortega Pichinin, analisa a canção Amarelo, de Emicida, para discutir a representação de sujeitos historicamente silenciados. A partir de Butler, Hartman e Orlandi, examina como visibilidade, silêncio e apagamento moldam a constituição dos sujeitos. Também aborda o meio-plágio como forma de roubo de autoria e silenciamento identitário. Defende a necessidade de discursos que valorizem vidas em sua inteireza, promovendo representações mais plurais e justas.

Quando o laudo do autismo vira post: a midiatização de diagnósticos nas mídias sociais, de Cilene Victor e Amanda Ganzarolli, analisa a crescente exposição pública de diagnósticos neurológicos, como TEA e TDAH, em redes sociais, problematizando a tensão entre informação científica e espetacularização midiática. A partir de estudos sobre comunicação de riscos, neurodiversidade e mídias digitais, examina postagens no Instagram por meio de análise de sentimento. Os resultados indicam que, embora a divulgação de diagnósticos possa fortalecer identidades, também simplifica condições complexas e reforça estigmas. Conclui que a forma de comunicar diagnósticos nas redes é decisiva para seus efeitos simbólicos e deve seguir princípios éticos.

Jornalismo sonoro com perspectiva de gênero: direitos reprodutivos e aborto legal na série Sala de Espera, de Debora Lopez e Gabriely Lemos, analisa como o podcast *Rádio Novelo Apresenta* trata o aborto legal na série *Sala de Espera*, examinando seus três episódios. Observa como recursos sonoros são usados para abordar um tema marcado por disputas de direitos e pelo avanço de pautas conservadoras. A partir de uma perspectiva de gênero, descreve elementos como perfil das fontes, angulação, contextualização e uso de histórias de vida. Conclui que a narrativa sonora funciona como estratégia de resistência à desumanização.

Guilherme Ferreira de Oliveira e Roseane Andrelo trazem, para esta edição, o artigo *Acessibilidade, comunicação e inclusão de trabalhadores com deficiência no contexto europeu: discussões em curso em congressos científicos* de. O trabalho identifica como a acessibilidade para trabalhadores com deficiência é discutida em congressos europeus e estabelece paralelos com o campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas no Brasil. Com base em observação participante em três eventos, realiza um estudo de caso múltiplo. Os resultados apontam temas emergentes, como índices de participação no trabalho e o surgimento do Access Coordinator. Conclui que, embora a comunicação seja abordada, não é nomeada como tal, e o campo europeu de RP e Comunicação Estratégica ainda não discute diretamente o tema.

O papel das representações jornalísticas na Cultura do Estupro, de Giulia Navarro e Helen Fontes, investiga como narrativas jornalísticas podem contribuir para a manutenção da cultura do estupro ao culpabilizar mulheres e atenuar a responsabilidade de homens em casos de violência sexual. A partir da Análise de Conteúdo de Bardin e de autores como Sodré, Thompson e Kellner, identifica padrões discursivos que reforçam relações de poder e a dominação masculina. Mostra que essas representações influenciam percepções cotidianas e naturalizam violências. Conclui que compreender tais fatores é fundamental para fortalecer o debate e aprimorar o papel do jornalismo no combate à violência de gênero.

Paulo Bernardo Vaz, Maria Clara Soares Rodrigues e Steyce Lopes trazem o texto *Lesbocídios noticiados pelo jornalismo: textos verbo-visuais em análise*, que analisa textos verbo-visuais de seis notícias sobre lesbocídios para compreender como o jornalismo molda imaginários sociais acerca das lesbianidades. A investigação examina elementos tipográficos e visuais, organizados em categorias

técnicas de análise. Os resultados mostram que as narrativas jornalísticas se articulam com quadros normativos que definem quais corpos são legitimados. Também revelam a permanência de práticas de sensacionalismo, apagamento e violência midiática contra corpos lésbicos ao longo do tempo.

Epistemologia da escuta em coletivos de mulheres comunicadoras: estratégias de enfrentamento da violência de gênero na Amazônia Legal, de Paulo Giralddi, analisa dados da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023) nos estados da Amazônia Legal, interpretando-os pela Epistemologia da Escuta. Entende a violência de gênero como fenômeno comunicacional e estrutural, destacando o papel dos coletivos de mulheres comunicadoras como agentes de resistência e transformação. A abordagem integra dados quantitativos e referenciais de autoras decoloniais e feministas negras. Os resultados revelam desigualdades persistentes, subnotificação e aumento de homicídios e feminicídios, reforçando a relevância da comunicação feminista e comunitária para políticas de enfrentamento e democratização da informação.

O trabalho *Através da retina: uma análise das coberturas sobre feminicídio na Alma Preta em dez anos da lei*, de Nayara Luiza de Souza e Bárbara Maria Lima Matias, analisa como a agência Alma Preta cobre casos de feminicídio e transfeminicídio, mobilizando os conceitos de “deslocamento da retina” e “drible”. A reflexão situa essas práticas na continuidade histórica da imprensa negra, marcada por organização política e resistência desde o século XIX. Mostra que tais tecnologias narrativas ampliam e complexificam a cobertura de violências de gênero que atingem sobretudo mulheres negras cis e trans.

El camino es junto: corpo e poética das ruas pelo direito ao aborto legal na fotografia de Lucía Prieto, de Angie Biondi, Rita Maria Radl-Philipp e Luis Alberto Fernández Silva, analisa como imagens de protestos feministas revelam conexões políticas entre países latino-americanos a partir das lutas protagonizadas pelos corpos das mulheres. Na primeira parte, discute-se o corpo como elemento estético na disputa pelo espaço de cena. Na segunda, examina-se a produção artístico-documental da ativista Lucía Prieto sobre as manifestações argentinas pelo aborto legal em 2018. O conjunto constitui um exercício interpretativo sobre a composição visual e as transformações sensíveis captadas nas ruas pelo levante feminista.

Dissidências em intersecção: lesbianidade e transexualidade em Emilia Pérez, de Paula Silveira-Barbosa, Raabe Bastos e Dayane do Carmo Barretos, analisa o relacionamento lésbico entre uma mulher cis e uma mulher trans no filme *Emilia Pérez*, destacando a intersecção entre dissidências de gênero e sexualidade. Apesar das críticas aos estereótipos presentes na obra, o filme é compreendido como oportunidade para discutir representações da lesbianidade no audiovisual. Com base em estudos de gênero e sexualidades, o texto examina três eixos: relações lésbicas para além do sofrimento, representações de identidades trans e lésbicas no cinema e na pornografia. Também aborda a forma como o filme retrata o processo de afirmação de gênero da personagem principal.

O artigo *A Jornada da Vilã: Mito, Representação e Imaginário da mulher perigosa na telenovela brasileira contemporânea*, de Marcella Ferrari Boscolo e Maria Ignês Carlos Magno, analisa como a telenovela brasileira representa a vilania feminina, articulando o imaginário social de Gilbert Durand ao dispositivo melodramático. Propõe uma cartografia simbólica dos arquétipos do “feminino perigoso”, mostrando permanências e transformações em vilãs de grande repercussão. O estudo argumenta que o melodrama acolhe desejos, ambiguidades e transgressões, mas os contém por meio de punições moralizantes, evidenciadas em obras de *Vale Tudo* a *Beleza Fatal*. Conclui que tais representações revelam limites de hospitalidade aos corpos femininos, fazendo da telenovela um espaço de disputa simbólica e afetiva.

Narrar a si em pandemia: experiências LGBTQIA+ de violências em contextos de isolamentos, de Maurício João Vieira Filho e Mariana Ramalho Procópio, discute como pessoas LGBTQIA+ narraram experiências de violência durante e além da pandemia de covid-19, considerando interseccionalidades e sentidos presentes em suas histórias de vida. A pesquisa utiliza um duplo movimento metodológico sensível aos afetos, analisando narrativas do livro *Histórias da queerentena*. Os resultados mostram que a violência compõe um histórico contínuo de ações direcionadas contra essa população. As narrativas evidenciam que precariedades sociais intensificam violências e isolamentos, que não se limitam à pandemia, mas atravessam toda a vida devido a relações de poder.

Pesquisa em acessibilidade comunicativa: atravessamentos éticos e metodológicos é o artigo de Samara Wobeto e Viviane Borelli, que discute desafios éticos e metodológicos em pesquisas sobre acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência, destacando a falta de referências consolidadas e a necessidade de desenhos experimentais. A partir de uma pesquisa sobre formação de jornalistas, articula um relato de experiência com reflexões éticas, metodológicas e epistemológicas. Defende abordagens decoloniais que valorizem saberes produzidos por diferentes corporalidades e ampliem o rigor por meio de protocolos de coleta e análise. Conclui que pesquisas experimentais são fundamentais para consolidar esse campo e promover seu avanço científico.

Augusto Molinari Veloso Fonseca apresenta o texto *Movimento Clean Girl/misoginia, fascismo e o controle dos corpos a partir das redes sociais: misoginia, fascismo e o controle dos corpos a partir das redes sociais*. O artigo analisa o movimento Clean Girl como fenômeno sociopolítico que, sob a aparência de neutralidade, opera como dispositivo de controle simbólico sobre corpos femininos. Mostra como essa estética reforça padrões eurocêntricos, exclui identidades dissidentes e articula moda, consumo, redes sociais e discursos religiosos em práticas de higienização visual. A tatuagem aparece como gesto de resistência diante do ideal de corpo "limpo". Conclui-se que o Clean Girl reproduz regimes de poder que disciplinam, apagam e hierarquizam corpos e subjetividades.

Rafael Rodrigues Pereira traz o texto *A Cisheteronormatividade e a invisibilidade no jornalismo: análise discursiva das representações de pessoas LGBTQIAP+ no gênero notícia*, que analisa 30 notícias da Folha de S. Paulo para investigar como o discurso jornalístico torna visíveis ou invisíveis identidades e sexualidades. Com base em Fairclough e Van Leeuwen, examina marcas linguístico-discursivas que estruturam essas representações. Os resultados mostram que as notícias tendem a reproduzir normas e estereótipos de gênero e sexualidade. Evidenciam também o apagamento de vozes LGBTQIAP+, enquanto fontes oficiais predominam e sujeitos dissidentes aparecem apenas pontualmente.

O artigo *Entre o silêncio e a resistência: signos femininos na história e na cultura*, de Katia Bizan, desenvolve uma reflexão teórico-semiótica sobre o silêncio como signo e forma de resistência feminina frente à história, à cultura midiática e às violências de gênero. Com base na semiótica peirceana, explora como diferentes tipos de silêncio se convertem em linguagem simbólica e gesto ético. Ao analisar figuras como Joana d'Arc, Frida Kahlo, Simone de Beauvoir e Clarice Lispector, evidencia os regimes patriarcais de silenciamento e suas reconfigurações pelas mulheres. Propõe ainda o conceito de silêncio sistêmico, que naturaliza desigualdades e sustenta opressões extremas como o feminicídio.

Um rosto intrigante: retratos, ausências e apagamentos em torno da imagem pública da Beata Benigna, de Joedson Kelvin Felix de Oliveira e Elane Abreu de Oliveira, analisa a ausência de um retrato fotográfico de Benigna Cardoso da Silva e as múltiplas tentativas de reconstruir seu rosto. Discute como as imagens produzidas pela Igreja evidenciam signos ressaltados e apagamentos

que respondem a imperativos tecnológicos, religiosos, midiáticos e políticos. Mostra que essas representações comunicam uma existência marcada por opressões históricas. Conclui que a imagem pública de Benigna revela violências e apagamentos, ao mesmo tempo em que reforça a resistência de uma memória impossível de reduzir a um único rosto.

Capacitismo Algorítmico: uma nova forma de discriminação realizada pelo ChatGPT contra as pessoas com deficiência, de André Gomes da Silva e Elaide Martins é um trabalho que analisa como algoritmos de Inteligência Artificial podem reproduzir práticas capacitistas, configurando o chamado capacitismo algorítmico. Examina a relação entre midiatização, IA enviesada e discriminação digital, destacada por autores recentes. A pesquisa utiliza análise de conteúdo de outputs do ChatGPT para avaliar representações sobre pessoas com deficiência. Os resultados indicam ausência de inclusão e acessibilidade, além da reprodução de estigmas e preconceitos no ambiente digital.

Marcela Fernanda da Paz de Souza e Regina de Souza Teixeira trazem o artigo *A tentativa de silenciamento das pessoas com deficiência e a prática emancipadora da comunicação: extensão universitária para a promoção dos direitos humanos na Região das Vertentes, MG*, que discute como eugenia e capacitismo sustentam a exclusão das pessoas com deficiência e apresenta a extensão universitária como estratégia para promover práticas anticapacitistas. Baseado no projeto *A falácia da incapacidade*, realizado na microrregião de Barbacena, analisa ações desenvolvidas entre 2024 e 2025. A metodologia relaciona eugenia, capacitismo e comunicação digna, destacando produtos e processos voltados a desconstruir preconceitos. Os resultados mostram o alcance comunitário do projeto e reforçam a importância dos meios de comunicação no enfrentamento do capacitismo.

Por fim, o texto *Violência política de gênero e produção acadêmica no Brasil: lacunas e desafios para o campo da comunicação*, de Vanilda Cantarino de Magalhães e Telma Johnson, mapeia a produção acadêmica brasileira sobre violência política de gênero (VPG) na Comunicação entre 2020 e 2024, período marcado pela criação da Lei 14.192/2021. Com metodologia de Estado da Arte, analisa teses, dissertações e anais de eventos da área. Os resultados indicam que o tema ainda é incipiente no campo, revelando amplo potencial para pesquisas futuras. Destaca-se a importância de estudar desigualdades de gênero em um cenário político polarizado e permeado pelo negacionismo nas mídias digitais.

Esperamos que essa publicação contribua para o avanço do conhecimento e para o debate acadêmico sobre a comunicação e as interseccionalidades. Boa leitura!

Nair Prata¹

Editora da Revista Mediação

Referências

- EVANS, Elizabeth. *Transmedia Television: Audiences, New Media and Daily Life*. New York/London: Routledge, 2011.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- SCOLARI, Carlos. *Narrativas transmedia: Cuando todos los medios cuentan*. Barcelona: Deusto, 2013.

1 Editora da Revista Mediação. Jornalista (UFMG) e doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Pamplona – Espanha). Na Universidade FUMEC é professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento; coordenadora dos cursos de pós-graduação lato sensu Redes Sociais, Comunicação e Marketing e Mídias Digitais; coordenadora do Laboratório de Rádio – Rádio FUMEC. Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Bolsista Produtividade em Pesquisa C do CNPq. E-mail: revistamediacao@fumec.br

*DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E
INTERSECCIONALIDADES:
DIREITOS, AFETOS, DISPUTAS
E DISSENSOS*

SE NOS CORTAM AS ASAS, NÃO SOMOS ASAS CORTADAS, PODEMOS VOAR OUTRA VEZ: PROVOCAÇÕES FILOSÓFICAS EM UM DIÁLOGO COOPERATIVISTA

*IF OUR WINGS ARE CUT, WE ARE NOT CUT WINGS, WE CAN FLY AGAIN:
PHILOSOPHICAL PROVOCATIONS IN A COOPERATIVIST DIALOGUE*

ALINE BARASUOL¹

RESUMO

Com sustentação na virada estética dos estudos organizacionais, este texto propõe um refletir filosófico em diálogo cooperativista, a partir de experiências de uma jovem mulher que esteve à frente de uma cooperativa-escola e igualmente de minha trajetória enquanto educadora e pesquisadora imersa nos coletivos e ambientes cooperativos. A reflexão que surge nestas linhas é expansão de tese doutoral, mas que ganha novas roupagens a partir de minhas imersões filosóficas, em especial com as perspectivas existencialistas que possibilitam vislumbrar novos horizontes de reflexão, até então não aprofundados no cooperativismo. De forma breve, o que aqui se propõe nos coloca em perspectiva, enquanto jovens e mulheres, somos igualmente sujeitos agentes do e no mundo e enquanto força criativa temos, igualmente, a possibilidade de construir um cooperativismo com sustentação na diversidade.

Palavras-chave: Gênero; feminismos; juventude; cooperativismo; existencialismo.

ABSTRACT

Based on the aesthetic turn of organizational studies, this text proposes a philosophical reflection on cooperative dialogue, based on the experiences of a young woman who led a cooperative school and also on my own trajectory as an educator and researcher immersed in cooperative collectives and environments. The reflection that emerges in these lines is an expansion of a doctoral thesis, but it takes on new forms based on my philosophical immersions, especially with the existentialist perspectives that allow us to glimpse new horizons of reflection, hitherto unexplored in cooperativism. Briefly, what is proposed here puts us in perspective, as young people and women, we are equally subjects and agents of and in the world and as a creative force we also have the possibility of building a cooperativism sustained by diversity.

Keywords: Gender; feminism; youth; cooperativism; existentialism.

1 Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Mestra em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), Tecnóloga e Licenciada em Gestão de Cooperativas pela UFSM/RS e atualmente Licencianda em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Pesquisadora feminista, sentipensante, implicada em temáticas como Juventudes e Juventudes Rurais, Gênero e Feminismos, Cooperativismo e Associativismo, Educação Cooperativa, Comunicação e Extensão Rural, Agroecologia e Economia Solidária, Emoções, Narrativas e Escritas de si, Virada estética nos estudos organizacionais.

Diálogo cooperativista: caminhos filosóficos do percurso reflexivo

Voltei meus olhos a me compreender, me libertei de correntes e me tornei leve, livre para ser feliz e buscar meu lugar ao sol, e com certeza meu lugar está no cooperativismo, onde apesar de um intenso trabalho a ser feito, é o que aquece meu coração e que se tornou parte da minha essência (Olívia, escrita de si, 2021 em Barasuol, 2022, p. 106).

Iniciar esta jornada escrita com as palavras de Olívia já direcionam algumas trilhas que proponho percorrer neste texto reflexivo. Para alguns desavisados, ou mesmo sustentados em bases cartesianas do saber, pode ser que este texto soe um pouco deslocado ou mesmo desconfortável e provocativo ele pareça ser. Explico: o texto aqui apresentado se propõe a uma escrita filosófica em uma perspectiva afetiva, esta sustentada pela *virada estética* nos estudos organizacionais (caminhando com Jean-Luc Muriceau).

Por isso anuncio, não esperem da escrita dados estatísticos e quantitativos, o que aqui revelo, além da expansão de dados da tese de doutorado defendida em 2022, são reflexões pautadas em mais de 15 anos de contato e vivência com o cooperativismo, além de um aprofundamento emergente na filosofia. Minha trajetória enquanto educadora e pesquisadora se ocupou e ainda se ocupa do olhar atento aos coletivos e as diversidades, experienciando igualmente enquanto jovem e mulher espaços que proponho refletir com narrativas outras entrecruzadas com a minha. É por isso, em especial neste texto, que retomo e apresento a jornada e a narrativa de si de Olívia, ela que me auxiliará com intervenções reflexivas necessárias, de quem já esteve, enquanto jovem mulher à frente da presidência de uma cooperativa. É com ela que dialogo trazendo para a escrita nossas experiências cooperativistas. Neste caso, em específico, Olívia esteve à frente de uma Cooperativa-escola, além de integrar conselhos, não só diretivos a nível escolar, mas também consultivos a nível estadual do ramo ao qual sua cooperativa estava filiada ao movimento nacional de cooperativas, esses que para além de ambientes cooperativistas, também congregam espaços educacionais, condição inerente de processos formativos (tanto formais quanto informais) dos sujeitos e das suas histórias.

Ao citar a narrativa de Olívia e seu movimento de ocupar espaços de poder como a presidência e os conselhos de representação, recordo do XIII Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo (EILAC), que ocorreu em 2024 no Uruguai, e seus atuais debates acerca da temática *Cooperativismo e Economia Social e Solidária: construindo práticas e teorias transformadoras para um tempo de mudança*. Ali, em especial, no grupo de trabalho *Economía feminista y desafíos de género en el sector asociativo*, questões dessa natureza permearam as discussões de pesquisadoras de diversos países. Por isso, retomo aqui o ensaio *Patriarcado, opressões e silenciamento: presenças e ausências de mulheres em contextos cooperativistas e associativistas*, no qual junto com Amábilé Tólio Boessio, nos encontramos em nossas trajetórias e buscamos expandir reflexões dialógicas “a partir dos caminhos cooperativistas e associativistas percorridos” até então (Boessio; Barasuol, 2024, p. 359).

No ensaio apresentado, seguindo a abordagem dos afetos em um percurso pós-estruturalista e desconstrutivista, junto das contribuições de Judith Butler e Michel Foucault, as institucionalidades se tornam centrais na mobilização das inquietações, sobretudo ao avistar os ambientes cooperativistas e associativistas e as relações de poder implicadas nestes espaços. Nesse sentido, “é importante que nos questionemos a respeito das mulheres e do complexo processo

de formação de identidades e da própria corporeidade que está em disputa nas e pelas redes discursivas” nos diversos contextos, “sendo que estes não estão isentos do atravessamento das relações de poder e que, também, reproduzem sistemas de opressão e silenciamento para com alguns corpos” (Boessio; Barasuol, 2024, p. 360).

Assim, não à toa, este texto possui uma lógica filosófica de compreensão e reflexão, o seu objetivo de escrita sugere uma construção que trilha caminhos de indagações e provocações ao pensar de quem lê, podendo sim, gerar até mesmo o desconforto do pensamento já condicionado e universalizado, que tradicionalmente também oprime e silencia muitas vozes e narrativas. Com isso dito, a proposta desta jornada é a construção de um diálogo reflexivo a partir das intervenções narrativas de Olívia, jovem mulher atuante no cooperativismo, e suas conexões com minha trajetória reflexiva que desaguam no existencialismo, em especial no pensamento de Simone de Beauvoir. Tal proposição, talvez deixe em aberto algumas questões e até mesmo provoque desassossego ao pensar, uma vez que não estou comprometida com a entrega de estruturas do pensamento encerradas em si mesmas; o objetivo do diálogo é ampliar ainda mais nossos horizontes cooperativistas.

Sustentada, em especial na virada estética dos afetos, esta que entende a pesquisa e a forma de comunicação, ética e metodologicamente, como um processo de desconstrução do pensamento universalizante que historicamente pautou os estudos científicos e nos mobilizou de forma asséptica a construção do saber. É com esta fundamentação, conectada aos Estudos Organizacionais sobretudo a Jean-Luc Moriceau, professor do Institut Mines-Télécom, em Évry, na França, que transpareço no caminho metodológico a dimensão afetiva e suas implicações éticas na construção do conhecimento.

Assim como apontado por Amábile Tolio Boessio (2021, p. 20), é possível compreender a virada estética e a “partilha do sensível permeada pelos afetos e mediada pela própria biografia de quem escreve”. Segundo Moriceau (2019, p.41), no texto *A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis*, antes de qualquer coisa: “a virada afetiva define uma ética e uma política”. Assim, o autor propõe, seguindo os passos de Levinas, “a ética como a primeira filosofia, [esta] que vem antes da produção do conhecimento” e que indica os caminhos deste texto e igualmente de minhas pesquisas. Uma vez que “tal ética envolve a responsabilidade do pesquisador muito além do que é comumente chamado de ética da pesquisa”. Por isso, junto do que comunicamos, Amábile e eu, no XIII EILAC, caminho também aqui, neste corpo textual, “em direção a essa nova tecitura de pesquisar e comunicar” (Boessio; Barasuol, 2024, p. 361).

Enquanto aporte metodológico, igualmente, sustento este diálogo, a partir das narrativas e escritas de si, que encontro em Michel Foucault quando este historiciza as práticas do “Cuidado de si”. “Foucault desconstrói os discursos lineares que estabelecem a continuidade histórica e permitem legitimar o presente. “O saber”, diz ele, na esteira de Nietzsche, “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Rago, 2009, p. 256). E assim, rompendo com as linearidades, da mesma forma revelando a realidade cortante do saber, nos oportuniza uma ruptura com narrativas históricas dominantes e suas verdades pré-estabelecidas, conectando-nos a novos repertórios, a novas relações e tradições.

Nesse sentido, Margareth Rago nos auxilia no processo de deslocamento das, e em direção às, narrativas, nos aconselhando acerca da necessidade de releitura do passado para a construção de outras leituras históricas. Ela, que “desafia certos academicismos” operando “com os conceitos de “estéticas da existência” ou “artes do viver”, “parresía” e “escrita de si” da filosofia

de Foucault, assim como com operadores de Deleuze e da teoria feminista pós-estruturalista” – particularmente em *A aventura de contar-se* – inspirando-me a “desconstruir poderes e mostrar como certos dispositivos acadêmicos estão profundamente comprometidos com o domínio masculino e falocêntrico” (Rago, 2013, p. 14).

Comprometida em externar a construção de “artes feministas da existência”, nos convida a conhecer a rede de relações e conexões, histórias e memórias de sete mulheres que contribuíram na trajetória do feminismo brasileiro, a partir de suas narrativas de si. Em seu *corpus* documental estão incluídos processos penais, relatos autobiográficos em entrevistas gravadas, ou já publicadas e, ainda, artigos e livros que foram escritos por essas ativistas, narrativas essas que Margareth Rago aborda com referência à “escrita de si” que Foucault discute “como prática da liberdade constitutiva das “estéticas da existência” dos antigos gregos e romanos” (Rago, 2013, p. 30).

Ao considerar que tais narrativas ganham um sentido no presente ao serem reconstruídas por meio da reflexão das experiências passadas, Margareth Rago parte “da concepção de que a linguagem e o discurso são instrumentos fundamentais por meio dos quais as representações sociais são formuladas, veiculadas, assimiladas, e de que o real social é construído discursivamente” (Rago, 2013, p. 30). Ando junto com Margareth Rago (2013, p. 32), sobretudo quando ela se refere que ao narrar suas vidas as mulheres “desfazem as linhas da continuidade histórica, questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente como sujeitos múltiplos”, assim também percebo as jovens parceiras da pesquisa doutoral – aqui em especial o narrar de Olívia – que relatam a si e criam um espaço-tempo narrado. Relatos que são expressos nas narrativas de si e que envolvem afetos e memórias, mobilizam reflexões e acontecimentos sobre a própria identidade e subjetividade, desconstruindo a costumeira linearidade histórica imposta, bem como possibilitando de forma relacional a constituição múltipla e plural dos sujeitos

Voltando à escrita de si de Olívia que abre nossos horizontes reflexivos neste texto, o *cooperativismo tornou-se parte de sua essência*, e é com esta provocativa intervenção narrativa que não à toa avistaremos mais a frente conexões com o existencialismo, fundamentalmente com Simone de Beauvoir. De fato, o que Olívia nos anuncia é que nossa essência não está determinada ou naturalmente pré-concebida, e que há a potencialidade de nos construirmos enquanto sujeitos indicando o que fará parte de nosso projeto e realização humana no mundo. Assim, como indicado por Olívia, é possível que algo componha com o tempo sua essência, e aqui leio isso, essência enquanto potência de ser e projetar-se no mundo com suas ações e realizações, com sua eticidade criticamente construída.

Com sua célebre frase, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” que abre o volume 2 de *O segundo sexo* (Simone de Beauvoir, 2019 b, p. 11), já intuímos que o ambiente, suas características socio-históricas, psico-sociais e valores morais (assim como processos formativos) nos compõem, nos tornam e são imprescindíveis para pensarmos e nos realocarmos enquanto mulheres na sociedade. Para tanto, não muito distante serão avistadas as contribuições dessa filósofa existencialista, ela que nos auxiliará nas reflexões acerca da relevância da construção de nosso projeto de existência e projeções do e no mundo. E como exemplifica Olívia, além do cooperativismo passar a fazer parte de si e de seu projetar-se, ela também se torna essa mulher livre para ser no mundo. Porém, não nos antecipemos, haverá um momento propício para esse aprofundar reflexivo. Igualmente, em breve, nosso voo reflexivo perpassará por pensar a juventude, pois além de ser mulher, Olívia é força criativa juvenil que demarca outro lugar de

enfrentamento de resistências sociais, na maior parte veladas, ademais além de mulher é jovem e o que cabe a uma jovem mulher nos espaços de poder historicamente ocupados por homens, brancos de meia idade?

Ao apontar tais direcionamentos, o que intento aqui é anunciar minhas bases do pensamento na diversidade e no pensar gênero, feminismos e juventudes na sociedade e, em especial, nos cooperativismos. Aqui já indico, também, que penso a partir da pluralidade de manifestações das coletividades. Mesmo que estas se apresentem filiadas a um único movimento que estrutura e compõe leis e normas que as regem, há muita diversidade no pensar e no manifestar relações de cooperação. Também é importante ser dito que neste texto não serão encontrados detalhes da história de Olívia, tão pouco sobre a cooperativa-escola da qual ela foi presidente. O objetivo desta escrita está na expansão e aprofundamento de nuances que surgiram com sua narrativa já comunicada por meio de sua escrita e narrativa de si disponível no texto final de doutoramento – caso haja curiosidade para conhecer mais de Olívia convido a você para uma leitura atenta da tese de doutorado *Narrativas contadas e escritas que agem: Experiências de mulheres em ambientes educacionais e cooperativos*, este que te aproximará mais de sua história, imprescindivelmente no conto *Confiança em poesia: O desabrochar primaveril das juventudes* (Barasuol, 2022, p. 105), ou mesmo na seção *Estação coletiva contação: narrativas de memórias entrecruzadas da CESPOL* (*id.*, p. 89) lá, também, está registrado mais da cooperativa na qual Olívia foi presidente – . O importante aqui é trazer o que ainda não foi dito anteriormente e que permeou meus universos reflexivos pós publicação de tese em imersão filosófica.

Outra faceta importante de ser expressa é que o caminho metodológico da construção deste texto, para além de percorrer as escritas e narrativas de si já mencionadas, conectam-se em diálogo a uma narrativa autobiográfica e antropológica de meu encontro psíquico tanto com Olívia quanto com as escolhas de teorias e autorias que ampliaram minha perspectiva filosófica e reflexiva sobre a temática proposta. Com isso vou tecendo as reflexões a partir de experiências, inclusive oníricas, que despertaram meu pensamento após as movimentações e afetações que atravessaram meu corpo em relação ao pensar aqui proposto.

Para tanto, a criação deste texto não se dá de uma forma habitualmente conhecida, pois desde seu início caminha junto das conexões e reflexões teóricas alinhavadas com as provocações de Olívia e igualmente minhas. É por isso, que entendo, que este texto não é só escrito por mim, embora seja a primeira pessoa do singular que rege a sinfonia dessas palavras. Este diálogo é escrito, também, por Olívia e pelos encontros filosóficos que tive com referências que por meio de suas palavras me possibilitaram voar em pensamento.

Coloco-me desta forma, neste texto, porque não tive escolha de fazer diferente, talvez um grande paradoxo, como veremos mais a frente, para o existencialismo, onde a liberdade é princípio. No entanto, justifico minha escolha de ser arrebatada por esse agir em texto distinto, engaiolada estaria se seguisse os caminhos pré-condicionados por uma escrita asséptica que nos toma de nós mesmas, de nossa potência filosófica, esta que – como veremos em breve – se manifesta em corpo, em sonho, em reflexão livre que voa os céus, mesmo com suas asas cortadas.

Em relação a estrutura textual, os caminhos desta escrita seguem após esta introdutória exposição do percurso filosófico proposto e de alguns horizontes avistados, as conexões e sobrevoos com as proposições de Simone de Beauvoir. Em sequência sobressalta o pensar a respeito da força criativa das juventudes e, por fim, voos livres do pensar e existir, uma abertura para horizontes reflexivos do cooperativismo que ainda necessitam aprofundamento e expansão.

O onírico e os sobrevoos pelo existencialismo e as proposições de Simone de Beauvoir

Antes, a Olívia ela era presa numa caixinha, hoje eu não me vejo numa caixinha, eu preciso estender as minhas asas pra todos os lados, é isso! (Olívia, narrativa de si, 2021 em Barasuol, 2022, p. 114).

Falar de e com Olívia é praticar e encontrar com a práxis da boniteza, pois por meio de suas palavras saltam poéticas provocações reflexivas, o que para mim torna-se inspiração, não só nesta escrita afetiva e filosófica, mas igualmente para refletir nossa expressão de existência humana no mundo. Quando Olívia se narra aprisionada, a vejo com suas asas apertadas e que tão pouco podem voar. A libertação de seu voo me recorda, prontamente, de um sonho que chegou no onírico e afetou meu cotidiano com sua recorrente imagem e presença, também em vigília.

Sonhei com um pássaro de asas cortadas por homens que o queriam engaiolar. Foi com essa intervenção inconsciente que não pude deixar de ser atravessada por seu simbolismo em mim. Muitos pensamentos sobrevoaram meu corpo encontrando pouso para a reflexão, até que por fim compreendi (ao menos uma parte do) o que pulsava em minhas zonas reflexivas corporais. Lembrei, prontamente, de Simone de Beauvoir, uma pensadora, escritora, ativista política, feminista, teórica social francesa e filósofa do existencialismo que nos revela os cortes e engaiolamentos que nós mulheres somos condicionadas a passar. Uma relevante intelectual do gênero, com sua obra *O segundo sexo*, escrita em 1949, questiona "O que é uma mulher?" (A tal não homem) (Beauvoir, 2019 a, p. 9). Por isso o que Olívia nos diz, também afeta a mim, mas não só a mim, e não é à toa que a expresso aqui.

Como também nos mostra Kate Kirkpatrick, em *Simone de Beauvoir: uma vida* (2020, p. 18) a obra *O Segundo Sexo* postula fundamentalmente que "nenhuma mulher jamais viveu a sua vida 'livre de convenções e preconceitos'". No entanto, "nos círculos feministas, ela é celebrada como um ideal exemplar, 'um símbolo da possibilidade, apesar de tudo, de viver a vida da maneira como se quer, para si mesma, livre de convenções e preconceitos, mesmo sendo mulher'".

Para Simone de Beauvoir (2019 b) a emancipação da mulher está atrelada a recusa ao aprisionamento nas relações vinculadas a um homem, no entanto, tão pouco se deve as negar a ela. Com sua potente contribuição existencialista, Simone, reflete a importância da libertação das mulheres em um mundo conservador e patriarcal e nos mostra a necessidade de nos projetarmos nesse mundo a partir de outras possibilidades de existir, para além do que nos foi imposto e condicionado. Fazendo uso das reflexões de Eli Vagner Rodrigues em *Simone de Beauvoir, o existencialismo e o feminismo* (2015, on-line):

Para Beauvoir a noção de caráter no pensamento dogmático depende da ideia de essência. Esta relação dogmática é o que constitui a base de juízos discriminatórios, preconceituosos e opressores. Destacamos o fato de que os existencialistas defendem um novo ponto de vista sobre estas concepções essencialistas. Se consideramos o caráter como algo não pré-concebido, não programado em sua essência, o indivíduo não pode mais ser visto de um ponto de vista determinista.

Assim, ao avistar meu sonho e as palavras de Olívia, logo pensei inspirada em Beauvoir: não somos, nos tornamos. Se nos cortam as asas, ou as aprisionam, não somos asas cortadas e aprisionadas, podemos voar outra vez. Com Simone de Beauvoir e sua perspectiva existencialista

não permanecemos engaioladas (sejam elas engendradas em armadilhas físicas, psíquicas ou subjetivas e culturais) podemos escolher o céu outra vez – ou pela primeira vez. Dessa forma, somos aquilo que fazemos da nossa existência. É isso que o existencialismo nos faz refletir, ele coloca a existência em perspectiva, não há essência primeira, não há princípio que nos tome e nos diga que há um caminho certo e único.

Corroborando com nossas reflexões existencialistas, trago as contribuições de Jean-Paul Sartre, também filósofo do existencialismo e companheiro de Beauvoir. Em sua fenomenologia existencial, Sartre – em *O ser e o nada* – vai buscar o fim do dualismo entre mente e corpo ao seguir Husserl, aderindo uma unidade “mente/corpo/mundo” e superando ideias pré-estabelecidas sobre o mundo concreto, entendendo a experiência concreta sem mediações (inclusive pela consciência por exemplo). Na dialética de Sartre o indivíduo é um projeto em eterno processamento e em interação, nestas condições revela-se a noção de outro como condição indispensável, pois o outro é um ser que vê, estabelecendo assim a dimensão de ser visto, condição original do ser humano para existir (sob e a partir do olhar do outro) e se reconhecer, bem como ser reconhecido (Daniela Ribeiro Schneider, 2020). Dialogando novamente, junto com Rodrigues (2015, *on-line*), Simone de Beauvoir, seguindo o raciocínio existencialista, conclui

que a mulher será o que ela fizer de si mesma, historicamente, individualmente, culturalmente. Se até então a cultura atribuiu a mulher diversas identidades o existencialismo seria uma saída para o problema da autoafirmação de uma identidade real, mais justa, menos imposta, daí o sentido da famosa frase de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. O que é a mulher, então, para Simone? A resposta, para ser coerente com o pensamento de Beauvoir deve ser: O que a mulher construir como identidade, não mais o que os homens determinaram culturalmente que elas sejam.

Nós, mulheres, mas também não só as mulheres, somos uma existência que se faz, que age, que é colocada, mas que também pode ser transformada, não somos um ponto fixo, estático, estável. Se assim o quisermos, assim nos tornamos, se não, nos movemos e nos transicionamos naquilo que desejamos ser, naquilo que acreditamos e projetamos, na ética que desenvolvemos. A existência não é mais um ponto final que te possibilita outra vida, é com ela, a existência, que vivemos todas as vidas que queremos, numa só, não há algo que se levará para depois, tudo se desfaz. E em nome de muitas outras essências, de muitas outras verdades fixas e estáveis é que nos cortam as asas do existir, que nos impossibilitam o voo. Porém na existência, na perspectiva do existencialismo, nossas asas podem crescer, ou podemos ter outras estratégias que nos fazem voar, não nos mantemos com asas quebradas, asas faltantes, asas despedaçadas, asas amarradas, nossas asas crescem, não só em corporalidade, mas em imaginação e ação. Podemos desenhar outras existências e outras asas que nos levam em direção a outras possibilidades de ser que não as que já conhecemos, as que já estão escritas e que se renovam a todo novo dia por uma perspectiva conservadora e fadada ao que é.

Enquanto escrevo me recordo novamente de Olívia e de sua narrativa de si, ela que expressa seu processo de transformação:

A Olívia antes da Cespol era uma mulher insegura, com muitos sabotadores, que não tinha autoconfiança e que não sabia usar a sua voz. Hoje em dia eu me tornei uma mulher extremamente confiante das minhas decisões e de como eu quero usar a minha voz e ocupar os meus espaços que eu tenho direito e que eu quero participar. (Olívia, narrativa de si, 2021 em Barasuol, 2022, p. 114).

Ao lermos Olívia, visivelmente, percebemos a influencia da sua participação frente a cooperativa-escola, bem como em outros espaços que compuseram seu refletir sobre si, e seu transformar, seu constituir na forma pela qual se reconhece. Aqui, visualizamos a narrativa de um processo de emancipação e transcendência dos projetos socialmente impostos com os quais Olívia se identificava. Para o existencialismo, a liberdade pressupõe a responsabilidade de assumir para si a construção da própria existência, refletir e transformar em ação suas projeções éticas do e no mundo que deseja realizar. Para Simone de Beauvoir (2019), o “si mesmo” está implicado em mudanças constantes, sem interrupções, está em devir e igualmente interrelacionado e conectado a outros, da mesma forma em suas contínuas transformações, logo, como Kate Kirkpatrick, anuncia em *Simone de Beauvoir: uma vida* (2020, p. 14), “ser “si mesmo” implica mudanças perpétuas com outras pessoas que também estão mudando, em um processo de devir irreversível”. Situado no tempo o “si mesmo” e a existência se constroem em progresso, “uma “atividade viva”, um devir que continua mudando até atingir seu limite, na morte” – inspirações de Henri Bergson nas proposições de Beauvoir (*id.*, p. 15).

Em seu livro, *O segundo sexo*, a filósofa critica “mitos” da feminilidade, onde muitos deles sustentam que mulher não tem agência no mundo, ou seja, “implicam deixar de ver as mulheres como agentes – como seres humanos conscientes que fazem escolhas e desenvolvem projetos para sua vida, que querem amar e ser amados como tal e que sofrem quando são reduzidos a objetos aos olhos dos outros” (Kirkpatrick, 2021, p. 21). Nesse sentido, retomo às reflexões de Boessio e igualmente minhas (2024), ao refletir os corpos enquanto produções históricas e ainda seus disciplinamentos em interface com as institucionalidades, ali expressão escrita de nossa trajetória observamos e sentimos as opressões e aprisionamentos em contextos cooperativos, mas também, percebemos os voos das mulheres, “a partir da inter-relação com outras institucionalidades, ou ainda outros espaços, discursos e narrativas”

Todas as mulheres que encontramos no caminhar, em alguma medida, revelaram seu constante processo de busca por si mesmas, por suas narrativas, indicando suas desconstruções e construções diárias, em direção as ações que as conectam com a perspectiva narrativa da qual utilizam, ou mesmo da qual não se aproximam mais, transformando contextos de violência ou de silenciamento, unindo-se a outras mulheres, encontrando estratégias e promovendo mudanças em seus contextos (Boessio; Barasuol 2024, p. 364).

E é nesse sentido, que ao retomar as narrativas de Olívia, vemos a relevância também desses espaços para os voos e expansões de projetos de si, observamos a emancipação de mulheres e o seu desenvolvimento ético e social. Como nos indica Simone de Beauvoir (2019), a mulher tem a capacidade de transcender as projeções impostas, uma capacidade humana de ir além de si mesma, tornar-se um projeto em realização, um ato de criação em sua existência, com indiscutível capacidade de agência.

A força criativa das juventudes e sua expressão no cooperativismo

Então, hoje em dia, eu vejo que tá se fazendo um trabalho, muito lentamente, mas começou, entende?! E é um orgulho muito grande da gente começar esse movimento assim, eu como outros jovens fazendo esse trabalho de formiguinha pra começar a virar a chave, principalmente da questão de sucessão, juventude,

nós mulheres nos papéis de alta liderança das cooperativas, já que isso é um desafio enorme (Olívia, escrita de si, 2021 em Barasuol, 2022, p. 113).

Refletir a juventude, não é, de longe, assunto recente, mas ainda há muito que expandir, em especial, ao pensarmos sua inter-relação com os contextos cooperativistas como nos indica Olívia. Embora o discurso seja conhecido ativamente ainda se encontra resistência para a atuação juvenil frente as cooperativas. Assim como Olívia, percebo um andar lento, porém expressivo da força juvenil ganhando espaço e reivindicando por ele no cooperativismo. Percebo na narrativa de Olívia um constante entusiasmo juvenil que também me contagia e que me provoca o pensamento, levando-me a refletir sobre a juventude, esse “lugar” que ora é tratado como uma fase de vida, outra como uma pulsão que assola; outra ainda pela ótica da rebeldia, ou mesmo dentro da sociologia, por sua perspectiva de construção social.

Influenciada, nesse momento, também pelo existencialismo, percebo-a mais como espaço e ciclo que se faz e refaz constantemente. Também, remeto-me à lugar por sua complexidade de relações envolvidas, aonde nem todos podem ir, mas que em maioria passamos, e deixamos de frequentar. Por isso, de certa forma, componho em minhas escritas, “as juventudes”, pois são tantas as configurações possíveis e são tantos os lugares a percorrer, estes impensados e que podem ser projetados.

Com isso, manifesto aqui, que refletir acerca das juventudes não significa andar por caminhos homogeneizantes e universalizantes do pensar e do categorizar, muito menos simplificar no agrupamento de uma divisão etária. Apreendendo-as muito mais enquanto processo e teia construída socialmente, assim estou atenta para a complexidade e multiplicidade de relações entrelaçadas a aspectos indefiníveis que cotidianamente afetam este lugar (das juventudes). Portanto, reafirmo sua pluralidade e a diversidade de experiências de ser jovem ou mesmo viver a juventude. Ao escrever o que me acomete, recordo-me da escrita inspiradora e poética de Chirley Ferreira Mendes em sua tese acerca das juventudes, essa que se aproxima tanto do que observo e capto a respeito. Para ela:

[...] a juventude que imaginamos, evocamos e descrevemos geralmente no singular só existe no plural. Há, pois, juventudeS. Possibilidades diversas e múltiplas para a composição desse curso da vida que faz pessoas e é, simultaneamente, feito por elas. E por ser também matéria-prima moldada por tantas mãos, por tantas subjetividades, disputada em tantas narrativas, não há maneira pela qual possa ser homogênea, uma, universal. Cabe aqui, pois, evocarmos sua pluralidade cambiante, a sua carga incalculável, sua composição incerta e imprecisa, as suas sobras e ausências, a sua heterodoxia, os remendos e colagens que lhe são adicionados ao longo do caminho no transcorrer de tempos geracionais marcados por enredos históricos e situacionais vários, bem como por escolhas individuais singulares. Porque a composição das juventudeS não é feita por uma única geração, mas se constitui de forma relacional no entrelaçar de pessoas de vários tempos e nas obrigações tecidas e reiteradas entre mais velhos e mais jovens (Mendes, 2018, p. 78).

Com isso, percebo as juventudes e apreendo seus contextos, entendendo a influência e o sentir da interação sujeito e mundo experienciado, como nos manifesta Chirley Mendes, “as juventudeS [...] se põem como matéria prima do processo vivente”. Que se compõem no desgaste e no envelhecer, mas igualmente, no recheir e rejuvenescer de suas múltiplas constituições, é, portanto, movimento *juventude-matéria-prima* (Mendes, 2018, p. 80). Evidenciada está, em sua composição, a força criativa das juventudeS.

Ao ler sua tecitura de palavras, ecoa em mim o que Michel Foucault anuncia em uma de suas entrevistas, no ano de 1982, sobre *Sexo, Poder e a Política da Identidade*². Ele, que acredita na possibilidade de novas formas de vida, relações e amizades nas sociedades, além de novos modos de arte e cultura que passam a existir e se instaurar por meio de nossas escolhas, sejam elas sexuais, éticas e políticas. Foucault, nos anuncia que “devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa”. E, é assim, que também compreendo as juventudes, mas não só elas, conjuntamente as mulheres, como força criativa, com possibilidade de invenção de novas formas de existência.

Esse inspirar, me recorda acerca do preconceito que por vezes enfrentamos por sermos jovens e mulheres ao mesmo tempo. O que acaba sendo sentido por *Olívia*, nos espaços outros que ela ocupava enquanto representante cooperativista. Para ela, era visível um não ouvir velado e uma resistência acerca de seus posicionamentos, o que a impedia, muitas vezes, de falar nesses ambientes; em suas palavras: “*muitas vezes... nem eu me sentia com abertura pra falar nesses momentos*”. Sentia-se sozinha, já que a única outra mulher que também estava ali (no conselho) era suplente. E como ela mesma relata: “*como jovem, sendo a única jovem, eu não era tanto ouvida, eu me sentia bem desconfortável, [...] era um ambiente desafiador. [...] Tinha muito disso nessas representações e a gente acaba percebendo que o falar é uma coisa e o agir é totalmente diferente*”. Sobre isso, ainda, segue mais da narrativa de *Olívia* como convite de mergulho em suas contações e diálogo:

*[...] eu fui convidada a participar do Conselho Diretivo do Colégio o que me deu um poder de fala [...]. Eu mera aluna [risos]. Essa experiência, assim, hoje em dia eu consigo ver os muitos bloqueios que a gente tem enquanto aluno, porque a gente tem o professor como autoridade máxima e a gente não quer desrespeitar e... não acha adequado o nosso lugar de fala. Porque às vezes ainda dentro de sala de aula a gente tem muita concepção bancária, né, que o aluno é só pra depositar. E a gente acaba acreditando nisso, então foi um grande desafio desconstruir essa minha mentalidade, que não é assim, eu tenho lugar de fala. Se eles estão dizendo que nós somos jovens criadores de ideias e pensamentos, então eu vou fazer esse papel. Se eles dizem que a gente tem que fazer barulho pra poder incomodar, pra ser ouvido, eu vou fazer isso [...] [risos], porém de formas sutis, porque eu acredito em uma comunicação não-violenta sabe?! Pra gente ser ouvido com legitimidade. Então, existe dificuldade, mas é uma dificuldade muito velada, sabe?! É... a gente é jovem, a gente tá aprendendo, então às vezes a gente sente... por mais que não se veja... não diga cara a cara, a gente sente que é velado, porque não dão tanta importância às vezes, ou peso pras nossas palavras, ou pra alguma questão. Mas isso que eu tô falando não é em geral. [...] Mas é por isso que é importante, a questão de colocar a cara a tapa e continuar utilizando a voz pra dizer “não, eu tenho embasamento, eu estou estudando”, sabe?! Até desconstruir esse pensamento que existe. (*Olívia*, narrativa de si 2021 em Barasuol 2022, p. 110)*

Com a manifestação de *Olívia* em sua narrativa, saltam aos meus ouvidos a expressão “*lugar de fala*” e sua força criativa juvenil de mudança. Não pude deixar de conectá-la a feminista negra e ativista brasileira dos feminismos plurais, Djamila Ribeiro. Ela que é reconhecida, atualmente, por refletir, a seu tempo, nos provocando o pensar indispensável a respeito do *Lugar de fala* (2019). Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo nos elucida o já

2 Publicado em: *verve*, 5: 260-277, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/4995/3537> . Acesso em: maio de 2022.

sabido, com Beauvoir temos a compreensão de que a mulher é o *Outro* para aquele que se põe como sujeito, e com Grada Kilomba³ nos provoca uma percepção ampliada com a ideia de que a mulher negra é o *Outro* do *Outro*.

Djamila Riberiro (2019, p. 79), pensando com Kilomba, nos diz que “falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação”, nos faz refletir sobre o fato de que quando há tomada de consciência acerca da desestabilização da norma instaurada, universal, hegemônica, essa ação é vista como “inapropriada ou agressiva” justamente por nesse ponto confrontar o poder. Portanto, “pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (Ribeiro, 2019, p. 89).

Consigo avistar, junto de Djamila Ribeiro, as falas de *Olívia*. Ela que embora não sendo uma mulher negra, também sofre as deslegitimações do sistema patriarcal, enquanto mulher, jovem e estudante (pois revela as hierarquias educacionais, em especial, na relação professor-aluno). Aqui, atravessada por tais reflexões, retomo as contribuições, apresentadas no encontro Latino-Americano de pesquisadores do Cooperativismo, em 2024, por Amábile e por mim, em relação ao nosso compromisso e responsabilidade com o processo histórico.

a consciência das opressões de gênero, classe, diversidades, se faz obrigatório e urgente para que nosso conjunto de valores e princípios tenham e produzam sentido. Descentralizar o poder, os poderes, sejam desde o micro para o macro nos provoca no sentido de produzir outras racionalidades que não a hegemônica. E não nos enganemos com relação aos outros cooperativismos e formas coletivas que não abraçadas ao capital. Estas estão nascidas em mesmos contextos, onde a luta por reconhecimento, o fazer de sujeitos não sujeitados se faz de maneiras não pacíficas (Boessio; Barasuol, 2024, p. 365).

Assim, pensar as juventudes, os feminismos, cooperativismos e projetos educacionais estão entrelaçados na construção social, histórica e cultural posta. Com isso, ao assumir a existência e a possibilidade de transcendência do imposto e do até então reproduzido, nos permite a possibilidade de romper com ciclos e projetos pré-estabelecidos e que desqualificam ou invisibilizam existências, mesmo que de forma velada, em especial em ambientes de poder e representacionais. No entanto, ao assumirmos nossa potência enquanto força criativa, seja jovem ou mulher, podemos alçar voos em outros horizontes de cooperação, estes pautados na diversidade e não mais reprodutores de um sistema homogeneizante e patriarcal, que é liderado em maioria por homens que socialmente detém a capacidade de agência e o poder de decisão sobre si e o mundo.

Asas livres e sonhos que nos movem o voo do pensar e do existir

Percebo que hoje, Olívia é uma mulher sonhadora que tem grandes perspectivas pra vida... é uma mulher livre, que não consegue e nem deve se limitar ao que muitas vezes a sociedade impõe. A Olívia é uma mulher que quer fazer a diferença pra outras mulheres, pra sociedade que a gente vive. [...] eu me sinto

3 Grada Kilomba é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo.

feliz e honrada com a minha história, então eu sou orgulhosa, hoje em dia eu sou orgulhosa de mim mesma e pelas coisas que eu estou construindo (Olívia, narrativa de si, 2021 em Barasuol, 2022, p. 115).

Findar essa proposição de escrita, com os ares narrativos de Olívia e sua tomada para si de seu agir no mundo, de seu tornar-se a partir de suas experiências e processos reflexivos, tanto na universidade, quanto à frente de uma cooperativa-escola, ainda mais em ambientes cooperativos de representatividade, me afeta profundamente e me coloca contente nas palavras que escorrem por minhas mãos aqui. Beauvoir (2019), nos sinaliza que nosso projeto de vida não é individual ele é social e coletivo, pois nossas ações estão implicadas no mundo social e é isso que vemos, com nitidez, no narrar de Olívia. Os impactos que sua atuação permitiu para si mesma, mas não somente para si, desaguam no comprometimento com outras mulheres e existências e igualmente com os projetos de cooperativismo que ela acredita e deseja realizar no mundo. Um cooperativismo com sustentação na diversidade.

“Reconhecer e dialogar com aquilo que nos afeta pode ser um caminho de abertura para admitir o que se mostra diante de nossos olhos. A reprodução social precisa ser menos reprodutiva, produtiva e mais experienciativa, vivenciativa” – afirmamos (Boessio; Barasuol, 2024, p. 364). Uma vez que é em coletividade que a realidade se reproduz, fazendo-se então a partir da ação do sujeito, sujeito esse que se produz em meio a cultura. Assim, “se queremos cultura outra que não a que oprime, precisamos comprometer-nos a fazer, em ação, encontros outros que não, simplesmente em reprodução do já dito” (Boessio; Barasuol 2024, p. 364).

E por fim, mas também como um começo, faço um convite indagatório e como Simone de Beauvoir nos provoca a refletir com sua contribuição de que não nascemos mulher, nos tornamos, poderíamos também pensar que não nascemos cooperativistas, mas sim nos tornamos cooperativistas? E que cooperativistas nos tornamos? É com essa reflexão que este texto caminha para seu final, mas que se abre igualmente para novas e possíveis jornadas de reflexão, estas que notoriamente exigem maior aprofundamento e pesquisa. Para tanto, proponho em textos futuros pensar com o existencialismo a necessidade de refletir sobre o projeto de cooperativismo que desejamos, em especial no Brasil. E com Simone de Beauvoir ousar dizer que também não nascemos cooperativistas, nos tornamos, porém precisamos assumir a angústia e a responsabilidade de criar o cooperativismo que desejamos. Questiono-me se é possível nos repensarmos enquanto movimento cooperativista sem reproduzir ditames neoliberais, quando estes já estão introjetados em nossas subjetividades? Nesta altura, não tenho respostas prontas ou fechadas sobre isso e por isso convido aqui a abertura de tal reflexão. O que vejo e posso expressar até então, em particular na experiência de Olívia e igualmente minha, é que podemos, sim, nos repensar e transformar nossas ações e projeções narrativas na existência, não sem resistências. É com esse cenário em mente, que me despeço de mãos dadas com as perspectivas existencialistas provocando nossa ampliação reflexiva sobre a autonomia e responsabilidade enquanto sociedade da criação diária de nossas subjetividades e coletividades.

Referências

- BARASUOL, Aline. **Narrativas contadas e escritas que agem**: experiências de mulheres em ambientes educacionais e cooperativos. 168 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet, 5. ed., v. 1.: Nova Fronteira, 2019^a.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução Sérgio Milliet, 5. ed., v. 2.: Nova Fronteira, 2019b.
- BOESSIO, Amábile Tolio. **Gênero, performance e experiência**: um descortinar da pesquisa em contextos rurais mediada por afetos. 212 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. 2021.
- BOESSIO, Amábile; BARASUOL, Aline. Patriarcado, opressões e silenciamento: presenças e ausências de mulheres em contextos cooperativistas e associativistas. **Anais XIII EILAC** – Encontro de investigadores Latinoamericanos em cooperativismo. Montevideo, Uruguai. 2024, p. 359 – 366.
- KIRKPATRICK, Kate. **Simone de Beauvoir**: uma vida. Tradução de Sandra Martha Dolinky. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.
- MENDES, Chirley Ferreira. **Entre trechos de vidas**: juventudes, mulheres e gerações compondo a feitura de pessoas e trajetórias. 2018. 216 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019.
- RAGO, Margareth. Dizer sim à existência. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos)
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RODRIGUES, Eli Vagner Francisco. Simone de Beauvoir, feminismo e existencialismo. **ResearchGate, on-line**, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291969992_Simone_de_Beauvoir_feminismo_e_existencialismo. Acesso em: 29 out. 2025.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112p. (Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamila Ribeiro)
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. A fenomenologia de Heidegger e Sartre em suas diferenças. **AUFKLARUNG**, João Pessoa, v.7, n.esp. Fev, 2020.

NARRATIVA JORNALÍSTICA E ENQUADRAMENTO IMAGÉTICO DAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE DE POVOS MIGRANTES NA FRONTEIRA MÉXICO-ESTADOS UNIDOS¹

JOURNALISTIC NARRATIVE AND IMAGERY FRAMING OF MIGRANT POPULATIONS' VULNERABLE CONDITIONS ON THE MEXICO-UNITED STATES BORDER

CAMILA DA SILVA FERNANDES²

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES³

VANESSA CARDOZO BRANDÃO⁴

RESUMO

Neste artigo olhamos para imagens fotojornalísticas feitas para uma matéria da BBC News que acompanha voluntários da equipe de resgate “Águias do Deserto”, responsável por percorrer o inóspito deserto de Sonora, na fronteira México e Estados Unidos, em busca de migrantes perdidos ou mortos. Selecionamos imagens e relatos que nos permitem dialogar com Judith Butler (2004, 2015, 2019) e Marielle Macé (2018), visando refletir sobre a importância de uma responsabilidade ética corporificada a ser construída a partir da consideração de povos migrantes e da enlutabilidade de suas vidas. Assim, consideramos que o fazer jornalístico pode interferir nas lógicas e nos esquemas de inteligibilidade que conduzem os julgamentos morais acerca das vidas que merecem ser protegidas ou não.

Palavras-chave: migração; fotojornalismo; vulnerabilidades.

ABSTRACT

In this article, we look at photojournalistic images taken for a BBC News report that follows volunteers from the “Desert Eagles” rescue team, responsible for scouring the inhospitable Sonora desert on the border between Mexico and the United States in search of lost or dead migrants. We selected images and reports that allow us to engage in dialogue with Judith Butler (2004, 2015, 2019) and Marielle Macé (2018), with a view to reflecting on the importance of an embodied ethical responsibility to be constructed based on consideration for migrant peoples and the grievability of their lives. Thus, we consider that journalistic work can interfere in the logic and intelligibility schemes that guide moral judgments about which lives deserve to be protected or not.

Keywords: migration; photojournalism; vulnerabilities.

1 A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais junto à linha de pesquisa “Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades”. E-mail: camila.sfernandes@outlook.com

3 Professora PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Bolsista do CNPq. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

4 Professora PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. E-mail: vcbrandao@gmail.com

Introdução

Entre os anos de 2017 e 2021 o governo norte-americano, sob a presidência de Donald Trump, implementou medidas severas e desumanas para conter os fluxos migratórios de pessoas latino-americanas que buscavam cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Acompanhamos vários registros jornalísticos (Biondi; Marques, 2020) que documentavam a brutalidade da ação policial e institucional, sobretudo com relação às mulheres e crianças migrantes. Agentes de fiscalização da fronteira e soldados geralmente impediam, com o uso abusivo de força, a travessia de grupos latino-americanas que arriscam suas vidas deixando para trás, não raro, histórias de violência, precariedade, insegurança e perseguição. Atravessar o deserto a noite (e cruzar rios desconhecidos e perigosos), em situações de penúria extrema, para entrar nos EUA em busca de melhores condições de vida: esse sonho de cruzar a fronteira é também o sonho de cruzar um limiar que marca e distingue as vidas dignas de proteção e cuidado, das vidas apontadas como descartáveis.

As várias ações de abordagem e captura de migrantes na divisa estadunidense com o México, termina na separação entre pais e filhos, em mortes durante as travessias, falta de apoio institucional, além de vigilância, detenção, atendimento médico insuficiente, ofensas pessoais e deportações solitárias. O governo Trump amplificou as interdições a famílias migrantes que, impedidas de entrar no país, são separadas em condições brutais: os pais são deportados desacompanhados de seus filhos e filhas, que permanecem cativos por semanas ou meses em campos de detenção⁵ para imigrantes, muitos deles, sem qualquer documento.

Nos chama a atenção a maneira como o jornalismo enquadra as migrações de pessoas latino-americanas no deserto de Sonora, localizado entre o Arizona e a Califórnia, com 86.100 quilômetros quadrados (um território três vezes maior que o Estado brasileiro de Alagoas), ocupando uma das faixas da fronteira entre México e Estados Unidos. Neste contexto, escolhemos para a elaboração deste artigo uma matéria feita pela repórter venezuelana Valentina Colmenares⁶ para a BBC News em dezembro de 2023. Intitulada “‘Eles viraram múmias por causa do calor’: os relatos comoventes dos voluntários que recolhem corpos de migrantes em deserto no Arizona”, a matéria traz imagens que acompanham a narrativa de Colmenares e revelam diferentes aspectos da violência dos EUA para com os povos latinos, fronteiriços, com todas as implicações problemáticas de assujeitamento que esta relação de poder ainda apresenta.

Nas imagens e relatos que compõem a matéria, sujeitos migrantes e equipes de resgate aparecem como coletividade que age e sofre por meio de uma aliança pela sobrevivência: abandonam uma forma de vida e, enlutados pelo que ficou para trás, empreendem trajetórias de alto risco, risco de morte, de condenação, exílio, desaparecimento. Imagens de povos migrantes vão além de tornar visíveis seus corpos: são o registro de seu aparecimento na cena (pretensamente) pública, como condição necessária para a tematização da injustiça, para a configuração da política democrática e para a emergência de existências que afirmam que são vivas, que estão vivas e são dignas de viver, contestando sua pretensa invisibilidade e indignidade de luto.

5 Informações disponibilizadas pelo Relatório Mundial 2019, Human Rights Watch. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2019>. Acesso em janeiro 2025.

6 Fundou e dirigiu a Unidade de Investigação de Proavinci. Escreveu para meios e agências internacionais de notícias. Fellow no programa da *World Press Institute da Universidad de Saint Paul* (Estados Unidos) e mestra em Relações Internacionais pelo Instituto Barcelona de Estudos Internacionais na Espanha, com especialização em Jornalismo e Desenvolvimento pelo Indian Institute of Mass Communication em Nova Delhi.

Há uma resistência corporal plural e performativa no trabalho que mostra como os corpos estão sendo manipulados pelas políticas sociais e econômicas que estão dizimando os meios de subsistência. Mas esses corpos, ao mostrarem essa precariedade, também estão resistindo a esses mesmos poderes; eles encenam uma forma de resistência que pressupõe uma vulnerabilidade de tipo específico e se opõe à precariedade (Butler, 2015, p. 67).

Diante dessas reflexões, buscamos explorar neste artigo a maneira como a narrativa jornalística elabora contextos sociais e históricos específicos, não apenas dando forma a seus horizontes, mas também interferindo na maneira como nos relacionamos com paisagens que definem a memória coletiva e o saber de uma época. Argumentamos que a narrativa escrita pela repórter venezuelana Valentina Colmenares, para a BBC, não é apenas uma modalidade textual, mas um modo de experimentar o mundo e se inserir nele, tomando posição diante da realidade cruel e desoladora enfrentada por migrantes que, assim como ela, lutam contra as fronteiras excludentes. Concordamos com Leal (2013) e Jácome (2014) quando afirmam que apreender eventos como parte de uma narrativa jornalística é um modo de conhecê-los, de se posicionar diante deles e de tentar transformar o que é tematizado como opressão e violência.

Narrativas jornalísticas são acompanhadas de imagens e cada imagem fotográfica, sempre em relação com outras imagens, pode ser tomada como parte de uma cena polêmica de aparição dos corpos de sujeitos migrantes e equipes de resgate na qual múltiplas forças se tensionam. Assim, acreditamos que a análise da narrativa jornalística pode nos auxiliar a questionar o enquadramento hierárquico e consensual, de interpelá-lo em busca das fissuras que indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos (Butler, 2018).

Desenho metodológico: a narrativa jornalística como espaço de aparecimento político

uma das principais atribuições da narrativa jornalística é construir um enquadramento delineado com o objetivo de fornecer uma ideia organizadora central capaz de produzir sentido a partir de eventos relevantes e sugerir o que está em questão. O enquadramento dispõe, assim, *esquemas interpretativos* que produzem e organizam, sentidos acerca do mundo, de nossas relações e dos eventos que os atravessam. Justamente por isso ele está relacionado ao modo como desigualdades e assimetrias de poder se enraízam nas interações cotidianas (Butler, 2018).

Nossa aposta é a de que as operações enunciativas que configuram a narrativa que definem o “aparecer” de povos migrantes no jornalismo pode tanto reafirmar quanto desafiar o modo hierárquico de apresentação de uma forma de vida, reiterando ou rearranjando a legibilidade e as condições de apreensão dos sujeitos e de suas demandas. A análise da narrativa jornalística permite um exercício crítico e reflexivo, de modo a desmontar enquadramentos opressores e expor traços de humanização das existências (Leal, 2013). Quando investigamos com atenção os quadros de valores que organizam os registros narrativos, ampliamos as chances de trazer indeterminação à produção de sentidos, ou seja, de favorecer inteligibilidades que impossibilitem fixar o destino e a significação dos textos e imagens, desestabilizando esquemas de compreensão do que estava programado para poder ser visto.

A análise se baseia na identificação de aspectos do conteúdo e da apresentação da narrativa que remetem a formas de fixação e apresentação de enquadramentos que se amparam em panos de fundo morais e éticos associados a crenças coletivas, mas também em normas institucionalizadas e naturalizadas que avaliam e asseguram ou não reconhecimento aos sujeitos representados. Nossa proposta é refletir sobre a narrativa jornalística elaborada em 2023 pela repórter venezuelana Valentina Colmenares como textualidade que compõe as cenas de ocupação das escolas.

De acordo com Leal (2018), textos não são enunciados estáveis e cristalizados, mas devem ser vistos como resultado de um processo de trabalho, como práticas sociodiscursivas historicamente situadas e que se configuram e reconfiguram a partir das experiências intersubjetivas de pessoas e grupos. "Sujeito e textos fundam-se na textualidade, pondo-se em movimento e tornando-se outro para e pelo outro, num movimento em que conhecer o outro é conhecer-se" (Leal, 2018, p.31). Por isso, observar os textos em ação, nas diversas dimensões da vida cotidiana, nos conduz a compreender que as textualidades revelam uma rede complexa de fluxos que "desestabilizam as relações temporais e de sentido que definiriam a princípio os limites e os contornos dos textos" (Leal, 2018, p.23), ampliando e redefinindo sua ação à medida que a própria experiência segue seu curso. Assim, "textualidades são um modo de conhecer e investigar as realidades sociais, para que diferentes e variadas implicações se apresentem" (Leal, 2018, p.29).

Desta maneira, para a análise, recorreremos ao pressuposto destacado por Leal (2013), que entende que as narrativas jornalísticas podem se configurar como um modo de compreender o mundo, conferindo-lhe sentido a partir de seus enquadramentos, mas também de uma rede de significados, não reduzindo sua potencialidade à representação dos acontecimentos. Segundo ele, podemos apreender os textos jornalísticos em suas múltiplas textualidades como práticas sociodiscursivas historicamente situadas, considerando-os em processos de mútuos tensionamentos com temporalidades e espacialidades socialmente articuladas, em meio a clivagens e contradições, nas quais múltiplos atores sociais estão envolvidos em disputas de sentido e jogos de poder. As redes configuradas pelas textualidades orientam processos narrativos que dinamizam não só os enunciados e enunciações sociais, mas dialetizam os vínculos que configuram o tecido comum que nos une.

De forma semelhante, Jácome (2014) afirma que a narrativa jornalística confere legibilidade a acontecimentos e ordenam histórias individuais e coletivas de modo a expressá-las relacionalmente diante dos outros, marcando assim, o pertencimento a uma dada comunidade. Assim, a análise de uma narrativa jornalística busca evidenciar como foram organizados textualmente e imageticamente os quadros de referência que nomeiam e tematizam as experiências, os encontros com os outros e os saberes que se tornam visíveis a partir de enquadramentos.

Tomamos como fio condutor a realização de uma análise interpretativa de cinco imagens fotojornalísticas que acompanham a reportagem de Valentina Colmenares, de modo a buscar compreender como ela busca enquadrar de modo inteligível o mundo factual ligado à travessia de um dos desertos mais perigosos do mundo para a travessia feita a pé por migrantes latino-americanos. Partimos do pressuposto de que, ao narrar, ela articula agentes, interações, linguagens, resultados e valores em um enunciado possível, aberto à questionamentos e revisões (Jácome, 2014). Acreditamos que criar narrativas é um gesto ético que entrelaça o que ocorreu com novas possibilidades de se olhar para um acontecimento. Assim, segundo Leal (2013), uma narrativa jornalística não é o produto de um emissor, mas um modo de relação que envolve o

agir do jornalista e a agência crítica dos espectadores, que se apropriam reflexivamente das informações e integram um universo textual que é dinâmico e aberto.

Tal abordagem privilegia uma perspectiva orientada para as operações de sentido que sejam qualitativamente significativas para a interpretação crítica de um acontecimento público e para compreender a forma como narrativas jornalísticas ajudam a compor o processo de aparecimento de povos migrantes, e cujo grito reverbera ainda entre nós e nas teias narrativas que nos ajudam a compor e recompor espaços de dissenso. Sendo assim, não caberia, neste cenário, a formulação de uma pesquisa sistemática, baseada em códigos previamente configurados. Entendemos que a análise da narrativa jornalística, a partir da leitura de Leal (2013), está ancorada nas possibilidades de fazer aparecer diversas pistas que compõem acontecimentos justapondo imagens, documentos e relatos, criando redes possíveis entre discursos e eventos de comunicação, revelando as representações que ampliam as fissuras do real.

É possível aproximar a reflexão feita por Leal (2013) daquela explicitada por Butler (2015), quando essa autora analisa as narrativas jornalísticas de veículos norte-americanos acerca das pessoas que morreram no atentado de 11 de setembro de 2001. Distanciando-se de uma perspectiva que aponta as imagens como reproduções mecânicas do sofrimento para o consumo voyeurista de um outro que pode ser, no máximo, tolerado, Butler (2015) nos chama a atenção para as operações de mediação ética realizadas pela fotografia. Segundo ela, imagens que revelam o sofrimento, o luto e o padecimento de corpos vulneráveis podem reconfigurar a relação ética entre o espectador e as alteridades representadas: trata-se menos de transformar o espectador em testemunha passiva da desfiguração do outro, e mais de tematizar quais respostas e qual responsabilidade seriam possíveis nas condições atuais.

Sob esse aspecto, olhamos para as imagens que figuram os migrantes voluntários que trabalham na equipe “Águias do Deserto”⁷, responsável por percorrer Sonora em busca de pessoas perdidas ou mortas. O corpo que sofre nas imagens é marcado pela raça, pelo gênero, pela classe, pela condição de vulnerabilidade, deslocando nossa capacidade de apreensão e de reconhecimento. Junto com Judith Butler (2004, 2015, 2019) e Marielle Macé (2018) assinalamos a importância de uma responsabilidade *ética corporificada* a ser construída a partir da consideração de povos migrantes e da enlutabilidade de suas vidas. Assim, não é propriedade da imagem, em si, trazer dignidade aos migrantes, mas interferir nas lógicas e nos esquemas de inteligibilidade que conduzem os julgamentos morais acerca das vidas que merecem ser protegidas ou não.

Vulnerabilidades enquadradas pelas imagens fotojornalísticas

a jornalista Valentina Colmenares inicia sua matéria contando a história do migrante Raúl Sánchez, de 36 anos, que tenta fazer a travessia do deserto de Sonora, mas seu corpo não consegue acompanhar o grupo com quem seguia havia cinco dias. “Seus companheiros de viagem decidiram deixá-lo para trás depois de esperar três horas por ele em uma rocha no Cerro Picudo, no deserto de Sonora, no Arizona.” O coioite (guia pago para levar imigrantes sem documenta-

7 De acordo com a reportagem da BBC que analisamos, os Águias do Deserto recebem cerca de 450 solicitações de busca mensalmente por meio de seus números de telefone e contas em redes sociais. Com cem voluntários que se revezam em cada operação, eles realizam duas ou três buscas por mês. A maioria dos casos é descartada por falta de informações que permitam identificar onde realizar as buscas no deserto.

ção através da fronteira) sugeriu que ele deixasse seu celular ligado para chamar o número 911 demandando resgate (a patrulha da fronteira o deportaria para o México). A irmã de Raúl, sem notícias de seu paradeiro, entrou em contato com a equipe “Águias do Deserto”, um grupo de voluntários, geralmente latino-americanos, que procura migrantes no deserto de Sonora, entre o Arizona e a Califórnia.

A existência dessa equipe e as atividades de consideração e cuidado que realizam, nos motivaram a olhar para as imagens em busca de uma oportunidade de refletir acerca de como responsabilidade ética pode promover uma agência solidária e hospitaleira capaz de transformar condições de vulnerabilidade e promover uma consideração que reconheça a dignidade de todas as formas de vida, sobretudo a precariedade das vidas de povos migrantes.

Sabemos que quando o fotojornalismo atribui ao sujeito sofredor uma posição atrelada à sua identidade de classe, raça, gênero, sexualidade, ele o remete a um julgamento moral que o qualifica e justifica seu padecimento em uma dada situação. Em outras palavras, o enquadramento que delinea posições de sujeito e de grupos fundamenta-se geralmente em matrizes socioculturais e em estereótipos, ampliando ainda mais as violências simbólicas infligidas aos sujeitos, uma vez que funciona sob um quadro de referências genérico e previsível.

Assim, mesmo ganhando “visibilidade” nas páginas de jornais, sujeitos e grupos mais vulneráveis não se tornam socialmente inteligíveis e visualmente reconhecíveis. Como se esses sujeitos e grupos fossem menos dignos de valor diante do olhar de um espectador que, presumivelmente, as interroga e avalia seus modos de vida e condutas (Biondi; Marques, 2015, p.3).

Nesse sentido, argumentamos que o enquadramento produzido pela mídia, muitas vezes constitui uma violência simbólica à dignidade de sujeitos e povos migrantes, empurrando-os ao ostracismo, à ausência de ação e ao apagamento de suas experiências e trajetórias singulares. De acordo com Butler (2004, 2019), o apagamento se concretiza por meio da própria representação, ou seja, quando há sub-representação ou quando a representação efetiva a captura da alteridade pelo mero reconhecimento de uma identidade imposta. No caso de povos migrantes, observa-se que a vulnerabilidade dos corpos costuma ser elencada como um elemento central, definidor e irreversível, que desautoriza qualquer possibilidade de ação, resistência e transformação. Contudo, para Butler (2015), a vulnerabilidade não é imutável, mas pode ser modificada conforme o indivíduo altera as condições de sua experiência, experimentando formas de agência individual e coletiva.

Sendo assim, segundo Biondi e Marques (2015), uma vez que o fotojornalismo possui ativas ressonâncias no cotidiano dos seus espectadores, estabelecendo vínculos de cumplicidade, crença e afetividade que mediam o conhecimento do mundo e participam da produção e reforço de juízos de valor, é importante repensar o modo como a imagem participa desta construção. As imagens que integram a matéria feita por Valentina Colmenares produzem um enquadramento que considera a importância das vidas perdidas na perigosa trajetória do deserto de Sonora, trazendo o trabalho da equipe do “Águias do Deserto” como uma prática de cuidado e de responsabilidade ética que afirma a enlutabilidade das vidas de cada migrante que morre na travessia.

A primeira imagem (figura 1) que nos chama a atenção é o retrato do mexicano Octavio Soria, conhecido entre os voluntários como Chaparrito (baixinho). Ele carrega na mochila uma cruz que seria fincada no chão caso encontrasse os restos mortais de Raúl Sánchez no deserto. A cruz de madeira pintada de branco havia sido doada pela congregação das Irmãs Felicianas

da América do Norte, para homenagear a memória dos migrantes que morrem na tentativa de chegar aos Estados Unidos.

Figura 1 – Octavio Soria, voluntário da equipe do “Águias do Deserto”



Fonte: Colmenares (2023, online). Fotografia: Valentina Oropeza (BBC News Mundo)

O relato imagético de acontecimentos traumáticos produz um aparecimento de corporeidades ligadas ao refazimento de experiências de sobrevivência a partir de vulnerabilidades que se alteram a partir da fabricação, da elaboração constante de uma forma de vida que combina sofrimento, vínculos familiares partidos, vínculos sociais desfeitos, precariedade, falta de respeito, ilegibilidade/invisibilidade diante de esferas mais amplas de apresentação de si e de expressão de suas experiências. Trata-se de ir além do espetáculo do consumo da agonia e construir uma relação ética com as imagens que possa contribuir para a escuta e consideração de demandas políticas.

As condições de reconhecibilidade das vidas estão associadas à conexão que Butler (2004, 2015) quer explorar a partir do conceito de enquadramento e de seu poder de modelar e reorganizar os afetos dos espectadores. Aqui, por mais que narrativas humanitárias reforcem a produção de vítimas como forma de consideração normativa e institucional, é importante pensar em como experiências de vulnerabilidade podem ser traduzidas muito além da perspectiva humanitária. Além disso, imagens podem convocar afetos éticos mais universais (indignação, comoção, raiva, solidariedade etc.), mas localmente o tratamento conferido àqueles tidos como estrangeiros pode ainda permanecer marcado pelo racismo, pela xenofobia, pelos ódios que alimentam as relações intersubjetivas situadas. Enquanto afetos universais direcionam apelos morais para a compaixão (sentir por), afetos políticos ligados à responsabilidade ética conectam-se com a empatia (sentir com).

Butler menciona como o racismo e o olhar colonial interferem na produção de empatia com relação aos povos migrantes que não atendem aos padrões de humanidade definidos a partir de critérios hierárquicos. O migrante é estigmatizado por enquadramentos de hostilidade (cuidadosamente apresentado sob as roupagens da hospitalidade), ódio e depreciação. Como, então, produzir respostas éticas e afetivas que se diferenciem das normas padronizadas e excludentes de reconhecimento?

A matéria em questão humaniza os migrantes que saem debaixo do sol escaldante do deserto em busca de sobreviventes. A trajetória do voluntário Chaparrito, ele mesmo migrante que saiu do México para viver nos EUA aos 14 anos de idade, é narrada nas imagens de modo a considerar a singularidade e importância de sua existência. Seu corpo e os objetos a ele aco-
plados são descritos com minúcia: uma forma de valorizar e fazer o inventário dos vestígios que o singularizam. Na mochila de Chaparrito (figura 2) está pendurado um tênis de criança, encontrado por ele durante uma operação no deserto de Sonora: O sapato se tornou um amuleto que o acompanha durante os mais de três anos que atua como voluntário no Águia do Deserto: é um elo que recorda o quando foi difícil para sua mãe, separar-se dele no processo migratório.

Figura 2 – A mochila e as ferramentas de Chaparrito



Fonte: Colmenares (2023, online). Fotografia: Valentina Oropeza (BBC News Mundo)

Butler (2015) aproxima enquadramento e moralidade quando aponta para a maneira como narrativas visuais e enquadramentos definem quais vidas são inteligíveis, quais narrativas revelam sujeitos de direitos, existências dignas de serem protegidas. Segundo ela, o enquadramento, tomado como moldura que torna os vulneráveis visíveis, contribui negativamente para intensificar sua precariedade e seu apagamento. Os esquemas normativos e históricos que “preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento, produzem as regras que orientam o modo como apreendemos a vida em sua precariedade” (Butler, 2015, p.28). Enquadramentos são mecanismos de regulação do estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção a eles conferida. Por isso, sua reflexão sobre reconhecimento e ética da justiça envolve problematizar o enquadre em busca das fissuras que nos indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos.

Se considerarmos a abordagem de Butler (2018), imagens de povos migrantes são frequentemente produzidas a partir de enquadramentos que lhes confere apenas uma legibilidade superficial, resultante de mecanismos neoliberais de gestão dos “indesejáveis”. O enquadramento jornalístico promove um tipo de poder que envolve os modos de (in)visibilidade de sujeitos e grupos, regulando o espaço e os modos de sua aparição.

Consideração das vidas precárias

Raúl é o mais novo de seis irmãos. A família Sánchez é natural de San Antonio Acatepec, uma pequena cidade nas montanhas do município de Zoquitlán, no estado de Puebla, no centro do México. Ele perdeu o emprego num lava-jato durante o período de confinamento da pandemia do coronavírus. Como não conseguiu um emprego estável, decidiu ir para os Estados Unidos. Seus dois filhos adolescentes e sua companheira permaneceram nas montanhas enquanto ele iniciava a rota. “Ele nunca me disse que planejava atravessar o deserto de Sonora. Se ele tivesse me contado, eu jamais teria permitido”, diz sua irmã Inmaculada (Colmenares, 2023, online).

O relato acima é dedicado a apresentar aos leitores da BBC News um pouco da trajetória de Raúl Sanchez (figura 3). No enquadramento escolhido por Valentina Colmenares ele ganha nome, corpo, história, família e reconhecimento através não apenas das palavras de sua irmã, mas também da narrativa jornalística, que vai tecendo um olhar de consideração e avizinhamento com o luto e a dor de migrantes e voluntários no deserto de Sonora. É possível dizer que o enquadramento escolhido privilegia a abertura à dor do outro.

Figura 3 – Raúl Sánchez, migrante que enfrentou o deserto de Sonora



Raúl Sánchez foi visto com vida pela última vez em 22 de agosto de 2023, no deserto de Sonora

Fonte: Colmenares (2023, online). Arquivo pessoal de Inmaculada Sánchez, irmã do retratado

Marielle Macé (2018) define esse gesto de avizinhamento e hospitalidade como um movimento de consideração, de observação, de atenção, delicadeza, cuidado, estima, reabertura de uma relação, de uma proximidade, de uma possibilidade. Segundo ela, o olhar que sidera busca o extraordinário nas travessias dos migrantes, busca a singularização e a exemplaridade de personagens que resistem à morte. É um olhar que se nutre da miséria, do sofrimento e da vulnerabilidade, retornando apenas um sentimento de pena e compaixão. Por outro lado, o olhar que considera trabalha para se relacionar de outra maneira com aquelas vidas que estão sob o foco de sua atenção e também de sua responsabilidade ética. A vida do migrante e sua experiência continuam sendo enigmáticas, continuam trazendo surpresas e permitindo um estranhamento que desloca preconceitos e estigmas.

Considerar seria levar em conta os vivos, suas vidas efetivas, uma vez que é desse modo e não de outro que essas vidas são furtadas ao presente - levar em conta suas práticas, seus dias, e então desenclausurar o que a sideração enclausura; não designar e rotular vítimas, mas descrever tudo o que cada um põe em ação para lidar com situações de vulnerabilidade (Macé, 2018, p. 28).

A consideração também envolve a atenção aos indícios, aos tropeços, desvios e silêncios. Ela não descarta a potencialidade das gambiarras, das artes da resistência que inventam veredas no deserto, em meio aos silêncios, onde a voz se cala para retomar o fôlego. O grupo de voluntários que acompanha Chaparrito se depara constantemente com os rastros deixados pelos migrantes: roupas, mochilas camufladas e “sapatos de tapete”, de sola felpuda para não deixar rastros no caminho e assim evitar que a patrulha de fronteira os encontre (figura 4). São sapatos com sola muito fina, impróprio para as longas e pedregosas distâncias percorridas. Em alguns locais acumulam-se garrafas plásticas, isqueiros, cobertores, roupas e brinquedos. O que não pode ser carregado vai ficando para trás. Objetos que contam detalhes sobre as pessoas, famílias e grupos que se arriscam na travessia do deserto. A reportagem confere especial atenção a esses vestígios, considerando como as materialidades e os objetos fazem parte da construção de uma forma de vida em luta pela sobrevivência.

Figura 4 – Voluntário e pertences de migrantes deixados no deserto



VALENTINA OROPEZA / BBC NEWS MUNDO

Na caminhada pelo deserto de Sonora, é comum os voluntários encontrarem pertences abandonados por migrantes

Fonte: Colmenares (2023, online). Fotografia: Valentina Oropeza (BBC News Mundo)

Esses rastros convocam os espectadores a imaginar os passantes, a considerar os migrantes e tudo o que tiveram que deixar para trás. Esses traços nos indicam “vidas que têm algo a dizer sobre aquilo que são: mais do que bordas, abandonadas e ativamente invisibilizadas, são franjas que já seriam provas de que se poderia fazer de outro modo, uma vez que se fazem de outro modo” (Macé, 2018, p. 60). São vidas que buscam outros caminhos, outras formas e possibilidades de sobrevivência, vidas sobre as quais pouco sabemos, mas que vão além das representações documentadas pela mídia, pelas instituições e pelo preconceito aos estrangeiros – aqui compreendidos como seres estranhos e hostis.

Levar em consideração não é apenas olhar, mesmo que não seja ainda agir; é escutar a ideia que todo estado de realidade enuncia, pois toda coisa expressa sua ideia, não a ideia que se tem dela, mas a ideia que ela é, em outras palavras o possível que ela abre, e é precisamente essa ideia que nos leva a reconhecer, nos lugares de uma vida cotidiana, tomada em sua duração, lugares onde vidas efetivamente se mantêm, onde corpos e almas efetivamente se experimentam (Macé, 2018, p. 45).

Figura 5 – Chaparrito faz uma prece por migrante que perdeu a vida no deserto



Fonte: Colmenares (2023, online). Fotógrafo: José María Roderó (BBC News Mundo)

Chaparrito se ajoelha e chora ao encontrar o corpo de Raúl Sánchez, ressecado e decomposto pelo calor excruciante de Sonora (figura 5). A imagem acima revela um processo de luto por vidas de migrantes mexicanos perdidas ao empreenderem travessias arriscadas. Mostrar o luto na imagem é significativo: não apenas porque Butler (2015, 2019) define o luto como a condição de avaliação de uma vida como tal, mas porque o processo de luto permite um espaço entre o espectador e os migrantes que se distingue das opções comumente oferecidas para esse encontro. A nosso ver, a temporalidade do enlutamento é a temporalidade da coexistência possível. O luto como sinônimo de luta: resistir contra a violência, a barbárie e o esquecimento por meio da construção precária de uma memória ética, de uma experimentação coletiva da dor. Segundo Butler,

[...] o que o luto mostra é a forma como nossas relações com os outros nos sustentam, de maneiras que nem sempre podemos recontar ou explicar, que interrompem a abordagem autorreflexiva de nós mesmos, desafiando a noção de que temos controle autônomo sobre nós (2004, p. 23).

No lugar de discursos de causalidade e de apagamento das sutilezas e texturas das experiências dos povos migrantes, é importante que o jornalismo possa elaborar os relatos que permitem uma aproximação, um avizinhamiento mais demorado entre espectador e alteridade presente na imagem fotográfica (Barcelos, 2014). O luto narrado nas imagens expõe como o dispositivo de visibilidade pode nos aproximar ou nos afastar do sofrimento experimentado pelo outro.

Macé (2018) e Butler (2015) afirmam que é preciso considerar os arranjos que modelam formas de vida em situações de urgência, de incerteza, de trauma, nas quais é necessário não só escolher aquilo que merece ser cuidado e preservado, como também requer a criação de estratégias que direcionam todas as ações destinadas a manter a integridade, a dignidade e a preparar o mundo a ser habitável, tornando-o fruto de uma trama complexa de relações cuja função é manter a vida.

Considerações finais

a resistência e a sobrevivência liminar de povos migrantes e voluntários socorristas latino-americanos nos relatos e nas imagens fotográficas aqui analisadas são operações de aparecimento que permitem a criação de intervalos, de zonas intermediárias nas quais as experiências dos migrantes e dos espectadores podem se aproximar, indo além dos tradicionais lugares da vítima, da compaixão e da indignação. Como bem ressalta Butler (2015), questionar o estatuto de vítima não significa vencer a vulnerabilidade, mas manifestá-la, torná-la legível no corpo, nos gestos, na presença, nas lógicas de manifestação que demandam uma resposta oficial das instituições para que as vidas precárias sejam consideradas. Aparecer para evidenciar e contrapor as técnicas de apagamento das existências é uma manifestação política vital para apontar as condições políticas que organizam as desigualdades e as aprofundam.

Na produção de enquadramentos que organizam a narrativa jornalística há um trabalho paciente de tessitura constante dos laços, de uma coletividade partilhada, mas também de sabedoria, que consiste em aproveitar-se dessas articulações para alterar a situação de vulnerabilidade em que se encontram permitindo a sobrevivência no trabalho reflexivo da memória e do trauma (Biondi; Marques, 2015) e a emergência de transformações. Por isso, é vital considerar os arranjos e quadros de sentido que modelam imagens fotojornalísticas que fazem aparecer formas de vida em situações de urgência, de incerteza, de trauma. A responsabilidade ética diante do sofrimento dos migrantes demanda, como destaca Barcelos (2014), não apenas escolher aquilo e aqueles que merecem ser cuidados e preservados, como também requer a criação de estratégias que direcionam todas as ações destinadas a manter a integridade, a dignidade e a preservar e reparar o mundo a ser habitável, tornando-o fruto de uma trama complexa de relações cuja função é manter a vida. Interessa a essas autoras as ações e interações que os sujeitos criam e fabulam para zelar pela manutenção da vida ordinária, das zonas de hospitalidade e das possibilidades de criar e recriar os laços de interdependência que nos sustentam, sempre enredados.

Referências

- BARCELOS, Janaína. Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade. **Discursos Fotográficos**, v.10, n.16, 2014, p. 111-134. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-7939.2014v10n16p111>
- BIONDI, Angie; MARQUES, Ângela. Corpo sofredor: tensões narrativas e política das imagens no fotojornalismo. **Brazilian Journalism Research** (Online), v. 11, p. 120-141, 2015.

BUTLER, Judith. **Precarious Life**. London: Verso, 2004.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

COLMENARES, Valentina. 'Eles viraram múmias por causa do calor': os relatos comoventes dos voluntários que recolhem corpos de migrantes em deserto no Arizona, **BBC News Mundo**, 01/12/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1v29ll3yk6o#:~:text=Embora%20o%20calor%20e%20a,por%20muros%20e%20arame%20farpado>. Acesso em 20/04/2025.

JÁCOME, P. Quem conta um conto, aumenta um ponto?. In: Bruno Souza Leal; Elton Antunes; Paulo Bernardo Vaz. (Org.). **Para entender o jornalismo**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, v. 1, p. 187-198.

LEAL, Bruno. Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho. (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. 1ed. São Paulo: Intermeios, 2013, v. 1, p. 25-48.

LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (Orgs.). **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Selo PPGCom/UFMG, 2018, p.17-34.

MACÉ, Marielle. **Siderar, considerar**: migrantes, formas de vida. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

DIVERSIDADE PADRONIZADA: DELINEAMENTOS DA ACORPORALIZAÇÃO MIDIÁTICA

STANDARDIZED DIVERSITY: OUTLINES OF
MEDIATIC DECORPorealization

VÍRNIA PEIXOTO MARTINS¹

FERNANDA CARRERA²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a representação de corpos diversos na mídia por meio de uma pesquisa exploratória, buscando identificar a existência de um possível movimento de padronização da diversidade corporal. A investigação se apoia em uma fundamentação teórica ancorada nos conceitos de biopolítica e colonialidade, com o intuito de compreender os mecanismos de controle, enquadramento e hierarquização dos corpos no cenário midiático contemporâneo. Ao analisar essas dinâmicas, propõe-se identificar padrões de visibilidade e apagamento na representação de corpos historicamente marginalizados, oferecendo subsídios para a proposta do conceito de acorporalização midiática.

Palavras-chave: Acorporalização midiática; Padrão de beleza; Corpos Marginalizados; Diversidade.

ABSTRACT

This article aims to discuss the representation of diverse bodies in the media through exploratory research, seeking to identify the existence of a possible movement toward standardization of bodily diversity. The investigation is based on a theoretical foundation anchored in the concepts of biopolitics and coloniality, with the aim of understanding the mechanisms of control, framing, and hierarchization of bodies in the contemporary media landscape. By analyzing these dynamics, we propose to identify patterns of visibility and erasure in the representation of historically marginalized bodies, offering support for the proposed concept of mediatic decorporealization.

Keywords: Mediatic Decorporealization; Beauty standards; Marginalized bodies; Diversity.

Introdução

Em 2015, os debates sobre aceitação corporal ganharam maior visibilidade, impulsionados pelos desdobramentos dos movimentos feministas. Questões antes restritas ao campo de gênero, como imagem e padrões estéticos, expandiram-se para diferentes esferas sociais, fortalecendo o movimento Body Positive, cuja proposta central é a valorização e aceitação de todos os tipos de corpos (Cwynar-Horta, 2016). Corpos historicamente marginalizados, como corpos gordos,

1 Mestra em Estudos da Mídia. Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Doutora em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

negros, idosos e de pessoas com deficiência, passaram a ocupar espaço no debate público sobre diversidade e representatividade.

Essa visibilidade impulsionou reflexões sobre os efeitos dos padrões estéticos. Segundo a pesquisa *Padrões de Beleza e Bem-Estar* (Opinion Box, 2023), 46% dos entrevistados afirmaram sentir-se mais influenciados por campanhas com pessoas com as quais se identificam, enquanto 70% apontaram a mídia como principal difusora de ideais de beleza irreais. Paralelamente, dados da ISAPS revelam que o Brasil concentra mais de 13% das cirurgias plásticas do mundo, 58% delas em pessoas com menos de 30 anos, evidenciando o paradoxo entre a crítica aos padrões e a persistência da insatisfação corporal.

É a partir desse cenário contraditório que se propõe analisar as representações de corpos diversos na mídia. Diante do avanço de discursos sobre inclusão, surgem questionamentos: que corpos são efetivamente representados? Quais marcas corporais são mantidas ou apagadas? Haveria uma padronização dos corpos “não padrão”?

Nesse contexto, destaca-se o conceito de *diversity washing* (Rocha, 2020), que designa a adoção superficial da diversidade por empresas sem ações concretas de inclusão. Tal prática frequentemente se manifesta na chamada “diversidade limitada” (Carrera, 2020), em que corpos supostamente diversos, como negros de pele clara ou gordos dentro de limites aceitáveis, são representados de forma palatável. Porém, há um processo maior, uma tentativa de embranquecimento, polimento e apagamento das marcas corporais que tensionam o ideal de beleza hegemônico.

Diante disso, este estudo realiza uma pesquisa exploratória para propor o conceito de acorporalização midiática, entendido como o processo pelo qual corpos diversos, ao entrarem no campo da visibilidade, são enquadrados em lógicas estéticas que neutralizam sua potência política e simbólica. Para compreender esse fenômeno, serão discutidos os conceitos de biopolítica (Foucault, 1997), biopolítica do consumo (Hoff, 2020) e de convocações biopolíticas (Prado, 2013), fundamentais para analisar como a mídia molda, regula e disciplina os corpos no contemporâneo.

Para chegar às peças analisadas buscou-se marcas que trabalhassem com a diversidade e fossem conhecidas por trazerem essa noção de diferentes padrões de beleza. Natura, Avon, Ashua e O Boticário se destacaram nesse aspecto e, a partir dessa seleção, realizou-se uma pesquisa exploratória em que a temporalidade das peças não foi o fator central. O foco recaiu principalmente sobre o viés da diversidade, os discursos mobilizados e as imagens utilizadas.

Biopolítica e marginalizações

As imagens veiculadas pela mídia, muitas vezes escolhidas com o propósito de convocar estilos e comportamentos a serem seguidos, não surgem de forma neutra ou desinteressada. Essas escolhas estão imersas em processos históricos mais profundos e enraizados do que costumamos imaginar, como a biopolítica, por exemplo.

O conceito desenvolvido por Michel Foucault debate a maneira pela qual se tentou, desde o início do século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, considerando os fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade e raças” (Foucault, 1997, p.89). 89). Nesse sentido, diz respeito ao gerencia-

mento que objetiva aumentar a produtividade e o bem-estar da sociedade, mas também age estabelecendo normas que moldam e regulam o comportamento dos sujeitos. Desta forma, não age pela punição ou proibição, mas por meio da administração e regulação do cotidiano, buscando policiar e condicionar a vida e a saúde de uma população.

Busca-se, então, reunir técnicas de disciplinamento direcionadas ao corpo para controlá-lo e moldá-lo. Foucault (1997) aborda a biopolítica especialmente como uma técnica de controle que atua de forma sutil. Ela organiza e pauta os comportamentos dos indivíduos para atingir o interesse de um governo, que pode ter impactos positivos. No entanto, estabelece um certo modo de vida, como as questões de saneamento básico e de saúde pública com as vacinações em massa para o controle de uma epidemia. Ao mesmo tempo que visam proteger a saúde de uma população, fornecendo qualidade de vida, também terminam por estabelecer padrões de higiene e comportamento.

Porém, na contemporaneidade, a biopolítica é pautada por uma lógica neoliberal, na qual o alcance desses e outros padrões é colocado como responsabilidade individual do sujeito. As práticas de autocuidado, dietas, exercícios e cirurgias estéticas, por exemplo, são cada vez mais entendidas como uma obrigação individual para manter-se saudável e produtivo. Esse processo reforça a ideia de que corpos que não estão no padrão desejado, ou de que indivíduos que não buscam essas práticas de saúde, são preguiçosos e incapazes, ignorando os aspectos históricos, sociais e até mesmo biológicos quando pensamos na diversidade genética.

A busca individual por uma determinada noção de saúde socialmente estabelecida constitui a base para relacionar as práticas de consumo ao sujeito contemporâneo, uma vez que o insere em uma lógica de “ênfase na individualidade e no desejo objetivado pela mercadoria” (Hoff, 2012, p. 61). No campo do corpo e da beleza, o autocuidado e o chamado “empoderamento” individual passam a ser convertidos em produtos de consumo. Assim, o cuidado com o corpo e com a mente é mediado pela aquisição de bens e serviços, “o que possibilita o desenvolvimento de uma ‘biopolítica do consumo’, ditada pelas marcas e dirigida aos sujeitos consumidores” (Hoff, Holtz e Fraga, 2020, p. 278).

Nessa perspectiva, Hoff (2020) aponta que o consumo se configura como um mecanismo biopolítico que opera por meio de diferentes esferas, dentre as quais a mídia ocupa posição central. A mídia, enquanto fenômeno social e cultural, atua na construção de imaginários, especialmente aqueles relacionados ao corpo, tornando-se um espaço privilegiado para a disseminação de técnicas de disciplinamento. As imagens veiculadas nos meios de comunicação não apenas reproduzem, mas também produzem ideais e modelos corporais que se tornam objetos de desejo. Nas biopolíticas do consumo, portanto, a disciplina exercida sobre o indivíduo é orientada pelos valores e pelos imaginários que circulam nesse universo simbólico (Hoff, 2021, p. 66). Diante disso, impõe-se a pergunta: quais são as imagens corporais que circulam na mídia?

Convocações ao modelo biopolítico de beleza na mídia

Quando falamos na instituição da mídia, é necessário destacar a capacidade que ela possui em criar, divulgar e normalizar discursos. Silverstone (2005), ela compõe um cenário contínuo e onipresente, no qual os discursos produzem normas e valores sociais, tornando quase impossível

estar imune às suas influências. Assim, é essencial compreender como a mídia estrutura essas narrativas, especialmente no cruzamento entre o discurso colonial e as práticas biopolíticas.

Historicamente, publicidades e revistas difundiram convocações biopolíticas que indicavam caminhos para o “sucesso”, instituindo “regimes discursivos de visibilidade” que valorizavam certos corpos e excluía outros (Prado, 2013). O cinema e, mais recentemente, as redes sociais ampliaram essa lógica, globalizando padrões de desejo e beleza. Como observa Sodré (2014), a mídia não é produto direto de uma biopolítica estatal, mas está profundamente vinculada à gestão da vida pelos interesses do mercado. Ela orienta modos de viver e cuidar de si, promovendo uma administração individual do corpo e consolidando subjetividades moldadas pelo consumo e pela performance.

Nesse sentido, a mídia configurou uma série de práticas que visam incentivar a adoção de fórmulas e estratégias de cuidado com o corpo, estabelecendo um fluxo constante de mensagens e recomendações. É nesse cenário que surge a percepção de uma convocação para uma administração individual do corpo. Essa lógica evidencia o surgimento das biopolíticas consumo (Hoff, 2020), em que consumo e suas técnicas de incentivo direcionam e constroem noções para o sujeito, desenvolvendo bases para a produção de subjetividades de si.

A esse fenômeno, Prado (2013) chama de convocações biopolíticas. Segundo o autor, as mídias criam discursos que incentivam o público a adotar práticas, e isto intensifica a relação entre os meios de comunicação e os interlocutores. As convocações biopolíticas dizem respeito às estratégias de controle do corpo enunciadas amplamente por diferentes mídias. Em outras palavras, seria um incentivo, um apelo ao gerenciamento da própria vida. Dessa forma, as questões de aprimoramento da aparência são propagadas nas mídias por meio de convocações biopolíticas, que se colocam em um lugar de incentivo às práticas de consumo.

No contexto das convocações biopolíticas, o campo publicitário surge como espaço privilegiado para analisar relações entre beleza, corpos e biopolítica. Prado (2013) observa que essas convocações utilizam modalidades enunciativas, frequentemente imperativas, articulando discurso e imagens para prescrever práticas e desenvolver ideais de vida ligados ao sucesso e à felicidade. Além de apresentar modelos a serem seguidos, elas estruturam agendas por meio de “mapas cognitivos/semióticos” que orientam a regulação da vida cotidiana.

Há uma noção de prescrição quando pensamos nessas convocatórias, que atuam como mobilizadoras das práticas de regulação de vida. Porém, é interessante pensar nessas convocatórias não apenas compostas pelo discurso falado ou escrito, mas também nas imagens que ali estão representadas, e o que a escolha delas propõe convocar. A visualidade torna-se central nesse processo (Prado, 2013), com o corpo funcionando como ferramenta de comunicação que convoca corpos reais a perseguirem ideais midiáticos. Como aponta Herman (2023), a mídia oferece o prazer da busca, justificando e confortando a falta, criando um ciclo contínuo de consumo em que o indivíduo é incentivado a perseguir constantemente metas e modelos de perfeição, muitas vezes inalcançáveis.

Ao refletirmos sobre as convocações biopolíticas imagéticas relacionadas ao corpo, torna-se possível observar, na prática, como elas operam na divulgação de modelos corporais que alimentam e sustentam a lógica do consumo. A mídia não só apresenta imagens de corpos, ela também traz uma certa governança visual sobre as suas possibilidades, ela regula os contornos, gerencia suas marcas. Assim, os corpos mostrados como ideais, são aqueles de pele lisa, resul-

tantes do uso de determinados produtos; corpos jovens, que recorrem a técnicas e cosméticos para retardar o envelhecimento; corpos magros, moldados por dietas de baixa caloria ou pelo exercício físico em voga. Tais corpos, contudo, não são representados em sua integralidade, eles são fragmentos depurados, retirados da naturalidade e reinstalados em um imaginário higienizado. A eles é negada a possibilidade de se apresentarem em sua forma natural, uma vez que o “natural” escapa à lógica mercadológica.

O corpo natural, com sua textura, seus sinais do tempo, suas curvas, sua diversidade fenotípica, torna-se um excesso. E aquilo que escapa precisa ser negado, suavizado ou recodificado. Nesse processo, esses corpos tornam-se acorporalizados. O termo “acorporalização” nos permite pensar esse processo como uma espécie de desapropriação simbólica: retira-se do corpo o que o constitui como singular, concreto e plural. Esse conceito surge de uma junção do prefixo “a” à palavra corporalidade. O prefixo “a-”, na língua portuguesa, indica privação, e o ato de negar a reprodução de um corpo em sua condição natural pode ser compreendido como um movimento de “acorporalização”, isto é, a retirada simbólica das marcas corporais que o constituem.

A distinção entre acorporalização midiática e a já conhecida modelagem midiática reside na questão da diversidade: enquanto a modelagem refere-se à conformação de padrões de beleza, a acorporalização atua silenciosamente sobre a diversidade dos corpos, apagando sinais que denunciam sua materialidade real, barriga, cicatrizes, celulites, rugas, texturas de pele e traços étnicos que não se alinham ao ideal normativo. Enquanto a modelagem afirma um modelo, a acorporalização nega uma existência.

Portanto, para esses casos não basta falar apenas em uma remodelação da diversidade, pois os impactos dessa privação da representação do corpo natural também atingem o corpo fora da mídia. Ao privar os corpos reais de suas marcas naturais, a mídia não produz apenas imagens depuradas: produz também expectativas sociais que reverberam para além das telas. O corpo fora da mídia, cotidiano, imperfeito, passa então a confrontar um ideal diverso que, paradoxalmente, também se torna um ponto de chegada.

A suposta ampliação do espectro corporal, portanto, não liberta; apenas rearranja as coordenadas do possível, criando um ideal diverso que ainda exige disciplina, autocontrole e conformidade. O resultado é uma duplicação das normas: não basta mais ser magro, jovem ou liso; também não basta ser diverso, é preciso ser um certo tipo de diverso. Assim, o corpo que escapa a esses limites não encontra apenas ausência (prefixo a) de representação, mas uma nova forma de inadequação: a inadequação diante da diversidade normatizada.

Corpos marginalizados

Historicamente, o discurso sobre beleza foi estruturado a partir de um ideal branco, magro e jovem, diretamente vinculado à colonialidade do poder (Quijano, 2005) e reforçado por práticas biopolíticas de controle dos corpos. O corpo gordo, por exemplo, que na Idade Média simbolizava fartura e saúde, passou, a partir do século XX, a ser associado à negligência e à doença (Vigarrello, 2012). No Brasil, esse deslocamento foi intensificado a partir de 1920, quando a obesidade passou a ser tratada como um problema de saúde pública (Sant’Anna, 2015).

Essa transformação consolidou o estigma da gordura no Ocidente, alimentado pela articulação entre os discursos médico, midiático e estético. Como aponta Aires (2019), a gordura foi patologizada, tornando-se um marcador de risco que apaga a pluralidade dos corpos gordos e os transforma em objeto de medicalização e exclusão social. Na mídia, por muitos anos, foi possível encontrar convocações para não possuir esse corpo gordo. Manchetes com receitas para emagrecer e soluções rápidas para perder peso construíram uma mensagem clara: para ser bonito, feliz e ter sucesso, é preciso ser magro.

Situação semelhante ocorre com os corpos envelhecidos, também empurrados para as margens da visibilidade midiática. A partir do século XIX, com a valorização da produtividade e da juventude, a velhice passou a ser associada à decadência (Blessmann, 2004; Debert, 1999). Goffman (1975) identifica a velhice como um estigma, carregado de sentidos depreciativos como inutilidade, feiura e isolamento. Nesse contexto, surgem práticas discursivas e visuais que promovem o ideal de “envelhecer bem”, ou, mais precisamente, de não parecer velho, exigindo investimentos constantes para disfarçar os sinais naturais da idade.

As convocações biopolíticas da mídia (Prado, 2013) operam nesse cenário como dispositivos que orientam os sujeitos sobre como devem ser, agir e parecer, utilizando imagens e discursos que reforçam os valores neoliberais de juventude, autocontrole e performance corporal. Essas convocações vão além do texto escrito ou falado: elas estão inscritas nos próprios corpos visíveis nas mídias, que funcionam como modelos de conduta estética e moral.

O corpo negro tem sido sistematicamente excluído das representações dominantes de beleza. Desde o período colonial, a branquitude foi construída como símbolo de poder, enquanto o corpo negro foi relegado à marginalidade (Nogueira, 1998). Mesmo após a abolição da escravidão, persistem lógicas racistas que dificultam a inclusão efetiva. Essa exclusão histórica gerou estigmatização contínua, associando características físicas, cor da pele, cabelo crespo, traços faciais, a atributos negativos frente a um padrão eurocêntrico (Goffman, 1975; Gomes, 2008).

Assim, observa-se que a construção social da beleza está profundamente imbricada com lógicas de exclusão que atuam sobre diferentes marcadores corporais, gordura, idade, raça, deficiência, apagando suas marcas específicas e impondo um ideal único e inatingível. A mídia e a publicidade, como dispositivos de poder simbólico, não apenas reproduzem esses padrões, mas também condicionam a visibilidade de corpos marginalizados à sua adaptação a critérios normativos.

Após anos de exclusão e rebaixamento de corpos marginalizados, o debate sobre diversidade ganhou força, abrindo espaços midiáticos para a valorização de características antes rejeitadas. O movimento Body Positive consolidou-se nesse contexto, promovendo práticas de aceitação e exaltação corporal. Tilka e Wood-Barcalow (2012) apontam que o Body Positive surge como desdobramento das pautas feministas, especialmente na desconstrução dos padrões de beleza e na valorização da diversidade corporal. Inicialmente centrado em questões de gênero, o movimento ampliou-se para discutir imagem e aceitação corporal, propondo um olhar que rompe com a normatividade estética.

Assim como o feminismo, o Body Positive encontrou nas mídias digitais um meio potente de mobilização e visibilidade. Cwynar-Horta (2016) destaca que, em especial no Instagram, mulheres com corpos fora do padrão, gordos, com celulites, estrias ou marcas naturais, passaram a desafiar os ideais hegemônicos de magreza e perfeição por meio de imagens e debates públicos. Souza (2019) complementa ao evidenciar o papel das hashtags, como #bodypositive, na articulação de comunidades digitais voltadas à aceitação corporal.

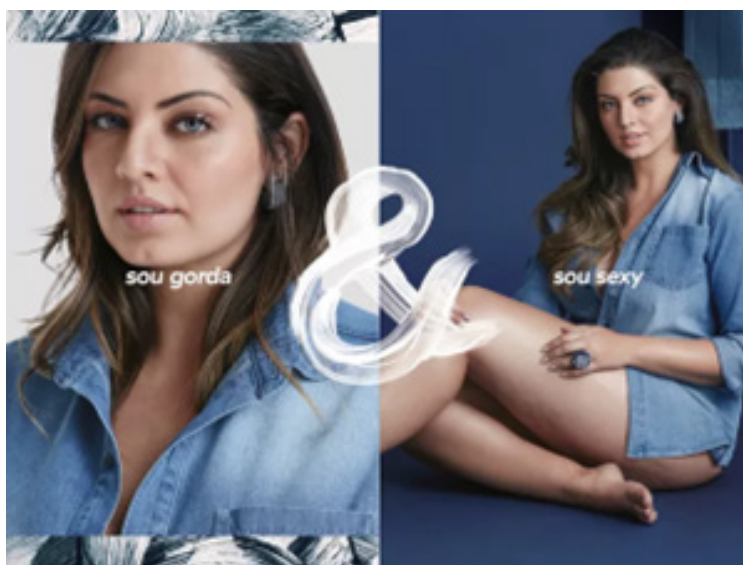
Diante dessa visibilidade, muitas marcas passaram a incorporar discursos sociais em suas estratégias, contratando figuras públicas alinhadas a pautas como feminismo, inclusão e diversidade. Paralelamente, passaram a representar corpos antes marginalizados, convertendo antigas narrativas de rebaixamento em convocações de exaltação. Campanhas de beleza e moda passaram, então, a adotar slogans como “celebre seu corpo” e “a beleza é para todos”, sinalizando uma mudança nas representações midiáticas e nos convites ao consumo.

Diversidade em destaque ou diversidade em jogo?

Mesmo com uma adesão da mídia ao discurso da diversidade, é possível notar algumas incongruências. Quais são esses corpos diversos representados na mídia? Eles realmente apresentam a diversidade corporal ou uma pequena parcela moldada, acorporalizada midiaticamente?

Em 2016, a loja de roupas C&A lançou uma campanha sobre peças jeans que buscava se posicionar em defesa da diversidade, apresentando diferentes estilos de pessoas e frases que buscavam quebrar estereótipos e preconceitos. Um dos anúncios mostrava uma modelo curvilínea, com algumas celulites, acompanhada da frase “Sou gorda, sou sexy” (figura 1). A repercussão dessa campanha foi bastante negativa e a marca sofreu várias críticas, pois muitas pessoas não reconheceram a modelo como uma mulher gorda, além de destacarem o fato de a loja, na época, vender roupas apenas até o tamanho 48. Em sua página do Facebook, a C&A recebeu alguns comentários como: “C&A lança campanha com falsa gorda de Taubaté”, “C&A, chega de hipocrisia”. Vocês não têm roupas para o público plus size. A modelo é linda, mas nem pode ser chamada de gorda”. Em meio a essa polêmica, a modelo da campanha, Maria Luiza Mendes, rebateu as críticas e se afirmou como uma mulher gorda: “Eu também sou gorda. Talvez menos gorda que você, só gordinha, ou mais que você.”

Figura 1 - Campanha C&A “Sou gorda, sou sexy”



Fonte: Revista Claudia ³

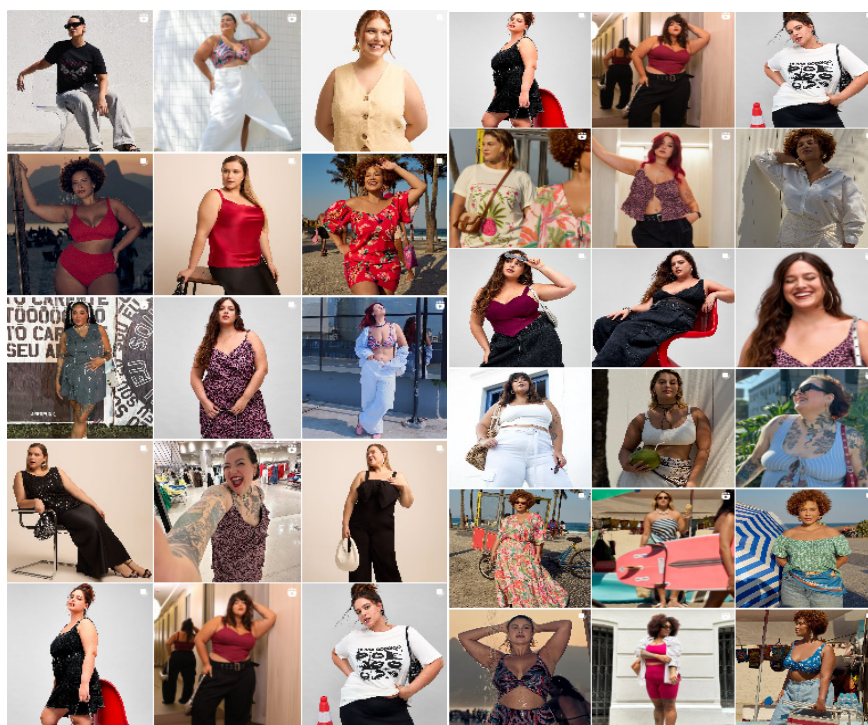
3 Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/nova-campanha-da-ca-sobre-diversidade-gera-polemica-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 27 abr. 2025

O não reconhecimento de Maria Luiza Mendes como mulher gorda evidencia uma discussão mais ampla sobre o que define um corpo gordo. O dicionário Aurélio (2024) define “gordo(a)” como “em que há excesso de tecido adiposo; corpulento”, mas, na prática, o senso comum associa gordura a acúmulo visível de tecido e certa flacidez, nem sempre refletidos por índices biométricos.

Para Arruda (2019, p. 29), ser chamado de gordo vai além do IMC: trata-se de não ser aceito socialmente pela forma do corpo, enfrentando gordofobia em diferentes contextos, como poltronas de avião, roupas inadequadas ou preconceito médico. Esse caso ilustra a diversidade de percepções sobre a gordura e revela a escolha da C&A de representar um corpo maior, próximo do público, mas ainda marginalizado, refletindo as limitações das representações corporais midiáticas.

Um movimento similar pode ser notado no Instagram da Ashua Curve & Plus Size, uma marca brasileira focada em moda para mulheres que vestem do tamanho 46 ao 58, criada em 2016 pelo grupo Lojas Renner. A marca não possui grandes materiais publicitários, mas possui uma forte atuação no Instagram. Por se tratar de uma loja que vende roupas para pessoas gordas, todos os corpos apresentados são gordos, porém, entre os últimos 30 posts da marca no Instagram, encontramos poucas representações de gordas maiores (figura 2). Os termos “gorda menor” e “gorda maior” são usados pelo ativismo gordo para se referir a corpos gordos de tamanhos diferentes. Aqueles corpos considerados gordos teriam maior dificuldade em encontrar roupas e teriam direitos e acessos básicos negados por falta de acessibilidade, como equipamentos médicos e assentos em transportes. Enquanto os gordos menores seriam corpos considerados gordos, mas não passariam pelas mesmas dificuldades. Agnes Arruda (2022) aponta que, quanto maior for o corpo, maiores são as dificuldades enfrentadas por ele.

Figura 2 - Grid de 30 posts do perfil da Ashua Curve & Plus Size no Instagram



Fonte: Instagram⁴

4 Disponível em: <https://www.instagram.com/ashuacurvesize/> Acesso em: 21 nov. 2024

Nas postagens da marca Ashua Curve & Plus Size, observa-se a ausência de corpos gordos maiores e a predominância de silhuetas com cintura marcada, remetendo ao corpo em formato “violão”, valorizado nas décadas de 1950 com figuras como Marilyn Monroe e as pin-ups. As peles exibidas são lisas e uniformes, quase sem marcas corporais, como estrias, celulites ou sinais, o que reflete, conforme aponta Sibilia (2013), a rejeição contemporânea a tudo que rompe a aparência de lisura. Esse movimento revela uma ambiguidade: embora a marca se proponha a representar corpos plus size, reproduz padrões que negam a diversidade de formas e texturas corporais.

Podemos relacionar esse movimento ao mesmo movimento midiático realizado com os corpos idosos, em que se busca polir o corpo marginalizado e privá-lo de qualquer outra marca corporal, normalmente compreendida como negativa, para que seja possível utilizá-lo como uma convocação biopolítica, para que ele possa ser um objeto de desejo para o público ao qual ele comunica. Dessa forma, ele se torna mais vendável, mais palatável e até mais inalcançável. Um exemplo é o comercial da Avon (2021), que apresenta uma mulher mais velha de cabelos brancos, mas com pele visivelmente lisa, sem rugas aparentes, evidenciando o apagamento das marcas corporais como estratégia estética e biopolítica.

Figura 3 - Propaganda Avon Toda Vitaminada com Renew



Fonte: YouTube⁵

A campanha de produtos para a pele reforça a ideia da “pele perfeita” e do envelhecimento sem marcas, projetando a possibilidade de apagar os sinais da idade. Mais do que discutir a escolha da atriz, interessa observar a convocação biopolítica presente: o corpo envelhecido é representado, mas de forma “polida”, livre das marcas culturalmente associadas à velhice. Essa operação permite incluir a diversidade sem romper com o ideal de juventude, mantendo viva a lógica do consumo. Como observa Sibilia (2013, p. 97), negar as marcas da idade “alimenta o riquíssimo mercado da purificação”, sustentado por produtos e procedimentos rejuvenescedores.

O mesmo ocorre na campanha “Pacto Prateado”, do grupo O Boticário, que propõe combater o etarismo. Embora se apresente como inclusão, as modelos acima de 45 anos exibem poucas rugas e apenas uma tem fios grisalhos, ainda parcialmente escurecidos, sinalizando uma representação controlada da velhice e a persistência do ideal de juventude.

5 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aTVx5Kq81_c&ab_channel=AvonBR Acesso em: 21 nov. 2024

Figura 4 - Post de O Boticário sobre o Pacto Prateado

Fonte: Instagram⁶

Na legenda, a marca aponta que o foco é se comunicar e ajudar as mulheres com mais de 45 anos, porém, a marca não deixa claro até onde vai essa luta anti-etarista. A convocação realizada deixa aberta a interpretação de que o “pacto prateado” é voltado para um corpo mais velho específico. Um corpo não muito velho, um corpo com poucas linhas de expressão e com poucas rugas. A legenda ainda fala que o auge das mulheres com mais de 45 anos está no presente, e não no passado, mas comunica que, para esse auge, é preciso estar maquiado e muito bem arrumado.

Ao analisar a representação de pessoas negras na publicidade, Gomes (2006) observa que há uma preferência por indivíduos de pele clara e com traços menos marcadamente negroides, revelando uma prática recorrente de embranquecimento simbólico. Como reforça Carrera (2020, p. 99), trata-se de uma tentativa de “tornar palatável a existência do negro nesse espaço discursivo de poder”, mantendo a presença negra apenas sob condições que não desafiem os padrões estéticos hegemônicos. Essa dinâmica evidencia o funcionamento da colonialidade do poder (Quijano, 2005), que sustenta o racismo estrutural e posiciona o corpo branco como referência normativa. Assim, mesmo em contextos que se pretendem diversos, os corpos negros visibilizados tendem a ser aqueles mais próximos dessa norma branca, reiterando desigualdades históricas e aprofundando os mecanismos de exclusão e apagamento das negritudes mais retintas.

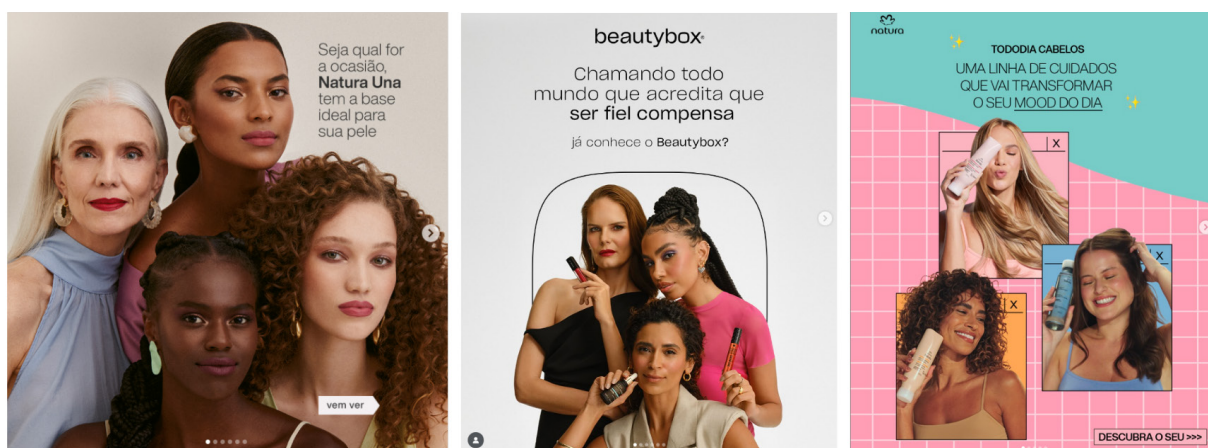
Porém, nos últimos dez anos, com o avanço dos debates sobre diversidade e racismo, observa-se um aumento na presença de modelos negras de pele retinta em campanhas publicitárias. A pesquisa TODXS (ONU Mulheres, 2021), que analisou mais de 5.000 anúncios de TV e 1.000 posts no Facebook, apontou crescimento na aparição de pessoas com cabelos crespos ou cacheados, ainda assim, apenas 21% do total. A presença de mulheres negras como prota-

6 Disponível em: https://www.instagram.com/p/DBUPiGuPYGZ/?img_index=2 Acesso em: 21 nov. 2024

gonistas atingiu 27%, e a de homens negros, 20%, percentuais baixos, mas superiores aos de 2020 (22% e 7%, respectivamente).

O que nota-se ainda é a baixa quantidade de modelos retintos em uma mesma campanha (figura 5), pois ainda há uma preferência por negros de pele clara, mesmo com o aumento no número geral de aparições de pretos retintos, se comparado a 20 anos atrás. Percebe-se um movimento de colocar negros retintos em campanhas mais pontuais, como a do novembro, ou campanhas específicas para produtos de cabelos crespos ou cacheados, mas nota-se uma quantidade menor para campanhas de produtos abertos para o público.

Figura 6 - Posts mulheres negras



Fonte: Instagram⁷

Outro aspecto relevante observado nos exemplos analisados diz respeito à ausência de representações que articulem múltiplas camadas de marginalização, ou seja, corpos que expressem interseccionalidades reais. Em nenhuma das categorias de corpos historicamente excluídos, como pessoas gordas, idosas, negras ou com deficiência, foram identificadas convocações biopolíticas que contemplassem a sobreposição desses marcadores. A representação tende a seguir uma lógica seletiva e compartimentalizada: modelos gordas, idosas ou com deficiência são, em sua maioria, brancas; enquanto modelos negras são predominantemente magras, jovens e sem deficiência aparente.

Em primeiro momento, pode-se pensar que as marcas praticaram o diversity washing. Esse termo foi cunhado por Liliane Rocha, presidente da consultoria de sustentabilidade e diversidade Gestão Kairós. Ele surge para definir empresas que adotam a diversidade em seus discursos, mas não implementam ações concretas, como iniciativas de educação e inclusão, ou não colocam em prática o que defendem. A expressão é inspirada no conceito de "greenwashing", termo usado para descrever empresas que se posicionam como ambientalmente responsáveis, mas não possuem um plano sólido para promover mudanças significativas em prol do meio ambiente. Em muitas ocasiões, essas empresas aproveitam datas importantes relacionadas à diversidade para demonstrar apoio e atrair a atenção dos consumidores desses movimentos, com o objetivo de vender seus produtos.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DChyCPUOzAv/> Acesso em: 21 nov. 2024

Nos exemplos citados, as marcas terminam por emitir exatamente o oposto do que desejavam e comunicam a proposta de uma diversidade limitada (Carrera, 2019). Elas se utilizam da representação de um corpo que pode ser entendido como gordo ou mais velho, mas que não gera identificação com o público. De fato, há uma representação muito limitada de corpos entendidos como não padrão nos dois casos citados. Ambas as modelos comunicadas como gordas são curvilíneas, mas não geraram identificação com o público.

Ao refletir sobre essa palatividade, é possível perceber que há um movimento para além da diversidade como um discurso. Há uma espécie de apagamento, modelagem e até “polimento” corporal que está muito além de uma representação limitada, está em um lugar de exclusão de certas marcas corporais para construir uma imagem. Onde estariam as características mais marcantes relacionadas ao corpo gordo, como as dobras salientes, braços ou coxas grossas? E ao corpo idoso, como cabelos brancos e rugas aparentes? Ou mesmo a pele mais escura dos pretos retintos?

Essa configuração revela uma espécie de “limite aceitável” da diferença, uma acorporalização daqueles corpos presentes na mídia. O prefixo “a” pode indicar na língua portuguesa, pode representar tanto negação, privação, quanto aproximação. Essa ambiguidade pareceu pertinente para dar sentido ao termo, já que o movimento promovido pela mídia, ao incluir corpos diversos, ao mesmo tempo em que busca se aproximar de um discurso de representatividade, pode ou não neutralizar e suavizar as marcas que tornam esses corpos distintos. Assim, a junção do prefixo “a-” à palavra “corpo” resultou na formulação de *acorporalização*: um processo em que, diferente da ideia de representação limitada, há, simultaneamente, uma tentativa de inclusão e um esvaziamento das características corporais dissidentes, promovendo uma padronização sutil sob o disfarce da diversidade.

Considerações finais

A partir da análise realizada, torna-se evidente que a representação de corpos marginalizados na mídia, especialmente no campo da publicidade, ainda opera dentro de limites estreitos e normativos. Apesar do discurso crescente em torno da diversidade e da aceitação corporal, observa-se a existência de um processo sutil, porém eficaz, de padronização da diferença, em que apenas determinados corpos são convocados a ocupar os espaços de visibilidade. Essa lógica não rompe com os padrões hegemônicos; ao contrário, os reproduz sob novas roupagens.

Corpos considerados “diversos” são visibilizados desde que não transgridam demasiadamente os critérios estéticos dominantes. A diversidade, nesse cenário, é frequentemente condicionada à palatabilidade, ao controle e à neutralização de marcas corporais que evocam historicidade, dor, resistência ou complexidade. Assim, o que se observa não é apenas uma representação limitada, mas um processo ativo de “acorporalização midiática”, em que a presença de corpos diversos é moldada para se adequar aos valores dominantes, esvaziando seu potencial crítico e transformador.

A articulação dos conceitos de biopolítica (Foucault, 1997), convocações biopolíticas (Prado, 2013), colonialidade do poder e dos gêneros (Quijano, 2015) permitiu compreender como essas representações são construídas por meio de tecnologias de poder que regulam, enquadram e hierarquizam corpos. A visibilidade midiática, longe de ser um espaço neutro de inclusão, é um território de disputa em que determinados corpos são autorizados a existir e inspirar sob condições muito específicas.

Dessa forma, torna-se urgente não apenas reconhecer a presença de corpos diversos na mídia, mas interrogar as formas e os critérios dessa presença. Quais corpos podem ocupar o centro da imagem? Quais marcas corporais são apagadas? Quem está ausente e por quê? Esta pesquisa, de caráter exploratório, abre caminhos para investigações futuras mais aprofundadas, que considerem, por exemplo, a recepção dessas imagens por parte do público, os impactos subjetivos das representações normativas da diversidade e as possibilidades de resistência e subversão dentro do campo midiático. Em tempos em que o corpo se torna cada vez mais mercadoria, a reflexão crítica sobre as formas de sua exposição é uma tarefa ética, política e teórica fundamental.

Referências

- ARRUDA, Agnes de Sousa. **O peso e a mídia: uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade**. 2019. 116f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.
- BLESSMANN, Eliane Jost. **Corporeidade e envelhecimento: O significado de corpo na velhice**. Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, Porto Alegre, p. 21-39, 2004.
- CARRERA, Fernanda. **Diversitywashing: as marcas e suas (in)coerências expressivas**. Comunicação Mídia e Consumo. 17. 84. 10.18568/cmc.v17i48.2069. (2020)
- CWYNAR-HORTA, Jessica. **The Commodification of the Body Positive Movement on Instagram**. Communication and Culture Program. York University. 2016
- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**.
- Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1975.
- GOMES, Ana Paula. **O negro em propagandas televisivas de produtos de higiene e beleza: reformulações da imagem e transformações sociais**. Caxambu: Anpocs, 2006.
- GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2008.
- HERMANN, Renata Presa. **Corpo, consumo e biopolítica: diferentes idênticas convocações midiáticas para um estilo de vida feminino e ideal**. Ibict.br. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/ESPM_a3d807e-333127c1ed95e32f97ecbec89>. Acesso em: 12 jul. 2025. (2016)
- HOFF, Tânia. **Produção de sentido e publicização do discurso da diferença na esfera do consumo**. In: ROCHA, Rose de Melo; CASAQUI, Vander (Orgs.). Estéticas midiáticas e narrativas do consumo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

- Hoff, T. M. C., Holtz, A. C., & Fraga, L. L. (2020). **Publicidade e biopolítica do consumo na pandemia: análise da interface comunicação e saúde no contexto da Covid-19** : Advertising and consumption biopolitics in the pandemic: analysis of the Communication and Health interface in the context of Covid-19. *Comunicação & Inovação*, 21(47). Recuperado de https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7295. (2020)
- HOFF, Tânia Márcia Cezar. **Entrelaçamentos: moda plus size e biopolíticas do consumo para o corpo gordo**. dObras[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.], n. 33, p. 56–74, 2021. DOI: 10.26563/dobras.i33.1429. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1429>. Acesso em: 12 out. 2025.(2021)
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 381 p.
- LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado em psicologia escolar e do desenvolvimento humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2013.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Gordos, magros e obesos: uma história de peso no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 2015.
- Sibília, P. (2013). **O corpo velho como uma imagem com falhas: a moral da pele lisa e a censura midiática da velhice**. *Comunicação Mídia E Consumo*, 9(26),
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014
- VIGARELLO Georges. **As metamorfoses do gordo: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX**. Petrópolis: Vozes, 2012

AS NARRATIVAS ALÉM DAS CICATRIZES: UMA REFLEXÃO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE VIDAS HISTORICAMENTE SILENCIADAS¹

*NARRATIVES BEYOND THE SCARS: A REFLECTION ON
REPRESENTATIONS OF HISTORICALLY SILENCED LIVES*

THAIS ORTEGA PICHININ²

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão teórico-analítica, de natureza ensaística, da canção "Amarelo", de Emicida, como ponto de partida para discutir a representação de sujeitos historicamente silenciados. Com base nos aportes teóricos de Judith Butler, Saidiya Hartman e Eni Orlandi, analisa-se a construção da visibilidade e os efeitos do silêncio e do apagamento na constituição dos sujeitos. Discute-se o meio-plágio como mecanismo de roubo de autoria, como forma de silenciamento, impactando na construção da identidade do sujeito. Defende-se, por fim, a importância de promover discursos que valorizem as vidas em sua inteireza, para além das narrativas de dor e sofrimento, contribuindo para uma representação mais justa e plural da diversidade social e criação de novos imaginários.

Palavra-chave: representação; silêncio; identidade; visibilidade; imaginário.

ABSTRACT

This article proposes a theoretical-analytical reflection, in an essayistic approach, on Emicida's song "Amarelo" as a starting point for discussing the representation of historically silenced subjects. Based on the theoretical contributions of Judith Butler, Saidiya Hartman, and Eni Orlandi, it analyzes the construction of visibility and the effects of silence and erasure in the constitution of subjects. The study discusses "half-plagiarism" as a mechanism of authorship theft and a form of silencing that impacts the construction of subject identity. Finally, it argues for the importance of promoting discourses that value lives in their wholeness, beyond narratives of pain and suffering, contributing to a fairer and more plural representation of social diversity and to the creation of new imaginaries.

Keywords: representation; silence; identity; visibility; imaginary.

Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
(Amarelo, Emicida)

Na canção "Amarelo", do cantor Emicida, podemos observar uma questão de identidade, de construção do sujeito e de visibilidade. O trecho "Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes" pode ser lido, pela AD, como um deslocamento de posição-sujeito: o enunciador rompe com o

1 Este artigo foi apresentado no 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e publicado no Anais do evento. Nesta edição da revista, é publicada uma edição revisada.

2 Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo pelo PPGCOM ESPM com bolsa CNPq, Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pelo PPGCOM ESPM com bolsa CAPES Integral e Bacharela em Administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). São Paulo, Brasil. Contato: thais.pichinin@acad.espm.br

lugar discursivo de vítima e reivindica para si a autoria do dizer. O efeito de sentido não é apenas de “renúncia”, mas de reapropriação da palavra, gesto de resistência frente à discursividade dominante que o define pela dor.

Neste trabalho intentamos analisar alguns trechos da canção “Amarelo”, buscando compreender a forma de construção da representação do sujeito, a visibilidade de grupos não hegemônicos, e como estes muitas vezes têm suas histórias roubadas, ou vistas apenas por um único imaginário, perdendo assim a autoria de suas próprias vidas. É no contexto dessa busca que se impõem os questionamentos: Quem tem o direito de aparecer? Com quais histórias? Quais narrativas? Pode-se escolher quais histórias queremos narrar de nós? Quais os limites da representação?

Assim, por meio deste artigo propomos uma reflexão teórico-analítica, de natureza ensaística, que toma a canção “Amarelo”, do Emicida, como provocação para discutir a representação de sujeitos historicamente silenciados. Visando responder como o discurso poético-musical de “Amarelo” propõe um desafio às lógicas do silenciamento, e reivindica uma representação discursiva mais ampla e vivível para sujeitos historicamente estigmatizados? Pretendemos responder a essa questão a partir da escuta atenta de alguns versos da canção em pauta, e em diálogo com autoras como Judith Butler, Saidiya Hartman e Eni Orlandi, buscando tencionar os modos como o discurso opera na produção de visibilidades e apagamentos, e como estas alteram a construção do sujeito, e de sua identidade.

A análise empreendida adota a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa (Orlandi, 2007), compreendendo a canção como materialidade simbólica em que sentidos se produzem pela relação entre língua, ideologia e sujeito. O gesto de interpretação aqui não busca o “que o texto diz”, mas como os efeitos de sentido se constituem — especialmente nas formulações “Permita que eu fale” e “Não as minhas cicatrizes”, tomadas como enunciados que deslocam posições-sujeito marcadas pelo silêncio e pelo estigma. A análise priorizará trechos emblemáticos da música para compreender os discursos, mediados pela canção, a respeito da construção de uma representação simbólica alternativa para assuntos historicamente marcados por narrativas de dor e silenciamento.

Visibilidade

Em seu livro “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”, Butler (2018) nos apresenta as reflexões que faz ao observar a reunião de pessoas em manifestações, greves e assembleias. Para a autora, o que esses corpos reivindicam é também o direito ao reconhecimento, à visibilidade.

De fato, muito além de uma reivindicação de seus direitos, como moradia, alimento, saúde - rejeitando a precariedade pública - quando os corpos se reúnem eles também lutam pelo direito de aparecer, de serem reconhecidos como seres humanos dignos de uma vida. Nesse momento, muito além de comunicarem as suas insatisfações, eles também comunicam o seu direito à vida, a busca por um espaço a serem vistos e considerados pela sociedade, como pode ser reforçado no seguinte trecho:

Por que quando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercer a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida" (Butler, 2018, p. 33).

Na canção, a repetição do enunciado "Permita que eu fale" funciona como performativo de existência — um ato de fala que materializa a reivindicação de visibilidade. Nesse ponto, o discurso poético se alinha à concepção butleriana de performance, em que o corpo e a voz inscrevem o direito de aparecer no espaço simbólico.

Já o significante "cicatriz", que também aparece em vários trechos da música, opera como marca de uma memória discursiva da dor. Ele remete ao já-dito sobre o sofrimento dos corpos subalternizados, mas também o desloca, porque ao nomear a cicatriz o sujeito reinterpreta o trauma, reinscrevendo-o no campo da enunciação. Há uma busca por ser representado além das representações e narrativas de violência, além das narrativas de denúncias, ou até mesmo a de que certos corpos só sejam visíveis em cenários de morte ou de sofrimento, deixando suas vidas, como nos apresenta Hartman (2020, p.14) parafraseando Foucault, como "um esboço insuficiente de sua existência", ou seja, resumindo essas vidas a vidas não dignas de serem vividas, e assim serem representadas, não possibilitando um novo imaginário e, deste modo, novas realidades. A autora nos apresenta que as vidas dessas "Venûs" são todas representadas e resumidas a números do livro de contabilidade, anulando toda e qualquer subjetividade e vida que elas possam ter vivido:

Nesta encarnação, ela aparece no arquivo da escravidão como uma garota morta nomeada em uma acusação judicial contra um capitão de navio negreiro julgado pelo assassinato de duas garotas negras. Mas nós poderíamos tê-la encontrado de modo igualmente fácil no livro de contabilidade de um navio, no registro de débitos; ou no diário de um feitor(...)O que mais há para saber? Seu destino é o mesmo de qualquer outra Vênus Negra: ninguém lembrou do seu nome ou registrou as coisas que ela disse, ou observou que ela se recusou totalmente a dizer alguma coisa (Hartman, 2020, p.14-15).

Muitas vezes, quando pensamos em grupos não hegemônicos, vinculamos a sua imagem às suas lutas. Butler (2018) nos expõe a relevância da visibilidade para esses grupos, concordamos com a autora, mas também acreditamos, assim como a música nos expõe e como nos é apresentado por Hartman (2020), que há uma necessidade de também se criar novos imaginários, além dos já existentes de lutas, imaginários não apenas de denúncias, mas que possam, ademais, alcançar a subjetividade, ocupar o espaço do belo.

Nesse ponto, retomamos o texto de Hartman (2020), "Vênus em dois atos", pelo qual a autora nos narra a história, e, na verdade, o silêncio, de duas garotas negras assassinadas e violentadas durante a escravidão. Hartman não inventa ou cria uma história para essas meninas, mas constrói seu texto justamente em cima do silêncio que existe. Como ela mesma nos apresenta: "Mas eu quero dizer mais do que isso. Eu quero fazer mais que recontar a violência que depositou esses traços no arquivo" (Hartman, 2020, p.15). Portanto, a autora busca recontar uma história, dar visibilidade para a vida daquelas garotas, mas além das violências documentadas, que até então é a única forma de aparecer, de tais vidas, ou seja, ela busca trazer a elas um significado justamente através do silêncio dessas histórias, já que do modo como sempre foram apresentadas todas essas meninas se tornam iguais, são apenas números de um livro, inviabilizando a vida, a particularidade e individualidade. Isso se reforça em outro trecho, pelo qual a autora

questiona: “Não se pode perguntar “Quem é Vênus?”, porque seria impossível responder a essa pergunta” (Hartman, 2020, p.15).

O mesmo é solicitado na canção “Amarelo”, quando é cantado “deixe que eu fale. Não as minhas cicatrizes”. Tanto no texto de Hartman quanto na música em pauta, há a inscrição de uma nova narrativa, de um discurso de visibilidade para histórias e vozes que normalmente são apenas dados, ou são representados de forma violenta, pelas suas mortes e abusos. Há, em ambos os discursos, uma tentativa de se criar um novo imaginário, desvinculando essa imagem de grupos não hegemônicos de representações apenas vinculadas a uma denúncia, buscando romper os limites dessas representações e trazer o direito de uma representação de uma vida vivível.

Outro ponto de destaque é a polifonia da canção — vozes de Emicida, Majur e Pablo Vittar — que evidencia o funcionamento interdiscursivo da obra: sujeitos de diferentes formações discursivas (negritude, transgeneridade, dissidência sexual) produzem uma heterogeneidade enunciativa que desestabiliza o padrão hegemônico de voz autorizada no espaço público.

No próximo tópico, iremos compreender como a construção do sujeito se dá pelos discursos e como o silenciamento destes pode alterar essa construção, além de elucidar como entendemos o conceito de silêncio, com base em Orlandi (2007).

Silenciamento e Construção do Sujeito

Como nos apresenta Orlandi (2007), existem inúmeras formas de silêncio, sejam das emoções, das disciplinas, do poder e, como vimos acima, um silêncio das narrativas, das histórias. A autora, em sua obra, também nos expõe que o silêncio significa, pois ele não é a ausência, mas é, sim, carregado de sentido, como podemos observar na história apresentada por Hartman. O silêncio de suas histórias tem um sentido, um significado; afinal, quando optamos por dizer alguma coisa, optamos também por não dizer outra. Há então, subjacente a ele, uma questão política. Não se trata de calar, mas sim, de fazer um recorte do que dizer e do que não será dito.

Dessa forma, quando temos apenas os documentos numéricos e sem profundidade das histórias das inúmeras mulheres e meninas abusadas, violentadas e mortas durante a escravidão, remetendo-nos ainda a Hartman, temos aí um (não) significado, um (não) sentido sobre a vida dessas pessoas, de como elas (não) eram vistas e como ainda (não) são vistas hoje, tendo suas vidas reduzidas apenas àqueles números.

Com efeito, essas vidas se resumiam à escravidão, aos abusos que sofriam, ou seja, quando não conseguimos resgatar nenhum outro registro, além das dores, acreditamos que tais vidas, naquela época, eram insignificantes, resumiam-se às suas dores. Dessa forma, ao não alterarmos esses discursos, acabamos por mantê-los e, assim, por manter também o modo como vemos essas vidas, ou seja, ao não alterarmos o discurso também não alteramos a história, temos uma manutenção da ordem do sensível (Rancière, 1996).

Destarte, podemos observar na música “Amarelo” uma tentativa de mudança desses discursos, com grupos não hegemônicos pedindo para que possam falar, mas pelas suas vozes, pelas suas histórias, como sujeitos, e não apenas dentro de suas lutas, isto é, há nesta música um discurso político, conforme o que defende Rancière (1996):

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho" (Rancière, 1996, p.42).

Ou seja, é o que ocorre quando se rompe com a ordem, tal como na canção "Amarelo", que produz um sentido de ruptura com a formação discursiva do sofrimento. Há uma busca por uma alteração na forma como esses grupos são representados e, assim, como são vistos e interpretados pela sociedade, ou seja, é uma reconfiguração da ordem do sensível (Rancière, 1996).

É interessante ressaltar que essa canção tem um sample da canção "Sujeito de Sorte", de Belchior, e o reaproveitamento do verso "Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro" instaura um efeito de memória discursiva. Ao reinscrever um enunciado produzido sob censura ditatorial em um contexto contemporâneo, a canção realiza o gesto de reatualizar sentidos de resistência — o passado funciona como interdiscurso que sustenta o dizer presente.

Na canção do Emicida, os trechos da música de Belchior trazem essa mensagem de superação, uma fé em um futuro diferente, uma busca por mudança social. Assim como na época em que foi escrita, em que o país buscava ter fé no fim da ditadura e lutava por isso, em "Amarelo" o sujeito também busca vencer as suas batalhas, como nos é apresentado: "Para que amanhã não seja só um ontem. Com um novo nome". Nesse enunciado, observa-se o funcionamento de uma memória discursiva que busca romper com o já-dito. O sujeito do enunciado se inscreve em uma posição de resistência, deslocando o sentido cristalizado, de dor, para um de reexistência.

Dessa forma, fica clara a relevância de se buscar entender os discursos, pois são eles que constroem a representação dos indivíduos, as identidades e, assim, permitem-nos também compreender a relevância de se compreender o silêncio. Pois, como Orlandi (2007) nos apresenta, para entender o silêncio devemos usar, e compreender, os conceitos da linguagem, da análise do discurso, e como o sujeito é inscrito através dos discursos.

A autora nos apresenta, ademais, que o sujeito e o sentido se constituem no mesmo tempo, no discurso. Para ela, a identidade é resultado do processo de formação discursiva, e esta se realiza pelo sujeito. Porém, Orlandi também nos apresenta que durante a ditadura, por causa da censura, o processo discursivo não tem sua origem no sujeito, pois ao falar o sujeito se divide, já que afinal as suas palavras são também as do outro. O indivíduo então, por causa da censura, não tem mais a autoria do discurso em sua posse: agora suas palavras são as que lhe são permitidas, dentro de normas, que as restringem, que as silenciam. Dessa forma, a identidade do sujeito é afetada, pois o processo discursivo muda, não tem mais sua origem e formação no sujeito em si, e o sentido das palavras muda também, assim como a sua identidade.

No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o "lugar" que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (Orlandi, 2007, p.79).

A autora trabalha com essas reflexões pensando a ditadura, a censura, contexto que não vivenciamos atualmente, mas, não obstante, é impossível negar que ainda vivemos alguns momentos de silenciamento. Mesmo vivendo em um regime de democracia, muitas identidades ainda não são retratadas, ou, pelo menos, têm suas representações vinculadas sempre a um mesmo discurso, a uma luta, a uma renúncia, ou seja, o domínio e os discursos vinculados

a determinados grupos não têm autoria nesses mesmos grupos e, assim, a construção desses sujeitos são alteradas.

O que queremos deixar claro, aqui, é a relevância do processo discursivo na construção do sujeito, da identidade, e como este pode ser afetado quando censurado, silenciado, quando o sujeito não pode dizer o que deseja da forma como deseja, e é atravessado por outro.

Reiterando tal visão, podemos pensar também nessas vozes de grupos não hegemônicos e que normalmente são vinculadas a estereótipos de narrativas de violências, de denúncia. Esses sujeitos, assim como na censura, também têm a identidade afetada, pois o processo discursivo já não tem mais origem no sujeito em si, e sim, nas suas “cicatrizes”, as palavras não são mais as suas, mas se dividem com as de suas lutas. Esses grupos muitas vezes não são nem mesmo representados, ou, quando isso acontece, são vinculados, como já foi dito, a um discurso já existente, estereotipado e que não traduz a individualidade e subjetividade de cada ser, mas é, sim, uma representação generalizada, como nos apresenta Hartman (2020):

E as histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência, o excesso, a falsidade e a razão que se apoderaram de suas vidas, transformaram-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras (Hartman, 2020, p.15).

Como a autora nos destaca, a história não é sobre as meninas, mas sobre as violências pelas quais elas passaram, e cujas vidas são, muitas vezes, apenas representadas em cenários de sofrimento ou até mesmo de morte, como os registram os números contabilizados, evidenciando que a sociedade muitas vezes observa essas vidas apenas como objetos quantificáveis.

Podemos ressaltar outro ponto importante, na reflexão proposta pela autora: sua escolha da análise do discurso, para essas compreensões, deve-se ao fato de que tal ferramenta dá à investigação uma dimensão ideológica e histórica. “Ela se propõe trabalhar a forma-sujeito, isto é, o sujeito tal como é definido historicamente no imaginário da sociedade, e a forma-sentido, considerando que os dois são determinados historicamente em seus processos de constituição e funcionamento” (Orlandi, 2007, p.97-98). Ou seja, a análise do discurso nos coloca nessa dimensão histórica e ideológica que observamos ao compreender quais vidas têm o direito de ser vividas, e quais se restringem a números, ou estereótipos de denúncia, em um determinado tempo histórico, ou seja, os discursos nos permitem compreender a ordem do sensível (Rancière, 1996), e inferir se essa ordem vem se mantendo ou está sendo reconfigurada. E, ainda, ao ressaltarmos a relevância em se buscar uma mudança na representação dos discursos desses sujeitos, estamos também reforçando uma alteração na forma como esse sujeito é definido no imaginário da sociedade, em um determinado período histórico.

Assim, podemos compreender que a censura, muito além de silenciar o sujeito, também impede a sua movência, ou seja, a movimentação discursiva do sujeito na história, afetando assim a sua identidade. Todavia, a esse respeito a autora também nos apresenta que a ditadura não é simplesmente aceita, sem questionamento. O que ela nos coloca é que, ao ser proibido que o sujeito diga “x”, ele encontra uma forma de dizer “x” através de “y”. Ou seja, o sujeito não aceita de forma calada a censura, ele busca outras formas de transmitir suas mensagens, e assim, ao mesmo tempo que há o silêncio que apaga, há também o que explode os limites do significar.

Até aqui já delimitamos que compreendemos a construção do sujeito através dos discursos e que, quando este é silenciado ou censurado, a identidade do sujeito também é afetada, pois seus discursos, as palavras, não pertencem mais somente a ele, mas também ao outro. No pró-

ximo tópico, iremos entender uma das formas de silenciamento atuais, o meio-plágio, e como este trabalha com o roubo da autoria dos discursos.

Apagamento e Meio-plágio, o roubo da autoria

Ainda nos embasando em Orlandi (2007), vamos adentrar no conceito que ela intitula de meio-plágio, ao se referir a colegas, professores, alunos que se autorizam a não referenciar suas ideias a ideias já ditas. A autora intitula de meio-plágio porque as ideias têm uma origem, mas também têm suas particularidades. O que a autora deseja nos mostrar com essa explicação é que, quando escolhemos dizer algo, fazemos um apagamento de outra coisa que poderia ser dita. No caso do semiplágio, esse silenciamento se dá na autoria, que é silenciada e tomada para si. Outro ponto apresentado é que, quando silenciamos a autoria, estamos negando um já-dito, e dessa forma cortamos a história, ou seja, cortamos a memória dessa ideia que não foi referenciada, reduzindo assim o movimento dos sentidos.

Ao observar essas reflexões de Orlandi (2007) e o que ela nos apresenta sobre meio-plágio, sobre um apagamento da autoria, podemos pensar no apagamento da autoria das vidas de grupos não hegemônicos. Quando resumimos a vida desses grupos às suas representações em momentos de lutas, de denúncia, ou aparecendo na mídia apenas em momentos de tragédias, narrando violências, tais como dados de assassinatos, estamos reduzindo a existência desses grupos a isso. Há um roubo da autoria de suas próprias vidas, de suas próprias narrativas; o sujeito, assim como na censura, é silenciado, apagado, é vetado a ele o direito de contar a história de sua própria vida.

Quando escolhemos dizer algo fazemos o apagamento de outra coisa que poderia ser dita, e é justamente isso que a música em estudo nos apresenta, como pode ser observado nesse outro trecho da canção: "Permita que eu fale. Não as minhas cicatrizes. Tanta dor rouba nossa voz. Sabe o que resta de nós? Alvos passeando por aí". Nesse enunciado, observa-se o funcionamento de uma memória discursiva que busca romper com o já-dito. O sujeito do enunciado se inscreve em uma posição de resistência, deslocando o sentido cristalizado de dor para um de reexistência. O verso "Tanta dor rouba nossa voz" evidencia o funcionamento da censura simbólica: o sofrimento é figurado como agente de silenciamento. O sujeito não se cala voluntariamente — é atravessado por discursos que o interpelam como "alvo". Nesse gesto, o eu lírico expõe a política do silêncio que regula quem pode ou não enunciar.

A política do silenciamento diz respeito ao recorte que fazemos quando dizemos algo e não outra coisa. O que a autora nos expõe é que existe uma política que resulta nesse silenciamento, não como uma forma de calar, mas como já foi dito, como um recorte, fazendo parte do processo de significação, ou seja, quando pensamos nessa política do silenciamento, estamos refletindo na formulação dos sentidos. Assim, refletindo sobre esse trecho da canção, podemos notar que quando damos voz às "cicatrizes" estamos escolhendo qual discurso vamos validar socialmente, ou seja, qual discurso iremos calar. Ao escolher dar vozes às cicatrizes, escolhemos então calar todos os outros possíveis discursos, os discursos subjetivos, impedimos uma movência do discurso e, assim, impedimos a movimentação na construção histórica social do discurso, tornando essas vidas alvos, assim como a canção nos apresenta.

Ao pensar nessa relação tanto do silêncio quanto com o Outro, temos que pensar nos inúmeros outros discursos possíveis, em como todo discurso é vinculado a outro, aos interdiscursos, ou seja, a uma historicidade dos discursos. Dessa forma, podemos pensar também para a memória, que assim como Nunes (2024), baseada em Lúri Mikhailovich Lotman, a compreende como um processo comunicacional. A autora nos apresenta a memória como: “sendo um ato do presente que se volta ao passado e ao futuro” (NUNES, 2024, p.66). Ou seja, compreendemos a memória como um processo comunicacional, que possibilita outra possibilidade de existir dos discursos.

Na música “Amarelo” isso fica nítido no sample, pois há a retomada de uma canção já existente no passado, e que junto consigo traz toda a sua historicidade, a de uma canção composta em um período de censura, na ditadura. Como já foi dito, atualmente não vivemos mais esse período, mas mesmo assim não podemos dizer que não haja um silenciamento de alguns grupos, mesmo que não de forma institucional, como em um regime ditatorial.

Dessa forma, toda a historicidade, os discursos de superação, de fé, de acreditar em uma mudança, apresentados na canção de Belchior e em seus versos cantados em “Amarelo”, são retomados. As mensagens de se reinventar, de buscar um otimismo no futuro continuam, mas em um novo cenário político.

Outro ponto interessante, pelo qual podemos refletir sobre a memória e essa movência do processo comunicacional, é o trecho ao qual estamos dando destaque, em nossa análise: “Permite que eu fale. Não as minhas cicatrizes”. Nesse trecho, que é repetido algumas vezes na música, podemos observar que há a necessidade da criação de novos discursos, de novas visibilidades. Ou seja, precisamos da memória para escrever um novo discurso; não há uma busca pelo apagamento dos discursos de lutas, das “cicatrizes”, mas sim, uma busca pela alteração dos discursos, mas mantendo uma historicidade discursiva.

Ao pesquisar sobre o significado da palavra cicatriz, que nos é apresentada na canção, podemos encontrar respostas como: marca deixada no corpo por um ferimento; marca deixada na pele, resultado da cicatrização de um ferimento. Podemos, então, ao observar que uma cicatriz é uma marca em nossa pele, em nosso corpo, pensar, analogicamente, as cicatrizes no processo comunicacional, podemos compreendê-las como discursos que trazem consigo uma marca, em suas historicidades. Ao refletirmos sobre as cicatrizes comunicacionais de grupos não hegemônicos, estamos pensando na historicidade dos discursos de lutas, que de todo modo não devem ser apagados, pois afinal eles já deixaram uma marca na construção de suas identidades.

Para compreender melhor a questão da cicatriz e da memória, iremos nos embasar nos conceitos de esquecimento apresentados por Ferraz (2010), nos quais a autora nos apresenta que a memória e o esquecimento não são opostos, quando ela faz um ensaio valorizando o esquecimento. A autora nos apresenta uma visão positiva, ao valorizar o esquecimento, diferente de como normalmente ele é apresentado, o que ela mesmo exemplifica pelo filme “Brilho eterno de uma mente sem lembranças”, que ela usa para ilustrar como atualmente buscamos um apagamento das nossas memórias, como se isso fosse possível.

Para elucidar essa valorização do esquecimento, citada acima, valemo-nos de Ferraz (2010), quando usa a metáfora da lousa mágica, apresentada por Freud, para nos explicar que toda memória deixa uma marca no plano inferior, assim como na lousa mágica, e assim como nas cicatrizes. Dessa forma, podemos refletir que mesmo quando retiramos da lousa, e rasgamos ou nos desfazemos de um papel rabiscado, o papel inferior ainda vai conter traços, marcas, ou

como a mesma autora nos apresenta, fica nela um “traço indelével” (Ferraz, 2010, p.136). Assim, ao pensarmos o esquecimento com base nos estudos de linguística e discursos, podemos compreender que a historicidade de um discurso só é possível pelo seu esquecimento, ou seja, todo discurso remete a outro discurso já existente, ao interdiscurso, e esse seria o seu “traço indelével”, a marca deixada na historicidade daquele discurso.

Outro ponto relevante, apresentado por Ferraz (2010) através de uma perspectiva Nietzscheana, é que o esquecimento deve ser digerido, ou seja, assim como acontece no processo de digestão, o esquecimento também deve ser metabolizado, deve passar por um movimento de transformação. Com isso, a autora nos apresenta que nós, humanos, não devemos ficar presos, guardar, nos atermos infinitamente aos fatos, mas devemos aceitar aceitá-los e digeri-los, pois senão ficaremos aprisionados a um passado, como pode ser observado na citação “O homem ressentido nada digere. Retém e guarda tudo. É incapaz de exteriorizar sua agressividade e de ficar pronto para o novo” (Ferraz, 2010, p.121).

Tal perspectiva também é reforçada no seguinte trecho da canção: “Mano, rancor é igual tumor, envenena a raiz. Onde a plateia só deseja ser feliz, saca? Com uma presença aérea, onde a última tendência. É depressão com aparência de férias”, versos que nos apresentam que ficar preso a um passado, só nos envenena. O enunciado “rancor é igual tumor” reinscreve a metáfora da doença no campo social, deslocando, no discurso, o sentido da cicatriz corporal para uma patologia: o envenenamento do dizer que não se move. Assim, a canção sugere que a fixação no passado impede a circulação de novos sentidos.

Assim, compreendemos que não devemos nos amarrar aos fatos passados, mas também não podemos ignorar que estes deixam marcas e, tal como a lousa mágica e as cicatrizes, eles sempre estarão conosco. A partir da leitura discursiva, compreende-se que os efeitos de sentido produzidos em “Amarelo” reconfiguram posições-sujeito historicamente marcadas pelo silêncio, instaurando novas possibilidades de representação.

A música propõe, então, a criação de um novo imaginário, de novas narrativas, além das narrativas de lutas. E assim como a memória, há uma busca no passado para se escrever o futuro, mas sem um abandono dos já-ditos, dessas narrativas que já conhecemos. Em suma, há uma busca para uma nova construção do sujeito, por meio de novos discursos, mas sem um apagamento da historicidade discursiva vinculada ao sujeito e sua identidade.

Quando negamos essa construção de novas narrativas e vinculamos a visibilidade de grupos exclusivamente às suas lutas, estamos impedindo a sua construção de sujeito, mas também lhes negamos testemunhar a sua vida. Seligman-Silva (2022) nos apresenta que o testemunho é uma forma de evidenciar nossa relação/visão com o mundo, deixar um testemunho, ou seja, podemos compreender como trazer novas sensibilidades para essas narrativas e, quando estas são negadas, estamos limitando os sujeitos e suas identidades.

Assim como o meio-plágio exclui a historicidade, o passado, os já-ditos de um discurso, o que vemos ao negar a possibilidade de novas narrativas, como nos trechos da canção, é que estamos, na verdade, impossibilitando uma memória do futuro, ou seja, estamos impedindo a movência dos sentidos e do processo de significados.

Considerações Finais

A leitura discursiva de “Amarelo” evidencia como o enunciador se desloca de uma posição-sujeito historicamente marcada pela dor para reinscrever-se no campo do dizível. Os versos analisados — especialmente “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes” — produzem um efeito de sentido de ruptura com a formação discursiva do sofrimento, instaurando um novo lugar de enunciação, em que o sujeito se autoriza a falar em seu próprio nome.

Ao reivindicar ‘Permita que eu fale’, o sujeito enunciador realiza performativamente o direito de aparecer — no sentido de Butler (2018) —, deslocando-se do lugar do abjeto para o espaço de visibilidade política. Há a necessidade de se trazer subjetividade na representação desses grupos, não os vinculando as suas representações apenas a estereótipos de lutas e denúncias. Pois resumir essas vidas às suas lutas é o mesmo que “roubar o pouco de bom que vivi”, como nos é apresentado na música. Nessa perspectiva, a canção se faz ato performativo de visibilidade, no sentido butleriano, ao reinscrever o corpo negro e dissidente em uma cena de fala. O gesto poético-musical materializa o discurso da vida vivível não como tema, mas como acontecimento de linguagem — lugar em que o sujeito se constitui e se torna passível de ser reconhecido.

Dessa forma, podemos nos apoiar no conceito de Ferraz (2010) de uma visão positiva do esquecimento, que é necessário digerir, metabolizar todo esse histórico de luta e viver o presente, até mesmo porque essas lutas nunca serão esquecidas, portanto não estamos falando de um apagamento, mas sim, de uma forma de não ficarmos presos e reféns do passado.

Como em Hartman (2020), o texto musical expõe o arquivo do silêncio: o que se diz das vidas negras e dissidentes é quase sempre o que as apaga. A canção “Amarelo” rompe esse arquivo ao fazer da voz e da performance um modo de reinscrever a memória dessas vidas no discurso, gesto que faz da visibilidade um ato político de escritura.

Dessa forma, podemos compreender que as vidas das mulheres negras se resumiam a números, a serem mercadorias ou cadáveres, mas assim como a canção de Emicida, Hartman (2020) também nos apresenta que devemos buscar uma mudança na representação das vidas dessas mulheres, pelas suas histórias. Pois, quando grupos não hegemônicos têm suas vozes roubadas, eles se tornam alvos, como na canção “Tanta dor rouba nossa voz. Sabe o que resta de nós? Alvos passeando por aí”

Ao retomar Orlandi (2007), podemos compreender que a canção desestabiliza o meio-plágio social que usurpa as vozes subalternas. O sujeito lírico recusa o já-dito imposto (“as cicatrizes”) e reinscreve a autoria de sua fala. Assim, o texto musical opera como gesto de devolução simbólica da palavra, restituindo ao sujeito a origem de seu próprio dizer.

Em síntese, “Amarelo” funciona como acontecimento discursivo em que se cruzam memória, silêncio e resistência. A partir do gesto analítico, compreende-se que o texto musical desarticula a naturalização do sofrimento como única forma de reconhecimento, abrindo espaço para novas formações discursivas de subjetividade e pertencimento.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. **Homo deletabilis: corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI**. Garamond, 2010.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Eco-Pós* (Rio de Janeiro), v. 23, n. 3, 2020, p.12-33.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. Memória do futuro como fenômeno de imprevisibilidade em Lúri Lotman. **MATRIZES**, v. 18, n. 2, p. 65-86, 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Editora 34, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. SciELO-Editora da Unicamp, 2022.

A GORDA ESTEREOTIPADA: REPRESENTAÇÃO DE MULHERES GORDAS EM SÉRIES DE STREAMING

THE FAT WOMAN WHO: CATEGORIES OF REPRESENTATION OF FAT WOMEN IN STREAMING SERIES

ROBERTA BARBOZA DE OLIVEIRA MACHADO¹

LILIANE DUTRA BRIGNOL²

RESUMO

O artigo analisa as representações de mulheres gordas em séries de *streaming*, partindo da hipótese de que esses corpos ainda são majoritariamente associados a estereótipos excludentes. O objetivo é compreender como tais personagens são construídas narrativamente e como essas imagens são recebidas pelo público. A metodologia combina análise de conteúdo de dez personagens femininas com um estudo de recepção baseado em questionário respondido por 78 mulheres gordas. Os resultados indicam que as representações permanecem restritas a categorias negativas, que associam mulheres gordas a estereótipos como "A Gorda Que Não É Protagonista"; "A Gorda Estereotipada"; "A Gorda Que É Só Gorda"; "A Gorda Que Ninguém Ama"; "A Gorda Má"; e "A Gorda Palhaça" - embora haja exemplos que tensionam esses padrões. Conclui-se que, apesar de avanços pontuais, as narrativas ainda reforçam a marginalização simbólica de mulheres gordas.

Palavras-chave: Representações midiáticas; Corpo gordo; Estereótipos; Séries de *streaming*; Recepção.

ABSTRACT

The article analyzes the representations of fat women in streaming series, based on the hypothesis that these bodies are still mostly associated with exclusionary stereotypes. The objective is to understand how such characters are narratively constructed and how these images are received by audiences. The methodology combines content analysis of ten female characters with a reception study based on a questionnaire answered by 78 fat women. The results indicate that the representations remain confined to negative categories that associate fat women with stereotypes such as "The Fat Woman Who Is Not the Protagonist," "The Stereotypical Fat Woman," "The Fat Woman Who Is Only Fat," "The Fat Woman Nobody Loves," "The Evil Fat Woman," and "The Comedic Fat Woman," although there are some examples that challenge these patterns. It is concluded that, despite occasional advances, the narratives still reinforce the symbolic marginalization of fat women.

Keywords: Media representations; Fat body; Stereotypes; Streaming series; Reception.

1 Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Produtora Editorial graduada também na UFSM.
2 Doutora e mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos). Professora e pesquisadora do PPG em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Introdução

O Ministério da Cultura (2024) aponta que o *streaming* já faz parte do cotidiano dos brasileiros, com crescimento expressivo em toda a América Latina. Segundo dados do Ministério da Cultura de 2024, quase metade da população assiste de duas a quatro horas de conteúdo por dia, e mesmo diante do aumento das mensalidades, muitos mantêm suas assinaturas, evidenciando a relevância dessas plataformas no consumo cultural (Brasil, 2024). Nesse contexto, as séries ocupam posição de destaque, ajudando a definir comportamentos e consolidando-se como protagonistas do entretenimento audiovisual (NBCUniversal, 2021).

Entretanto, questões de representatividade ainda persistem. Corpos gordos são frequentemente associados ao humor ou invisibilizados na televisão, reflexo de um processo de exclusão social (Gonçalves, 2023). As narrativas televisivas e seriadas não apenas refletem valores sociais, mas também contribuem para reforçar padrões estéticos que delimitam quais corpos são vistos como dignos de protagonismo, amor, sucesso ou reconhecimento.

Mulheres gordas são retratadas de forma subalterna, ainda que existam avanços pontuais (Pilger, 2021). No *streaming*, apesar da maior diversidade em raça, gênero e sexualidade, a presença de personagens gordas permanece limitada, quase sempre reduzida a estereótipos, reforçando preconceitos e restringindo suas narrativas (Arruda, 2019). Nesse sentido, analisar como personagens gordas são construídas em produções audiovisuais contemporâneas permite compreender tanto os mecanismos de reprodução de preconceitos quanto as tentativas de ruptura dessas imagens.

O presente artigo tem como objetivo analisar personagens gordas em séries de *streaming* dentro das categorias de análise e representação desenvolvidas na dissertação de mestrado da autora³, relacionando personagens femininas gordas de séries de *streaming*, à classificação proposta por Arruda (2021) e às categorias de análise desenvolvidas no estudo. A combinação dessas perspectivas permite mapear as formas recorrentes de representação e identificar padrões que atravessam diferentes gêneros e origens das produções. O uso dessas categorias como ponto de partida se justifica por sua relevância na sistematização de estereótipos já consolidados na mídia, funcionando como parâmetro para a classificação inicial das personagens.

A fim de contextualizar, a dissertação “Recepção De Mulheres Gordas Às Séries De Streaming” teve como tema a recepção de mulheres gordas às séries ficcionais de streaming e as percepções dessas mulheres quanto às representações corporais apresentadas nesse meio. O problema da pesquisa consistiu em entender de que maneira mulheres que se reconhecem como gordas produzem sentidos frente às representações de personagens femininas gordas em séries ficcionais de streaming. Além disso, o objetivo geral foi de compreender como se dá a percepção das representações corporais apresentadas em séries ficcionais de streaming por mulheres que se reconhecem como gordas.

Para além da análise textual e narrativa, este artigo situa-se no campo dos estudos de recepção, como parte da metodologia da Dissertação de Mestrado. Ao entender que as representações não podem ser examinadas de forma isolada, mas em diálogo com a interpretação do público,

3 Dissertação de mestrado “Recepção De Mulheres Gordas Às Séries De Streaming” de Roberta Barboza de Oliveira Machado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) em 2025, sob orientação da profa. Dra. Liliane Dutra Brignol.

conforme Gelatti (2005), a recepção deve ser compreendida como o campo que investiga a relação entre os meios e sua audiência, reconhecendo que os receptores não são sujeitos passivos, mas produzem sentidos a partir de suas experiências e contextos socioculturais. Gomes (2004) reforça essa perspectiva ao afirmar que a audiência não apenas decodifica mensagens, mas constrói significados próprios, em um processo atravessado por disputas ideológicas. Nesse mesmo sentido, Martín-Barbero (1990) propõe compreender o significado como resultado da articulação entre mensagens e práticas sociais, destacando que a recepção não se reduz ao texto, mas depende das interações entre sujeitos, cultura e mídia.

Stuart Hall (2006) destaca que a representação não é um espelho neutro da realidade, mas um processo ativo de construção de significados. Nas séries e filmes, personagens são moldadas por escolhas narrativas, estéticas e culturais que reforçam ou desafiam visões de mundo. Os estereótipos, nesse processo, funcionam como atalhos de reconhecimento rápido, mas também operam como dispositivos de poder, limitando as possibilidades de identidade representada.

No caso de corpos gordos, a construção estereotipada é ainda mais evidente. Como afirma Arruda (2021), as mídias não apenas reproduzem preconceitos contra mulheres gordas, mas constituem parte ativa da criação e legitimação da gordofobia. Os discursos midiáticos reforçam a associação da gordura à feiura, inadequação e comicidade, enquadrando esses corpos em papéis narrativos restritos.

Dessa forma, este artigo também se insere no campo dos estudos de recepção, articulando a análise dos conteúdos midiáticos à escuta das percepções apresentadas no questionário desenvolvido no âmbito da pesquisa de dissertação. Considerar os relatos e interpretações das mulheres gordas respondentes é fundamental para compreender em que medida os estereótipos de mulheres gordas são reproduzidos, naturalizados ou tensionados no consumo cotidiano de séries.

As personagens e séries que compõem o corpus são: Ruby Hill (Retta) *Good Girls* (2018); Rae Earl (Sharon Rooney) *My Mad Fat Diary* (2013); Annie Easton (Aidy Bryant) *Shrill* (2019); Penélope Featherington (Nicola Coughlan) *Bridgerton* (2020); Martha Scott (Jessica Gunning) *Bebê Rena* (2024); Terezinha (Cacau Protásio) *Vai Que Cola* (2013)⁴. A escolha destas personagens foi fundamentada tanto em um levantamento sistemático em portais e buscadores⁵ quanto no repertório da pesquisadora como espectadora, mas se justifica sobretudo pela relevância atribuída a essas representações pelas próprias participantes da pesquisa.

Cultura e corpo

O corpo, entendido como território de poder e disputas, é atravessado por relações sociais e culturais que moldam identidades e estabelecem hierarquias. Johnson (2010) afirma que a cultura reflete lutas sociais, reproduzindo desigualdades ligadas à raça, gênero, classe e idade. Nesse contexto, autores como Mattos (2012) e Rose (2001) reforçam que o corpo não é apenas

4 Outras personagens e séries aparecem na Dissertação, as escolhidas para o presente trabalho são alguns que se destacaram na análise e que ajudam construir as categorias de análise em termos de representação.

5 Busca exploratória no Google, utilizando o termo “séries com personagens gordas mulheres”, o que possibilitou a identificação de produções mencionadas em portais como Revista TPM (2023), Capricho (2022), Casa 1 (2021), Pop Plus (2023) e Igualeze (2023).

biológico, mas fenômeno histórico e cultural, investido de sentidos que ultrapassam a fisiologia. Hall (2016) complementa ao destacar que as representações constroem significados que parecem naturais, mas que são práticas sociais e, portanto, marcadas por disputas simbólicas.

Foucault (1987; 1999; 1982) desloca essa reflexão ao colocar o poder e o discurso no centro da análise. O corpo é objeto de controle por meio de tecnologias disciplinares e simbólicas, sendo moldado em padrões de docilidade e produtividade. Sua noção de “microfísica do poder” mostra como os corpos são regulados cotidianamente por práticas sociais, médicas, midiáticas e institucionais. Nesse sentido, o corpo feminino e gordo se inscreve em regimes de exclusão e vigilância que reforçam o “outro”, como apontam Hall (2016) e Pilger (2021). A estereotipagem, segundo Stuart Hall, é ferramenta de dominação que fixa identidades em características reducionistas, legitimando desigualdades.

No campo estético, Eco (2004; 2007) demonstra que as noções de belo e feio são históricas e ligadas a relações de poder: enquanto a beleza é privilégio das classes dominantes, a feiura se associa a grupos marginalizados. Castro (2004) e Santaella (2004) destacam que o culto ao corpo e a glorificação da magreza foram potencializados pelas mídias audiovisuais, criando uma lógica de consumo cultural baseada na busca por padrões inalcançáveis. Wolf (1992) radicaliza essa leitura ao propor que o “mito da beleza” funciona como ferramenta de controle social sobre as mulheres, deslocando antigas formas de opressão para a esfera estética, ao mesmo tempo em que movimenta interesses econômicos.

O gênero, portanto, é central nesse processo. Federici (2004) interpreta o corpo feminino como terreno de exploração capitalista, enquanto Hollows (2005) e Escosteguy (2020) reforçam que feminilidade e masculinidade são construções históricas, moldadas por disputas de poder. Pilger (2021) e Arruda (2019) mostram como as mídias brasileiras reforçam um ideal baseado em traços europeus e corpos magros, invisibilizando corpos gordos ou representando-os de forma estereotipada. Assim, a beleza torna-se um marcador de classe, raça e gênero, em que ser “bem cuidada” significa ter acesso a consumo e status social.

A gordofobia, nesse cenário, emerge como manifestação específica dessas práticas excludentes. Arruda (2019) observa que, a partir do século XX, a mídia consolidou a magreza como ideal, marginalizando corpos gordos e confinando-os a papéis cômicos ou secundários. Pilger (2021) reforça que o corpo gordo feminino se torna território colonizado, mas também espaço de resistência coletiva e de afirmação identitária. Dessa forma, pensar o corpo gordo é reconhecer como ele se situa nas fronteiras simbólicas da cultura, tensionando os limites entre o aceitável e o excluído, o hegemônico e o subalterno.

Metodologia

A metodologia do presente artigo parte das categorias de análise desenvolvidas na dissertação de mestrado, como forma de demonstrar como essas categorias podem ser aplicadas em outros estudos futuros, bem como, tensionar a relação de personagens gordas com as formas de representação que as receptoras acreditam existir nas narrativas. De forma que, neste estudo, o levantamento inicial de personagens realizado na dissertação serviu como ponto de partida para

a seleção das personagens, que foram analisadas individualmente dentro das nossas categorias e indicam como os modelos podem ser aplicados a personagens diversas.

A metodologia do presente artigo articula quatro momentos principais: (1) o levantamento exploratório e definição do corpus; (2) a categorização dentro dos modelos de Arruda (2019); (3) a categorização a partir das nossas categorias⁶; e (4) o tensionamento entre a percepção das receptoras com as representações encontradas na pesquisa. Essa combinação de etapas assegura o rigor metodológico e possibilita a construção de um olhar crítico sobre as formas de representação da mulher gorda nas séries, bem como sobre os modos como tais representações são recebidas e ressignificadas pelas receptoras.

Na primeira etapa, de pré-análise, compreendida como o momento inicial do processo de análise de conteúdo (Bardin, 2016), buscou-se organizar e preparar o material coletado. Essa fase envolve, segundo o autor, a leitura flutuante dos documentos, a seleção do material pertinente, a definição do corpus com base em critérios de representatividade e pertinência, a formulação dos objetivos e a preparação dos dados para as etapas seguintes. Nesse sentido, foi realizado um levantamento preliminar de personagens gordas do gênero feminino presentes em séries. A seleção teve início a partir de uma busca exploratória no Google, utilizando o termo “séries com personagens gordas mulheres”, o que possibilitou a identificação de produções mencionadas em portais como *Revista TPM* (2023), *Capricho* (2022), *Casa 1* (2021), *Pop Plus* (2023) e *Igualize* (2023). Esses conteúdos, em conjunto com o repertório prévio da pesquisadora como espectadora, subsidiaram a elaboração da lista inicial de personagens que compõem o corpus desta investigação: Ruby Hill (Retta) série *Good Girls* (2018), Rae Earl (Sharon Rooney) série *My Mad Fat Diary* (2013), Annie Easton (Aidy Bryant) série *Shrill* (2019), Penélope Featherington (Nicola Coughlan) série *Bridgerton* (2020), Martha Scott (Jessica Gunning) série *Bebê Rena* (2024), Terezinha (Cacau Protásio) série *Vai Que Cola* (2013).

O corpus da pesquisa foi composto por personagens gordas do gênero feminino presentes em séries de *streaming* de diferentes países, abrangendo produções brasileiras, estadunidenses e britânicas. Essa diversidade foi intencional, visto que as narrativas midiáticas, ainda que globais, também carregam especificidades culturais que incidem sobre a forma como os corpos gordos são representados.

No total da dissertação, foram analisadas quinze personagens. Cada uma foi analisada a partir dos critérios de ficha técnica; ano; sinopse; apresentação da personagem; modelo de representação de acordo com Arruda (2019); e número de vezes em que a série foi citada pelas receptoras nas respostas ao questionário. Sistematizado em uma tabela, como instrumento de pesquisa, no qual se registraram informações narrativas (como papel desempenhado na trama, relações interpessoais e conflitos vividos), bem como classificações de acordo com os estereótipos identificados. Para o presente artigo, foram analisadas seis⁷ personagens, das presentes na dissertação, e acrescentada uma personagem, a fim de ilustrar a categoria “A Gorda Má”, visto que, a série referida é posterior a pesquisa.

6 As categorias foram criadas a partir da análise da percepção das receptoras.

7 Outras personagens foram analisadas no trabalho final, para fins deste artigo, apenas uma por categoria foi descrita.

Na segunda etapa, foi realizada uma análise das representações, categorizando as personagens com base nos quatro modelos de estereótipos de mulheres gordas propostos por Arruda (2019): “alívio cômico”, “estepe para o personagem principal”, “personificação daquilo que é feio” e “eterna romântica”.

A terceira etapa propõe relacionar as categorias da dissertação, que foram criadas a partir do tensionamento entre discussão teórica sobre Cultura, Corpo, Gênero e Representações, junto com a análise da percepção das receptoras com base nos questionários. Foi identificado que, mais de dois terços das receptoras acreditam que as personagens gordas são representadas de maneira negativa. Tomamos como base os modelos de Arruda (2019), porém ao observarmos as percepções das receptoras trouxemos novos pontos a serem problematizados e identificamos a necessidade de categorizar as respostas em um modelo próprio, que são: “A Gorda Que Não É Protagonista”; “A Gorda Estereotipada”; “A Gorda Que É Só Gorda”; “A Gorda Que Ninguém Ama”; “A Gorda Má” e “A Gorda Palhaça”.

Como quarta etapa, foi conduzida a análise das respostas das receptoras ao questionário da dissertação de mestrado, dispondo suas falas dentro das categorias já definidas e identificando perfis para manter as respostas anônimas. Cada participante foi indicada pela inicial do nome, seguida de informações relativas a gênero (cis ou trans), raça/cor, idade, sexualidade e profissão. Essa opção metodológica buscou evidenciar a diversidade do grupo pesquisado e destacar como distintas trajetórias sociais, atravessadas por fatores como idade, orientação sexual e ocupação profissional, atravessam a recepção. Assim, a categorização não apenas contribui para a sistematização dos dados, mas também fortalece o caráter plural e representativo da pesquisa.

Quanto ao questionário da dissertação, teve como objetivo mapear as receptoras de séries de *streaming* que se identificam como gordas e obter os dados para o debate da pesquisa. No primeiro momento, o instrumento de pesquisa foi distribuída no encontro *online* do Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas no Brasil⁸, que ocorreu na plataforma *Google Meet*⁹ no dia 6 de junho de 2024. Da mesma forma, o questionário foi compartilhada a partir de uma mensagem no grupo de whatsapp “Grupo VIP Clientes Pop Plus”, sendo este um grupo vinculado à Feira de Moda Plus Size Pop Plus¹⁰, que é a maior feira de moda plus size do mundo, ocorre quatro vezes por ano em São Paulo/SP. O grupo de *Whatsapp*¹¹ utilizado para compartilhar a ferramenta de pesquisa da presente dissertação é uma comunidade de livre acesso, divulgada pela Pop Plus em suas redes sociais.

O questionário da dissertação de mestrado ao qual a presente pesquisa se relaciona, obteve 80 respostas, sendo 78 delas consideradas para a pesquisa. A ferramenta possui formato on-line e apresenta 7 seções, sendo elas: Identificação Como Mulher Gorda, Dados Pessoais, Consumo de Séries, Diversidade e Representação, Exemplos de personagens gordas, Identificação com personagens e Dados de Contato. Apresenta o total de 25 perguntas, sendo 18 fechadas e 7 abertas. O instrumento metodológico apresenta perguntas de identificação; iniciando com duas perguntas que delimitam o corpus da pesquisa, mulheres gordas; na seção seguinte, dados pessoais gerais como idade, orientação sexual, raça/cor/etnia etc. A terceira seção é relacionada ao

8 Ou “Pesquisa Gorda!”, grupo de estudo e pesquisa vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), através da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

9 Serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.

10 Pop Plus além de ser a maior feira de moda e cultura plus size do mundo, também é uma plataforma que engloba feiras, conteúdo, curadoria e consultoria. Fundada em 2012 pela comunicadora e empresária Flávia Durante.

11 Link para o grupo VIP Clientes Pop Plus: <https://chat.whatsapp.com/LA42nyjGH9N0ZxGp0ZdnP6>

consumo de séries pelas participantes. A seção 4 busca entender a percepção das respondentes em relação a diversidade nas séries e a representação de mulheres gordas. A quinta seção apresenta um quadro com fotos de diferentes personagens gordas, no qual as respondentes podem marcar quais reconhecem, o objetivo é identificar se essas personagens já circulam no imaginário das mulheres gordas ou se sua lembrança depende da visualização das imagens, visto que, na seção anterior é perguntado se as respondentes recordam de personagens gordas (sem apresentar fotos). A seção 6 busca entender a relação das mulheres com as personagens, ao solicitar que citem aquelas às quais se identificam e se o corpo destas personagens impacta nessa identificação. A ferramenta finaliza com um espaço para as respondentes deixarem seus dados de contato, para possibilidade de aproximação futura.

Categorias de análise e representações de mulheres gordas

Arruda (2021) identifica quatro principais estereótipos atribuídos às mulheres gordas pela mídia: o "alívio cômico", o "estepe para o protagonista", a "encarnação do que é feio e errado" e a "eterna romântica". O alívio cômico se divide em duas formas: em uma, a personagem é espirituosa e bem-humorada, na outra, seu corpo vira motivo de escárnio, sendo colocada em situações exageradas que provocam riso às custas de sua aparência ou comportamento. No caso do estepe para o personagem principal, a mulher gorda ocupa papel secundário, geralmente como amiga da protagonista magra. Mesmo com qualidades próprias, sua função é ser suporte, reforçando o estigma da "*DUFF*" (*Designated Ugly Fat Friend*)¹² ou "amiga gorda e feia". Já na personificação do que é repulsivo, esses corpos são associados a preguiça, desleixo e falta de higiene, sendo representados como desmotivados, comedores compulsivos e privados de afeto. Por fim, a eterna romântica também aparece como figura rejeitada. Sua narrativa gira em torno da busca por um parceiro, mas essa possibilidade é retratada como inalcançável ou somente viável quando há concessões do outro lado, reforçando a ideia de que o amor não é destinado a essas mulheres.

Em nosso estudo, identificamos seis categorias, que foram inspiradas inicialmente nos modelos de Arruda (2021), mas adaptadas para se adequarem ao que as receptoras sentem e pensam, conforme suas respostas à pesquisa de recepção. Sendo elas: 1) A Gorda Que Não É Protagonista; 2) A Gorda Estereotipada; 3) A Gorda Que É Só Gorda; 4) A Gorda Que Ninguém Ama; 5) A Gorda Má; e 6) A Gorda Palhaça.

A opção por empregar uma nomenclatura provocativa é uma escolha metodológica que busca evidenciar o caráter opressor dessas representações. Essa estratégia dialoga com perspectivas críticas dos estudos culturais e feministas, especialmente aquelas voltadas às corporalidades dissidentes, ao denunciar discursos estigmatizantes e processos de desumanização direcionados a mulheres gordas. Ao deslocar a linguagem acadêmica de uma pretensa neutralidade, torna-se possível explicitar as violências simbólicas que muitas vezes são naturalizadas e, assim, politizar a análise das imagens e narrativas que moldam essas personagens.

12 Gíria em inglês, traduzido para "Amiga Feia e Gorda Designada", utilizado para definir a pessoa menos atraente de um grupo de amigos, que é vista como suporte para fazer as outras parecerem mais bonitas.

Ao observar as personagens analisadas, torna-se relevante considerar que as categorias propostas para a leitura crítica não operam de modo estanque, visto que é possível identificar atravessamentos e sobreposições entre elas, de forma que uma mesma série pode mobilizar simultaneamente mais de uma categoria narrativa na construção de suas personagens.

1. A Gorda Que Não É Protagonista

Essa categoria reflete a recorrência de personagens gordas em papéis secundários, sem desenvolvimento narrativo próprio. Elas atuam como suporte para protagonistas magras, reproduzindo o modelo do “estepe para o personagem principal” (Arruda, 2021). A ausência de centralidade narrativa reforça a exclusão simbólica desses corpos, que raramente são representados como sujeitos complexos ou desejáveis. As falas das receptoras evidenciam não apenas o reconhecimento de que mulheres gordas raramente ocupam papéis centrais nas narrativas, mas também uma percepção crítica sobre como essa marginalização opera. Para elas, a presença dessas personagens costuma ser associada a funções secundárias na trama, o que reforça a ideia de que seus corpos não são considerados dignos de protagonismo. Uma das participantes expressa essa percepção ao afirmar:

Geralmente é uma figura que fica à margem; ou uma coadjuvante engraçada, companheira da personagem principal; ou é uma pessoa que sofre alguma transformação (geralmente tornar-se magra) e as pessoas começam a notar. Raramente vê-se uma personagem gorda em um papel de protagonista que não seja pras pessoas rirem (L., mulher cis, parda. 36 a 40 anos, bissexual, produtora cultural)¹³.

Segundo Eco (2008), a beleza, ao longo da história, serviu como parâmetro para determinar o modo como as pessoas eram tratadas, enquanto aquelas vistas como belas eram tomadas como referência, as consideradas feias acabavam relegadas à exclusão, desta forma, nas representações midiáticas, mulheres gordas são relegadas à papéis sem destaque.

Para tensionar essa discussão a partir de um exemplo concreto, analisamos a série *Good Girls* (2018), produzida pela NBC e Universal Television, foi criada por Jenna Bans, com direção de Michael Weaver e Dean Parisot, e teve quatro temporadas. A narrativa acompanha três mães de subúrbio que entram no mundo do crime para sustentar suas famílias. Ruby Hill (Retta) é uma das protagonistas, uma mulher leal e corajosa que participa do esquema criminoso para custear o tratamento da filha.

Apesar de estar no centro da trama, sua função narrativa se aproxima do modelo de “estepe para a personagem principal”, pois aparece muitas vezes como apoio emocional à amiga Beth,

Figura 1 - Ruby Hill (Retta) série *Good Girls* (2018)



Fonte: NBC, 2018, on-line.

13 Os perfis das receptoras se encontram após a resposta, identificados por: Letra inicial do nome da receptora, raça/cor, idade, sexualidade, profissão.

que ocupa posição mais central. Apesar de sua importância, ela se enquadra no modelo de “A Gorda Que Não É Protagonista”, uma vez que sua função narrativa está constantemente ligada a apoiar Beth, que é posicionada como protagonista da série.

É necessário reconhecer a incidência de fatores interseccionais na personagem, pois aspectos como raça e classe também atravessam sua representação. A personagem Ruby Hill é uma mulher negra e trabalhadora, e tais marcadores não apenas interferem em sua posição na trama, como também complexificam sua leitura como figura secundária, revelando como o corpo gordo, quando articulado a outros marcadores sociais, produz efeitos distintos na narrativa e na recepção.

2. A Gorda Estereotipada

Nessa representação, o corpo gordo é associado a estigmas, patologias e inadequações sociais. Personagens são retratadas como preguiçosas, desleixadas, emocionalmente instáveis ou ridicularizadas, reforçando a lógica do “culto ao corpo magro” (Castro, 2004; Santaella, 2004). Para Eco (2008), a associação entre beleza e valor social contribui para a marginalização, enquanto Hall (2016) aponta que a repetição de estereótipos naturaliza tais discursos, ainda que sejam contestados por quem os vivencia. Nesse sentido, os relatos das receptoras evidenciam como tais representações reverberam em suas percepções, reforçando estigmas historicamente construídos. Suas falas revelam a recorrência de personagens gordas associadas ao cômico, à solidão, à falta de atratividade ou à desestabilidade emocional.

Para Hall (2016), os estereótipos fazem parte de um regime de representações em que grupos dominantes exercem poder simbólico sobre os grupos minoritários, definidos como o “outro”. Nesse processo, a estereotipagem reduz indivíduos a características simplificadas e fixas, apresentadas como naturais. Assim, essas classificações, sustentadas por discursos culturais, reforçam desigualdades e limitam as possibilidades de representação dos grupos subalternizados. O que vai de encontro ao que as receptoras apontam, visto que, além de identificar os estereótipos, elas também demonstram consciência crítica sobre os efeitos que essas imagens produzem em suas próprias experiências. Muitas relatam reconhecer tais personagens como parte de um repertório midiático que não lhes oferece possibilidades de identificação positiva, mas sim um espelho distorcido, que reforça sentimentos de inadequação ou de vergonha. Esse movimento revela que o impacto dessas representações não é meramente simbólico, mas atravessa modos de perceber o próprio corpo, de se relacionar afetivamente e de se posicionar socialmente. Assim, as falas não só apontam a persistência dos estereótipos, como também iluminam os modos como eles são vividos, questionados e, por vezes, resistidos no cotidiano das mulheres gordas. A seguir, destacam-se algumas respostas que exemplificam tais percepções:

Porque são sempre engraçadas, não desejadas, não tem relacionamento saudável, são loucas, são “feias” etc. (A., mulher cis, branca, 41 a 45 anos, pansexual, aposentada por invalidez)

Porque sempre usam mulheres gordas como exemplos de mulheres tristes, dependentes, frustradas e que é um padrão a não ser seguido. (D., mulher cis, branca, 18 a 25 anos, bissexual, autônoma)

Porque são personagens jocosos, ou depressivos, ou que sofrem com a solidão da mulher gorda. (J., mulher cis, 41 a 45 anos, branca, bissexual, revisora de textos)

Como exemplo de produção audiovisual analisada nesta categoria, destaca-se a série britânica *My Mad Fat Diary* (2013), produzida pela Endemol UK, teve três temporadas, com direção de Tim Kirkby e Benjamin Caron. Ambientada nos anos 1990, acompanha Rae Earl (Sharon Rooney), uma adolescente de 16 anos que acaba de sair de um hospital psiquiátrico e tenta esconder isso dos amigos.

Figura 2 - Rae Earl (Sharon Rooney) série *My Mad Fat Diary* (2013).



Fonte: The Guardian, 2013, on-line.

Rae enfrenta distúrbios alimentares, inseguranças e problemas de saúde mental relacionados à sua baixa autoestima. Embora também viva experiências de amizade e paixão, sua trajetória é frequentemente associada à tristeza e à desordem, de modo que a personagem pode ser entendida como “personificação daquilo que é feio”, uma vez que suas dificuldades emocionais são constantemente ligadas ao seu corpo gordo. Sua representação recai fortemente sobre o modelo de “A Gorda Estereotipada”, já que suas dificuldades emocionais são constantemente associadas ao corpo gordo. Rae é retratada como desleixada, infeliz e insegura.

3. A Gorda Que É Só Gorda

Nesse caso, a identidade da personagem é reduzida ao peso e às tentativas de emagrecimento. Sua existência é mediada por narrativas de rejeição, sofrimento e baixa autoestima, em contraste com personagens magras, tratadas como neutras e isentas de problematizações. As respostas das receptoras apontam a forma como a mídia desmerece sistematicamente a mulher gorda, restringindo-a a um corpo problematizado e punido. Ao mesmo tempo, suas falas revelam a busca por novas narrativas, que reconheçam possibilidades de saúde, plenitude e pertencimento para além do estigma. Como aponta uma das participantes, essa disputa não é apenas simbólica, mas envolve reivindicar lugares de pertencimento e legitimidade na vida social. A fala a seguir evidencia a recusa em aceitar a representação da mulher gorda como ruim, afirmando a possibilidade de vidas gordas que sejam diversas. Aqui, a recepção não apenas reconhece o estigma, ela também produz resistência:

Geralmente eles desmerecem a imagem da mulher gorda, penalizam. E ser gorda não deve ser considerado um defeito, temos que explorar todas as vertentes e mostrar que podemos ser saudáveis, que temos direito a tudo e podemos fazer parte de tudo(A., mulher cis, preta, 51 a 60 anos, hetero, terapeuta).

Arruda (2021) aponta a patologização midiática do corpo gordo, que só aparece como problema a ser resolvido. Enquanto autoras como Wolf (1992), Castro (2004) e Santaella (2004) discutem como a magreza foi historicamente construída como um valor cultural positivo, associada ao sucesso, à disciplina, à saúde e à felicidade. Para Wolf (1992), o chamado “mito da beleza” funciona como mecanismo de controle social, ao eleger o corpo magro como ideal de feminilidade e virtude, excluindo quem não se enquadra nesse padrão. Já Castro (2004) e Santaella (2004) destacam o papel da publicidade e da mídia de massa na difusão dessa lógica, reforçando a magreza como símbolo de pertencimento e reconhecimento social.

Como exemplo de produção audiovisual analisada nesta categoria, a série *Shrill* (2019) é uma produção americana da HULU, com 3 temporadas. Tem como produtores executivos Lorne Michaels e Elizabeth Banks; direção de Carrie Brownstein, Gillian Robespierre, Jesse Peretz e Natasha Lyonne. A série de comédia apresenta Annie Easton (Aidy Bryant), uma jovem jornalista gorda que quer mudar de vida, mas não o corpo. A série retrata a vida da personagem principal Annie, sua carreira, a busca por relacionamentos amorosos e suas vivências como uma mulher gorda.

Figura 3 - Annie Easton (Aidy Bryant) série *Shrill* (2019).



Fonte: Charactour, 2019, on-line.

Annie é uma jornalista, inteligente, determinada e bem humorada, que enfrenta inseguranças e tenta equilibrar a busca por aceitação com a vontade de se afirmar profissionalmente e pessoalmente. Ao longo da série, ela aprende a se impor e valorizar suas qualidades. Apesar de ser a personagem principal e apresentar diversas características que saem de um padrão de representação estereotipado. Annie apresenta algumas características do modelo “eterna romântica” de Arruda (2021), como a constante busca por um namorado. Entretanto, ao analisar nossas categorias, enquadraremos a personagem como “A Gorda Que É Só Gorda”, pois sua história está constantemente relacionada a seu peso, não havendo uma dissociação do corpo em relação à narrativa.

4. A Gorda Que Ninguém Ama

Relacionada ao modelo da “eterna romântica” de Arruda (2021), essa categoria revela que mulheres gordas são privadas de afeto e desejo nas narrativas. Quando recebem atenção amorosa, isso é retratado como algo excepcional ou cômico, reforçando a ideia de que esses corpos não pertencem ao campo do desejável. A experiência das mulheres gordas diante das representações midiáticas é mais complexa do que a ideia de Arruda (2021) de personagens em busca de amor. Para as receptoras as quais este artigo se refere, a falta de afeto não está na incapacidade dessas mulheres de serem amadas, mas na recusa social e narrativa em reconhecê-las como dignas de desejo e de relações afetivas. O amor, nesse contexto, aparece como concessão e não como direito narrativo ou social.

As falas das receptoras mostram que essa ausência não é internalizada como falha individual, mas identificada como um mecanismo de desvalorização simbólica. Elas não apenas reconhecem a violência representacional, como também reivindicam histórias que não limitem a mulher gorda à espera do amor alheio, mas que afirmem sua autonomia e possibilidade de reciprocidade afetiva.

Geralmente é um papel menor, de mulheres engraçadas ou sem vida própria, quando não é tudo sobre o corpo e as dificuldades em encontrar um relacionamento por causa disso (Anon., mulher cis, branca, 31 a 35 anos, bissexual, psicóloga).

Porque são muitas vezes caricatas, ou excessivamente carentes de amor, afeto e sexo. Ou querem emagrecer para começarem a “viver de verdade” (V., mulher cis, branca, 41 a 45 anos, parda, hetero, roteirista e produtora de cinema).

Como forma de tensionar essa categoria, analisamos a série *Bridgerton* (2020), produzida pela Shondaland e Netflix, criada por Chris Van Dusen e com produção executiva de Shonda Rhimes, conta com direção de Julie Anne Robinson e Sheree Folkson. As percepções das receptoras dialogam diretamente com a representação de Penélope em *Bridgerton* (2020), especialmente no modo como sua história é estruturada pela invisibilidade, pela espera e pela expectativa afetiva nunca plenamente correspondida.

Ambientada na Londres do século XIX, retrata romances, segredos e disputas da alta sociedade. Penélope Featherington (Nicola Coughlan), a filha mais nova e discreta da família Featherington, é tímida, observadora e guarda o segredo de ser Lady Whistledown, a colunista que revela os escândalos da aristocracia. Sua representação recai tanto sobre o modelo de “personificação daquilo que é feio”, devido à forma como é tratada socialmente, quanto sobre o da “eterna romântica”, já que espera em silêncio pelo amor de Colin Bridgerton. Sua representação pode ser vista a partir de dois estereótipos: “A Gorda Estereotipada”, pois é tratada de maneira inferiorizada pela família e pela sociedade, e “A Gorda Que Ninguém Ama”, já que vive na expectativa de ser correspondida em seu amor por Colin Bridgerton.

Figura 4 - Penélope Featherington (Nicola Coughlan) série *Bridgerton* (2020).



Fonte: Cinebuzz, 2022, on-line.

5. A Gorda Má

Mulheres gordas também são associadas a papéis de vilãs, seguindo a lógica que vincula feiura à maldade (Eco, 2007). Essa representação reforça a exclusão simbólica ao conectar o corpo gordo à perversidade e à desordem moral. Como no caso da vilã Úrsula, analisada por Bezerra e Bragaglia (2019), a gordura é punida quando resiste à normatividade, reafirmando a ideia de que esses corpos ameaçam a ordem social. As falas das receptoras evidenciam a persistência dessa representação negativa, que costuma estar associada à vilania.

Pouca representação e, quando acontece, são personagens negativas - vilãs, atrapalhadas, infantis, chatas etc. Pouca representação e, quando acontece, são personagens negativas - vilãs, atrapalhadas, infantis, chatas etc. (L., mulher cis, branca, 36 a 40 anos, hetero, psicóloga).

Mulheres gordas em séries ou são vilãs, ou depreciadas ou em segundo plano de humor. NUNCA com papel principal levando uma vida como as mulheres magras em outras séries (F., mulher cis, branca, 46 a 50 anos, hetero, cantora).

Os relatos evidenciam que a vilania não é apenas um traço narrativo, mas se articula com a marginalização simbólica, tornando a experiência das receptoras mais crítica e consciente da limitação de papéis disponíveis para mulheres gordas na mídia. Como forma de observar como esses elementos se articulam, analisamos a minissérie *Bebê Rena* foi lançada em abril de 2024 na Netflix, uma produção britânica criada por Richard Gadd, que também atua como protagonista na produção. A direção é de Weronika Tofiliska e Josephine Bornebusch.

Jessica Gunning interpreta a personagem Martha Scott, que assume o papel de vilã na narrativa. Martha é uma stalker (perseguidora), ela é apresentada com comportamentos obsessivos e violentos. Sua figura é representada como uma ameaça constante, reforçando a ideia de descontrole e perigo vinculada ao corpo gordo. Embora a série seja baseada em fatos reais, o corpo da personagem não é apenas uma representação da realidade, mas sua aparência é uma ferramenta narrativa utilizada para intensificar a repulsa do público, de forma que Martha se enquadra na categoria "A Gorda Má". Em *Bebê Rena*, a vilania de Martha é reforçada visual

e comportamentalmente, fazendo com que o corpo gordo seja associado diretamente ao descontrole, à obsessão e à violência. Dessa forma, a série não só reproduz o estereótipo da “Gorda Má”, como o intensifica ao fazer do corpo da personagem um marcador de perigo, reiterando a lógica que vincula gordura à monstrosidade moral.

Figura 5 - Martha Scott (Jessica Gunning) série *Bebê Rena* (2024).



Fonte: Estadão, 2024, on-line.

6. A Gorda Palhaça

Por fim, muitas personagens gordas aparecem como alívio cômico, assumindo o papel da “amiga engraçada”. Esse humor, como aponta Caetano (2019), não é neutro, mas funciona como dispositivo de exclusão, onde a mulher gorda só é legitimada em cena se sua presença for motivo de riso. Essa representação reduz sua complexidade e reforça estereótipos de inadequação e inferioridade. As percepções das receptoras confirmam essa lógica, ao destacar que a mulher gorda dificilmente é retratada como inteligente, forte ou desejável, sendo quase sempre associada à comichidade. Esses relatos evidenciam como a função de “alívio cômico” opera como mais uma forma de limitar a experiência dessas personagens no imaginário midiático:

Porque elas nunca são sexys, fortes, inteligentes e etc. Apenas a amiga engraçadinha ou atrapalhada. (M., mulher cis, branca, 31 a 35 anos, bissexual, jornalista)

Geralmente é vista como alívio cômico, a virgem sem relacionamentos. (P., mulher cis, branca, 26 a 30 anos, bissexual, professora de inglês)

Porque muitas vezes elas são representadas como alívio cômico ou como rejeitadas. (Anon., mulher cis, branca, 41 a 45 anos, hetero, designer)

Como exemplo de personagem que apresenta características de humor, analisamos a série brasileira *Vai Que Cola* (2013), exibida pelo Multishow, é uma comédia dirigida por César Rodrigues e produzida por João Fonseca e Diego Barreto, que se passa em uma pensão no subúrbio carioca. Entre os personagens caricatos está Terezinha (Cacau Protásio), viúva irreverente e dona de um temperamento forte, que administra as finanças da pensão enquanto busca aproveitar a vida. As percepções das receptoras quanto a mulheres gordas não serem mostradas como fortes, desejadas ou sexys aparecem na série, que embora seja de comédia, Terezinha é frequentemente utilizada como “alívio cômico”, já que seu corpo se torna alvo constante de piadas. Assim, Tere-

zinha se enquadra no modelo de “A Gorda Palhaça” em sua forma mais cruel, já que a graça da personagem frequentemente é construída a partir da exposição e ridicularização de sua gordura.

Figura 6 - Terezinha (Cacau Protásio) série *Vai Que Cola* (2013).



Fonte: Estadão, 2023, on-line.

Da mesma forma, a personagem Terezinha revela o quanto as representações de mulheres gordas podem ser atravessadas por marcadores sociais que ultrapassam a dimensão corporal. Enquanto mulher negra, sua construção narrativa não se limita ao enquadramento do corpo como marca de diferença, mas é também permeada pelas relações de raça e classe que orientam sua posição na trama e nas interações com outras personagens. Esses atravessamentos complexificam a leitura de sua presença na narrativa, pois sua trajetória é interpretada não apenas a partir do corpo gordo, mas também das hierarquias raciais e socioeconômicas que influenciam seu papel e sua visibilidade.

Considerações Finais

A análise das personagens gordas em séries de *streaming*, baseada na análise de conteúdo e no estudo de recepção, revela que, apesar de avanços pontuais na diversidade representacional, os estereótipos continuam sendo predominantes, restringindo a complexidade dessas figuras e limitando suas possibilidades narrativas. As categorias de Arruda (2021), em diálogo com as construídas nesta pesquisa, evidenciam que corpos gordos permanecem atrelados a funções secundárias, ridicularização, ausência de afeto e marginalização social.

Contudo, ao mesmo tempo em que esses estereótipos persistem, também é possível identificar fissuras, nas quais algumas produções buscam dar voz e centralidade a mulheres gordas, explorando suas subjetividades para além da gordura, como é são os casos relatados abaixo pelas receptoras. Esses deslocamentos, ainda que incipientes, são relevantes, pois abrem caminho para novas formas de representação, capazes de tensionar a hegemonia da magreza como valor estético e social.

Assim, este estudo reforça a importância de analisar criticamente as representações audiovisuais, não apenas como reflexo, mas como instâncias ativas de produção de sentidos e de poder. Investigar como as mulheres gordas são retratadas é, portanto, também discutir sobre quem tem direito à narrativa, ao protagonismo e à legitimidade de existir em tela.

Referências

- ARRUDA, Agnes de Sousa. **O peso e a mídia**: uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade. 2019. 116 f. 2019. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Paulista, São Paulo.
- ARRUDA, Agnes de Sousa. **O peso e a mídia**: as faces da gordofobia / Agnes Arruda. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BONIN, J. A. **Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação**. Revista FAMECOS n. 37, Porto Alegre, dez. 2008.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Na América Latina, o Brasil lidera o consumo de streaming, mas enfrenta desafios de representatividade de conteúdo nacional**. MINISTÉRIO DA CULTURA, 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/na-america-latina-o-brasil-lidera-o-consumo-de-streaming-mas-enfrenta-desafios-de-representatividade-de-conteudo-nacional>. Acesso em: 9 set. 2025.
- CAETANO, Virgínia Barbosa Lucena. **Não Tem Cabimento**: Corpo E Subjetividade No Discurso De Sujeitos Gordos. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5785>. Acesso em: 1 set. 2025.
- CASTRO, Ana Lúcia de. **Culto ao corpo**: identidades e estilos de vida. in: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2004.
- ECO, Umberto. **História de beleza**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ECO, Umberto. **História de feiúra**. (org.). Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 103–138, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27643.
- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural No College De France, Pronunciada em 2 De Dezembro De 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 1999.
- GELATTI, Juliana Reichembach. Comunicação e Recepção: um panorama dos estudos culturais e midiáticos. Resenha de: ESCOSTEGUY, Ana Carolina e JACKS, Nilda. Comunicação e Recepção. São Paulo: Hacker Editores, 2005. **Revista Anagrama** – Revista Interdisciplinar da Graduação Ano 2 - Edição 4 Junho-Agosto de 2009.
- GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- GONÇALVES, Victor Albuquerque Borges Quaresma. **Falas de peso**: a (in)visibilidade do corpo gordo na mídia [Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Disponível na Plataforma Sucupira da Capes. Acesso em: 19 ago. 2025.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. (2016). **O espetáculo do "outro"**. Cultura e representação. (Org. Arthur Ituassu) Rio de Janeiro: Apicuri/PUC - Rio.

HOLLOWS, Joanne. Feminismo, estudios culturales y cultura popular. **Lectora**, n. 11, 2005, p. 15-28.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTIN-BARBERO, Jesús. De la filosofía a la comunicación. **Umbral XXI**, n.4, p. 34-39, 1990.

MATTOS, Rafael. **Sobrevivendo ao estigma da gordura**. 1ª ed. Editora Vetor. São Paulo, 2012.

NBCUNIVERSAL. **Paixão em Séries**: As Séries São As Grandes Protagonistas Do Entretenimento Audiovisual Da Atualidade – Buscamos Entender O Porquê. 3 ago. 2021. Disponível em: <https://gente.globo.com/estudo-as-series-sao-as-grandes-protagonistas-do-entretenimento-audiovisual-da-atualidade-buscamos-entender-o-porque/>. Acesso em: 30 set. 2024.

PILGER, Caroline Roveda. **As gordas saem do armário... e entram no closet**: interseccionalidade, lugar de fala e empoderamento na configuração das mulheres gordas pela revista Donna [Tese (Doutorado em Comunicação)]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível na Plataforma Sucupira da Capes. Acesso em: 19 ago. 2025.

ROSE, Nikolas. **“Inventando nossos eus”**, in: SILVA, Thomas Tadeu da (org. e trad.). Nunca fomos humanos. Nos rastros do sujeito. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp. 137-204.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação**: sintoma da cultura / Lucia Santaella. - São Paulo: Paulus, 2004, - Coleção Comunicação.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres / Naomi Wolf; tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

QUANDO O LAUDO DO AUTISMO VIRA POST: A MIDIATIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS NAS MÍDIAS SOCIAIS

*WHEN THE AUTISM REPORT BECOMES A POST: THE
MEDIATIZATION OF DIAGNOSES ON SOCIAL MEDIA*

CILENE VICTOR¹

AMANDA GANZAROLLI²

RESUMO

A crescente visibilidade de condições neurológicas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), vem acompanhada da banalização do diagnóstico no espaço público. A divulgação de laudos em redes sociais, “chás de revelação de diagnóstico” e conteúdos virais que associam comportamentos a transtornos revelam a tensão entre informação científica e espetacularização midiática. O estudo investiga em que medida a exposição de laudos médicos contribui para a conscientização ou descredibilização das lutas das pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. Fundamenta-se na comunicação e percepção de riscos e em pesquisas sobre neurodiversidade e mídias digitais. O corpus reúne postagens no Instagram analisadas pela técnica de análise de sentimento (Maia e Hauber, 2022). Os resultados mostram que, embora o compartilhamento digital de diagnósticos possa fortalecer identidades, tende também a simplificar condições complexas e reforçar estigmas. Conclui-se que a forma de comunicar diagnósticos nas mídias sociais é determinante para seus efeitos simbólicos e deve seguir princípios éticos da comunicação de riscos.

Palavras-chave: Autismo; TDAH; Comunicação de riscos; Percepção de riscos; Mídias sociais

ABSTRACT

The growing visibility of neurological conditions, such as Autism Spectrum Disorder (ASD) and Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), has been accompanied by the trivialization of diagnoses in the public sphere. The disclosure of medical reports on social networks, “diagnosis reveal parties,” and viral content linking everyday behaviors to disorders reveal the tension between scientific information and media sensationalism. This study investigates the extent to which the public exposure of medical reports contributes to raising awareness or undermining the legitimacy of struggles faced by people with disabilities and neurodevelopmental disorders. It is grounded in the fields of risk communication and perception, as well as research on neurodiversity and digital media. The corpus comprises Instagram posts analyzed through sentiment analysis (Maia & Hauber, 2022). Findings indicate that, while the digital sharing of diagnoses may strengthen identities, it also tends to simplify complex conditions and reinforce stigma. The way diagnoses are communicated on social media is decisive for their symbolic effects and should follow the ethical principles of risk communication.

Keywords: Autism; ADHD; Risk communication; Risk perception; Social media.

1 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), e docente do FGV LAW. E-mail: cilenevictor@gmail.com.

2 Jornalista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Bolsista Capes. E-mail: aamandaganzarolli@gmail.com.

Introdução

A crescente visibilidade das condições neurológicas, em especial o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), vem sendo acompanhada por um processo de banalização dos diagnósticos no espaço público. Ações como a divulgação de laudos nas mídias sociais, os chamados “chás de revelação de diagnóstico” e a viralização de conteúdos que associam características comportamentais a transtornos específicos evidenciam a tensão entre informação científica, percepção social acerca do tema e espetacularização midiática. Esses acontecimentos demandam uma análise crítica do papel das mídias sociais, em especial, na perspectiva da comunicação de riscos, compreendida aqui como campo teórico e prático que investiga os modos pelos quais a sociedade percebe, interpreta e reage a ameaças e incertezas (Slovic, 1987; Victor, 2021).

No caso das condições neurológicas, as mídias sociais têm acentuado as fragilidades da fronteira entre probabilidade e diagnóstico, o que resulta na banalização do assunto e na superficialidade do debate. Rossi, Newschaffer e Yudell (2013) apontam que a comunicação de risco no contexto do autismo pode gerar efeitos colaterais indesejados, como medo, estigmatização e adoção de práticas inadequadas. Rysavy e Murph (2015) reforçam a distinção entre risco e o quadro de saúde diagnosticado, lembrando que a informação sobre probabilidade envolve incerteza, podendo ser mal interpretada no contexto do fluxo trivial das mídias sociais. Somada a essas preocupações, a circulação de discursos em plataformas digitais amplia a exposição, conferindo às narrativas pessoais um caráter de verdade que nem sempre encontra respaldo em critérios clínicos (Bakombo; Ewalefo; Konkle, 2023).

Na perspectiva da comunicação e da percepção de riscos, o objetivo é investigar em que medida a prática da exposição midiática de laudos médicos contribui para a conscientização ou descredibilização da luta das pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. Para isso, o corpus empírico contempla publicações do *Instagram* que repercutiram uma reportagem exibida em 6 de setembro de 2025 pela EPTV, afiliada da Rede Globo em São Carlos, a respeito da midiatização, nas plataformas digitais, de laudos de TEA e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A metodologia consiste na análise de sentimento, procedimento que permite identificar padrões discursivos e emocionais em interações nas plataformas digitais, conforme discutem Maia e Hauber (2022).

Banalização dos diagnósticos: perspectivas da comunicação de riscos

A comunicação de riscos, entendida como processo social dinâmico e não mera disseminação de informações, influencia comportamentos e percepções diante de ameaças (Victor, 2018; 2019). Estudos de Fischhoff, Slovic e Lichtenstein (1978) mostraram que a percepção do risco envolve dimensões qualitativas, como voluntariedade, familiaridade, controle e efeitos imediatos, que moldam avaliações frequentemente desproporcionais aos dados objetivos. Slovic (1987) sistematizou essas dimensões em uma matriz psicométrica, hoje referência na comunicação de riscos. Assim, a forma como o risco é informado afeta diretamente sua percepção, mesmo dados probabilísticos, como a chance aumentada de desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), podem ser interpretados como ameaça concreta.

Rossi, Newschaffer e Yudell (2013) observam que a crescente oferta de dados genéticos e ambientais sobre o autismo “levanta questões sobre se e como essa informação deve ser comunicada” (p.107). O modo de transmissão da informação é determinante, pois ênfases excessivas em probabilidades podem gerar alarmismo ou reforçar estigmas. Nesse sentido, torna-se necessário distinguir risco (probabilidade) de diagnóstico (confirmação clínica). Rysavy e Murph (2015) enfatizam essa distinção ao recorrer à metáfora do barulho à noite que sugere risco de rato, mas não confirma sua existência. Para os autores, informações de risco apontam apenas para a possibilidade de desenvolvimento de condições como TEA ou TDAH, sem equivaler a um diagnóstico estabelecido. A confusão entre risco e certeza clínica pode acarretar múltiplos prejuízos, entre eles o despertar de medo e ansiedade desnecessários, a estigmatização de pais e crianças como responsáveis pelo risco e a indução a intervenções precipitadas, tais como terapias invasivas, exames de alto custo ou a evitação de medidas que poderiam ser benéficas (Rysavy e Murph, 2015). Transformar probabilidades em verdades absolutas equivale, como observam os autores, a “colocar a criança debaixo de um microscópio” (p.323), convertendo comportamentos normais em sinais patologizados.

Um exemplo das consequências de uma má comunicação de riscos é o caso da vacina tríplice viral (MMR) e o autismo. O estudo fraudulento dos anos 1990 que associou a vacina ao TEA gerou pânico, queda nas taxas de imunização e retorno de doenças controladas. Conforme Rossi, Newschaffer e Yudell (2013), é papel dos profissionais de saúde educar famílias sobre a natureza probabilística dos riscos, evitando confundir aumento de probabilidade com diagnóstico confirmado.

No Brasil, a banalização dos diagnósticos acompanha a medicalização da infância. Comportamentos comuns, como inquietação e dispersão passaram a ser interpretados como TDAH ou TEA. Estimativas indicam prevalência global de TDAH entre 5% e 8% e cerca de 7,6% no Brasil (Brasil, 2022; Polanczyk; Rohde, 2007). O aumento de diagnósticos está diretamente relacionado ao crescimento do consumo de psicofármacos, tornando o país um dos maiores consumidores de metilfenidato. Esse fenômeno tem sido interpretado por diferentes pesquisadores como evidência da medicalização de comportamentos infantis que poderiam ser compreendidos e manejados em outras esferas, como a pedagógica e a social (Moysés e Collares, 2010).

Maria Aparecida Affonso Moysés (UFMG, 2017) descreve essa “epidemia de diagnósticos” como expansão do número de crianças classificadas, e não aumento real de transtornos. Em audiência no Senado, a especialista defendeu que diagnósticos imprecisos e prescrições indiscriminadas de metilfenidato refletem pressões institucionais e sociais (Brasil, 2023a; 2023b). Diferenças individuais e dificuldades escolares acabam convertidas em patologias tratadas farmacologicamente.

Essa lógica se intensifica nas redes sociais. Plataformas como TikTok, Instagram e YouTube amplificam a banalização do diagnóstico. A CNN Brasil (2023) relatou que adolescentes se autodiagnosticam com base em vídeos sobre saúde mental. Pesquisa de Bakombo, Ewalefo e Konkle (2023), com 59 vídeos no YouTube, identificou representações incompletas e estigmatizadas do TEA, associadas a quadros graves e limitações emocionais. Comentários reforçaram mitos e estereótipos, e os algoritmos da plataforma ampliaram a visibilidade dessas narrativas. Segundo os autores, isso fortalece representações estigmatizantes e reduz a compreensão da diversidade do espectro autista.

Os efeitos da exposição digital, contudo, são ambíguos. A visibilidade pode reforçar capacitismos, mas também promover identidade e pertencimento. Muitos autistas e pessoas com TDAH têm ressignificado o diagnóstico em plataformas digitais, convertendo-o em expressão de orgulho e mobilização. Movimentos como a campanha #HomologaCamilo, pela homologação do Parecer nº 50 (Ganzarolli e Victor, 2025), mostram o potencial político e comunicacional dessas redes. Bakombo, Ewalefo e Konkle (2023) apontam que, apesar das representações negativas, o YouTube também pode gerar empatia e ampliar a conscientização. O modo de comunicar condições neurológicas define se a comunicação contribui para a inclusão ou reforça preconceitos.

A midiatização do diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento

Esse movimento da midiatização do diagnóstico pode estar relacionado às diversas mudanças médicas e jurídicas acerca do TEA. Desde suas primeiras menções na década de 1930 até 2025, tanto a definição quanto os critérios diagnósticos e a área da saúde responsável por seu estudo e acompanhamento passaram por alterações significativas. Inicialmente tratado como uma questão da psiquiatria, o TEA é atualmente compreendido como uma condição de base neurológica, como afirma o médico e neurologista infantil José Salomão Schwartzman, pioneiro nos estudos sobre autismo no Brasil. Em entrevista ao podcast Espectros³, Schwartzman declarou:

O autismo, que durante muito tempo foi considerado uma condição psiquiátrica, quando eu comecei a trabalhar com isso as pessoas, inclusive, costumavam tirar sarro de mim, no sentido de dizer: 'olha, esse é o neurologista que se mete a fazer diagnóstico de autismo'. E, à medida que fomos conhecendo mais o quadro, foi ficando cada vez mais claro que o autismo tem uma base neurológica óbvia, variável por indivíduo e de novo (Schwartzman, 2023).

Dessa forma, este artigo adota a definição mais recente do TEA, que unificou classificações anteriores, como Autismo Infantil e Síndrome de Asperger. O TEA é "caracterizado por déficits persistentes na capacidade de iniciar e sustentar interação social recíproca e comunicação social, e por uma gama de padrões restritos, repetitivos e inflexíveis de comportamento, interesses ou atividades que são claramente atípicos ou excessivos para a idade e o contexto sociocultural do indivíduo" (ICD, 2025). Essa definição corresponde à Classificação Internacional de Doenças – 11ª Revisão (CID-11), da Organização Mundial da Saúde, que contempla diferentes quadros dentro do espectro, sendo:

Tabela 1 - Código 6A02 (Transtorno do espectro autista) na CID 11

Código	Descrição
A02.0	TEA sem TDI e com leve ou nenhum comprometimento da linguagem funcional
A02.1	TEA com TDI e com leve ou nenhum comprometimento da linguagem funcional

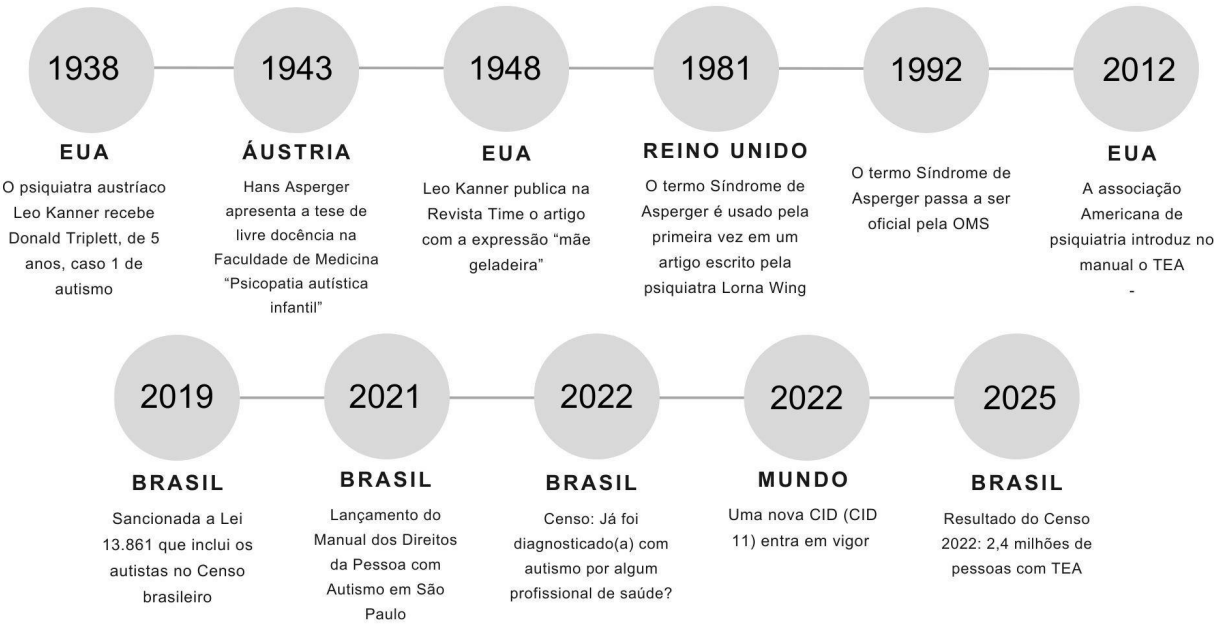
3 O podcast Espectros – Autismo em Entrevista é uma produção da Revista Autismo, conduzida mensalmente pelo jornalista Tiago Abreu. Em cada episódio, o apresentador entrevista pessoas que atuam na comunidade do autismo no Brasil, abordando suas histórias pessoais, profissionais e familiares relacionadas ao diagnóstico. O projeto conta com o apoio da Clínica Somar (Spotify, 2025).

Código	Descrição
A02.2	TEA sem TDI e com linguagem funcional prejudicada
A02.3	TEA com TDI e linguagem funcional prejudicada
A02.4	Foi removido na versão final da CID-11
A02.5	TEA com TDI e ausência de linguagem funcional

Fonte: ICD, 2025. Elaborado pelos autores.

Deste modo, entende-se que o percurso histórico do TEA permite observar como o conhecimento científico se transformou ao longo do tempo. A primeira descrição clínica do autismo foi feita em 1938, quando Leo Kanner, psiquiatra austríaco, atendeu Donald Triplett, uma criança de cinco anos, reconhecido como o primeiro caso diagnosticado no mundo (Abreu, 2022). No cenário brasileiro, o avanço normativo foi tardio: apenas em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764, a chamada Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012). Somente em 2019, com a Lei nº 13.861, garantiu-se a obrigatoriedade de inclusão de dados sobre autistas no Censo Demográfico⁴ (Brasil, 2019).

Imagem 1 - Infográfico Cronologia sobre autismo - Brasil e Mundo



Fonte: DSM-5, 2014; Instituto Singular, 2021. Elaborado pelos autores.

Neste contexto, a midiatização do diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento nas mídias sociais apresenta-se de forma diversa, contínua e marcada por múltiplos argumentos. No caso específico deste artigo, que aborda a midiatização do laudo do TEA nas mídias sociais, observou-se que, à medida que mais pessoas são diagnosticadas ou apresentam características que remetem ao fenótipo ampliado do autismo (FAA)⁵, mesmo sem comprovação formal, diversas discussões são levantadas. Entre elas, destaca-se a preocupação com a precisão do

4 O projeto teve origem no PL 6575/2016, apresentado pela deputada Carmen Zanotto, e foi posteriormente aprovado pelo Comitê de Direitos Humanos do Senado (CDH/Senado), sob a condução da senadora Mara Gabrilli (Brasil, 2019).

5 Fenótipo ampliado do autismo é uma condição que apresenta características comuns no autismo, mas que não fazem do indivíduo ter o TEA (Luna ABA, 2023).

diagnóstico, realizado por meio de avaliação multidisciplinar, bem como a debate sobre os níveis do TEA, que constitui o tema mais recorrente na comunidade autista online mencionado pela primeira vez em 2013, na edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), que estabeleceu três níveis de suporte⁶.

O debate ainda inclui questões jurídicas, a cobertura de planos de saúde e as diferenças cotidianas enfrentadas por famílias e indivíduos com TEA, considerando, em especial, as condições econômicas. Estudos têm levantado informações sobre o perfil das famílias, como a maior presença de mães solteiras ou divorciadas responsáveis por pessoas autistas, cujo cuidado recai sobre elas, e a vivência de autistas em residências não adaptadas às suas necessidades. Tais aspectos são particularmente importantes ao se analisar o autismo como transtorno do neurodesenvolvimento, dada a diversidade de características individuais das pessoas. Essas questões foram estudadas na tese de doutorado Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil: análise socioeconômica do acesso ao diagnóstico e tratamento pelas famílias de baixa renda, que aponta:

Essas condições de moradia, discutidas com outros aspectos, como o montante da renda, somado às dificuldades e vulnerabilidades relacionadas à condição da família possuir uma pessoa autista em seu núcleo, podem apresentar um contexto domiciliar comprometido para o bom desenvolvimento e bem-estar das pessoas autistas, sobretudo crianças (Silva, 2023, p. 128).

Logo, diante desse cenário, os perfis nas mídias sociais que abordam o TEA se distribuem em diferentes temas, entre eles a midiatização do laudo. Para exemplificar, este artigo recorre à matéria da EPTV, afiliada da TV Globo em São Carlos e Araraquara, intitulada “Chás revelação de autismo viralizam nas mídias sociais e acendem debate sobre diagnóstico”, exibida em 6 de setembro de 2025. A reportagem, com duração de 5 minutos e 43 segundos, é estruturada em quatro momentos. O primeiro apresenta vídeos publicados nas mídias sociais sob o formato de ‘chá revelação de autismo e TDAH’, destacando sua crescente adesão. As imagens aparecem borradas, mas preservam o áudio original. Em seguida, a matéria traz a entrevista com uma neuropsicóloga, que ressalta a importância de discutir os transtornos nas plataformas digitais, embora alerte para a necessidade de cautela, sobretudo ao evitar que o diagnóstico seja tratado como um símbolo de status. A terceira parte introduz a repórter e dados referentes aos atendimentos realizados pelo SUS em 2025 (36.485), comparados aos números de 2024. Já a quarta parte apresenta o primeiro personagem, um jovem diagnosticado na adolescência, que relata experiências de preconceito e exclusão vividas durante a infância. Na mesma entrevista, surge o depoimento de sua irmã, diagnosticada no ano anterior com TDAH, hiperatividade e altas habilidades. Por fim, são incluídas as falas dos pais, que acompanharam o processo de diagnóstico. A mãe, em especial, expressa preocupação com os vídeos de divulgação de diagnósticos nas mídias sociais. O próprio âncora da reportagem, no início e ao encerrar a chamada, classifica os chamados ‘chás revelação’ como um modismo.

Neste contexto, ressalta-se o impacto da imprensa ao pautar o tema da deficiência, de modo que sua abordagem possa ou não ser amplificada nas plataformas digitais. Na perspectiva de Sassaki, no que ele denominou de “Aliança Pró-Inclusão”, a mídia tradicional pode e deve atuar como aliada das pessoas com deficiência, por meio de um conjunto de atividades específicas que favoreçam o processo de construção de uma sociedade para todos, com a presença ativa da mídia (Sassaki, 2005, p. 156).

6 Os três níveis do TEA são: Nível 1 (Necessita de suporte), Nível 2 (Necessita de suporte substancial) e Nível 3 (Necessita de suporte muito substancial) (APA, 2014, p. 52).

Análise dos Resultados

Na tentativa de compreender a percepção da comunidade autista sobre a reportagem mencionada na seção 3, a pesquisa recorreu a três perfis ativos e representativos que pautam o autismo no Instagram, representados por uma mãe atípica, uma autista e um médico. A escolha por esses perfis se deu pelo alcance de suas postagens sobre a repercussão da reportagem da afiliada da TV Globo. O primeiro é o de Carol Macksuda, mãe atípica, analista do comportamento e graduanda em psicologia, que compartilha conteúdos voltados à capacitação de mães. Com 110 mil seguidores, publicou em 8 de setembro de 2025, dois dias após a repercussão da reportagem, um vídeo sobre o tema, que até a finalização deste artigo somava 41,7 mil visualizações, 2.032 curtidas e 172 comentários. Os comentários foram categorizados entre favoráveis e contrários à midiática do diagnóstico. Na legenda, Macksuda afirmou:

Autismo e outros transtornos não são apenas 'jeitos de ser', são condições que impactam profundamente a vida das pessoas e famílias. A banalização desses diagnósticos é perigosa [...] Falar sobre saúde mental e desenvolvimento exige responsabilidade. Não é entretenimento, é vida real (Instagram, 2025).

O segundo perfil foi o de Carol Souza, autista não oralizada que utiliza Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), e tem 121 mil seguidores. Três vídeos sobre a mesma reportagem foram publicados, sendo analisado o primeiro, com 16,2 mil visualizações e o título *"Festa para revelação de transtornos. Precisamos ter muito cuidado para não transformar um assunto tão sério em brincadeira."* O terceiro foi do neurologista Paulo Liberalesso, com mais de 1,7 milhão de seguidores. Seu vídeo, publicado nas contas @pauloliberalesso e @neurociencia.tea, alcançou 432 mil visualizações, 20 mil curtidas e 1.384 comentários.

Embora outras vozes, como professores e terapeutas, também sejam relevantes, esses perfis, por seu alcance, refletem tendências que se repetem em outros espaços de discussão. Na comunidade TEA, as conversas se espalham rapidamente, conectando pessoas em torno de comunicadores que têm maior visibilidade, como o neurologista Paulo Liberalesso, ou com outros influenciadores que, embora não tenham muitos seguidores, alcançam destaque com suas postagens, como ocorreu com a Carol Souza e a Carol Macksuda.

Como mencionado, esta pesquisa recorreu à metodologia de análise de sentimento, fundamentada em Maia e Hauber (2022), que permite a identificação de padrões de interação nas mídias sociais. Para detalhar esse processo, o estudo combinou a análise de sentimento com a de conteúdo orientada pela tipologia das emoções proposta pelas autoras, permitindo distinguir raiva, medo, compaixão, indignação e tristeza a partir de marcadores textuais e contextuais presentes nos comentários.

Deve-se mencionar que diante da limitação do *Instagram*, que não exibe todos os comentários em publicações com alto engajamento, a análise, realizada em 11 de setembro de 2025, concentrou-se nos 15 primeiros comentários visíveis de cada perfil analisado, garantindo comparabilidade entre os grupos e respeitando as limitações da plataforma. A identificação das emoções levou em conta seu caráter socialmente construído, abrangendo tanto o conteúdo literal quanto a direção e o objeto da emoção, permitindo compreender como cada comentário se articula às controvérsias sobre a midiática dos diagnósticos. Esse procedimento tornou possível não apenas mapear posições, mas interpretar os modos pelos quais as emoções estruturam percepções e disputas simbólicas no debate público digital.

Tabela 2 - Análise quantitativa dos 15 primeiros comentários de cada perfil

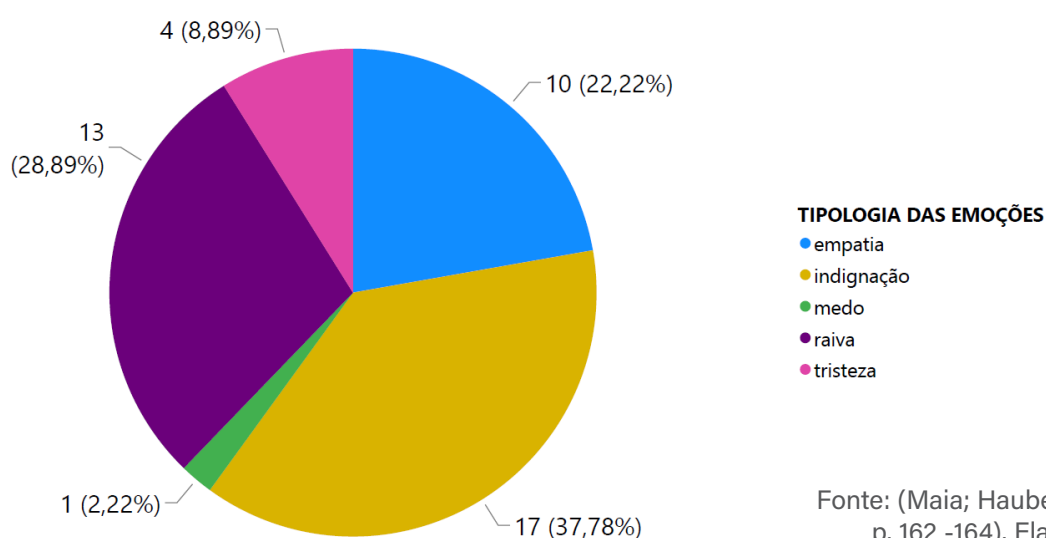
Perfil	A favor	Contra
Carol Macksuda	0	15
Carol Souza	6	9
Paulo Liberalesso	0	15
Total	6	39

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nos comentários contrários à exposição de diagnósticos, observou-se a recorrência de expressões como “meu Deus”, “é cada coisa” e “exatamente”, marcadas por indignação e alerta. Já entre os favoráveis, especialmente no perfil de Souza, destacam-se termos como luto, direito e sofrimento, apontando o compartilhamento do laudo como ato de protagonismo e acolhimento.

Eu discordo absurdamente de você Carol. A gente sabe o quanto é pesado convivermos com o autismo e, quando nós fazemos algo por nós como um bolo e etc de nossas lutas, chegam neurotipicos para dizerem que estamos banalizando? Sinceramente, a gente apanha mas nem todo mundo fica triste por ter recebido o laudo de autista ou etc, mas tbm tem o alívio de poder se conhecer e se entender melhor e até mesmo termos uma terapia mais precisa e outras em relação a saúde. Aliviar esse sofrimento e podermos SER PROTAGONISTAS de nossas vidas, nossas vozes e causas é importante. Banalização só na hora que a pessoa neurodiversa faz né? Engraçado, tem sorvete de autismo, pet com gravata de autismo, neurotipico nós calando o tempo todo e aí, quando somos nós com um bolo de revelação, é banalização? A não veio, vocês querem que a gente só fique no luto e sofrimento, já não basta a sociedade fazendo isso conosco? (Instagram, 2025).

Desta maneira, a partir da tipologia descrita por Hauber e Maia (2022) para estudar as emoções, é possível visualizar como elas se manifestam nos comentários analisados. Assim, as cinco emoções categorizadas são: raiva, medo, compaixão, indignação e tristeza apresentadas no gráfico a seguir (Hauber; Maia, 2022, p. 162).

Imagem 2 - Gráfico sobre a Tipologia as emoções dos comentários

Fonte: (Maia; Hauber, 2021, p. 162 -164). Elaborado pelos autores.

Imagem 3 - Nuvem de palavras dos termos mais encontrados nos comentários



A crítica à romantização do autismo aparece de forma recorrente, especialmente quando festas ou “chás revelação” são percebidos como espetacularização de um tema sério. Tais práticas são vistas por parte do público como reducionistas diante das experiências concretas de sofrimento, sobrecarga sensorial, bullying e exclusão vividas por autistas e suas famílias. As menções a dificuldades de acesso a serviços de saúde, depressão e barreiras sociais reforçam que o autismo não deve ser tratado de modo leviano, pois envolve dimensões individuais, sociais, culturais e políticas.

Ainda assim, o acesso a diagnósticos e terapias segue precário. Como mostra reportagem de O Globo (2025):

90

Esse quadro ilustra a distância entre o reconhecimento legal e a efetivação de políticas públicas. Embora apenas em 2023 o Ministério da Saúde tenha incluído o tratamento do TEA na Política Nacional da Pessoa com Deficiência, a Lei Berenice Piana (2012) já reconhecia o autista como pessoa com deficiência. Em São Paulo, o Protocolo de Diagnóstico e Tratamento do TEA data de 2013.

Por fim, a análise evidencia uma divisão interna nas percepções: enquanto alguns veem nas comemorações um modo legítimo de elaborar o diagnóstico e buscar acolhimento, outros entendem tais práticas como enfraquecimento da luta por reconhecimento. Essa tensão entre acolhimento e crítica à romantização traduz a complexidade do debate sobre como o autismo é representado e vivido nas mídias sociais.

Considerações finais

Como a pesquisa evidenciou, a busca por pertencimento tende a oferecer algum apoio emocional aos autistas e familiares, mas especialistas advertem que os riscos são elevados, uma vez que a mediação e a banalização dos diagnósticos podem resultar em sentimentos de isolamento, reforçar estigmas e atrasar a procura por acompanhamento profissional adequado. Os algoritmos potencializam o problema, exibindo continuamente conteúdos similares e produzindo um ciclo de confirmação que, por exemplo, pode levar adolescentes a insistirem em diagnósticos equivocados e até a procurarem medicamentos para condições inexistentes. Nesse sentido, a lógica digital atua como vetor de difusão da cultura do diagnóstico, transformando incertezas em certezas sociais e expandindo os efeitos já problematizados no contexto educacional e clínico.

O estudo observou que os comentários publicados nos três perfis analisados convergem na defesa de que o autismo deve ser tratado com seriedade e responsabilidade social, sobretudo em um país que apenas recentemente passou a mensurar estatisticamente a existência de pessoas autistas por meio do Censo 2022. Essa discussão evidencia um ponto importante sobre o autismo no que se refere à deficiência e ao próprio conceito de deficiência. Ao não compreenderem exatamente o que significa deficiência e seus modelos⁷ que a explicam, o público, ao consumir conteúdos midiáticos sobre transtornos, doenças, deficiências e outros quadros de saúde, acaba estabelecendo diferentes formas de relação com o tema, uma vez que seus níveis de conhecimento variam. Tal situação decorre da falta de instrução acerca da deficiência e do capacitismo estrutural e atitudinal, bem como da insuficiente preparação de jornalistas e comunicadores para tratar dessas questões. Porém, a mesma força para quebrar essa estrutura capacitista reside na própria sociedade, pois a força está no grupo (Heumann e Joiner, 2020).

A banalização do diagnóstico, especialmente em condições como TEA e TDAH, mostra como informações clínicas, disseminadas sem cuidado, podem ultrapassar o campo médico e gerar impactos sociais e emocionais. Nas mídias sociais, diagnósticos expostos sem contextualização reforçam estigmas e alimentam a vigilância de familiares, colegas e professores, contribuindo para

7 Os três modelos da deficiência são: o modelo médico, que compreende o indivíduo com deficiência como alguém que deve ser curado ou ajustado para se adequar à sociedade; o modelo social, que enfatiza a necessidade de modificar a própria sociedade para incluir todas as pessoas, entendendo que é ela quem deve atender às necessidades de seus membros; e o modelo biopsicossocial, que entende a deficiência não apenas como uma questão biológica, mas como resultado da interação entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e ambientais (Sassaki, 2005).

sentimentos de inadequação. Por outro lado, comunidades online também podem ressignificar o diagnóstico, transformando-o em marcador identitário e em fonte de apoio coletivo. Nesse cenário, a comunicação de riscos contribui para o entendimento de que não se trata apenas de transmitir dados, mas de garantir clareza sobre a distinção entre risco e diagnóstico, reduzir danos simbólicos e apoiar decisões conscientes.

Referências

ABREU, Tiago. O que é neurodiversidade? Goiânia: Câne, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAKOMBO, Schwab.; EWALEFO, Paulette.; KONKLE, Anne. T. M. The influence of social media on the perception of autism spectrum disorders: content analysis of public discourse on YouTube videos. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 4, p. 3246, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pela primeira vez, Ministério da Saúde inclui tratamento do Transtorno do Espectro Autista na Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/pela-primeira-vez-ministerio-da-saude-inclui-tratamento-do-transtorno-do-espectro-autista-na-politica-nacional-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Relatório CONITEC. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Projeto que inclui dados sobre autismo no censo é enviado à CAS. Agência Senado, Brasília, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/25/projeto-que-inclui-dados-sobre-autismo-no-censo-e-enviado-a-cas>. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Assuntos Sociais. Especialistas alertam para “epidemia de diagnósticos” de TDAH entre crianças. Audiência Pública, 27 nov. 2023. Senado Federal, Brasília, DF, 2023a.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Assuntos Sociais. Especialistas alertam sobre abuso de medicação para tratar TDAH. Audiência Pública, 27 nov. 2023. Senado Federal, Brasília, DF, 2023b.

CNN Brasil. Adolescentes usam redes sociais para se diagnosticarem com TDAH, autismo e outros distúrbios. Samantha Murphy Kelly, 23 jul. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/adolescentes-usam-redes-sociais-para-se-diagnosticarem-com-tdah-autismo-e-outros-disturbios/?utm_source=chatgpt.com

FISCHHOFF, Baruch.; SLOVIC, Paul.; LICHTENSTEIN, Sarah.; READ, Stephen J.; COMBS, Barbara. How safe is safe enough? A psychometric study of attitudes towards technological risks and benefits. *Policy Sciences*, v. 9, p. 127-152, 1978.

G1. Chás revelação de autismo viralizam nas redes sociais e acendem debate sobre diagnóstico. São Carlos, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2025/09/06/chas-revelacao-de-autismo-viralizam-nas-redes-sociais-e-acendem-debate-sobre-diagnostico.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2025.

GANZAROLLI, Amanda. (2024). O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência

: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, 37(100), 41-66. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/1368>. Acesso em: 13 set. 2025.

GANZAROLLI, Amanda. VICTOR, Cilene; Direitos humanos e ativismo nas plataformas digitais. *Intexto*, Porto Alegre, v. ?, n. 57, 2025. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/144610>. Acesso em: 17 set. 2025.

GLOBO. Entre a fila do SUS e a vida: espera para consultas bate recorde. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/especial/entre-a-fila-do-sus-e-a-vida-espera-para-consultas-bate-recorde.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2025.

HEUMANN, Judith; JOINER, Kristen. *Being Heumann: An Unrepentant Memoir of a Disability Rights Activist*. Boston: Beacon Press, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. Agência de Notícias, 23 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 27 maio 2025.

INSTITUTO SINGULAR. Autismo. Disponível em: <https://institutosingular.org/>. Acesso em: 08 set. 2025.

LIBERALESSO, Paulo. Banalização do diagnóstico do TEA. Instagram, @pauloliberalesso, Brasil, 9 set. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DOUdsLOEciG/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MTd6b3p1ZDZkej-F4eg==. Acesso em: 11 set. 2025.

LUNA ABA. É quase Autismo? [Fenótipo Ampliado do Autismo]. YouTube, 25 jul. 2023.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_AelevMdkQ. Acesso em: 12 set. 2025.

MACKSUDA, Carol. Chás revelação. Instagram, @carolmacksuda, Brasil, 8 set. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DOT7t3TEZBP/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MjJwNzZuODg3b3Ju. Acesso em: 11 set. 2025.

MAIA, Rousiley. *Métodos de pesquisa em comunicação política*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

MOYSÉS, Maria; COLLARES, Cecília. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 71-82, 2010.

POLANCZYK, Guilherme; ROHDE, Luis Augusto. A. Epidemiologia do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 29, n. 4, p. 450-457, 2007.

ROSSI, John.; NEWSCHAFER, Craig; YUDELL, Michael. Autism spectrum disorders, risk communication, and the problem of inadvertent harm. *Kennedy Institute of Ethics Journal*, v. 23, n. 2, p. 105-138, 2013.

RYSAVY, Matthew.; MURPH, Jody. On risks and reality: communicating the difference between autism risks and diagnosis. *AMA Journal of Ethics*, v. 17, n. 4, p. 323-327, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Protocolo TEA SP. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage//protocolo_tea_sp_2014.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

SASSAKI, Romeu. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Entrevista concedida ao podcast Espectros. [S. l.]: Spotify, 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1PAeaCWpnyGEdcUlqHzsXV?si=f9130c0457724cbf>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Márcia Michelle Carneiro da. *Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil: análise socioeconômica do acesso ao diagnóstico e tratamento pelas famílias de baixa renda*. 2023. 234 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2023.

SOUZA, Carol. Festa para revelação de transtornos. Instagram, @carolsouza_autistando, Brasil, 9 set. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DOTUqbQjuKi/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MXVINlnxamxmO-GR0dQ==. Acesso em: 11 set. 2025.

SLOVIC, Paul. Perception of risk. *Science*, v. 236, n. 4799, p. 280-285, 1987.

UFMG. A epidemia é de diagnósticos, não de transtornos mentais, diz especialista da Unicamp. Belo Horizonte: Portal UFMG, 28 jun. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). CID-11: Transtorno do Espectro do Autismo. Disponível em: <https://icd.who.int/dev11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/437815624>. Acesso em: 12 set. 2025.

JORNALISMO SONORO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: DIREITOS REPRODUTIVOS E ABORTO LEGAL NA SÉRIE SALA DE ESPERA

AUDIO JOURNALISM WITH A GENDER PERSPECTIVE:
REPRODUCTIVE RIGHTS AND LEGAL ABORTION IN
THE SERIES SALA DE ESPERA (WAITING ROOM)

DEBORA CRISTINA LOPEZ¹

GABRIELY LEMOS²

RESUMO

Este artigo analisa o tratamento jornalístico do aborto legal na série especial *Sala de Espera*, do podcast *Rádio Novelo Apresenta*. A partir de um estudo descritivo dos três episódios que compõem a série, buscamos compreender de que modo os recursos sonoros são mobilizados na abordagem de um tema atravessado por disputas em torno da manutenção de direitos e impactado pela ascensão de pautas conservadoras na sociedade brasileira. A análise considera a construção da narrativa sonora sob a perspectiva de gênero, tomando-a como categoria orientadora, e utiliza operadores descritivos como o perfil das fontes, a angulação dos episódios, a elaboração do contexto informacional e a articulação das histórias de vida como estratégia de resistência à desumanização.

Palavras-chave: Aborto; Estudos de gênero; Estudos radiofônicos; Podcasting; Jornalismo sonoro com perspectiva de gênero

ABSTRACT

This article analyzes the journalistic treatment of legal abortion in the special series *Sala de Espera* from the podcast *Rádio Novelo Apresenta*. Based on a descriptive study of the three episodes that comprise the series, we seek to understand how sound resources are mobilized to address a topic marked by disputes over the maintenance of rights and directly affected by the rise of conservative agendas in Brazilian society. The analysis examines the construction of the sound narrative through a gender perspective, taken as a guiding category, and employs descriptive operators such as the profile of sources, the framing of episodes, the construction of informational context, and the articulation of life stories as a strategy of resistance against dehumanization.

Keywords: Abortion; Gender studies; Radio studies; Podcasting; Audio journalism with a gender perspective.

1 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). É Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordena o Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e o Grupo de Estudos Comunicação e Epistemologias Feministas (Gecef), ambos na UFOP. Integra o Laboratório de Humanidades Digitais (UFOP), o Coletivo Andorinhas (UFOP), o Observatório Caleidoscópio Sul-Sudeste vinculado ao INCT Caleidoscópio (UnB) e a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). Email: debora.lopez@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1030-1996>

2 Mestre em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto. UFOP. E-mail: lemosgabriely@hotmail.com.

Introdução³

O aborto figura como um dos temas que recorrentemente retornam ao debate público brasileiro. A questão envolve múltiplas dimensões: jurídica, médica, religiosa, moral, política e de direitos humanos. Embora o Código Penal (Brasil, 1940) já previsse a possibilidade de aborto legal em duas situações (risco de vida à gestante e gravidez decorrente de estupro), e o Supremo Tribunal Federal tenha posteriormente incluído a anencefalia fetal como terceiro caso autorizado, o tema permanece sendo debatido. O debate sobre o aborto não é novo no Congresso Nacional: ao longo das últimas décadas, diversos projetos de lei tentaram tanto ampliar quanto restringir o acesso à interrupção da gravidez.

Entre os projetos está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/2015 (Brasil, 2015), que visava inserir no texto constitucional a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, o que inviabilizaria legalmente todas as hipóteses atuais de aborto legal. Outro exemplo é o Estatuto do Nascituro - PL 478/2007 (Brasil, 2007), que pretendia assegurar direitos civis ao embrião e dificultaria ainda mais o acesso ao aborto mesmo em casos de estupro, ao oferecer apoio financeiro à gestante como alternativa à interrupção da gravidez. Também merece destaque o PL 5069/2013 (Brasil, 2013), de autoria do então deputado Eduardo Cunha, que busca dificultar o atendimento às vítimas de violência sexual nos serviços de saúde pública, restringindo a informação e o uso de métodos contraceptivos de emergência.

O Projeto de Lei 1904/2024 (Brasil, 2024) reacendeu esses debates ao propor a equiparação entre o aborto realizado após 22 semanas de gestação e o crime de homicídio simples, inclusive em casos de estupro. A proposta legislativa gerou reação de setores do direito, da medicina, de movimentos feministas e de organizações internacionais.

Sua formulação retoma estratégias discursivas conservadoras já mobilizadas em outras tentativas legislativas, mas com agravantes inéditos: ao criminalizar gestantes vítimas de violência sexual, a proposta estabelece uma equivalência penal desproporcional e ignora as especificidades médicas, sociais e jurídicas que envolvem os casos de aborto tardio, especialmente entre meninas e mulheres vulneráveis. Portanto, o projeto não deve ser encarado apenas como iniciativa isolada, mas como parte de um histórico contínuo de tentativa de restrição dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil.

Neste artigo, nos interessa especialmente compreender como a série *Sala de Espera* do podcast Rádio Novelo Apresenta constrói sua narrativa sonora. A natureza da temática e a compreensão, à qual nos alinhamos, da adoção do gênero como uma categoria de análise (Scott, 1987), especialmente na construção de pesquisas sobre mídia sonora (Ferro & Zuculoto, 2023), seja tensionando práticas, processos, produtos ou posicionamentos epistemológicos (Lopez *et al.*, 2025).

3 O artigo deriva das pesquisas e discussões desenvolvidas nos projetos “Metodologias de pesquisa para os estudos radiofônicos: desafios para entender o campo”, iniciado em 2023 e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nos editais Demanda Universal e Bolsas Produtividade em Pesquisa e “Metodologias de pesquisa para os estudos radiofônicos mineiros sob a perspectiva de gênero”, iniciado em 2024 e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), no edital Demanda Universal. Os dois projetos são desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, que conta com financiamento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Código 001).

Esta pesquisa apresenta caráter qualitativo e olha, a partir de uma abordagem descritiva (Triviños, 1987) para os três episódios que compõem a série *Sala de Espera* do podcast Rádio Novelo Apresenta. Entendemos, como defende o autor, que esta perspectiva metodológica está ancorada no contexto para buscar compreender traços que definem o fenômeno ou a comunidade estudada. Consideramos, ao definir os elementos orientadores da pesquisa, as características do objeto sonoro (Lopez & Chagas, 2022) a partir de uma articulação entre as sonoridades e o tensionamento da ótica masculina predominante no jornalismo brasileiro (Veiga da Silva, 2014) a partir do jornalismo com perspectiva de gênero (Gustafson, 2019).

A controvérsia do Projeto de Lei 1904/2024 e os direitos reprodutivos no Brasil

O Projeto de Lei 1904/2024, em tramitação na Câmara dos Deputados, propõe equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo em casos legalmente permitidos, como o estupro. A proposta gerou intensa controvérsia por sua potencial violação de direitos fundamentais, principalmente os das mulheres e meninas vítimas de violência sexual.

Em sua essência, a legislação brasileira permite o aborto em três circunstâncias: quando a gestação é resultado de estupro, quando há risco de vida para a gestante ou em casos de anencefalia fetal. A nova proposta, no entanto, adiciona uma restrição temporal (o limite de 22 semanas), e prevê punições severas para a mulher e para os profissionais de saúde, com penas que variam de seis a vinte anos de prisão.

Um dos principais argumentos contrários à PL 1904/24 é o impacto direto sobre meninas, que representam grande parte das vítimas de violência sexual e frequentemente descobrem a gravidez tardiamente. O estudo realizado pela Rede Feminista de Saúde revela que, em média, 25 mil meninas entre 10 e 14 anos deram à luz a filhos nascidos vivos entre 2010 e 2019 (Rede Feminista de Saúde, 2021, p. 5).

Assim, a imposição de um limite de semanas ignora a realidade de acesso precário à saúde, principalmente entre populações vulneráveis. Além disso, a proposta confronta o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que já reconheceu, em diferentes momentos, a necessidade de proteger os direitos reprodutivos das mulheres.

Por outro lado, os defensores da proposta argumentam que o aborto em estágios avançados da gestação compromete a vida do feto e, portanto, deve ser tratado com mais rigor. Para eles, é necessário preservar o que consideram o “direito à vida do nascituro”, mesmo em contextos de violência. No entanto, essa visão tem sido contestada por especialistas em bioética, direito e saúde pública, que alertam para o risco de retrocesso civilizatório e para a sobreposição da vida em potencial sobre a vida já existente: a da mulher.

Diante da polarização, o debate sobre a PL 1904/24 escancara as tensões entre conservadorismo legislativo e direitos humanos no Brasil contemporâneo. Mais do que uma discussão sobre aborto, trata-se de uma disputa sobre autonomia, justiça e a capacidade do Estado de proteger suas cidadãs em situação de extrema vulnerabilidade.

Do ponto de vista jurídico internacional, o PL infringe convenções como a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher), o Pacto de San José da Costa Rica e a Convenção dos Direitos da Criança, todos ratificados pelo Brasil. Esses tratados estabelecem a obrigação do Estado de garantir acesso à saúde, justiça e proteção a meninas e mulheres. Ao punir as vítimas, o Estado deixa de protegê-las.

O projeto também escancara desigualdades sociais. Ele afeta desproporcionalmente as mulheres pobres, negras e de áreas periféricas, que têm mais dificuldade em acessar o sistema de saúde e a justiça. Essas mulheres serão as mais impactadas pela criminalização, reforçando um padrão histórico de exclusão e injustiça. Diniz aponta que “as mulheres negras são também as que tem mais medo de represálias ao buscar os serviços de saúde e há evidências de maior prevalência entre elas. Não surpreende, portanto, que as mulheres negras tenham maior risco de óbito relacionado ao aborto.” (Diniz *et al.*, 2023, p. 3086)

Por fim, quando a vítima é uma criança, o PL viola o princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em vez de garantir cuidado, escuta e apoio, o texto a trata como culpada. É uma inversão dos valores de uma sociedade que deveria zelar por seus cidadãos mais vulneráveis.

A partir da perspectiva da guerra cultural, é possível identificar que o Projeto de Lei 1904/2024 tem uma relação direta com sistemas de crenças, principalmente no que diz respeito à moral religiosa e às visões conservadoras sobre o início da vida e o papel da mulher na sociedade.

Embora o texto da proposta não cite explicitamente nenhuma religião, sua motivação e o discurso que a sustenta estão ligados a valores religiosos, principalmente os defendidos por setores cristãos conservadores da sociedade. A ideia de que a vida começa no momento da concepção, por exemplo, não é uma verdade científica absoluta, mas uma crença sustentada por determinadas tradições religiosas, que encontra divergências de pensamento dentro do próprio cristianismo (Nunes, 2012).

Ao propor penas equivalentes às do homicídio para mulheres que interrompem a gestação após 22 semanas, mesmo nos casos de estupro, o projeto impõe essa visão moral como norma jurídica, desrespeitando o princípio do Estado laico previsto na Constituição Federal de 1988, e desconsiderando outras perspectivas científicas, éticas e espirituais que também compõem a sociedade brasileira.

Sendo o Brasil um Estado laico, não é possível que se adotem leis baseadas em convicções religiosas particulares. No entanto, o PL 1904/24 mostra como determinados grupos religiosos têm influenciado o processo legislativo, tentando transformar suas crenças pessoais em obrigações legais para toda a população. Isso não apenas fere a liberdade de consciência e crença garantida pela Constituição, como também impõe um único modelo moral sobre uma sociedade diversa e plural.

Além disso, a proposta reflete um sistema de crenças que define a maternidade como destino natural e inevitável da mulher. Essa concepção minimiza o sofrimento de vítimas de estupro e desconsidera a autonomia corporal e a complexidade da realidade de muitas meninas e mulheres. Ao criminalizar essas vítimas, o projeto reforça a ideia de que a mulher deve se submeter a um ideal moral específico, mesmo quando isso implica grave violação de seus direitos humanos.

Portanto, o PL 1904/2024 não é apenas uma proposta legislativa sobre aborto, mas uma tentativa de institucionalizar um sistema de crenças específico, impondo regras e visões a todos os cidadãos, independentemente de suas convicções pessoais, religiosas ou filosóficas, representando um grave risco à democracia, aos direitos fundamentais e à laicidade do Estado brasileiro.

O referido Projeto de Lei surgiu em um momento político propício ao uso de pautas morais como instrumentos de disputa simbólica. A proposta, apresentada por Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e outros parlamentares da bancada evangélica e conservadora, ganhou notoriedade em junho de 2024 após a aprovação de regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Embora até hoje (outubro de 2025) não tenha sido efetivamente votado, sua tramitação revela muito mais sobre estratégias políticas do que sobre uma preocupação real com a regulamentação do aborto. Neste contexto, é pertinente aplicar a noção de “cortina de fumaça”, compreendida como a mobilização de temas moralmente sensíveis para desviar a atenção da opinião pública sobre assuntos mais urgentes ou comprometedores.

Essa prática pode ser compreendida à luz da teoria da espiral do silêncio, de Elisabeth Noelle-Neumann (2017), segundo a qual a opinião pública é moldada por processos de silenciamento e visibilidade seletiva de discursos, principalmente quando se trata de temas morais e controversos. A escolha do aborto como pauta dominante naquele momento tem relação direta com a disputa de valores que estrutura o campo político brasileiro desde o avanço das bancadas religiosas no Congresso. Como lembra Pierre Bourdieu (1996; 1998), a luta simbólica no espaço público não se dá apenas em torno de leis e políticas, mas também pelo controle sobre o que é visível e relevante no debate. Assim, a emergência do PL 1904/2024 pode ser lida como parte de uma ofensiva simbólica conservadora em busca de reafirmação de hegemonia cultural.

Por isso, é necessário situar a apresentação do projeto em maio de 2024 dentro de um quadro mais amplo de tensões entre os poderes. Naquele período, havia crescente conflito entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, especialmente em torno da responsabilização de parlamentares por atos antidemocráticos e do julgamento da ADPF 442, que trata da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. A apresentação do PL pode ser entendida como uma resposta legislativa conservadora à possibilidade de avanço no STF dos direitos sexuais e reprodutivos. Conforme explicam Noam Chomsky e Edward S. Herman (1988), elites políticas frequentemente manipulam a agenda pública para fabricar consensos e moldar percepções por meio de pautas “emocionais”, desviando a atenção de processos estruturais.

No mesmo período em que o PL 1904 gerava comoção, outros temas importantes passavam com menor escrutínio público, como os impasses da reforma tributária, cortes orçamentários e tentativas de flexibilizar o marco civil da internet, a Lei nº 12.965/2014 (Brasil, 2014). Essa desproporção de atenção revela o uso estratégico de temas como o aborto para reorganizar o espaço público em torno de valores morais. Além disso, a proximidade das eleições municipais de 2024

favoreceu o uso do projeto como ferramenta de mobilização eleitoral para políticos conservadores, principalmente aqueles com base religiosa. Norberto Bobbio (1995) já observava que os valores morais tendem a ser mobilizados pela direita como formas de controle social e reafirmação da ordem, mesmo quando desconectados de políticas públicas concretas.

O debate público sobre o aborto

A discussão sobre o aborto no Brasil não se limita ao campo jurídico e bioético, mas estende-se também ao campo da comunicação, principalmente à cobertura midiática e ao modo como os meios de comunicação moldam a opinião pública sobre o tema. O debate público é constantemente influenciado por enquadramentos jornalísticos (*framing*), disputas discursivas e pelo papel do jornalismo como arena de produção de sentidos. A cobertura do aborto, nesse contexto, atua como espaço privilegiado para compreender os conflitos culturais e ideológicos que atravessam a sociedade brasileira.

Historicamente, como apontam Miguel e Biroli (2011), a mídia brasileira tende a cobrir o tema do aborto de forma episódica e moralizante, muitas vezes recorrendo a fontes conservadoras e reproduzindo estigmas em vez de oferecer uma abordagem informativa e baseada em direitos humanos. A escassez de fontes feministas ou especializadas em saúde pública contribui para a manutenção de um discurso que criminaliza e moraliza as mulheres. Essa cobertura se intensifica em momentos de crise política ou deliberação legislativa, como no caso recente do Projeto de Lei 1904/2024.

Segundo Fausto Neto (2009), o jornalismo atua como um sistema de produção de sentidos e mediação social, que tanto reflete quanto interfere nos embates públicos: “O processo intenso de midiaticização produz repercussões muito complexas nas relações entre os campos sociais, e no caso do campo jornalístico, no status dos seus peritos – os jornalistas – e em suas performances simbólicas” (Fausto Neto, 2009, p. 21). No caso do aborto, essa mediação é disputada, com diferentes veículos adotando posturas distintas, muitas vezes guiadas por interesses editoriais, religiosos ou políticos. Esse contexto pode exemplificar como a imprensa funciona não apenas como transmissora de informações, mas também como instância de construção discursiva de valores e visões de mundo.

Sodré (2009) indica que a cobertura midiática dos direitos sexuais no Brasil muitas vezes se dá sob o prisma da espetacularização, o que contribui para ensombrar os aspectos estruturais da questão e individualizar os casos. Isso dificulta uma compreensão mais ampla do aborto como uma pauta de saúde pública e justiça social. Nesse sentido, Sanguiné Junior (2012, p. 23) observa que “na atualidade, a influência dos meios de comunicação é tão grande que os cinco grandes jornais referenciais do Brasil (*Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Gazeta Mercantil*) chegam a definir a “agenda nacional”.

Um estudo publicado por Silva e Woitowicz (2024) mostra como o jornalismo feminista — representado por portais como *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia* — contrapõe a cobertura tradicional da mídia sobre temas como aborto e política de gênero.

Ao contrário da grande imprensa, que tende a ser moralizante e conservadora (como apontam Miguel e Biroli, 2011), esses portais utilizam enquadramentos críticos e interseccionais, valorizando fontes diversas e priorizando vozes femininas, periféricas e especializadas. A pesquisa mostra que esse tipo de jornalismo atua politicamente, promovendo a inclusão e o protagonismo das mulheres no debate público, e pode ser visto como uma forma de resistência simbólica e produção alternativa de sentidos (Silva; Woitowicz, 2024, p. 97-98).

Essa atuação também se articula com o que Raquel Paiva (2012) identifica como jornalismo engajado com a cidadania, no qual a mídia não apenas informa, mas se compromete com a transformação social ao visibilizar sujeitos silenciados. No caso da cobertura do aborto, isso se traduz na valorização das experiências de mulheres reais, contrapondo-se ao discurso despersonalizado e moralista que muitas vezes predomina no noticiário tradicional. Além disso, como observa Sodré (2009), a mídia independente desempenha papel central na formação de contrapúblicos — esferas alternativas de debate que desafiam os enquadramentos hegemônicos e possibilitam a emergência de novos sentidos para temas controversos.

Dessa forma, as iniciativas de jornalismo investigativo, feminista ou de mídia alternativa têm contribuído para a pluralização do espaço público midiático, ao tensionar o modelo tradicional da imprensa centrado em fontes institucionais e narrativas de elite. A denúncia das desigualdades no acesso ao aborto legal, por exemplo, só ganhou visibilidade mais ampla a partir do momento em que veículos como a *Agência Pública* e o *The Intercept* passaram a explorar histórias concretas de meninas estupradas, mulheres criminalizadas ou vítimas da negligência do Estado. Essa virada discursiva tem permitido a reconfiguração do debate público sobre direitos reprodutivos, com efeitos simbólicos relevantes na arena política e social.

Portanto, o debate sobre aborto no Brasil é atravessado por uma complexa articulação entre política, religião, saúde pública e mídia. A análise da cobertura jornalística e, neste caso, do podcast *Rádio Novelo Apresenta*, permite não apenas mapear os sentidos disputados, mas também identificar os limites e possibilidades do jornalismo enquanto campo de produção de direitos.

O aborto em *Sala de Espera*

Sala de Espera é uma série especial do podcast *Rádio Novelo Apresenta*, apresentada em três episódios e publicada nos agregadores em 2025. Com apoio da campanha *Nem Presa, Nem Morta* e do hub de inovação *Brasil Lab*, foi produzida pelas jornalistas Natália Silva, Bia Guimarães e Carolina Moraes e tem como objetivo discutir as disputas políticas e sociais em torno do aborto legal no Brasil. Ao vincular-se diretamente ao movimento *Nem Presa, Nem Morta*, que busca transformar o debate e a legislação sobre aborto no país, considerando o procedimento como uma política pública e a pauta a partir da perspectiva de gênero, o podcast delimita seu posicionamento editorial. Desta forma, articula-se com o jornalismo comprometido com a cidadania, na perspectiva de Paiva (2012). Os três episódios tiveram circulação semanal pelo feed do *Apresenta* e somam 3 horas 28 minutos e 34 segundos.

Quadro – Organização dos episódios

Título do episódio	Descrição	Tempo
Sala de espera – parte 01	Um alerta: esse episódio – e toda essa série – fala sobre violência sexual e violência médica. Em dezembro de 2023, a suspensão do serviço de atendimento a vítimas de violência sexual de um importante hospital de São Paulo acendeu um alerta entre os profissionais que realizam aborto legal no país. O serviço do Hospital Vila Nova Cachoeirinha estava em funcionamento há anos, recebendo pacientes não só do estado de São Paulo, mas de vários cantos do país e, do dia pra noite, foi fechado. Num primeiro momento, a prefeitura da capital paulista afirmou que a decisão foi meramente burocrática – o hospital iria priorizar a realização de outros procedimentos. Pouco a pouco, foi ficando claro que o Vila Nova Cachoeirinha havia sido capturado por uma disputa maior, que uniu velhos conhecidos dos movimento antiaborto a aliados improváveis: o conselhos de medicina. O primeiro episódio da série investiga essa história para tentar entender o que e quem está por trás dessa nova ameaça ao aborto legal. Por Natália Silva, Bia Guimarães e Carolina Moraes. Palavras-chave: aborto legal, violência sexual, estupro, Hospital Vila Nova Cachoeirinha, assistolia fetal, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Raphael Câmara, Supremo Tribunal Federal.	'27"
Sala de espera – parte 02	Um alerta: esse episódio – e toda essa série – fala sobre violência sexual e violência médica. Em 2024, a interrupção da gravidez se tornou um tema central da eleição para o Conselho Federal de Medicina. Uma coalizão reuniu chapas do país todo em torno de pautas como "a defesa da vida humana desde a concepção". Das 20 candidaturas feitas por esse grupo, 14 foram eleitas – marcando um novo capítulo de uma disputa contra o aborto legal em que médicos e políticos anti-aborto se uniram. Em abril de 2024, o Conselho Federal de Medicina tentou proibir a indução de assistolia fetal, que inviabilizaria abortos em gestações avançadas. O STF suspendeu a resolução, mas conselheiros continuam defendendo essa norma técnica em eventos anti-aborto e no Congresso Nacional – com apoio de nomes como Eduardo Girão, Damares Alves e Sóstenes Cavalcante, que chegou a apresentar um projeto de lei que equipara abortos acima de 22 semanas a homicídio. O segundo episódio da série investiga como esses grupos ganharam poder e a proximidade deles com políticos e de lideranças religiosas anti-aborto. A reportagem conta ainda a história do primeiro serviço de aborto legal no Brasil e vai até um congresso em que conselheiros federais de medicina palestraram ao lado de velhos conhecidos do movimento contra o aborto. Palavras-chave: aborto legal, estupro, assistolia fetal, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Raphael Câmara, Supremo Tribunal Federal.	'09"

Título do episódio	Descrição	Tempo
Sala de espera – Parte 03	Um alerta: esse episódio – e toda essa série – fala sobre violência sexual e violência médica. O terceiro e último episódio da série se volta para a trajetória percorrida pela medicina como ofício e por aqueles que estudam para exercê-lo. Na conclusão da investigação, as repórteres Natália Silva, Bia Guimarães e Carolina Moraes ouvem profissionais que atuam ou pesquisam o aborto legal. O tabu e as falhas na formação têm relação direta com a falta de acesso ao procedimento no Brasil. Estudos conduzidos por pesquisadores brasileiros apontaram que, entre os estudantes de medicina, apenas 8% têm conhecimento adequado sobre o uso de medicamentos necessários para a interrupção da gestação. Como era de se esperar, essa taxa é maior entre residentes de obstetrícia e ginecologia, mas não chega à metade. Ao conhecimento raso, soma-se a falta de disposição em enfrentar os riscos reais de atuar em um dos poucos serviços de aborto legal no país – principalmente naqueles que atendem pacientes com gravidezes avançadas. Mas ainda há quem insista. Palavras-chave: aborto legal, violência sexual, formação médica, obstetrícia, ginecologia, Conselho Federal de Medicina, Conselho Regional de Medicina de São Paulo.	'43"

Fonte: autoria própria, a partir dos resumos de episódios disponibilizados no Spotify

Com estrutura de montagem simples, mas construção de sentidos complexa, os episódios da série *Sala de Espera* exploram a articulação entre as corporeidades sonoras da voz da narração, o silêncio, as trilhas sonoras e a ambientação das entrevistas e sons de acontecimentos (Kaplún, 2017) – como o *II Congresso Internacional Vida e Família*, citado no episódio 02, ou os áudios de manifestantes anti-aborto utilizados no episódio 03.

Os três episódios acionam estratégias de montagem distintas, com foco na descrição de ambientes e acontecimentos pela narradora no primeiro e apropriação de complexificação acústica nos demais. O acionamento das trilhas, especialmente com a ambientação de tensão construída a partir do andamento definido por notas graves de baixo acústico articuladas a silêncios e a voz da narradora em tom de relato próximo que permitem o estabelecimento de “indicações de espaço diferentes daquelas referidas pela fala dos personagens” (Spritzer, 2005, p. 98).

Da mesma forma, sons agudos como o xilofone são utilizados no episódio 01 para discutir a revitimização das mulheres no processo de busca pelo direito legal que lhes era negado. Ao apresentar as consequências do fechamento do serviço de atendimento de vítimas de violência sexual do Hospital Vila Nova Cachoeirinha, um dos espaços que garantia o aborto legal para pessoas que gestam em São Paulo, o som agudo e sincopado do xilofone ambienta o trecho que fala sobre os relatos das mulheres e a assinatura de um termo de responsabilidade sobre as informações apresentadas por elas: “Um documento que tem lá uma advertência clara de que, se ela estiver mentindo, ela está cometendo crime de falsidade ideológica. Além, de claro, o aborto deixar de ser legal” (Sala de Espera – ep. 01, 29’40”).

O ambiente sonoro criado pelos sons agudos revela a tensão vivida pelas mulheres e, a partir da articulação com o baixo que volta a soar nos minutos seguintes, demarca a busca pela garantia de direitos dessas pessoas, revelada no trecho: “Bom, quando o serviço do Cachoeirinha foi suspenso, a equipe de lá e as entidades da sociedade civil não ficaram paradas vendo tudo isso desmoronar. Elas acionaram a Justiça, e a Polícia Civil de São Paulo está investigando a prefeitura pelo acesso aos prontuários, para verificar se houve quebra do sigilo profissional” (Sala de Espera – ep. 01, 29’53”).

A tomada de posição como manifestação de um jornalismo comprometido com a cidadania se manifesta também na apresentação dos casos como elementos de contextualização, valoração e significação das ações políticas envolvidas no acontecimento. O tempo – como conceito ou como disputa política na discussão sobre a viabilidade da realização do aborto legal – é acionado recorrentemente nos três episódios e constantemente tensionado em relação às leis em vigor atualmente no país e às mobilizações políticas contrárias aos direitos reprodutivos, que impõem violências cotidianas aos corpos que gestam, especialmente os que passaram por abusos.

No caso específico de crianças estupradas que precisavam lutar pelo direito ao aborto, o contexto se orienta pela compreensão do tempo da gestação, pela consciência sobre o próprio corpo e pelas constantes ameaças impostas pelos agressores. Nestes momentos, a sonorização age como delimitadora do ritmo, da intensidade e da seriedade do debate através da trilha e reconstitui os ambientes de agressividade e acolhimento, seja pelo uso de sons ambiente de manifestações em frente aos hospitais aliado à apresentação de contextos informativos que revelam influência política e a contradição de grupos religiosos que se manifestam agressivamente contra vítimas e médicos que integram as equipes de atendimento.

Na produção, as fontes são diversas. As vozes de mulheres e demais pessoas que gestam são ao mesmo tempo escutadas e preservadas, apresentando suas histórias “em on” e “em off”. A proteção destes sujeitos, assim como a consideração da gestação como uma realidade que vai além dos corpos de mulheres, é reforçada pela explicitação de um movimento político de disputa de corpos que envolve entidades médicas, representantes políticos (especialmente de extrema direita), associações e organizações que buscam negar o acesso ao direito ao aborto legal e produções de meios de comunicação que relatam casos de busca por esse direito. Ao revelar a ação de especialistas que construíram sua trajetória profissional em entidades que buscam garantir o acesso ao aborto legal e mudar a perspectiva formativa de profissionais da área de saúde, aponta caminhos, tensiona a certeza da perda de direitos, reconhecendo articulações de ONGs, profissionais e pessoas pesquisadoras que servem como apoio às pessoas que buscam pelo aborto legal.

A narrativa dos episódios busca articular esses sujeitos, de modo a revelar movimentações sem revitimizar e sem questionar a credibilidade das mulheres que protagonizam as histórias de violência. Ainda que a angulação dos episódios articule a partir da apresentação de uma realidade de violência sistêmica contra corpos que gestam e do constante tensionamento dos direitos, a abordagem contextual permite compreender como este movimento está enraizado, por um lado, em um caráter predominantemente conservador do campo da saúde no Brasil e, por outro, do crescimento da extrema direita no país. Uma estratégia acionada na série é a explicitação da negação do reconhecimento da violência a que foram submetidas as mulheres entrevistadas. Esta realidade é tensionada pelo reforço das histórias de vida e pela contextuali-

zação das movimentações políticas que apontam responsabilidades pelo sofrimento ampliado de meninas e mulheres que tiveram suas lutas apresentadas.

Ao apresentar o cenário, os constantes ataques aos direitos reprodutivos e o risco de retrocessos em direitos já conquistados, o podcast se posiciona explicitamente, defendendo a reação e a garantia de direitos, como no trecho:

Se essas medidas forem para frente, essas meninas e essas mulheres, em grande maioria vítimas de violência sexual, vão ser forçadas a seguir com a gestação, ou vão procurar uma clínica irregular, ou vão tentar fazer um aborto em casa, mesmo. Muitas vão morrer nesse processo. Mas esse descaso com as pacientes que a gente viu acontecer durante essa reportagem não acontece só com quem foi vítima de violência sexual (Sala de Espera – Ep. 3, 48'42").

A articulação entre protagonismo de histórias de vida, explicitação da agressividade e da reprodução de violências a partir de posicionamentos e políticas públicas misóginas e a construção de uma narrativa sonora de montagem simples e inscrição de sentidos complexa a partir da articulação com o conteúdo verbo-textual demarcam compromissos com o que propomos chamar de jornalismo sonoro com perspectiva de gênero.

Conclusões

No objeto analisado neste artigo, as trilhas, embora sejam exploradas para o estabelecimento de ritmo e tensão durante os três episódios, podem ser consideradas protagonistas do primeiro episódio, em que as fontes principais são vítimas, que têm suas histórias apresentadas na voz da jornalista Natália Silva. Percebemos, em toda a série, mas de maneira mais explícita neste episódio, uma espécie de colocação acústica da jornalista no lugar das mulheres que protagonizam a produção.

A assunção, do ponto de vista de gênero e da defesa pelo direito ao aborto legal, para as pessoas que gestam, surge não só no texto e na seleção das fontes, mas também no posicionamento vocal da narração. As variações de ritmo, de timbre e de tom e sua articulação com a apresentação de trilhas, sons ambientes e falas das fontes buscam garantir uma não revitimização dos sujeitos. Além disso, a mediação sonora não apenas evita a revitimização, mas também permite que as vozes das protagonistas sejam moduladas ou enfatizadas de maneira ética, criando uma espécie de coautoria entre narradora e entrevistadas. Tais mecanismos funcionam como operadores de empatia, orientando o ouvinte para perceber nuances emocionais e sociais do tema sem recorrer a dramatizações sensacionalistas. Isso reforça a ideia de jornalismo sonoro como prática ética e engajada, e não apenas estética.

Podemos indicar estas como estratégias de um jornalismo sonoro com perspectiva de gênero, que não apresenta em si somente uma preocupação com a contextualização do acontecimento jornalístico, mas que assume um ponto de vista em relação a ele. Nessa perspectiva, as estratégias sonoras influenciam a percepção e o engajamento do público. Ou seja, o som não apenas representa a realidade, mas molda a recepção crítica do tema, convidando à reflexão sobre direitos, vulnerabilidade e gênero.

Defendemos, então, que o jornalismo sonoro com perspectiva de gênero assuma e complexifique as características que Caher e Santoro (2007) apresentam como fundamentais, como a adoção de fontes que tensionem o ponto de vista masculino do jornalismo (Veiga da Silva, 2014); o cuidado com a linguagem, seja na negativa da universalização do masculino, seja no cuidado discursivo com a representação dos sujeitos, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade; a construção imagética (visual, verbo-textual ou sonora) crítica dos acontecimentos; e, a partir disso, o desenho de um posicionamento editorial crítico, contextualizado e que busque a equidade.

Em produções sonoras, este caminho se constrói também – e talvez prioritariamente – a partir do som. Desta forma, o respeito às histórias de vida e suas protagonistas reside em uma construção sonora crítica, que busque não revitimizar a partir da replicação de relatos desnecessários de violência; que busque contextualizar os acontecimentos, desvelando violências estruturais ou institucionais que, do ponto de vista do gênero, devem ser questionadas e combatidas; que faça uma apropriação sonora complexa dos acontecimentos, atentando para a composição de cenários (a partir de trilhas, narração, sons ambientes e efeitos) que demarque ritmos narrativos, tensões e, especialmente, não reitere estereótipos de gênero.

Referências

- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei N.º 478, de 2007**. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/PL478>. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei N.º 1.904, de 2024**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Brasília, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/PL1904>. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei N.º 5.069, de 2013**. Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Brasília, 2013. Disponível em: https://bit.ly/PL_5069. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. **Lei N.º 12.965, de 23 de Abril de 2014**. Marco Civil da Internet. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Brasília, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 12 out. 2025.
- BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29, de 2015**. Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”. Brasília, 2015. Disponível em: https://bit.ly/PEC_29. Acesso em: 12 out. 2025.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **Manufacturing Consent**: The Political Economy of the Mass Media. New York: Pantheon Books, 1988.
- DINIZ, Debora *et al.* Aborto e raça no Brasil, Pesquisa Nacional de Aborto 2016 a 2021. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 3085-3092, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n11/3085-3092/>

FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto; BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo (Org.). **Midiatização e processos sociais na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2008. v. 1.

FERRO, Raphaela Xavier de Oliveira; ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. A categoria gênero nas pesquisas sobre jornalismo sonoro apresentadas em eventos da SBPJor: percepções da presença/ausência de mulheres no rádio brasileiro. In: Anais Do 21º Encontro Nacional de Pesquisadores Em Jornalismo, 2023, Brasília. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

KAPLÚN, Mario. **Produção de Programas de Rádio**: do roteiro à direção. Org. de Tradução Eduardo Meditsch e Juliana Gobbi Betti. Florianópolis: Insular, 2017.

LOPEZ, Debora Cristina; BETTI, Juliana Gobbi; ROZA, Sabrina; SILVA, Ariane Stéfanie da. S. . Perspectivas interseccionais nos estudos radiofônicos: articulações na pesquisa brasileira. **Encuentros Latinoamericanos** (segunda época) , [S. l.], v. 9, n. 1, p. 161-181, 2025. DOI: 10.59999/el.v9i1.2633. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/enclat/article/view/2633>. Acesso em: 12 oct. 2025.

LOPEZ, Debora Cristina; CHAGAS, Luã Vaz. A multidimensionalidade do objeto radiofônico: caminhos para compreender o debate. **Esferas**, v. 1, n. 23, p. I-XIII, 1 jul. 2022.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, mídia e política. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **A Espiral do Silêncio**. Opinião Pública: nosso tecido social. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

NUNES, Maria José Rosado. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p.23-31, jun. 2012. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1297>.

PAIVA, Raquel. **Esfera pública e jornalismo**: a cidadania no telejornalismo. São Paulo: Paulus, 2012.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Estupro presumido no Brasil**: caracterização de meninas mães no país, em um período de dez anos (2010 -2019), com detalhamento pelas cinco regiões geográficas e estados brasileiros. Curitiba, 2021.

SANGUINÉ JUNIOR, Jairo. A imprensa e o processo de redemocratização do Brasil. **Sociedade em Debate**, v. 4, n. 3, p. 19-35, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Sociedade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Jaqueline Andriolli; WOITOWICZ, Karina Janz. Enquadramento no jornalismo feminista: considerações sobre um percurso teórico-metodológico. **Revista Mediação**, v. 26, n. 37, 2024.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis,. RJ: Ed. Vozes, 287 p, 2009.

SPRITZER, Mirna. O corpo tornado voz: a experiência pedagógica da peça radiofônica. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

ACESSIBILIDADE, COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO EUROPEU: DISCUSSÕES EM CURSO EM CONGRESSOS CIENTÍFICOS¹

ACCESSIBILITY, COMMUNICATION, AND DISABILITY INCLUSION IN THE EUROPEAN WORKPLACE: EMERGING DEBATES IN ACADEMIC CONFERENCES

GUILHERME FERREIRA DE OLIVEIRA²

ROSEANE ANDRELO³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar as discussões sobre acessibilidade para a inclusão de trabalhadores com deficiência no ambiente de trabalho no contexto europeu, para em seguida estabelecer pontes e traçar paralelos com as discussões vigentes no campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas brasileiro. Com base na experiência em e observação de três congressos internacionais de campos correlatos (*Colloque Ges'Handi/França*, *DARCI Conference/Reino Unido* e *26th Euprera Congress/Suécia*), realizamos uma experimentação metodológica: trata-se de um relato de experiência com um estudo de caso múltiplo, com o uso das técnicas de diário de campo e observação participante. Como resultado, identificamos temáticas emergentes, como índices de participação no trabalho e o surgimento do profissional *Access Coordinator*. Entretanto, as discussões tratam especificamente da comunicação, mas sem assim nomeá-la, e o campo das Relações Públicas e da Comunicação Estratégica europeu não discute a temática.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência; Inclusão; Comunicação Organizacional; Ambiente de trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to identify how accessibility and the inclusion of workers with disabilities are being discussed in the European workplace context, and subsequently to establish connections and draw parallels with ongoing debates in the Brazilian fields of Organizational Communication and Public Relations. Drawing on insights from the experience and observation of three international conferences in related fields (Colloque Ges'Handi/France, DARCI Conference/UK, and the 26th Euprera Congress/Sweden) the study adopts a methodological experimentation

- 1 Este artigo foi parcialmente financiado pelo LIEPP - Laboratoire Interdisciplinaire d'Évaluation des Politiques Publiques do Institut d'Études Politiques de Paris (SciencesPo Paris), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) processo nº 88887150064/2025-00 e pelo Conselho de Curso de Relações Públicas - Unesp Bauru.
- 2 Pesquisador Visitante do Projeto Prespol - Promouvoir l'autonomie économique des personnes handicapées par l'emploi et les politiques sociales, do SciencesPo Paris. Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru. Mestre em Mídia e Tecnologia e graduado em Relações Públicas pela mesma instituição. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Linguagem e Mídia Acessível (Gelima), membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Letramento Midiático e Relações Públicas Educativas e do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mídia e Acessibilidade "Biblioteca Falada".
- 3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de graduação em Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru/SP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Letramento Midiático e Relações Públicas Educativas.

that combines an experience report with a multiple case study. Field diary and participant observation techniques were employed. The findings reveal emerging themes, such as workforce participation indicators and the growing relevance of the Access Coordinator as a professional role. Although communication issues are present in the discussions, they are rarely identified or conceptualized as such. Within European Public Relations and Strategic Communication research, the topic of accessibility and inclusion remains underexplored.

Keywords: Accessibility; Disability; Inclusion; Organizational Communication; Workplace.

Introdução

A leitura de diferentes realidades culturais - tanto nacionais quanto organizacionais - é essencial para compreender o fenômeno da inclusão de pessoas com deficiência nas organizações contemporâneas. Diferentes abordagens são adotadas a depender do contexto nacional (Garbat, 2013; Revillard, 2023).

Em 2021, por exemplo, a Comissão Europeia adotou a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, estratégia de dez anos que considera perspectivas interseccionais e apresenta ações e iniciativas, inclusive para a inclusão no mercado de trabalho e nos ambientes organizacionais.

Ao tratarmos do ambiente de trabalho, evocamos também os estudos da comunicação no contexto organizacional (Marques; Oliveira, 2015), em específico das práticas da comunicação interna. Esta comunicação, enquanto mediadora dos relacionamentos organizacionais e da circulação de sentidos na cultura organizacional (Marchiori, 2008), envolve todos os indivíduos do quadro de atores e agentes organizacionais, como trabalhadores e, também, trabalhadores com deficiência.

Considerando recentes iniciativas acadêmicas brasileiras no campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas em prol da pesquisa sobre acessibilidade, deficiência e inclusão nas organizações (Oliveira; Escarabello Junior; Maciel, 2023; Oliveira *et al.*, 2023), especialmente os esforços na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru/SP, no âmbito do Grupo de Pesquisa Linguagem e Mídia Acessível (Gelima/CNPq), este trabalho centra-se na questão: quais são as discussões atuais no contexto europeu sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas organizações que consideram a comunicação no contexto organizacional?

Assim, o objetivo deste trabalho é identificar as discussões sobre acessibilidade para a inclusão de trabalhadores com deficiência no ambiente de trabalho no contexto europeu, para em seguida estabelecer pontes e traçar paralelos com as discussões vigentes no campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas brasileiro. O trabalho se pauta na experiência em e observação de três congressos internacionais de campos correlatos (estudos organizacionais, estudos de deficiência, estudos de acessibilidade, comunicação estratégica, relações públicas e comunicação organizacional), uma vez que esta é uma forma ágil de olhar o estado da arte das pesquisas, considerando que revistas e livros demoram a ser publicados. Oliveira, Escarabello Junior e Maciel (2023, p. 32) encontram em uma revisão sistemática que

a produção científica sobre o papel da comunicação para a inclusão de pessoas com deficiência nas organizações não está consolidada na área da Comunicação. Pelo contrário, a discussão estabelece-se principalmente no campo da Administração e da Gestão. E, quando discutida por autores da Comunicação,

encontra-se em congressos, como trabalhos incipientes (*work in progress*) ainda não consolidados e não presentes em periódicos.

Primeiramente, apresentamos panoramas teórico-conceituais essenciais para a compreensão da experiência a ser relatada em seguida, que consiste na aplicação qualitativa de um estudo de caso múltiplo (Yin, 2001), com técnicas de diário de campo (Lima; Miotto; Del Prá, 2007) e observação participante (Peruzzo, 2017). Trata-se de uma experimentação metodológica para a compreensão do fenômeno estudado: mesclamos um relato de experiência com o estudo dos casos.

Panorama da inclusão no mercado de trabalho europeu

Apesar das diversas políticas implementadas ao longo do tempo, a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho europeu continua um desafio significativo (Lejeune, 2021). Dados da União Europeia indicam que apenas 47% daqueles que relatam pelo menos uma dificuldade em uma atividade da vida diária estão empregados, em comparação com 67% daqueles que não têm essa dificuldade (Lejeune, 2022).

O panorama da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho varia entre os países europeus (Jaffres, 2021; Garbat, 2013; Revillard, 2023), a depender principalmente da concepção de deficiência à nível nacional ao longo do tempo, o que influencia na construção das políticas públicas (Bertrand; Caradec; Eideliman, 2014; Bouchet, 2021).

Modelos de deficiência biopsicossociais ou interacionais, por exemplo, colocam a deficiência na junção de múltiplos fatores individuais (funções e estruturas do corpo, saúde, fatores pessoais) e fatores socioambientais (Bouchet, 2021). Um exemplo é o caso suéco: nele, tende-se a focar nas “limitações funcionais para um dado emprego” (“*funktionsnedsättning*” ou “*nedsatt arbetsförmåga*”) em vez da origem da deficiência, procurando focar nas capacidades do indivíduo no trabalho (Jaffres, 2021).

Existem abordagens distintas para a empregabilidade e, por vezes, coexistentes em um mesmo país europeu (Bertrand; Caradec; Eideliman, 2014). Dois modelos principais se destacam: o sistema de cotas obrigatórias e as abordagens inspiradas pelos direitos civis, resultando em leis de antidiscriminação (Bertrand; Caradec; Eideliman, 2014).

O sistema baseado em direitos civis é diferente dos sistemas de cotas na essência (Garbat, 2013) e objetiva “possibilitar que pessoas com deficiência obtenham e mantenham empregos. No entanto, ele não obriga os empregadores a contratar essas pessoas, mas garante a aplicação de seus direitos constitucionalmente assegurados” (Garbat, 2013, p. 48, tradução nossa). Esse tipo de sistema foca na garantia dos direitos constitucionalmente assegurados, como o direito ao trabalho, e no princípio da antidiscriminação, em vez de impor cotas (Garbat, 2013).

A Diretiva Europeia de Igualdade de Emprego (2000) e a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), ratificada pela maioria dos estados membros da UE (Lejeune, 2022), reforçaram essa abordagem na Europa (Lejeune, 2021). Esta convenção reconhece o direito ao trabalho em igualdade com os outros, em um mercado de trabalho aberto, inclusivo e acessível (ONU, 2006).

Em resumo, as políticas europeias de inclusão profissional para pessoas com deficiência evoluíram combinando, historicamente, sistemas de cotas com abordagens mais recentes de antidiscriminação. Apesar das diversas políticas, a persistência das desigualdades e a existência de barreiras são evidentes, como resultados das complexas interações entre condições individuais, ambientais, práticas sociais e institucionais (Lejeune, 2021).

A discriminação, tanto direta ("tratamento de forma desfavorável em razão da deficiência") (Revillard; Bouchet; Boudinet, 2023, p. 476-477, tradução nossa), quanto indireta ("tratamento aparentemente neutro que, na prática, desfavorece as pessoas com deficiência") (Revillard; Bouchet; Boudinet, 2023, p. 477, tradução nossa), são fatores significativos que impactam o processo de inclusão laboral.

A efetivação dos direitos e a inclusão plena dependem não apenas da existência de leis, mas também da implementação efetiva, adaptações práticas no local de trabalho e da superação da discriminação e dos estigmas (Revillard; Bouchet; Boudinet, 2023), aspectos que tocam as discussões do campo da comunicação organizacional e, especificamente da comunicação interna e da comunicação no contexto organizacional.

Pesquisas brasileiras sobre acessibilidade, deficiência e inclusão na comunicação no contexto organizacional

De acordo com a PNAD Contínua de 2022, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 66,4% das pessoas sem deficiência participam do mercado de trabalho, percentual que cai para apenas 29,2% entre as pessoas com deficiência. Ademais, quando conseguem ingressar em uma ocupação, é comum que sejam direcionadas a funções que não correspondem às suas qualificações e competências (Tette; Carvalho-Freitas; Oliveira, 2014) e as organizações demonstram despreparo para a inclusão, por parte dos gestores e demais trabalhadores (Matos; Duarte, 2025).

Já no campo acadêmico, essa temática no Brasil localiza-se majoritariamente nos estudos organizacionais e da psicologia organizacional (Carvalho-Freitas, 2007). As áreas da administração e da psicologia, principalmente da Gestão de Recursos Humanos, discutem a empregabilidade de pessoas com deficiência e as adaptações do ambiente organizacional para esses trabalhadores (Carmo; Gilla; Quiterio, 2020; Carvalho-Freitas, 2007). Entretanto, aspectos comunicacionais passaram a ser considerados também quando se trata deste fenômeno, embora sem mencionar especificamente esse termo (assim como sem especificar a comunicação interna) (Oliveira; Escarabello Junior; Maciel, 2023).

Oliveira, Escarabello Junior e Maciel (2023), em uma recente revisão sistemática da literatura, apontam que as discussões do papel da Comunicação e das Relações Públicas para a inclusão de pessoas com deficiência nas organizações são, majoritariamente, enquadrados por outras áreas do conhecimento. A partir daí, entendemos a necessidade de traçar caminhos possíveis para o tema no campo brasileiro da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas, uma vez que diversas contribuições teórico-metodológicas e paradigmáticas desenvolvidas neste campo podem lançar novos olhares para o fenômeno, principalmente desde a virada interpretativista

dos anos 2000 (Oliveira, 2022) e da crescente consideração das mais diversas perspectivas de públicos, inclusive daqueles marginalizados socialmente.

A exemplo disto, temos a crescente discussão sobre Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) na comunicação organizacional (Baldissera *et al.*, 2024), e nas Relações Públicas (Ferrari, 2021), inclusive internacionalmente (Yue *et al.*, 2025). A consideração crítica das imbricações e inter-relações entre cultura e comunicação no ambiente organizacional pelo campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas (Baldissera, 2011; Marchiori, 2008) abre espaço para o entendimento do cotidiano vivenciado pelos públicos nas rotinas de trabalho.

Oliveira (2024) e Pereira (2024) discutem o papel mutável e volátil da cultura organizacional na segmentação de processos de inclusão/exclusão nas organizações. Em consonância, acreditamos que a comunicação organizacional pode tanto fazer circular sentidos estigmatizantes e promover a exclusão e a segregação nas organizações (Oliveira, 2024) quanto proporcionar a criação de ambientes mais inclusivos (Pereira, 2024).

Entendemos como estigma, em concordância com Pessoa (2019b, p. 27), “um atributo depreciativo que ultrapassa a marca física ou intelectual, pessoal e singular, para um espectro coletivo. Um movimento amplo de linguagem e de relações sociais, que exporia a chamada normalidade humana e as sensações despertadas pelo contraditório a ela”. A partir da comunicação e da linguagem, culturas organizacionais produzem um ideal específico de trabalhador ‘comum’ e produtivo, consolidando ideais capacitistas na construção das relações organizacionais (Oliveira; Maciel; Andrelo, 2025).

Em Campbell (2001), entendemos o capacitismo como uma rede de crenças, processos e práticas que produzem a corponormatividade. Gesser, Block e Mello (2020, p. 18) explicam que

o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LBGTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

Pessoa (2019a, p. 211), partindo das estruturas capacitistas existentes nas organizações, explica que “trata-se de discutirmos como alguns imaginários, que ainda estão cristalizados em culturas organizacionais, nos reduziram o universo de possibilidades de tratarmos pessoas com deficiência como cidadãos como os demais”.

A dualidade da exclusão/inclusão a partir da cultura organizacional pode ser lida pelas lentes da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas de diferentes maneiras. Uma discussão recorrente é a das atribuições dos profissionais de comunicação interna e dos relações-públicas em prol da inclusão (Oliveira; Escarabello Junior; Maciel, 2023). Outra perspectiva em ascensão é a das Relações Públicas Críticas que visa denunciar desigualdades de poder (Silva, 2024) e ressaltar o papel ativista de abertura de espaços nas organizações para públicos vulnerabilizados (Holtzhausen; Voto, 2002).

Nos interessa entender mais possibilidades de pesquisa nesta interface entre deficiência, acessibilidade e inclusão e o campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas, a partir de discussões recentes no cenário europeu, conhecido por promover na prática e na academia mais debates acerca do tema.

Percurso metodológico

Este trabalho possui uma abordagem qualitativa e caráter exploratório. Realizamos um estudo de caso múltiplo (Yin, 2001), com a aplicação das técnicas de diário de campo (Lima; Mito; Dal Prá, 2007) e observação participante (Peruzzo, 2017), durante a participação em três eventos internacionais de diferentes campos relacionados ou aos estudos de deficiência e acessibilidade, ou aos estudos organizacionais e de comunicação no contexto organizacional, ou à intersecção entre estas.

Os eventos foram escolhidos por conveniência, pela proximidade entre o nosso grupo de pesquisa no Brasil a algumas dessas iniciativas. Os eventos que compõem o estudo de caso são o *Colloque Ges'Handi*⁴, a *DARCI Conference* e o *26th Euprera Congress*, conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Eventos do estudo de caso múltiplo

Evento	Local	Data	Organização
<i>Colloque Ges'Handi</i>	Nancy/França	e 19 de maio de 2025	<i>Laboratoire CEREFIGE / Université de Lorraine</i> ⁵
<i>DARCI Conference - Disability, Accessibility and Representation in The Creative Industry Conference</i> ⁶	York/Reino Unido	a 12 de setembro de 2025	<i>Enhancing Audio Description (EAD) Research Group / University of York</i> ⁷
<i>th Euprera Congress</i> ⁸	Lund/Suécia	a 27 de setembro de 2025	<i>European Public Relations Education and Research Association e Lunds Universitet</i> ⁹

Fonte: autoria própria, 2025.

Optamos por estudar a presença das discussões nesses eventos justamente pelo fato de que, quando o tema é discutido pelo campo da Comunicação, os trabalhos estão mais presentes em congressos do que em periódicos (Oliveira; Escarabello Junior; Maciel, 2023).

Trata-se de uma experimentação metodológica para a compreensão do fenômeno estudado: mesclamos um relato de experiência com o estudo dos casos. Acreditamos que a mera reprodução dos parâmetros e técnicas de pesquisa dos estudos de caso não seja suficiente para abarcar a completude das trocas e interações existentes nos congressos científicos. Aderir a uma abordagem pautada na experiência dos autores é uma questão também metodológica: pretendemos inferir nas discussões a realidade empírica e interpretativista dos acontecimentos e processos comunicacionais, sendo algo possível e complementado pela adoção das técnicas de observação participante e do diário de campo.

4 Colóquio Gestão e Deficiência.
5 Laboratório CEREFIGE / Universidade de Lorraine.
6 Conferência de Deficiência, Acessibilidade e Representação na Indústria Criativa.
7 Grupo de Pesquisa Aprimorando a Audiodescrição / Universidade de Iorque.
8 26º Congresso da Euprera.
9 Associação de Educação e Pesquisa europeia em Relações Públicas e Universidade de Lund.

Tomamos notas no diário de campo e observamos as apresentações de trabalhos técnico-científicos, palestras, conferências, mesas-redondas e interações com o público durante essas atividades. Neste trabalho, apresentamos especificamente a observação feita das discussões que relacionam acessibilidade para a inclusão de trabalhadores com deficiência no ambiente de trabalho.

Resultados e discussões

O *Colloque Ges'Handi* foi organizado pelo Laboratoire CEREFIGE (*le Centre Européen de Recherche en Economie Financière et Gestion des Entreprises*)¹⁰ da Universidade de Lorraine.

Notamos que este evento foi o que mais teve discussões dentro do tema de interesse, o que reforça a afirmação anterior de que parte significativa dos estudos do tema estão no campo da Administração e dos Estudos Organizacionais (Oliveira; Escarabello Junior; Maciel, 2023).

Destacamos a mesa redonda "*La participation des personnes en situation de handicap dans les organisations*"¹¹, que abordou possíveis práticas de subversão da lógica comum do ordenamento de demandas, propondo o desenvolvimento de mecanismos e metodologias de escuta ativa das necessidades dos trabalhadores com deficiência.

Ainda, destacamos os trabalhos de Hauret e Carassus (2025), Andrien (2025) e Salvatori (2025) apresentados no evento.

O trabalho de Hauret e Carassus (2025), "*L'inclusion perçue des personnes en situation de handicap au sein des organisations : mesure et classification des répondants*"¹², focou nos quadros conceituais e classificações da inclusão nas organizações a partir de uma "escala de nível de inclusão." Acreditamos que esta escala pode ser apropriada e revisada por pesquisas do campo da comunicação, modo a adaptá-la para incluir também aspectos comunicacionais.

O trabalho de Loïc Andrien (2025), "*La participation, une question de pouvoir ?*"¹³, explora a participação como um mecanismo de poder nas organizações. O autor conduziu uma pesquisa-ação participativa e construiu quadros conceituais sobre níveis de participação, temática que pode nos ser muito cara, em especial no que diz respeito às Relações Públicas e a mediação de relações de poder (Silva, 2024).

As contribuições de Andrien (2025) podem ser associadas aos estudos brasileiros de circulação de sentidos na cultura no ambiente organizacional, uma vez que podemos associar os quadros de nível de participação do autor aos sentimentos de pertencimento e integração por parte dos trabalhadores com deficiência (Oliveira, 2024), como resultado dos sentidos da deficiência que transitam nas culturas organizacionais.

O trabalho de Salvatori (2025), "*Émergence et institutionnalisation de la politique en faveur de l'emploi des personnes handicapées*"¹⁴, discute a urgência da institucionalização de políticas organizacionais de inclusão de pessoas com deficiência e "competências" essenciais para orga-

10 Centro Europeu de Pesquisa em Economia Financeira e Gestão de Empresas.

11 A participação das pessoas em situação de deficiência nas organizações.

12 Inclusão percebida de pessoas com deficiência nas organizações: mensuração e classificação dos respondentes.

13 A participação: uma questão de poder?.

14 Emergência e institucionalização da política em favor do emprego de pessoas com deficiência.

nizações e seus trabalhadores para promover o acolhimento. Acreditamos que este trabalho contribui para as discussões travadas no Brasil sobre Relações Públicas Educativas e competências midiáticas, comunicacionais e informacionais no contexto das organizações (Almeida; Andrelo, 2022). Ainda, a discussão da institucionalização da acessibilidade e da inclusão nas políticas organizacionais vai ao encontro das proposições de Oliveira (2024) e de Oliveira e Maciel (2024), para quem a acessibilidade deve ser incorporada em políticas de comunicação interna e planejamentos estratégicos.

A *DARCI Conference* foi organizada pelo grupo EAD - *Enhancing Audio Description* e pela Universidade de York. Neste evento, todos os trabalhos discutiam questões de acessibilidade e de deficiência, nos mais diversos setores do mercado, com foco para a indústria criativa. Aliás, por ser um congresso alocado no Reino Unido, um dos berços dos Estudos de Deficiência, especialmente desde a criação da *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (Upias)¹⁵ (1976), notamos a alta participação de pesquisadores com deficiência no congresso: tanto como ouvintes como no papel de autores das pesquisas.

Quanto à acessibilidade na comunicação interna e a inclusão no ambiente de trabalho, nenhum trabalho utilizou essas terminologias, além do nosso (Oliveira; Maciel, 2025). Entretanto, alguns deles discutiam questões de acessibilidade e inclusão no ambiente de trabalho, inclusive considerando a comunicação interna, mas sem assim nomeá-la.

Destacamos o trabalho "*Bridging the Communication Gap Between Staff and Audiences: A Case Study of Museum Accessibility Practices*"¹⁶, de Andy Egerton. O trabalho, assim como o nosso, discutiu as questões de acessibilidade enquanto mediadora da comunicação entre trabalhadores, públicos e organizações, porém no setor museístico. Ainda, o trabalho de Matt Shuttleworth "*(Dis)Ableism: A Physiological, Social and Cultural Examination of Disability Studies and Music Production*"¹⁷, também discute a acessibilidade no ambiente de trabalho, porém no mercado da música no Reino Unido.

Ambos os trabalhos, de Egerton (2025) e de Shuttleworth (2025), são relevantes para os estudos da comunicação no contexto organizacional, por discutirem exatamente as condições de acesso e de sociabilidade no ambiente de trabalho em dois segmentos específicos (museus e indústria da música), mesmo não usando o termo "comunicação" em momento algum.

Uma surpresa positiva do evento foi a introdução dos estudos sobre *Access Coordinator*¹⁸, uma profissão emergente no mercado audiovisual europeu responsável por atender às demandas por acessibilidade dos trabalhadores em emissoras de rádio, televisão e na indústria do cinema (Romero Fresco, no prelo). Foi realizada uma mesa redonda sobre *Access Coordination*, com a participação de Rosa Alonso-Perez, Dan Edge, David Padmore, Pablo Romero-Fresco, Ana Tamayo e Cathy Taylor, sendo todos profissionais ou pesquisadores do tema.

As discussões da mesa centraram-se no papel do *Access Coordinator* em grandes emissoras de TV e no cinema, principalmente nos contextos britânico e espanhol. Dentre as diferentes atribuições deste profissional, foi muito discutido seu papel de mediador entre o RH/as organizações e as demandas dos trabalhadores com deficiência. Por exemplo, um *Access Coordinator*

15 União das Pessoas com Deficiência Física Contra a Segregação.

16 Superando o gap de comunicação entre equipe e públicos: um estudo de caso sobre práticas de acessibilidade em museus.

17 (Des)capacitismo: uma avaliação fisiológica, social e cultural dos Estudos de Deficiência e a Produção Musical.

18 Coordenador de Acessibilidade.

de uma emissora britânica relatou as diversas adaptações que ele promove nos estúdios da TV: providenciar óculos escuros para pessoas neurodivergentes que encontram dificuldades com a luz, assim como providenciar iluminação extras para espaços requisitados por pessoas com baixa visão. Além dessas, outras adaptações foram relatadas: impressão de roteiros em fontes ampliadas, mudança nas cores das folhas impressas para pessoas com dislexia, dentre outras.

Embora não tenha sido dito com essas palavras durante a roda, identificamos também um papel educativo e conscientizador desses profissionais: promovem campanhas internas de conscientização sobre deficiência e treinamentos para funcionários sobre adaptações e terminologias de diversidade. Associamos essas práticas também às Relações Públicas Educativas, que considera a intersecção entre a área e ações de Educação Corporativa (Almeida; Andrelo, 2022; Andrelo, 2016).

Ainda sobre esse tema, o trabalho "*Access Coordination: Processes, Roles, and Tools in Educational and Professional Audiovisual Contexts*"¹⁹, de Leticia Lorier López e Florencia Fascioli Álvarez, discutiu sobre a presença do *Access Coordinator* em projetos de extensão universitária de audiovisual no Uruguai, destacando o papel mediador desse profissional.

Por fim, o congresso anual da Euprera foi organizado pela própria associação, em parceria com a Universidade de Lund. Neste evento, nenhum trabalho apresentado discutia questões de acessibilidade ou da inclusão de pessoas com deficiência, além do nosso (Oliveira; Maciel; Andrelo, 2025). Entretanto, a observação participante também englobou os debates que se desenrolam durante o evento. Assim, temos que considerar que o interesse dos participantes do evento no tema foi notável, após a nossa apresentação, embora a maioria dos participantes não possuíssem nenhum repertório do assunto.

Destacamos o interesse e o conhecimento do tema, ainda que pouco aprofundado, por parte dos participantes que assistiram à nossa apresentação do ano passado, e se lembravam dela, e de duas professoras e pesquisadoras de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) da Universidade de Viena/Áustria. Ambas realizaram estudo recente sobre a presença e representação de pessoas com deficiência na divulgação de vagas de emprego na Áustria e demonstraram muito interesse nos estudos sobre representação de pessoas com deficiência na comunicação organizacional.

Ainda, a nossa pesquisa em andamento também integrou o *EUNES Escalator* (Seminário de Pesquisadores Emergentes), recebendo a avaliação de outras duas professoras doutoras. De forma geral, além das contribuições e sugestões (que não são escopo deste trabalho), damos destaque para algo que ambas valorizaram: afirmaram não conhecerem pesquisas no campo das Relações Públicas e da Comunicação Estratégica (como ele é denominado na Europa) que abordem esse tema, valorizando o ineditismo e pioneirismo do Brasil, e principalmente da nossa instituição, no assunto.

Observamos no congresso da Euprera que, embora existam muitas discussões sobre DEI e sobre comunicação interna (inclusive com sessões e Grupos de Trabalho (GTs) específicos para isso), a deficiência continua sendo marcador social invisível nas pesquisas do campo no contexto europeu.

Considerações finais

Este trabalho objetivou identificar as discussões sobre acessibilidade para a inclusão de trabalhadores com deficiência no ambiente de trabalho no contexto europeu, para em seguida estabelecer pontes e traçar paralelos com as discussões vigentes no campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas brasileiro. Com o estudo de caso múltiplo, identificamos que existem pesquisas que tratam do assunto, entretanto, não assumem explicitamente a relação com a comunicação e estão mais presentes nos congressos dos estudos organizacionais, dos estudos de deficiência e de acessibilidade (*Ges'Handi* e *DARCI*).

Apesar da dispersão das discussões da comunicação no processo de inclusão organizacional, identificamos contribuições diversas que podem ser enquadradas pelo e relacionadas com o olhar comunicacional desenvolvido no Brasil, como as discussões das Relações Públicas Críticas (Silva, 2024; Oliveira, 2024), das Relações Públicas Educativas (Almeida; Andrelo, 2022), da acessibilidade na comunicação interna (Oliveira, 2024), da acessibilidade afetiva nas organizações (Pessoa, 2019a) e da criação de culturas organizacionais inclusivas (Pereira, 2024).

No congresso europeu específico do campo, essas discussões não estavam presentes, o que indica potencial brasileiro de promoção do debate da acessibilidade na comunicação interna e a inclusão de pessoas com deficiência nas organizações.

Por fim, acreditamos que essas experiências enriquecem a ampliação de perspectivas e criação de outros olhares para promover a acessibilidade e a inclusão nos mais diversos contextos. Sabemos que o capacitismo engrenhado em estruturas organizacionais é algo difícil de ser combatido, mas, ainda assim, acreditamos no poder de influência da comunicação nas culturas organizacionais em busca da criação de espaços mais afetivos, inclusivos e acolhedores.

Referências

- ALMEIDA, F.; ANDRELO, R. **Relações Públicas Educativas**: educação para a comunicação nos ambientes organizacionais. Bauru/SP: Canal6 Editora, 2022.
- ANDRELO, R. **As Relações Públicas e a Educação Corporativa**: uma interface possível. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- ANDRIEN, L. La participation, une question de pouvoir ?. In: COLLOQUE GES'HANDI, 2., 2025, Nancy. **Apresentação oral** [...]. Nancy: IAE-Université de Lorraine, 2025.
- BALDISSERA, R. *et al.* Comunicação Organizacional e Diversidades: sentidos propostos pela revista Exame. **Logos**, v. 31, n. 3, p. 72-87, 2024.
- BALDISSERA, R. A comunicação no (re) tecer da cultura organizacional. **Revista ALAIC**, n. 10, p. 52-62, 2011.
- BERTRAND, L.; CARADEC, V.; EIDELIMAN, J.-S. Disability and employability: Professional categorisations and individual experiences at the boundaries of disability. **Alter**, v. 8, n. 4, 2014.
- BOUCHET, C. Où sont les freins à l'emploi?. Inactivité et chômage parmi les personnes avec une déficience de survenue précoce. **Alter**, n. 15-4, p. 282-304, 2021.
- CAMPBELL, F. A. K. Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. **Griffith Law Review**, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001.

CARMO, M. M. I. B.; GILLA, C. G.; QUITERIO, P. L. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. **Interação em psicologia**, v. 24, n. 1, 2020.

CARVALHO-FREITAS, M. N. **A Inserção de Pessoas com Deficiência em Empresas Brasileiras**. Um Estudo sobre as Relações entre Concepções de Deficiência, Condições de Trabalho e Qualidade de Vida no Trabalho. 315f. Tese. (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

EGERTON, A. Bridging the Communication Gap Between Staff and Audiences: A Case Study of Museum Accessibility Practices. In: DARCI CONFERENCE, 2., 2025, York. **Caderno de resumos** [...]. York, UK: EAD, 2025.

FERRARI, M. A. Reflexões sobre comunicação organizacional na América Latina: ventos da mudança na gestão da diversidade. **Organicom**, v. 18, n. 37, p. 23-35, 2021.

GARBAT, M. European policy models of employment of people with disabilities. **Journal of Social Research & Policy**, v. 4, n. 1, p. 47, 2013.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020, p. 17-35.

HOLTZHAUSEN, D. R.; VOTO, R. Resistance from the margins: The postmodern public relations practitioner as organizational activist. **Journal of Public Relations Research**, v. 14, n. 1, p. 57-84, 2002.

JAFFRÈS, F. Articulation entre politique inclusive et travail protégé des personnes handicapées: le cas suédois. **Formation emploi**, v. 154, n. 2, p. 177-195, 2021.

HAURET, S. P. D.; CARASSUS, D. L'inclusion perçue des personnes en situation de handicap au sein des organisations : mesure et classification des répondants. In: COLLOQUE GES'HANDI, 2., 2025, Nancy. **Apresentação oral** [...]. Nancy: IAE-Université de Lorraine, 2025.

LEJEUNE, A. Postface. Handicap et inégalités. Formation emploi. **Revue française de sciences sociales**, n. 154, p. 197-203, 2021.

LEJEUNE, A. Disability rights and cross-national disparities in Europe. **Current history**, v. 121, n. 833, p. 90-95, 2022.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 6, n. 1, p. 93-104, 2007.

FASCIOLI, F.; LORIER, L. Access Coordination. Processes, Roles, and Tools in Educational and Professional Audiovisual Contexts. In: DARCI CONFERENCE, 2., 2025, York. **Caderno de resumos** [...]. York, UK: EAD, 2025.

MARCHIORI, M. E. **Cultura e Comunicação Organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. 2. ed. revis. ampl. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

MARQUES, A. C. S.; OLIVEIRA, I. L. Configuração do campo da Comunicação Organizacional no Brasil: problematização, possibilidades e potencialidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2015.

MATOS, T. M.; DUARTE, M. F. O sentido do trabalho para pessoas com deficiência: um estudo em uma Instituição Federal de Ensino Superior. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, n. 31, p. e137418, 2025.

O SENTIDO DO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S.; ANDRELO, R. Ableism in culture and internal communication: meanings evoked by visually impaired workers from the perspective of Public Relations. In: EUPRERA CONGRESS, 26., 2025, Lund. **Proceedings** [...]. Brussels: Euprera, 2025.

OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S. Media accessibility in internal communication as a strategy for the inclusion and participation of workers with visual disabilities. In: DARCI CONFERENCE, 2., 2025, York. **Abstract Book** [...]. York: EAD, 2025.

OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S. Acessibilidade para a cidadania nas organizações: um olhar do papel das Relações Públicas com pessoas com deficiência. **Culturas Midiáticas**, v. 22, 2024.

OLIVEIRA, G. F. **Acessibilidade na/da comunicação interna com pessoas com deficiência visual no ambiente organizacional**. 2024. 159 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. Bauru. 2024.

OLIVEIRA, G. F. *et al.* A pesquisa em Comunicação Organizacional e Relações Públicas sobre Acessibilidade e Inclusão: um levantamento do Congresso Abrapcorp. In: STASIAK, D; CASAROLI, L.; CARARETO, M. (Orgs.). **Perspectivas da Pesquisa e dos Pesquisadores em Relações Públicas na atualidade**. Goiânia: CEGRAF, 2023, p. 92-110.

OLIVEIRA, G. F.; ESCARABELLO JUNIOR, J. R.; MACIEL, S. O papel das Relações Públicas e da Comunicação na inclusão de pessoas com deficiência nas organizações: uma revisão sistemática. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. 13, n. 26, p. 21-40, 2023.

OLIVEIRA, I. L. A Comunicação Organizacional no Brasil: virada epistemológica. In: KUNSCH, M. M. K.; LIMA, F. P.; SAMPAIO, A. O. (Orgs.). **Comunicação organizacional e relações públicas: 15 anos da Abrapcorp**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: ABRAPCORP, 2022, p. 37-48.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. ONU, 2006.

PEREIRA, A. C. Dimensões de análise para inclusão de pessoas com deficiência no contexto da cultura organizacional. **Organicom**, v. 21, n. 46, p. 100-111, 2024.

PERUZZO, C. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, v. 23, n. 3, 2017.

PESSOA, S. C. Acessibilidade afetiva? Da linguagem hospitaleira às redes de relações em organizações. In: MARQUES, A. C. S.; SILVA, D. R.; LIMA, F. P. (Orgs.). **Comunicação e direitos humanos**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019a, p. 209-219.

PESSOA, S. C. Corpos com deficiência: movimentos de experiências e afetações por uma acessibilidade afetiva. In: PRATA, N.; PESSOA, S. C. (Orgs.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019b, p. 19-29.

REVILLARD, A. The disability employment quota, between social policy and antidiscrimination. **Global social policy**, v. 23, n. 1, p. 92-108, 2023.

REVILLARD, A.; BOUCHET, C.; BOUDINET, M. Handicap, inégalités professionnelles et politiques d'emploi. In: PALIER, B. (Coord.). **Que sait-on du travail ?**. Paris: Presses de Sciences Po, 2023, p. 468-481.

ROMERO FRESCO, P. Access Coordination. **The Interpreter and Translator Trainer**. v. 18, n. 1, 2026(no prelo).

SALVATORI, A. Émergence et institutionnalisation de la politique en faveur de l'emploi des personnes handicapées. In: COLLOQUE GES'HANDI, 2., 2025, Nancy. **Apresentação oral [...]**. Nancy: IAE-Université de Lorraine, 2025.

SILVA, D. R. A perspectiva crítica das relações públicas como possibilidade de renovação. **Animus**, v. 23, n. 51, 2024.

SHUTTLEWORTH, M. (Dis)Ableism: A Physiological, Social and Cultural Examination of Disability Studies and Music Production. In: DARCI CONFERENCE, 2., 2025, York. **Caderno de resumos [...]**. York, UK: EAD, 2025.

TETTE, R. P. G.; CARVALHO-FREITAS, M. N.; OLIVEIRA, M. S. Relações entre significado do trabalho e percepção de suporte para pessoas com deficiência em organizações brasileiras. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 19, n. 3, p. 217-226, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUE, C. A. *et al.* The past, present, and future of internal communication in public relations: A computational review of the emerging literature. **Journal of Public Relations Research**, v. 37, n. 1-2, p. 4-30, 2025.

O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS NA CULTURA DO ESTUPRO

THE ROLE OF JOURNALISTIC REPRESENTATIONS IN RAPE CULTURE

GIULIA NAVARRO¹

HELEN FONTES²

RESUMO

O jornalismo é, ainda na sociedade pós-moderna, um dos principais meios de informação e absorção de conhecimento. Logo, as escolhas narrativas e estruturais feitas no momento de produção das notícias geram um impacto no cotidiano, pois podem influenciar nas percepções do senso comum, afetando a forma como são interpretados, por exemplo, casos de violência sexual. Por isso, o objetivo deste trabalho é compreender se o jornalismo age diretamente na manutenção da cultura do estupro no cotidiano a partir da presença de representações que culpabilizam mulheres e/ou inocentam homens aos relatar casos de estupro. Para isso, partimos da Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2010) para categorizar matérias jornalísticas e perceber padrões que corroboram para a vigência da cultura do estupro. Utilizamos ainda as ideias de Sodré (2009), Thompson (1998) e Kellner (2001) para fundamentar a relevância das representações midiáticas no cotidiano. Compreendemos que esse cenário permissivo a violências é calcado em instituições sociais que reforçam a dominação masculina através de propagações discursivas, garantindo a manutenção de relações de poder em que a mulher é submissa. Entender os fatores que afetam esse padrão é essencial para aprimorar os debates acerca da violência de gênero em nosso cotidiano. As discussões fomentadas nesse estudo podem auxiliar a compreensão do papel do jornalismo no combate à violência contra mulher, acrescentando novos pontos de debate sobre o cenário da cultura do estupro.

Palavras-chave: cultura do estupro; mídia e cotidiano; violência sexual; jornalismo.

ABSTRACT

Journalism is, even in postmodern society, one of the main means of information and knowledge acquisition. Therefore, the narrative and structural choices made when producing news have an impact on everyday life, as they can influence common-sense perceptions, affecting how cases of sexual violence, for example, are interpreted. For this reason, the objective of this study is to understand whether journalism directly contributes to the maintenance of rape culture in everyday life, based on the presence of representations that blame women and/or exonerate men when reporting rape cases. To this end, we use the Content Analysis proposed by Laurence Bardin (2010) to categorize news stories and identify patterns that corroborate the prevalence of rape culture. We also use the ideas of Sodré (2009), Thompson (1998), and Kellner (2001) to support the relevance of media representations in everyday life. We understand that this permissive scenario of violence is based on social institutions that reinforce male domination through discursive propagation, ensuring the maintenance of power relations in which women are submissive. Understanding the factors that influence this pattern is essential to improving discussions about gender-based violence in our daily lives. The discussions fostered in this study can help understand the role of journalism in combating violence against women, adding new points of debate on the scenario of rape culture.

Keywords: rape culture; media and everyday life; sexual violence; journalism.

1 Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, pesquisa violência de gênero; cultura do estupro e Mídia e Cotidiano. E-mail: giulianavarro@id.uff.br

2 Doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora pelo Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense, pesquisa Linguagens, Representações e Produção de Sentidos. E-mail: brittohelen@id.uff.br

Introdução

A cultura do estupro, por sua vez, é um cenário que molda as relações sociais através de discursos sustentados por instituições que visam a manutenção das relações de poder. Esse fenômeno é formado por “um complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual masculina e apoia a violência contra as mulheres” (Smith, 2004, p. 174). Aos atores sociais que propagam tais discursos, interessa manter as relações de poder vigentes, por motivos que não cabem ser explorados nesse trabalho.

Porém, é importante destacar que existe uma colaboração discursiva entre os detentores do poder para que alguns grupos sociais, dentre eles as mulheres, sejam subjugados, justificando, assim, o número alto de mulheres que sofrem agressões sexuais, mesmo com amparo legislativo. Logo, os estupradores seguem impunes pois “agem assim apoiados em discursos machistas transmitidos a eles, e por eles, das mais variadas formas” (Dos Santos; Nunes; Castro, 2021, p. 61).

Podemos perceber os efeitos da cultura do estupro na prática ao analisar que o ano de 2024 registrou o maior número de estupros da história, com mais de 80 mil registros, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Assim, é notório que, mesmo com avanços legislativos e no meio acadêmico, o número de violências de gênero segue crescente.

O discurso desempenha papel fundamental na cultura do estupro, pois é através dele que se difundem normas sociais que homens e mulheres devem seguir. Essas normas

fomentam as denominadas ‘situações de risco’, nas quais a mulher é culpada por não seguir as regras incluídas na sua socialização desde o momento do nascimento: que roupas deve vestir, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair, regras que servem para a culpabilização da mulher sobre os atos de outros contra a sua integridade sexual (Dos Santos; Nunes; Castro, 2021, p. 69).

Impostas e reforçadas as regras sociais, as mulheres que não as seguem “são julgadas e constrangidas por meio de assédio e estupro até se enquadrarem em uma das categorias. (Semíramis, 2013). Com isso, torna-se possível justificar agressões e colocar a culpa na vítima, alegando sua inconformidade com a moral vigente.

Neste contexto, temos como problema de pesquisa o questionamento se as representações jornalísticas de casos de violência sexual fortalecem a cultura do estupro, reforçando a inconformidade de algumas mulheres com as categorias sociais a elas impostas. Vale ressaltar, ainda, que este trabalho faz parte da nossa pesquisa de Mestrado. Acreditamos que a mídia se torna agente ativa na manutenção desse cenário por conta do seu grande impacto nas relações de poder do cotidiano.

Para entender o papel das práticas jornalísticas na manutenção da cultura do estupro, usaremos as ideias de Douglas Kellner (2001), que defende que as representações midiáticas determinam quem detém o poder, reproduzindo dominações de alguns atores sociais e delineando a opinião pública. O autor continua esse raciocínio ao afirmar que “a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder” (2001, p. 10).

A mídia, então, “é estruturadora ou reestruturadora de percepções e cognições, funcionando como uma espécie de agenda coletiva” (Sodré, 2009, p. 23), ou seja, ela define “a opinião pública, valores e comportamentos” (Kellner, 2001, p. 54). Em concordância com Kellner, Sodré vê a sociedade contemporânea como midiaticizada. Ele define a midiaticização como “uma ordem de mediações socialmente realizadas [...] caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada medium” (2009, p. 20).

Se a mídia é determinante para fortalecer relações de poder no cotidiano, a cultura do estupro se interliga à midiaticização ao passo que as representações midiáticas podem consolidar esse conjunto de crenças culpabilizatórias através da reprodução de estereótipos que corroboram para as normas sociais vigentes.

Entendemos o cotidiano como o tempo em que notícias e outros produtos culturais são apropriados e absorvidos, baseado nos conceitos de Michel de Certeau (2014). O autor afirma que o cotidiano é, ainda, um espaço de invenção, em que os sujeitos não são apenas receptores passivos, mas atuam diretamente perante as estratégias que alguns atores sociais impõem nesse cenário. Podemos citar como atores sociais o Estado, o sistema judiciário, a mídia e a religião. Juntos, contribuem para a propagação discursiva da cultura do estupro, tornando-a parte do cotidiano (Alberton; Dos Santos, 2024, p. 49).

Acreditamos que é através do discurso jornalístico que as pessoas se informam sobre os acontecimentos de seu cotidiano (Alsina, 1989), reforçando sua influência. Com isso, a visão de mundo dos indivíduos passa primeiramente pelo olhar e pela construção discursiva do jornalista, que é tido como uma figura confiável. Porém, Gomis (2004) explicita que na rotina jornalística muitas vezes se recorre a estereótipos para acelerar a produção e facilitar interpretações. Logo, mesmo que de forma inconsciente, muitos profissionais utilizam o senso comum patriarcal na hora de tratar casos de violência sexual.

Os efeitos do impacto midiático na cultura do estupro residem no fato que as representações midiáticas influenciam diretamente a forma como entendemos o mundo, a nós mesmos e os outros, como argumenta Thompson:

[...] ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para a reflexão e autorreflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem (Thompson, 1998, p. 45).

Ao receber e assimilar certas mensagens, as pessoas tendem a reproduzir na sua realidade. Nesse viés, se veículos jornalísticos usam representações simbólicas que reforçam a ideia de que mulheres são culpadas pelos crimes sexuais que sofrem, os consumidores desse conteúdo têm a tendência de reproduzir esse pensamento ao se depararem com uma situação violenta em seu cotidiano.

É importante destacar que compreendemos que os receptores das mensagens não são totalmente passivos. Os indivíduos não apenas têm o poder de escolha de qual veículo consumir e em quais notícias acreditar, mas também interpretam e dão sentido aos conteúdos baseado em suas vivências, ideologias e condições sociais “de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos” (Thompson, 1998, p. 42). A presença de veículos alternativos e independentes que trabalham as notícias com um olhar humanizado são a prova dessa possibilidade.

Porém, mesmo que haja certa liberdade no consumo e interpretação dos conteúdos, a mídia ocupa boa parte do nosso tempo e interações sociais. Apesar de existir uma parte do público que consome jornais independentes ou que interpreta notícias sobre violência contra mulher com um viés feminista, é mister que eles não representam uma alta parcela da sociedade. Além disso, a interpretação misógina já está na mente do público por conta da cultura do estupro, então espera-se dos consumidores uma leitura que corrobore com as crenças da cultura do estupro, tornando as leituras críticas uma exceção.

Tal explicação justifica a escolha do nosso objeto de pesquisa pelo portal G1, visto que o portal de notícias lidera o ranking não apenas na pesquisa da Reuters, mas também no relatório de 2024 da ComScore, o principal medidor de audiências online, atingindo em média mais de 55 milhões de usuários por mês. Devido à extensão do presente artigo, nos limitaremos a analisar matérias publicadas em setembro de 2024.

A escolha deste período temporal está relacionada aos dados que apontam o ano de 2024 como o com maior número de estupros registrados no Brasil. Ademais, a quinta edição do relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, realizado pelo DataFolha e também com base nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta o maior número de vítimas de assédio desde 2017: mais de 29 milhões de brasileiras acima de 16 anos. A escolha pelo mês de setembro se deu de forma aleatória.

Já a seleção de matérias veiculadas na internet vem da prevalência desse meio como maior fonte de consumo de notícias. O *Digital News Report* de 2024, a maior pesquisa sobre consumo de mídia no mundo, produzida pelo *Reuters Institute*, observa que 74% do consumo de notícias no mundo é feito de forma online, uma taxa que se mantém maior que os outros formatos (televisão, redes sociais e impresso) desde 2013. No Brasil, o consumo de notícias online alcança a taxa de 78%, superando também os outros meios.

Vale reforçar que, na sociedade midiaticizada contemporânea, o jornalismo constitui um ator social entre diversos outros que disputam atenção e credibilidade no ecossistema informacional, marcado por forte concorrência das plataformas de mídias sociais. Os relatórios supracitados do *Digital News Report* comprovam a crescente centralidade dessas plataformas no consumo e circulação de notícias. Assim, cada vez mais o público tem opções diversas de consumir informação, que não sejam diretamente através dos portais jornalísticos, porém essa discussão ultrapassa nossos objetivos nesta pesquisa.

As matérias reunidas foram submetidas à Análise de Conteúdo, fundamentada no arcabouço teórico de Laurence Bardin, uma abordagem analítica que permite um monitoramento sistemático e exploração de um vasto material, mapeando a construção de conteúdos midiáticos e as escolhas discursivas “para melhor compreender os valores, os interesses, os vocabulários e as performances de diferentes categorias de falantes na cena pública” (Maia; Hauber; Paula, 2022, p. 61). A escolha deste recurso metodológico está na eficácia para examinar a presença de padrões na mídia. Dessa forma, será possível perceber se há uma lógica de culpabilização da vítima e/ou tentativa de justificar as atitudes do agressor, nos permitindo entender como o jornalismo impacta na cultura do estupro, não apenas através de sua influência no cotidiano, mas também pela forma que os crimes são relatados.

Metodologia

Para compreender se a mídia age diretamente na manutenção da cultura do estupro no cotidiano, utilizamos a revisão bibliográfica de autores que representam a base dos estudos de Mídia e Cotidiano. Ademais, fazemos um apanhado teórico sobre a cultura do estupro com o intuito de compreender seu funcionamento e sua relação com as representações midiáticas.

A partir desse conhecimento, buscamos explorar a forma que os estupros são relatados em matérias jornalísticas, visando perceber se há padrões de culpabilização, normalização ou defesa de violências. Como já justificado, escolhemos como objeto de pesquisa as matérias jornalísticas sobre violência sexual contra mulheres publicadas no portal G1 em setembro de 2024.

Inspiramo-nos na Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin, que se trata de “um conjunto de instrumentos metodológicos” (2010, p. 15) postulados pela autora na década de 1970 em que se une a interpretação e codificação de dados com a categorização de padrões subjetivos, mostrando o “escondido [...] o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem” (p. 15).

Segundo a autora, é necessária uma organização das ideias iniciais, denominada de pré-análise, em que se escolhe os documentos que serão submetidos à análise (Bardin, 2010). Nossa pré-análise contou, além da vasta pesquisa bibliográfica, com a seleção das matérias a partir de critérios condizentes com o recorte adotado.

Assumindo a impossibilidade de analisar manualmente as centenas de matérias diárias publicadas pelo veículo, utilizamos a *tag* estupro para filtrar os conteúdos, pois este termo anula outras violências de gênero. Esta primeira pesquisa nos rendeu 278 links de notícias, que passaram por uma nova seleção, excluindo matérias que tratavam de crimes contra menores de idade, do sexo masculino e fora do Brasil, além de notícias que apenas traziam dados percentuais, pesquisas, julgamentos, atualizações de casos e outros conteúdos que não narrassem casos de estupro. Com isso, chegamos ao total de 35 matérias para análise.

Avançando para a exploração do material, seguimos para a etapa de codificação dos dados, que Bardin (2010) aborda como o momento de transformar informações brutas em unidades de conteúdos que podem ser agrupados em categorias que se relacionam com o corpus da pesquisa. Nesse processo, identificamos escolhas discursivas e editoriais que demonstram como o estupro foi relatado. Com isso, chegamos a cinco categorias que representam formas de culpabilizar a vítima ou inocentar o agressor: citação de drogas ou festas; questionamento da veracidade; acusação de imprudência da vítima; uso da relevância do agressor e tipificação do agressor como páreo.

A formação dessas categorias de análise, o terceiro passo da metodologia de Bardin, teve como influência os estudos de Harding (2015), que argumenta que as sociedades criam diversos mitos acerca do estupro e, apesar de variáveis, eles têm sempre quatro características: culpar a vítima pelo crime, expressar uma descrença nas acusações, exonerar o culpado e insinuar que existe um tipo de mulher que está mais suscetível ao estupro. Com isso, classificamos as escolhas de produção das matérias a partir de categorias que têm essas características que corroboram com o cenário da cultura do estupro, subalternizando mulheres e prevalecendo o poder masculino. As categorias da pesquisa, junto ao número de casos que se enquadram em cada uma, estão ilustradas abaixo:

Tabela 1- Categorias de análise das 35 matérias selecionadas

Categoria	Número de casos encontrados
acusação de imprudência da vítima	6
citação de drogas ou festas	3
narrativas que geram dúvidas	4
tipificação do agressor	3
uso da relevância do agressor	2
não se enquadra	17

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Aparentemente os dados aqui apresentados apontam para um certo equilíbrio entre o número de matérias sem teor culpabilizatório. Contudo, é importante destacar que trata-se de um alto índice, principalmente ao levarmos em consideração que estão presentes em um portal jornalístico, que deveria apresentar mais responsabilidade em suas construções narrativas visto sua influência no comportamento dos consumidores.

Escolhas Narrativas

Os estudos de Sodré, Kellner e Thompson nos permitem entender que a midiatização é um sintoma importante da sociedade contemporânea, afetando a forma como nos relacionamos, consumimos e interpretamos informações. Ao alterar nosso modo de presença no mundo, a média se torna uma instituição poderosa no que tange ao comportamento dos indivíduos.

Assim, as representações midiáticas podem alterar nossa visão sobre o cotidiano e os outros, criando e reforçando regras sociais, mesmo que de forma inconsciente, como afirma Bourdieu (2003, p. 6) ao dizer que os jornalistas perpetuam a dominação masculina ao reproduzi-la nos conteúdos, mesmo que não tenha a intenção ou que haja uma tentativa de imparcialidade. Nesse sentido, essas representações refletem desigualdades e, com isso, as impulsionam, pois acabam reforçando-as no senso comum.

Julgando a cultura do estupro como intrínseca ao cotidiano, sendo um mecanismo de controle nutrido por diversas instituições (Alberton; Dos Santos, 2024, p. 49),   fácil relacionar o poder da média na manutenção desse cenário, visto que ela faz parte dos atores sociais que propaga os discursos de submissão masculina.

Se a m dia possui influência direta e importante no cotidiano, então ela é um potencial agente ativo nas relações de poder que o circundam, incluindo a cultura do estupro. Dessa forma, a reprodução da submissão feminina por veículos jornalísticos   uma forma de manutenção da cultura do estupro, afetando a forma como os indivíduos percebem a violência sexual contra mulheres.

Nossa análise das 35 matérias jornalísticas do G1 que narram estupros contra mulheres nos permitiu perceber que existem seis principais formas de manter esse cenário em que ou a mulher   desacreditada ou o agressor   exonerado. A primeira é a citação de drogas ou festas, em que a matéria evidencia que a vítima fez uso de álcool, era usuária de alguma outra droga ou estava em uma festa. Esse recurso remonta a ideia de que apenas seriam vítimas de estupro

as mulheres que não seguem as normas sociais de comportamento (Lima, 2012, p. 17), sendo elas as culpadas por entrar em situação de risco. Um exemplo disso é a matéria publicada em 18 de setembro de 2024 de título “Mulher se perde de amigas em saída de festa e é estuprada por dois homens em MG”. A escolha de organização da notícia insinua, já à primeira vista, que o crime foi uma consequência da ação da vítima.

Seguindo na lógica de culpabilização da mulher por não seguir as regras ensinadas socialmente, a estratégia mais utilizada é a acusação de imprudência da mulher, nunca de forma direta, mas através da construção da narrativa de uma forma que aponte que, em algum momento, a vítima se colocou em uma situação de risco. Em algumas notícias, é enfatizado que a mulher aceitou encontrar-se com o homem, o qual ela não era próxima, em um local privado ou que houve algum envolvimento físico prévio.

Também percebemos em nossa análise construções narrativas que geram dúvidas acerca da acusação, como pode-se notar na matéria intitulada “Empresária registra denúncias após vídeo de suposto estupro ser divulgado nas redes sociais”, publicada em 17 de setembro de 2024. O texto cita, no subtítulo, que a mulher “afirma não se lembrar do ocorrido”, além de contar o fato partindo da perspectiva de que a vítima não sabe se realmente foi estuprada e que a denúncia ocorreu apenas depois do vídeo dela com o homem circular nas redes sociais, tornando fácil para o leitor, que já está inserido na cultura do estupro, duvidar do depoimento.

Porém a culpabilização da vítima não é a única forma desse cenário se manter, já que também existe o caminho de tipificar o agressor, tornando-o um páreo. Ao representar aquele agressor como doente, monstro ou louco, a mídia o isenta da responsabilidade sobre seus atos (Melo, 2020, p. 374) e ainda perpetua o senso comum de que o estupro é algo isolado, mesmo que os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstrem que a maioria dos agressores são conhecidos da vítima.

O uso da relevância do agressor também vem da sua tipificação, mas seguindo o caminho de atrelar a sua imagem ao poder que ele tem na sociedade. A matéria “Entenda a condenação do ex-BBB Felipe Prior a 8 anos de prisão em regime semiaberto por estupro” pode servir como demonstração. Publicada em 11 de setembro de 2024, a notícia detalha as acusações criminosas, porém sempre lembrando a participação de Felipe no *reality show* “Big Brother Brasil”, tanto em texto quanto nas fotos e vídeos utilizados, mostrando-o na casa. A escolha dessas imagens que o atrelam ao personagem que conhecemos na televisão remontam a todo momento sua relevância e o carinho que o público teve com ele.

Destacamos ainda que existe uma diferença percentual de apenas 2% entre as que se enquadram nas categorias e as que não se enquadram, são elas 17 entre as 35 matérias analisadas. Algumas, inclusive, trazem ao fim informações sobre canais de denúncia e formas da vítima identificar que sofreu uma violência sexual, cumprindo o papel educativo do jornalismo. Contudo, apesar do número expressivo de notícias que não possuem teor culpabilizatório nem exoneram o agressor, nota-se que os outros 51,4% dos conteúdos jornalísticos estão em conformidade com a cultura do estupro através de suas representações.

Pensando na relevância do portal G1, podemos inferir que uma boa parte dos conteúdos jornalísticos que narram casos de estupro chegam ao público geral com insinuações misóginas, as quais, como supracitado, já estão no senso comum das pessoas que estão inseridas no cotidiano, facilitando uma interpretação que fortaleça a cultura do estupro. Isso porque são usadas

diversas escolhas narrativas na produção das notícias para manter o imaginário de naturalização de violências sexuais contra mulheres e proteção dos agressores (Melo, 2020, p. 365), reforçando os mitos que esse cenário cria.

Considerações Finais

Ao analisar o conteúdo das matérias jornalísticas, compreendemos o papel dessa instituição na manutenção da violência sexual contra mulheres a partir da reprodução de padrões culpabilizatórios na produção de notícias. Dessa forma, concluímos que o cotidiano pós-industrial é muito impactado pela mídia e, por isso, ela alimenta a cultura do estupro, cenário calcado em um complexo conjunto discursivo que é mantido por várias instituições.

Esse movimento tem como principal objetivo assegurar algumas formas de dominação, utilizando então do discurso de que a mulher será sempre culpada pela agressão que sofreu. Assim, mantém-se a subjugação feminina e os homens, que muitas vezes estão em posição de poder nas instituições, continuam ilesos.

Para testar a nossa hipótese de que a mídia é uma agente ativa na cultura do estupro, usando escolhas narrativas para reforçar esse cenário misógino no senso comum, utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin, codificando notícias do renomado portal G1. A partir da seleção de material coerente com o nosso corpus, codificação e categorização do conteúdo encontrado, podemos perceber uma tendência a utilizar algumas estratégias que vão culpar a vítima pelo crime, insinuar uma descrença nas acusações, exonerar o culpado e sugerir que as mulheres que não seguem as regras sociais estão mais suscetíveis ao estupro.

Ainda que seja apenas um recorte e que dentro dele exista uma porcentagem relevante de notícias que não seguem os padrões que abordamos, é mister que há ainda, mesmo com avanços legislativos, acadêmicos e sociais, uma tendência jornalística a reforçar a dominação masculina através das representações que os profissionais escolhem ao narrar o crime.

Se a cultura do estupro é inerente ao cotidiano, o poder da mídia na sociedade irá atingi-la e, nesse caso, auxiliar na sua vigência. Refletir sobre o papel do jornalismo na cultura do estupro é parte de um debate inesgotável, considerando o aumento contínuo dos casos de violência sexual no país. Acreditamos que a presença de cada vez mais estudos sobre o assunto é uma forma de combate a esse cenário desanimador.

Referências

ALBERTON, Maiara; DOS SANTOS, Katia Gonçalves. A cultura do estupro no Brasil. **Diaphora**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 46 - 51, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/485>. Acesso em: 10 set. 2025.

ALSINA, Miquel. **La Construcción de la Noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e actual ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUENO, Samira *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-5ed/>. Acesso em: 29 set. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://libgen.is/book/index.php?md5=3F015C66E43F2227E641F854D840EA08>. Acesso em: 10 set. 2025.

COMSCORE. **Descubra quem está dominando o digital e as redes sociais: os momentos que marcaram 2024 e ajudarão a definir o futuro em 2025**. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/03/PESQUI-SA-COMSCORE.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

DOS SANTOS, Tatiana; NUNES, Rafael Zaneripe de Souza; CASTRO, Amanda. "Moça Séria não é Estuprada": Representações Sociais em Comentários Online. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 13, n. 2, p. 59-74, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8246004>. Acesso em: 12 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2025**. 19. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. ISSN 1983-7364.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. Tradução de Camille Reis. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p.102-116, 2. set. 2004.

HARDING, Kate. **Asking for it: the alarming rise of rape culture – and what we can do about it**. Boston: Da Capo Lifelong Books, 2015.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**. Estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001, p. 9-74.

LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. 2012. 34 f. Monografia (Graduação em Direito)-Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5370/1/PDF%20-%20Marina%20Torres%20Costa%20Lima.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2025.

MAIA, Rousiley C. M.; HAUBER, Gabriella; PAULA, Julia E. de. Análise de conteúdo. *In*: MAIA, Rousiley C. M. **Métodos de Pesquisa em comunicação política**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 39 - 79. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/38850/1/metodos-de-pesquisa-em-comunicacao-RI.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

MELO, Iuli do Carmo. Um estupro de sessenta mil: feminismos 2.0 e a circulação do conceito de cultura do estupro. **CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], Juiz de Fora, n. 31, p. 362-384, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/30699>. Acesso em: 12 out. 2025.

NEWMAN, Nic et al. **Digital News Report 2025**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2025. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:24de5b16-d5bb-40da-a55c-4e7c28ab6dff>. Acesso em: 29 set. 2025

SEMÍRAMIS, Cynthia. Sobre a cultura do estupro. **Revista Fórum**. Porto Alegre, mar. 2013. Direitos. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/04/cultura-do-estupro/>. Acesso em: 28 set. 2025.

SMITH, Merril D (editor). **Encyclopedia of Rape**. London, Greenwood Press, 2004.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização, *In*: MORAES, Denis. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

THOMPSON, John B. **Mídia e modernidade** - Uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LESBOCÍDIOS NOTICIADOS PELO JORNALISMO: TEXTOS VERBO-VISUAIS EM ANÁLISE

LESBICIDES REPORTED BY JOURNALISM: AN
ANALYSIS OF VERBO-VISUAL TEXTS

PAULO BERNARDO FERREIRA VAZ¹
MARIA CLARA SOARES RODRIGUES²
STEYCE DAYANE LOPES³

RESUMO

Este artigo trata de uma análise dos textos verbo-visuais de seis notícias jornalísticas sobre casos de lesbocídios de Gerciane Pereira de Araújo, Jakeline Galdino da Silva e Gilmara de Almeida Lopes. O objetivo central é compreender como o jornalismo contribui para a constituição de imaginários sociais a respeito das lesbianidades. A análise é centrada nos elementos tipográficos e nos textos visuais utilizados. Os procedimentos metodológicos para estudar esses materiais consistem em dividi-los em categorias técnicas de análise que permitem olhar para os aspectos estruturais e observar os sentidos que emergem. Como resultado, foi possível notar o imbricamento do jornalismo com os quadros normativos que definem os corpos que importam ou não e, conseqüentemente, o modo como as narrativas devem ser feitas. Além disso, apesar da distância temporal entre os casos, ficou evidente que estratégias de sensacionalismo, apagamento e violência midiática perduram ao longo do tempo sobre os corpos lésbicos.

Palavras-chave: Lesbocídio; Jornalismo; Textos verbo-visuais; Narrativas.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the verbo-visual texts of six journalistic reports about three cases of lesbicides: those of Gerciane Pereira de Araújo, Jakeline Galdino da Silva, and Gilmara de Almeida Lopes. The main objective is to understand how journalism contributes to the construction of social imaginaries regarding lesbian identities. The analysis focuses on the typographic elements and visual texts used. The methodological procedures for

- 1 Professor visitante junto ao PPGCOM da UFOP. Aposentou-se na UFMG em 2012, tendo participado do corpo permanente de seu PPGCOM desde sua implantação, ali colaborando até o ano de 2020. Foi professor visitante no PPG de Jornalismo da UFSC. Lecionou e orientou dissertações no Programa de Mestrado em Estudos Culturais da FUMEC. Sua formação acadêmica deu-se na PUC-MG (Graduação em Comunicação Social), na Universidade de Paris-13 (Mestrado em Editoração, Doutorado em Comunicação e Educação) e na Universidade do Minho (Pós-Doutorado). Na UFOP integra os grupos de pesquisa "Giro" e "Poéticas do Olhar", e na UFMG, o grupo "ex-press". E-mail: paulobvaz@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9868-4081>
- 2 Jornalista e mestranda em Comunicação na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Minas Gerais, no Brasil. Além disso, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Suas áreas de interesse são relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade, com foco específico em lesbianidades. No mestrado, pesquisa a forma como o jornalismo hegemônico noticiava casos de violências cometidos contra as lesbianidades. Integra o Grupo de Pesquisa Ponto: afetos, gêneros e narrativas (UFOP) e o Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL, UFMG). E-mail: mariaclarasoaesrodrigues@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5195-8830>
- 3 Atualmente é mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, com foco no eixo temático Cultura, Comunicação e Sociabilidades. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e integra o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR e o Grupo de Estudos em Lesbianidades da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também atua como voluntária de mídias no Arquivo Lésbico Brasileiro. É bacharela em Comunicação Organizacional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Tem interesse nos seguintes temas de pesquisa: lesbianidades, estudos sobre gêneros e sexualidades, mídias sociais, sociabilidades digitais e juventudes. E-mail: steyce6@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3838-2480>

studying these materials consist of dividing them into technical categories of analysis that allow us to examine structural aspects and observe the meanings that emerge. As a result, it was possible to note the intertwining of journalism with the normative frameworks that define which bodies matter and consequently how narratives are shaped. Furthermore, despite the temporal distance between the cases, it became evident that strategies of sensationalism, erasure, and media violence persist over time in representations of lesbian bodies.

Keywords: *Lesbicide; Journalism; Verbo-visual texts; Narratives.*

Introdução

Crimes bárbaros, como o esquartejamento de uma ex-namorada por ela ter-se revelado lésbica, ou o assassinato a tiros de duas namoradas que passeavam em uma avenida, cuja única “ofensa” aos assassinos foi o carinho demonstrado uma pela outra, são apenas dois, entre muitos, crimes de ódio cometidos contra lésbicas no Brasil. Tendo em vista que o jornalismo tem a capacidade de (re) violentar os corpos em questão (Leal, Carvalho, Antunes, 2020), nosso olhar se volta para as narrativas jornalísticas que noticiam esses casos, mais especificamente para seu tratamento gráfico-editorial.

Refletir sobre a dimensão gráfico-editorial do jornalismo em casos de lesbocídio é fundamental, sobretudo diante das dificuldades que a prática jornalística ainda apresenta ao articular textos verbais e visuais em notícias sobre violências. O modo como os meios de comunicação tratam esses acontecimentos nem sempre acompanha a complexidade e a gravidade das situações narradas. Nesse contexto, a mídia atua como uma espécie de “macrotestemunha” dos fatos, desempenhando um papel central na difusão dos episódios de violência e na formação de um imaginário social sobre o tema (Rondelli, 1998).

Neste trabalho, partimos das colocações de Abril (2012), que considera as imagens como resultantes (e formadoras) de imaginários sociais criados a partir dos sentidos da realidade. Propomos analisar, então, os textos verbo-visuais empregados em seis matérias que noticiam três casos de lesbocídio, um ocorrido em 2014, e os outros, em 2024. O intuito em selecionar um *corpus* com tamanha distância temporal é realizar uma abordagem histórica e comparativa, que visa compreender se houve avanços ao longo do tempo na forma como o jornalismo cobre os casos em que mulheres lésbicas são assassinadas. Na análise, privilegiamos dois aspectos em específico: os títulos e os textos visuais utilizados.

O objetivo principal da pesquisa, assim, é compreender como os textos verbo-visuais utilizados nas notícias constituem o imaginário social a respeito das lesbianidades. Além disso, propomos investigar o modo como essa construção narrativa impacta na memória lésbica. Para tal investigação, discutimos teoricamente nas primeiras seções sobre alguns conceitos fundamentais para o presente trabalho, como os relacionados ao que entendemos como lesbocídio, violência midiática e textualidades, sendo este último conceito central em nosso foco analítico. Na sequência, observamos os aspectos tipográficos e, depois, realizamos a análise dos textos visuais. Por fim, nas considerações finais, apresentamos um compilado dos principais achados da pesquisa.

Jornalismo, violências e a articulação das textualidades

O termo “lesbocídio” ganhou considerável circulação midiática a partir do *Dossiê sobre Lesbocídio* (2018), de Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Dias. As autoras (2018) definem o significado de lesbocídio como a “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (p. 19), e enfatizam a importância de utilizar o termo para facilitar a identificação de violências e tensionar o Estado quanto à necessidade de políticas públicas. Apesar do lesbocídio se caracterizar como um tipo de feminicídio, ele tenciona, além da dimensão de gênero, a de sexualidade.

É relevante destacar também que existem outros atravessamentos que podem perpassar essas vivências. Raça, etnia, idade, deficiência e classe social são possibilidades de intersecção. Essa ponderação é importante, uma vez que as relações de poder - que permeiam, inclusive, o jornalismo - manifestam-se de maneira desigual conforme os corpos, experiências e trajetórias dos indivíduos. Essa perspectiva, voltada para a compreensão das complexidades das pessoas, dos marcadores sociais da diferença e dos distintos lugares sociais, dialoga com a noção de interseccionalidade, conforme proposto por Collins e Bilge (2021).

Partindo dessa compreensão, é importante refletir sobre o papel do jornalismo na sociedade. Em consonância com Resende (2011), situamos o jornalismo enquanto uma prática cultural que está inserida em dinâmicas de disputas de um determinado tempo social. As narrativas jornalísticas, assim, são perpassadas por textualidades (Abril, 2012) que, além de constituírem os discursos comunicacionais, constroem (ou reforçam) sentidos sociais e visões de mundo. A partir dessa perspectiva, consideramos as narrativas não só como um lugar que compartilha e produz significados (Resende, 2011), mas também uma superfície na qual histórias (de vida e de morte) se materializam e ganham corpo no social.

Complementando essa discussão, Antunes, Mafra e Jáuregui (2018) argumentam que os textos estabelecem fronteiras com outros textos e, por isso, precisam ser compreendidos a partir de suas articulações e interlocuções. Isso significa que os textos “não vivem soltos, e se constituem em meio a processos materiais, históricos e situacionais que os conformam/os dão forma” (p. 44). Nessa perspectiva, partindo do entendimento que os textos midiáticos são constituídos por interesses, visões de mundo e valores sociais (Veiga, 2010), torna-se possível identificar neles disputas por sentidos, jogos de poder e regimes de visibilidade.

Por conseguinte, é notório que a forma como os crimes são apresentados nos veículos de comunicação não é neutra nem imparcial, mas atravessada por escolhas discursivas que afetam a visibilidade das vítimas, os enquadramentos morais atribuídos aos casos e os sentidos produzidos em torno da violência. No caso específico dos lesbocídios, observa-se que os meios de comunicação, majoritariamente, constroem narrativas que tendem a silenciar os aspectos relacionados à orientação sexual das vítimas (ou culpabilizá-las por esta) (Peres; Soares; Dias, 2018), ao mesmo tempo em que suavizam a imagem dos agressores, destacando elementos como suas profissões ou suposta boa reputação social.

Considerando esse horizonte, a abordagem de Antunes, Vaz e Trindade (2019) oferece uma contribuição relevante. Os autores propõem que os textos verbo-visuais sejam observados nos termos de suas significações culturais, “relacionados às práticas sociais e às relações de poder em que estão envoltos, o que supõe lê-los contextualmente [...] e interpretá-los reflexivamente”

(Antunes; Vaz; Trindade, 2019, p. 262). Essa perspectiva é imprescindível para considerar o caráter historicamente situado dos textos, sobretudo porque ignorá-lo significa favorecer “a perpetuação e a adoção acrítica de valores e princípios” (Leal, 2018, p. 24).

Tal abordagem norteia o presente trabalho, uma vez que ao analisarmos os textos que noticiam os lesbocídios, temos de levar em conta todo o contexto lesbofóbico que permeia a sociedade e, portanto, o jornalismo. Não à toa, Veiga (2010) e Meditsch (1998) destacam que o jornalismo, ao mesmo tempo em que permeia a cultura, é permeado por ela. Trata-se de uma relação de coprodução simbólica, na qual os produtos midiáticos não apenas reproduzem dinâmicas socioculturais, mas também as reconfiguram e reinscrevem na esfera pública.

Diante do exposto, em uma sociedade na qual as lésbicas são vistas como estranhas à categoria Mulher (Wittig, 2022) por dissociarem do que é esperado das imposições da heterossexualidade compulsória (Rich, 2019), estudar os textos verbo-visuais acionados nas matérias que noticiam suas mortes é também uma maneira de compreender como a existência lésbica é entendida socialmente. Analisar essas representações, portanto, nos permite avaliar como a existência lésbica é simbolicamente enquadrada, silenciada ou distorcida no discurso midiático e, com isso, como o jornalismo pode colaborar para a manutenção de um imaginário que legitima ou naturaliza a violência lesbocida. Isso pode ser perceptível, inclusive, nos pormenores e detalhes do fazer-jornalístico, como veremos a seguir.

Da teoria à prática jornalística

Neste artigo, o recorte empírico é feito sobre seis matérias⁴ acerca do assassinato de Geriane Pereira de Araújo, de 26 anos, ocorrido em 2014, e o de Jakeline Galdino da Silva e Gilmara de Almeida Lopes, de 30 e 37 anos, em 2024.

O primeiro caso aconteceu em Teresina (PI). O ex-namorado da vítima a esquartejou e colocou suas partes íntimas na boca, o que se configura como um crime de ódio com intenção de puni-la por estar se relacionando com mulheres. A brutalidade do crime revela, portanto, além da misoginia, o caráter lesbofóbico, que se caracteriza como uma discriminação que naturaliza a hostilidade e possibilita “práticas de aversão e repulsa contra mulheres não heterossexuais” (Santana, 2014, p. 41). No segundo caso do *corpus*, Jakeline Galdino da Silva e Gilmara de Almeida Lopes foram assassinadas na cidade de Campos Sales (Ceará) enquanto caminhavam de mãos dadas na avenida. Dois homens de moto as mataram a tiros.

A análise é centrada nos títulos e nos textos visuais das matérias. Para observar este primeiro aspecto, desenvolvemos categorias próprias que dessem conta deste material em específico. Elas consistem em: tamanho das fontes, cores utilizadas, quantidade de palavras e destaques sobrepostos. Essa mesma ordem é seguida em relação ao estudo dos textos visuais, uma vez

4 Link das matérias do primeiro caso:

<https://bit.ly/4h95tR6>

<https://bit.ly/493ApAn>

<https://bit.ly/492cX6y>

Link das matérias do segundo caso:

<https://bit.ly/3WA0PCe>

<https://bit.ly/470HizL>

<http://bit.ly/3WyqxLo>

que, em primeiro lugar, observamos o que o conteúdo imagético evidencia não só sobre as vítimas, mas sobre todo o contexto social que as enreda.

Posteriormente, nos dedicamos a analisar as dimensões técnicas, como as relacionadas à natureza das imagens (que podem ser de conflito ou harmonia em relação ao texto verbal), a finalidade pelas quais estão sendo utilizadas e, por último, a configuração plástica (que abrange a topologia, composição formal e os elementos cromáticos).

Tipografia: apenas um arranjo visual?

O design gráfico desempenha importantes funções referentes ao convite para leitura (Morais, 2018) das notícias midiáticas. Isso porque, como afirmado por Freire (2009, p. 2), além de potencializar o discurso jornalístico, esse aspecto tem a capacidade de “organizar os conteúdos, criar identidade, atrair a atenção do leitor e construir o sentido pela relação entre verbal e não-verbal”. Nessa perspectiva, a tipografia é um dos elementos do design gráfico mais imprescindíveis para a comunicação visual jornalística. Está relacionada aos “títulos principais e secundários distribuídos na página, ao logotipo do cabeçalho do jornal ou do site, a organização hierárquica da notícia e, principalmente, ao contraste entre os elementos gráficos do layout” (Araújo, 2019, p. 136).

Ainda que o foco desta análise não recaia sobre os significados linguísticos dos títulos, é importante, antes de aprofundar a discussão sobre a tipografia e os aspectos gráficos, apresentar uma breve contextualização da abordagem jornalística nas chamadas dos casos analisados⁵. Afinal, tendo em vista que os significados podem ser minimizados ou potencializados de acordo com o layout (Araújo, 2019), consideramos essencial olhar de forma articulada para os elementos técnicos e semânticos. Essa síntese, organizada na Tabela 1, permite compreender o modo como os discursos midiáticos presentes nos títulos constroem representações sobre as vítimas e os crimes.

Tabela 1: Informações textuais presentes nos títulos

Nº	Veículo	Título	Linha fina
N1	Cidadeverde.com	Preso churrasqueiro suspeito de matar namorada e colocar partes íntimas na boca	Não tem
N2	GPI	Avó de jovem morta com requinte de crueldade confirma que neta era usuária de droga	Gerciane Pereira foi vista pela última vez na companhia de um casal que chegou de carro para pegá-la em sua residência localizada no Morro da Esperança, zona norte da capital.
N3	G1	Avó de jovem que teve corpo cortado ao meio diz que família sofria ameaças	Corpo de Gerciane Pereira de Araújo, 25 anos, foi velado nesta quinta (17). Avó disse que neta era usuária de drogas e saiu com um casal no dia do crime.

5 Por entendermos que está além da proposta principal deste artigo, não realizamos uma análise semântica detalhada dos títulos, ressaltando, contudo, a importância de olhar para esses fatores de forma articulada em estudos futuros.

Nº	Veículo	Título	Linha fina
N4	G1	Casal de mulheres é assassinado a tiros quando caminhava de mãos dadas em via pública no Ceará	Vítimas são Jakeline Galdino da Silva e Gilmara de Almeida Lopes. Crime ocorreu na cidade de Campos Sales, no interior do estado.
N5	Metrópoles	CE: casal de mulheres é morto a tiros enquanto caminhava de mãos dadas	Jackeline e Gilmara foram assassinadas em via pública na cidade de Campos Sales, no interior do Ceará. Polícia procura suspeitos
N6	Terra	Casal de mulheres é assassinado a tiros quando caminhava de mãos dadas no Ceará	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado está investigando o caso

Fonte: Autoria própria, 2025

Observa-se, conforme a Tabela 1, que estratégias de sensacionalismo, apagamento, culpabilização das vítimas e isenção da responsabilidade do criminoso estão presentes em todas as notícias examinadas. No caso de Gerciane, a violência midiática⁶ se manifestou de maneira mais explícita: nitidamente atribuindo a ela um lugar de marginalidade, de quem merece ser enquadrada como uma “vítima má”. Além disso, a reiteração constante dos detalhes sobre como foi assassinada também se caracteriza como uma forma de desumanizar seu corpo diante do público e, assim, fragilizar sua composição memorialística. Já em relação ao caso do casal assassinado, embora os títulos ainda sejam constituídos de modo problemático e desrespeitoso, acionam e reproduzem preconceitos direcionados às lesbianidades de forma mais “mascarada” se comparados ao de Gerciane.

Após essa sucinta consideração, voltamo-nos agora aos aspectos gráficos dos títulos que compõem essas notícias. Nosso objetivo é observar de que modo os elementos tipográficos contribuem para a construção desses sentidos. Para isso, realizamos uma categorização em quatro dimensões analíticas: (1) tamanho das fontes utilizadas; (2) cores dos títulos; (3) quantidade de palavras empregadas; e (4) presença de algum tipo de destaque visual sobreposto, conforme evidencia a Tabela 2. Essa organização permite compreender como as escolhas gráficas participam da produção de sentidos e reforçam, ou atenuam, os discursos observados nas narrativas jornalísticas.

Tabela 2: Aspectos tipográficos

Notícia	Tamanho	Cor	Quant. de palavras	Destaque
N1	Médio	Azul	12	Sim - Negrito
N2	Grande	Preta	15	Sim - Negrito
N3	Médio	Preta	14	Sim - Negrito
N4	Médio	Preta	17	Sim - Negrito
N5	Médio	Marrom	13	Sim - Negrito
N6	Médio	Preta	14	Sim - Negrito

Fonte: autoria própria, 2025

6 Compreendemos a definição de violência midiática como “aquela produzida pelos meios massivos de comunicação através de publicações, difusão de mensagens e imagens que promovem a exploração de mulheres e suas imagens, ou que injúria, difame, discrimine, desonre, humilhe ou atente contra a dignidade delas” (Miranda, 2017, p. 11).

Todas as matérias têm o destaque em forma de negrito como fator comum. Este elemento colabora para demarcar uma certa “urgência” sobre o assunto abordado no título, chamar a atenção do leitor e, ainda, contribui para a legibilidade. Quanto ao tamanho da fonte, observou-se o padrão “médio” na maioria das notícias, com exceção da N2, que apresentou o título em tamanho grande, destoando das demais. Tal escolha tipográfica pode evidenciar uma tentativa de explicitar neutralidade e imparcialidade diante dos fatos noticiados (os lesbocídios).

O número de palavras nos títulos varia entre 12 e 17, o que, à primeira vista, poderia oferecer margem para a construção de uma narrativa cuidadosa e respeitosa em relação às vítimas. No entanto, o conteúdo sintático dos títulos revela o contrário, uma vez que, em sua maioria, assumem um tom sensacionalista e desrespeitoso, acionando e reproduzindo estigmas sobre as vítimas e, dessa forma, demonstrando pouco compromisso com a dignidade ou a memória de Gerciane, Jakeline e Gilmara. Desse modo, a quantidade de palavras não está associada a uma narrativa cuidadosa, mas sim a uma exploração da violência.

No que diz respeito às cores, Araújo (2019) defende que podem realçar determinados pontos, além de estimular a “experiência afetiva de memória do leitor” (p. 144). O autor, apoiado nos estudos de Ruiz (1999), argumenta que as cores têm o papel de reter a atenção do leitor durante o maior tempo possível e produzir o tom editorial e gráfico desejado. Nessa perspectiva, a não utilização de cores de destaque demonstra que não há intenção de realçar determinados elementos informativos ou, ainda, revela o objetivo de facilitar a leitura diante dos aparelhos eletrônicos (Araújo, 2019).

É possível notar essas estratégias no *corpus* do presente artigo, uma vez que a cor preta predomina em 4 das 6 notícias, tendo variações apenas da N1 e N5, que utilizam azul e marrom, respectivamente. Ainda assim, não são cores fortes e chamativas: ambas as tonalidades são fechadas e escuras. Desse modo, a partir da observação desses aspectos tipográficos, ficou evidente que as escolhas de tamanho, cor, quantidade e destaque das palavras objetivam transmitir seriedade e objetividade, o que contrasta com os significados narrativos construídos nas 6 matérias.

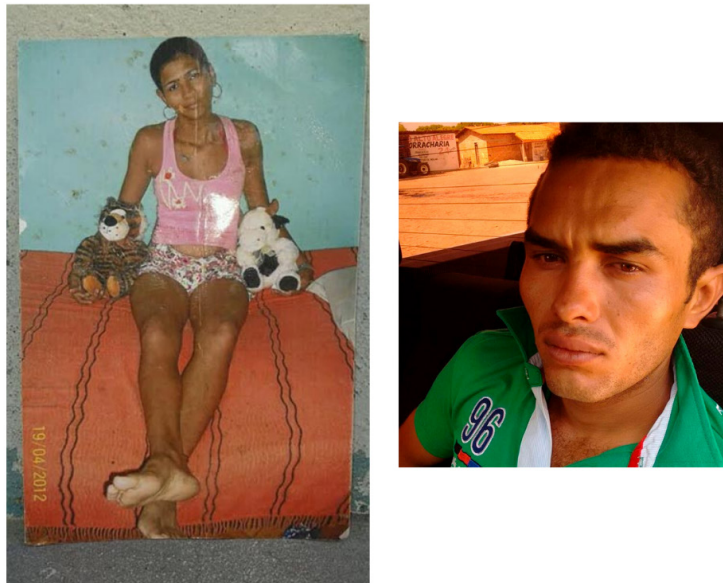
Uma análise sobre os textos visuais

Nesta seção, pretende-se discorrer acerca dos textos visuais acionados nas matérias jornalísticas sobre os casos de Gerciane Pereira de Araújo e do casal Jakeline Galdino da Silva e Gilmara de Almeida Lopes. A abordagem parte do entendimento de que as imagens não operam de forma isolada, mas em articulação com outros elementos textuais e visuais (Ferreira Júnior, 2015; Abril, 2012). Por isso, consideramos os textos verbo-visuais como construções situadas socialmente, capazes de (re)produzir regimes de visibilidade, apagamentos e sentidos sobre os corpos representados. Em um primeiro momento do texto será abordado um panorama geral das abordagens imagéticas sobre os casos de lesbocídio e, na sequência, mobilizaremos categorias analíticas para discorrer acerca dessas representações.

Nas três matérias analisadas sobre o assassinato de Gerciane, observa-se uma representação imagética fragmentada, descontextualizada e marcada por apagamentos. Na Notícia 1 (do Portal Cidade Verde), são utilizadas quatro imagens: uma fotografia de Gerciane ao lado de

bichos de pelúcia (datada de 2012), duas imagens da cena do crime⁷ e uma foto em destaque do agressor, Cleyson da Conceição Mendes, conforme explicita a Figura 1:

Figura 1: Imagens utilizadas na N1 - Caso Gerciane



Fonte: Portal Cidade Verde (2015)

No entanto, essas imagens carecem de integração com o texto verbal. A foto de Gerciane, por exemplo, aparece sem legenda adequada, convertendo-se em um “antes trágico”, conforme apontam Vaz e Biondi (2016), que já identificaram essa prática recorrente nas coberturas de feminicídios e que se aplica, também, ao contexto de casos de lesbocídios. A ausência de relação entre imagem e texto compromete a construção de memória da vítima, que é reduzida a um corpo morto, sem história. Esse corpo é, inclusive, explorado de forma sensacionalista pela N1, que recorre a fotografias da cena do crime e da vítima jogada num terreno em meio a entulhos. Esse excesso visual, além de transformar a vítima em um mero objeto de consumo midiático (Ferreira Junior, 2015), evidencia a dimensão de precariedade e abjeção dessa vida que não é considerada enquanto tal e que, portanto, não é digna de luto (Butler, 2022).

Ainda na N1, a maior visibilidade é concedida ao assassino, cuja foto é apresentada em tamanho destacado e sem legenda, sugerindo uma equiparação, de certo modo, entre vítima e agressor. Essa estratégia reforça, como alerta Rondelli (1998), uma narrativa que dilui a assimetria da violência, apresentando os envolvidos como personagens equivalentes de uma tragédia privada.

Além disso, observou-se a insensibilidade na nomeação de três dos arquivos das imagens (trazidos como “jovemretalhada.jpg” “corpo_vagina.jpg” e “corpo_vagina_mulher_ddd.jpg”⁸), o que evidencia uma prática de desumanização e de fazer com esse corpo seja revitimizado. A linguagem empregada nesses arquivos reforça a lógica da espetacularização da violência e a objetificação da vítima, reduzida às partes do corpo violentadas, o que implica diretamente na negação de sua subjetividade. Conforme afirmam Oliveira e Rodrigues (2021, p. 42), os femi-

7 As cenas do crime que explicitam o corpo foram suprimidas por se tratar de imagens que violam a memória de Gerciane Pereira de Araújo. Diante disso, optou-se, por uma questão ética, por não reproduzi-las.

8 Para verificar a maneira pela qual os arquivos foram nomeados, veja os endereços das imagens a seguir: <http://www.cidadeverde.com/noticias/editor/assets/img63/jovemretalhada.jpg>; http://www.cidadeverde.com/noticias/editor/assets/img63/carol/corpo_vagina.jpg; http://www.cidadeverde.com/noticias/editor/assets/img63/carol/corpo_vagina_mulher_ddd.jpg.

nicídios “têm sido apresentados muitas vezes de forma sensacionalista e espetacularizada”. Embora os casos aqui sejam enquadrados como lesbocídios – já que além do gênero desviante, são perpassadas pela orientação sexual distinta da heteronormativa – é perceptível que essa mesma lógica é aplicada a eles.

Já na Notícia 2 (Portal GP1), a única imagem presente sequer carrega, permanecendo como um rastro não acessível da vítima, conforme Figura 2:

Figura 2: Ausência de imagens na N2 - Caso Gerciane



Fonte: Portal GP1 (2014)

Essa ausência da fotografia, ainda que possa parecer um erro técnico, adquire força quando compreendida no contexto de negligência e apagamento histórico das existências lésbicas. A falha em assegurar que todos os elementos da matéria, como a imagem, estejam disponíveis e funcionais pode ser interpretada como um indicativo de descaso editorial. Essa lacuna visual impede o que Hans Belting (2006) chama de presença icônica, ou seja, a possibilidade de uma “ausência visível” em que a imagem, mesmo na ausência física do corpo, o evoca e o reinscreve na experiência coletiva. Desse modo, a vítima permanece duplamente ausente: no corpo e na memória visual.

Já a Notícia 3 (G1 Piauí) retoma a fotografia de 2012 (a de Gerciane ao lado de bichos de pelúcia) e adiciona uma imagem da avó de Gerciane em entrevista. Essa última imagem é acompanhada da legenda: “Avó de vítima relata que neta era usuária de drogas e sofria ameaças”, conforme mostra a figura 3. Ao enfatizar esse dado sem relação direta com o crime, a narrativa acaba por sugerir uma causalidade implícita, como se o envolvimento com drogas justificasse a violência sofrida. Nesse sentido, lembramos da discussão de Oliveira e Rodrigues (2021, p. 45) na qual as autoras mencionam que determinadas escolhas discursivas acabam “estimulando um julgamento moral e abrindo brechas para a defesa do assassino justificar falsa passionalidade”. Nesse caso, tal abordagem desloca a centralidade do crime de ódio e reinscreve a vítima dentro de estigmas sociais que desvalorizam sua vida e existência lésbica.

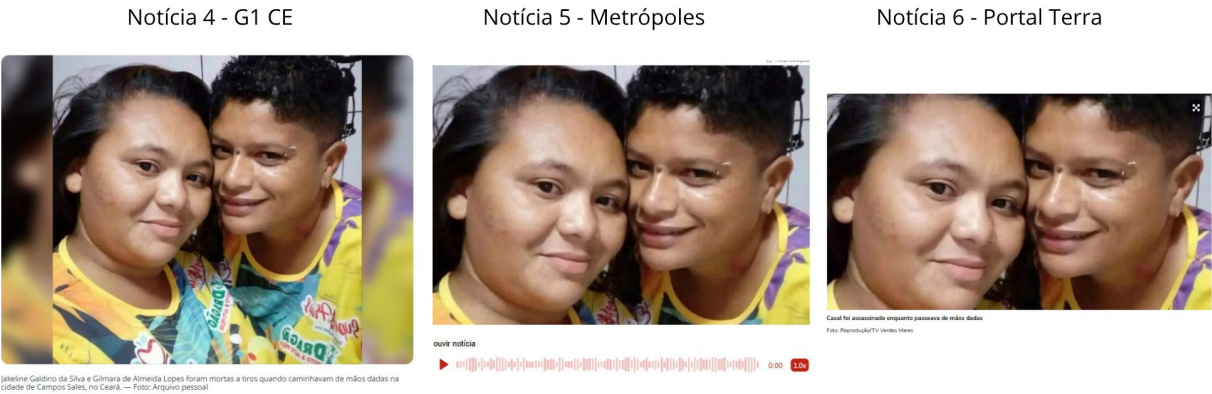
Figura 3: Imagens N3 - Caso Gerciane



Fonte: G1 Piauí (2014)

No segundo caso, mais recente, observa-se uma diferença em relação à humanização das vítimas, embora persistam estratégias de apagamento e enquadramentos problemáticos. Em todas as matérias analisadas, a imagem do casal é a mesma: uma fotografia de arquivo pessoal em que Jakeline e Gilmara aparecem juntas, que pode ser vista na Figura 4.

Figura 4: Fotografia Jakeline e Gilmara nas N4, N5 e N6



Fonte: G1 CE (2024); Metrôpoles (2024) e Portal Terra (2024)

A imagem, embora possa ser entendida como assertiva e contribua para construir uma memória afetiva e visual das vítimas, é acompanhada por legendas que reduzem ambas ao fato de terem sido assassinadas, como em: “Casal foi assassinado enquanto passeava de mãos dadas” (N6). Essa redução à violência dificulta que as pessoas leitoras associem seus rostos a suas histórias de vida para além do crime que as matou.

Na Notícia 4, o vídeo que acompanha o texto apresenta chamadas como “DUAS MULHERES MORTAS EM CAMPOS SALES”, omitindo a motivação do crime e o fato de que se tratava de um casal lésbico, como pode ser visto em um printscreen na Figura 5⁹:

Figura 5: Print do vídeo da N4 - Caso Jakeline e Gilmara



Fonte: G1 CE (2024)

Essa omissão inicial demonstra como a narrativa visual pode esvaziar o caráter lesbofóbico do crime, transformando um ataque motivado por orientação sexual em um episódio genérico de violência. Como enfatizado por Miranda (2017), a forma como a mídia apresenta a violência pode tanto colaborar com a desconstrução de estereótipos quanto reforçá-los. Neste caso, o silenciamento da identidade do casal dificulta que o lesbofóbio seja reconhecido enquanto tal.

9 A imagem da jornalista foi borrada neste caso porque entendemos que, ao expô-la, haveria o risco de associar sua figura individual a uma prática jornalística problemática, especialmente diante dos casos analisados.

A Notícia 5 (Metrópoles) retoma a mesma fotografia sem oferecer qualquer legenda, dificultando a identificação individual das vítimas e reiterando o apagamento simbólico de suas singularidades. A Notícia 6 (Portal Terra) segue a mesma tendência: utiliza a mesma imagem do casal e apenas reforça a narrativa da morte, sem aprofundar qualquer elemento de contexto social ou afetivo.

Tendo em vista esse contexto geral, agora será apresentada uma análise sobre esses acionamentos imagéticos com base nas categorias analíticas “natureza das imagens”, “procedência/finalidade” e “dimensão plástica da imagem”, as quais foram pensadas tanto em vista as características do *corpus* quanto às reflexões de Caetano (2012).

Em relação à “natureza das imagens”, serão analisadas as relações que podem ser de conflito ou harmonia, entre a imagem e o texto verbal. Em “procedência/finalidade” será discutida se a foto/imagem foi produzida para a pauta específica ou é uma imagem de arquivo. Além disso, seguindo as reflexões de Vaz e Biondi (2016), nesta categoria também será averiguado se trata de um “padrão ou um modelo protocolar”, ou seja, uma imagem apenas “para constar”. Por fim, em relação à dimensão plástica da imagem será discorrido acerca da configuração plástica da imagem, incluindo sua distribuição no espaço (topologia), composição formal (eidética) e os elementos cromáticos. Esses aspectos foram reunidos e explicitados na Tabela 3 e na Tabela 4, com o intuito de facilitar a visualização dos achados da pesquisa.

Tabela 4: análise imagética do caso Gerciane Pereira de Araújo

Número da notícia	Natureza das imagens	Procedência/Finalidade	Dimensão plástica da imagem
N1 (Cidade Verde)	Relação majoritariamente de um conflito com o texto verbal. A imagem da vítima é desatualizada (2012) e não dialoga com o conteúdo textual. As imagens da cena do crime não são explicadas, e a foto do agressor é descontextualizada (uma vez que aparece sem título e sem conexão com o texto em si).	A maioria das imagens é de arquivo. A foto de Gerciane parece ter sido retirada de redes sociais ou arquivos pessoais. As imagens da cena do crime são provavelmente de agências ou registros policiais. Todas indicam um uso protocolar, para “preencher espaço”, com destaque problemático para a representação do agressor. Esse destaque é problemático uma vez que mostrar o agressor de forma constante e de forma tão protagonista, nítida e com informações pessoais pode acabar glamorizando, justificando ou atenuando sua imagem, tornando o crime mais “passável” socialmente falando.	A fotografia de Gerciane é pequena, posicionada no início da matéria. Já a do agressor aparece em destaque, com maior tamanho e centralidade. As imagens da cena do crime têm baixa resolução e cromaticamente remetem ao macabro (tons escuros, verdes e marrons). A composição é fria e impessoal.

Número da notícia	Natureza das imagens	Procedência/Finalidade	Dimensão plástica da imagem
N2 (GP1)	Inexistente relação com o texto verbal, pois a imagem sequer carrega. Aparece apenas o texto "Imagem: Arquivo pessoal", tornando-a um rastro inoperante.	A imagem (inacessível) seria de arquivo pessoal, e parece inserida apenas para cumprir formalidade. A falta de carregamento reforça o uso automático e negligente.	Não aplicável, já que há um erro na exibição da imagem. O que resta é o "lugar vazio" da imagem, o que reforça o apagamento simbólico da vítima.
N3 (G1)	Relação de conflito simbólico. A legenda da imagem de Gerciane não corresponde ao que a imagem mostra. Já a foto da avó desloca o foco da vítima e insinua juízo moral.	A primeira imagem é de arquivo pessoal, reutilizada da N1. A segunda (da avó) foi provavelmente produzida especificamente para a pauta, mas reforça estigmas ao vincular a narrativa ao uso de drogas. Ambas operam de forma protocolar, sem aprofundamento.	A "foto da foto" de Gerciane tem aparência doméstica, luz suave, mas é mal posicionada e associada a uma legenda fria ("foi encontrada morta..."). A imagem da avó tem tom melancólico, foco em semblante sofrido e uso de cores neutras. A topologia da página não favorece a centralidade da vítima e, menos ainda, sua memória.

Fonte: Autoria própria (2025)

Tabela 4: análise imagética do caso Jakeline Galdino da Silva e Gilmara de Almeida Lopes

Número da notícia	Natureza das imagens	Procedência/Finalidade	Dimensão plástica da imagem
N4 (G1 Ceará)	A fotografia do casal estabelece uma relação ambígua com o texto: embora humanize minimamente ao mostrar afeto, a legenda reduz ambas à condição de vítimas de um crime, estabelecendo uma relação de conflito entre texto visual e verbal. O vídeo, por sua vez, apresenta chamadas genéricas e sensacionalistas, que apagam o caráter lesbofóbico do crime.	Imagem de arquivo pessoal, reutilizada como registro factual. A legenda não contextualiza a imagem afetivamente, apenas reforça o fato da morte, aproximando-se de um modelo protocolar, usado apenas "para constar".	A foto apresenta composição frontal, com foco no casal e bordas borradas (aparentemente se trata de uma foto postada em rede social). A distribuição é centralizada, com fundo neutro, o que poderia enfatizar a relação entre ambas, mas esse aspecto simbólico é apagado pelo uso e legenda. O vídeo usa tipografia de impacto (caixa alta) e divisão de tela, com cortes rápidos.

Número da notícia	Natureza das imagens	Procedência/Finalidade	Dimensão plástica da imagem
N5 (Metrópoles)	A imagem é a mesma, mas sem legenda. Há um claro apagamento da individualidade e da relação entre as vítimas. A ausência de conexão entre texto visual e verbal demonstra conflito e esvaziamento de sentido.	Também uma imagem de arquivo pessoal, reutilizada sem contextualização. É um exemplo típico de uso protocolar, com função puramente ilustrativa.	A imagem segue os mesmos parâmetros da anterior (topologia centralizada e neutra), mas o impacto é diminuído pela desorganização visual da página: excesso de propagandas, anúncios e vídeos não relacionados quebram a linearidade da leitura e dispersam a atenção do leitor. Há poluição visual e sobreposição de conteúdos.
N6 (Terra)	A imagem é reutilizada com uma legenda genérica: "Casal foi assassinado enquanto passeava de mãos dadas". Aqui, há um uso estético e narrativo que reforça o fato da morte, com ênfase na tragédia e não na subjetividade das vítimas. A relação com o texto é funcional, mas reduzida à violência.	Imagem de reprodução televisiva (TV Verdes Mares). Finalidade: ilustrar o crime, não homenagear ou narrar a vida das vítimas. Classifica-se como imagem para constar	A composição é simplificada, com foco direto no casal. Não há destaque de cor ou profundidade. A legenda reforça o fato da morte. O layout da página mantém estrutura mais limpa, mas sem qualquer recurso visual que atribua centralidade ou dignidade à memória das vítimas.

Fonte: Autoria própria (2025)

A partir da aplicação das categorias analíticas propostas, observa-se que os acionamentos imagéticos presentes nas matérias analisadas tendem, majoritariamente, a operar de forma protocolar, sem compromisso ético com a memória das vítimas. Ao evidenciar conflitos entre texto e imagem, usos genéricos ou apagamentos visuais, a análise nos coloca a questão de como essas escolhas contribuem para processos de silenciamento e de reforço das normatividades cisnormativas, retomando a importância de se pensar criticamente os regimes de visibilidade construídos pelo jornalismo.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo central compreender como o jornalismo contribui para a constituição de imaginários sociais a respeito das lesbianidades, a partir da análise de textos verbo-visuais em seis notícias jornalísticas sobre três casos de lesbocídio. A questão de pesquisa que norteou o trabalho buscou investigar se houve avanços na cobertura jornalística de lesbocídios ao longo do tempo, bem como o impacto dessa construção narrativa na memória lésbica.

Os resultados da análise verbo-visual, focada nos títulos e textos visuais, mostraram que, apesar da distância temporal entre os casos de 2014 e 2024, a violência midiática persiste na representação dos corpos lésbicos. No que diz respeito aos títulos, embora a análise semântica não tenha sido o foco do trabalho, é importante mencionar que notamos lógicas de culpabilização e estigmatização das vítimas, além de narrativas que suavizam a responsabilidade dos autores dos crimes. Tais percepções contrastam com a análise da tipografia, a qual evidenciou que as escolhas técnicas tinham o intuito de transmitir seriedade e objetividade.

Já no que se refere à análise imagética, ela expõe padrões persistentes e transformações parciais nas narrativas. No caso de Gerciane, observa-se uma construção visual marcada por apagamento, descontextualização e espetacularização da violência. Enquanto isso, no caso de Jakeline e Gilmara, embora haja um esforço de humanização inicial através da imagem do casal, a cobertura ainda carece de aprofundamento e explicitação da motivação lesbofóbica. Em geral, as análises demonstraram que as escolhas gráficas participam ativamente da construção das notícias, por vezes reforçando preconceitos de forma mais "mascarada" nos casos mais recentes, mas ainda presente.

Portanto, percebemos que as narrativas desse *corpus* compõem o imaginário social acerca das vítimas de lesbocídio de maneira negativa, uma vez que as estigmatiza, vulnerabiliza e as trata como iscas de cliques para atrair visualização. Neste sentido, a memória lésbica também é fragmentada, visto que se as lesbianidades compõem o imaginário social coletivo de modo negativo e marginalizado, não serão reconhecidas e lembradas ao longo do tempo como corpos dignos de entrar para a história com respeito e empatia.

Referências

- ABRIL, G. Tres dimensiones del texto y de la cultura visual. **IC Revista Científica de Información y Comunicación**, [S. l.], n. 9, 2012. Disponível em: <https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/237>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- ANTUNES, E.; MAFRA, R; JÁUREGUI, C. Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação. In: LEAL, B; CARVALHO, C; ALZAMORA, G. (orgs.). **Textualidades Midiáticas**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Selo PPGCOM, 2018, cap. 2, p. 35-58
- _____; VAZ, P; TRINDADE, V. A capa em camadas pensando a materialidade da primeira página das revistas. In: MARTINS, B. et al (Orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019, cap. 5, p. 89-111
- ARAÚJO, R. **A reconfiguração do jornalismo visual nas interfaces digitais sob influência do design responsivo e da imprensa nativa da web**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Departamento do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 28 ago. 2019.
- BELTING, Hans. Imagem, mídia e corpo: uma nova abordagem à iconologia. **Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia**, v. 8, p. 32-60, 2006.
- BUTLER, J. **Desfazendo gênero**. Tradução: Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- CAETANO, Kati Eliana. Análise e ensino da imagem informativa: aspectos teórico-metodológicos. **Intexto**, n. 26, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/16458>. Acesso em 12 jul. 2025.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- PERES, M.; SOARES, S.; DIAS, M. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**. Disponível em: <<http://li.cnm.org.br/r/oV6Ryu>> Acesso em 15/07/2025.

FERREIRA JÚNIOR, Sérgio Do Espírito Santo. NARRATIVAS IMAGÉTICAS DA VIOLÊNCIA:dramatização da morte na mídia impressa da Amazônia Paraense. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 15, n. 17, 23 Dez 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/4301>. Acesso em 2 jul. 2025.

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário: do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 291-310, dez. 2009.

LEAL, B.; CARVALHO, C; ANTUNES, E; Narrativas de um problema cotidiano - o testemunho jornalístico da violência de gênero sob diferentes perspectivas. In: **Um Problema Cotidiano**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Selo PPGCOM, 2020, cap.1, p. 17-45

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 21, n. 1, 1998.

MIRANDA, C. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 1-20, 2017.

MORAIS, J. **Design de notícias e padrões gráficos no jornalismo impresso**. 1. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018. 218 p.

OLIVEIRA, N.; RODRIGUES, V. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira**. São Paulo: Drops, 2021.

RESENDE, F. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: GISELE SILVA, et.al. (orgs.). **Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**.1ª ed. Salvador, BA, EDUFBA: Brasília, Compós, 2011, cap.6, p.119-138

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). In: _____.(org.). **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019. cap. 2, p. 25-108.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 145-157, outubro de 1998

RUIZ, J. Z. **Introducción al diseño periodístico**. Barañáin: Eunsa, 1999.

SANTANA, A. Gênero, sexualidade e educação: perspectivas em debate. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v.7, n. 12, 2014, p. 151- 167

VAZ, P. B.; BIONDI, A. Silêncio visual e gritos verbais nas narrativas jornalísticas do feminicídio. **Figurações da morte nos media e na cultura: entre o estranho e o familiar**. Braga: Universidade do Minho, p. 71-86, 2016.

VEIGA, M. **Masculino, o Gênero do Jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). UFRS, Porto Alegre.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 144p.

EPISTEMOLOGIA DA ESCUTA EM COLETIVOS DE MULHERES COMUNICADORAS: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA LEGAL

*THE EPISTEMOLOGY OF LISTENING IN WOMEN COMMUNICATORS'
COLLECTIVES; STRATEGIES FOR CONFRONTING GENDER-
BASED VIOLENCE IN THE LEGAL AMAZON*

PAULO GIRALDI¹

RESUMO

O artigo analisa os dados da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023), com foco nos estados da Amazônia Legal, à luz do ensaio teórico da Epistemologia da Escuta, proposto pelo autor. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender a violência de gênero como fenômeno comunicacional e estrutural (SCOTT, 1988), evidenciando o papel dos coletivos de mulheres comunicadoras como instrumentos políticos de resistência e transformação social (PAIVA, 2022). O estudo adota uma abordagem crítica e interdisciplinar, articulando dados quantitativos nacionais e regionais à leitura teórica de autoras decoloniais e feministas negras (RIBEIRO, 2018; GONZALEZ, 2020). Os resultados apontam para a persistência das desigualdades e para a subnotificação da violência na região amazônica, com crescimento dos homicídios e feminicídios, reforçando a importância da comunicação feminista, comunitária e em rede na construção de estratégias da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e na democratização da informação.

Palavras-chave: Comunicação; Violência de Gênero; Amazônia Legal; Epistemologia da Escuta; Resistência.

ABSTRACT

This article analyzes data from the National Survey on Violence against Women (DataSenado, 2023), focusing on the states of the Legal Amazon, in light of the author's theoretical essay on the Epistemology of Listening. From this perspective, the article seeks to understand gender-based violence as a communicational and structural phenomenon (SCOTT, 1988), highlighting the role of collectives of women communicators as political instruments of resistance and social transformation (PAIVA, 2022). The study adopts a critical and interdisciplinary approach, combining national and regional quantitative data with the theoretical reading of decolonial and Black feminist authors (RIBEIRO, 2018; GONZALEZ, 2020). The results point to the persistence of inequalities and the underreporting of violence in the Amazon region, with an increase in feminicides and homicides, reinforcing the importance of feminist, community and networked communication in the construction of strategies for the National Policy to Combat Violence against Women and in the democratization of information.

Keywords: Communication; Gender Violence; Legal Amazon; Epistemology of Listening; Resistance.

¹ Pós-Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor em Comunicação e Sociedade (UnB). Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Bolsista no Exterior (PDE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2022-2023. Integra o Grupo de Pesquisa Pensamento Comunicacional Latino-americano (PCLA/CNPq/FAAC-UNESP). E-mail: paulogiraldi2@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5166-0389>

Introdução

a Amazônia Legal², território de múltiplas vozes e desigualdades históricas, apresenta índices preocupantes de violência contra a mulher, agravados pela ausência de políticas públicas efetivas e pela concentração midiática nos centros urbanos do Sul e Sudeste do Brasil. O artigo analisa os dados da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023), com foco nos estados amazônicos, à luz da Epistemologia da Escuta³ – proposta teórico-metodológica que compreende a escuta como modo de conhecer e existir, fundada nos saberes comunicacionais dos povos originários.

A décima edição da pesquisa do DataSenado (2023)⁴ revela que 30% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica, sendo a maioria de natureza física (76%). A vulnerabilidade é maior entre mulheres de menor renda, evidenciando que a violência de gênero é também estrutural e comunicacional, inscrita nas relações de poder e nos silenciamentos impostos a corpos e vozes femininas.

Ressalta-se, contudo, que o levantamento enfrenta limitações metodológicas, sobretudo pela ausência de dados desagregados por raça, faixa etária e localidade intraestadual em alguns estados da Amazônia Legal. Essa lacuna dificulta uma leitura interseccional mais detalhada e evidencia a urgência de políticas públicas e de comunicação que ampliem a produção e a transparência de informações sobre gênero e território, devendo também ser debatida com a sociedade e amplamente divulgada para fortalecer a participação cidadã.

Nesse contexto, Coletivos de Comunicação de Mulheres Negras Amazônidas⁵, como Marias Negras do Norte (PA) e Pretas do Norte (MA), atuam como espaços de resistência e produção de narrativas contra-hegemônicas, em defesa do território, dos direitos quilombolas e da justiça ambiental. Demonstram, ainda, a relevância do ativismo negro e feminino na defesa dos direitos humanos e na construção de alternativas de comunicação para o “desenvolvimento justo”⁶ (Siedenberg, 2006), alinhado ao bem-estar das populações locais e à valorização dos povos tradicionais.

Sob essa perspectiva, a Epistemologia da Escuta, situada no campo da Comunicação, constitui um reenquadramento teórico que desloca a centralidade da emissão e da fala para a escuta, a recepção e a relacionalidade comunicacional. Valoriza saberes e vozes historicamente silenciadas pelos paradigmas coloniais, fundamentando-se em autoras como Walsh (2013), Ribeiro (2018), Gonzalez (2020) e Hollanda (2020), que concebem o conhecimento como prática de escuta e resistência nos territórios.

2 A Amazônia Legal inclui nove estados brasileiros: Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e parte significativa do Maranhão.

3 O conceito de Epistemologia da Escuta, proposto por este autor, representa um reenquadramento teórico nos estudos da Comunicação, ao deslocar o foco da emissão e da fala para a escuta e a relacionalidade comunicacional. Esse deslocamento epistemológico, do eixo fala–emissão para o eixo escuta–relação, implica que o comunicador, pesquisador ou jornalista **deixa de ser porta-voz do outro para tornar-se mediador da palavra do outro**, reconhecendo a escuta como ato de coautoria e reciprocidade – presente em reportagens, pesquisas ou projetos que colem narrativas locais com participação direta dos sujeitos, sem traduzir ou hierarquizar as vozes.

4 Utilizam-se os dados da 10ª Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher (DataSenado, 2023) por constituírem o levantamento mais recente disponível no momento da elaboração deste artigo.

5 Estudo em andamento, sendo resultado das pesquisas realizadas pelo autor, desde 2017, na Amazônia Legal.

6 O conceito de Desenvolvimento tem recorte teórico, a partir dos estudos de Siedenberg (2006).

Aplicada à análise dos dados da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023), a Epistemologia da Escuta permite compreender não apenas os índices quantitativos, mas também as dimensões simbólicas da violência – como o silêncio, o medo e a invisibilidade – que estruturam a experiência das mulheres nos territórios. Diferencia-se das noções de *escuta sensível* (Barbier, 1998) e de *escuta pública* (Ferreira, 2018) ao propor um dispositivo epistemológico capaz de reorganizar as relações de reconhecimento e de produção de sentidos nas margens e nos territórios da Amazônia Legal.

Este artigo integra a etapa inicial da pesquisa *Jornalistas Negras na Amazônia Legal: Narrativas e desafios na Comunicação para o Desenvolvimento Territorial Sustentável*, aprovada pelo CNPq (Processo 153158/2025-5).

Panorama da violência doméstica

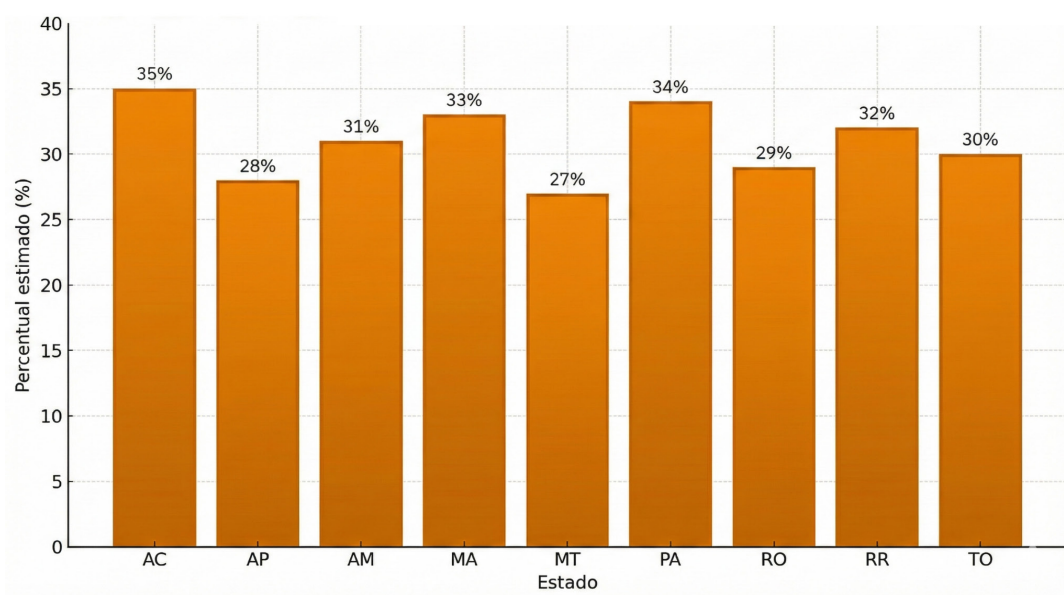
A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023) aponta que 74% das brasileiras percebem um aumento na violência doméstica, sinalizando uma sensação coletiva de agravamento do problema. Na análise regional, o Distrito Federal lidera com 84%, seguido por Goiás, Rio de Janeiro, Paraíba, Maranhão e Bahia, cujos índices orbitam os 80%. Em contrapartida, Roraima e Santa Catarina registram taxas inferiores à média nacional.

Metodologicamente, o estudo consultou 21.787 mulheres com 16 anos ou mais, selecionadas via Amostragem Aleatória Estratificada. A alocação foi uniforme entre as 27 unidades federativas (26 estados e o DF), garantindo uma base de aproximadamente 800 entrevistas por estrato. O levantamento, realizado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) a cada dois anos, integra série histórica iniciada em 2005 e tem por objetivo ouvir cidadãs brasileiras acerca de aspectos relacionados à desigualdade de gênero e a agressões contra mulheres no país.

Em termos de vivência direta, 30% das mulheres afirmam ter sido vítimas de algum tipo de violência doméstica cometida por homens, evidenciando a persistência do problema como um fenômeno estrutural no país. Na Amazônia Legal, o total da amostra considerada é de 7.260 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: Pará (810), Amazonas (800), Rondônia (810), Acre (806), Amapá (806), Roraima (810), Maranhão (810), Mato Grosso (808) e Tocantins (800).

A leitura dos dados apresentados no Gráfico 1, sob a ótica da Epistemologia da Escuta, reforça que as estatísticas não são apenas números: são vozes, corpos e experiências concretas. Cada percentual traduz realidades atravessadas por desigualdades históricas de gênero, raça e território — dimensões que estruturam e condicionam a vida das mulheres na Amazônia Legal.

Gráfico 1 – Estimativas de Mulheres que sofreram violência na Amazônia Legal em 2023



Fonte: DataSenado, 2023. Elaboração do autor, 2025

Essas estimativas da violência contra a mulher no Brasil revelam desigualdades regionais profundas e a amplitude do problema em todo o território nacional. Segundo o DataSenado (2023), 68% das brasileiras conhecem alguma mulher que já sofreu violência doméstica, percentual ainda mais elevado na Amazônia Legal – 75% no Tocantins e 74% no Acre e no Amazonas. Nessa região, prevalecem vítimas jovens, negras, pardas ou indígenas, em contextos de vulnerabilidade social e de baixa percepção sobre direitos e instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha.

As formas mais recorrentes de agressão são psicológica e física, mas a subnotificação continua alta, agravada pela ausência de Delegacias da Mulher em áreas rurais e pela escassa cobertura jornalística local. A região também figura entre as que mais concentram casos de feminicídio, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021–2023).

Embora os dados apresentem limitações – como a falta de desagregação por raça, idade e localidade intraestadual –, o quadro evidencia a necessidade de políticas públicas interseccionais e de estratégias comunicacionais que articulem gênero, território e informação. Nesse contexto, as redes de mulheres jornalistas e a comunicação comunitária amazônica tornam-se mediadoras fundamentais na escuta, na denúncia e na prevenção das violências.

Em 2023, o Governo Federal criou o Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra e Enfrentamento ao Racismo Ambiental, iniciativa conjunta do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), voltada à proposição de medidas integradas de combate às desigualdades e violências na região. Essa iniciativa representa um avanço no reconhecimento da intersecção entre raça, gênero e território na formulação de políticas públicas, aproximando a pauta ambiental das agendas de direitos humanos e comunicação. A criação do Comitê evidencia que os processos de enfrentamento à violência na Amazônia exigem abordagens integradas, nas quais o direito à comunicação se articule às políticas de igualdade racial e de gênero.

Como aponta Fraser (2006), a justiça comunicacional implica o reconhecimento das vozes historicamente silenciadas na esfera pública, exigindo não apenas redistribuição de recursos, mas também representação e escuta como dimensões fundamentais da cidadania democrática. Nessa perspectiva, o fortalecimento das políticas públicas na Amazônia deve considerar a comunicação como dimensão da justiça social, capaz de promover visibilidade, escuta e participação das mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

De modo convergente, Santos (2007) defende que não há democracia sem “ecologia de saberes”, ou seja, sem o reconhecimento dos saberes e práticas produzidos por comunidades historicamente excluídas dos espaços de poder e decisão. Incorporar a comunicação nesse horizonte é compreender que escutar os territórios também é fazer política, e que enfrentar as violências de gênero e ambiental requer um modelo comunicacional dialógico e atento às epistemologias locais.

Direito à Comunicação e Políticas Públicas de Gênero

A promoção da equidade de gênero e comunicacional é, portanto, um dos pilares para garantir a sustentabilidade da vida e a efetividade das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres na Amazônia Legal. Nesse sentido, torna-se essencial revisitar e fortalecer políticas estruturantes como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), incorporando nelas a dimensão comunicacional como instrumento estratégico de emancipação, escuta e visibilidade das mulheres amazônidas.

A edição 2024–2025 do Atlas da Notícia revela que 2.504 dos 5.570 municípios brasileiros permanecem como desertos de notícias, evidenciando desigualdade no acesso à informação. Na região Norte, entretanto, observa-se uma inflexão: o número de veículos jornalísticos cresceu 14% em 2025, alcançando 1.264 registros – um avanço expressivo em relação a 2022, quando 63,1% do território estava sem cobertura local. Esse crescimento, impulsionado pelos segmentos de rádio e mídias digitais, indica a consolidação de um ecossistema comunicacional descentralizado e plural. Cerca de 45% dos novos meios operam exclusivamente online, o que reflete a emergência de iniciativas locais, independentes e conectadas às redes sociais.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à terra para povos originários e comunidades tradicionais – indígenas e quilombolas – como parte do pacto civilizatório que reconhece suas formas próprias de existência e produção. Entretanto, no contexto contemporâneo, esse direito deve ser ampliado para incluir o direito à comunicação como dimensão essencial da cidadania. Garantir o acesso à comunicação é assegurar a esses grupos o direito de narrar o próprio território, de produzir conhecimento a partir de suas cosmologias e de ocupar espaços midiáticos historicamente excludente, como pontua Gobbi (2023)

[...] é basilar democratizar a comunicação, assegurando a pluralidade e a multiplicidade de vozes, a liberdade de expressão e a inclusão de todas e todos. É necessário e urgente (re)ver a história contada da comunicação incluindo e valorizando os saberes dos povos originários, a ancestralidade, o conhecimento tradicional, mas também cultural dos povos. É preciso garantir os direitos aos processos comunicativos dos indígenas, das comunidades quilombolas, dos

povos dos rios, das florestas e dos demais grupos socioculturais, reconhecendo e respeitando suas culturas, religiões, modos de viver e seus territórios (Gobbi, 2023, p. 7, grifos nossos).

Nesse horizonte decolonial, a **comunicação originária** – ou *autóctone* – e a **democratização da informação** constituem dimensões fundamentais na defesa da diversidade de gênero, raça e etnia na Amazônia Legal. Como destaca Júnior (2025), reconhecer e fortalecer as formas comunicacionais produzidas pelos povos da floresta é condição para enfrentar as desigualdades históricas que atravessam o território.

Reconhecer que as populações negras, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais em geral estão mais vulneráveis aos efeitos extremos das mudanças climáticas é essencial para estabelecer estratégias efetivas de adaptação e mitigação. O racismo ambiental e climático conecta diretamente a degradação ambiental às condições precárias impostas historicamente a essas populações, aprofundando disparidades já existentes e perpetuando as injustiças herdadas do período colonial e escravagista (Júnior, 2025, internet, grifos nossos).

Sob essa abordagem, o jornalismo *autóctone* (GIRALDI, 2023) se afirma como um contra-discurso, promovendo visibilidade, escuta e mediação intercultural, ao mesmo tempo em que denuncia as assimetrias estruturais que sustentam a exploração dos territórios e dos corpos amazônicos. Ao adotar a escuta como princípio epistemológico, essas práticas comunicacionais constroem pontes entre mundos e modos de saber, transformando o ato de comunicar em gesto político, ético e de resistência territorial.

Comunicadoras: resistência nas fronteiras do silêncio

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da ONU (ODS 5), voltado à igualdade de gênero, reconhece a violência contra a mulher como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a atuação dos coletivos de comunicação de mulheres na Amazônia torna-se urgente e estratégica para promover inclusão, ampliar vozes locais e fortalecer o que se pode chamar de território-mulher – um espaço simbólico de resistência, solidariedade e reconstrução de vínculos comunitários. Até 2030, o compromisso internacional é reduzir desigualdades e eliminar práticas discriminatórias, assegurando igualdade de oportunidades e o empoderamento de todos os grupos sociais (Sá; Silva, 2024).

Contudo, a precarização do jornalismo na Amazônia, evidenciada pelo Atlas da Notícia (Ed. 2024), mostra que 63,1% da região Norte se configura como “desertos de notícias”, com 284 dos 450 municípios sem qualquer veículo de comunicação. Esse cenário restringe o acesso à informação e fragiliza a cidadania crítica, refletindo tanto a concentração midiática quanto a ausência de políticas públicas de comunicação.

É justamente nessa ambiência de silenciamento que os coletivos de comunicação emergem como espaços de resistência e produção de sentido, articulando vozes femininas, negras e periféricas na defesa da vida e da dignidade. Como afirma Santos (2007), o território é tecido por relações sociais, culturais e tecnocientíficas – dimensões que se expressam nas práticas comunicacionais amazônicas. A expansão desses coletivos, sobretudo entre 2020 e 2022, coincide

com o período de pandemia e com o desmonte das políticas de gênero no governo Bolsonaro, marcado por posturas machistas e racistas (Tavares; Alves, 2023). Ainda assim, as comunicadoras amazônidas – em sua maioria, mulheres negras – afirmam narrativas de esperança e reexistência, reposicionando a comunicação como prática de justiça, cuidado e emancipação.

Tabela 1 – Levantamento parcial dos Coletivos e Mídias Alternativas composta por Jornalistas Mulheres Negras na Amazônia Legal, Técnica da Amostragem Snowball (Coleman, 1958; Goodman 1961)

Nome do Coletivo/Mídia	Localização	Temáticas Abordadas
Coletivo Jornalistas Negras da Amazônia (Lena Santos)	Pará	Questões raciais, ambientais e de gênero
Agência Amazônia Negra	Pará	Jornalismo comunitário e territorial
Mídia Negra Amazônica	Maranhão	Cultura, identidade negra e meio ambiente
Coletivo Vozes Negras da Floresta	Acre	Povos tradicionais, racismo ambiental
Marias Negras do Norte	Belém e região metropolitana	Gênero, raça e direitos territoriais.
Pretas do Norte	Maranhão	Cultura negra, política e periferia.
Comunicadoras indígenas	Amapá/Pará	Comunicação, Mulheres indígenas e direitos humanos
Quilombo Digital	Tocantins	Educação antirracista e memória quilombola
AfroJornal	Porto Velho (RO)	Política e equidade racial
Manas Negras de Amazônia	Rio Branco (Acre)	Saúde da população negra e LGBTQIA+
Rádio Mulher Negra (com EBC)	Codó (Maranhão)	Feminismo negro e economia solidária
Coletivo Ayó	Pará	Comunicação antirracista e arte negra

Fonte: elaborado pelo autor, 2025 (com uso de IA), a partir do Mapeamento da Mídia Negra no Brasil.

O levantamento inicial revela que os Coletivos de Comunicação de Mulheres Negras na Amazônia Legal têm desempenhado papel estratégico na comunicação nos territórios. As temáticas abordadas pelos coletivos – gênero, raça, meio ambiente, direitos territoriais e cultura – demonstram que sua atuação ultrapassa a mera veiculação de mensagens, constituindo um ato político e epistemológico que valoriza saberes plurais e questiona hierarquias coloniais (Santos, 2007; Lorde, 2009).

A Tabela 1 evidencia que essas iniciativas se enraízam nos territórios e funcionam como redes de escuta ativa, mobilizando comunidades e ampliando o acesso à informação em regiões historicamente marcadas por “desertos de notícias”. Já a *Tabela 2* mostra uma leve redução dos homicídios e feminicídios entre 2022 e 2023, com destaque para Pará e Amazonas, sugerindo efeitos positivos da retomada das políticas públicas no início do terceiro mandato do presidente Lula e do fortalecimento das ações interministeriais de proteção às mulheres.

Essa queda, embora modesta, pode ser interpretada também como resultado do crescimento de 14% dos veículos de comunicação na região Norte (cf. Atlas da Notícia) e da expansão de formatos digitais e colaborativos de jornalismo, que transformaram a violência doméstica em pauta pública.

Tabela 2 – Homicídios de Mulheres e Feminicídios na Amazônia Legal (2021–2023).

Estado	Homicídios de Mulheres			Feminicídios de Mulheres		
	(2021)	(2022)	(2023)	(2021)	(2022)	(2023)
Acre	5	4	3	2	1	1
Amapá	7	6	5	3	2	2
Amazonas	15	13	12	6	5	4
Maranhão	20	18	17	8	7	6
Mato Grosso	10	9	8	4	3	3
Pará	25	22	20	10	9	8
Rondônia	12	11	10	5	4	4
Roraima	4	3	3	1	1	1
Tocantins	8	7	6	3	2	2
Total	106	93	84	42	34	31

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Acre (IPEA-AC). Elaboração do autor, 2025.

Em praticamente todos os estados da Amazônia Legal, os índices apresentam leve, mas constante, queda – como no Pará (de 22 para 20 homicídios e de 9 para 8 feminicídios) e no Amazonas (de 13 para 12 homicídios e de 5 para 4 feminicídios). Ainda que tímida, essa desaceleração sugere o fortalecimento de políticas públicas, redes de proteção e iniciativas de comunicação comunitária que vêm ampliando a visibilidade das violências e incentivando denúncias.

Com base nos números do Fórum é possível observar que a redução de homicídios e feminicídios dialoga com outro movimento igualmente importante: o crescimento do número de veículos de comunicação na região Norte, ou seja, a democratização e acesso à informação para população local.

A expansão do jornalismo regional e mídias alternativas, sobretudo em formatos digitais e colaborativos, tem contribuído para tornar a violência de gênero um tema público, rompendo o silêncio histórico sobre a realidade das mulheres amazônidas. Coletivos de comunicadoras, rádios comunitárias, portais independentes e redes sociais locais passaram a desempenhar papel fundamental na escuta e divulgação de narrativas que antes permaneciam invisíveis (Melo; Steinbrenner, 2023).

Assim, o leve declínio nos números de homicídios e feminicídios pode ser lido também como reflexo de um ambiente comunicacional mais atento e sensível às pautas de gênero, no qual a informação se torna ferramenta de prevenção, denúncia e mobilização social (Ribeiro, 2017).

Contudo, um outro cenário preocupante é revelado pela Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023), quanto ao conhecimento e à confiança das mulheres na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Menos de um quarto das brasileiras (24%) afirma conhecer bem a legislação. Esse índice é ainda menor em estados da Amazônia Legal, como Amazonas (17%), Pará (19%), Maranhão (17%) e Acre (35%), evidenciando a persistência de lacunas informacionais e educacionais sobre os direitos das mulheres.

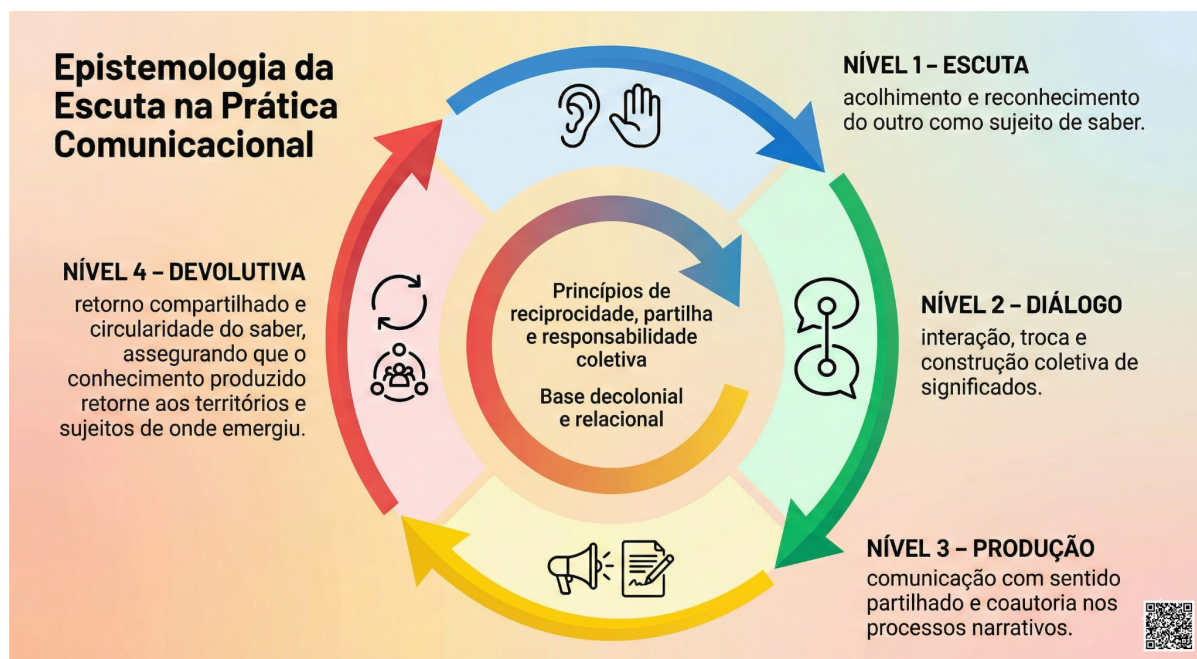
Por uma Epistemologia da Escuta em defesa da vida

Pensar a escuta como categoria epistemológica implica romper com as fronteiras convencionais da comunicação instrumental e reconhecer o potencial ético, político e cognitivo do ato de ouvir. No campo das Ciências da Comunicação, autores como Martín-Barbero (1997) e Canclini (2008) já alertavam que comunicar não é apenas transmitir, mas reconhecer-se na alteridade. No contexto amazônico, essa alteridade assume densidade particular: é o território, a floresta, a ancestralidade, a mística dos rituais e as vozes historicamente silenciadas que precisam ser reconhecidas como produtoras de sentido e conhecimento.

A Teoria das Mediações de Martín-Barbero (1997) contribui para compreender a escuta como processo relacional que atravessa práticas sociais e culturais de comunicação, evidenciando que o sentido se produz nas interações cotidianas e nas dinâmicas do território. A escuta, assim, constitui-se como “lugar das mediações”, capaz de articular saberes locais, práticas comunicacionais emancipatórias. Em convergência, a perspectiva de Justiça Comunicacional proposta por Fraser (2006) amplia o horizonte da Epistemologia da Escuta ao situá-la na esfera pública como direito coletivo de reconhecimento, redistribuição e representação das vozes subalternizadas – sobretudo das mulheres amazônicas e dos povos tradicionais.

A Epistemologia da Escuta, enquanto ensaio teórico, emerge do tensionamento entre epistemologia e sensibilidade, propondo que escutar é também um modo de conhecer e de existir no mundo comunicacional. Inspirada nas epistemologias do Sul (Santos, 2007), no feminismo negro (Carneiro, 2005; Gonzalez, 2020) e nas ontologias ameríndias (Krenak, 2019; Kopenawa, 2015), essa perspectiva compreende a escuta como prática de descolonização da comunicação – e local das produções de sentido.

Figura 1 – Etapas da Epistemologia da Escuta na prática comunicacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2025.

Aplicada à análise da violência contra a mulher na Amazônia Legal, as etapas da Epistemologia da Escuta evidenciam seu potencial crítico ao revelar as múltiplas formas de silenciamento e exclusão comunicacional que atravessam as estruturas coloniais do sistema informacional brasileiro (Quijano, 2005; Ribeiro, 2017). A violência de gênero manifesta-se não apenas nas agressões físicas, mas também em silenciamentos simbólicos, apagamentos midiáticos e epistemicídios discursivos que marginalizam e desacreditam as narrativas das mulheres. É nesse cenário de invisibilidade forçada que a comunicação linear e hegemônica falha em 'ouvir' as demandas e em legitimar as experiências territoriais.

Dados do DataSenado (2023) indicam que 46% das brasileiras acreditam que a sociedade ainda não reconhece a gravidade da violência contra a mulher – percepção que se intensifica na Amazônia, onde a ausência de escuta pública configura, ela própria, uma forma de violência. O feminismo negro latino-americano oferece aportes teóricos decisivos para compreender essa dinâmica, ao evidenciar como silenciamentos históricos se reproduzem nos territórios periféricos e nas populações racializadas. Nesse contexto, os Coletivos de Mulheres Comunicadoras da Amazônia emergem como uma práxis de resistência que, ao incorporar a lógica da Escuta, invertem o fluxo comunicacional dominante. Por meio do acolhimento e da escuta ativa, esses coletivos produzem dados próprios, fortalecem a denúncia, articulam redes de proteção e co-constroem saberes emancipatórios fundamentais ao enfrentamento da violência de gênero na região.

Gonzalez (1988) propõe a amefricanidade como categoria que articula opressões raciais, de gênero e coloniais, enquanto Carneiro (2005) define o epistemicídio como apagamento sistemático dos saberes produzidos por mulheres negras. Nesse horizonte decolonial, Akotirene (2018) e Lorde (1984) reforçam que escutar é ato político e de cura, capaz de transformar a dor em linguagem. Na Amazônia, comunicadoras indígenas, quilombolas e negras, organizadas em coletivos como Pretas do Norte, Mídia Índia e Rede Jandyras, ressignificam o jornalismo como espaço de escuta, diálogo e emancipação, configurando práticas comunicacionais de resistência e reconstrução simbólica do território.

Trata-se, como propõe Fraser (2006), de ampliar as esferas da justiça comunicacional: garantir não apenas o acesso à mídia, mas o direito de definir o que é notícia, o que é verdade e o que merece ser escutado. Essa é a essência política da Epistemologia da Escuta – deslocar o foco do “dar voz” para o “escutar com”, instaurando um paradigma colaborativo de produção de sentidos. Sob esse enfoque, Gobbi (2022, p. 26) observa ser imprescindível que as pesquisas em comunicação avancem na incorporação da perspectiva de gênero, ampliando o olhar sobre as experiências, vozes e práticas das mulheres na produção de sentidos, e

[...] ajudarão a encurtar o desconhecimento sobre as contribuições das mulheres negras, indígenas, militantes, ativistas, poetisas, escritoras, o conhecimento ancestral, os resultantes dos movimentos sociais de lutas, gerados a partir dos espaços sociais periféricos, as violências e seus múltiplos cenários, entre tantos outros.

Assim, o enfrentamento da violência contra a mulher na Amazônia Legal passa por reconfigurar as próprias estruturas de mediação. Escutar é, simultaneamente, um ato metodológico, epistêmico e decolonial: é ouvir as múltiplas Amazônias falarem de si, permitir que as mulheres transformem suas vivências em narrativa e política, e reconhecer que o conhecimento se constrói na relação – e não na extração.

Por fim, a Epistemologia da Escuta, a partir dos territórios originários, contribui para fortalecer uma comunicação situada, feminista e decolonial, que compreende a Amazônia não como objeto de fala ou estatísticas de pesquisas, mas como território vivo comunicante. É nesse horizonte que o jornalismo e a pesquisa científica podem reencontrar sua vocação social e cidadã: comunicar para a vida, comunicar com o outro, comunicar pela escuta.

Considerações finais

Pensar a comunicação no enfrentamento da violência contra a mulher e na promoção de um desenvolvimento justo, à luz da Epistemologia da Escuta, significa reconhecer que o desenvolvimento não se mede apenas por indicadores econômicos, mas pela capacidade coletiva de ouvir as mulheres, assegurar-lhes espaços de fala e preservar suas vidas. Nesse horizonte, a escuta constitui uma categoria política e epistemológica que ressignifica o progresso ao transformar a dor em palavra e a palavra em denúncia.

Os coletivos de mulheres comunicadoras – negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas – demonstram que a verdadeira sustentabilidade emerge do cuidado, da ancestralidade e da partilha de saberes. A violência contra a mulher na Amazônia Legal, contudo, permanece como problema estrutural e comunicacional, intensificado pela invisibilidade histórica das vozes femininas e pela concentração midiática no eixo Sul-Sudeste. Dados do DataSenado (2023) indicam que, na região, a violência é mais precoce, recorrente e menos denunciada, o que reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam a comunicação como direito humano – não apenas como instrumento técnico, mas como prática de emancipação e de justiça cognitiva. Escutar, nesse território-mulher amazônico, é também resistir à colonialidade da informação.

Refletir sobre uma Epistemologia da Escuta na Amazônia implica compreender o ouvir como gesto político e comunicacional que ultrapassa o campo sensorial. Escutar é permitir que outras vozes se manifestem e que suas narrativas ocupem o espaço público. Na Amazônia, ouvir mulheres é ouvir o território: o corpo feminino e o corpo-floresta compartilham a mesma ferida histórica da exploração. A escuta, nesse sentido, é resistência e reexistência – prática simbólica que rompe o silenciamento imposto às mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas, guardiãs da memória viva do território.

Ao propor o deslocamento do “falar por” para o “ouvir com”, a Epistemologia da Escuta oferece um novo paradigma para o campo da Comunicação: comunicar não é apenas transmitir mensagens, mas construir sentidos em relação, por meio da co-construção de saberes que emerge da práxis dialógica e da necessária reversão da lógica da escuta nos territórios. O *jornalismo autóctone* (Giraldi, 2023) ancorado na escuta não “dá voz”, mas reconhece as vozes já existentes – aquelas que persistem sob violências simbólicas e materiais e constroem “narrativas de si” (Carrascosa, 2016), tensionando as fronteiras entre denúncia, arte e resistência.

Desse modo, a pesquisa evidencia que a democratização da comunicação é condição para a democratização da vida. Fortalecer coletivos feministas e mídias comunitárias significa fortalecer o direito de existir, narrar e transformar a realidade. Essa premissa ganha ancoragem empírica nas práticas diárias dos Coletivos de Comunicadoras analisados, onde a escuta deixa de ser passiva para se tornar método de ação e “lugar” das mediações.

Seja na produção de pautas colaborativas, na realização de rodas de conversa ou no uso das redes para denúncias territoriais, a escuta constitui um caminho decolonial para compreender o território a partir das vozes que nele habitam. É na materialidade dessas ações – fundamentadas na relação, no afeto e no cuidado – que se justifica a centralidade da Epistemologia da Escuta: ela oferece a gramática necessária para interpretar dinâmicas que teorias comunicacionais tradicionais não alcançam.

Conclui-se, portanto, que a Epistemologia da Escuta é mais do que uma proposta teórica: trata-se de uma prática comunicacional ética, sensível e transformadora, validada pela práxis coletiva das mulheres que enfrentam e narram as violências em seus territórios. Escutar é restituir humanidade; é romper com o extrativismo informacional e com a lógica que reduz falas a dados descorporificados.

Na Amazônia, escutar é o primeiro gesto de reconstrução da vida; comunicar, o segundo. Sem integrar comunicação, políticas públicas e justiça de gênero, a construção de um desenvolvimento realmente sustentável e justo na Amazônia Legal permanecerá inviável. Sua efetivação exige o reconhecimento das vozes locais, a garantia de seus direitos e a proteção das vidas que sustentam os territórios.

Por fim, como afirma a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), “a violência contra as mulheres e meninas constitui uma das violações mais generalizadas dos direitos humanos e um problema estrutural, com graves repercussões para a saúde pública, o desenvolvimento e a construção de sociedades mais igualitárias”⁷. Torna-se urgente, portanto, definir estratégias eficazes para prevenir, responder e erradicar a violência contra mulheres e meninas na região – e a comunicação, quando fundada na escuta, é parte estratégica desse enfrentamento.

7 Disponível em: <https://www.paho.org/pt/eventos/lancamento-novas-estimativas-sobre-prevalencia-da-violencia-contra-mulheres-nas-americas>

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARBIER, René. **A escuta sensível na formação e na pesquisa-ação.** In: BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro, 1998. p. 73–88.
- FERREIRA, Jairo. **A escuta pública e o campo da comunicação:** por uma política do ouvir. São Paulo: Intercom, 2018.
- BRASIL. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 24 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília, DF, 25 jan. 2024.
- BRASIL. **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).** Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-2023. 1ª ed. amp. Belém: SUDAM, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal:** Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 77. Out. 2007.
- CARRASCOSA, Denise. **Traduzindo no Atlântico Negro:** por uma práxis teórico-política de tradução entre literaturas afrodiaspóricas. In: Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, p. 63-71. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115270>>. Acesso em: 23 agost. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 13 out. 2025.
- COMUNEMA – **Coletivo de Mulheres Negras Maria-Maria.** Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/comunema-coletivo-de-mulheres-negras-maria-maria/>
- FRASER, Nancy. **Redistribuição, reconhecimento e participação:** por uma concepção integrada de justiça. In: Revista Caderno CRH, v.19, n.45, 2006.
- GIRALDI, Paulo. **Por um “Jornalismo Autóctone” em defesa da Amazônia.** In: UNIFAP (org.) Jornalismo Ambiental: os desafios da reportagem midiática na Amazônia. Macapá: Editora da UNIFAP, 2023. Apresentação. Disponível em: https://www2.unifap.br/editora/files/2023/11/Jornalismo-Ambiental_os-desafios-da-reportagem-midiatica-na-Amazonia_2023.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.
- GOBBI, Maria Cristina. **Do silenciamento à palavra:** mulheres nos estudos em comunicação na América Latina. Portugal: Ria Editorial, 2022.
- GOBBI, Maria Cristina. **Produção comunicativa das mulheres:** um legado ainda pouco conhecido. *Revista Estudos Da Condição Humana*, 1(1). <https://doi.org/10.14244/rechu.v1i1.9>, 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.), 1988.
- QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje:** Perspectivas Decoloniais . Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- JÚNIOR, Clédisson. **Por um Dia da Terra com Justiça Climática.** MIR, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/por-um-dia-da-terra-com-justica-climatica. Acesso em: 10 de set. de 2025.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu.** Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**: Ensaios e Conferências. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MELO, P., & STEINBRENNER, R. **Comunicação Popular e povos indígenas na Amazônia**: estudo de caso das estratégias da rede e do podcast boletim Wayuri. Puçá: Revista De Comunicação E Cultura Na Amazônia, 9(1), 2023.

PAIVA, R. **Uma epistemologia comunitarista da comunicação**. MATRIZES, (16) 3. 63-76. 223-236, Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/download/204395/190155/597893>, 2022.

PROJOR (Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo). **Atlas da Notícia** [on-line]. São Paulo: 2024. Disponível em <https://www.atlas.jor.br/plataforma/consulta/>. Acesso em: 20 set. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SCOTT, J. **Gender on the Politics 01 History**. New York: Columbia Press, 1988.

SÁ, Edvaldo Batista e SILVA, Tatiana Dias. **Edição ODS 18 Igualdade Étnico-racial**: incluindo a promoção da Igualdade Racial na Agenda 2030. Ministério da Igualdade Racial. (Informe MIR- Monitoramento e avaliação, nº 5), Brasília: DF, set/2024. 26 p.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher 2023** (DataSenado). Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pdfs/ebook_pes_nacional_de_violencia_contra_a_mulher.pdf/

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Desenvolvimento**: ambigüidades de um conceito difuso. (In:) Cad. EBAPE.BR 4 (4). Dez 2006, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000400011>

TAVARES, M. S., & ALVES, A. **A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro**: licença para matar!. *Revista Brasileira De História*, 43(94), 41–61. <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>, 2023.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ATRAVÉS DA RETINA: UMA ANÁLISE DAS COBERTURAS SOBRE FEMINICÍDIO NA "ALMA PRETA" EM DEZ ANOS DA LEI

THROUGH THE RETINA: AN ANALYSIS OF COVERAGE OF FEMINICIDE IN "ALMA PRETA" TEN YEARS AFTER THE LAW

NAYARA LUIZA DE SOUZA¹

BÁRBARA MARIA LIMA MATIAS²

RESUMO

Este artigo propõe observar a cobertura de casos de feminicídio e transfeminicídio pela agência de comunicação *Alma Preta* a partir dos conceitos de "deslocamento da retina" (Sharpe, 2023) e "drible" (Moraes, Lima, 2023). Ao examinar essas práticas, o texto reflete sobre a continuidade de uma tradição de organização política presente desde o século XIX, na imprensa negra e que se configurou como um espaço de resistência com tecnologias próprias que indicam modos de complexificar as coberturas jornalísticas de violência de gênero que tem como vítimas principais no país as mulheres negras cis e transsexuais.

Palavras-chave: Alma-Preta, Imprensa Negra, Feminicídio, Jornalismo, Gênero.

ABSTRACT

This article examines the coverage of femicide and transfeminicide cases by the *Alma Preta* communications agency, using the concepts of "dribbling" (Moraes, Lima, 2023) and "retinal detachment" (Sharpe, 2023). By examining these practices, the text reflects on the continuity of a tradition of political organization present since the 19th century in the Black press. This tradition has emerged as a space of resistance with its own technologies that indicate ways to complexify journalistic coverage of gender-based violence, the primary victims of which are Black women in Brazil cis and transsexuals.

Keywords: *Alma Preta, Black Press, Femicide, Journalism, Gender.*

Introdução

Sancionada em 09 de março de 2015, pela presidente Dilma Rousseff, a Lei nº13.104 alterou o Código Penal brasileiro para incluir o feminicídio como "circunstância qualificadora do crime de homicídio" (Brasil, 2015) no país, incluindo homicídios praticados contra mulheres "por razões

1 Doutoranda e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Co-coordenadora do Projeto de Extensão "Uauá-Cotidianos Intermitentes" e integrante dos grupos de pesquisa da UFMG Temporona – Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas, ReparAÇÃO – Grupo de Pesquisa e Estudos Interseccionais em Comunicação, Poder e Resistência e Insurgente_ Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: souza.nayaralu@gmail.com.

2 Doutoranda e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante dos grupos de pesquisa da UFMG Temporona – Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas, ReparAÇÃO – Grupo de Pesquisa e Estudos Interseccionais em Comunicação, Poder e Resistência e realizou mobilidade sanduíche no país no TRACC - Centro de Pesquisa em Estudos Culturais e Transformações na Comunicação, UFBA. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: barbaralimam55@gmail.com.

da condição de sexo feminino" (Brasil, 2015) no rol de crimes hediondos nacionais. Popularmente conhecida como "Lei de Feminicídio", a norma jurídica resulta de anos de lutas sociais que se iniciaram no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990 como recupera Wânia Pasinato (2011). Em 2024, o feminicídio tornou-se crime autônomo com um artigo específico no código penal brasileiro a partir da Lei nº14.994, de 9 de outubro de 2024.

Especificamente a inclusão da "Lei de Feminicídio", como qualificadora do crime de homicídio, é também resultado direto da permanência do alto número de homicídios contra mulheres registrados no Brasil e analisados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) realizada no ano de 2012, em um contexto em que o Brasil ocupava a 7ª posição mundial entre os países mais violentos para uma mulher viver, com uma taxa de 4,4 homicídios a cada em 100 mil mulheres e uma marca de 91 mil mulheres mortas entre 1982 e aquele ano (taxa de aumento de 217,6% de registros de mulheres mortas).

Mesmo diante do expressivo número de mortes de mulheres, a associação desses homicídios aos crimes decorrentes de violência de gênero não era atestada oficialmente por ausências de dados nacionais que nomeasse essa relação e especificasse a natureza patriarcal dessas dinâmicas de poder. Pasinato (2011), ao analisar as mortes das mulheres no Brasil defendia a adoção de uma nomeação própria no contexto nacional ao indicar que em outros países da América Latina já se adotavam a nomeação de "feminicídio" com as devidas especificidades contextuais de cada território.

Embora como condição de avanço, a lei brasileira de Feminicídio de 2015, foi sancionada com a legislação mais limitada em relação aos países vizinhos (Machado, 2015). Isso porque, na norma nacional foi a retirada da ênfase na violência de gênero do texto legal, ao adotar a "condição de sexo feminino" (Brasil, 2015, Art. 121, V, grifo nosso) como limitadora da descrição. Essa alteração foi resultado direto do retorno do conservadorismo às casas legislativas com a utilização de discursos como da existência de uma "ideologia de gênero" e representou uma regressão de indicativos legais já registrados na "Lei Maria da Penha" que define a violência contra a mulher como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero" (Artigo 5º) e que "toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana" (Art 2º).

Em fevereiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a proteção prevista na Lei Maria da Penha se estende às relações afetivo-sexuais entre casais homoafetivos, formados por homens ou por mulheres, bem como a travestis e mulheres transexuais. No entanto, essa ampliação ainda não foi incorporada à legislação sobre feminicídio, permanecendo sem atenção específica do STF. Assim como ocorreu nas disputas pela legitimação do termo "feminicídio", o conceito de "transfeminicídio" ainda não integra o texto legal brasileiro. Sua circulação tem sido impulsionada por movimentos ativistas e intelectuais, especialmente a partir da tradição dos estudos feministas e clássicos de gênero, como os de Russell (1976), mas também por saberes não coloniais oriundos de feministas críticas em sua maioria negras, travestis e mulheres trans que se afastam de uma perspectiva cisgênera e binária. (Bezerra et al., 2024, p. 269).

Observa-se que, até mesmo na CPMI, a questão racial foi gradualmente excluída das discussões públicas, o que se refletiu na análise de apenas um caso envolvendo uma mulher negra entre os oito considerados "emblemáticos" pela comissão. Isso contrasta com os dados recorrentes sobre a mortalidade de mulheres no país, que apontam consistentemente para a maior vulnerabilidade de mulheres pretas e pardas. Em 2025, o Anuário Brasileiro de Segurança

Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgou os dados de feminicídio registrados em 2024, confirmando uma tendência observada desde que o termo “feminicídio” passou a ser utilizado oficialmente em 2017: a maioria das vítimas desse crime no Brasil são mulheres negras, representando mais de 60% dos casos. Segundo o FBSP (2025), em 2024, foram registrados 1.492 feminicídios no país, sendo 63,6% das vítimas mulheres negras.

Em relação às mulheres trans não há estatística oficial consolidada pelo anuário Brasileiro, mas o Atlas da Violência 2025 aponta que elas foram as principais vítimas de violência entre pessoas trans, com crescimento de 1.110% nos registros entre 2014 e 2023. Em levantamento feito principalmente tendo a imprensa como fonte de pesquisa, a Associação nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (Antra) identificou o assassinato de 122 pessoas trans em 2024, da qual 117 eram mulheres. A maioria das vítimas, 78% eram negras.

Ao mesmo tempo, ao ser sancionada “Lei de Feminicídio” ofereceu uma nomeação comum jurídica e social que estabelecia a relação direta entre a violência de gênero contra às mulheres em suas diversas manifestações física, psicológica, patrimonial, moral, dentre outras, e a morte dessas mulheres. Ao nomear como “feminicídio” essa “violência doméstica fatal” (Machado, 2015, p. 13) foi possível estabelecer uma base comum de recursos explicativos sobre as dinâmicas patriarcais que envolvem as mulheres e os caminhos necessários para combatê-las. Para Rita Segato (2016) essa luta por nomear formas jurídicas para sofrimentos humanos refere-se a um esforço para “publicizar e colocar em uso e nas bocas das pessoas as palavras da lei” (Segato, 2016, p. 127) e, para além, disso para que as existências que sofrem tais violências sejam reconhecidas como detentoras de direitos na vida cotidiana e pelo Estado.

Nesse contexto, o jornalismo contém em seu cerne o potencial para ser um dos canais de publicização dos direitos e contextos em que os crimes de feminicídio ocorrem. Para Pasinato (2011) a imprensa se constituiu durante muito tempo nesse lugar de registro desses crimes diante da precariedade de dados nacionais desses casos por ser um dos arquivos mais acessíveis aos pesquisadores do tema de modo geral. Contudo, essa cobertura nacional sempre se mostrou limitada por também conter apagamentos próprios da dinâmica profissional e “da política editorial e mercadológica de cada periódico” (Pasinato, 2011, p. 16).

Para além dessas implicações faz-se necessário considerar ainda o caráter moderno-colonial do jornalismo brasileiro (Moraes, 2020) que é permeado por recalcamientos racistas (Sodré, 2015) que têm incidido em apagamentos em relação às mulheres negras cis e transgênero nas coberturas jornalísticas de feminicídios mesmo sendo essas as vítimas majoritárias dessas mortes. Diante desse contexto, propomos neste artigo o exercício de “deslocamento da retina” (Sharpe 2023, p. 103) ao observar como a agência de notícia “Alma Preta”, mídia posicionada como negra e antirracista, propõe e realiza as coberturas que envolvem os crimes de feminicídio.

Em nossa análise, consultamos o manual e outros textos autorreferenciais da agência com o objetivo de investigar quais vertentes do jornalismo o coletivo declara praticar e quais são as práticas adotadas especificamente em relação à temática do feminicídio. A partir do buscador do próprio site, foram encontrados 144 resultados, dos quais apenas nove matérias abordavam discussões ou registros de casos de transfeminicídio. Em comparação com o manual, destaca-se a orientação editorial para que as violências resultantes da disparidade de gênero envolvendo mulheres cis e transsexuais sejam enquadradas de forma a superar a lógica colonial.

Diante desse universo, este artigo se dedica especificamente às coberturas de transfeminicídio realizadas pela Alma Preta, com o intuito de observar como o jornalismo pode produzir novos sentidos, mesmo diante dos apagamentos legais ainda presentes, inclusive no texto da Lei do Feminicídio de 2015 e em sua atualização mais recente, em 2024.

Os limites de um jornalismo profissional que se nomeia como moderno

Quando acessamos discursos autorreferentes de jornais (manuais de redação, projetos editoriais, cartas ao leitor), no geral eles são associados à expressões e gramáticas como "moderno", "modernização", "progresso" em contraponto a processos estáveis caracterizados como "arcaicos", "obsoletos" e "superados" (Jácome, 2023, p.1). No geral, são metáforas que tendem a considerar uma temporalidade muito fixa e linear no jornalismo. Cabe ressaltar que estudos no campo se empenham em frisar o caráter autoritário dessa mudança de paradigma (Albuquerque, 2010), como também os aspectos coloniais dessa modernização (Silva e Moraes, 2018).

Assim, entre os processos dessa modernização característica pela inovação e sedimentação, condição própria de experiências jornalísticas, percebemos nesses discursos autorreferentes, a fundação de fronteiras binárias entre um jornalismo "profissional" e um jornalismo "artesanal", em referência a uma profissionalização e independência por uma reformulação pela objetividade (Biroli, 2007). Em alguns jornais esse discurso é evidenciado em lugares de legitimação, geralmente em manuais de redação, cartas ou princípios editoriais, como evidenciamos em outros estudos das autoras (Souza, Carvalho, Matias e Gonçalves, 2024; Jácome, Matias, Almeida e Suarez, 2025).

Em contraposição a esse posicionamento dito isento, esse mesmo lugar é tensionado pela Alma Preta ao defender que "cabe às jornalistas e à equipe o compromisso de enfrentar esse ambiente de injustiças, em especial nos territórios onde não são vigentes o estado democrático de direitos e os direitos humanos" (Manual Alma Preta, 2023, p. 15). O nosso interesse, nesse caso, é perceber os tensionamentos dessa lógica linear e binária sobre o que é o jornalismo, muito fundada pelo discurso da modernização. É a partir dessa tradição moderna que percorremos algumas disputas e fissuras nesse "ismo" do jornalismo (Jácome, Leal, Manna, 2017).

A construção do jornalismo nacional como moderno, para Moraes(2022), foi realizado no pós-abolição em um contexto de contradições onde a intenção da imprensa nacional hegemônica era que o Brasil fosse representado como civilizado. Ela destaca o papel estruturante da imprensa brasileira nesse projeto de modernização em que os jornais deixavam de publicar anúncios de escravizados mas mantinha a lógica racial de relacionar negros e indígenas como sujeitos com "tendência à loucura, ao suicídio, e à violência" (Moraes, 2022, p.57). Para Moraes (2022) a adoção dessa suposta imparcialidade jornalística serviu para sustentar, por meio de discursos científicos, a naturalização das diferenças raciais e representações estigmatizantes que ainda impactam nos recalcamentos das violências raciais.

Por isso, destacamos como a mera inserção de conteúdos e pessoas negras nas pautas e práticas jornalísticas não resultam, necessariamente, em uma mudança do modelo de jornalismo moderno que tornou-se vigente ou para coberturas jornalísticas responsáveis sobre crimes de feminicídio envolvendo mulheres negras, sendo necessário observar como essas pessoas são

retratadas. Como destaca Segato (2018) o jornalismo hegemônico tem uma tradição de “pilhagem, escárnio e agressão à dignidade exercida sobre os corpos das mulheres” ao expor sem cuidado e repetitivamente os corpos das mulheres vítimas de feminicídio” (Segato, 2018, p. 11). Em relação às mulheres negras mortas presentes em narrativas jornalísticas, Sanematsu (2019) aponta para a exposição dos corpos dessas mulheres divulgadas sem nenhum tratamento que impedisse a identificação dessas vítimas “é importante ressaltar que, além do vilipêndio pela crueldade da morte, há a revitimização pela exposição midiática. (Sanematsu, 2019, p.21).

Dentre as possibilidades de ação de desestabilização que pode acontecer dentro do jornalismo hegemônico faz-se importante, inicialmente, conhecer esses códigos de linguagem e de codificação em vigência que provém das lógicas de como fazer esse jornalismo, como discutem Moraes e Lima (2023). Ao propor a tecnologia do drible como estratégia de corporificação de um jornalismo que se descreve como apartado das questões sociais as autoras especificam que os profissionais que exercem esse hackeamento do sistema esse profissional

não apenas conhece a linguagem vigente do sistema, como inventa uma própria linguagem, capaz de funcionar no ambiente-alvo, mas que, ao mesmo tempo, (e tantas vezes) mantém em segredo as informações específicas do próprio hackeamento (Moraes, Lima, 2023, p. 9).

Nas palavras das autoras o drible é um “movimento, de base negra, popular e periférica” (Moraes, Lima, 2023, p. 1) que pode ser manifestado dentro das estruturas hegemônicas onde a prática não-dita prevalece e nas iniciativas de jornalismo independentes quando esse posicionamento é mais evidente. Assim, propomos neste artigo analisar a proposta editorial e a cobertura da agência Alma Preta a partir desse conceito e do “deslocamento da retina” (Sharpe, 2023), como conceituamos a seguir.

Deslocar a retina para um jornalismo negro tradicional

Deslocar a retina é um dos métodos propostos pela pesquisadora estadunidense da vertente negra radical, Christina Sharpe, em seu livro “No Vestígio: negridade e existência” (2023). Inspirada em uma entrevista da atriz negra Kara Walker, Sharpe (2023) observa a ocupação de um espaço que está construído entre a pessoa e a pele dela. É a esse processo que habita algo que se relaciona com a cor da pele, mas está antes dela, que ela associa o processo do “descolamento de retina”(Sharpe, 2023, p. 103). Interessante observar que é na retina que encontram-se as estruturas físicas que possibilitam ao ser humano ver e diferenciar às cores.

Neste modo de habitação entre a pele e o mundo, proposto por Sharpe (2023) é importante observar as violências a que se expõem ao retratarmos essas vidas que se instituíram dentro do trauma da escravidão ainda em andamento. “O descolamento de retina também impede a capacidade de ver e, quando não tratado, pode levar à cegueira” (Sharpe, 2023, p. 103-104), ressalta ela. Por um lado, há um gesto de denúncia nessas reencenações de cenas de violência: quais corpos são salvos e quais são condicionados a ocuparem os navios da morte?. Como por outro, um modo de tentar escrever os modos políticos da diáspora, da imaginação da negridade e de pessoas Negras outramente, além da brutal história das violentas anotações dessas existências (Sharpe, 2023, p. 119).

Por uma história forjada na lacuna colonial (identidades perdidas, línguas e experiências fagocitadas), existe também no presente, modos de vida que encaram esse passado em sua presença - que, afinal, nunca passará -. Sharpe propõe, então, “na lacuna, a anotação Negra e a revisão Negra não como opostas, mas como modos *trans*versais* (*sic*) e coextensivos de imaginar outramente.” (Sharpe, 2023, p. 120). Desse modo, compreendemos em nosso gesto teórico e metodológico no jornalismo, que não há *uma* realidade existente, mas existe um modo específico da escrita jornalística que é tecido por singularidades narrativas: modos de aproximação com a história, materialidades, temporalidades (Fonseca, 2014).

Em observação nas editorias fixas da *Alma Preta*, foi possível notar que a temática do “feminicídio” não se limita a uma editoria como em tradicionalmente se faz no jornalismo hegemônico que posiciona essas narrativas em “Polícia” ou “Cotidiano”. Embora na *Alma Preta* exista a editoria “Cotidiano” em que algumas questões de violações contra pessoas negras são registradas, observamos a ausência de outros espaços como a nomeação da editoria de “polícia” para se discutir segurança pública. Isso porque, como explica o manual, “o racismo influencia todas as áreas da vida cotidiana” (*Alma Preta*, 2023, p. 12).

Defendemos, que esse registro das histórias das pessoas excluídas ou representadas de modo marginalizado pelo jornalismo que se nomeou como moderno e imparcial também se constitui como esse exercício de “drible” (Moraes, Lima, 2023) e “deslocamento da retina” (Sharpe, 2023) que podem ser notadas como tecnologias de resistência presentes nas mídias negras e periféricas. Quando recorremos a Sharpe (2023), buscamos ainda outros modos de tentar escrever as tragédias herdadas da diáspora negra e imaginar outras negridades possíveis, é o retorno à corporificação e a complexidade das pessoas que estamos tentando exercitar.

“Imprensa tradicional negra”: um posicionamento “Alma Preta” de jornalismo

A agência de notícias *Alma Preta* foi criada em 2015 por Vinícius de Araújo, Vinícius Martins, Pedro Borges e Solon Neto, que estudavam juntos na Unesp, em Bauru. Na página “Quem somos” da *Alma Preta* eles se definem atualmente como “uma agência de notícias e comunicação especializada na temática étnico-racial”. No mesmo espaço, indicam ainda realizar “uma cobertura da realidade brasileira a partir do olhar de jornalistas negros” (*Alma Preta*, s.p).

Em 2023, a agência lançou a primeira edição do seu manual de jornalismo com o registro dos posicionamentos editoriais que conduzem a atividade jornalística do coletivo, mas também com um posicionamento preditivo de como as mídias negras devem realizar seu trabalho. O documento declara, dessa forma, que o objetivo da publicação é criar paradigmas de orientação para as práticas da mídia negra a partir de um mapeamento que pretendia “reunir os aprendizados da população negra ao longo da história da imprensa” (*Manual Alma Preta*, 2023, p.5) ação que a publicação realiza recuperando os jornais negros publicados no Brasil nos séculos XIX e XX.

Ao realizar esse exercício a “*Alma Preta*”, propõe a tese de que a “imprensa negra é mídia tradicional” registrando que esse modo de fazer jornalismo não se inicia com os coletivos digitais fundados nos anos 2000, e no qual eles se inserem, mas pertence a uma tradição de jornalismo negro que tem a população negra como pauta principal. É também a essa tradição de organiza-

ção política, registrada e amplificada pela imprensa negra, que nos voltamos neste artigo para analisar as iniciativas de comunicação não-hegemônicas realizadas pela "Alma Preta".

Essas iniciativas, desde sua concepção, posicionam-se atentas às questões de raça, gênero e território buscando tensionar o jornalismo dito "hegemônico" como declarado no Manual:

Diferentemente do que prega o senso comum da profissão, de que a cobertura jornalística é um espelho da sociedade e deve buscar a neutralidade e a imparcialidade, o trabalho da Alma Preta denuncia as desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, região, entre outras (Manual Alma Preta, 2023, p.16-17).

Nesse posicionamento editorial faz-se prioritário para a agência se posicionar como uma mídia negra "por ser feita por pessoas negras, se dirigir a um público também negro e/ou comprometido com a luta antirracista" (Manual Alma Preta, 2023, p. 17). Colocam-se assim como herdeiros de jornais como o jornal *O Homem de Côr*, considerado o precursor da imprensa negra brasileira, publicado no Brasil em 1833 por Francisco de Paula Brito.

Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), recorre a experiência do *O Homem de Côr* e de outras produções contemporâneas a este para demonstrar como_ a despeito das sanções e impossibilidades causadas pelo escravismo_ "negros aqui (nesses periódicos) formularam uma fala própria e a tornaram pública" (Pinto, 2006, p. 27) ainda dentro do período da escravidão no Brasil.

A existência dessa repetição de características que persiste desde os oitocentos é defendida tanto no "Manual da Alma Preta", quanto nas pesquisas de Pinto (2006) e Sodré (2015). Tradição que destaca como os discursos de inferiorização dos africanos e seus descendentes escravizados que se transfigurou em eugenia a ser alcançada para a modernização do Brasil sempre foram enfrentados e denunciados por iniciativas feitas por pessoas negras. E, para tanto, chamamos atenção à necessidade de "corporificar" o jornalismo (Moraes, Lima, 2023) desestabilizando as práticas que apagam os corpos narrados, impondo sobre eles normas que se supõem universais e também considerando quais são os corpos e corpos que produzem as notícias.

Manual e matérias: um exercício de análise

Como estratégia de análise, realizamos dois movimentos: 1) de observação das proposições sobre "feminicídio" no Manual da Alma Preta; e 2) de coleta e análise das matérias que eram associadas à palavra "feminicídio" dentro do site Alma Preta. Em relação ao primeiro movimento nos deparamos com a apresentação do verbete "feminicídio" dentro do Manual da seguinte forma: "Assassinato de mulheres cometidos em razão do gênero. Nesse caso, a vítima é assassinada por ser mulher, seja cis, trans ou travesti. A palavra ganhou maior destaque quando foi aprovada a lei de criminalização do feminicídio (Lei Federal 13.104/15)".

Essa orientação da identificação do crime de feminicídio "em razão do gênero" e que se estende a mulheres cis, transsexuais e travestis permite que as jornalistas da agência executem a interpretação dos fatos por essa lente. Quando comparamos a prática dessa orientação editorial localizamos, por exemplo, matérias que noticiam casos de transfeminicídio e problematizam a ausência de dados de mulheres negras trans e travestis assim como fazem em relação às mulheres negras cis. Ao mesmo tempo, o manual orienta para a utilização do nome das pessoas sem reduzi-las nas matérias à identidade de gênero dessas. O Manual também inclui uma área

dedicada aos enquadramentos, que dizem de uma questão ética e política ao adotarem temas relativos a "Acessibilidade e inclusão", o uso de termos neutros para pessoas trans não-binárias, e verbetes como "gênero", "heteronormatividade", "cisgênero", "homofobia", "homofobia institucional", "lesbofobia", "nome social", "nome morto", "feminismo" "interseccionalidade" e outros apontamentos relativos a raça, território e idade.

Em nosso segundo movimento metodológico realizamos a pesquisa dentro do buscador do site através da palavra "feminicídio" no site da agência Alma Preta e encontramos 144 resultados. Interessante perceber que não necessariamente são textos classificados numa seção específica para *notícias*, mas de forma esparsa em seções temáticas como "Política" e "Cotidiano" e sobretudo, "Quilombo", apontando para a densidade histórica e política para a raça que atravessa as questões de gênero ao se pautar o feminicídio. A distribuição das matérias por editorias se apresentou segundo a tabela abaixo:

Tabela 1 - Distribuição Matérias x Editorias

Editorias	
Cotidiano	72
Cultura	11
Quilombo	10
Política	41
Agenda	10

Fonte: Elaborado pelas autoras

Desse total de matérias, nove foram tagueadas pelo portal sem citarem em seus textos a palavra feminicídio, mas se relacionavam a discussões sobre política que impactam na vida de mulheres negras e movimentos sociais com destaque para a discussão do pacote anticrime apresentado pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, que embora não tratasse diretamente de feminicídio impactava na realidade da população negra. Nesse momento também observamos a diversidade temática das matérias notando que a discussão sobre Feminicídio aparece de modo transversal no site.

Identificamos 42 matérias jornalísticas e artigos de opinião que indicavam casos de violência racial policial (8) em que essa violência contra pessoas negras conduzia a discussão do feminicídio, casos de racismo (12) com destaque para uma notícia em que a discriminação racial foi considerada motivação do feminicídio devido ao agressor ter alegado que "não queria ter um filho negro" e por isso havia assassinado a companheira e coberturas que faziam problema em relação ao racismo como componente de vulnerabilização das mulheres negras como na matéria "Revitalização: mulheres negras são as mais constrangidas em delegacias".

Outras temáticas envolveram limites de acesso ao sistema judiciário (8), política (26 das quais 12 eram relativas a candidaturas de mulheres negras em 2018), antifascismo (1), antinazismo (2), movimento sociais de mulheres (12), cultura (9) com destaque as produções que discutem violências contra às mulheres, violência contra a mulher (34 _ violência física, psicológica e sexual contra mulheres em diferentes estados do país mas que não resultaram em morte), transfeminicídio (9), transfobia (3) Movimento Negro (4), Violência Letal/ Mortes Violentas (5) que não tinha

relação comprovada com dinâmicas de gênero, mulher negra (9) que incluíam a produção de imaginários de autodefinição e bem viver, religião (1), legalização do aborto (1) e xenofobia (1).

A partir desse universo, nos debruçamos neste artigo especificamente sobre as coberturas de transfeminicídio presentes na *Alma Preta*, com o intuito de observar como a temática que muitas vezes realiza um apagamento em relação às mulheres trans, inclusive na publicação da lei em 2015. Observamos que todos os nove textos coletados estão na seção “Cotidiano”, revelando de início uma atenção da agência para a recorrência temporal sobre essas mortes. As reportagens refletem, no geral, a partir da morte, chamando a atenção para o alto número de assassinato de pessoas trans no Brasil, sendo a maioria mulheres jovens e negras: mortas a facadas, queimadas, socos, chutes e pauladas. Todos os casos revelam um cenário pujante no limite da violência.

De antemão, antes de nos aprofundarmos na análise dos textos, apresentamos questionamentos éticos: como habitar um cenário de morte? É possível narrar essas mortes sem reencenar as cenas de violência? Vamos com essas questões inspiradas no método de Sharpe (2023) tendo consciência que são vidas irreparáveis sob qualquer desejo de representação.

Enquanto em casos de transfeminicídio ocupam, no geral, as páginas de jornais com boletins de ocorrência, ou ainda, com o nome de nascimento- sendo assim, o jornalismo o lugar próprio de uma segunda morte para as mulheres - (Caldeira, 2022), compreendemos as narrativas como um lugar de poder. Afinal, é importante a análise sobre quais lugares essas vidas ocupam nas narrativas, nesse caso específico, jornalísticas. Encaramos as narrativas jornalísticas sobre as violências específicas para racismos, feminicídios e transfeminicídios tendo como compreensão as tantas outras implicadas, capacitismos, xenofobias, homofobias. Recorremos então à metáfora dos *fios desencapados de alta tensão* para analisar as narrativas jornalísticas sobre violência. Essa proposta de Carlos Alberto Carvalho (2019) parece descortinar o que as narrativas tentam pacificar em seus modos de inteligibilidade, devido aos próprios constrangimentos do jornalismo como ator social e portanto, afetado e produtor de valores culturais, normas sociais e pela história que se insere.

Assim, vamos em *Alma Preta* a procura de tentar compreender se na prática, a forma de mediação dos fios de alta tensão é respaldada pelos valores da agência que se autorrefere como um jornalismo de tradição negra, atenta às questões de gênero. Essa análise não exclui as nossas reações de mal estar, indigestões, e perda de chão diante de um contexto de ruptura violenta dessas vidas. Afinal, há quatro anos atrás, Keron Ravach, uma garota de 13 anos entrou para a estatística de transfeminicídio no Brasil como “a mais jovem vítima de violência transfóbica” (*Alma Preta*, 2021). Portanto, como escrever diante desse mundo que se torna mais normativo e transparente?

Keron vivia em Camocim, cidade do estado do Ceará, e foi morta em janeiro de 2021, próxima da data de Celebração da Visibilidade Trans no país. O Ceará é o estado do Nordeste com mais assassinatos de pessoas trans em 2024, de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), ficando em terceiro lugar no país, atrás de São Paulo e Minas Gerais. Sobre esse caso específico, *Alma Preta* traz uma dimensão de vida à Keron quando traz para a narrativa as afinidades e desejos e o dia a dia da vítima, ainda que paute também como fonte o boletim pela Polícia Civil e o delegado que acompanha o caso.

Quando pesquisamos aleatoriamente pelo nome da vítima em “notícias” do Google, encontramos como resultado um texto do portal G1³ e do jornal O Povo, de Fortaleza, no qual a Alma Preta cita como fonte para a cobertura. No geral, são textos semelhantes, que começam afirmando ser a mais jovem vítima de transfeminicídio do Brasil segundo o relatório da Antra, e explicam as causas para tal ato devastador ter acontecido. Nesse sentido, a Alma Preta reproduz esse “prontuário” para se relatar violência de gênero: o delegado, o boletim, números, o motivo para a brutalidade na procura de alguma justificativa. No entanto, apresenta uma argumentação crítica quando Keron Ravach não foi reconhecida socialmente em nota de pesar pela escola em que estudava, e quando relata sobre as suas ambições e sonhos - ainda que em pequeno espaço -. Enquanto acessamos a notícia do G1, apesar de nomeá-la pelo seu nome social, estampa uma foto de Keron performando uma identidade masculina. Retomamos a Carvalho (2019, p. 47), quando se trata de violência de gênero: “estamos diante de fios de alta tensão desencapados com elevado potencial para causar danos físicos e psicológicos, tendo a morte como limite mais trágico”.

Fios desencapados que reencenam a morte de Keron nas narrativas jornalísticas, ou de Roberta Nascimento, que também em 2021⁴, morreu com 40% de seu corpo queimado, tornando-se parte das narrativas jornalísticas: os policiais presentes na cena do crime que conseguiram prender o suspeito, os braços amputados, e as várias cirurgias submetidas, o número que se repete.

Em *Alma Preta* as aspas de Janaína Castro foram fundamentais, ela é articuladora política da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco: “Roberta nos deixa ainda mais com a ‘faca nos dentes’ para cobrar ao Estado maior empenho na assistência pelo que nos é de direito”. Vivemos na presença da violência, mas como impedi-la de provocar um curto circuito?

Uma outra morte noticiada com a nomeação de transfeminicídio pela agência é de Fabiana da Silva Lucas, 30, assassinada em 2021 no município de Santa Cruz do Capibaribe (PE). Também em busca por como esse caso foi noticiado em outros portais de notícia encontramos registros no G1, Jornal do Comércio, CBN Recife, mas em nenhum desses o assassinato recebia a denominação de “transfeminicídio”. Observamos ainda que na escolha da manchete a *Alma Preta* escolheu adotar “mulher trans” em vez do nome de Fabiana como indicado no manual. O uso do nome em manchetes em relação a casos de feminicídio foi observado apenas na manchete “Quase dez dias depois, polícia ainda aguarda laudos sobre a morte de Priscila Diva”.

Ainda em 2021⁵, em Recife, foi lançada a obra audiovisual “Incendiárias, filhas do Fogo”, exibida como um vídeo-protesto, em que 13 artistas trans e travestis caminham pelos locais onde as vítimas foram assassinadas, inclusive, no local da morte de Roberta. Somente em 2021, além de Roberta e Fabiana, foram mortas Lorena Muniz, Kelyndra Selva e Crismilly Pérola. Essa notícia sobre o vídeo-protesto não esteve presente em outros portais de notícias pelas nossas buscas no Google. Se esteve, não se tornou arquivo.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/07/07/trans-assassinada-no-ceara-e-a-mais-jovem-morta-por-transfobia-no-pais-aponta-relatorio-da-antra.ghtml> . Acesso em 14/10/2025

4 <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/apos-15-dias-internada-morre-mulher-trans-queimada-viva-no-recife-2/> Acesso em 14/10/2025

5 Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/video-protesto-retrata-memoria-de-mulheres-trans-assassinadas-em-pe/>

Considerações Finais

O vídeo-manifesto celebra a ancestralidade trans, com referência à cultura afro-ameríndia, e recobra a memória das corpos e memórias violentadas. A obra faz uma referência aos mecanismos de morte em vida de mulheres negras sejam elas cis ou trans. Em Quilombo, a *Alma Preta* publica⁶ sobre o feminicídio negro como um processo não somente de morte biológica, mas gradual por se fazer morrer em vida, pelo racismo e as negligências de direitos como políticas de morte.

Entendemos que a *Alma Preta* também se propõe como uma possível vigília, colocando nas narrativas jornalísticas sobre feminicídios e transfeminicídios um dever ético de agir na “defesa de quem morreu” (Sharpe, 2023, p.15). No entanto, a *Alma Preta* também recorre a um padrão viciado de uma escrita jornalística que procura dar conta de uma totalização impossível, numa suposta resolução imediata sem tencionar a reflexão de reparações (im) possíveis.

Referências

ALBUQUERQUE, A. *A modernização autoritária do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2022.

ALMA PRETA. *Manual de redação: o jornalismo a partir da experiência da Alma Preta*. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experien-cia-da-alma-pret.pdf] Acesso em: 14 out. 2025.

BEZERRA, Vladimir et al. Leituras teórico-políticas sobre o transfeminicídio: transfeminismo e masculinidades hegemônicas. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (27): 265-280, setembro a dezembro de 2024.

BIROLI, F. *Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil*. História (São Paulo), v. 26, p. 6, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)*. Relatora: Ana Rita. Brasília: Senado Federal, 2013.

BRASIL. Lei 13.104/2015. Lei do Feminicídio. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

JÁCOME, P. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

JÁCOME, P. Modernização como mandato: relações temporais coloniais em discursos autorreferentes do jornalismo brasileiro. In: *Anais do 32º Encontro Anual da Compós*, 2023, São Paulo. Campinas: Galóá, 2023. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/modernizacao-como-mandato-relacoes-temporais-coloniais-em-discursos-autorreferen?lang=pt-br. Acesso em: 14 out. 2025.

JÁCOME, P.; LEAL, B. S.; MANNA, N. Mudar para permanecer o mesmo: marcas de um discurso de autolegitimação jornalística na história. *Galáxia (São Paulo. Online)*, p. 149–162, 2017.

JÁCOME, P. et al. É possível imaginar um jornalismo de reparação? Desafios na busca pelo direito ao tempo a partir da leitura de jornais escravocratas. In: *ANAIS DO 34º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Galóá, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/compos2025/article/view/11359>. Acesso em 10 Nov. 2025.

MORAES, F. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. 1. ed. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

6 Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/mulheres-negras-e-os-mecanismos-de-fazer-morrer-em-vida/. Acesso em 14/10/25

MORAES, F.; LIMA, V. M. A. Jornalismo como drible: estratégias insurgentes e silenciosas na revalorização do campo. In: *Anais do 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 2023, Brasília. Brasília: Galoá, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ORUWE>. Acesso em: 14 out. 2025.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu* [online], n. 37, p. 219–246, 2011.

PINTO, A. F. M. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833–1899)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

ROMIO, J. A. F. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In: MARCONDES, M. M. et al. (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

SANEMATSU, M. (coord.). *Imprensa e direitos das mulheres: papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual*. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão; Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – MMFDH, 2019.

SEGATO, R. *Contra-pedagogías de la crueldad*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEGATO, R. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SHARPE, C. *No vestígio: negridade e existência*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, N. et al. JORNALISMO, RACISMO E (DE) COLONIALIDADES NOS COLETIVOS ALMA PRETA E NÓS MULHERES DA PERIFERIA. In: ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/jornalismo-racismo-e-de-colonialidades-nos-coletivos-alma-preta-e-nos-mulheres-d?lang=pt-br>> Acesso em: 10 Nov. 2025.

SPONHOLZ, L. Quando objetividade não é objectivity: os princípios do jornalismo brasileiro e suas consequências. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 2008.

EL CAMINO ES JUNTO: CORPO E POÉTICA DAS RUAS PELO DIREITO AO ABORTO LEGAL NA FOTOGRAFIA DE LUCÍA PRIETO

*THE PATH IS TOGETHER: BODY AND POETICS OF THE STREETS
FOR LEGAL ABORTION IN THE PHOTOGRAPHY OF LUCÍA PRIETO*

ANGIE BIONDI¹

RITA MARIA RADL-PHILIPP²

LUIS ALBERTO FERNÁNDEZ SILVA³

RESUMO

Neste texto, observamos como imagens de protestos feministas auxiliam na visualização dos pontos de conexão entre pautas políticas tecidos em países da América Latina, a partir de conflitos encampados pelos corpos das mulheres, ao longo de décadas. O texto está organizado em duas partes: a primeira, busca refletir as implicações estéticas do corpo na disputa pelo espaço de cena; a segunda, propõe uma análise da produção artístico-documental que a ativista Lucía Prieto realizou acerca das manifestações feministas pelo aborto legal, na Argentina, em 2018. Ambas compõem um exercício interpretativo de inflexão teórica sobre a análise da composição visual, através da qual Prieto mira as ruas argentinas para captar mudanças sensíveis forjadas pelo levante de corpos pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Corpo; Feminismo; Fotografia; Direitos sexuais e reprodutivos.

ABSTRACT

In this text, we observe how images of feminist protests help visualize the points of connection between political agendas woven into Latin American countries, stemming from conflicts enacted by women's bodies over decades. The text is organized into two parts: the first seeks to reflect on the aesthetic implications of the body in the struggle for stage space; the second proposes an analysis of the artistic-documentary production that activist Lucía Prieto created about feminist demonstrations for legal abortion in Argentina in 2018. Both comprise an interpretative exercise of theoretical inflection on the analysis of visual composition, through Prieto focuses on the Argentine streets to capture the sensitive changes forged by the uprising of bodies for sexual and reproductive rights.

Keywords: Body; Feminism; Photography; Sexual and reproductive rights.

- 1 Pesquisadora em estágio sênior/CNPq na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Realizou pós-doutorado em Artes na Université du Québec à Montréal, Canadá. Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Tem licenciatura em Letras e bacharelado em Comunicação Social. Servidora pública vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail: angiebiondina@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0486-1081>
- 2 Professora Catedrática do Departamento de Ciência Política e Sociologia, Universidade Santiago de Compostela, na Espanha. Docente do Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela. Graduada em Pedagogia Social pela Universidade de Berlim, Alemanha. E-mail: ritam.radl@usc.es. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9393-7753>
- 3 Professor universitário. Doutor em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (SC). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Oriente (UO) e em Comunicação Audiovisual pela Universidade das Artes (ISA), Cuba. Realizou estância de investigação no departamento de Teoria das Linguagens e Ciências da Comunicação da Universitat de València (Espanha) e Pós-doutorado em Gênero no Programa de Pós-graduação em Gênero da Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: luisfersilva679@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8318-3428>

O ativismo dos corpos como refiguração estética do espaço comum

Segundo Judith Butler (2021), a violência de gênero molda matrizes de percepção e práticas discursivas que abrangem certa visão da sociedade e do lugar atribuído aos indivíduos que a compõem. Na contramão desse processo, o feminismo, como um agente social efetivo, enquadra a compreensão acerca da violência de gênero não como resultantes de indivíduos ou instituições, apenas, mas como um legado histórico de valores culturais que operam a partir das diferenciações sexuais para reproduzir uma ordem hierárquica que submete sujeitos ao masculino, gerando uma matriz de dominação e poder que se perpetua atravessando todos os segmentos das estruturas sociais.

Assim, as formas de mobilização feminista exercem um papel de contrapoder às bases da violência de gênero, apresentando possibilidades de novos arranjos e articulações aos sujeitos em luta. Para isso, a observação e análise das transformações nos modos de exposição das ações feministas, no espaço público, passa a ser um aspecto de reflexão preponderante, porque sinaliza o direcionamento das movimentações dessas matrizes socioculturais.

Neste texto, buscamos delimitar as ações feministas em torno da reivindicação do aborto como um direito. Observarmos como imagens de protestos feministas auxiliam na visualização dos pontos de conexão entre as pautas políticas tecidos entre os países da América Latina, a partir dos diferentes conflitos encampados pelos corpos das mulheres ao longo de décadas.

O que argumentamos aqui é que as imagens de manifestações feministas não são elaboradas para catalogação documental ou registro histórico do tema, mas para (re)configuração de um signo reconhecível do ativismo atualizado pelo olhar público, trazido como elemento constituinte da experiência social do ativismo no presente. Quando observamos as fotografias de protestos em circulação, na imprensa e nas redes sociais, por exemplo, notamos o quanto está em jogo um modo específico de enquadrar e aferir sentidos e sensibilidades, segundo o tipo de disputa enunciativa vocalizada por grupos político-partidários, religiosos, jurídicos.

Nas ações feministas, pensamos que são as intensidades expressivas, elaboradas através das imagens, que indicam mudanças nas maneiras de afetar espectadores conforme o teor moral e político da agenda. Em acontecimentos ligados a pautas como o aborto legal, seguro e gratuito, a imagem reassume a centralidade das próprias ações rompendo modelos estigmatizadores e deslocando enquadres expressivos. Desse modo, os protestos por direitos reprodutivos enfatizam arranjos performativos dos corpos de meninas, mulheres e sujeitos empenhados na ação como forma extensiva da linguagem de luta, renovando a dimensão estética das imagens de protesto.

Segundo Jacques Rancière (2011, p. 2), "a estética é uma matriz de percepções e discursos que abrange um regime de pensamento, bem como uma visão da sociedade e da história"; ela designa, simultaneamente, uma forma de experiência e um regime representativo. O autor concebe a estética, portanto, não como uma teoria geral da arte que se refere aos seus efeitos sobre a sensibilidade, mas como um regime específico de identificação, isto é, um modo de articulação entre modos de fazer, sentir, ser, existir e como uma maneira de pensar sobre essas relações.

Rancière (2009) argumenta, ainda, que essa dimensão estética da política envolve também a criação de dissenso ou discordância, tornando visível o que foi excluído daquele espaço comum, construído com base em um suposto acordo. Cenas de discordância, de dissenso, então, reve-

lam aqueles “sem parte” tornando possível a criação de comunidades de compartilhamento do sensível que buscam transformar o que é percebido como fixo e imutável.

Dessa forma, a discordância não apenas revela as fissuras e os fragmentos do grande corpo social que se apoia em verdades supostamente legítimas, mas também se aproveita delas para gerar novas configurações do espaço comum, político, trazendo novas formas de ser, fazer, existir e falar para ou sobre a ordem discursiva vigente. Como destaca Salgueiro Marques (2011), a dimensão estética da política não se relaciona meramente à ordem do dito, mas aos elementos extra discursivos que ela mobiliza e que falam das diferentes divisões entre aqueles que podem fazer parte da ordem do discurso e aqueles que permanecem fora do espaço considerado comum.

Nesse sentido, quando observamos parte de uma trajetória audiovisual do ativismo feminista, sobretudo, as produções fotográficas mais recentes sobre as manifestações e protestos em prol do aborto legal, seguro e gratuito, notamos que a produção dessas imagens integra a composição visual da pauta, ou seja, é parte integrante da operação de ressonância entre experiências de violência que atravessam a reivindicação ao aborto, a fim de legitimá-la no campo da luta política. Aos relatos de vítimas servem, ao contrário, relações de solidariedade e força por direitos e reparação através de modos renovados de reivindicar espaço e aparecimento público. As formas corporificadas de protesto (Butler, 2018; Gomes 2017; 2019) reiteram que a transformação do corpo e das emoções é um recurso político atual. A produção de novas práticas visuais e comunicativas nutrem um processo contínuo de disputa de linguagens e estéticas com que se trata o tema do aborto.

Em uma de suas publicações, Butler e Athanasiou (2024, p.30), discutem que, nas imagens de corpos aliançados em ruas e praças, a força da insurgência das mulheres “reinstala sua presença de uma maneira diferente, deslocando performativamente e reconfigurando os contornos do que importa, do que aparece e do que pode ser assumido como a presença inteligível de si mesmo”. Para elas, a mirada sobre os corpos das muitas mulheres que comparecem unidas protestando ou denunciando alguma pauta é sempre um olhar em agenciamento, em ação, uma vez que as pessoas não se juntam para produzir uma aglomeração simplesmente, mas para forjar a presença de um corpo coletivo que expressa uma voz própria formulando novas visibilidades e narrativas. O corpo reconfigurado pelos vínculos promovidos pelos encontros nas ruas, através das ruas, funciona como uma espécie de tecnologia estético política que confronta os mecanismos de opressão e violência acerca das políticas de gênero que ainda moldam a esfera sexual e reprodutiva.

Na pesquisa em andamento, temos observado que as imagens de protestos e manifestações feministas associadas à pauta do aborto legal e seguro não reiteram mais um molde discursivo de isolamento e segregação das pessoas que precisam recorrer a esse tipo de procedimento (Blind review, 2024; Gomes, 2017; Vacarezza, 2024). Ainda que precisem se manter longe do escrutínio público e do assédio de grupos conservadores ou sensacionalistas, meninas e mulheres não estão submetidas ao julgamento público de outrora. Ao contrário, muitas delas usam suas histórias e seus corpos para denunciar as múltiplas violências que sofrem, incluindo a gestação forçada, como uma forma de violência estatal expressa.

Desse modo, o aborto legal passa a ser, cada vez mais, considerado uma pauta importante na discussão pública sobre quem tem a garantia de acesso às políticas de saúde sexual e reprodutiva, porque atinge, majoritariamente, meninas e mulheres latino-americanas que vivem em

situação de penúria e injustiça social. Tal prática perpetrada sentencia esses corpos à punição de uma rememoração constante da experiência violenta que degrada a vida em todas as dimensões física, emocional, afetiva e política.

Bonan *et al.* (2024), destacam que a situação de abortamento de meninas e mulheres no território brasileiro, por exemplo, precisa ser analisada sob o prisma das políticas públicas de saúde e cuidado. Isso porque, durante muitos anos, esse tema foi completamente marginalizado e excluído de qualquer contexto de direitos. No entanto, dar visibilidade às experiências de vida e histórias dessas pessoas abre brechas significativas para enquadrar o abortamento no campo das políticas de implementação de direitos por parte do estado. Revela-se, portanto, um contexto material muito mais amplo e complexo, pois aprofunda a questão da distribuição de riscos e vulnerabilidades conforme os marcadores de gênero aliados aos regionais, de raça, de classe, de etnia, geracional, em interseccionalidade; além disso, forja uma discussão sobre a implementação da justiça reprodutiva, tão necessária e escassa, ainda, no Brasil e demais países do Sul Global. Segundo as autoras, o contexto da criminalização de aborto impacta diretamente a produção de conhecimento sobre o tema.

A noção de justiça reprodutiva tem como premissa que o gozo dos direitos reprodutivos e da autonomia reprodutiva é interditado quando a sexualidade e a reprodução são vividas em situações em que confluem um conjunto de injustiças - econômicas, sociais, políticas -, discriminações e violências - racistas, étnicas, homofóbicas, transfóbicas, sexistas, classistas, entre outras (Bonan *et al.*, 2024, p.3).

Diante desse cenário, as fotografias de manifestações feministas que têm circulado entre as diferentes mídias, na atualidade, buscam retratar modos de vida e subjetividade desses corpos institucionalmente violados para serem (re)posicionados e (re)vistos na esfera pública, instituindo seu próprio espaço de cena qualificável. No presente artigo, sublinhamos que tais fotos ultrapassam um valor de registro ou de catalogação documental propomos analisar um pequeno conjunto de exemplares de uma fotorreportagem elaborada como um tipo de cobertura jornalística e documental (Baeza, 2001; Buitoni, 2011) dos protestos feministas para garantir o aborto legal e seguro como um direito, para serem colocadas em circulação como elementos simbólicos que disputam o repertório político hegemônico da narrativa e da imaginação social sobre o aborto legal, de modo a colocar em cena outros signos codificáveis de luta pelo direito à vida plena das mulheres (Gustafson, 2019; Gomes, 2017; Vacarezza, 2024).

O reconhecimento de que a reivindicação não se aplica apenas a uma, mas a todas as meninas e mulheres latino-americanas faz parte da emergência de uma política de exposição de sujeitas aliançadas ocupando, juntas, o espaço público em uma reivindicação comum que organiza outra cena de aparecimento desses corpos e vidas em precariedade, como afirma Butler (2018, p.34). Segundo a autora, essas cenas de aparecimento que se constituem a partir da exposição à precariedade não buscam reafirmar seu estado, mas partir dele para produzir mudanças nas condições de violência impostas e, assim, transformar a experiência social da injúria que perpassa esses corpos, atualizando-os em outra perspectiva. Por isso, ao se constituírem um corpo coletivo e comum às imagens, meninas e mulheres produziram uma forma de visualidade desafiadora que desestabiliza realidades e normas, considerando o direito de aparecer em cena como um enquadramento sobre a coligação de pessoas que compartilham a mesma condição de sujeição e apagamento em suas vidas cotidianas.

Os movimentos feministas e de direitos ao aborto legal na região têm investido esforços em denunciar que as mortes e prisões relacionadas são formas extremas de injustiça e violência contra as mulheres. Além de argumentos jurídicos, políticos e científicos, esses movimentos desenvolveram, muito cedo, formas de produção e ação artístico-política com forte impacto visual, chamando a atenção do público para essas questões (Vacarezza, 2024, p.2. Tradução nossa).

Esse aparecimento político comum dialoga, também, com o que Calderón (2020) chama de performatividade das imagens, considerando as “funções que a imagem possui na organização de nossa vida cotidiana, da modelagem de nosso olhar, na configuração do espaço público, tendo em vista o modo como circulam e a economia do visível que opera em sua disposição” (2022, p.11).

Calderón (2020) sustenta que a performatividade das imagens e a disposição insurgente da cena de aparecimento fazem com que a imagem seja um “operador de diferença”, permitindo operações teóricas que vão redefinir a configuração de um problema, o aparecimento de sujeitos políticos - nesse caso, das mulheres e meninas como sujeitos políticos -, e os modos de sua apreensão e consideração. Assim, a performatividade das imagens remete ao processo interativo que ela produz como meio simbólico dessa interação. A realidade social representada não existe independentemente do olhar de espectador(a), mas, a partir dele, a imagem é criada, recriada, construída, desconstruída e reconstruída no mesmo ato da sua representação simbólico-interativa.

Contudo, essas operações não são o resultado da imposição de uma forma sobre uma matéria inerte, materialidades destituídas de agência. Não se trata de afirmar que a matéria da imagem em si pode produzir novas configurações, mas de reconhecer que ela entra, junto a outros elementos, na composição de uma topologia do sensível capaz de alterar previsibilidades e configurações estabilizadas de espaço, tempo e capacidades de agência (Calderón, 2020).

Quando ligadas ao aborto como um problema social, mulheres e meninas passam a ser diretamente afetadas. A imagem é, como explicamos acima, esse elemento simbólico que induz a processos reflexivos, de performatividade dos sujeitos que interagem entre si e com as materialidades pela sua dinâmica comunicativa e interacional.

Da mesma forma, as imagens fotográficas integram processos de relação entre indivíduos e formas, reorganizando e questionando as disposições materiais e alterando as superfícies que envolvem processos formativos das condições de acolhida da alteridade (Calderón, 2020, p.34). Assim, analisamos esse processo a partir das fotografias de Lucía Prieto; ativista, nascida em 1984, em Buenos Aires, cuja produção é caracterizada pela linguagem híbrida, mesclando o documental, o jornalístico e o artístico sempre destacando as movimentações coletivas. Suas fotografias de rua são reconhecidas em âmbito internacional, compondo mostras, exposições, materiais de imprensa, mas, sobretudo veículos de comunicação especializados em pautas feministas.

Conhecida por um estilo de *street photo* ativista, Prieto tem destacado como o espaço público adquire um teor político particular quando animado por protestos e manifestações, de modo que a rua passa a ser um elemento constitutivo da cena ativista. Observamos que, ao mesmo tempo em que as ações em torno do aborto legal, seguro e gratuito foram construídas como uma pauta relevante na agenda dos direitos sexuais e reprodutivos, na Argentina, as fotos de suas reivindicações e protestos constituíram uma imagem atualizada da luta feminista que se expandiu pelo território latino-americano. O uso dos *pañuelos verdes*, por exemplo, represen-

tando um ícone da luta pelo aborto legal e seguro na região é frequente nas ações e nas fotos reiterando a marcação de signos visuais como codificadores de enunciados.

Juntas pelas ruas: a narrativa política na fotografia de Lucía Prieto

Em 10 de agosto de 2018, a Revista Anfíbia, publicação argentina feminista, dedicou seu número à crítica da votação do Senado contra a legalização do aborto legal, seguro e gratuito no país. Na época, as manifestações em favor do aborto já eram recorrentes na Argentina e, a cada nova votação, a presença massiva de mulheres nas ruas contava como um fator decisivo de pressão aos parlamentares.

Na edição, o texto de reportagem é assinado pela professora e pesquisadora Verónica Gago (2020), acompanhado por sete fotografias assinadas por Lucía Prieto, compondo um pequeno ensaio artístico-documental sobre as recorrentes manifestações de rua realizadas em diferentes cidades argentinas, entre outubro de 2016 e março de 2018. Vistas em contínuo, no jogo da montagem entre textos, a disposição das imagens não ilustra as informações, mas oferece uma nova camada à leitura, acentuando expressividade e sensibilidade aos momentos registrados. As fotos, no entanto, não se valem apenas pelo registro, mas nutrem uma dinâmica de ocupação feminista que se traduz em ações coordenadas e articuladas entre uma agenda comum e uma força que se experimenta corporal nos espaços conflituosos de rua. Da pequena série da reportagem, destacamos, neste texto, duas fotos que nos parecem emblemáticas. Logo na abertura, Figura 1, a primeira grande foto ocupa toda a porção superior da tela, seguida do título e da legenda.

Figura 1



Fonte: Lucía Prieto, 2018. Disponível em <https://www.revistaanfibia.com/nos-tienen-miedo/>
Acesso em 13 agosto 2025.

Como uma declaração inicial do protesto, a imagem é realizada em câmera alta, em um ângulo *plongée*, colocando, em foco, os rostos pintados de verde e roxo e o lenço verde, o *pañuelo* - símbolo da pauta - envolto aos pescoços de um grupo de mulheres unidas no protesto. De início, o olhar da câmera, mesmo que posicionado acima das cabeças, não parece minimizar a junção das mulheres, mas vai tornando-a mais indiscriminada conforme avançamos ao segundo plano, ao fundo da imagem. Assim, mesmo vistas de cima para baixo, notamos que o ângulo e o plano funcionam para que o olhar busque a relação entre os rostos desfocados do plano anterior e os rostos destacados do plano posterior, mais próximo ao olhar.

Esse jogo entre angulação e plano produz um efeito de “vai e vem” dos olhos em relação aos rostos das mulheres que, mesmo diferentes, replicam as semelhanças em sua proximidade. Todas elas foram captadas no momento de uma entoação de grito festivo ou mesmo de uma canção que faz com que sejam vistas com as bocas abertas, sorrindo, em uma nítida expressão coletiva de alegria e festividade. O sentido de união que vemos não ocorre pela aglomeração de pessoas diferentes em um mesmo espaço, mas pela sensação de efervescência e vivacidade que parece ir se alastrando em cada rosto conforme avançamos os planos pelo olhar.

Pelas fotos, também notamos que há certa jovialidade e um aspecto de alegria nesse tipo de convivialidade efêmera advinda dos encontros nas ruas. Pesquisadoras como Gomes (2017) e Vacarezza (2024), têm assinalado a importância de compreender o papel das sensibilidades e emoções nos protestos feministas. Para elas, a reformulação da presença dos corpos de mulheres nos espaços públicos ativa outro processo de apropriação desses locais que, historicamente, representavam interdição, medo, insegurança, ameaça e, portanto, relacionados às emoções opressivas e/ou depressivas. Contrariamente, hoje as ações públicas feministas buscam desmobilizar essa relação recompondo a presença dos corpos por afetos e sensibilidades diferenciadas. Assim, uma caminhada, uma marcha, uma passeata, cada qual apresenta um conjunto de gestos, cores, movimentos e ritmos através do qual se empenham corpos aliados para atuar por outra linguagem performativa, também política.

Assim como os discursos e as práticas corporais, a chave emocional de um protesto não é casual, mas resultado de um trabalho de seleção e modulação de um repertório afetivo como algo central para manejar as intensidades expressivas das ações feministas (Gomes, 2017, p. 234).

O texto destaca, enfim, que o protesto contou com muitas caravanas de mulheres provenientes das cidades do interior do país e que foram registradas em uma participação massiva nas ruas de Buenos Aires, mesmo em um dia de frio e chuva.

Nas fotos subsequentes que compõem a edição, observamos que Prieto passa a destacar o *close up* nos retratos e o ângulo contra *plongée* para demarcar uma relação de proximidade e encontro com as mulheres em destaque. Nas fotografias da reportagem, o que se destacam são os traços singulares dessas mulheres expressos nas particularidades de um modo de sorrir, de um olhar discreto, de um toque de mão ou de uma contração do rosto que faz a língua saltar da boca enquanto grita, como na Figura 2.

Figura 2



Fonte: Lucía Prieto, 2018. Disponível em <https://www.revistaanfibia.com/nos-tienen-miedo/>
Acesso em 13 agosto 2025.

Ao deslizar o olhar pelas fotos, de cima abaixo, nos damos conta de que Prieto monta uma espécie de pequena série narrativa de rostos distintos que exprime as diferenças que unem tantas pessoas em prol de uma mesma pauta. Ainda que, nas fotos dessa reportagem, haja predominância de um tipo físico semelhante de mulheres, o trabalho de Prieto não se reduz a um estereótipo de gênero, sobretudo se observarmos outras produções ligadas às questões socioambientais da região. Neste ensaio, contudo, destaca-se um perfil jovem, branco, urbano e de classe média que não pode ser necessariamente assumido em reduções imediatistas, mas observado como mais um grupo comumente visto em grandes cidades ou capitais; seja Buenos Aires, São Paulo, Bogotá. Em nossa perspectiva, sublinhamos ainda mais esse aspecto da integração coletiva das diferentes mulheres elaborado através das imagens de manifestações, a fim de ressaltar como as singularidades não são subsumidas quando associadas ao corpo coletivo em luta. Assim, diante do *corpus* empírico aqui observado, optamos por utilizar o termo mulher ou meninas indistintamente, porém, atentas para a importância das diferentes identidades de gênero que conforma as manifestações e os próprios grupos coletivos feministas.

Na relação com o texto da reportagem entendemos que as decisões legislativas acerca da legalização pelo aborto legal, seguro e gratuito, naquele país, marcam a vida e o futuro de todas e cada uma dessas meninas e mulheres. Ao final, na última foto, prevalece a mão fêmea, indistinta, que simboliza a força do coletivo, segurando e elevando o bastão de fumaça verde, típico do protesto feminista.

Nas fotografias de Lucía Prieto, observamos a proposição de negociações entre valores e sensibilidades que visa compor um quadro legítimo de luta e reconhecimento pelos direitos sexuais e reprodutivos capaz de tensionar a imaginação social cotidiana.

A partir da reflexão desenvolvida por Calderón (2020; 2022; 2023), compreendemos que a imagem associa operações de disposição, de deslocamento e de interrupção da maneira usual como o regime de visibilidade neoliberal reafirma hierarquias e desigualdades nos modos de aparecimento dos sujeitos e de suas formas de vida. Desse modo, buscamos evidenciar a forma como as imagens fotográficas funcionam para produzir arranjos e intervalos narrativos que reorganizam as relações entre sujeitos, de modo a desestabilizar as redes conceituais que dão legibilidade e inteligibilidade ao que vemos (Calderón, 2020).

“Porque conocemos ese método de rebajarnos y desconocernos y porque contra eso hemos construido ese grito común que dice ‘ahora que sí nos ven,’ no vamos a permitir que nos invisibilicen otra vez. De la garganta, de repetir ese grito convencidas, también viene nuestra furia”, destaca a reportagem da Revista Anfíbia. Ao fotografar as manifestações de rua, Prieto põe em cena a união dos corpos das mulheres ocupando o espaço público para que sua voz coletiva seja ouvida, para que seu encontro seja visto e que recobre um valor político social às memórias de lutas pelo aborto como um direito ao próprio corpo. Trata-se de outro modo de narrar a demanda comum pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, o trabalho das imagens em Prieto não é traduzir o sensível em um sentido que possa ser entendido racionalmente, mas preservá-lo em sua potência imaginativa e narrativa, de modo a sequenciar outra forma de ver, outra maneira de contar acerca da ação feminista pelo aborto legal e seguro. E essa outra forma afeta, envolve as espectadoras e espectadores das imagens, induzem a repensar ou reelaborar aspectos da narrativa existente usual da realidade (BLIND REVIEW, 2024). Nesse caso, a relação entre imagem e corpo requer a criação de uma zona de indeterminação e de jogo entre operações que desorganizam o que está dado, interferindo simbolicamente e, materialmente, na composição de outras maneiras de experimentar o tempo, o espaço, os objetos, os corpos e as memórias.

Referências

- BAEZA, P. **Por una función crítica de la Fotografía de Prensa**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2001.
- BONAN, C. et al. Itinerários de cuidado à saúde de mulheres em situações de abortamento: aspectos metodológicos do estudo qualitativo da pesquisa Nascer no Brasil II. **Cadernos de Saúde Pública**. 40 (4), 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/s7hgQjbPZXrmWqQyMztqCTR/?format=html&lang=pt> Acesso em 08 novembro 2025.
- BIONDI, Angie; RADL-PHILIPP, R. M. Nem presa, nem morta: visualidades do ativismo feminista como carrossel de telas no Instagram. **Comunicação, Mídia e Consumo** (ONLINE), v. 21, p. 391-415, 2024.
- BUITONI, D. **Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, J. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BUTLER, J; ATHANASIOU, A. **Desposseção: o performativo na política**. São Paulo: Unesp, 2024.
- CALDERÓN, A. S. **La performatividad de las imágenes**. Madrid: Ediciones Metales Pesados, 2020.
- CALDERÓN, A. S. **Imágenes que resisten**. Ayuntamiento de Barcelona: Instituto de Cultura La Virreina, 2023.
- CALDERÓN, A. S. **Imaginación Material**. Santiago de Chile: Ediciones Metales Pesados, 2022.
- GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GOMES, C. C. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 231-255, 2017.

GOMES, C. C. Imágenes, afectos y narrativas de aborto: un relato del I Simposio de Arte, Política y Feminismo en Córdoba. Etcétera - **Revista del área de Ciencias Sociales del Ciffyh**, v. 5, p. 1-10, 2019. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9139082> Acesso em: 19 ago. 2024.

GUSTAFSON, J. **Jornalistas e feministas**. A construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

JELIN, E. **La lucha por el pasado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2024.

JELIN, E. **Las tramas del tiempo**. Familia, género, memorias, derechos y movimientos Sociales. In: CATELA, L. Da S.; CERRUTI, M.; PEREYRA, S. (Orgs.). Elizabeth Jelin. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

RADL PHILIPP, RITA M. Novos meios tecnológicos da comunicação, gênero e a função ideologicamente regressiva da mídia. In: LUCI MARA BERTONI, LUCIANA CRISTINA SALVATTI COUTINHO, RÉGIS HENRIQUE DOS REIS SILVA (Orgs.). **Ciência, educação e lutas de classes**: desafios e perspectivas de resistência. Minas Gerais Uberlândia: Navegando Publicações, p. 245-262, 2024.

RANCIÈRE, J. **El reparto de lo sensible**. Estética y Política. Santiago de Chile: LOM ediciones, 2009.

RANCIÈRE, J. **O que significa estética**. Ymago Project. 2011.

SALGUEIRO, Â. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Revista Galáxia**. 22, p. 25 – 39. 2011. São Paulo. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/7047>

VACAREZZA, N. Affects, mourning and justice in visual productions about women's incarceration and deaths for abortion in Latin America. In: **Anais do 13º. Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11**. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, p.1-11, 2024.

DISSIDÊNCIAS EM INTERSECÇÃO: LESBIANIDADE E TRANSEXUALIDADE EM EMILIA PÉREZ¹

*DISSIDENCES IN INTERSECTION: LESBIANITY
AND TRANSSEXUALITY IN EMILIA PÉREZ*

PAULA SILVEIRA-BARBOSA²

RAABE BASTOS³

DAYANE DO CARMO BARRETOS⁴

RESUMO

Neste artigo, refletimos sobre o relacionamento lésbico entre uma mulher cis e uma mulher trans no filme *Emilia Pérez*, que evidencia a intersecção entre dissidências de gênero e de sexualidade. Compreendemos que a obra, que levantou críticas com relação à forma estereotipada com que retratou o contexto mexicano e o processo de afirmação de gênero pelo qual a personagem principal passou, permite um debate produtivo sobre os modos com que a lesbianidade aparece em produções audiovisuais. Para tanto, acionamos um arcabouço conceitual de estudos de gênero e sexualidades, em especial voltado às lesbianidades e apresentamos as reflexões propostas a partir de três eixos centrais: a relação lésbica para além do sofrimento, as representações audiovisuais, no cinema e na pornografia, das identidades trans e lésbicas e a representação do processo de afirmação de gênero.

Palavras-chave: *Emilia Pérez*; lesbianidades; transexualidades; dissidências de gênero e sexualidade.

ABSTRACT

In this article, we reflect on the lesbian relationship between a cis woman and a trans woman in the film Emilia Pérez, which highlights the intersection between gender and sexual dissidences. We understand that the film — which has been criticized for its stereotypical portrayal of the Mexican context and of the main character's gender affirmation process — allows for a productive debate on the ways lesbian identities are represented in audiovisual productions. To that end, we draw on a conceptual framework from gender and sexuality studies, particularly those focused on lesbianities, and we present our reflections through three main axes: the lesbian relationship beyond suffering; audiovisual representations, in cinema and pornography, of trans and lesbian identities; and the representation of the gender affirmation process.

Keywords: *Emilia Pérez*; lesbianities; transsexualities; gender and sexuality dissidences.

- 1 Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) pelo apoio ao projeto APQ-02813-24 e também à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- 2 Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Bolsista CNPq. <https://orcid.org/0000-0003-2012-4978>.
- 3 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Bolsista Capes. <https://orcid.org/0009-0003-1911-0699>.
- 4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Subcoordenadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). <https://orcid.org/0000-0002-1947-4439>.

Introdução

Dirigido pelo francês Jacques Audiard, *Emilia Pérez* venceu 126 prêmios, incluindo duas categorias do Oscar em 2025. Neste, recebeu 13 indicações, tornando-se o filme não falado em inglês com mais indicações da história da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas⁵. O longa também foi agraciado em diferentes categorias do Globo de Ouro, Festival de Cannes, Goya, BAFTA e César - prêmio mais importante do cinema francófono, onde levou sete estatuetas. A validação das premiações, porém, não coincidiu com a percepção do público, particularmente em países latino-americanos. No México, onde a trama se passa, espectadores exigiram reembolso de uma rede de cinema que ofereceu 'garantia de satisfação'. Claudia Sheinbaum, presidente do México, criticou o filme em uma de suas coletivas de imprensa matinais e afirmou que era hora de o país ser "reconhecido por sua história, sua cultura, suas tradições"⁶.

O filme acompanha a saga de Emília (Karla Sofía Gascón), que antes de se reconhecer como mulher, atendia pela alcunha de Manitas, um temido narcotraficante mexicano. Seu poderio era mantido por um esquema de tráfico internacional de drogas, além de um arsenal frequentemente utilizado contra seus inimigos. Já o arranjo familiar de Manitas era composto pela esposa Jessi (Selenia Gomez) e por dois filhos.

Ao decidir pela transição de gênero, o personagem também abandona o crime. Para isso, propõe à Rita (Zoë Saldaña), uma advogada competente, mas desiludida com o mercado de trabalho, que ela faça a intermediação com médicos e profissionais de saúde para que a transição ocorra em segredo. Além disso, os personagens se unem para forjar a morte de Manitas, sem que Jessi e as crianças saibam. Para se manter por perto, Emília surge como irmã do "falecido" criminoso, disposta a oferecer apoio emocional e financeiro à família. Nessa nova vida, ela se volta para o apaziguamento dos danos causados pelos crimes que antes praticava. Assim, funda uma organização não-governamental (ONG) para assistir famílias de pessoas desaparecidas ou mortas pelo narcotráfico, seja com a busca e reconhecimento de corpos, seja com a reparação dessas perdas.

Desde a estreia de *Emilia Pérez*, muitas análises críticas problematizaram a representação de aspectos como identidade de gênero e cultura mexicana. Assim como em outras produções do cinema *mainstream*, especialmente aquelas com cadeia produtiva no norte global, o México é retratado como palco de disputas violentas relacionadas ao narcotráfico, além de contar com uma população predominantemente empobrecida e suscetível a se tornar subserviente a líderes populares.

No que se refere à identidade de gênero, o filme expressa uma visão antiquada sobre o processo de transição, reduzindo-o a operações estéticas e a categorias binárias – o que tem sido amplamente refutado pelos estudos transfeministas e queer há alguns anos (Butler, 2022).

Embora essas questões tenham fomentado uma série de críticas – muitas das quais nós endossamos - observamos que pouco ou nada foi dito sobre a relação entre Emilia e Epifanía, que estabelecem uma relação romântica e sexual. Como pesquisadoras que se reconhecem nas lesbianidades e também fazem delas tema de estudo, esse aspecto do filme nos chamou par-

5 Informação recuperada de: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/01/23/Emilia-perez-quebra-recorde-de-indicacoes-ao-oscar-para-um-filme-de-lingua-nao-inglesa-veja-as-categorias.ghtml>. Acesso em 25 set. 2025.

6 Conforme noticiado em O Globo: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/01/30/Emilia-perez-no-olho-do-furacao-espectadores-indignados-no-mexico-exigem-reembolso-apos-assistir-ao-filme.ghtml>. Acesso em 25 set. 2025

ticular atenção. Afinal, essas relações, sobretudo envolvendo uma mulher cis e outra trans não são muito exploradas em produções midiáticas e, conseqüentemente, estão menos presentes no imaginário social. Ao discutir os amores possíveis para pessoas trans, a travesti e doutora em Teoria e Crítica Literária, Amara Moira (2023), afirma:

Lésbica, gay, e bi, o famoso LGB, mas também o H, são rótulos que não cabem pra nós, pessoas trans, são rótulos para pessoas cis, para relacionamentos entre pessoas cis [...]. Quem se permite sentir atração por nós, nossos corpos, existências? T-lovers, travequeiros, gente que só assume nos desejar na calada da noite, longe dos olhares públicos. É necessário “desconstruir-se” para ser capaz de gostar de gente como nós, é necessário coragem para nos tratar como gente (Moira, 2023, p. 130).

Em *Emilia Pérez*, exatamente por uma mulher trans exercer uma identidade lésbica, numa representação em que a protagonista não precisa discutir sua identidade de gênero com a parceira, e a própria existência de desejo entre mulheres não ser vista pelo casal como motivo de sofrimento ensejaram nosso interesse pela obra. Dessa forma, propomos um novo olhar sobre o longa, atento aos afetos, mas também às interseccionalidades em disputa, mobilizando diferentes marcadores sociais presentes no filme.

Nesse movimento, somos orientadas por uma ética feminista capaz de ir além dos maniqueísmos. Considerando a mídia como campo de disputa e também como detentora de papel pedagógico no dispositivo da sexualidade (Ziller; Barretos; Xavier, 2023), reconhecemos as contradições da obra, mas indicamos eventuais rupturas, sobretudo nos âmbitos de gênero e sexualidade. Nesse sentido, retomamos Donna Haraway, para quem “ficar com o problema requer estabelecer parentescos estranhos; isto é, precisamos uns dos outros em colaborações e combinações inesperadas” (2023, p. 17).

Ainda que possa ser tentador relegar ao ostracismo as representações audiovisuais que não coadunam com nossas visões de mundo, acreditamos que o impacto de obras como *Emilia Pérez* não deve ser subestimado. Em produções independentes, especialmente em países do sul global, perspectivas menos estereotipadas e mais críticas da realidade tendem a ser mais exploradas. Apesar disso, as lógicas de distribuição do cinema e de plataformas de *streaming* mais conhecidas não são favoráveis a elas. De modo que a incidência sobre o imaginário social ainda é fortemente impactada pelo que se produz no cinema *mainstream*, o que justifica nossa proposta.

Os debates em torno da relação sexo-gênero e sexualidade evidenciam como discursos regulatórios sobre os corpos são produzidos a fim de reforçar e contribuir para a manutenção de regimes normativos, como no caso da cisheteronormatividade. É importante destacar, de saída, que a maioria das autorias aqui mobilizadas tratam ora de questões relacionadas mais especificamente ao gênero e ora às sexualidades, contudo, partimos da perspectiva de que a heterossexualidade é um componente central da própria configuração do gênero, conforme nos dizem Wittig (2022) e Rubin (2018). Portanto, a reflexão aqui proposta atrela gênero e sexualidades ao tratar da heteronormatividade, aspectos que se entrelaçam também no filme analisado.

Teresa de Lauretis (2019) destaca a importância da noção de representação quando se trata do gênero. Segundo a autora, o gênero é, ao mesmo tempo, representação e autorrepresentação, produto de tecnologias sociais diversas, entre elas, o cinema. A perspectiva da autora nos ajuda a entender como as representações midiáticas sobre o gênero o constituem. Seguindo

essa mesma linha, podemos considerar que é possível também produzir representações de gênero que estejam em contraste com as prescrições normativas de gênero, que proponham outras formas de exercê-lo. Butler (2019) também nos auxilia nessa compreensão, ao propor que há ficções regulatórias do gênero. Para Butler (2019, p. 216) “as pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos”, por meio da “materialização contínua e incessante de possibilidades”.

Ainda sobre este tópico, é pertinente retomar Guacira Lopes Louro (2019), para quem a sexualidade é construída por todos os sujeitos durante toda a vida, de várias formas. A autora propõe uma discussão sobre pedagogia da sexualidade, que estaria relacionada à dimensão disciplinar no que se refere aos corpos. Desse modo, a classificação dos sujeitos seria uma forma de criar divisões e atribuir rótulos a fim de fixar as identidades. Contudo, “na medida em que várias identidades – gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais, travestis – emergem publicamente, elas também acabam por evidenciar, de forma muito concreta, a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais” (Louro, 2019, p. 39). A partir da reflexão da autora, podemos inferir que as aparições públicas das identidades dissidentes são potencializadas pelas produções midiáticas, contribuindo para a disseminação de representações outras sobre identidades – mais fluidas, menos fixas, mais complexas.

Paul B. Preciado (2023), com sua noção de regime farmacopornográfico, também nos ajuda a articular as tecnologias que se voltam ao corpo e às representações sobre os corpos no cinema. A importância de representações presentes em fotografias, no cinema, na televisão e na internet, por exemplo, se dá também devido à alta penetrabilidade no cotidiano que as imagens e sentidos que circulam nessas ambiências possuem. Segundo Preciado (2023), é nesse laboratório sexopolítico, composto tanto pelo que se infiltra em nossos corpos, como pelos modos com que eles são midiaticamente representados, que os gêneros são produzidos, transformando o corpo em um reduto onde as transações de poder são realizadas.

Dessa forma, em diálogo com os Estudos Feministas, Lésbicos e Queer, propomos mobilizar o filme *Emilia Pérez*, conduzindo uma discussão a partir de três aspectos: a relação entre dissidência sexual e de gênero com o sofrimento, os afetos entre personagens lésbicas e os processos de ruptura e afirmação de gênero apresentados. Nosso objetivo é responder como a obra reitera, mas também tensiona as representações audiovisuais em lesbianidades e transexualidades, de forma interseccional, e impacta o imaginário social sobre essas questões.

Quando a dissidência não é só sofrimento

A partir de uma abordagem foucaultiana (1988), compreendemos que a norma não apenas proíbe, mas também produz, tanto o desejável, como o indesejável, por consequência. Não há como haver um sem o outro. Além disso, a própria proibição faz aparecer a coisa proibida, a torna visível, faz dela uma possibilidade real. Sendo assim, o papel pedagógico das produções midiáticas não consiste apenas no reforço dos modos de vida normativos como, por exemplo, das formas desejáveis de ser homem e mulher (evidentemente cisgênero e heterossexuais), ou no apagamento de experiências dissidentes, mas também nos modos em que a dissidência aparece. Assim, ao mesmo tempo em que as possibilidades de ser mulher veiculadas pelas mídias tradicionais não se resumem a essas constituições normativas, também é notável que

as mulheres dóceis à norma de gênero são a imensa maioria das que ganham espaço nas produções midiáticas.

A chamada síndrome da lésbica morta, por exemplo, não opera a partir do apagamento, mas da dimensão disciplinar e punitiva. Segundo o site estadunidense *Autostraddle*⁷, 225 lésbicas e bissexuais morreram em séries audiovisuais em 2016. Se, nas poucas produções com personagens lésbicas, elas morrem no final, há aqui um recado muito evidente: se você for lésbica é muito possível que você morra jovem e em sofrimento.

Nesse sentido, ao superarmos a denúncia da invisibilização e partirmos para uma reflexão que investiga as formas com que sujeitos dissidentes aparecem em produções midiáticas, como no filme em análise, é possível perceber as nuances pedagógicas da normatividade – e também as resistências, presentes em obras ficcionais que abordam questões de gênero e sexualidade, especialmente aquelas em que tais questões são centrais.

Conforme apontamos anteriormente, imaginários de sofrimento e morte são comumente acionados em produções midiáticas sobre lesbianidades. A violência é, portanto, mobilizada a fim de dar contornos específicos às experiências lésbicas, com um porte potencial pedagógico. Sendo assim, cenas em que tais aspectos não estão presentes, apresentam um movimento na contramão desse modelo disciplinar normativo: visibilizam experiências de vida e da dissidência como parte da vida social e do cotidiano, de forma naturalizada. É o que ocorre com o relacionamento lésbico da trama de *Emilia Pérez*.

Tudo começa quando Emilia está no escritório de sua ONG e recebe Epifanía (Adriana Paz), que está muito tensa e quer saber onde está o seu marido. Ao descobrir que ele está morto, tem uma reação que Emilia interpreta como tristeza. As duas se aproximam da janela e Epifanía explica que sofria violências diversas perpetradas pelo marido e que, por isso, quando recebeu a notificação sobre ele ter sido encontrado pela ONG sentiu medo, a ponto de ir armada com uma faca para a reunião, caso o encontrasse. Epifanía vai embora e, quando está descendo pelas escadas rolantes, que possuem vista para a janela do escritório onde está Emilia, mostra a faca que guardava na bolsa e sorri. Emilia mostra a arma que carregava e pergunta se elas podem se ver de novo.

A cena seguinte mostra Emilia entrando em uma cozinha, que está iluminada parcialmente, com a luz do sol aumentando enquanto Emilia busca utensílios nos armários. Em seguida, Epifanía entra na cozinha e percebemos que elas passaram a noite juntas. Epifanía senta no colo de Emilia, elas se beijam e depois se abraçam carinhosamente. Epifanía pergunta se podem se ver novamente, Emilia sorri e pergunta se ela quer. Ambas concordam que querem e a câmera se afasta.

Essa abordagem se coloca como uma inovação, na medida em que rompe com a tendência de representações de lésbicas que, mesmo em relacionamentos apaixonados, demonstram afeto de forma comedida, além de parecerem desinteressadas em sexo (Bastos; Alves, 2025). Esse suposto desinteresse, destacamos, tem sido usado historicamente para desqualificar relações entre mulheres, reforçando que seus vínculos não seriam tão interessantes e prazerosos e nem mesmo possíveis de se concretizar (Ziller; Barretos, 2020).

7 Disponível em <https://www.autostraddle.com/all-65-dead-lesbian-and-bisexual-characters-on-tv-and-how-they-died-312315/>. Acesso em: 20 set. 2025.

Em um levantamento sobre telenovelas brasileiras, mas que indica também pistas de como grandes meios de comunicação constroem sentidos sobre lesbianidades, Bastos e Alves (2025) apontam a persistência de representações de casais compostos por mulheres brancas, jovens, de situação financeira estável, sem deficiência e monogâmicas. Nesse aspecto, *Emilia* também subverte uma tendência, ao apresentar como casal duas mulheres não-brancas, sendo uma delas pertencente a classes populares (Epifanía)⁸.

O encontro e a relação que dele decorrem não se inserem em um contexto de sofrimento e violência direcionado às dissidências, pelo contrário, nos parece um respiro de normalidade na vida conturbada de Emilia. Ao final do filme, após a morte da protagonista, Epifanía lidera um cortejo em sua homenagem. Aqui vale destacar que, por mais que a personagem morra e possa ser adicionada aos números de lésbicas que morrem no audiovisual, a morte não está nem indiretamente relacionada ao relacionamento lésbico, tampouco à dissidência de gênero de Emilia. Tais aspectos compõem a identidade da personagem e a dissidência de gênero é parte fundamental da trama da obra, porém, não são diretamente a causa da sua morte. Trata-se, portanto, de uma abordagem que não se esgota na dimensão da dissidência, no caso do relacionamento, ela não é sequer uma questão.

Além disso, essa abordagem provoca uma ruptura em representações fílmicas cuja a “saída do armário”, seja como pessoa trans ou como sujeito não-heterossexual, tende a ser amplamente explorada, mesmo por diretores e roteiristas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+. Para ilustrar essa questão, recorremos a um estudo qualitativo conduzido pela BBC, em 2018, para aferir a percepção do público sobre produções audiovisuais e o tratamento de questões de gênero, sexualidade, raça, idade e capacidade (Vir; Hall; Foye, 2018).

Os espectadores ouvidos criticaram o foco em narrativas marcadas por trauma e sofrimento e a ausência de representações em que as descobertas de gênero e sexualidade são tratadas de forma natural e sem tanta centralidade na trama. Dois homens trans, ouvidos pela pesquisa, também apontaram como problemática a tendência em discutir temas como cirurgias e problemas de saúde mental na representação audiovisual de pessoas trans, desconsiderando outros aspectos.

Outro amor entre mulheres

A constituição das representações audiovisuais do sexo, do desejo e das identidades dissidentes é um campo de disputas simbólicas (Preciado, 2023). Desde a consolidação do cinema como linguagem, os mecanismos de visibilidade e censura operam não somente como estratégias estéticas, mas como dispositivos normativos que regulam aquilo que pode ser exibido, desejado e legitimado (Parreiras, 2012).

Emilia Pérez (2024), ao exibir uma relação afetiva-sexual entre uma mulher trans e outra cis que rompe com a cisheteronormatividade, participa da negociação entre visibilidade, prazer e poder. Ao apresentar uma história em que o foco não está nas violências que sofrem esses corpos, ele pode ser lido como um filme que faz parte da tradição cinematográfica que, desde

8 Optamos pelo uso dessa expressão, pois entendemos que cada território tem dinâmicas próprias de identificação racial. Assim, um enquadramento das personagens como “negras”, por exemplo, poderia destoar da percepção corrente no México, onde o filme se passa e de onde são as personagens.

os anos 1960, vem deslocando o sexo, em todos os seus sentidos, do *off scene* para o *on scene*, revelando e, ao mesmo tempo, dissimulando aspectos da sexualidade em tela (Williams, 2012).

Em contraponto, no Pornhub, maior plataforma autodenominada pornográfica do mundo, existe uma categoria nomeada "Vídeos Pornôs Com Trans e Cis" que contém milhares de vídeos em que são exibidas cenas de transa entre pessoas cis e trans, sendo essas portadoras de vulva ou pênis. Vinculada a essa categoria, aparecem outras, como a "lésbica"⁹, que particularmente nos interessa. Nesse caso do pornô, há um certo viés de fetichismo e violência direcionados às relações entre as identidades citadas. Ao buscarmos no Pornhub por "trans cis lésbica", os cinco principais títulos apresentados foram "Aprendizes lésbicas trans e cis fazem sexo em grupo selvagem no retiro de enfermeiras de prestígio!", "Cis lésbica anseia por ser duplamente penetrada por suas 2 melhores amigas trans Hot Jade Venus e Izzy Wilde", "Duas Trans do Pau Grande Gozando Nos Peitos das Gostosas Lésbicas", "Instrutora de ioga trans usa a cis enquanto outros tentam relaxar" e "Enfermeiras lésbicas trans e cis inter-raciais têm orgia bareback insana", sendo esses os "mais relevantes"¹⁰. Todos esses vídeos citados têm mais de um milhão de visualizações, cerca de cem comentários cada e mais de 80% de aprovação do público.

Consideramos a pornografia forma legítima de representação sexual, mas seu modelo hegemônico, como o difundido no Pornhub, frequentemente opera em lógica cisheteronormativa e mercadológica na produção do desejo. Temos um regime contemporâneo do sexo atravessado por dispositivos tecnopolíticos que capturam, administram e reproduzem gêneros, sexualidades e prazeres a partir de uma matriz farmacopornográfica (Preciado, 2023). A pornografia *mainsstream* participa ativamente da codificação do corpo, moldando fantasias e afetos conforme os imperativos de consumo e visibilidade (Preciado, 2023).

No caso específico das representações envolvendo pessoas trans, observa-se uma tendência reiterada à fetichização e à exotização, em que tais corpos são inscritos como aberrações desejáveis e simultaneamente hipervisibilizados. Aqui, há um paradoxo: embora o pornô possa constituir um espaço de liberdade imaginativa e expressão sexual, sua prática limita frequentemente a potência representacional de corpos dissidentes, reproduzindo regimes normativos de prazer.

Uma das características da sociedade contemporânea é que o drama se tornou parte do cotidiano, fazendo o ato de assistir simulações dramáticas uma parte essencial de nosso padrão cultural moderno, onde as imagens em movimento são a educação sexual que muitas pessoas irão receber (Williams, 2012). Essa pedagogia, no cinema ou na pornografia, é mais do que aprender a fazer: ainda que nunca tenhamos transado, podemos apreciar e a gostar de certas práticas sexuais e de excitações diversas, são construções a partir da observação de contatos mediados, dos olhares à penetração, sejam esses de ordens dóceis ou selvagens, entendemos que as imagens são e produzem relações sociais (Williams, 2012).

O entendimento dos filmes depende de fazermos sentido deles, observando que o que sentimos em relação aos filmes, carnalmente falando, não é levado a maiores elaborações, "caracterizando o cinema como uma série de relações incorporadas – modos de ver e ouvir

9 Os dados coletados da plataforma Pornhub, os quais estão citados nesse artigo, fazem parte de uma pesquisa maior, em nível de mestrado, ainda em andamento, conduzida por Raabe Bastos.

10 Quando buscamos por algo no Pornhub, recebemos cinco opções de segmentação dos resultados: *Mais relevantes*, quando é feita uma média entre as visualizações, o tempo em que o usuário assistiu ao material, a quantidade de curtidas e os comentários; *Mais recentes*, em que os vídeos são apresentados em ordem de indexação, dos mais recentes aos mais 87 antigos; *Mais vistos*, postos de forma decrescente, considerando somente as visualizações; *Melhor avaliados*, mostrando em organização dos mais aos menos curtidos; e *Maiores*, sendo os que têm maior tempo de vídeo. Optamos pelos mais relevantes por entendermos que essa separação nos traz um retrato dos desejos e ansiedades deste tempo.

mediados, e de um movimento reflexivo que são o próprio fundamento da sua expressividade” (Williams, 2012, p. 42). Ao assistir um filme, “o fato de que pode assistir, mas não pode também tocar, cheirar e experimentar significa que a trajetória intencional de seu corpo” (Williams, 2012, p. 42), no ricochete da tela, seu corpo se volta ao ser carnal para tocar a si mesma tocando, cheirando, chorando e sentindo a si mesma, percebendo a própria sensualidade (Williams, 2012).

O longa *Emilia Pérez* (2024), ao apresentar uma relação entre mulheres, sendo Emilia uma mulher trans, e Epifanía, uma mulher cis, sem que transfobia ou lesbofobia estejam no centro dessa relação, indica outras possibilidades para pensarmos essas representações no audiovisual, e mais precisamente, no cinema. Assim, o filme tensiona as fronteiras normativas do desejo e da identidade, alinhando-se à lógica da imaginação explícita, em que o corpo brinca com as imagens em tela (Williams, 2012). A relação é retratada deslocando o foco do debate unicamente sobre a identidade trans, afirmando a naturalidade dessa vivência no espectro das relações sociais. Essa escolha narrativa contribui para normalizá-las no imaginário social, num entendimento de que as identidades dissidentes podem habitar narrativas sem a obrigação de se justificarem.

Ao mostrar a relação, o filme também participa do que Williams (2012) identifica como a “educação sexual” promovida pelas imagens em movimento, que ensinam não somente o que é a sexualidade, mas como ela pode ser sentida e imaginada. A presença de uma mulher trans como sujeito de desejo e de afeto, e não como fetiche ou desvio, reposiciona a identidade trans em uma nova gramática visual, reconhecendo a legitimidade de experiências corporais e afetivas diversas. O longa atua pedagogicamente ao ampliar o repertório do visível e do desejável. Mesmo revelando, o filme também questiona o que permanece encoberto, propondo novas formas de imaginar o amor, o gênero e as práticas sexuais, e indo além do que é proposto pela pornografia. A relação aparece como uma continuação desse desejo pelo olhar dito por Williams (2012).

A forma de representação de *Emilia Pérez* evidencia uma reconfiguração visual que historicamente marcou os corpos dissidentes como marginais ou fetichizados. O movimento não elimina as contradições do campo audiovisual, mas aponta para uma ampliação dos horizontes do visível e do representável. Quando desvinculadas as identidades do enquadramento violento ou da pornografia *mainstream*, temos outras possibilidades de mediação entre imagem e desejo, contribuindo para a construção de um imaginário social no qual o reconhecimento da diferença não se faz pela marca da exceção, mas pela afirmação da pluralidade como parte constitutiva da existência.

Dado o exposto, constatamos que não é comum, no cinema *mainstream*, a veiculação de relacionamentos afetivo-sexuais lésbicos em que uma das personagens seja trans, evidenciando a problemática de que essas representações aparecem, quase em sua totalidade, somente na pornografia¹¹. Observamos que tais relações são condicionadas ao fetichismo, a um lugar de segredo, em que podem ocorrer desde que na via do oculto, do desejo fetichizado, do incomum. Portanto, temos a violência do apagamento e da desumanização quando observamos o contexto geral da identidade trans no audiovisual. Contudo, *Emilia Pérez*, apesar de outros problemas em

11 Outras produções cinematográficas, com grande circulação, que apresentaram relacionamentos afetivos-sexuais entre uma pessoa trans e uma pessoa cis foram “Girl” (2018), de Lukas Dhont; “Boy Meets Girl” (2014), dirigido por Eric Schaeffer; “Port Authority” (2019), de Danielle Lessovitz; “A Fantastic Woman”, com direção de Sebastián Lelio; “Anything” (2017), dirigido por Timothy McNeil; “The Danish Girl” (2015), de Tom Hooper; “Lingua Franca” (2019), dirigido por Isabel Sandoval; “Anything’s Possible” (2022), de Billy Porter; “Something Must Break” (2014), com direção de Ester Martin Bergsmark. Dentre esses, somente “Boy Meets Girl” (2014) e “The Danish Girl” (2015) veiculam um casal composto por uma mulher cis e uma mulher trans.

sua narrativa, inclusive relacionados a questões de gênero, representa um avanço ao apresentar o relacionamento de Emilia e Epifanía da forma como o realiza.

Rupturas e afirmações de gênero

Na perspectiva de Butler (2018), o gênero é constituído por atos que se repetem de forma cotidiana. Nesse sentido, os aspectos corporais não agem como significantes a priori, mas são investidos de sentidos e valores a partir de nossas práticas. Estas são moldadas e fixadas a partir de construções históricas, que incluem regulações, normas e punições. Dessa forma, os sujeitos aprendem e (re)produzem a ordem de gênero e o próprio gênero num "acordo tácito" que garante sua sustentação (Butler, 2018, p. 186).

Uma das formas de produzir e manter o gênero está relacionada a questões estéticas e corporais, que situam determinadas formas como essencialmente femininas e outras essencialmente masculinas. Desse modo, além de ter uma genitália específica, a ordem de gênero exige que o sujeito tenha comportamentos e aparência que reforcem o significado do qual seu corpo está investido. Essa é, inclusive, uma das razões pelas quais ainda persiste no imaginário a ideia de que, mesmo fora da cisgeneridade, as pessoas devem desempenhar papéis sociais e contar com um estilo que as vincule às categorias de homem ou mulher. Disso decorre também a demanda por cirurgias de afirmação de gênero, que incluem mudanças tanto na genitália como em outros órgãos, a exemplo do nariz, rosto, seios, entre outros.

Cientes de que esses tipos de procedimento podem indicar uma captura dos corpos trans pela normatividade e um reforço ao sistema de gênero, às indústrias médica e de beleza, diferentes movimentos sociais e correntes feministas e queer têm dado novos contornos à definição das identidades trans. Dessa forma, elas têm sido pensadas, além de sua dimensão corporal, incluindo a posição política de recusa da norma e a valorização da autodeterminação em detrimento da tutela médica para se afirmar (Butler, 2022; Preciado, 2023).

No filme ora em análise, a ilustração do processo de transição de gênero em si, é bastante problemática e reforça perspectivas bastante criticadas por perspectivas mais contemporâneas dos ativismos e estudos queer. Em *"La Vaginoplastia"*, música que acompanha Rita (Zoe Saldaña) nas tratativas médicas pelas quais Emilia deve passar, refrões insistentes repetem:

*A man to woman
A woman to man
A man to woman
A woman to man
A man to woman (vaginoplasty makes this macho stand)*¹²

Nessa lógica, transicionar implica passar de homem a mulher e vice-versa. E, sendo assim, existências outras como a de pessoas não-binárias, travestis e transmasculinas, que rejeitam a adoção exclusiva e definitiva por um gênero são desconsideradas. Além disso, essa percepção da transexualidade tende a colocá-la como um processo com início, meio e fim, quando, na

12 Em tradução livre, o trecho quer dizer: De homem para mulher/ De mulher para homem / De homem para mulher/ De mulher para homem/ De homem para mulher (a vaginoplastia faz este macho se afirmar).

verdade, as identidades – de gênero e de outros marcadores sociais – estão em permanente disputa e negociação.

Isso é o que nos diz, por exemplo, Gloria Anzaldúa, ao rejeitar a noção de identidade como conjunto de categorias estanques e não-relacionais. “Identidade flui entre e sobre os aspectos de uma pessoa. Identidade é um rio – um processo”, pontua a autora (Anzaldúa, 2021, p. 133). E, mais adiante, acrescenta: [...] E ela [a identidade] precisa fluir, mudar para continuar um rio – se parasse, ela seria com copo de água contido, como um lago ou um tanque” (*Idem, ibidem*).

De volta à música em debate, há outros versos igualmente problemáticos, também repetidos insistentemente na cena supracitada:

Mammoplasty? Yes
Vaginoplasty? Yes
Rhinoplasty? Yes
Laryngoplasty? Yes
Mammoplasty? Yes
Vaginoplasty? Yes
Rhinoplasty? Yes
Laryngoplasty? Yes
*Chondrolaryngoplasty?*¹³

A listagem dessas cirurgias pode conduzir os espectadores a um entendimento equivocado e limitado sobre transexualidade. E, eventualmente, para quem se reconhece nessa categoria, o filme pode sugerir que a afirmação de gênero é um procedimento longo e custoso financeiramente, situando-o como acessível apenas para quem tem alto poder aquisitivo. Além disso, a repetição dessa perspectiva, ecoada nos refrões destacados, sugere que os atos de gênero em *Emilia Pérez* ainda reforçam a cisnormatividade, embora a trama pretenda se colocar na contramão dessa abordagem. Mas, há ainda, outras problemáticas.

Para muitas pessoas trans, de fato, a afirmação de gênero se dará por meio do uso de hormônios, intervenções cirúrgicas e grandes mudanças corporais. E, para muitas outras, não. Seja pelo fato de não poderem acessar tais serviços de maneira segura ou mesmo por não os desejarem. Afinal, assim como um processo médico, farmacológico e estético, a transição também pode ser encarada, simplesmente, como a recusa política de permanecer em categorias impostas previamente. Recusa esta que não necessariamente virá acompanhada de mudanças de nome e prenome, cirurgias e hormonização.

Essas novas perspectivas sobre a transição de gênero têm sido acompanhadas pelo entendimento de ativistas trans de que a permanência da transfobia está muito mais relacionada à expectativa social sobre a adequação a um ou outro gênero do que a uma relação obrigatória de disforia das pessoas trans com seus próprios corpos (Preciado, 2023). Nesse sentido, entendemos que a pluralidade das identidades trans fazem delas algo mais complexo do que as noções rigidamente binárias sobre gênero, como a música mencionada acima indica.

Afora a questão da afirmação de gênero, pela via médica, Emilia também se faz mulher a partir da continuidade de outros padrões associados à feminilidade em termos de comportamento. Sua dedicação abnegada aos filhos – com quem passa a conviver como sobrinhos,

13 Em tradução livre, o trecho quer dizer: Mamoplastia? Sim/ Vaginoplastia? Sim/ Rinoplastia? Sim/ Laringoplastia? Sim/ Mamoplastia? Sim/ Vaginoplastia? Sim/ Rinoplastia? Sim/ Laringoplastia? Sim/ Condrolaringoplastia?

quando sua identidade masculina é dada como morta – atravessa todo o filme, sendo rasurada apenas pela chegada de Epifanía em sua vida.

Dessa forma, a relação que é apresentada de maneira disruptiva, como sinalizamos anteriormente, também compõe, em outra dimensão, um reforço à normatividade. Afinal, apenas uma relação amorosa é colocada como linha de fuga à Emilia, que vive entre o cuidado das crianças e a dedicação ao trabalho, vinculado à assistência social – ambos historicamente associados aos papéis femininos. E em todo o filme, Emilia não é representada como autora de uma vida própria, com amizades, hobbies e atividades que desempenha sozinha, para o próprio prazer e bem-estar. Tal como o imaginário do senso comum, Emilia é mais uma mulher que existe, necessariamente, em relação e dedicação aos outros.

O desfecho do filme, nesse sentido, também parece legitimar uma trajetória da “mulher ideal”. Sendo reconhecida como mãe/tia exemplar e líder comunitária que dedicou sua vida à busca por justiça e à reconstrução de famílias dilaceradas pelo crime, o velório de Emilia incluiu um cortejo com numerosos seguidores e até uma escultura em sua homenagem. Envolta em véu e flores, a imagem lembra a representação de uma santa, que parece ser a maneira como a comunidade enxergava Emilia. Afinal, sua morte emerge para a maioria como resultado de uma injustiça que vitimou a mãe/tia e líder social de reputação ilibada.

Considerações finais

A intersecção entre identidade de gênero e sexualidade, especialmente quando dizem respeito às dissidências, como é o caso das lesbianidades e das transexualidades, são frequentemente abordadas midiaticamente a partir de uma chave pedagógica. Nessa abordagem, há a definição, de uma só vez, das experiências desejáveis e, por consequência, normativas, e das indesejáveis, cujos imaginários se articulam com punição e sofrimento. Sendo assim, *Emilia Pérez* nos parece apresentar uma outra possibilidade para o casal da trama, em que as dissidências são mobilizadas de uma outra forma, não se consolidando como motivo para a morte da personagem e, na contramão da dimensão pedagógica normativa, emerge como possibilidade de fuga de uma vida conturbada e repleta de problemas de outra ordem. Esse aspecto nos mostra que é possível abordar tais dissidências interseccionadas de formas que contribuam para a resistência, para o enfrentamento de imaginários lesbotransfóbicos.

Considerando as representações audiovisuais das identidades trans e lésbicas, em que visibilidade e censura operam como dispositivos normativos que regulam o que pode ser legitimado (Parreiras, 2012), *Emilia Pérez* aparece como um filme que indica algumas rupturas com a cisheteronormatividade, integrando a tradição cinematográfica que desloca as possibilidades do sexo (Williams, 2012), aqui, propriamente, trans e lésbico.

Se um corpo diante de uma tela se habitua às experiências sexuais que assiste (Williams, 2012), ressaltamos a importância de outras possibilidades em tela, tensionando as fronteiras do desejo. Portanto, ao desvincular as identidades da violência e da pornografia *mainstream*, o longa contribui para um imaginário social de reconhecimento da diferença não pela exceção, mas pela pluralidade de existências, relacionamentos e práticas sexuais.

Nesse sentido, também é pertinente acrescentar que o filme ganha ao não se deter sobre as minúcias de como se daria o sexo entre mulheres, já que, frequentemente a curiosidade sobre a temática, tende a partir da impossibilidade de estabelecer relações sexuais plenas e satisfatórias com a ausência de um homem cisgênero, além de reforçar que grupos minorizados tenham a vida e a intimidade esmiuçadas como objetos exóticos.

No que se refere às afetividades para pessoas trans, as representações de *Emilia* têm particular relevância, pois ampliam o campo de possibilidades amorosas e sexuais para esses sujeitos, tensionando a continuidade forçada entre sexo, gênero e desejo, que situa a heterossexualidade como fiadora das identidades, sejam elas cis ou trans (Butler, 2018). Essa relação de continuidade, a qual Butler indicará como matriz heterossexual, é o que explica, por exemplo, o recorrente espanto quando uma pessoa trans expressa desejo por um sujeito do mesmo gênero e uma sexualidade não-hétero.

Se na contemporaneidade, é preciso “desconstruir-se” para viver um relacionamento com uma pessoa trans, como indicou Moira (2023), em *Emilia Pérez*, basta sorrir e demonstrar interesse para que o vínculo comece. E, melhor ainda, se ele se der de forma inesperada e pouco usual para mulheres, como a partir do interesse comum em armas e, igualmente, do destemor em usá-las para se defender.

Apesar disso, não nos furtamos ao reconhecimento de que o filme apresenta limites, sobretudo no que se refere ao entendimento do que é uma identidade trans. Na lógica apresentada, ela é composta, necessariamente, por procedimentos médicos, hormonização, gastos elevados e adequação aos papéis de gênero pré-estabelecidos. Nesse aspecto, o filme tem sua potência limitada e se apresenta em desconexão com as perspectivas mais atuais e críticas dos estudos de gênero e do próprio ativismo de pessoas trans.

Destacamos, porém, que evidenciar tais limites e contradições não nos impede de enxergar eventuais rupturas e seu impacto no imaginário social. Num campo que historicamente puniu desvios da heterossexualidade e da cisgeneridade, contribuindo para o estigma de quem se insere em tais posições, a simples possibilidade de lésbicas e pessoas trans viverem seus afetos e desejos em tela constitui uma inflexão simbólica e política poderosa, que não deve ser desconsiderada.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios**. Tradução de tatiana nascimento. Rio de Janeiro: A bolha editora, 2021.
- BASTOS, Raabe; ALVES, Gabriela Santos. Às Claras: lesbianidades nas telenovelas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 8, n. 23, p. 1-24, 2025.
- BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: TEIXEIRA, Heloisa (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Victor Galdino et. al. São Paulo: Unesp, 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- DE LAURETIS, Teresa. As tecnologias do gênero. In: TEIXEIRA, Heloísa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

- EMILIA Pérez. Direção de Jacques Audiard. Produção de Pascal Caucheteux. Bry-sur-Marne: Why Not Productions, 2024.
- HARAWAY, Donna J. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 7–34.
- MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta?** São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- PARREIRAS, Carolina. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. **Cadernos Pagu**, p. 197-222, 2012.
- PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017. VIR, Jason; HALL, Kathryn; FOYE, Rory. **Representation and portrayal of audiences on BBC television**. Research Report. London: Kantar Media, 2018. WILLIAMS, Linda. Screening sex: revelando e dissimulando o sexo. **Cadernos Pagu**, n. 38, p. 13-51, 2012.
- WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane. Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. Anais [...]. Campo Grande: Compós, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/79141f13-9999-439d-93c4-0b46fc46b416/content>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ZILLER, Joana; BARRETOS, Dayane do Carmo; XAVIER, Kellen do Carmo. O papel pedagógico da mídia no dispositivo da sexualidade. **Esferas**, n. 27, p. 1-24, 2023.

A JORNADA DA VILÃ: MITO, REPRESENTAÇÃO E IMAGINÁRIO DA MULHER PERIGOSA NA TELENÓVELA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

THE VILLAIN'S JOURNEY: MYTH, REPRESENTATION, AND IMAGINATION OF THE DANGEROUS WOMAN IN CONTEMPORARY BRAZILIAN TELENÓVELAS

MARCELLA FERRARI BOSCOLO¹

MARIA IGNÊS CARLOS MAGNO²

RESUMO

O artigo investiga as representações da vilania feminina na telenovela brasileira como figurações do imaginário social, articulando a teoria dos regimes do imaginário de Gilbert Durand (1997) ao dispositivo melodramático. Propõe-se uma cartografia simbólica que mapeia permanências e mutações de arquétipos do feminino perigoso, tomando como corpus vilãs de alta repercussão no horário nobre da televisão. Argumenta-se que a vilania mobiliza um imaginário noturno de desejo, ambiguidade e transgressão que o melodrama acolhe para, ao final, conter por meio de rituais de punição, restaurando a ordem moralizante do melodrama. Em diálogo com Murdock (2022), o trabalho contrapõe a jornada integrativa da heroína à representação não conciliatória da vilã, cuja centralidade narrativa se destaca em obras como *Vale Tudo* (1988), cresce no período da “virada mimética” da vilania estudado na telenovela *A Favorita* (2008), passa pelo protagonismo ambíguo de *Senhora do Destino* (2004) e atinge seu apogeu na gramaticalização da vilania em *Beleza Fatal* (2025). Conclui-se que essas representações expõem os limites de hospitalidade aos corpos femininos no espaço midiático, fazendo da telenovela um campo de dissenso afetivo onde direitos de existência e imaginário de punição permanecem em disputa.

Palavras-chave: imaginário; vilania feminina; melodrama; telenovela brasileira; representação.

ABSTRACT

*This research investigates representations of female villainy in Brazilian soap operas as figurations of the social imaginary, linking Gilbert Durand's theory of imaginary regimes (1997) to the melodramatic structure. It proposes a symbolic cartography that maps the permanence and mutations of archetypes of dangerous femininity, taking as its corpus female villains with high repercussions in prime time television. It argues that villainy mobilizes a nocturnal imaginary of desire, ambiguity, and transgression that melodrama embraces in order to ultimately contain it through rituals of punishment, restoring the moralizing order of melodrama. In dialogue with Murdock (2022), the work contrasts the integrative journey of the heroine with the non-conciliatory representation of the villain, whose narrative centrality stands out in works such as *Vale Tudo* (1988), passes through the ambiguous protagonism of *Senhora do Destino* (2004), and reaches its peak in *Beleza Fatal* (2025). It is concluded that these representations expose the limits of hospitality to female bodies in the media space, making the telenovela a field of affective dissent where rights of existence and the imaginary of punishment remain in dispute.*

Keywords: imaginary; female villainy; melodrama; Brazilian soap opera; representation.

- 1 Doutoranda em Comunicação Audiovisual do PPGCOM da Universidade Anhembi Morumbi, e-mail: marcellaferrari.jor@gmail.com
- 2 Professora Permanente do PPGCOM da Universidade Anhembi Morumbi, doutora em Ciências da Comunicação, e-mail: unsigster@gmail.com

Introdução

As telenovelas brasileiras desempenharam, ao longo das décadas, um papel central na construção do imaginário popular, consolidando-se como espaço privilegiado de debate público sobre a identidade nacional ao combinarem elementos do arcaico e do moderno e tematizarem a interseção entre vida pública e privada, como avalia Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003).

Herdeira direta dos folhetins e do melodrama, a telenovela brasileira articula uma gramática afetiva regida por esquematizações e polarizações morais que condensam em tipos emocionais as tensões fundamentais da cultura. Conforme aponta Jesús Martín-Barbero (1997), o melodrama se organiza em torno de quatro sentimentos básicos: medo, entusiasmo, dor e riso, que correspondem a quatro tipos de situações: terríveis, excitantes, ternas e burlescas, personificadas por quatro personagens arquetípicos: o Traidor, o Justiceiro, a Vítima e o Bobo.

No interior dessa estrutura em que a telenovela brasileira foi desenvolvida, a vilania tem historicamente cumprido a função de antagonizar o heroísmo, catalisar o conflito e impulsionar a narrativa rumo à catarse, operando como motor dramático (Motter, 2004). Esta pesquisa, no entanto, propõe um deslocamento: parte-se da hipótese de que, em determinados contextos contemporâneos, a vilã deixa de ser antagonista para ocupar o centro da narrativa, suprimindo o papel tradicional da mocinha na telenovela.

Tal inflexão aponta não apenas para uma reorganização do eixo dramático, mas para um sintoma cultural mais amplo: na era do streaming, do meme e da performatividade digital, o excesso, a ambiguidade e o carisma perverso da vilania não são apenas tolerados, mas desejados, reproduzidos e celebrados na TV e nas redes sociais, que aqui são consideradas termômetros de circulação e adesão simbólica, haja vista o especial de 60 anos da Rede Globo que contou com um quadro inteiramente dedicado à reunião de vilãs³, sem contrapartida para as heroínas, por exemplo.

A proposta deste trabalho é, portanto, investigar o que se poderia chamar de apogeu da vilania na telenovela brasileira, tendo como ponto de chegada a obra *Beleza Fatal* (HBO Max, 2025), cuja protagonista Júlia/Sofia concentra, em seu desejo de vingança contra Lola, os eixos dramáticos e simbólicos da narrativa, num universo em que nenhuma mocinha ocupa o centro da ação. Ao lado desse objeto principal, serão revisitadas vilãs paradigmáticas da televisão aberta, como Odete Roitman (TV Globo - *Vale Tudo*, 1988), Nazaré Tedesco (TV Globo - *Senhora do Destino*, 2004) e Flora (TV Globo - *A Favorita*, 2008) com o intuito de mapear as transformações estéticas, simbólicas e midiáticas que levaram ao protagonismo atual da mulher perigosa na telenovela.

Para isso, propõe-se a *Jornada da Vilã*, livremente inspirada na *Jornada da Heroína* de Maureen Murdock (2022) para examinar tensões arquetípicas entre autonomia e punição condensadas na figura da mulher perigosa no imaginário melodramático. A revisão teórica desta pesquisa ancora-se, principalmente, nas teses de Isabelle Anchieta (2022) e de Larissa Leda Fonseca Rocha (2016), que, por diferentes caminhos, contribuem para compreender a construção simbólica da vilania feminina no imaginário social e, consequentemente, no nosso objeto de estudo.

3 Disponível em: <https://gshow.globo.com/tv/tv-globo-60-anos/noticia/vilas-iconeas-das-novelas-se-reunem-no-show-60-anos-da-tv-globo.shtml>. Acesso 17/7/2025.

Anchieta propõe uma arqueologia do imaginário feminino nas sociedades midiáticas, fundamentada na noção de sociogênese, a ideia de que as imagens que representam a mulher são construções histórico-culturais, e não naturais ou espontâneas.

Complementarmente, Rocha (2016) observa que as vilãs contemporâneas se afastaram das imagens grotescas e caricaturais que marcaram suas primeiras aparições, assumindo cada vez mais traços de beleza, elegância e sofisticação. “A vilania na teledramaturgia é bonita, poderosa e livre” (Rocha, 2016 p. 11). A valorização estética, longe de suavizar sua imagem, potencializa seu fascínio e sua ameaça, tornando-a uma figura ainda mais disruptiva no contexto da economia melodramática.

O imaginário, como observa Durand (1997), constitui uma estrutura profunda do pensamento humano, responsável por organizar os símbolos e arquétipos que dão sentido às experiências coletivas. Na telenovela, esses regimes se materializam nas figuras femininas: de um lado, a heroína redentora e solar; de outro, a vilã noturna, sensual e transgressora. Essa oposição arquetípica, longe de ser apenas moral, revela as permanências e metamorfoses do imaginário patriarcal na cultura midiática brasileira.

À luz desse arcabouço, as vilãs aqui estudadas são lidas como reatualizações ou subversões dos mitos fundacionais do feminino antagonizado, operação que se evidencia tanto na sua caracterização estética, quanto na recepção espectral já comentados. Entender o presente momento identificado nesta pesquisa como apogeu da vilania, portanto, é compreender o espelho distorcido pelo qual a telenovela reflete, e negocia, os impasses do protagonismo feminino no Brasil do século XXI.

O espelho estilhaçado: múltiplas reflexões da vilania feminina na cultura ocidental moderna

A figura da mulher vilã tem raízes profundas no imaginário ocidental. Desde Medusa, cuja insubmissão é punida com monstrosidade, até Lilith, demonizada por reivindicar igualdade frente a Adão, a autonomia feminina é reiteradamente narrada como ameaça à ordem. Como identifica Simone de Beauvoir (2016, p. 13), “o homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”, estabelecendo um regime simbólico no qual o desejo e o poder da mulher devem ser controlados ou eliminados.

Isabelle de Anchieta discorre sobre o denominador comum da sobre-subumanidade das mulheres encontrado por ela ao analisar imagens de bruxas e índias tupinambás dos séculos XV a XVI, era da inquisição católica. “Elas estão, simultaneamente, acima e abaixo dos homens (...) São mulheres ‘diabolizadas’ por agirem contra uma ordem tida como natural” (Anchieta, 2022a, p.25). De acordo com a autora, é por meio dessa representação subversiva instaurada no imaginário europeu que tanto a responsabilidade pela desordem privada (a disfunção nos papéis de gênero), quanto a desordem social ampliada (peste, fome e violência) recai sobre as mulheres, cabendo-lhes punições.

Perseguidas pela Igreja Católica e pela aristocracia a partir do século XIV, parteiras, curandeiras e benzedoras são convertidas em bruxas, figuras transgressoras da ordem. “É também no século XIV que se processa a imagem visual da bruxa (...) essa imagem possui desde o princípio uma característica singular: a inversão das funções tidas como próprias das mulheres” (Anchieta,

31, 2022a). Ou seja, ao invés de dar a vida, elas induziam à morte. Montadas em vassouras, objeto fálico em riste, fogem do lar e de suas “obrigações de mulher”.

A partir da sua abordagem sociogênica das imagens da mulher no ocidente moderno, a autora observa nas múltiplas contaminações encontradas na representação do feminino o que ela nomeia como polimagem, característica inerente de qualquer imagem de carregar ecos e lembranças de outras imagens aos quais está vinculada no interior de uma esfera comum. Ora, em sua pesquisa, encontramos dois indicadores interessantes na representação do feminino diabólico: a feiura e o gesto maléfico, marcadores que advém de figuras mitológicas monstruosas e se perpetuam no nosso imaginário; como as bruxas de nariz adunco, risada estridente e poderes destrutivos dos contos de fada editados dos irmãos Grimm, sedimentadas na cultura popular como figuras perigosas.

Além da feiura e do gesto maléfico, outro traço recorrente na construção simbólica do feminino demonizado é a beleza excessiva, envolta em mistério e erotismo, que desestabiliza as normas morais por meio da sedução. Essa dupla face, o feio que repele e o belo que atrai, constitui uma ambiguidade fundante da mulher diabólica, cujas origens remontam à figura de Lilith e à Salomé bíblica, que se usam de sua beleza e astúcia em prol do desejo de poder, instância tradicionalmente negada ao Outro. Na pesquisa de Anchieta, essa polimagem se sedimenta na cultura popular por meio do cinema, inaugurado pela Vamp destruidora de lares Theda Bara, e levado adiante por estrelas de Hollywood como Greta Garbo, Bette Davis e Rita Hayworth (Anchieta, 2022b).

A partir do século XIX, como observa Rocha (2022), o fascínio social pelo monstruoso desloca-se das feiras populares, onde corpos deformados eram exibidos como espetáculo, para o terreno da cultura midiática, que passa a operar não mais com o monstro em carne e osso, mas com sua transfiguração simbólica. A indústria cultural desmaterializa o monstro, convertendo-o em signo: um artefato estético e discursivo que encarna, sob a superfície do belo, o monstruoso.

Na televisão brasileira, a telenovela se apropriou desse imaginário, reelaborando-o segundo as tensões sociais de cada época. A vilã, inicialmente caricatural, se transmutou para personagens de complexidade psicológica, social e política. O grotesco, nesse novo regime de visibilidade, cede espaço ao glamour perverso, em que o horror do corpo disforme é substituído pela inquietação causada pela beleza cínica.

A fase realista da telenovela brasileira, delimitada por Lopes (2009) como o período entre 1968 e 1990 em que se tem a consolidação de uma linguagem voltada ao cotidiano urbano e moderno, marcada pelo marco inaugural de Beto Rockfeller (TV Tupi, 1968–69), também coincide com o início da segunda onda do feminismo e seus reflexos na teledramaturgia.

Nela, as personagens femininas passam a expressar com mais intensidade os anseios de liberdade, poder e autodeterminação que ganham força no debate público. No entanto, essa nova representação da mulher em vias de emancipação é atravessada por um limite normativo que se consolida no imaginário social, o padrão estético da beleza, juventude e magreza, compreendido como mito por Naomi Wolf (2018) que aprisiona a liberdade feminina dentro de um modelo visualmente desejável e midiaticamente controlado.

Rocha (2022) enuncia que, nesse período, a presença de vilãs no núcleo protagonista ainda era tímida, situação que se inverteu completamente a partir de 1990, fase que também inaugura o naturalismo na telenovela, marcado pela “encenação de fatos e temáticas sociais e políticas” (Lopes, 2009, p.27); tornando-se praticamente a norma a partir de 2003.

Para Rocha, há dois tipos de vilãs que habitam esse cenário pós-1990 na telenovela: a vilã melodramática, marcada por traços de histeria, loucura e punição, e a vilã moderna, cujos atos vis são racionalizados e embutidos em objetivos claros de ascensão, prazer ou vingança. A autora pontua que ambas, porém, compartilham um mesmo vetor de intensificação imagética, especialmente na figura da mulher loira, sensual e fria, sugerindo uma intericonicidade visual que reforça associações entre maldade, beleza e poder feminino.

O espetáculo do corpo vilanesco cumpre, assim, duas funções: seduzir e trair. Nas palavras da autora, “ser bonita, magra e jovem estabelece uma tríade que conforma o sucesso da aparência e deixa aparecer na superfície do corpo algo da tenacidade e obstinação que carregam nas atitudes perante a vida” (Rocha, 2016, p. 256).

A vilã, portanto, opera como síntese simbólica das tensões entre liberdade e contenção. Sua trajetória dramatiza o dilema da mulher contemporânea: conquistar poder e visibilidade reproduzindo as estruturas que continuam a julgar, vigiar e punir o exercício pleno dessa autonomia. Se, conforme Beauvoir, a mulher foi historicamente constituída como o Outro, é possível dizer que a vilã contemporânea é o espelho estilhaçado desse Outro, que refrata insubmissão.

Contudo, esse novo rosto da vilã, que rompe com a associação ancestral entre beleza e virtude, está longe de representar uma ruptura com a tradição patriarcal; explicita a resiliência dos dispositivos simbólicos de controle. A beleza, nesse modelo, é armadilha que transforma a subjetividade feminina autônoma em espetáculo disciplinado e punível para as audiências. A vilania é desejada, admirada, viralizada para, ao fim, como veremos mais adiante, ser descartada.

Neste novo arranjo, o melodrama televisivo opera como teatro da monstruosidade simbólica: a vilã encarna, no corpo da mulher bela e cruel, um sintoma cultural do nosso tempo, uma aberração oriunda não da anomalia biológica ou sobrenatural, mas da subversão simbólica da norma de gênero imposta pelo patriarcado. Assim, o apelo popular da vilã reside na fricção entre desejo e ameaça, prazer e punição, reforçando a nossa hipótese de que, na contemporaneidade, o mal feminino é estetizado e consumido como espetáculo, mas também como inquietação.

Da subversão à condenação: a trajetória da mulher vil representada na telenovela brasileira

A figura da vilã constitui uma das matrizes mais recorrentes e significativas da ficção melodramática, sobretudo no contexto da telenovela brasileira. Longe de ser apenas antagonista da heroína ou personificação do mal, a vilã é peça estrutural da narrativa, responsável por catalisar conflitos, desestabilizar ordens familiares e tensionar os limites morais que regem a diegese. Sua presença dramatiza o incômodo social em torno da mulher que se desvia do pacto da docilidade, da maternidade abnegada e do amor redentor, pilares simbólicos do melodrama enquanto gênero de reconhecimento (Martín-Barbero; Muñoz, 1992).

O melodrama, entendido como forma expressiva que ultrapassa o campo estético e se enraíza nas sensibilidades sociais, tem sido definido como uma narrativa de excesso e reconhecimento. Conforme apontam os autores, trata-se de um saber do sensível que organiza a experiência da dor, do afeto e da justiça por polarizações morais: o bem e o mal, o justo e o injusto, o puro e o corrupto, articuladas a partir de arquétipos que dramatizam dilemas íntimos como conflitos sociais. Nesse sistema de valores, a vilania cumpre o papel de romper a estabilidade da ordem simbólica e, ao fazê-lo, ativar a maquinaria emocional e narrativa da trama.

A vilã, nesse contexto, é também a figura responsável por instaurar o conflito dramático que sustenta a progressão narrativa. Conforme observa Motter (2004), o vilão (e, por extensão, a vilã) é "o antagonista, o malfeitor ou o bandido, a personagem que faz o mal (...) deve ser construído com requinte para derrubar, a cada tentativa de recuperação de um golpe, o adversário com outro mais astucioso, mais esperto e inteligente que o anterior" (Motter, 2004, p.67), razão de ser que, no caso da personagem feminina, ganha contornos específicos ao se confrontar com o modelo normativo do feminino sacralizado: doce, materno, passivo, sofredor. A vilania feminina, portanto, não representa apenas uma desobediência ética, mas um desvio de gênero, ela encarna o feminino que deseja, age, manipula e, por isso, transgride.

Sob a perspectiva do imaginário, conforme Gilbert Durand (1997), a vilania feminina encarna um dos arquétipos mais persistentes do regime noturno das imagens, acolhendo a ambiguidade, o desejo e a transgressão. Se o regime diurno associa o feminino à luz, à pureza e à obediência, o regime noturno projeta nele a sombra, a sedução e a força indomada. As vilãs melodramáticas, portanto, não apenas desestabilizam a moral narrativa, mas reatualizam, na esfera midiática, mitos arcaicos de punição do feminino que ousa desejar e agir.

Como aponta Maureen Murdock (2022) em sua leitura simbólica do feminino escindido, a mulher é educada a abandonar aspectos essenciais de si, sua força, sua cólera, sua ambição, em nome da aceitação social. A heroína busca reconstituir esse feminino ferido ao longo de sua jornada. Ela propõe a Jornada da Heroína (2022) como uma resposta simbólica à insuficiência do modelo do herói clássico para abordar as experiências das mulheres no mundo real. Sua proposta parte de uma escuta clínica e pedagógica, voltada à reconexão da mulher consigo mesma.

Aqui, porém, adotamos livremente essa estrutura como inspiração para refletir sobre uma trajetória antagônica na teledramaturgia: a da mulher vilã. Se a heroína murdockiana busca curar a cisão entre o feminino rejeitado e o masculino assimilado, a vilã nega essa reconciliação.

Nesse sentido, a vilania pode ser interpretada como uma reação estratégica de uma personagem a um mundo que não a atende. Sua resposta, contudo, é performativa; em vez de reivindicar pertencimento, ela encena poder. Assume uma máscara que lhe permite operar nas brechas do sistema.

Essa recusa a participar dos códigos tradicionais do feminino abnegado marca sua jornada como um trajeto de ruptura. Mas essa ruptura não é libertadora, é insustentável. A vilã não é integrada, perdoada ou recuperada; é desautorizada. Ao final, quando sua presença já tiver cumprido sua função desestabilizadora, é punida. A narrativa melodramática precisa da vilania para existir, mas vai destruí-la para se concluir.

Com isso, a vilã ocupa um lugar ambivalente: é o agente da transformação narrativa, mas também o corpo sacrificial da restauração da ordem. O pacto que ela firma com o sistema não é o da obediência, mas o da exposição, e sua punição final confirma que a transgressão feminina, no melodrama, só pode existir como exceção a ser contida.

Ao longo da evolução da teledramaturgia brasileira, tanto as heroínas quanto as vilãs se viram cativas de uma lógica estrutural que as posiciona como objetos de expiação dentro da narrativa. Se à primeira vista a mocinha virtuosa e a vilã transgressora parecem ocupar polos opostos, uma análise mais profunda revela que ambas são prisioneiras da mesma gramática cultural que demanda a punição simbólica do feminino, seja por abnegação, expiação ou transgressão.

Essa dinâmica revela que o melodrama televisivo, mesmo quando modernizado, permanece comprometido com a pedagogia da expiação feminina. Assim, a pergunta que emerge é inescapável: todas as mulheres são convocadas a vir ao mundo para expiar? A telenovela responde que sim, dramatizando incessantemente a necessidade de que o feminino esteja atrelado a processos de sofrimento, renúncia ou punição como condição de existência simbólica legítima.

A vilã é também o elo que conecta as frustrações íntimas dos personagens às indignações morais do público. Na prática narrativa, isso se traduz em cenas de confrontação, falas carregadas de ironia, revelações inesperadas, jogos de manipulação e rupturas espetaculares, todas ações que garantem o clímax e a continuidade da trama. Rocha (2016) demonstra como a vilania feminina vem se atualizando nas telenovelas contemporâneas, explorando não só a crueldade e o narcisismo, mas também dimensões de trauma, ressentimento e desejo de reconhecimento dessas mulheres. Tal atualização amplia o impacto da vilã enquanto motor dramático, fazendo com que ela não apenas cause o conflito, mas encarne as contradições profundas do próprio sistema que a condena.

Ao tensionar a proposta de Murdock para os propósitos deste estudo, buscamos delinear uma figuração simbólica atribuída à vilã melodramática. Trata-se de um percurso arquetípico que, em vez de buscar cura, equilíbrio e integração, move-se em direção ao descompasso, à recusa e à punição, movimentos estruturais que reafirmam a ordem patriarcal e restauram o predomínio do regime diurno sobre o noturno, nos termos de Durand (1997). Abaixo, traçamos um quadro comparativo entre esses dois itinerários narrativos:

Jornada da Heroína (Murdock)	Jornada da Vilã no Melodrama
Separação do feminino	Rejeição do feminino como fraqueza A vilã rompe com vínculos afetivos e associa o cuidado ao risco de vulnerabilidade.
Identificação com o masculino	Apropriação de estratégias de dominação A vilã encarna o feminino idealizado pelo patriarcado como ferramenta na disputa pelo poder
O caminho de provas	Aprimoramento da máscara e das manipulações Cada desafio fortalece sua performance dissimulativa
A dádiva ilusória do sucesso	Ascensão por artifícios e vitória performática O sucesso é a medida da sua queda posterior.

Jornada da Heroína (Murdock)	Jornada da Vilã no Melodrama
Mulheres fortes podem dizer não	Afirmação destrutiva do próprio poder O não vira arma de domínio, ruptura e violência simbólica.
Iniciação e descida para a Deusa	Mergulho na Sombra feminina A vilã incorpora arquétipos do feminino mitológico terrível: fúria, vingança e desejo de controle absoluto.
Anseio urgente de reconexão com o feminino	Impossibilidade de reconexão Tentativas de afeto fracassam ou são instrumentalizadas; o laço é sempre precário.
Curando a ruptura mãe/filha	Ferida matricial como motor da vilania Não há cura; a relação familiar permanece marcada por abandono, rivalidade ou distorção.
Encontrar o homem interior com coração	Instrumentalização do afeto masculino Homens são usados como recursos narrativos, proteção, status ou vingança.
Além da dualidade	Restauração da ordem pela exclusão da vilã Queda, punição ou morte reafirmam a diferença irreconciliável entre ela e a comunidade.

Essa correspondência que estabelecemos entre as vilãs no melodrama e a obra de Murdock nos auxilia a compreendê-las como a encarnação arquetípica do imaginário noturno, em que o desejo e a transgressão substituem o ideal de redenção. Ao contrário da heroína murdockiana, que busca reconciliação e integração, a vilã é prisioneira de um ciclo simbólico de excesso e punição. Sua destruição, ao final, opera como ritual de purificação do imaginário social, restabelecendo a moral solar do melodrama sobre as forças sombrias do feminino vilanesco.

Vilãs em movimento: cartografia simbólica do imaginário melodramático

Como etapa empírica da nossa pesquisa, propõe-se a análise das vilãs do nosso corpus, a partir das quais se mobiliza uma cartografia simbólica das figurações pelas quais a vilania feminina é significada, disputada e punida melodrama televisivo brasileiro contemporâneo ao longo de quatro casos identificados:

Caso 1 - da Negação e da Exceção: vilãs como anomalias a serem punidas

No final dos anos 1980, em plena transição entre a fase realista e a fase naturalista da telenovela brasileira (Lopes, 2009), emerge a figura de Odete Roitman, de *Vale Tudo* (TV Globo, 1988), que encarna a vilã como exceção simbólica, uma mulher que ultrapassa os limites da feminilidade aceitável e, por isso, precisa ser punida ou ridicularizada. Trata-se de um caso marcado pela

separação do feminino desviante declarado. Sua imagem cristaliza um arquétipo duradouro na cultura audiovisual brasileira: o da vilã poderosa, refinada e absolutamente cruel, cujo poder é exercido não apenas por seus recursos econômicos, mas sobretudo pela manipulação simbólica e pelo discurso elitista e cínico que se ergue como violência verbal.

Visualmente, Odete é construída como uma figura aristocrática. Cada elemento de sua indumentária comunica luxo e frieza. Ela caminha ereta, fala baixo, mas com firmeza e deboche, olhando os outros sempre por cima. Sua performance é construída na contenção dos gestos e na altivez do olhar.

Odete não perde o controle. Seu poder se manifesta sobretudo na capacidade de manipular os demais personagens como peças de um tabuleiro. Mas é pelo discurso que Odete escancara sua vilania. Frases como “No Brasil, quem não é corrupto é idiota”, “O lugar mais ao sul que uma pessoa civilizada pode ir é Milão”, ou ainda “Português é uma língua tão chinfrim” tornam-se instrumentos de distinção social violenta, construída para humilhar e excluir.

O bordão “Quem matou Odete Roitman?”, que tomou as ruas, as rodas de conversa e os noticiários da época antes mesmo da cultura digital, indica que sua morte foi elevada à condição de agenda setting nacional. Em entrevista ao Ziraldo no programa O Papo (1988), a própria Beatriz Segall refletiu criticamente sobre essa adesão emocional ao assassinato da personagem:

uma coisa que ninguém pensou foi o seguinte: o Brasil inteiro está aceitando o assassinato. E um assassinato é um assassinato. Porque se alguém comete um crime, esse crime tem que ser julgado. (...) Nesse país não existe pena de morte. (...) Ela vai ser julgada. Isso é uma coisa muito séria nesse país (Segall, 1988).

A fala da atriz explicita o que o melodrama muitas vezes encena sem dizer, a vilã não é apenas punida narrativamente, ela é justificada por um desejo coletivo de expiação simbólica. Sua morte é fruto de um erro, ela é confundida com a amante de Marco Aurélio (Reginaldo Farias), seu genro, e morta por Leila (Cássia Kis), esposa dele. O gesto da assassina não é impulsionado por uma vingança direta, mas por uma projeção de ódio sobre uma figura feminina que lhe rouba o marido. Odete não morre por seus crimes, morre por seu lugar simbólico de mulher perigosa.

Caso 2 – A virada mimética: Flora, a vilã como anti-heroína

Flora (Patrícia Pilar), interpretada por Patrícia Pillar em *A Favorita* (TV Globo, 2008), inaugura uma nova chave na representação da vilania na telenovela brasileira. A personagem não apenas assume a figura estratégica da vilã apenas na altura do primeiro plot twist, mas também se constitui como uma metanarradora; manipula o tempo narrativo, a percepção dos demais personagens e, sobretudo, a adesão emocional do público.

Sua apresentação inicial é cuidadosamente construída para suscitar empatia. Flora aparece como uma mulher bonita, introvertida, de fala suave e olhar melancólico. Após dezoito anos na prisão, a personagem retorna determinada a reconstituir sua trajetória, incluindo a reconquista da filha Lara (Mariana Ximenes), criada por Donatela (Claudia Raia), sua suposta algoz. Apenas no capítulo 60 ocorre a revelação, Flora é a verdadeira assassina e, portanto, a vilã cínica, calculista e movida por ressentimento.

No final, Flora é presa e retorna ao cárcere, onde afirma se chamar Donatela, em delírio que simboliza sua usurpação definitiva. Sua presença desloca o eixo de identificação para o campo da ambiguidade, inaugurando um novo pacto com o público.

Caso 3 - Protagonismo ambíguo: a vilã como centro afetivo

Nazaré Tedesco, interpretada por Renata Sorrah na telenovela *Senhora do Destino* (TV Globo, 2004), constitui um marco simbólico na representação da vilania no melodrama televisivo brasileiro de transição da figura clássica da vilã manipuladora para uma vilania burlesca. De origem marginal, ex-prostituta, sequestra a filha de Maria do Carmo (Susana Vieira) como artifício para forçar um cliente a abandonar sua esposa e casar-se com ela. Anos depois, vive uma ascensão social sustentada por essa mentira original, utilizando o casamento e a maternidade como instrumentos de legitimação. Sua trajetória ficcional é marcada por uma estética de excessos verbais, visuais e performáticos que a transformam em meme antes mesmo da consolidação da cultura digital.

Sua fala é estruturada como marca de personagem, mobilizando bordões de forte carga expressiva que reforçam o tom farsesco de sua vilania. Quando se olha no espelho e se define como “louraça boazuda” ou “gostosa pra caramba”, Nazaré atualiza a tradição das figuras vaidosas e encantatórias do imaginário popular, como a bruxa narcisista, mas o faz com um deslocamento cômico que aproxima sua performance da estética drag e do arquétipo da diva decadente. A tônica do excesso, longe de ser meramente caricatural, é parte integrante de sua estratégia de cena e constrói um estilo visual reconhecível e replicável.

No clímax da telenovela, o embate entre Nazaré e Maria do Carmo se materializa fisicamente. A heroína desfere uma surra pública na vilã, num gesto de reparação simbólica que reposiciona os polos éticos da narrativa. Nazaré é derrotada, perde a filha que sequestrou, é desmascarada diante da família e, por fim, encurralada pela justiça. Em sua última ação dramática, atira-se de uma ponte para evitar a prisão. O gesto final é ambíguo, pode ser lido tanto como índice de culpa e desespero quanto como recusa a submeter-se às leis. O suicídio não é punição redentora, mas última performance, onde Nazaré escolhe sair de cena com o mesmo controle e teatralidade que marcaram sua jornada.

A personagem inaugura, assim, um regime de presença para a vilã na telenovela brasileira que transcende a oposição ética clássica e passa a disputar centralidade narrativa e afetiva com a própria heroína. Em Nazaré, a vilania se torna uma força midiática e simbólica autônoma, capaz de inscrever-se no imaginário popular como ícone do excesso, da transgressão e da ironia.

Caso 4: a vilania como gramática no melodrama contemporâneo

Na telenovela *Beleza Fatal* (HBO Max, 2025), a vilania deixa de ser um desvio da norma melodramática para tornar-se sua própria gramática. Escrita por Rafael Montes, a narrativa acompanha a vingança de Sofia (que assume posteriormente a identidade de Júlia) contra Lola.

Sofia (Camila Queiroz) inicia sua trajetória marcada por um acúmulo de traumas; ainda na infância, perde a casa em um incêndio e tem o rosto desfigurado, o que leva sua mãe a se mudar com ela para o Rio de Janeiro em busca de amparo na casa da prima Lola (Camila Pitanga). No entanto, o acolhimento se revela perverso, Lola as explora, humilha e, por fim, incrimina a mãe de Sofia pela morte do próprio marido; crime que, na verdade, ela mesma cometeu. A mãe de Sofia morre na prisão, e a menina torna-se órfã. Fugindo do orfanato com a ajuda da família Paixão, por quem é adotada. A adoção ocorre pouco depois da perda traumática de Rebeca, filha biológica de Elvira (Giovana Antonelli), vítima de uma cirurgia clandestina malsucedida conduzida pelos médicos Benjamin (Caio Blat) e Rog (Marcelo Cerrado). Esses, por sua vez, são acobertados por Lola, que os chantageia e se casa com Benjamin, ingressando no clã Argento.

A dor das perdas catalisa a conversão narrativa de Sofia; motivada pela vingança, ela abandona sua identidade anterior, assume o nome de Júlia e infiltra-se no círculo de seus algozes com um plano meticuloso de destruição de Lola. Progressivamente, rompe os vínculos com sua família adotiva, trai o irmão adotivo, com quem namorava, mata Benjamin e prende Lola. Termina só; rejeitada por todos, porém vingada.

A metamorfose de Sofia ao longo da trama revela endossa a sua virada de chave narrativa. De vítima sofredora, com cabelos escuros, cicatriz no rosto e trajes simples, ela se remove cirurgicamente a cicatriz, fica loira e passa a usar as roupas de Lola, apropriando-se também de sua estética, de sua performance cínica e de sua amoralidade.

Lola, por outro lado, representa a vilã clássica em chave burlesca: narcisista, histriônica e manipuladora, ascende socialmente ao chantagear Benjamin e casar-se com ele, aliando-se ao patriarca misógino para ampliar seu domínio. Seu figurino hipersexualizado e suas performances carregadas de ironia e teatralidade evocam o legado de personagens como Nazaré Tedesco e de celebridades e influencers da Internet. Suas ações são pautadas pelo interesse próprio e pela manutenção do poder.

Seus cenários, frequentemente compostos por espelhos, iluminação cor-de-rosa, champagne e poses de empoderamento, servem como pano de fundo para a crítica feita pelo autor aos simulacros das redes sociais. Seus bordões dirigidos aos "Lolovers", como "*Amades*" e "*My love*" (sempre com pronúncia abasileirada), além do deboche ao tirar o sogro do armário gritando "*Viva as gays! Gay! Gay! Gay!*", a conectam diretamente com o público das redes sociais, tanto dentro da diegese (como influenciadora e celebridade) quanto fora dela (como ícone pop).

Quando seduzida por Júlia, sem saber tratar-se de Sofia, Lola envolve-se em uma relação ambivalente e acaba assassinando friamente a sua amante. O embate com Sofia, nesse sentido, a força a operar em função da narrativa de Outro: cada vez mais consumida pela rival, ela ativa a chave de reação/ defesa que, no melodrama tradicional, caberiam à mocinha, mas destituídos de qualquer ideal de virtude.

Como parte de seu plano obsessivo de vingança, Sofia impõe a Lola uma derrocada meticulosamente orquestrada. A antagonista, outrora figura central da elite midiática com seu império de estética, vê sua reputação pública destruída, é desfigurada por uma tatuagem na testa com a palavra "assassina" feita por Sofia, é condenada e enviada à prisão por um crime que não cometeu, onde sofre a degradação física e simbólica da personagem. A punição é, assim, estética e narrativa: o burlesco vira grotesco.

O público já não espera a vitória do bem, mas se envolve com a intensidade das disputas, com a ironia dos diálogos e com a performatividade das personagens. Trata-se de uma dramaturgia que estetiza a crueldade e fragmenta os polos morais, convertendo a vilania em forma dominante e em linguagem compartilhada.

Conclusão

A trajetória da vilania feminina na teledramaturgia brasileira revela muito mais do que a evolução estética do melodrama: os modos sutis pelos quais o imaginário social contemporâneo continua gerenciando as tensões de gênero, mesmo sob o verniz da modernização narrativa.

As vilãs, que antes ocupavam a margem das tramas, tornaram-se protagonistas, carregando consigo a tensão dramática principal e a atenção do público. Como observa Rocha (2016), o mal feminino passou a ser envolto por uma estética da sofisticação, do estilo e da beleza, deslocando o temor primitivo da mulher monstruosa para a fascinação pela mulher autônoma, mas sem eliminar a necessidade de sua punição. A sofisticação estética apenas torna a derrocada da vilã mais espetacular.

Essa ambivalência, celebrar e punir as vilãs, escancara tensões de gênero profundas que sacrifica todos os corpos femininos. As heroínas, no desenvolvimento da trama e, as vilãs, nos gestos finais.

A constatação de que as novelas contemporâneas operam majoritariamente sob a lógica de vilãs femininas protagonistas aponta, portanto, para um paradoxo; o feminino ativo, inteligente e ambicioso é mais visível do que nunca, mas sua legitimidade social continua sendo negada. A narrativa social não permite que essas mulheres triunfem sem custo simbólico, ao mesmo tempo em que não deixa margem à crítica ao sistema patriarcal. O imaginário popular, embora fascinado, exige sua expiação ritual apenas para o Outro disfuncional, nunca para o sistema que o forjou.

Essa conclusão abre espaço para novas investigações. Seria possível que as heroínas estejam perdendo espaço definitivamente para perfis anti-heroicos que conjuguem agência, desejo e astúcia sem que a narrativa lhes imponha a queda ritualizada? A cultura dos memes e da ironia, que hoje consome tanto a ascensão quanto a ruína das vilãs, poderá vir a reconfigurar as formas de identificação popular, deslocando o prazer da punição para a celebração da sobrevivência a qualquer custo? E ainda, até que ponto a estetização da violência simbólica, transformada em entretenimento digital, reforça ou desgasta as estruturas patriarcais de gênero?

Referências

- ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da mulher no Ocidente moderno: volume 1 – Bruxas e tupinambás canibais*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2022.
- ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da mulher no Ocidente moderno: volume 3 – Stars de Hollywood*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: volume 1 – Fatos e mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, Brasil, n. 26, p. 17–34, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/37469>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela como recurso comunicativo. *Matrizes*, vol. 3, núm. 1, 2009, pp. 21–47. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús; MUÑOZ, Sonia. *Televisión y melodrama: género y lecturas de la telenovela en Colombia*. 1. ed. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1992.
- MOTTER, Maria Lourdes. As telenovelas brasileiras: heróis e vilões. In: *Anais do I Encontro da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação – ALAIC*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 64–71.
- MURDOCK, Maureen. *A Jornada da Heroína*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.
- ROCHA, Larissa Leda F. *MÁ! MARAVILHOSA! LINDAS, LOURAS E PODEROSAS, O EMBELEZAMENTO DA VILANIA NA TELENVELA BRASILEIRA*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SEGALL, Beatriz In: TV BRASIL. #AcervoEBC | Beatriz Segall fala sobre o sucesso da novela “Vale Tudo”. O Papo, com apresentação de Ziraldo. 1988. 1 vídeo (15min23s), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lt2ZwprndiQ>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- WOLF, Naomi. *O Mito da Beleza. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Referências Audiovisuais

- BELEZA FATAL. Criação de Raphael Montes. Direção geral de Maria de Médicis. São Paulo: HBO Max, 2025. Telenovela.
- SENHORA DO DESTINO. Criação de Aguinaldo Silva. Rio de Janeiro: TV Globo, 2004. Telenovela.
- A FAVORITA. Criação de João Emanuel Carneiro. Rio de Janeiro: TV Globo, 2008. Telenovela.
- VALE TUDO. Criação de Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères. Rio de Janeiro: TV Globo, 1988. Telenovela.

NARRAR A SI EM PANDEMIA: EXPERIÊNCIAS LGBTQIA+ DE VIOLÊNCIAS EM CONTEXTOS DE ISOLAMENTOS¹

*NARRATING ONESELF IN A PANDEMIC: LGBTQIA+
EXPERIENCES OF VIOLENCE IN CONTEXTS OF ISOLATION*

MAURÍCIO JOÃO VIEIRA FILHO²
MARIANA RAMALHO PROCÓPIO³

RESUMO

Neste artigo, objetivamos discutir como as experiências de violências sofridas por pessoas LGBTQIA+ na e além da pandemia de covid-19 são narradas a partir do reconhecimento das interseccionalidades e dos sentidos acionados na elaboração das próprias histórias de vida. Por meio de um duplo movimento metodológico, fomos guiados pelos afetos e selecionamos indícios de narrativas de si presentes no livro *Histórias da queerentena* (Pérez Navarro, 2020). Os resultados da pesquisa indicam que a violência faz parte da nossa experiência em um lastro histórico de ações que se direcionam contra nós. Com as narrativas de vidas LGBTQIA+, notamos como as precariedades corroboram na intensificação das violências e dos isolamentos, que não estão somente presentes na pandemia de covid-19, mas ao longo de toda a vida em razão das relações de poder.

Palavras-chave: LGBTQIA+; interseccionalidades; violências; narrativas de vida; pandemia de covid-19.

ABSTRACT

*In this article, we aim to discuss how the experiences of violence suffered by LGBTQIA+ people during and beyond the covid-19 pandemic are narrated based on the recognition of intersectionalities and the meanings triggered in the elaboration of their own life stories. Through a dual methodological approach, we were guided by affections and selected evidence of self-narratives present in the book *Histórias da queerentena* (Pérez Navarro, 2020). The results of the research indicate that violence is part of our experience in a historical background of actions directed against us. With the narratives of LGBTQIA+ lives, we note how precariousness corroborates the intensification of violence and isolation, which are not only present in the covid-19 pandemic, but throughout life due to power relations.*

Keywords: LGBTQIA+; intersectionalities; violence; life narratives; covid-19 pandemic.

- 1 Este texto foi desenvolvido a partir da pesquisa de doutorado "Narrativas de vidas LGBTQIA+ em queerentena: discursos e estéticas da diferença em atos de reelaboração de si, (re)existência e resistência na pandemia de covid-19", defendida na pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Agradecemos às e aos docentes da banca cujos comentários foram primordiais para apresentação deste artigo ao dossiê "Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos".
- 2 Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Integrante do grupo de pesquisa DIZ: Discursos e Estéticas da Diferença (UFV/CNPq). E-mail: mauriciovieira@gmail.com.
- 3 Sou professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV), vinculada ao Departamento de Comunicação. Atuo no curso de graduação e Comunicação Social - Jornalismo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estágio doutoral realizado na Université Paris-Est Créteil, na França. E-mail: mariana.procopio@ufv.br.

Introdução

O acontecimento da pandemia de covid-19 impactou as vidas desigualmente, estabelecendo condições de vulnerabilidades intensificadas pelos regimes sociopolíticos e pelo (ir)reconhecimento dos efeitos do alastramento do coronavírus. No Brasil, esse período catastrófico, que se iniciou em 2020, foi marcado por discursos e imaginários de desprezo, banalização e vilipêndio acionados pelo então presidente do país, Jair Bolsonaro, amplificados e circulados em mídias e plataformas digitais com alcance de múltiplos públicos e apoiadores (Vieira Filho, 2022).

Quando nos atentamos a esse contexto, que permanece em continuidades nas tramas das experiências individuais e coletivas de dores, violências e lutos, percebemos que os flagelos da pandemia de covid-19 atingem os corpos em um reforço às desigualdades sociais. Nesse cenário de isolamento, medo e insegurança, a dimensão de desigualdades de gênero foi potencializada (Ferrari; Procópio, 2023). Esse reconhecimento é explicado por Sônia Pessoa e Carlos Mendonça (2020) a partir de uma perspectiva que evidencia as marginalidades enfrentadas pelos atravessamentos das identidades, das situações financeiras, das condições de saúde vividas e tantas outras marcas dos corpos que se amalgamam nas experiências cotidianas de pessoas e grupos sociais. Como a pesquisadora e o pesquisador enfatizam, trata-se de “[...] pessoas que estão à margem e que sempre tiveram que lutar por sua legitimidade, lutar pela sua própria existência” (Pessoa; Mendonça, 2020, p. 89), isto é, por uma vida que seja plenamente vivível (Butler, 2019).

Estamos em um país cujos lastros de violências homotransfóbicas demarcam historicidades de apagamentos e violações de direitos humanos. Mesmo com a emergência de diferentes movimentos sociais organizados com objetivos políticos de reivindicação, que ganharam maior profusão a partir dos anos 1960 no contexto de repressão da ditadura civil-militar, os ataques não cessaram, os estigmas se tonificaram com a epidemia de HIV/aids, os crimes permaneceram em crescimento (Andrews, 2024).

Para se ter dimensão, “de 2014 para 2023, houve um aumento de 1.110,99% no número total de casos de violência contra homossexuais e bissexuais” (Cerqueira; Bueno, 2025, p. 87). Apesar da atenção que precisa ser dada ao interpretar esses dados do *Atlas da Violência 2025*, localizando as alterações culturais e os contextos de cada época, salientamos a imprescindibilidade de reivindicação de políticas públicas de atenção para coibir esse fenômeno em ebulição. O dossiê ainda salienta que “[...] uma hipótese não descartada é que tenha havido, de fato, aumento vigoroso da prevalência de violências nesse período, que coincide com a pandemia da covid-19 e com o governo Bolsonaro” (Cerqueira; Bueno, 2025, p. 90). Aliado a isso, têm-se o *backlash* — oposição aos direitos LGBTQIA+ — e a ideologia de gênero — ataques às questões da diferença — como movimentos insuflados na esfera pública para contaminar os sentidos sobre gênero, sexualidade e marcadores sociais da diferença e impedir o debate acerca dos direitos (Cerqueira; Bueno, 2025).

Os dados acima nos permitem afirmar que a violência direcionada à população LGBTQIA+ não é episódica, mas cotidiana, tal como nos aponta a antropóloga indiana Veena Das (2020). A pesquisadora discute como eventos críticos de vitimação — tal como pode ser percebida na pandemia de covid-19 — são geradores de disputas de sentido acerca da significação da violência, nos quais estão incluídos os agressores, as vítimas e as próprias investigações e reflexões acerca dos eventos estudados. Especificamente em relação aos sujeitos que experienciam a dor, a autora os compreende como conhecedores das relações de subordinação, as quais podem ser

diversificadamente contestadas, pela autoafirmação da própria condição humana, que clama por reconhecimento e dignidade.

Com essas notas introdutórias, temos como objetivo discutir como as experiências de violências sofridas por pessoas LGBTQIA+ na e além da pandemia de covid-19 são narradas a partir do reconhecimento das interseccionalidades e dos sentidos acionados na elaboração das próprias histórias de vida. Essa ação é conduzida a partir de um duplo movimento metodológico. O primeiro deles é a perspectiva afetiva que consiste em uma abertura na pesquisa para tudo aquilo que nos move, inquieta e desloca, reorganizando caminhos e abrindo outras possibilidades de reflexão (Moriceau, 2019). Trabalhamos com um *corpus sensível* (Pessoa, 2018), por meio da nossa abertura ao inesperado durante a leitura das histórias e frente àquilo que nos movia e despertava atenção: a tematização das violências e os atravessamentos das interseccionalidades. Essa virada dos afetos nos permitiu selecionar indícios (Braga, 2008) emergentes no livro *Histórias da queerentena*⁴, organizado por Pablo Pérez Navarro (2020), que contém 72 narrativas autobiográficas de vidas LGBTQIA+ que se voltam à escrita sobre aquele momento de pandemia, mas também com um gesto de imersão que permitiu elaborar a si. A partir dos indícios que formam nosso corpus, apresentamos trechos das histórias e identificações das pessoas, juntamente à reflexão teórica das interseccionalidades e das violências.

Importante destacarmos que este trabalho integra uma pesquisa de doutorado concluída em que se refletiu como as experiências pandêmicas LGBTQIA+ narradas em primeira pessoa estabeleceram sentidos para si, o mundo e os marcadores sociais da diferença. Nosso intuito, respaldado nas considerações de Donna Haraway (1995), não foi ser universalista, mas dizer por uma perspectiva situada que reconhece limitações e especificidades. Além disso, a proposta se apresentou como uma forma de continuar leituras e tessituras de narrativas de vida que não devem ser esquecidas pelos fluxos da história.

Para este artigo, apresentamos reflexões sobre interseccionalidades e as potencialidades que esse conceito desenvolvido pelos feminismos negros nos auxilia a reconhecer os pesos das articulações dos marcadores sociais da diferença. Em seguida, apresentamos dados sobre violências contra corpos dissidentes, em especial, LGBTQIA+, percebendo como essas estruturas de repressão se estabelecem com a pandemia de covid-19, mas que já são parte do cotidiano de pessoas que têm experiências contranormativas, conforme o olhar de Veena Das (2020)⁵.

4 O neologismo *queerentena* que intitula o livro em questão (Pérez Navarro, 2020) e conduz movimentos reflexivos sobre as vidas LGBTQIA+ enfatiza estranhamentos sobre os regimes de quarentena experienciados por nós desde 2020. Consiste em uma dupla vertente, sendo que, de um lado, demarca as diferentes condições de isolamento social na pandemia de covid-19 e, por outro, de quarentenas vividas por indivíduos e grupos LGBTQIA+ em diferentes momentos e contextos, que marcam a experiência e o entendimento da realidade. É por meio dessa explicação que seguimos nesta pesquisa.

5 Salientamos que, em razão da limitação de páginas do artigo, apresentamos algumas das histórias que compõem o livro. Nossa seleção, que forma o corpus sensível, considerou aquilo que nos moveu ao lê-las, nos tocou na trajetória de investigação e nos fez refletir sobre as experiências das violências.

Sobre as interseccionalidades e a importância no entendimento da realidade do estar no mundo

Para uma compreensão aprofundada do conceito de interseccionalidades, devemos entender suas origens e as complexidades das identidades. Dayane Assis (2019) identifica a historicidade com os feminismos negros que, diferentemente das matrizes hegemônicas que cunham a categoria “mulher” como uníssona, reconhecem raça, sexualidade, classe e outros marcadores sociais da diferença em articulação como uma forma de entender as diferentes opressões vividas por mulheres negras na sociedade. “Os feminismos negros, portanto, denunciam que assim como, de maneira estrutural, o sexismo posiciona a mulher de forma subordinada na sociedade, o racismo também ocupa esse lugar quando interseccionado com demais marcadores sociais” (Assis, 2019, p. 12). Essa perspectiva de ação salienta que, muitas vezes, o que o feminismo hegemônico fez, ao não reconhecer diferenças em articulação e tensionamento, provocou desunião entre movimentos organizados.

No início, explica-nos Bruna Pereira (2021), a interseccionalidade era sublinhada com o interesse de incluir quem estava em posições potenciais de marginalização e que não tinha reconhecimento e permanecia em zonas de isolamento na sociedade. Os movimentos feministas negros e lésbicos, sobretudo nos meios acadêmicos e nos ativismos situados no Norte global, foram responsáveis por lançar luzes a essas questões, uma vez que havia uma insatisfação com as invalidações das experiências de mulheres negras e lésbicas socialmente. Contudo, o avanço se deu com a tematização da diferença, adquirindo relevância pública para não somente buscar inclusão à matriz social, mas, sim, combater regimes de desigualdade perpetuados historicamente e buscar por políticas de cuidado.

Kimberlé Crenshaw é uma intelectual central para a difusão dessa abordagem, tendo em vista a preocupação com a interação das diferenças e os contextos de luta e dominação das relações de poder. Com essa atenção despertada para as problemáticas dos entrecruzamentos das diferenças, devemos entender as interseccionalidades como uma forma de reconhecimento das conexões entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que interagem nas vidas humanas (Akotirene, 2023).

Fundamental destacar, segundo Carla Akotirene (2023), a centralidade das experiências das mulheres negras e seus embates, lutas e ancestralidades como basilar para o desenvolvimento do conceito de interseccionalidades e suas significações. Com essa agência, criam-se possibilidades de nomeação e de visibilidade dos amalgamentos das opressões e, ainda, estabelece ações de combate às injustiças e violências históricas. Também é crucial trazer as perspectivas do Sul global, como de Lélia Gonzalez e a amefricanidade, como forma de entender os processos coloniais em atravessamento e constituição das violências cotidianas (Assis, 2019).

Carlos Henning (2015) assinala, em um amplo debate sobre as emergências do conceito e as atualizações contemporâneas necessárias para uma reflexão acurada dos fenômenos sociais, questões colocadas em debate sobre os três marcadores principais reconhecidos quando se propõe uma leitura interseccional — raça, classe e gênero — ou, também, de uma ideia de infinidade de diferenciações que provocaria um somatório de opressões. O pesquisador considera que:

Essa ênfase ressaltaria, assim, a possibilidade de certa contenção analítica, contestando o — assim visto — necessário ‘caráter de abertura ilimitada’ do campo interseccional. Portanto, não necessariamente é preciso desenvolver a análise de uma infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social, mas atentar para o entrelaçamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, partindo de análises atentas às *diferenças que fazem diferença* em termos específicos, históricos, localizados e, obviamente, políticos (Henning, 2015, p. 111, grifos do autor).

Com as interseccionalidades, percebemos que as identidades, a partir de seus marcadores sociais da diferença, não operam de modo isolado e sequer individualizado, mas em uma permanente processualidade com entrelaçamentos e interações. Trata-se, desse modo, de reconhecer as interseccionalidades como uma lente teórica, conceitual e metodológica para leitura crítica e histórica dos fenômenos sociais e suas interconexões com os contextos em que se situam.

Violências contra corpos dissidentes na e para além da pandemia de covid-19

Márcio do Nascimento e Marco Duarte (2022) afirmam que “as dominações, expropriações e opressões por qual sofrem e marcam socialmente os corpos dissidentes e abjetos só podem ser problematizados a partir da intersecção gênero, sexualidade, raça e classe social” (Nascimento; Duarte, 2022, p. 72). Corpos dissidentes e experiências que fogem dos arranjos normativos devem ser compreendidas a partir dos questionamentos colocados pelas interseccionalidades, assim como pelas vidas precárias, noção resgatada pelos pesquisadores a partir de Judith Butler (2019), para situar quais vidas são abjetificadas e invalidadas.

As vulnerabilidades e as precariedades são partes constitutivas das experiências no mundo, embora demarquem compreensões distintas. Sônia Pessoa e Carlos Mendonça (2020) explicam que a vulnerabilidade diz respeito ao existir no mundo, quer dizer, aos riscos e aos desafios que as relações com os outros nos trazem continuamente. Isso significa que a vida humana é fundamentalmente dependente do outro, das relações e das interações, seja de quem é parte direta do nosso cotidiano ou de quem também não é. A precariedade, por sua vez, emerge da intensificação das vulnerabilidades a partir da interação dos marcadores sociais da diferença, o que inclui a situação socioeconômica, os pertencimentos e as identidades, os contextos políticos, as condições ambientais, os acessos aos direitos humanos etc. (Pessoa; Mendonça, 2020).

Se a vulnerabilidade é um eixo ontológico da vida humana, a precariedade se refere a uma dimensão socialmente construída e em atualização, cujos resultados representam as intersecções entre os marcadores sociais da diferença. Quando nos atentamos às especificidades do contexto pandêmico, com olhares direcionados aos indivíduos e à comunidade LGBTQIA+, temos que fazer uma leitura atenta. Conforme Sônia Pessoa e Carlos Mendonça (2020), os isolamentos trazidos como tentativa de conter os avanços virais sobre as populações mostram a vulnerabilidade, ou seja, todas as pessoas estão vulneráveis diante dos outros, sujeitas à contaminação pelo coronavírus e às consequências para a saúde. Entretanto, esses isolamentos sociais revelam e também intensificam precariedades para muitas pessoas.

As pesquisas desenvolvidas pelo coletivo *VoteLGBT* em 2020 e 2021⁶, por exemplo, mostraram os impactos da pandemia de covid-19 no ápice de seu desenvolvimento e as relações diretas com as experiências LGBTQIA+, apontando a existência de diferentes quarentenas em coexistência no marco pandêmico e as precariedades se avolumando pelas questões emocionais, psicológicas, financeiras e relacionais. Outro ponto a ser considerado, alertado por Márcio do Nascimento e Marco Duarte (2022), é de que:

Portanto, nessa conjuntura de crises sanitária, política, econômica e ética, no contexto do Estado ultraneoliberal, com sua necropolítica, convertendo os diferentes inimigos, a pandemia de COVID-19 [sic] expõe, na cena pública, o *projeto de poder em curso na sociedade brasileira*, na medida em que o sistema de saúde não cuida de todos. Desta forma, a precariedade da vida é imposta, o que revela que há corpos passíveis de luto, mas outros nem tanto (Nascimento; Duarte, 2022, p. 80-81, grifos nossos).

Assim, percebemos que a precariedade é distribuída de forma diferencial, como explica Judith Butler (2019), o que traz sujeições às violências e aos riscos iminentes da morte. No contexto brasileiro, a proteção à vida sob o governo de Jair Bolsonaro foi seletiva e abrangeu quem se alinhou ideológica e politicamente aos seus ideais e sua gestão. Dessa forma, a seletividade impulsionou discursos desinformativos e potencialmente danos na esfera pública, enquanto aumentava os riscos das precariedades.

A violência não é algo sempre extraordinário, um evento isolado, mas algo que “desce ao ordinário”, isto é, que se infiltra no cotidiano, nas práticas de vida, nas relações íntimas, familiares e comunitárias (Das, 2020). No caso dos corpos dissidentes, a violência não é só física — há uma atmosfera de discriminação diária, invisibilização, linguagem que exclui ou apaga, silêncios forçados, medo, intimidações. Essa violência cotidiana e tácita pode ser tão marcante quanto a violência explícita.

O narrar da violência por uma abordagem das interseccionalidades

Conduzidos pelas aberturas das interseccionalidades, somos direcionados por meio da leitura crítica de Carlos Henning (2015) para compreender as experiências LGBTQIA+ e os desafios enfrentados em um duplo isolamento social: aquele colocado como medida profilática para a pandemia de covid-19 e outro que é parte permanente da vida comum em razão dos impedimentos e das medidas coercitivas que regem a sociedade na qual estamos. Nesse sentido, partimos do entendimento de que as interseccionalidades expandem os caminhos para uma análise que se atente aos contextos e suas especificidades de desenvolvimento das diferenciações e de intensificação das desigualdades (Henning, 2015).

Enfatizamos que a pandemia de covid-19 representa um marco que abrange a sociedade mundial, mas é composta por uma infinidade de experiências diametralmente diferentes crivadas por precariedades. Devemos entender, por uma abordagem interseccional, explicada por Dayane Assis (2019, p. 20) que assinala a explicação a partir de Kimberlé Crenshaw, que “[...] o ponto nodal dessa reflexão é justamente a interação entre os marcadores sociais da diferença

6 Relatórios completos disponíveis para consulta em: https://www.votelgibt.org/s/diagnostico_LGBT_pandemia_completo.pdf e https://www.votelgibt.org/s/diagnostico_LGBT_pandemia_completo.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

[...].” Frente a essas considerações norteadoras, seguimos para o contato com a obra *Histórias da queerentena* (Pérez Navarro, 2020), que abre incursões possíveis de contato com a interseccionalidade e a importância de unir diferentes narrativas de vida como forma de construir memórias sobre aquele tempo. Movidos por afetações, muitas delas doloridas, difíceis de serem compreendidas e que nos aproximam, geram reconhecimento ou distanciamento das narrativas, seguimos por uma perspectiva mais atenta às violências.

Antes de continuarmos, devemos situar esse livro com mais detalhes e as afetações que nos despertam para a pesquisa com ele. Conforme as explicações de Pablo Pérez Navarro (2020), as histórias reunidas no formato de livro constituíram uma espécie de assembleia cujas coletividades permitiram a integração e os dissensos, com fios que reúnem as vivências dissidentes em mundo composto por normas que se lançam como norteadoras e basilares das relações humanas. O filósofo e organizador da obra escreve que a ideia era “[...] reunir histórias, testemunhos e reflexões em primeira pessoa sobre as quarentenas da pandemia de covid-19. Nada mais, nada menos” (Pérez Navarro, 2020, p. 13). Embora seja um propósito fácil de ser compreendido, haja vista o contexto sociopolítico em que se situava na época de desenvolvimento, o resultado trouxe uma complexidade de temas, de perspectivas de mundo e de buscas por reelaborar a si próprio. Neste artigo, conforme as afetações que as histórias nos trouxeram e que movimentaram os caminhos de pesquisa em nossas práticas acadêmicas cotidianas, concentramo-nos aos indícios que demarcam experiências de violência sofridas por pessoas LGBTQIA+.

Se a experiência da violência é cotidiana para quem é dissidente das normas, suas formas de se armar não se apresentam apenas nos limiares da vida — que nos acostumamos a ver diariamente como notícias ou sequer com o devido valor de uma vida —, mas em um processo contínuo, diário, que age nas tramas de diferentes instituições organizadoras de nossas interações (Das, 2020). Luís Fernando Lobo Rosa (2020), um homem homossexual de 43 anos de Peruíbe, São Paulo⁷, argumentou que a quarentena não mudou a vida de muitos homossexuais, que já viviam e vivem em uma espécie de isolamento. Ele descreve o desvelamento de tendências machistas, misóginas, homofóbicas e racistas em pessoas próximas, assim como situações de discriminação veladas que sofreu. “Fui assassinado várias vezes – na família, no trabalho, nas ruas, na rede. Uma violência consentida. ‘Não tinha, não tive, e não tenho a quem recorrer’, divago, em meu mundo que cai. Estou vago, à deriva, à flor da pele, à queima-roupa” (Rosa, 2020, p. 142). Essa escrita, carregada de dor e de um sentimento de esvair da própria vida, traz a comparação com se viver em uma eterna pandemia e isolamentos sociais, entre eles a dificuldade de sair às ruas com sua cachorrinha usando uma simples guia com a bandeira LGBTQIA+ e receber olhares de repúdio e também ser vítima de violências e os problemas para se conseguir um emprego por ser uma pessoa homossexual.

Com certa proximidade na narrativa, Guilherme “Smee” Sfredo Miorando (2020), um homem gay nerd de 36 anos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, refletiu sobre a angústia de ser *queer* na quarentena da covid-19, pois sentimos que já estamos “[...] vivendo quarentenas identitárias a vida inteira”. Seja com os armários que se interpõem continuamente, tal como a pandemia de covid-19 se interpõe à experiência, seja com os estigmas dos passados violentos da epidemia de HIV/aids que ainda perpetuam, as violências seguem com efervescência. Para ele, o que se

7 Todas as marcações de identidades apresentadas foram escritas pelas próprias pessoas em suas histórias e reproduzidas como nota de rodapé no livro. Logo, não nos cabe, enquanto pesquisadores que estão trabalhando com a materialidade textual e com os afetos, questionar ou proceder a um recenseamento com base em outras emergências que, porventura, possam aparecer nas histórias. Dessa forma, reproduzimos as informações sobre as identidades conforme elas foram descritas originalmente.

deseja é o direito de ter prazer na mesma intensidade, de ser estranho e fora do normal sem justificativas, e de atuar como outro gênero sem fundamentar qualquer explicação. Contudo, o que se nota é a proximidade dos regimes que autorizam as mortes tanto na pandemia de covid-19 quanto aos extermínios de pessoas LGBTQIA+ (Miorando, 2020). E nessa esteira da necropolítica contra corpos dissidentes e vidas precárias (Nascimento; Duarte, 2022), o Brasil permanece na liderança pela 16ª vez consecutiva como o país que mais mata pessoas trans e travestis, como relatou a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Para dimensionar o problema, em 2024, “a vítima mais jovem tinha apenas 15 anos, e o perfil das vítimas permanece alarmante: majoritariamente jovens trans negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos, com requintes de crueldade” (Benevides, 2025, p. 9).

Muitas vezes, o isolamento social é uma arma estratégica para poder viver afastado de discriminações e condições potenciais de vulnerabilidade. Maria Clara Elias Polo, super sapatão de 26 anos de Uberlândia, Minas Gerais, e Giselle Tavares, lésbica pra caramba de 33 anos de Uberlândia, Minas Gerais, narraram suas vivências na quarentena e afirmaram que o lugar mais seguro para expressarem o amor sem violência e constrangimento é o lar. Entretanto, sabemos que as condições de privilégio — entre elas, podemos destacar ter uma casa segura para se viver, ter salários, acesso a serviços etc. — marca a pandemia de covid-19 e o modo como cada pessoa ficou sob riscos, medos e violências. Sônia Pessoa e Carlos Mendonça (2020) afirmam que o confinamento deve ser visto sob os privilégios, pois “nem todas as pessoas estão colocadas sob as mesmas condições” (Pessoa; Mendonça, 2020, p. 90) e isso reforça desigualdades sociais.

As tensões nesse período de pandemia evidenciam também um processo de olhar para si e entender de onde se compreende. João Ricardo Jortieke Junior (2020), um homem branco, cisgênero e gay de 23 anos de Araras, São Paulo, apresentou-se, no texto, com seus privilégios por ser um homem cisgênero, branco, sem limitações físicas e suas vulnerabilidades por ser gay, gordo, ter transtorno de ansiedade e compulsividade alimentar. Diante disso, ele relatou a experiência de se assumir gay aos 17 anos em meio a uma briga familiar, o que gerou processos traumáticos e de violências, mas que trouxeram a decisão de abraçar a si mesmo e desfazer laços que o feriam.

Voltar para certos espaços, como a pandemia de covid-19 convocou, é retornar para memórias da violência e estar potencialmente exposto à vulnerabilidade. Túlio Vinícius Andrade Souza, um homem gay, que se questiona, se descobre e se (re)inventa, escreveu sobre o isolamento social, em uma cidade que não reconhecia mais como pertencente a ela. Ele refletiu sobre as repercussões de voltar para casa após 10 anos e as violências psicológicas sofridas na infância que o cerca. Também disse que se sentia bombardeado por notícias do caos, a violência contra LGBTQIA+ e o projeto de genocídio contra grupos vulneráveis.

Essas percepções convergem com a escrita de Beatriz Abreu Gomes (2020), uma mulher lésbica de 27 anos de Salvador, Bahia, que refletiu sobre a utopia do normal e o impacto da pandemia nos corpos. Ela, estudante da UFBA, descreveu a saída de casa devido à homofobia de familiares. Como trabalhadora informal, ela e sua família estão suscetíveis aos problemas financeiros e precisam continuar trabalhando, torcendo para que a necropolítica não os atinja. Ela criticou ainda a necropolítica do governo Bolsonaro, que exerceu soberania sobre a vida e a morte, escolhendo quem deveria morrer e quem deveria viver. Nesse contexto, Beatriz destacou que os corpos que se expunham ao trabalho são majoritariamente negros, pobres e periféricos, sem nenhum peso para o Estado, bem como a violência contra as mulheres

aumentou na quarentena, com casos de agressão de vizinhas e familiares. Tais questões se impõem para se pensar as interseccionalidades e os pesos das desigualdades sobre as vidas em condições de vulnerabilidade.

Essas violências levantam dúvidas sobre quem pode construir projetos e sonhos em um país que estava com mais de 40 mil mortes diárias por coronavírus, como trouxe o texto de Rômulo Lopes da Silva (2020), um homem preto, cis, gay/homossexual de 24 anos de Campinas, São Paulo. Ele também lamentou que crianças pretas foram mortas em casa pela violência do capitalismo, bem como o isolamento se tornou um discurso para o autoconhecimento, que, para ele, revelou a desigualdade social. Nesse contexto, o racismo estrutural, exposto pela violência policial, fez surgir o movimento *Black Lives Matter* que levantou reflexões da necessidade de se racializar e de o racismo ser compreendido como estruturante das relações.

Narrativas de sofrimento desses corpos geralmente envolvem silêncios, metáforas, modos de expressão que evitam confrontos diretos — tanto por medo quanto pela ausência de espaços seguros de voz. Veena Das (2020) sugere que prestar atenção a esses modos é crucial para captar o que há de violento em experiências aparentemente “normais”. Resistências desses corpos podem se dar nos modos como usam o corpo — cuidado, aparência, modos de se deslocar, de falar, de se associar, de criar intimidade — ou seja, não apenas em protestos explícitos, mas em práticas diárias que afirmam identidade, existência, pertencimento. O tempo desempenha um papel central: os corpos dissidentes carregam temporalidades — eventos passados, traumas, expectativas futuras, memórias, esperanças — que interagem com o presente cotidiano, moldando como se vive, sente, relaciona. A experiência de violência registrada no corpo vai se estender ou interferir no futuro, nas formas de projeção, de sonhos, de manutenção de medos e de possibilidades de reorganização da vida.

Considerações finais

Finalizamos esse texto com algumas considerações de Áurea Carolina de Freitas e Silva (2019) que escreve:

Em uma democracia, a comunicação precisa ir além das mídias convencionais e narrar histórias que mostrem a diversidade da sociedade, com exemplos capazes de inspirar e fortalecer a cidadania ativa. Seu papel de interesse público é contribuir para uma reflexão crítica sobre a realidade, o que inclui visibilizar mais mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTI, quilombolas, entre outros grupos não hegemônicos, e adotar práticas afirmativas em seus processos de produção e gestão (Silva, 2019, p. 17).

É justamente esse o caminho que podemos localizar as *Histórias da queerentena* e o papel assumido socialmente (Pérez Navarro, 2020). Ao provocar estranhamentos, identificamos uma assembleia em formação que se dá por alianças em torno das violências que sofremos. Notamos o modo como as precariedades se acentuam ainda mais durante a pandemia de covid-19. Em uma entrevista dada por Renan Quinalha ao site *Brasil de Fato* (Robichez; Ibelli, 2025), ele abordou sobre as violências contra pessoas LGBTQIA+ que assinalam ações que fundam nossos processos de socialização e se espalham por meio de práticas institucionais de negligência e legitimação.

A violência faz parte da nossa experiência em um lastro histórico de ações que se direcionam contra nós. Infelizmente, estamos em um país LGBTfóbico, cujas violências foram insufladas por autoridades políticas ao longo do tempo, com o recrudescimento da extrema-direita política e do neofascismo. Protagonizamos ranqueamentos de mortes e violências, ao mesmo tempo que muitos casos de violação de direitos não são sequer reconhecidos. Se, de um lado, a força coercitiva da violência se instaura na experiência LGBTQIA+, por outro, resistimos e buscamos re-existir de diferentes formas. Como João Silvério Trevisan (2018) escreve, elaboramos caminhos, insurgimos pelas artes, tentamos seguir com força, alegria e atenção.

Veena Das (2020) não vê a resistência apenas como grandes gestos heroicos ou políticas visíveis. Muitas vezes, a resistência está no cuidado, no ladear dos silêncios, em formas de continuar vivendo, articulando relações, recuperando intimidade, negociando lugares de fala, reconstruindo afetos mesmo após ou durante violências. Este parece ser o gesto de resistência nas *Histórias da queerentena*.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.
- ANDREWS, J. et al. (Eds.). **O livro da história LGBTQIAPN+**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.
- ASSIS, D. N. Conceição de. **Interseccionalidades**. 1. ed. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.
- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. 1. ed. Brasília: Distrito Drag; Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2025.
- BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88>. Acesso em: 13 out. 2025.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coords.). **Atlas da violência 2025**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.
- DAS, V. **Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- FERRARI, M. T.; PROCÓPIO, M. R. Notícias sobre mulheres e pandemia: temáticas e enquadramentos em um contexto de desigualdades de gênero aprofundadas. In: PEREIRA, L. I.; GOMES, M. C.; XAVIER, M. R. P. (Orgs.). **Gênero, sexualidades e violência**. Viçosa: UFV; Divisão Gráfica Universitária, 2023. Capítulo 8.
- GOMES, B. A. A utopia do normal e o impacto da pandemia nos corpos. In: PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 301-304.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 13 out. 2025.
- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 13 out. 2025.

- JORTIEKE JUNIOR, J. R. Para além de máscaras e quarentena: reflexões sobre distanciamentos e formas de amar. *In*: PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 253-258.
- LOPES DA SILVA, R. Quando o carnaval passar... quero ver a quarta-feira: sobre a pandemia e histórias de pretos/as. *In*: PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 309-312.
- MIORANDO, G. S. S. Que querem os Queer? *In*: PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 120-123.
- MORICEAU, J. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. *In*: PESSOA, S.; PRATA, N. (Orgs.) **Desigualdades, gêneros e comunicação**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2019, p. 41-50.
- NASCIMENTO, M. A. N.; DUARTE, M. J. O. Covid-19 e população LGBTQI+: os impactos da necropolítica aos corpos dissidentes. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 5, n. 17, p. 68-83, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2022.17.14738>. Acesso em: 13 out. 2025.
- PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>. Acesso em: 13 out. 2025.
- PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020.
- PESSOA, S. C. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. 1. ed. Belo Horizonte: PPGCOM, 2018.
- PESSOA, S. C.; MENDONÇA, C. M. C. Flagelos dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades. *In*: PRATA, N.; JACONI, S.; NASCIMENTO, G. (Orgs.). **Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas voltas**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2020, p. 87-111.
- ROBICHEZ, A.; IBELLI, L. 'O que conecta todas as letras do LGBTQIAPN+ é a violência', diz professor. **Brasil de Fato**, 20 jun. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/brasil-de-fato-entrevista/2025/06/20/o-que-conecta-todas-as-letras-do-lgbtqiapn-e-a-violencia-diz-professor/>. Acesso em: 13 out. 2025.
- ROSA, L. F. L. Ser homossexual em quarentena é como ser homossexual em não quarentena. *In*: PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 141-145.
- SILVA, A. C. F. Comunicar e politizar as relações pelo fim das desigualdades. *In*: PESSOA, S.; PRATA, N. (Orgs.) **Desigualdades, gêneros e comunicação**. 1. ed. São Paulo: Intercom, 2019, p. 17-18.
- SOUZA, T. V. A. Sobre vivências, sobrevivências e mecanismos de resistência durante o isolamento social em decorrência do coronavírus. *In*: PÉREZ NAVARRO, P. (Org.). **Histórias da Queerentena**. 1. ed. Cuenca, Equador: Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina (CES-AL), 2020, p. 203-207.
- TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- VIEIRA FILHO, M. J. "Mimimi", "histeria", "gripezinha": imaginários sociodiscursivos da banalização da pandemia no Brasil em discursos presidenciais. **Mester**, Los Angeles, v. 51, p. 157-179, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5070/M351055724>. Acesso em: 13 out. 2025.

PESQUISA EM ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA: ATRAVESSAMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

RESEARCH ON COMMUNICATIVE ACCESSIBILITY:
ETHICAL AND METHODOLOGICAL CROSSOVERS

SAMARA WOBETO¹

VIVIANE BORELLI²

RESUMO

Este artigo parte de experiência em pesquisa experimental para tecer reflexões éticas e metodológicas sobre investigações em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência. Como campo de estudos ainda em construção, existem dificuldades de encontrar referências e bancos de dados consolidados, o que incide em estudos com contornos tentativos e necessidade de desenhos metodológicos que possibilitem a construção destes conjuntos. Estes movimentos trazem dificuldades em relação às dimensões ética e metodológica e à importação de métodos e técnicas de outras áreas do conhecimento. A partir de pesquisa de dissertação, que investigou a inserção da acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas, articulamos relato de experiência com reflexões éticas, metodológicas e epistemológicas. Defendemos que as pesquisas em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência adotem perspectivas decoloniais para a produção de ciência, pensando não apenas na localização geográfica, mas também na contribuição de conhecimentos produzidos por outras corporalidades. Consideramos estratégica a adoção de protocolos de aplicação de entrevistas, coletas e análise de dados, a fim de aumentar o rigor dos resultados. Refletimos sobre procedimentos éticos, o que inclui a submissão do projeto em Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, mas também incide na dimensão da teoria e escolhas metodológicas - e que exige vigilância epistemológica constante. Por fim, pesquisas experimentais devem ser consideradas como possibilidade de construção do respectivo campo de conhecimento e, consequentemente, de avanço científico.

Palavras-chave: acessibilidade comunicativa; pesquisa; metodologia; ética.

ABSTRACT

This article draws on experimental research experience to reflect on ethical and methodological issues in research on communicative accessibility, media, and disability. As a field of study still under development, there are difficulties in finding consolidated references and databases, which leads to studies with tentative outlines and a need for methodological designs that enable the construction of these sets. These movements bring difficulties in relation to ethical and methodological dimensions and the importation of methods and techniques from other areas of knowledge. Based on dissertation research that investigated the inclusion of communicative accessibility in the training of journalists, we articulate an experience report with ethical, methodological, and epistemological reflections. We argue that research on communicative accessibility, media, and disability should adopt decolonial perspectives for the production of science, considering not only geographical location but also the contribution of knowledge produced by other corporealities. We consider the adoption of protocols for conducting interviews,

- 1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). É jornalista e Mestra em Comunicação pela mesma Universidade. Pesquisa acessibilidade comunicativa e suas interfaces com o jornalismo e o ensino de jornalismo. Bolsista Capes. E-mail: samara.wobeto@acad.ufsm.br.
- 2 Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (POSCOM/UFSM) e professora associada IV do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (DCC/UFSM). É doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, mestre e jornalista pela UFSM. É bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: viviane.borelli@ufsm.br.

data collection, and analysis to be strategic in order to increase the rigor of the results. We reflect on ethical procedures, which include submitting the project to a Human Research Ethics Committee, but also focus on the dimension of theory and methodological choices—which requires constant epistemological vigilance. Finally, experimental research should be considered as a possibility for constructing the respective field of knowledge and, consequently, for scientific advancement.

Keywords: *communicative accessibility; research; methodology; ethics.*

Introdução

A pesquisa em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência ainda se produz de forma isolada. Isso se dá na busca por referências qualificadas - que ainda são poucas, mesmo que em crescimento -, na tentativa de diálogo em espaços institucionais, em projetos, em eventos, na submissão de trabalhos acadêmicos³. Esse afastamento do *mainstream* é também perceptível no espaço da sala de aula e no mercado de trabalho. Pesquisar acessibilidade, em certos momentos, parece ser reverberar no vazio.

Neste artigo, partimos da experiência de pesquisa de dissertação, em que refletimos sobre a inserção da acessibilidade comunicativa em sala de aula, na formação de jornalistas (Wobeto, 2025). Por seu caráter teórico-experimental, exigiu a construção de um desenho metodológico que reúne variados métodos e técnicas, a fim de possibilitar a coleta e análise de dados. Este reúne seis fases de pesquisa, que combinam aspectos teóricos, empíricos e analíticos, e que será detalhado na terceira parte do texto. Os desafios, questionamentos e tensionamentos éticos e subjetivos do processo de investigação inspiraram a escrita deste artigo.

Dessa forma, o objetivo é refletir sobre aspectos éticos, metodológicos e epistemológicos na pesquisa sobre acessibilidade comunicativa. Para isso, inicialmente apresentamos alguns dados mais conceituais para depois aprofundar os conceitos que dão base à investigação. Por fim, detalhamos processualidades singulares do fazer pesquisa, discutimos os dados e apresentamos algumas proposições que indicam resultados para seguirmos na área de investigação que busca tensionar a acessibilidade comunicativa, as mídias e as pessoas com deficiência.

Antes de avançar neste debate, no entanto, é necessário dar um passo atrás para compreender o cenário atual de investigação da temática no Brasil. Em aspectos globais, a acessibilidade na internet começou a ser padronizada a partir do trabalho do *World Wide Web Consortium* (W3C), em 1997, a partir da criação da *The Web Accessibility Initiative* (WAI) (W3C, 1999). Cria, entre outros, as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), que está em sua versão 2.2, publicada em outubro de 2025 (W3C Brasil, 2024). O grupo iniciou seus trabalhos no Brasil

3 Aqui, é necessário fazer um adendo quanto ao que entendemos por isolamento. As pesquisas sobre acessibilidade comunicativa e suas nuances a nível de pós-graduação estão em crescimento nos últimos anos. No entanto, quando encontramos estes pares, seja em eventos e em bancas, seja em trocas de conversas, é comum o relato de que, muitas vezes, somos os únicos na universidade/grupo de pesquisa/espacos que ocupamos. Em eventos, é comum sermos os únicos trabalhos que abordam acessibilidade. Nestas ocasiões, há retornos de quem acha a pesquisa bonita, importante, necessária, de quem nunca tinha refletido sobre o tema, de quem não tem nenhum conhecimento sobre acessibilidade, e mesmo de quem nos parabeniza e aplaude. O incômodo gerado vem do fato de que não há construção de diálogo em virtude do desconhecimento. Além disso, há ocasiões em que, na submissão de artigos em periódicos científicos, é necessário usar de algumas páginas para explicar o que é acessibilidade e como ela deve estar na comunicação. Quando esses conceitos não são explicitados e descritos minuciosamente, o parecer volta, justamente, com esse pedido, o que reflete o desconhecimento do campo da Comunicação quanto à temática.

em 2007, iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)⁴.

Em termos de histórico de inserção da acessibilidade em meios digitais, é necessário citar, ainda, o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), documento que orienta sobre legislação, recomendações de acessibilidade (como conteúdo, informação, design e multimídia), padrões de acessibilidade digital no Governo Federal e recursos e ferramentas de acessibilidade (Brasil, 2011). Não apenas na comunicação, mas em outros aspectos da acessibilidade, a implementação e adoção destes padrões e modelos foram marcos.

Além disso, o ano de 2025 marca uma década da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146 (Brasil, 2015), que busca a garantia de direitos para pessoas com deficiência. A escolha do verbo que denota tentativa é intencional: mesmo que avance na perspectiva de registro jurídico de direitos para sujeitos com deficiências, a lei não é efetiva. Marco Bonito (2015), pesquisador referência em acessibilidade comunicativa, também nomeia o fenômeno das 'legislações invisíveis', uma vez que atuam na garantia de direitos, mas estes não são cumpridos e muito menos fiscalizados.

Em termos de garantia de direitos, há poucos avanços na última década. Em relação às pesquisas realizadas em 2015 (Bonito, 2015; Segatto, 2015), as datadas de 2024 (WPT, 2024) têm poucas diferenças. Ao olhar para o recorte do jornalismo, por exemplo, preocupa saber que 96,6% dos sites jornalísticos têm falhas significativas de acessibilidade (WPT, 2024). Dados como estes, que evidenciam a ausência de práticas acessíveis, são comuns como resultados de pesquisas. Em parte, isso se dá pelo ínfimo avanço no cumprimento legislativo. Uma vez que não há cobrança de multas ou sanções para veículos que não inserem acessibilidade em suas práticas, produtos e serviços, por exemplo, a acessibilidade fica em último plano nas prioridades da rotina conturbada de uma redação e no rol de investimentos por parte das empresas. E esses resultados se refletem nas pesquisas, que mostram a acessibilidade comunicativa como lacuna (Bonito, 2015; Segatto, 2015; Beraldo, 2021; Freitas, 2021; Gomes e Moutinho, 2021; Wobeto, 2023; 2025).

Para Ellcessor, Hagood e Kirkpatrick (2021), ainda não é possível afirmar a existência de um campo de estudos em Mídia e Acessibilidade, mas que este está em construção. Em revisão de literatura (Wobeto, Romero e Borelli, 2024, p. 81), corrobora-se este entendimento na realidade brasileira: "Mesmo que o número de trabalhos seja pequeno, é possível inferir que há uma tentativa de construção de um eixo de pesquisa no qual a acessibilidade é importante para pensar e refletir sobre a área da Comunicação". Diante disso, observamos cada vez mais a emergência de investigações sobre aspectos diversos da acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência, especialmente em nível de Mestrado e Doutorado⁵.

Além disso, ao pensar na construção do campo de conhecimento proposto por Ellcessor, Hagood e Kirkpatrick (2021), é necessário evidenciar que a acessibilidade comunicativa não deve ser compreendida de maneira homogênea, mas sim a partir de suas diversidades, de pessoas com características e modos de comunicação distintos: pessoas cegas, com baixa visão ou deficiência visual, pessoas daltônicas, pessoas surdas, com baixa audição ou com deficiência auditiva, pessoas autistas, pessoas disléxicas, pessoas com deficiência intelectual e pessoas

4 'Grupo W3C estreia escritório no Brasil'. Disponível em: <https://www.nic.br/noticia/na-midia/grupo-w3c-estreia-escritorio-no-brasil/>. Acesso em 22/11/2025.

5 Dentre as pesquisas em nível de Mestrado, temos os trabalhos de Campanhã (2020); Berni (2021); Beraldo (2021); Freitas (2021); Andrades (2022); Baldin (2024); Oliveira (2024); Pereira (2024); Moreno da Silva (2025); e Wobeto (2025). Em nível de Doutorado, temos as teses de Bonito (2015), Fulas (2021) e Berni (2024). Além disso, grande parte dos autores citados com trabalhos de Mestrado estão, agora, em cursos de Doutorado e investigando a acessibilidade comunicativa.

com dificuldades intelectuais, como TDAH e TDA. São pelo menos 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (IBGE, 2025), e este grupo é composto por pessoas diversas, o que também deve se refletir na pesquisa.

Em termos de avanço científico, no entanto, entendemos que vivemos um momento de passagem. Se até recentemente as pesquisas precisaram dedicar-se a construir referências para possibilitar o diálogo - e, conseqüentemente, isso significou identificar lacunas e barreiras de acessibilidade -, agora começamos a propôr soluções e experimentações com vistas à acessibilidade comunicativa. Isso não significa dizer que o que foi feito até o momento não tem validade científica. Pelo contrário, denota um campo de estudos emergente e que precisou construir as próprias referências para poder pesquisar.

Essas questões voltam olhares para a pesquisa e sua construção. Ter poucas referências significa ter estados da arte enxutos. Por um lado, oportuniza ocupar o espaço na construção do conhecimento. Por outro, significa lidar com dificuldades que vem, justamente, da falta de referências para o diálogo, o que reverbera no isolamento. Outro aspecto pouco falado é o quanto o processo de construção da pesquisa é afetado pela constituição do próprio campo. Assim como nas pesquisas em Comunicação, não há metodologias específicas para essa interface. Há necessidade de adaptar aquelas vindas da área das Ciências Sociais com protocolos próprios.

Comum em campos de pesquisa cujas linhas de investigação e epistemologias não estão definidas, a instabilidade reverbera, também, em ausência de conjuntos de dados robustos e de acesso público. Por mais que a quantificação de pessoas com deficiência esteja disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não há uma coleta de dados de comunicação acessível que seja específica, padronizada e semelhante aos moldes do IBGE. Isso denota a necessidade de construção dos próprios bancos de dados, esforço profícuo que repercute nos tensionamentos éticos e metodológicos. A seguir, faremos alguns apontamentos sobre os conceitos norteadores da reflexão.

Descolonizar a produção de conhecimento: perspectivas teórico-metodológicas para 'pesquisar-junto' de pessoas com deficiência

As pesquisas em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência devem seguir preceitos éticos que começam antes da formulação de nossas perguntas e hipóteses. "[...] retoma o início da processualidade científica quando nós — pesquisadores "sem deficiência" — nos deparamos com uma primeira encruzilhada: poderíamos pesquisar pessoas com deficiência?" (Berni e Maldonado, 2025, p. 2). Os pesquisadores ainda questionam: "Quais pressupostos epistemológicos, metodológicos, éticos, históricos e cidadãos deveríamos mobilizar?" (idem), o que retoma a discussão do tópico anterior, de necessidade de construção de proposições e caminhos metodológicos próprios.

Este questionamento deve ser companheiro no processo de pesquisa, alinhado à cautela e à vigilância epistemológica. Também foi uma preocupação ao longo da pesquisa, e que consideramos que deve ser registrada no texto final:

Além disso, é necessário pontuar, já no início, que ocupo, neste trabalho, uma posição de pesquisadora que também é privilegiada: sou uma pessoa sem deficiência que pesquisa acessibilidade, e este espaço do qual falo precisa ser colocado. Me proponho a ocupar o lugar de fala de profissional jornalista que conhece, defende e cobra por técnicas de acessibilizar, que reconhece os preconceitos arraigados nos discursos que o jornalismo produz e que quer contribuir para a transformação desta realidade por meio dos resultados da pesquisa. Além disso, não pretendo e não vou ocupar o lugar de falar sobre a experiência que é ser uma pessoa com deficiência e como é se deparar com barreiras de acesso a todo momento, mas estes pontos são elencados para a reflexão técnica, crítica e teórica sobre o que as barreiras significam e o quanto é importante pensar sobre elas desde a formação (Wobeto, 2025, p. 31).

Com base em Spivak (1996), Martino e Marques (2018, p. 223) afirmam que todos temos lugar de fala, situado em “localização social, ética e política”. Implica assumir a construção reflexiva de um posicionamento e a responsabilidade ética uma vez que, “mais do que uma experiência individual de legitimação dentro de um grupo já constituído, o lugar de fala implica identificar como sujeitos coletivos são posicionados em relações de poder hierarquizantes, questionando os discursos e narrativas autorizadas e totalizantes” (Martino e Marques, 2018, p. 223).

O conceito nos provoca a pensar nos questionamentos de Berni e Maldonado (2025) e demarca a importância do posicionamento acima, que mostra de onde se fala e para quem. Para os autores, fatores variados “nos provocam a assumir essa empreitada” (Berni e Maldonado, 2025, p. 2), e envolvem demandas urgentes, assimetrias de direitos e de oportunidade de acesso a espaços de produção de ciência.

Para essa caminhada, é elementar que se tenha como premissa o modelo biopsicossocial da deficiência, que vai compreendê-la como interação entre impedimentos de natureza física e barreiras culturais e psicossociais, sinalizando para um deslocamento do modelo médico e individualizado para uma perspectiva estrutural e sociocultural (Berni e Maldonado, 2025, p. 2).

Ou seja, é preciso pensar a partir da perspectiva dos direitos humanos, de garantia de acesso à informação e de promoção da cidadania comunicativa. É necessário que pesquisadores sem deficiência sejam aliados na luta pelo direito à informação, sem falar por elas, mas reverberando suas “vozes, discursos, enfrentamentos e causas” (Wobeto, 2025, p. 31).

Este entendimento se baseia também na máxima enunciada pelo grupo de pessoas com deficiência: ‘Nada sobre nós, sem nós.’ A frase tem como ponto de partida a necessidade de disputa de direitos civis, que são advindas de opressões variadas, de isolamento, de silenciamentos e de dependências forçadas (Piccolo, 2022). O autor pontua que a historicidade de criação de políticas públicas registra ações que afetam este grupo de sujeitos, mas que estes nem sempre são ouvidos na etapa de sua formulação. “Nada sobre nós sem nós é uma máxima que pressupõe que os projetos sociais não podem ser confeccionados sem a escuta das vozes dos autores que serão influenciados por essas ações. Calar jamais foi uma opção para aqueles que se veem marginalizados” (Piccolo, 2022, p. 289).

Por isso, dar “espaço à participação originária de pessoas com deficiência nas arenas políticas significa tomar tais sujeitos como iguais em dignidade e cujas vozes se mostram importantes em serem ouvidas” (Piccolo, 2022, p. 289). A partir dessa perspectiva, Berni e Maldonado (2025) propõem que a construção do conhecimento deve ser feita em co-participação, considerando sujeitos com deficiência como pessoas que têm experiências significativas, conhecimentos acu-

mulados e saberes a serem partilhados. Espaços de poder, como a universidade e programas de pós-graduação, são, ainda, pouco ocupados por estes corpos (Berni e Maldonado, 2025), o que demonstra profundas desigualdades de acesso ainda não sanadas pelas políticas públicas, como a Lei de Cotas, nº 12.711 (Brasil, 2012).

O entendimento provoca a pensar na dualidade: 'ouvir as pessoas' ou 'construir conhecimento com elas'? (Berni e Maldonado, 2025). Os autores afirmam a transmetodologia (Maldonado, 2013) como porta de diálogo para as pesquisas em mídia e deficiência, e elaboram nove premissas necessárias para atravessar as reflexões⁶.

Exercitar uma metodologia anticapacitista passa necessariamente pelo companheirismo na produção do conhecimento; na escuta profunda das falas, dos gestos e não-gestos; no desenho de métodos e práticas acessíveis e acolhedoras para a manifestação plena e multissensorial de suas particularidades como também, por estratégias para a reverberação das demandas das "pessoas com deficiência" por dignidade, cidadania e direitos. (Berni e Maldonado, 2025, p. 10).

Dialogamos também com Martino (2024) acerca da perspectiva ética da pesquisa no encontro entre texto, conceito e teoria. Para o autor, a "teoria tem implicações éticas na medida de sua vinculação com o humano e em seu direcionamento para uma alteridade" (Martino, 2024, p. 9) e, embora possam "parecer abstratas, toda teoria traz a marca do sujeito que a criou dentro de um espaço de vida" (idem). A dissertação ocupou a sala de aula como espaço de produção de conhecimento científico e buscou criar proposições teórico-práticas para o ensino de acessibilidade comunicativa no jornalismo (Wobeto, 2025). Com características distintas, investigou a acessibilidade não do ponto de vista da recepção, mas de uma instância anterior à produtiva, que engloba o espaço-tempo da formação.

As turmas⁷ eram compostas, em sua maioria, por pessoas sem deficiência. Apesar de ter estudantes autistas (TEA), daltônicos e com TDAH, estes não eram os únicos interlocutores. Um questionamento que surgiu nesse processo é de como dialogar com sujeitos com deficiência para além do espaço da sala de aula. Neste desafio, a máxima do 'Nada sobre nós, sem nós' assume outros contornos: defendemos que o diálogo deve se dar, sim, com as pessoas com deficiência, mas também com o conhecimento produzido por elas. Priorizar bibliografias e referências acadêmicas escritas a partir do lugar de fala da vivência diária de barreiras, além de relatos de experiências em livros, artigos de opinião e outras formas de registro, são possibilidades de reforço dialógico no processo de construção de nossas pesquisas.

Esta escolha assume uma perspectiva decolonial que considera e valoriza conhecimentos dissidentes, produzidos por sujeitos marginalizados e a partir da perspectiva do sul global. Concordamos com Martino (2024) quando afirma que as teorias que escolhemos para debater também têm dimensões éticas e epistemológicas. Pesquisar sobre deficiência na perspectiva do modelo social requer dialogar com perspectivas decoloniais de pesquisa, não apenas no sentido geográfico, mas também de corporalidade, ou seja, dialogar com estes sujeitos e sujeitas não somente no âmbito acadêmico, mas também em outros espaços de ocupação e de fala.

6 1 - Reconhecer as estruturas de opressão que obstaculizam o ingresso e a permanência de PCD em espaços de produção de conhecimento; 2 - A reciprocidade como elemento indispensável para a experiência profunda dos sentidos; 3 - A artesanaria metodológica (Mills, 2009); 4 - A pesquisa-da-pesquisa (Bonin, 2011; 2022); 5 - O debate da interseccionalidade é valoroso; 6 - A acessibilidade comunicativa; 7 - A exploração das sensorialidades; 8 - A provocação sobre a acessibilidade afetiva; e 9 - A "escrita marginal", apócrifa (Berni e Maldonado, 2025).

7 A turma de Jornalismo Impresso II era composta por estudantes de Jornalismo. Já a de Comunicação e Acessibilidade tinha estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial e Relações Públicas.

A pesquisa é espaço de poder, e aquilo que pesquisamos e produzimos como saber científico impacta, inclusive, na produção de políticas públicas (Martino, 2024). Como Berni e Maldonado (2025) enfatizam, o caminho para repensar nossas práticas de investigação inicia com o combate à perspectiva positivista e imperialista.

Deve-se reposicionar a ciência a serviço da vida, do bem comum e das transformações necessárias para a emancipação social, despindo-a do glamour e do ofício de gabinete do pesquisador e do extrativismo barato, apostando no estreitamento de laços de afeto entre pesquisador-coparticipante, na artesanania da pesquisa e no acolhimento de saberes outros até então marginalizados e ignorados cientificamente. **Observamos, portanto, a necessária reinterpretação do mundo, visto que as interpretações tradicionalmente elaboradas estão marcadas para suprir as necessidades e querereres daqueles que as criaram** (Berni e Maldonado, 2025, p. 6, grifos nossos).

Isso não significa a exclusão de teorias e leituras outras, tanto daquelas produzidas por pesquisadores e pesquisadoras sem deficiência quanto em locais do norte global. Isto porque, no último caso, por exemplo, “deve-se considerar a pertinência das pesquisas produzidas em outros países, sem que se desconsidere os contextos diversos” (Wobeto, 2025, p. 86) e nos apropriar delas “não como mera aplicabilidade técnica e crítica, mas em tensionamento com os achados da ciência que é feita aqui” (idem). Postos os preceitos teóricos que orientam escolhas e reflexões metodológicas, partimos para o relato de experiência.

Relato de experiência da construção de um caminho metodológico, aspectos éticos e tensionamentos

Uma das premissas elencadas por Berni e Maldonado (2025) como necessárias às pesquisas em acessibilidade comunicativa é a artesanania metodológica (Mills, 2009), ideia que vem de um movimento de trabalho intelectual que, para Mills (2009) também configura-se como artesanato na medida em que as experiências e conhecimentos dos pesquisadores e pesquisadoras se costuram com as teorias. Para Berni e Maldonado (2025, p. 11), nas pesquisas em acessibilidade, mídia e deficiência, “não é possível apresentar um único protocolo que sirva como padrão para as pesquisas na companhia de PCD. Cada projeto de investigação deve ser pensado, tensionado e construído a partir e com a realidade de seus coparticipantes”.

A afirmação nos chama para o diálogo na medida em que também fizemos movimento semelhante na pesquisa. Mesmo diferente da adoção da proposta transmetodológica (Berni, 2024) - em concepção no momento da feitura da dissertação -, também denota esse aspecto necessário de construir desenhos metodológicos em um terreno incerto e em indefinição.

Na dissertação, cujo objetivo foi problematizar a inserção da acessibilidade comunicativa nas práticas pedagógicas do ensino no Jornalismo, os objetivos específicos foram delimitados nos seguintes: a) Mapear iniciativas pedagógicas que trabalhem a acessibilidade nos cursos de Jornalismo; b) Experimentar, no âmbito da Docência Orientada, maneiras de inserção da acessibilidade comunicativa no ensino do jornalismo; c) Compreender a inserção de práticas pedagógicas - teóricas e práticas - sobre a acessibilidade comunicativa nos cursos de Jornalismo; e d) Propor práticas pedagógicas de acessibilidade comunicativa nos cursos de Jorna-

lismo. Neste artigo, estes objetivos não serão desenvolvidos, mas são acionados para refletir sobre o fazer pesquisa.

Um dos achados encontrados no estado da arte é que, até o momento, não havia pesquisas em nível de pós-graduação que tratassem do ensino de acessibilidade nos cursos de Jornalismo. Em virtude disso, foi necessário construir o próprio conjunto de dados, o que demandou o desenho metodológico com seis fases, que serão descritas a seguir.

A fase 1 combina a revisão de literatura (Barrichello, 2016), que permitiu a realização de um estado da arte (Barrichello, 2016) e do estabelecimento dos eixos teóricos que constituem o quadro teórico de referências. A fase 2 usou da análise documental (Moreira, 2009) para mapear iniciativas já existentes de ensino de acessibilidade comunicativa em cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras. Os objetos de análise que formaram o corpus são os projetos pedagógicos, as diretrizes curriculares e os ementários dos cursos de Jornalismo de Universidades Federais - vinculados a Programas de Pós-Graduação em Comunicação ou Jornalismo. Foram elaborados protocolos para a coleta e análise dos dados. Ainda nesta etapa, para as mesmas universidades contempladas na análise documental, foi enviada uma entrevista estruturada (Duarte, 2010) por meio de questionário online, para ser possível conhecer dados qualitativos e quantitativos que não são passíveis de observação pelos documentos já citados.

A fase 3 representou a entrada em campo para a coleta dos dados, realizada por meio do método da pesquisa participante (Gajardo, 1999; Fals Borda, 1994; Brandão, 1994, 1999; Peruzzo, 2010; Martino, 2018) e ancorada nas técnicas de observação participante (Gil, 2008) e diário de campo (Winkin, 1998) para coleta e registro dos dados. O campo é compreendido como a sala de aula de duas disciplinas: a obrigatória Jornalismo Impresso II e a optativa Comunicação e Acessibilidade - a última foi criada a partir de proposição da dissertação e que é um dos resultados da pesquisa⁸. A experimentação foi feita a partir do espaço da docência orientada, em que os papéis de pesquisadora e docente orientanda foram simultâneos, uma vez que havia aulas de responsabilidade da mestranda sob supervisão da professora orientadora. Além disso, o desenvolvimento dos planos de trabalho e de ensino foram pensados e adaptados a partir dos conhecimentos teóricos e práticos advindos da pesquisa. Para medir os resultados do aprendizado, usamos duas entrevistas estruturadas (Duarte, 2010), por meio de formulários online, aplicadas ao início e ao final das aulas das disciplinas.

Na fase 4, permanecemos em campo para conversar com um grupo de interlocutores diferente do anterior: o dos professores responsáveis pelas disciplinas mapeadas na fase 2. Nesta etapa, entrou a entrevista semi-estruturada (Duarte, 2010) como técnica, além do estabelecimento de protocolos para a realização da mesma e um roteiro de questões. A fase 5 compreendeu a análise dos dados, realizada por meio da análise documental (Moreira, 2009). Envolveu também a transcrição dos diários de campo e das entrevistas semi-estruturadas, e a sistematização e organização dos conjuntos de dados. Por fim, a fase 6 concentrou as etapas da redação da dissertação, da qualificação e da defesa. As fases não são temporais e lineares, e muitas acontecem de forma concomitante. Esta organização auxilia no entendimento da estru-

8 A primeira disciplina é regularmente ofertada para o 3º semestre do curso de Jornalismo, tem carga horária de 60h e trata da reportagem como assunto principal. As e os estudantes participam da produção (da pauta à divulgação) de uma revista-laboratório, uma das únicas que ainda é impressa. Já a segunda disciplina foi criada a partir desta pesquisa, como forma de suprir uma lacuna de formação. É optativa, com carga horária de 30h e aberta para os quatro cursos da graduação em Comunicação da UFSM: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial e Relações Públicas.

tura de pesquisa, cujo desenho metodológico é sistematizado na Figura 1 e que resulta de um trabalho de artesanaria (Mills, 2009).

Figura 1 - Desenho metodológico da pesquisa.



Fonte: Wobeto (2025).

Especialmente na fase 3, as escolhas metodológicas que tornaram possível a experimentação também representaram desafios, tanto do ponto de vista da dualidade de ocupar duas posições ao mesmo tempo (de pesquisadora e de docente em formação) quanto dos cuidados e princípios éticos da coleta de dados. Na relação de apropriação de métodos e técnicas das Ciências Sociais, como a pesquisa participante, a observação e o diário de campo, foram necessários criar e estabelecer protocolos⁹ para orientar a experimentação e garantir a característica da replicabilidade.

O documento, que consta como anexo do trabalho final¹⁰, descreve, de maneira pormenorizada, qual é o espaço em que a pesquisa será realizada; como será a inserção da pesquisadora; como os e as estudantes serão informados da pesquisa; o preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido; como será o preenchimento da entrevista estruturada por meio de formulários; quantas e quais aulas serão ministradas pela pesquisadora em cada uma das disciplinas, além do conteúdo de cada uma delas; o processo de elaboração e adequação dos planos de ensino e dos planos de aula; qual o início e final da pesquisa de campo; como será o acompanhamento das aulas; e quais tipos de dados serão coletados e de que forma. O mesmo processo, de sistematização de protocolos, foi feito para a análise documental e a entrevista semi-estruturada, das fases 2 e 4.

⁹ Os protocolos foram criados para a coleta e análise dos dados da fase 2 (mapeamento), para a fase 3 (pesquisa participante) e para a fase 4 (entrevistas semi-estruturadas com docentes).

¹⁰ Páginas 311, 312 e 313 da dissertação.

Consideramos os protocolos como importantes ferramentas metodológicas que permitem a interlocução com métodos e técnicas oriundas de outras fronteiras de conhecimento, mas que são pertinentes para nossas temáticas de estudo - o que dialoga com a perspectiva transmetodológica (Maldonado, 2013). Diante de metodologias amplas, que permitem o uso em variados temas e situações, é possível que sejam usadas de modos distintos e despadronizados. Isso, em si, não é um problema, especialmente por serem usos fronteirícios, de outras áreas fora da Comunicação. No entanto, quanto mais pormenorizada for a descrição metodológica, maior é o rigor da pesquisa e, conseqüentemente, sua possibilidade de ser replicada e testada (Taquette, 2020). Os protocolos são estratégicos, portanto, para o aumento do caráter de rigor científico da investigação.

Pela pesquisa ser realizada com pessoas, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), processo que ocorreu antes da fase 3, em preparação à entrada em campo, de janeiro a março de 2024¹¹. Nas Ciências Sociais e Humanas, há um debate em torno desse processo, uma vez que as maneiras de estruturar o projeto e documentos a serem submetidos foram construídas a partir da área da Saúde (Cury, 2015). Para o pesquisador, "dentro do necessário rigor acadêmico, todos os métodos científicos aspiram a explicar os fenômenos sociais e a atribuir-lhes um sentido" (Cury, 2015, p. 39). Ou seja, esse "rigor próprio de cada método, e autônomo nos seus passos, interage com princípios positivos no ordenamento jurídico e com as instituições voltadas para a pesquisa, como é o caso das universidades. Por outro lado, todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como princípio fundante a dignidade da pessoa humana" (idem).

Mesmo diante das dificuldades impostas pelo CEP, foi importante submeter o projeto. "Os procedimentos e burocracias deste processo são cansativos, já que são voltados especialmente para a área da saúde ou exatas. Portanto, submeter o projeto de pesquisa significou uma certa dificuldade. Mas é interessante que pesquisadores das ciências sociais e humanas se exponham a esses processos, uma vez que, para mudar as estruturas, é necessário gerar incômodos" (Wobeto, 2025, p. 271).

Martino (2024) afirma que é errôneo o entendimento da ética e da metodologia serem consideradas apenas partes protocolares e burocráticas de registro da pesquisa, tanto em órgãos regulamentares quanto em trechos de capítulos. "Se é possível extrapolar um pouco essa consideração, pode-se entender que a pesquisa é uma prática metodológica do começo ao fim. Dito de outra maneira, metodologia não é apenas uma dimensão da pesquisa, mas seu conjunto" (Martino, 2024, p. 5).

Certamente, as regras éticas de uma pesquisa implicam uma discussão, mas, em muitos casos, acabam sendo reduzidas a um nível procedimental na pergunta pelo "certo" ou "errado", e não a algo mais amplo - "o que devo fazer no encontro com o outro"? Quando se trabalha dessa maneira, busca-se definir como uma pesquisa deve ser, mas não necessariamente como ela é, e em quais condições ela se realiza (Martino, 2024, p. 5).

Da mesma forma, para o autor, os preceitos éticos da pesquisa também devem estar na escolha de teorias e métodos pertinentes ao objeto, no encontro com o outro durante o processo de pesquisa, no cuidado com os tensionamentos e dados analisados. Para Martino (2024, p. 5), na "medida em que a prática metodológica se transforma no encontro com a alteridade, ela

11 O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o número de registro 77862124.0.0000.5346.

também se reveste de uma importância ética fundamental – falar de alteridade, nesse sentido, implica falar de ética”.

Por isso, no decorrer da pesquisa, na dualidade da posição de pesquisar-participar, foi necessário assumir uma vigilância epistemológica (Lopes, 1997). Entre os procedimentos éticos durante a coleta de dados, foi necessário, em primeiro lugar, apresentar a pesquisa às e aos estudantes participantes, explicar seus objetivos e benefícios, seu funcionamento, como se daria a participação delas e deles, e quais os riscos e consequências – mesmo que mínimos. Esses elementos foram apresentados por meio do documento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado no início da pesquisa, com cópia para as e os interlocutores. Os preceitos éticos devem garantir a possibilidade de tirar dúvidas, desistir da participação e tirar o aceite a qualquer momento, sem consequências para a pessoa.

Na posição que mescla o lugar de pesquisadora com o de docente orientanda, o aspecto experimental da pesquisa se complexifica do ponto de vista analítico e empírico. “Ao experimentar a docência a partir da tematização da acessibilidade, a investigação ganha contornos tentativos. Ou seja, os resultados não são definitivos, mas permitem articular acertos e erros, sugestões das e dos discentes e docentes às possibilidades de melhoria, além dos próprios apontamentos” (Wobeto, 2025, p. 270).

A pesquisa participante foi feita durante 15 semanas, acompanhando um semestre de duas turmas com características distintas. Nesse campo, a vigilância epistemológica foi fundamental. Acompanhava e observava as aulas, as interações, os debates, as atividades, as produções, as nuances, as recorrências, as dúvidas frequentes, as opiniões e as críticas das e dos estudantes (principalmente na relação com a acessibilidade) e também ocupava o lugar de docência em momentos específicos das duas disciplinas¹². Ou seja, “ao mesmo tempo em que pensamos no conteúdo e na experimentação da disciplina, devemos manter um olhar observador para a pesquisa que também se desenvolve ali” (Wobeto, 2025, p. 238).

A posição vigilante, assumida como parte da ética na pesquisa, demandou o rigor da organização por meio do diário de campo, que é a materialização dos dados observados e registrados. As anotações aconteceram de duas formas, a depender se as aulas eram de responsabilidade da pesquisadora ou não. As aulas gerais eram contadas em notas: “fazia anotações de tudo que era possível durante a aula, ou seja, as percepções sobre a turma, o conteúdo, principais dúvidas e de quais alunos/as. Também incluía minhas participações, afinal, o espaço da docência orientada nestas disciplinas permitia complementar determinado conteúdo com comentários e exemplos” (Wobeto, 2025, p. 238 - 239). Após a aula, ainda no mesmo dia, as anotações eram detalhadas “para que as impressões e percepções não se perdessem com o tempo” (idem).

Já nas aulas ministradas, não era possível anotar ao mesmo tempo em que explicava o conteúdo ou interagia com estudantes. “Por isso, antes da aula começar, já fazia um resumo do que seria tratado. Durante a aula, registrava as principais questões enquanto faziam tarefas, ou quando tinham dúvidas, a exemplo de quem perguntou determinada questão. O detalhamento do diário de campo após a aula, por isso, foi fundamental para registrar os dados destas aulas específicas” (Wobeto, 2025, p. 239).

12 Três aulas na turma de Jornalismo Impresso II e cinco aulas na turma de Comunicação e Acessibilidade.

Além disso, a anonimização das e dos interlocutores deve ser adotada a fim de protegê-los. No caso de nossa pesquisa, isso se deu através da codificação formada pela sigla da disciplina mais o ordenamento em que respondeu o primeiro questionário: CA01 e JI10, por exemplo. Outra nuance é o nivelamento da amostra dos dados, que devem ser comparáveis. Tendo dois formulários a serem respondidos - um inicial e um final -, no momento em que alguns estudantes não preencheram o segundo formulário, mesmo que não tenham expressado a desistência da pesquisa, os dados do formulário inicial também foram desconsiderados.

A metodologia e a ética como inerentes a toda a pesquisa, a necessidade de construção dos próprios bancos de dados e o estabelecimento de protocolos, a submissão ao CEP, os cuidados éticos durante a pesquisa de campo e tratamento dos dados são fundamentais e estratégicos para aumentar o rigor das investigações. São questões com as quais nos deparamos durante a pesquisa, que nos chamaram à reflexão e que podem ser úteis em outros processos de construção do conhecimento, sejam estas pesquisas sobre acessibilidade comunicativa ou não.

Considerações finais

Estes são alguns apontamentos e reflexões que consideram a pesquisa como espaço tentativo, principalmente a partir de seu caráter experimental. Para Martino (2024, p. 5), uma “pesquisa é feita, sobretudo, de encontros – daí a necessidade e a possibilidade de pensar a ética não como um elemento normativo, mas em termos do estabelecimento de uma relação com a alteridade”. Concordamos com o autor quando ele afirma que a metodologia é refletir a pesquisa em todo seu trabalho de investigação, e que “pensar a ética é considerar os movimentos, os deslocamentos, presentes ao longo da prática de pesquisa” (Martino, 2024, p. 6).

O caráter experimental, portanto, traz nuances de dificuldades mas também de potencialidades. Requer vigilância epistemológica constante, encontros e reconhecimentos de nossas subjetividades, experiências e pré(conceitos). Ao pensar o jornalismo, Fabiana Moraes (2022) defende práticas produtivas mais reflexivas e situadas, que envolvem o desenho da pauta, as perguntas feitas, a escolha das fontes, do olhar crítico sobre o noticiar. Para a autora, não é possível ignorar a subjetividade no processo de produção jornalística, uma vez que, “agentes sócio-históricos, não produzimos e reproduzimos um saber descorporificado, como sugeria e sugere a perspectiva cientificista-objetivista impregnada no jornalismo” (Moraes, 2022, p. 12).

É essa perspectiva que adotamos na investigação, uma vez que, no processo de pesquisar-participar, nossas subjetividades aparecem, seja no desejo pelo aprendizado, no diálogo, nas escolhas de conteúdos, de exemplos, de atividades. Essas escolhas devem estar galgadas também na teoria e na ciência, e é nesse ponto que a paixão se mistura com a razão. Berni e Maldonado (2025, p. 15) afirmam que não “temos o luxo de desperdiçar qualquer tipo de elemento que possa suscitar novas perguntas, teorias e métodos”, e isso inclui as subjetividades de quem pesquisa e de quem colabora com a pesquisa. Também “exige uma artesanaria profunda e radical” (idem).

Ainda, é importante elencar a interrelação entre ensino e pesquisa, propiciada pela investigação. A autorreflexividade exigida no processo foi desafiadora. Era preciso pensar no momento presente, na relação dialógica de aprender ensinando e de ensinar aprendendo (Freire, 1968;

1992; 1996), mas também no presente dilatado, do espaço em que se dá a feitura da pesquisa, e que engloba entender relações, avanços, dificuldades e recorrências a partir do que os dados mostram. Esse olhar para o diário de campo não se deu apenas no espaço da sala de aula: as anotações foram transcritas, lidas, relidas e tensionadas, em um movimento de aprofundamento e identificação de pistas que emergem na investigação. No entanto, o rigor da coleta e registro destes dados foi fundamental para potencializar a riqueza de 112 páginas de diário de campo.

Por fim, reiteramos que a sala de aula foi um espaço em que o “lugar de pesquisa e docência se misturam, e não há uma separação nítida, porque um alimenta o outro, no sentido de que a docência fornece dados para a pesquisa, e a pesquisa traz material para a docência” (Wobeto, 2025, p. 240). Esse caráter experimental da pesquisa denota, ainda, um processo de construção e a interrelação constante entre pesquisa, teoria e prática (Braga, 2019). Refletir sobre tais processualidades do fazer pesquisa é fundamental para avançar na construção do conhecimento.

Pesquisas com contornos tentativos e experimentais devem ser consideradas como possibilidade na construção do campo de estudos da acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência. Isso porque o cenário de ausência de dados, escassez de pesquisas e sem avanços na garantia de direitos requer pensarmos em uma perspectiva decolonial de produção do conhecimento, com acolhimento de saberes apócrifos e marginais (Berni e Maldonado, 2025), a fim de que se possa questionar e romper com padronizações vigentes. Nesse debate, compreender a metodologia e a ética como atravessamentos de toda a pesquisa é fundamental para quebrar o entendimento duro e rígido desses elementos como protocolares e pertencentes apenas ao capítulo que descreve o caminho da investigação.

Referências

- ANDRADES, Caroline Fonseca. **Clima acessível:** reflexão crítica sobre a produção jornalística com acessibilidade comunicativa. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa) - Universidade Federal do Pampa: São Borja - RS, 2022.
- BALDIN, Letícia da Rocha. **PUBLICIDADE E SURDEZ:** acesso e consumo de publicidade por sujeitos Surdos de Porto Alegre e Região Metropolitana. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. A autoria na elaboração de uma tese. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas.** Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016, p. 129 - 152.
- BERALDO, Carla Tonetto. **“Quem cabe no seu todos?”** Jornalismo e Deficiência Visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual:** um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa - PR, 2021.
- BERNI, Felipe Collar. **Cidadania comunicativa de pessoas com Síndrome de Down:** características reconhecidas e experienciadas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos): São Leopoldo, RS, 2024.

- BERNI, Felipe Collar; MALDONADO, Alberto Efendy. **PESQUISAR-JUNTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da Comunicação.** In: revista observatório, v. 11, n. 1. Palmas: 2025, p. 1 - 19.
- BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil.** Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- BRAGA, José Luiz. **A prática da teoria na pesquisa em comunicação.** In: GALÁXIA. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, n. 41, p. 48 - 61. São Paulo, 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 [1994], 8ª edição.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasil: 2015.
- BRASIL. **Lei nº 12.711.** Brasil: 2012.
- BRASIL. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG 3.0.** Brasília: MP, SLTI, 2011.
- CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e Cidadania: Processos Comunicacionais de sujeitos cegos aos usos e apropriações da rede social WhatsApp.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2020.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **ALGUNS APONTAMENTOS LEGAIS EM TORNO DA ÉTICA NA PESQUISA.** in: História e Perspectivas, Uberlândia (52): 39-50, jan/jul. 2015.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 62 - 83.
- ELLCESSOR, Elizabeth; HAGOOD, Mack; KIRKPATRICK, Bill. **Rumo a um campo de estudos de deficiência e mídia.** Revista Culturas Midiáticas, João Pessoa, v. 15, p. 6 - 37, 2021.
- ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil.** Brasil, 2025. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em 22/11/2025.
- FALS BORDA, Orlando. **Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 [1994], 8ª edição, p. 42 - 62.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2011 [1996].
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2022 [1992], 32ª edição.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2022 [1968], 84ª edição.
- FREITAS, Thais Araújo de. **Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias do portal G1.** Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- FULAS, Tatiana de Andrade. **A produção e a circulação transnacional de livros em relevo para a educação de cegos (séculos XVIII-XIX).** Tese (Doutorado em Educação): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.
- GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: Propostas e Projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 15 - 50.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.
- GOMES, Selma Regina; MOUTINHO, Maria Cecília Bello. **Identities mediatizadas: o enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais.** Revista Culturas Midiáticas, João Pessoa, v. 15, p. 308 - 326, 2021.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Loyola, 1997.

- MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: Novos desafios na prática investigativa. Comunicación Social: Salamanca, Espanha, 2013, p. 31 – 57.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação**. Projetos, ideias, práticas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Três aproximações entre ética e métodos na pesquisa em comunicação**: um olhar a partir de experiências de ensino e orientação. In: Revista de Estudos Universitários (REU), v. 50, e024010. Sorocaba, São Paulo, 2024, p. 1 - 19.
- MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A afetividade do conhecimento na epistemologia**: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. In: MATRIZES, v. 12, n° 2. São Paulo, 2018, p. 217 - 234.
- MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**. Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 269 - 279.
- MORENO DA SILVA, Sabryna. **O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com deficiências auditivas ou visuais**: barreiras, experiências e estratégias de acessibilidade comunicativa. Dissertação (Mestrado em Comunicação): Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2025.
- OLIVEIRA, Guilherme Ferreira. **Acessibilidade na/da comunicação interna com pessoas com deficiência visual no ambiente organizacional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Mídia e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista - campus Bauru, Bauru, 2024.
- PEREIRA, Thiovane da Rosa. **Artefato para a identificação do daltonismo na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- PERUZZO, Cecília Maria Krholing. Observação participante e a pesquisa-ação. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 125 - 145.
- PICCOLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história**. Uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris Editora, 2022.
- SEGATTO, Karine Arminda de Fátima. **Acessibilidade e Multimedialidade no Webjornalismo da América do Sul**. Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.
- TAQUETTE, Stella R. Validade, confiabilidade, reprodutibilidade e triangulação. In: TAQUETTE, Stella R; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2020, online.
- TODOS, Web Para. **Apenas 2,9% dos sites brasileiros foram aprovados em todos os testes de acessibilidade, aponta pesquisa**. Web para Todos, 2024, s.p. In: <<https://mwpt.com.br/apenas-29-dos-sites-brasileiros-foram-aprovados-em-todos-os-testes-de-acessibilidade-aponta-pesquisa/>>. Acesso em: 01/07/2024.
- WINKIN, Yves. **A nova comunicação**. Da teoria ao trabalho de campo. Campinas, SP: Papirus Editora, 1998.
- WOBETO, Samara. **A construção de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicacional em veículos jornalísticos**. Monografia. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2023.
- WOBETO, Samara. **Proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas** (Dissertação). Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2025.
- WOBETO, Samara; ROMERO, Luan Moraes; BORELLI, Viviane. **A acessibilidade nas pesquisas em Comunicação**: uma revisão de literatura. In: Vozes e Diálogo, vol. 23, n. 2, p. 68 - 84, 2024. Doi: 10.14210/vd.v23n2.p68-84.
- W3C. **The Web Accessibility Initiative (WAI)**. 1999. Disponível em <<https://www.w3.org/WAI/1999/09/WAI-malta.htm>>. Acesso em 22/11/2025.
- W3C BRASIL. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2**. Brasil, 2024. Disponível em <<https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag22-pt-BR/#background-on-wcag-2>>. Acesso em 22/11/2025.

MOVIMENTO CLEAN GIRL: MISOGINIA, FASCISMO E O CONTROLE DOS CORPOS A PARTIR DAS REDES SOCIAIS

CLEAN GIRL MOVEMENT: MISOGYNY, FASCISM, AND THE CONTROL OF BODIES THROUGH SOCIAL MEDIA

AUGUSTO MOLINARI¹

RESUMO

O artigo investiga o movimento estético *Clean Girl* como um fenômeno sociopolítico que transcende a moda, atuando como dispositivo de controle simbólico sobre corpos femininos. A estética da neutralidade e da "pureza" impõe comportamentos padronizados, excluindo identidades dissidentes e racializadas, ao mesmo tempo que reforça valores conservadores e eurocêtricos. Ao articular moda, consumo, redes sociais e discursos religiosos, o estudo evidencia como o *Clean Girl* integra microfascismos cotidianos e práticas de higienização visual. Nesse cenário, a tatuagem surge como gesto de resistência e reinscrição identitária, frequentemente silenciado pelo ideal de corpo neutro e "limpo". Assim, escolhas estéticas apresentadas como naturais revelam-se estratégias políticas de regulação moral e sociocultural. Conclui-se que a estética *Clean Girl* não apenas produz imagens, mas também reproduz regimes de poder que disciplinam, apagam e hierarquizam corpos e subjetividades.

Palavras-chave: *Clean Girl*; microfascismo; corpo; estética feminina.

Abstract This article examines the *Clean Girl* aesthetic as a sociopolitical phenomenon that goes beyond fashion, functioning as a mechanism of symbolic control over female bodies. The aesthetics of neutrality and "purity" impose standardized behaviors, excluding dissident and racialized identities while reinforcing conservative and Eurocentric values. By linking fashion, consumption, social media, and religious discourse, the study shows how the *Clean Girl* trend embodies everyday microfascisms and visual sanitization practices. In this context, tattooing emerges as an act of resistance and identity reinscription, often silenced by the ideal of the neutral and "clean" body. Thus, aesthetic choices presented as natural reveal themselves as political strategies of moral and sociocultural regulation. The *Clean Girl* aesthetic not only creates images but also sustains power regimes that discipline, erase, and hierarchize bodies and subjectivities.

Keywords: *Clean Girl*; microfascism; body; female aesthetics.

Introdução

Basta uma breve observação de qualquer avenida em grandes centros do Brasil para notar que, entre os passantes, um ou outro ostentará uma tatuagem nas partes à mostra de sua pele, imagens que remetem ao espaço sociocultural no qual os sujeitos se inserem. David Le Breton explica que "a tatuagem é uma escrita sobre o corpo, uma forma de comunicação que transpõe o verbal e instaura um discurso visual e simbólico sobre a identidade, a memória e o pertencimento" (Le Breton, 2006, p. 137), isto é, o corpo é superfície semiótica, e a tatuagem um gesto comunicacional que traduz experiências em inscrição visível, usada para narrar a si mesmo.

1 Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais; pesquisador nas áreas de corpo, linguagem e estética; tatuador e ilustrador profissional desde 2010. E-mail: emaildoaugustomolinari@gmail.com

Forma cultural de auto expressão, a tatuagem foi por muito tempo alvo de repúdio, associada a criminosos e grupos marginalizados. Jean-Jacques Courtine relaciona a tatuagem aos dispositivos de poder e controle do corpo, mas também à resistência simbólica dos historicamente excluídos, fazendo do estigma uma afirmação, “um marcador de desvio, inscrita em corpos dos marginais, dos marinheiros, dos prisioneiros, dos colonizados - corpos sobre os quais o poder exercia vigilância e punição” (Courtine, 2008, p. 255), de onde emerge parte de sua força simbólica. Desde os anos 2010, influenciadores, atletas, cantores e outras celebridades contribuíram para inserir a tatuagem no mainstream, promovendo aceitação social e transformando-a em fenômeno estético e comercial, ao utilizarem as *tattoos* como formas de expressão identitária e de aproximação com seus públicos.

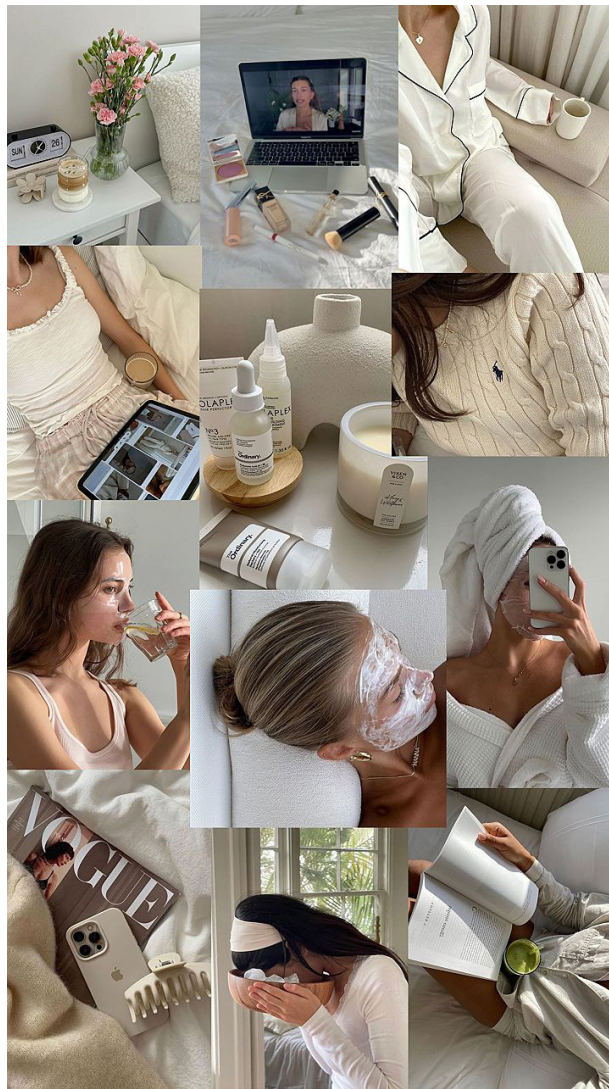
Na era das redes sociais, cada gesto e decisão estética dos famosos transforma-se em conteúdo e, por consequência, tendência de consumo. Com isso, a antiga associação das tatuagens a figuras dissidentes se atenua, abrindo espaço para uma mais ampla aceitação social. A prática se torna um fenômeno estético e comercial valorizado, impulsionando avanços tecnológicos e especialização de profissionais. Mobilizando estilos, moda e capital, o mercado da tatuagem consolida-se como setor expressivo mesmo durante a pandemia de COVID-19, quando o contato físico era restrito. Apesar disso, pesquisas recentes² indicam um crescimento significativo na procura pela remoção de tatuagens no ocidente, em que o Brasil hoje ocupa o 2º lugar no ranking mundial de procedimentos a laser, atrás apenas dos Estados Unidos. Refletindo transformações socioculturais, econômicas e políticas, a recente retração da tatuagem revela-se como indicador das oscilações do imaginário social, sendo estatística e ilustração para um panorama que se instaurou e se dilata cada vez mais no ar da sociedade ocidental: o avanço do conservadorismo.

Impulsionado pela ascensão da extrema direita, o discurso conservador se expande culturalmente, moldando hábitos de consumo e valores que exaltam ordem e sobriedade. Moda, beleza, identidade e corpo passam a refletir essa inflexão conservadora, com ideais de tradição e moralidade que evocam passados idealizados e valorizam a ordem e a sobriedade como signos de pertencimento social. Práticas estéticas aparentemente inofensivas e “neutras” ganham status de forma hegemônica, e passa-se a taxar como “elegante” e “de bom gosto” uma estética normativa, insípida e crua, orientada por escolhas e produções de repertórios simbólicos que prezam mais pelo “não pode” do que pelo “por que não?”

O corpo é lugar de experiência, superfície de expressão e construção de identidade, e suas modificações (tatuagens, penteados, roupas, gestos etc.) tornam públicas dimensões subjetivas, são atos políticos que comunicam pertencimento, resistência ou desejo de visibilidade. Paul B. Preciado compreende o corpo como texto e território de disputa discursiva e explica que ele é “...uma superfície de inscrição de discursos e tecnologias de poder e de prazer. Transformar o corpo é reescrever o regime de verdade que o define.” (Preciado, 2008, p.24). No entanto, em um regime estético conservador, essas práticas tornam-se alvo de controle e regulação: o corpo deve se conformar a padrões de ordem e “civildade”. A transformação corporal sintetiza a tensão entre expressão e controle, evidenciando a estética como campo de poder onde a diferença é regulada e o corpo constantemente politizado. Assim, identidades dissidentes, racializadas ou marginalizadas enfrentam pressões maiores, cada gesto de modificação carrega tanto a possibilidade de emancipação quanto o risco de disciplina, mostrando que a auto expressão nunca é neutra, mas atravessada por disputas simbólicas e sociopolíticas.

2 <https://preply.com/pt/blog/tatuagens-de-idiomas>

Figura 1 – Moodboard com elementos característicos da estética Clean Girl - Composição visual compartilhada em plataforma digital, reunindo referências de maquiagem minimalista, skincare, penteados, vestuário neutro e rotinas domésticas associadas ao movimento *Clean Girl*.



O visual que transmite a ideia de naturalidade custa caro, demanda tempo, dedicação e abnegação por parte das adeptas do movimento. Nesse contexto, um gesto que se tornou tendência e passou a ser encorajado por *influencers* que aderiram à estética *clean*, é a crescente adesão de mulheres a procedimentos de remoção de tatuagens. Por meio de tratamentos com laser, tatuagens são apagadas buscando narrar assim um aparente aceno para um amadureci-

mento ou iluminação, um rito de passagem às avessas. Embora possa parecer escolha individual, tal prática revela a dimensão política do regime estético: marcas corporais sendo associadas à imaturidade, vulgaridade ou desvio, especialmente em corpos racializados e marginalizados. O corpo “clean” se vincula, assim, a ideais civilizatórios de contenção, apagamento das subjetividades e normatividade eurocêntrica colonial.

Este estudo propõe analisar o movimento estético *Clean Girl*, compreendendo-o não apenas como tendência de estilo, mas como um fenômeno sociopolítico que reflete e reforça práticas conservadoras contemporâneas. Busca-se investigar como essa estética de neutralidade, minimalismo e “pureza” opera como dispositivo de controle simbólico, disciplinando corpos femininos e promovendo exclusão de identidades dissidentes e racializadas. A análise foca no papel das tatuagens como forma de expressão identitária e resistência simbólica, e como a estética *Clean Girl* incentiva seu apagamento. A partir da articulação entre moda, consumo, redes sociais e discursos religiosos, o trabalho examina a dimensão política da estética *Clean Girl*, sua relação com microfascismos cotidianos e a normatização de comportamentos e aparências. A proposta central é demonstrar que escolhas estéticas aparentemente individuais ou neutras constituem estratégias de regulação sociocultural e reforço de ideais patriarcais, coloniais e eurocêntricos, tornando o corpo um território de disputa.

A genealogia do fenômeno *Clean Girl*: quem é ela como prática discursiva?

A emergência do *Clean Girl* não ocorreu de forma isolada ou repentina, mas se insere na sedimentação de códigos estéticos contemporâneos, como as tendências *Quiet Luxury* e *Old Money*, que a precedem e fundamentam parte de seu repertório visual. A estética *Old Money* (“dinheiro antigo” em tradução livre do inglês) valoriza a exibição discreta de status e riqueza, associada às heranças das elites europeias e estadunidenses, marcada por roupas de alta qualidade, cortes clássicos e cores neutras, denotando sofisticação sem ostentação, ecoando a naturalidade com a qual os membros dessas elites lidam com suas fortunas. O *Quiet Luxury* (“luxo silencioso” em tradução livre do inglês) reforça essa lógica, valorizando produtos refinados, discretos, sem logos ou extravagâncias: trata-se de comunicar status pela discrição, não ostentação. Ambas compartilham a ideia de que o “bom gosto” é silencioso, enquanto a opulência é vista como vulgar, impura e associada a novos-ricos (*nouveau riche*) e culturas não-europeias. A *Clean Girl* herda esses valores, performando uma feminilidade centrada na neutralidade visual, moderação e apagamento de traços identitários sob o pretexto de naturalidade.

O que aqui é dito como beleza é algo minimalista e refinado, que remete a uma ideia de pureza, elegância contida e feminilidade higienizada. Os cabelos da *Clean Girl* são tratados com extremo rigor, sempre lisos (ou alisados) e presos em rabos de cavalo ou coques meticulosamente assentados com gel. A maquiagem é leve e simula o viço de uma pele naturalmente lisa, sem poros, ou marcas. Aqui o que ocupa o centro desta estética é o *skin care*, com o qual a *Clean Girl* é metódica para alcançar uma pele supostamente descansada e jovial. Acne, rugas, manchas ou deformidades são incompatíveis com esta pele ideal - aqui entra a ausência de tatuagens e a remoção das já existentes frequentemente encorajada. Também não há espaço para cirurgias

plásticas extremas ou corpos com formas extravagantes, porém é investido muito dinheiro em procedimentos estéticos que privilegiem aspectos de suavidade e naturalidade para seus rostos e corpos - estes últimos sempre magros.

Figura 2 – Hailey Bieber no estilo Clean Girl



Fonte: Instagram (@haileybieber). Disponível em: https://www.instagram.com/p/CgaSA5UvqK-/?img_index=1. Acesso em: 08 out. 2025.

O impacto do *Clean Girl* na indústria se atrela a diversas formas de consumir para além do mundo das elites. Com esta estética se popularizando com famosas nas redes sociais, a tendência logo alcançou a classe média, proporcionando no mercado a gênese de numerosos produtos e marcas de cuidados para a pele e cabelos, joias e roupas minimalistas, chegando até a lojas de *fast fashion*. Nelas ganharam destaque, desde meados de 2023, roupas em tons neutros, monocromáticas, cortes clássicos, peças de alfaiataria, linho e algodão. Já não se fala mais de um movimento estético restrito às elites: é um fenômeno elitista, mas jamais elitizante.

Sob esta lógica, a imagem da mulher ideal(izada) é revestida de referências à aparência jovial e disciplinada, isto é, um corpo domesticado e silencioso/silenciado, que comunica valor na não-expressão. Esta “limpeza”, ou melhor, esta ausência de aspectos de “impureza” passa a ser também um marcador simbólico de adequação sociocultural. Afinal, quem pode ser *Clean Girl*? Quem é esta “mulher ideal” e “natural”? Acima de tudo, como chamar de “naturalidade” algo que reside na artificialidade que envolve tanto esforço em apagar traços humanos?

Mais que uma moda, o movimento *Clean Girl* se disfarça sob um véu de sofisticação, convertendo mulheres em manequins sem rosto e porta-vozes afônicos de um ideal higienista: um dispositivo contemporâneo de controle simbólico. Para além da estética, suas práticas e comportamentos reforçam a homogeneização e a disciplina dos corpos, reconfigurando-os como vitrines de conformidade e silenciando diversidades.

Conservadorismo, pureza e o ideal higienista de feminilidade

Historicamente, tecnologias sociais de disciplina sempre ditaram os discursos do controle sobre os corpos femininos, imbricados em noções de decoro, pureza e higienização. A moral molda os corpos e códigos de conduta, definindo o que pode ser visto, expresso ou sentido. A mulher tem que lidar com uma feminilidade dita como aceitável (mas igualmente inalcançável), ser subserviente a seu marido e família, desprovida de personalidade, e seu valor é fixado no discurso de que ela deve ser “bela, recatada e do lar”.

Nas redes sociais, proliferam-se vídeos mostrando o dia a dia de mulheres que dedicam integralmente seu tempo e esforço ao marido e aos filhos. Não se tratam de mães e donas de casa de periferia, cuja rotina doméstica muitas vezes é uma necessidade para a sobrevivência da família - são mulheres de classe média alta. Tais vídeos exibem, com produção e edição minuciosas, desde o despertar ainda de madrugada até o momento de dormir: preparando o pão e o café da manhã antes da família acordar, realizando práticas devocionais (sempre cristãs), fazendo compras, cuidando do corpo em academias e clínicas de estética, cuidando do lar, sempre indicando o horário de início e término de cada tarefa. O movimento foi batizado de *Trad Wife*, abreviação do inglês para “*traditional wife*” (esposa tradicional, em livre tradução), cuja inspiração é o modelo da dona de casa estadunidense dos anos 1950 e 1960, mulheres que preferem assumir papéis tradicionais no casamento nos moldes cristãos. O autor Jack Z. Bratich, em seu livro *Microfascism: Gender, War and Death*, analisa que as *Trad Wives* são um grupo auxiliar que, apesar de a princípio não negarem o feminismo, defendem os papéis tradicionais de gênero, investindo seu desejo em posições sociais submissas que reforçam ideais fascistas de controle das mulheres (Bratich, 2022, p. 69). Por consequência, estas mulheres são pedagogizadas por meio de *trends* da internet e passam a propagar ideais de supressão da individualidade, se colocando em lugares de submissão ainda que não notem. As *Trad Wives* não necessariamente são parte das *Clean Girls*, mas estas últimas dialogam intimamente com as esposas tradicionais. Trata-se do mesmo campo de práticas micropolíticas em que o corpo da mulher é reconfigurado a partir da norma, convocado a performar obediência, docilidade, apagamento e aceitação silenciosa. A feminilidade aceitável é, neste cenário, aquela que, calada, se oferece ao olhar alheio como paisagem neutra e cujo valor reside no bom desempenho de produzir (e se reproduzir) de forma inexpressiva, ser moldura para o homem e o estilo de vida cis-heteropatriarcal.

Quando se mobiliza a norma estética visando a uniformização e contenção do feminino, cria-se um terreno fértil para que o conservadorismo encontre apoio em discursos religiosos, e com o avanço da extrema-direita política no Brasil, o neopentecostalismo se tornou forte aliado ao discurso tradicionalista deste grupo. Segundo Moreira (2023), as igrejas neopentecostais em geral traçam uma narrativa que associa a feminilidade ideal à modéstia, à docilidade e à negação da vaidade “excessiva”, promovem códigos de vestimenta e conduta que exaltam o recato e orientam que o valor das mesmas está em servir apenas à família. O pesquisador ainda diz que “essas narrativas têm seu ponto de partida na moral cristã, como a defesa da família tradicional [...] e a diversidade de gênero [...], devendo a mulher assumir um papel de submissão ‘santa’ com relação ao homem.” (Moreira, 2023, p.38). A aliança entre normatividade estética e discurso religioso funciona como ferramenta de poder e pertencimento: a busca por validação e integração resulta em conformidade sem análise crítica, sob a alegação da “defesa de uma ordem natural

fundamentada nos valores eternos criados e transmitidos pelo próprio Deus. Essa ordem natural [...] inclui a família cristã heteronormativa e a mulher em posição de submissão." (Moreira, 2023, p.38). Ao alinhar-se a preceitos visuais compatíveis, a estética *Clean Girl* insere-se numa trama política, religiosa e capitalista, moldando corpos femininos enquanto promete pertencimento, expiação ou salvação.

Essa ampla normatização estética ecoa princípios fascistas, que buscam corpos homogêneos, higienizados, produtivos e racialmente normatizados. Riemen (2012) explica que historicamente, o fascismo controlava corpos por violência física e indução simbólica de padrões de comportamento e beleza: hoje, ele se manifesta de forma sutil, convertendo vigilância estética em ânsia por não-exclusão.

Para a antropóloga Rita Segato (2016), a sociedade ocidental vive uma permanente guerra contra as mulheres, um conflito estrutural concreto em que os corpos femininos são sistematicamente transformados em territórios de controle. Se trata de uma guerra que não é metafórica, pois se manifesta na violência física, sexual e simbólica, em formas sutis de regulação operadas por normas estéticas e morais.

[...]la violación se dirige al aniquilamiento de la voluntad de la víctima, cuya reducción es justamente significada por la pérdida de control sobre el comportamiento de su cuerpo y el agenciamiento del mismo por la voluntad del agresor. La víctima es expropiada del control sobre su espacio-cuerpo.[...] Control irrestricto, voluntad soberana arbitraria y discrecional cuya condición de posibilidad es el aniquilamiento de atribuciones equivalentes en los otros y, sobre todo, la erradicación de la potencia de estos como índices de alteridad o subjetividad alternativa[...] (Segato, 2016, p. 7).

Assim, a estética *Clean Girl* pode ser lida como retrato dessa guerra por tratar o corpo feminino como um território a ser higienizado, apagado e submetido à ordem. A neutralidade estética proposta é uma forma de violência simbólica que, como propõe Segato, tem função exemplar: doutrina mulheres sobre os limites do que é aceitável ser, parecer e agir. A guerra contra as mulheres é travada, portanto, também no campo dos afetos, imagens e algoritmos, tendo no movimento *Clean Girl* o espraiamento de uma aspiração entre mulheres jovens, atuando, assim, como arma sofisticada dessa pedagogia da crueldade e do silenciamento.

Microfascismos cotidianos e regulação estética

O movimento *Clean Girl* se apresenta como forma de estética inofensiva, uma moda, *trend*, mas atua como prática cultural que, embora aparentemente apolítica, se insere no amplo campo de avanço das ideologias totalitárias e autoritárias que reelaboram o fascismo em moldes contemporâneos. O filósofo holandês Rob Riemen, em *O Eterno Retorno do Fascismo*, adverte que "o bacilo do fascismo" nunca desaparece completamente: ele volta reciclado, disfarçado de populismo ou moralidade tradicional, sempre que as sociedades se perdem de seus valores humanistas e se entregam à futilidade, ao medo e ao culto da aparência. Riemen destaca que o fascismo moderno já não depende mais de marchas militares, mas se infiltra nas estruturas da cultura de massa, da mídia e do consumo. "A nova barbárie veste roupas limpas, fala com bons modos, mas tem o mesmo desprezo pelo outro e pela complexidade do mundo" (Riemen, 2012,

p.43). Neste horizonte, sujeitos docilizados, padronizados e esvaziados de resistência cultural são recompensados com validação e pertencimento, e, no caso das redes sociais, visibilidade e engajamento. O fascismo retorna pulverizado para se naturalizar no ambiente, e o faz na forma de microfascismos cotidianos.

Retomando Jack Z. Bratich, o microfascismo cotidiano refere-se às operações rotineiras e menos visíveis do fascismo, práticas que se infiltram nas subjetividades e relações sociais em vez de se manifestarem em formas estatais ou movimentos organizados. O autor trata os microfascismos como um projeto do patriarcado de reducionismo do papel e identidade das mulheres na sociedade:

This project will focus on another systemic spectrum of elimination, patriarchy, whose fundamental features include the instrumentalization, objectification, and reduction of women. [...], patriarchy takes the form of everyday sexism and misogyny as a slow elimination and includes policing limits of women's actions through threats, chasing women from public places (whether streets or the Internet), and reducing their capacities through ongoing attrition (Bratich, 2022, p. 20).

Os microfascismos são práticas silenciosas de controle que se naturalizam e cristalizam, impondo normas de conduta sem uso de força direta. Nas redes sociais e na cultura do lifestyle, manifestam-se em conselhos de beleza, rotinas de autocuidado, desafios estéticos e tutoriais normativos. Na cultura digital, em que curtidas, visualizações e compartilhamentos definem valor social, adequar-se a essas normas é recompensado com atenção, e a performance da neutralidade passa a ser critério de pertencimento a uma elite asséptica. O microfascismo atua não pela proibição direta, mas pela sedução das normas, pelo medo de destoar e pelo desejo de aprovação social.

Práticas cotidianas de auto policiamento mostram como a estética é política, organizando afetos, expectativas e possibilidades de existência. Os microfascismos são eficazes precisamente por não soarem como imposições externas, mas desejos íntimos e pessoais de pertencimento, moldados e reiterados pelo consumo, redes sociais e plataformas digitais. Essa lógica sustenta-se em valores históricos que perpetuam práticas coloniais e eugenistas e em desigualdades de raça, classe e gênero.

Racialização, eugenia estética e tatuagens

Em busca rápida por "*Clean Girl*" na internet revela um padrão homogêneo: mulheres brancas, magras, de cabelos lisos e expressão neutra. O período de buscas mencionadas foi realizado no navegador Google Chrome (versão 119.0), em modo anônimo, entre os dias 14 de março e 05 de junho de 2025, nos períodos da tarde, utilizando os termos "*clean girl*", "*clean girl aesthetic*" e "*clean girl trend*". As redes sociais utilizadas foram o Instagram, o TikTok e o Pinterest. Os resultados foram organizados e analisados qualitativamente, considerando-se repetições discursivas e padrões descritivos da estética.

Mesmo ao procurar por "*Black Clean Girl*", surgem apenas algumas mulheres negras que, para aderir à estética, apagam seus traços. Embora pregue simplicidade e beleza natural, o movimento reforça um ideal que exclui a diversidade e privilegia a branquitude.

Figura 3 – Influenciadora Ayanda Vesi em estética Clean Girl



Fonte: Fotografia publicada no perfil da influenciadora Ayanda Vesi, ilustrando a incorporação da estética *Clean Girl* por mulheres negras. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DPBYvEx-jHYK/?img_index=1. Acesso em: 9 out. 2025.

Estes mecanismos entendem a performance da branquitude como padrão universal de beleza (e existência), enquanto penaliza ou oculta estéticas racializadas ou dissidentes. Na pesquisa de 2022 intitulada "*Racismo algorítmico: o enviesamento tecnológico e o impacto aos direitos fundamentais no Brasil*", a pesquisadora Bruna Lima diz que estes mecanismos operam de modo sutil em códigos da colonialidade do ato de ver, e que sendo velados, reforçam ideais racistas ao se disfarçarem como práticas cotidianas no feed das redes sociais.

O termo algoritmo é fator adjetivo da forma atual de praticar racismo atrelado não apenas aspectos éticos relacionados ao uso das tecnologias de informação e muito menos como algo independente criado pelo desenvolvimento da inteligência das máquinas: mas constitui um fenômeno sociotécnico de práticas de violência racial (Lima, 2022, p.37).

Neste circuito de visibilidade racista, movimentos estéticos como o *Clean Girl* reativam com sutileza a lógica brutal da colonialidade que habita o imaginário popular ocidental. Marcas, adornos, cores e expressões de corporeidade, frequentemente associadas a corpos negros, indígenas ou latinos, são destituídas de valor e taxadas como "exageradas", "cafonas" ou "desalinhadas" - desalinhadas com a norma branca idealizada.

O apagamento estético proposto pelo *Clean Girl* é também étnico, opera como marcador neocolonizador de pertencimento a um imaginário eurocentrado, atualizando práticas seculares cotidiano: as redes sociais amplificam tal normatividade com jogos simbólicos de exclusão por

meio de algoritmos racializados. O chamado “racismo algorítmico” norteia o consumo de conteúdos digitais através de sistemas de recomendações, filtros, e modelos de reconhecimento de imagem que favorecem traços, tons de pele e composições visuais que se aproximam dos ideais eurocêntricos tradicionais.

Criadoras de conteúdo negras, latinas ou indígenas estatisticamente têm menos visibilidade, suas postagens são menos promovidas ou então enquadradas como inadequadas ao que o algoritmo busca para o engajamento ideal. Por outro lado, influenciadoras brancas que performam a estética *Clean Girl* são privilegiadas e contempladas com impulsionamento, viralizações e, por consequência, contratos publicitários e status simbólico. Os algoritmos, então, filtram o conteúdo, privilegiam o que são programados para enaltecer e filtram o que o usuário comum de redes sociais passa a acreditar ser de fato a realidade. Reforçam-se estruturas coloniais no ambiente digital que orientam o olhar, os discursos e práticas da população e do mercado, numa dança íntima com a xenofobia e o racismo naturalizados. A pesquisadora Letícia Chélius, ao tratar da xenofobia, diz que acima de tudo ela não é a negação de uma raça ou grupo, mas a recusa totalizante do outro:

La xenofobia es la respuesta negativa de algunos miembros de una sociedad [...] antes es la negación del otro, una tentativa de disminución de la personalidad y autoestima al exaltar la alteridad [...] sin elementos mayores que la ignorancia, lo que lo torna aún más peligroso (Chelius, 2021, p. 280–281).

A conduta higienista eurocentrada é parte fundamental das práticas fascistas, que tem na eugenia a forma da busca da sociedade ideal, branca e rigorosamente regulada. O apagamento da diversidade é essencial a essas estruturas de poder, que proscrevem corpos dissidentes e racializados, suprimindo(aniquilando) seus aspectos culturais, históricos e subjetivos. Populações negras, latinas, orientais e indígenas foram e ainda são recorrentemente estigmatizadas por seus modos de narrar seus corpos, e suas representações estéticas, culturais e fenotípicas tratadas como inferiores. No campo cultural nota-se a rejeição ao maximalismo, à cor, às estampas e adornos, e se tratando dos corpos, o caminho é o de não haver volume, seja nos cabelos, na carne, nas curvas, na expressão e nos aspectos identitários, numa clara demarcação xenofóbica, racista e classista.

Como formas de auto expressão e sob a ótica conservadora, corpos modificados (tatuagens, piercings, etc) são vistos como “menos civilizados”, desviantes ou primitivos. O sociólogo Miquel Missé observa que “las intervenciones corporales no son solo materiales, sino también operaciones simbólicas que reconfiguran la manera en que un sujeto se reconoce y es reconocido” e completa “El cuerpo es siempre un proceso de lectura y reescritura” (Missé, 2018, p.59), mostrando que o corpo modificado reivindica a autoria de si, da própria narrativa. Em regimes conservadores de pedagogização e controle dos corpos e condutas, as tatuagens acabam sendo peças de resistência discursiva textualizada na pele daqueles a quem as estruturas de poder desejam controlar - e se não podem ser controlados, que sejam excluídos.

Mulheres adeptas à estética *Clean Girl* compartilham nas redes sociais processos de remoção a laser de tatuagens - procedimento caro, demorado e doloroso - justificando a decisão por não se identificarem mais com os desenhos, por motivos religiosos ou por considerarem as tatuagens incompatíveis com o estilo “clean”. Embora a remoção a laser exista desde os anos 1980, recentemente, celebridades como Angelina Jolie, Megan Fox, Anitta e Virgínia Fonseca popularizaram a tendência, reforçando-a como um novo marcador de adequação visual e social.

De acordo com pesquisa feita pela PrePly, o Brasil se tornou o segundo país com a maior busca pelos procedimentos de remoção de tatuagens no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Em reflexão publicada em artigo no site da revista *Vogue*, a psicanalista Bianca Barki (2025) propõe compreender a remoção de tatuagens não como apagamento, mas como reinscrição: “a tatuagem removida não é um erro corrigido, mas um rastro sofisticado daquilo que se quis ser. Uma lembrança de que o corpo é movimento e de que o desejo muda de forma, mas não de intensidade” (Barki, 2025), evidenciando a permanência simbólica do gesto mesmo quando sua imagem física é retirada. Ao se apresentar como “universal e elegante”, a estética *Clean Girl* impõe um regime que exclui tudo aquilo que não se alinha à lógica da branquitude, domável e silenciosa. Entender este processo é reconhecer que a moda é sempre política e que toda escolha estética carrega, em si, parte de um projeto de mundo.

Considerações finais

Se fazer uma tatuagem é textualizar a própria pele com um pedaço da própria identidade, transbordar-se em si e se entregar ao olhar do outro, por outro lado “ao retirar a tatuagem, o sujeito não elimina o passado, apenas o transforma em silêncio” de acordo com Barki, que continua “apagar, afinal, é apenas uma das maneiras de continuar escrevendo” (Barki, 2025).

O movimento *Clean Girl* é, para além de uma tendência de estilo, um reflexo, sintoma e mecanismo da nova onda conservadora que atravessa o imaginário coletivo ocidental contemporâneo e disfarça um avanço político da extrema-direita. Ao reafirmar ideais estéticos de pureza, neutralidade e limpeza, promove-se um projeto de apagamento do corpo enquanto campo de experimentação, autodeterminação e construção de identidade. Como movimento estético, se trata, pois, de um processo comunicacional em fluxo que possui formas de regulação cultural e política dos afetos e vivências, moldando práticas de consumo e modos de existir. Diante da sofisticação das novas formas de controle, emerge a necessidade de desenvolver olhares e leituras críticas que desnaturalizem o fazer estético de movimentos como este, resgatando e reposicionando o corpo como espaço de expressão, conflito, potência, vida.

Referências

BARKI, Bianca. **O paradoxo da tatuagem no Brasil**: somos o segundo país que mais busca remoção. *Vogue Brasil*, 2025. Disponível em: <https://vogue.globo.com/wellness/noticia/2025/11/o-paradoxo-da-tatuagem-no-brasil-somos-o-segundo-pais-que-mais-busca-remocao.gh.html>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRATICH, Jack Z. **On Microfascism: Gender, War, and Death**. New York: Common Notions, 2022.

CALDERÓN CHELIUS, Leticia. La sutil xenofobia que negamos: el caso de México. In: NEJAMKIS, Lucila; CONTI, Luisa; AKSAKAL, Mustafa (org.). **Re-pensando el vínculo entre migración y crisis**: perspectivas desde América Latina y Europa. Buenos Aires: CALAS; CLACSO, 2021. p. 279–300.

DINO. Procura por remoção de tatuagens cresce no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2025/05/02/procura-por-remocao-de-tatuagens-cresce-no-brasil.gh.html>. Acesso em: 4 jul. 2025.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIMA, Bruna Dias Fernandes. **Racismo algorítmico**: o enviesamento tecnológico e o impacto aos direitos fundamentais no Brasil. 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

MISSÉ, Miquel. **La conquista del cuerpo equivocado**. Barcelona: Egales, 2018.

MOREIRA, José Cristiano Mansur. **O cristofascismo, o integrismo e a guerra cultural**: um estudo sobre a Associação Cultural Monfort. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

PRECIADO, Paul B. **Testo yonqui: sexo, drogas e biopolítica**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

RIEMEN, Rob. **O eterno retorno do fascismo**. Lisboa: Bizâncio, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

A CISHETERONORMATIVIDADE E A INVISIBILIDADE NO JORNALISMO: ANÁLISE DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES DE PESSOAS LGBTQIAP+ NO GÊNERO NOTÍCIA

*CISHETERONORMATIVITY AND INVISIBILITY IN JOURNALISM:
A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE REPRESENTATIONS
OF LGBTQIAP+ PEOPLE IN THE NEWS GENRE*

RAFAEL RODRIGUES PEREIRA¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão acerca do discurso jornalístico, concebendo-o como elemento estruturante na construção de narrativas sociais. O objetivo geral consiste em investigar, a partir de 30 textos publicados no jornal Folha de S. Paulo, os processos de visibilização e invisibilização de identidades e sexualidades por meio das marcas linguístico-discursivas presentes no gênero notícia. Para a operacionalização da análise, adotou-se como base teórico-metodológica o modelo tridimensional de Fairclough e o inventário sócio-semântico, proposto por Theo van Leeuwen. Os resultados indicam que, embora as representações sejam heterogêneas, os processos comunicacionais tendem a refletir e reproduzir normas, valores e estereótipos relacionados a gênero e sexualidade. Ademais, verificou-se a recorrente exclusão ou apagamento das vozes LGBTQIAP+ nas notícias analisadas, sendo a presença de fontes oficiais predominante, ao passo que sujeitos dissidentes aparecem de forma pontual.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Análise Crítica do Discurso. Representação Social. Jornal Folha de S. Paulo

ABSTRACT

This article proposes a reflection on journalistic discourse, conceiving it as a structuring element in the construction of social narratives. The general objective is to investigate, based on 30 texts published in the newspaper Folha de S. Paulo, the processes of visibility and invisibility of identities and sexualities through the linguistic-discursive features present in the news genre. For the operationalization of the analysis, Fairclough's three-dimensional model and the socio-semantic inventory proposed by Theo van Leeuwen were adopted as the theoretical-methodological framework. The results indicate that, although the representations are heterogeneous, communicational processes tend to reflect and reproduce norms, values, and stereotypes related to gender and sexuality. Furthermore, the recurrent exclusion or erasure of LGBTQIAP+ voices was observed in the analyzed news pieces, with the presence of official sources predominating, while dissident subjects appear only sporadically.

Keywords: Gender. Sexuality. Critical Discourse Analysis. Social Representation. Folha de S. Paulo Newspaper.

¹ Graduando em Jornalismo pela UCA. Pós-graduando em Docência no Ensino Superior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Letras Português pela Universidade de São Paulo. Especialista em Produção e Práticas Jornalísticas na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa/Portugal. Pesquisador das representações de gênero, sexualidade e interseccionalidades no campo do Jornalismo, membro do Grupo de Estudos e Observação de Mulheres na Mídia (Grêmio), vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo. Vínculo Institucional: Faculdade Católica Paulista. E-mail: Rafa.rpereira@gmail.com

Introdução

É crucial destacar que o jornalismo, ao ter um compromisso ético-social e um papel público, deve refletir a diversidade de existências, corpos e expressões na sociedade contemporânea. Contudo, muitas vezes, o campo jornalístico negligencia processos culturais historicamente constituídos, como se observa nas representações de identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais. Tal negligência está vinculada, inclusive, às linhas editoriais dos veículos, uma vez que o jornalismo não é um campo de neutralidade ou isenção, mas um espaço permeado por disputas simbólicas e políticas.

Assim, é crucial destacar a relevância e o crescente protagonismo do movimento LGBTQIAP+ como agente de mudança social, que nas últimas cinco décadas tem desempenhado um papel significativo, com registros de mobilizações e veículos de imprensa dissidentes já nos anos 1970, como argumenta Renan Quinalha (2022), na obra *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Essa trajetória revela que a luta por direitos e visibilidade não é recente, mas parte de um longo processo de resistência frente às estruturas de poder. Em decorrência disso, o movimento passou a receber ampla atenção nos eventos noticiados pelo jornalismo brasileiro, especialmente durante as primeiras Paradas do Orgulho LGBTQIAP+.

Diante desse aumento de visibilidade, torna-se imperativo compreender as dinâmicas e os valores presentes nas narrativas jornalísticas em relação à comunidade LGBTQIAP+. Conforme argumentado por João Carlos Correia (2009), é fundamental explorar as formas de “codificação” dos grupos minoritários pelos meios de comunicação, investigando se sua “aparição” resulta em sua “inclusão” ou “exclusão”. Nesse contexto, é essencial compreender como ocorre a construção, a formatação e o consumo social das notícias dentro de um sistema de comunicação complexo.

Dessa forma, é importante destacar que, no contexto das questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, ainda predomina, no imaginário social, uma compreensão naturalizada ou essencialista dessas categorias, como se fossem atributos biológicos e imutáveis. Essa perspectiva ignora o fato de que gênero e sexualidade são construções sociais, culturais e históricas, moldadas por múltiplos discursos que definem normas, legitimam comportamentos e regulam corpos.

Pesquisadores como Judith Butler (2003; 2004), Guacira Lopes Louro (2004) e Paul B. Preciado (2018) argumentam que essas experiências não decorrem de uma “natureza” pré-determinada, mas resultam de processos discursivos e institucionais que produzem e reforçam padrões hegemônicos. Assim, reconhecer essa dimensão construída é fundamental para problematizar os enquadramentos jornalísticos que reproduzem ou legitimam tais visões essencialistas.

Partindo do pressuposto de que o jornalismo em si é um discurso socialmente construído, inserido na história e na cultura, capaz de articular e influenciar os valores predominantes na época, examinar o papel e a maneira como o jornalismo contribui para a criação de significados, a formação e/ou fortalecimento de valores considerados aceitáveis, bem como as dinâmicas sociais de poder, é essencial para compreender como essas interações, às vezes, perpetuam as desigualdades.

O artigo tem como objetivo geral investigar, a partir de 30 textos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, os processos de visibilização e invisibilização por meio das marcas linguístico-discursivas presentes no gênero notícia. Para a operacionalização da análise, adotam-se

como base teórico-metodológica na Teoria Social do Discurso de Fairclough (2001; 2016) e o inventário sócio-semântico proposto por Theo van Leeuwen (1997), articulando as dimensões textual, discursiva e social.

O corpus é composto por notícias publicadas nos anos de 2001, 2011 e 2021, coletadas no acervo digital da *Folha de S. Paulo*, no caderno Cotidiano, por meio de palavras-chave relacionadas às identidades LGBTQIAP+. Foram selecionadas 30 matérias de forma aleatória, permitindo a análise comparativa de representações ao longo de duas décadas.

Heterossexualidade e cisgeneridade compulsórias: Normatização sexual e de gênero - aspectos conceituais

A cisheteronormatividade constitui um sistema cultural e político que legitima como naturais e universais a cisgeneridade e a heterossexualidade, estruturando relações de poder que excluem, estigmatizam e marginalizam identidades dissidentes. Essa lógica opera por meio de normas sociais que conectam, de forma compulsória, sexo, gênero e desejo, sustentando hierarquias e reproduzindo desigualdades.

A heteronormatividade presume a cisnormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, para que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi designada pelo estado (Bagagli, 2017, p. 159- 160).

A cisnormatividade precede a heteronormatividade. Este conceito descreve todo o sistema de relações de poder baseado na heterossexualidade dos corpos, o qual assume inicialmente que esses corpos são cisgêneros. Portanto, o corpo feminino é sempre associado a um corpo que possui uma biovagina², enquanto o corpo masculino é sempre relacionado a um corpo que possui um biopênis³ (Preciado, 2018, p. 134). Esses corpos diferentes naturalmente se atraem de acordo com a ordem estabelecida pela heteronormatividade.

Assim, os discursos sobre sexo, como produtos de mecanismos de produção da verdade, buscam regular e controlar os corpos e subjetividades através da padronização dos modos de ser e se expressar das pessoas. Conforme Preciado (2018), a sexopolítica

é uma das formas dominantes de ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida (Preciado, 2018, p.11).

2 Preciado (2018) utiliza o termo biovagina para se referir ao órgão sexual vaginal. Esses termos estão inseridos em um contexto em que existe uma construção cultural de diferenciação social (homem/mulher) apoiada na distinção anatômica (biopênis/biovagina).

3 Preciado (2018) utiliza o termo biopênis para marcar uma diferença entre o órgão anatômico e o dildo sintético/fabricado, usado como uma referência à materialidade biológica.

À serviço dessa regulação está a heteronormatividade, que normatiza, legitima e privilegia a heterossexualidade como algo inerente e natural aos seres humanos, respondendo com repressão e marginalização aos comportamentos e desejos que não se conformam à norma heterossexual (Cohen, 1997). Essa divisão binária do sexo (fêmea/macho), alinhada a um respectivo gênero binário (feminino/masculino), pressupõe uma complementaridade entre os sexos, estabelecendo assim a heterossexualidade compulsória, que impõe uma ordem social e exige dos indivíduos uma conformidade heterossexual obrigatória entre sexo-gênero-desejo (vagina-feminino-homem ou pênis-masculino-mulher).

Nessa construção social, uma norma é estabelecida, restringindo a diversidade de expressões da sexualidade e do desejo, e classificando como “desvios” qualquer desvio desses dois arranjos (Butler, 2004; 2017). Na lógica heteronormativa, os homens são supostamente atraídos pelas mulheres como gêneros opostos que se complementam. No entanto, essa ideia pressupõe, em primeiro lugar, a cisgeneridade, já que a classificação homem/mulher está socialmente vinculada à anatomia corporal. Isso é a cisnorma, que consolida a cisgeneridade como o padrão de normalidade.

O conceito de cisheteronormatividade engloba, portanto, um conjunto de normas que assumem que as pessoas são sempre cisgêneras e heterossexuais como uma característica natural da constituição da subjetividade humana (Rosa, 2020). É entendido como um sistema de crenças socioculturais, no qual a cisheteronormatividade coloca o sujeito não-cisgênero e/ou não-heterossexual em uma posição de incompreensão quando se relacionam aos processos identitários que divergem do padrão estabelecido. Este é um mecanismo que revela que, culturalmente, a expectativa social em relação à “naturalidade” da conexão entre sexo, gênero e desejo é que corpos com vagina sejam reconhecidos como mulheres e se sintam sexualmente atraídos por homens, enquanto estes últimos são identificados dessa forma ao possuírem um corpo com pênis e desejarem sexualmente mulheres.

Uma sociedade cisheteronormativa é aquela em que o padrão predominante de comportamento é baseado na compulsoriedade da heterossexualidade e da cisgeneridade, e todos aqueles que divergem desse padrão são estigmatizados e punidos. Mesmo com os avanços no debate sobre gênero e sexualidade, visando ampliar as concepções sociais sobre a diversidade de identidades e orientações sexuais, ainda estamos imersos em uma sociedade marcada pela normatividade de gênero, na qual prevalece uma estrutura cisheteronormativa que regula os caminhos sociais das pessoas em prol do controle de seus corpos e subjetividades.

Nesse contexto, conforme Louro (2004), a sequência sexo-gênero-sexualidade opera como uma linha contínua que demarca e naturaliza normas, estruturando relações de poder. Essa lógica não apenas impõe expectativas rígidas sobre os corpos e identidades, mas também define quais expressões de gênero e orientações sexuais serão reconhecidas como legítimas.

A construção das identidades sexuais visa principalmente naturalizar e determinar as diferenças de sexo. Dessa forma, ao associar a heterossexualidade à natureza, ela se torna uma norma institucionalizada, presente nas esferas sociais, políticas, jurídicas e econômicas, de forma explícita ou implícita. “Uma vez institucionalizado, o heterossexismo se incorpora à cultura e se reflete nos discursos cotidianos das pessoas” (Rios, 2007).

Essa naturalização da heterossexualidade reforça a ideia de que qualquer comportamento sexual que se afaste do padrão heterossexual representa uma ameaça à harmonia dos papéis sociais esperados em relação ao gênero e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. Assim, qualquer questionamento que desafie a universalidade e naturalidade da heterossexualidade é tratado como uma questão de minorias e marginalizado socialmente.

Curiosamente, "esses indivíduos 'marginalizados' continuam sendo essenciais, pois contribuem para definir os limites daqueles considerados normais, que, de fato, são os sujeitos relevantes" (Louro, 2004, p. 66). Em um quadro binário (homossexual versus heterossexual), sempre haverá e será reconhecido um lado que será menosprezado, identificado como minoria, o qual, embora diferente ou divergente, possa ser "tolerado" pela sociedade. Neste ponto, é desafiador considerar a existência de múltiplas sexualidades, uma vez que a ideia de multiplicidade escapa à compreensão convencional (Louro, 2004).

Na história, o estabelecimento da heteronormatividade na cultura, associada às dinâmicas de poder, conforme Foucault (1988), era fortemente impulsionado por uma prática médica entrelaçada a conhecimentos religiosos, servindo aos interesses dominantes da ordem social. Era evidente a aversão ao que era considerado patológico e uma ameaça à "pureza" moral. Foucault (1987), em sua obra "Vigiar e Punir", explora essa regulação dos corpos exercida pelas classes dominantes do saber, do poder e da economia, argumentando que um corpo que pode ser moldado, treinado e disciplinado também deve estar sujeito a obedecer.

É crucial compreender que o conceito de heteronormatividade envolve uma série de incentivos às práticas e normas heterossexuais, como o casamento monogâmico, a fidelidade conjugal e a configuração tradicional da família (pai, mãe e filhos/as). Isso sugere a presença do heterossexismo compulsório, que é imperativo e não sujeito a questionamentos, exigindo que todos os indivíduos reconheçam a legitimidade das práticas heterossexuais.

A hegemonia da heteronormatividade no Brasil é machista, perpetuando a ideia de que a mulher é naturalmente inferior ao homem. O machismo é uma herança de uma sociedade patriarcal do passado que ainda persiste nos dias atuais. Além do machismo, outro problema da heteronormatividade é que ela se mantém como o pensamento dominante, marginalizando qualquer ideia nova que desafie seu status quo. Nesse paradigma, as sexualidades e identidades de gênero consideradas marginais são percebidas como alvos a serem combatidos e erradicados.

O papel do jornalismo e suas narrativas: A influência da notícia na construção social da realidade

O jornalismo, quando considerado em sua dimensão discursiva, representa um campo significativo para a geração de significados, possibilitando a construção de novas abordagens sobre gênero e sexualidade, baseadas no conceito de diversidade sexual. Reconhecendo o impacto substancial do jornalismo na construção da realidade e sua estreita relação com as normas sociais prevalentes, isto é, tanto na transmissão quanto na reprodução dessas normas, pressupõe-se que ele contribui para a perpetuação dos princípios dominantes da sociedade, agindo indiretamente para manter o status quo.

É importante ressaltar que não se trata de abordar o jornalismo de forma dualista, que consistentemente trabalha nessa direção, mas sim de entender as notícias como resultado da interseção do jornalismo hegemônico com a cultura na qual está inserido. Isso nos leva a uma visão mais abrangente e menos restritiva do jornalismo, indo além do foco exclusivo nas redações.

Para compreender a construção da notícia, podemos recorrer às teorias construcionistas, que consideram o próprio ethos jornalístico, o ambiente onde as notícias são produzidas, como um elemento fundamental. Dentro desse ethos, o jornalista se destaca (Silva, 2010, p.41). Conforme Veiga e Darde

As teorias construcionistas “[...] reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos”. Wolf (2004, p. 190) compartilha desse ponto de vista e vai além, afirmando que “[...] as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” (Veiga & Darde, 2009, p. 6).

Nessa perspectiva, de acordo com Essensfelder (2017, p.188), entende-se que os jornalistas desempenham o papel de narradores. Essa afirmação poderia ser considerada óbvia, se não fosse levado em conta o ethos do campo jornalístico, cujos padrões incluem verdade, objetividade e imparcialidade, atributos que mais se assemelham a uma máquina que reproduz realidades do que a um intérprete dos fenômenos sociais. É interessante notar como essa dinâmica contribui para a formação de um estereótipo comum sobre os jornalistas, amplamente difundido inclusive por eles mesmos: o de que o repórter é um profissional de ação, e não de reflexão. Dessa forma, ele é visto como um (re)transmissor de discursos, e não como um agente ativo e autor na sociedade.

Neste contexto, Moita destaca que:

Os manuais de redação jornalística, assim como os livros de técnica do jornalismo, insistem que o jornalismo é o lugar da racionalidade e da objetividade, onde deve evitar-se não apenas a opinião e os pontos de vista de quem escreve, mas também toda implicatura de qualquer insinuação poética ou metafórica. (...) o objetivo central das regras de redação do texto jornalístico é intercambiar as informações com os leitores, ouvintes ou telespectadores de forma radicalmente efetiva e econômica (no sentido linguístico dos termos) (Moita, 2006, p. 25).

Apesar do esforço dos manuais de jornalismo em despojar as notícias de sua natureza narrativa, definindo-as como relatos objetivos dos acontecimentos, a dimensão narrativa persiste. A redação de uma notícia, afinal, é uma experiência criativa, mesmo que algumas orientações técnicas tentem minimizar esse aspecto. Assim, é viável resgatar a natureza narrativa do jornalismo, visto que “o jornalista não apenas divulga, mas constrói mundos. Não é uma máquina, mas um narrador: um autor das narrativas da contemporaneidade” (Essensfelder, 2016, p. 45).

Essencialmente, o jornalismo tem a missão de informar as pessoas sobre os eventos do mundo. Nas sociedades modernas, que enfrentam problemas sociais complexos, o jornalismo desempenha um papel crucial na mediação entre as pessoas e a realidade. Muitas vezes, o jornalismo é confundido com a própria realidade. No entanto, ele é uma representação do real, uma fração dele. Nesse contexto, é interessante ressaltar que o jornalista nunca esteve em um estado de inércia; pelo contrário, ele não apenas comunica os fatos para os outros, mas também é alguém que produz e reproduz conceitos. Traquina destaca essa perspectiva ao afirmar:

“Os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade. E as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 1993, p. 168).

Portanto, no processo de elaboração da notícia, além da expertise do jornalista em observar, selecionar e descrever o evento, há também os desafios organizacionais com os quais os jornalistas lidam em sua rotina. “As decisões tomadas pelos jornalistas durante o processo de produção de notícias só podem ser compreendidas ao inserir o jornalista em seu contexto imediato - o da organização para a qual ele ou ela trabalha” (Traquina, 2016, p.35). Dessa forma, a notícia é percebida como uma “representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 1996, p.18).

Nesse contexto, portanto, a compreensão da realidade está inevitavelmente ligada às interpretações veiculadas pelas notícias

Isso faz caracterizarmos a atividade jornalística como um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes. Portanto, podemos dizer que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante (Alsina, 2009, pp. 46-47).

Nesse viés, as teorias construtivistas entendem que o jornalismo transmite discursos que, como tal, estão inscritos na história, partindo de significados social e culturalmente determinados (Benetti, 2007). Dessa forma, tendo-se em vista que esses discursos são construídos por indivíduos por meio dos significados disponíveis em sua cultura, acredita-se que a subjetividade do jornalista está presente no produto jornalístico final, ademais, existem outros aspectos que irão definir o que será veiculado, quem serão as fontes consultadas, e mesmo a forma como a notícia será organizada enquanto narrativa. Nesse sentido, Traquina, na obra *Teorias do Jornalismo*:

argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media noticiosos, que devem refletir essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores [...] (Traquina, 2005, p. 168/169).

Para uma reflexão sobre as categorias de identidades dissidentes, que são parte do objeto de pesquisa, é crucial compreender os fatores mencionados anteriormente e a relação entre discurso e realidade. Em outras palavras, a maneira como a notícia é estruturada para narrar e descrever um evento está intrinsecamente ligada à questão política, que ocupa uma posição central nas lutas e nos acontecimentos. Benetti (2007, p. 111) enfatiza que o texto “é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que se inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. Isso significa que a produção das desigualdades sociais deriva do reconhecimento das diferenças, sendo que as exclusões simbólicas estão conectadas às discriminações vivenciadas nas relações sociais.

Conclusão: os resultados da pesquisa à luz das categorias analíticas

A análise das 30 notícias publicadas pelo *Folha de S. Paulo* nos anos de 2001, 2011 e 2021 mostrou padrões claros de enquadramento da população LGBTQIAP+. Organizando os resultados em cinco categorias — elementos textuais, representação social, interdiscursividade, fontes consultadas e formações ideológicas/hegemônicas — foi possível quantificar e interpretar tendências recorrentes.

Nos elementos textuais, 25 matérias (83,3%) empregaram recursos linguísticos como construções passivas, adjetivos pejorativos ou metáforas depreciativas, contribuindo para a desumanização ou o apagamento das identidades retratadas. Apenas 5 textos adotaram vocabulário neutro ou afirmativo. Esse padrão confirma que, como afirma Hall (1997), os significados culturais — aqui materializados nas escolhas linguísticas — organizam e regulam práticas sociais, influenciando percepções e comportamentos.

Quanto à representação social, 21 matérias (70%) associaram a presença LGBTQIAP+ a episódios de violência física, simbólica ou institucional; 7 (23,3%) situaram essas identidades em disputas judiciais ou embates políticos, enquanto apenas 2 (6,7%) abordaram experiências positivas ou narrativas de afirmação. Tal recorte demonstra que, na maioria dos casos, a diversidade é representada de forma estereotipada, estigmatizada e discriminatória, reforçando a heteronormatividade social hegemônica.

Na interdiscursividade, os enquadramentos estiveram ligados, majoritariamente, à segurança pública (63,3%), religião (46,7%), esfera jurídica (40%) e política (36,7%). Esses números dialogam diretamente com o modo como, no caso específico de travestis e mulheres transexuais, as narrativas jornalísticas as vinculam quase exclusivamente à violência, prostituição ou uso de drogas — relações que não surgem ao acaso, mas de discursos conservadores persistentes.

O levantamento das fontes consultadas revelou que 27 matérias (90%) priorizaram vozes oficiais ou institucionais, seguidas por fontes especializadas. Pessoas LGBTQIAP+ apareceram como fontes diretas em apenas 8 textos (26,7%), geralmente na condição de lideranças ou militantes. Esse dado confirma a análise de Traquina (1993) sobre o acesso desigual das fontes aos meios de comunicação: enquanto certos grupos têm presença recorrente, outros precisam desafiar a ordem social para serem incluídos.

Quanto às formações ideológicas e hegemônicas, 24 matérias (80%) reproduziram discursos alinhados à matriz cisheteronormativa, ao conservadorismo religioso e à manutenção de normas sociais sobre gênero e sexualidade. Apenas 5 textos (16,7%) apresentaram enquadramentos emancipatórios ou de reconhecimento de direitos. Isso mostra que o jornalismo, ao privilegiar determinadas vozes e enquadramentos, contribui para a manutenção de relações de poder e para a legitimação de hierarquias sociais, ainda que, pontualmente, incorpore discursos mais progressistas.

Esses resultados reforçam que as notícias desempenham papel central na produção e circulação de significados, sendo parte de um processo cultural mais amplo que molda condutas e tem efeitos concretos na vida social (Hall, 1997). Ao homogeneizar comportamentos e ideologias, por meio da repetição de estereótipos, o jornalismo limita as possibilidades de representação. Romper com essa lógica implica ampliar a diversidade de vozes e de enquadramentos, de modo a construir representações mais abrangentes e democráticas.

É crucial ressaltar que as notícias desempenham um papel significativo na vida social, atuando como uma fonte de produção e troca de significados, o que está intrinsecamente ligado à cultura. Essa importância se baseia principalmente no fato de que são “[...] os significados culturais que organizam e regulam as práticas culturais, influenciando nossas condutas e, consequentemente, tendo efeitos reais e práticos” (Hall, 1997, p.2). Dentro desse contexto, os resultados desta pesquisa indicam, em sua maioria, uma representação social da diversidade de maneira estereotipada, estigmatizada e discriminatória, enraizada em uma perspectiva que reforça a heteronormatividade social hegemônica.

O jornalismo exerce uma influência significativa na vida das pessoas, muitas vezes buscando homogeneizar seus comportamentos e ideologias, o que inclui a disseminação de estereótipos. No entanto, ao desafiar esses estereótipos ou deixar de perpetuá-los, contribui-se para evitar a limitação das identidades e a determinação de como cada indivíduo deve se comportar. Ao romper com essa lógica reducionista, é possível avançar na construção de representações mais diversas e abrangentes da comunidade LGBTQIAP+.

As narrativas jornalísticas desempenham um papel essencial na compreensão da cultura pelo público. No caso específico das mulheres travestis e transexuais, essas narrativas frequentemente as limitam, associando-as principalmente à violência, prostituição e uso de drogas, influenciadas por discursos conservadores que não surgem por acaso. É o jornalista, alinhado com a orientação editorial da empresa, que decide o que será relatado sobre essas mulheres e como será apresentado. Muitas vezes, elas só são abordadas como pautas quando são vítimas de assassinatos brutais.

Em relação às diferentes formas de discurso, aquelas mais proeminentes nas notícias estão ligadas à insegurança, devido ao contexto de violência e assassinatos a que estão expostas. Também há a dimensão religiosa, evidenciada pelos discursos de líderes religiosos e políticos que remetem à Bíblia, à conversão da sexualidade e a práticas consideradas imorais ou pecaminosas. A dimensão jurídica é outra, considerando a evolução dos direitos civis e as demandas judiciais de casais homossexuais e pessoas transgênero. Por fim, a dimensão política, onde as decisões que afetam diretamente os direitos das pessoas LGBTQIAP+ são tomadas.

Essas diferentes formas de discurso se destacam devido às temáticas que envolvem a população LGBTQIAP+ nos noticiários. Assim, as formas de discurso presentes nas narrativas sobre gênero e sexualidade no jornalismo hegemônico reproduzem ideologias e relações de poder, contribuindo para a violação dos direitos humanos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e +.

Quem é incluído e quem é excluído do discurso hegemônico? Ao analisar e classificar as fontes de informação utilizadas nas notícias, observa-se o predomínio de fontes oficiais e institucionais, seguidas por fontes especializadas. Os jornalistas utilizam diversos critérios para avaliar a credibilidade de uma informação, incluindo autoridade, produtividade e credibilidade. A autoridade da fonte está relacionada à sua posição na sociedade; portanto, os jornalistas tendem a preferir fontes oficiais ou institucionais, visto que representam ações e opiniões oficiais, sendo mais cautelosas em relação a mentiras explícitas e geralmente mais persuasivas.

É importante ressaltar a escassez de representação das pessoas LGBTQIAP+ na maioria das notícias. Traquina (1993, p. 173) discute a diversidade de vozes na composição das notícias e examina o acesso desigual das fontes aos meios de comunicação. Nem todas as fontes têm

igual oportunidade de serem incluídas nos meios de comunicação. Enquanto alguns grupos sociais são frequentemente mencionados nas notícias, outros precisam desafiar ou perturbar a ordem social para serem considerados nas formas convencionais de produção de notícias.

As ideologias e hegemonias presentes nos discursos refletem predominantemente a matriz hegemônica cisheteronormativa na representação das pessoas LGBTQIAP+, embora as notícias também incorporem de forma discreta discursos emancipatórios e mais progressistas. As notícias são investidas de ideologia, pois contribuem para a reprodução e manutenção de relações de poder, legitimando e ocultando assimetrias ao continuar perpetuando os significados que sustentam a estrutura de dominação. A ACD parte do princípio de que, em geral, as pessoas não estão conscientes dos efeitos ideológicos do discurso na vida social. Por esse motivo, o objetivo desta pesquisa é revelar conexões e causas que permanecem obscurecidas, com foco no papel da linguagem na mudança discursiva e social.

Referências

- Alsina, M. R. (1996). **La construcción de la noticia**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Alsina, M. R. (2009). **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes.
- Bagagli, B. P. (2017). **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cis-generidade como normas**. Macapá: Letras Escreve.
- Benetti, M. (2007). **A ironia como estratégia discursiva da revista Veja**. LÍBERO - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, 10(20), 37-46.
- Butler, J. (2003). **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** *Cadernos Pagu*, (21), 219-260.
- Butler, J. (2004). **Undoing gender**. New York; London: Routledge.
- Cohen, C. J. (1997). **Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics?** *GLQ - A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 3, 437-465.
- Correia, J. C. (2009). **Teoria e crítica do discurso noticioso: Notas sobre jornalismo e representações sociais**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior - LabCom.
- Darde, V. W. S., & Morigi, V. J. (2012). **Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo**. *Brazilian Journalism Research*, 8(1), 149-165.
- Essenfelder, R. (2016). **De transmissor a narrador: desconstrução de estereótipos sobre jornalistas**. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 6(18), 31-47.
- Essenfelder, R. (2017). **Inovação narrativa na grande reportagem de internet**. *Contemporânea*, 15(1), 182-206.
- Fairclough, N. (2001). **Discurso e mudança social** (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003). **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2005). **Peripheral vision - Discourse analysis in organization studies: The case for critical realism**. *Organization Studies*, 26(6), 915-939.
- Foucault, M. (1988). **História da sexualidade: A vontade de saber** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Graal.
- Hall, S. (1993). **A produção social das notícias: o mugging nos media**. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teoria e "estórias"* (pp. 224-248). Lisboa: Vega.

- Hall, S. (1997). The work of representation. In S. Hall (Ed.), **Representation: Cultural representations and signifying practices** (pp. 13–74). London: Sage/The Open University.
- Louro, G. L. (2004). **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica.
- Meyer, D. E. E. (2004). **Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(1), 13–18.
- Moita, L. L. P. da. (2006). **"Falta homem até pra homem": A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático**. In V. M. Heberle, A. C. Ostermann & D. C. Figueiredo (Orgs.), *Linguagem e gênero: No trabalho, na mídia e em outros contextos* (pp. 131–157). Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Preciado, P. B. (2018). **Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica** (M. P. Gurgel Ribeiro, Trad.). São Paulo: n-1 edições.
- QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. C. V. S. (2004). Análise de discurso crítica: Do modelo tridimensional à articulação entre as práticas. *Linguagem em (Dis)curso*, 5, 185–207.
- Rios, R. R. (2007). **O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação**. In F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 31–48). Porto Alegre: Nuances.
- Traquina, N. (1993). **As notícias**. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 167–176). Lisboa: Veja Ltda.
- Traquina, N. (2005). **Teorias do jornalismo. Volume 1: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2016). **Introdução geral**. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 29–35). Florianópolis, SC: Insular.
- Van Dijk, T. A. (2010). **Discurso e poder** (2ª ed., J. Hoffnagel & K. Falcone, Orgs. e Trans.). São Paulo: Contexto.
- Van Leeuwen, T. (1997). **A representação dos atores sociais**. In E. R. Pedro (Org.), *Análise crítica do discurso: Uma perspectiva sociopolítica e funcional* (pp. 23–52). Lisboa: Editorial Caminho.

ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA: SIGNOS FEMININOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA

BETWEEN SILENCE AND RESISTANCE: FEMININE SIGNS IN HISTORY AND MEDIA CULTURE

KÁTIA BIZAN¹

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórico-semiótica sobre o silêncio como signo e como gesto de resistência feminina ao longo da história, da cultura midiática e diante das violências de gênero, incluindo o feminicídio. A partir da semiótica de Charles Sanders Peirce, o texto analisa como o silêncio — imposto, assumido ou estratégico — se transforma em linguagem simbólica e instrumento ético de resistência. Ao evocar figuras como Joana d’Arc, Frida Kahlo, Simone de Beauvoir e Clarice Lispector², o estudo investiga a maneira como o patriarcado molda regimes de silenciamento e como as mulheres reconfiguram esses espaços de interdição em enunciações simbólicas. Propõe-se ainda o conceito de silêncio sistêmico, entendido como estrutura semiótica e social que atravessa corpos, instituições e narrativas, naturalizando desigualdades e perpetuando a invisibilidade, e evidenciando contextos de opressão extrema como o feminicídio.

Palavras-chave: Semiótica; Silêncio; Resistência feminina; Patriarcado; Feminicídio.

ABSTRACT

This article offers a semiotic-theoretical reflection on silence as a sign and as a gesture of female resistance throughout history, media culture, and contexts of gender-based violence, including femicide. Drawing on Charles Sanders Peirce’s semiotics, it examines how silence—whether imposed, assumed, or strategic—becomes a symbolic language and an ethical instrument of resistance. By evoking figures such as Joan of Arc, Frida Kahlo, Simone de Beauvoir, and Clarice Lispector, the paper explores how patriarchy structures silence and how women transform it into expressive and symbolic resistance. It also proposes the concept of systemic silence, understood as a semiotic and social structure that sustains inequality and invisibility across narratives, institutions, and bodies, highlighting contexts of extreme oppression such as femicide.

Keywords: Semiotics; Silence; Female Resistance; Patriarchy; Femicide.

- 1 Pós-doutoranda em Jornalismo na ECA/USP, doutora e mestra em Comunicação Social pela UMESP. Docente na área de Gestão e Negócios (UNICID). Atua em pesquisas sobre semiótica, comunicação e violência de gênero, com foco nas representações do feminino. Integra os grupos de pesquisa ALTERJOR (ECA/USP) e Comunicação, Educação e Equidade (CNPq/UEMG). E-mail: k.bizan@gmail.com
- 2 Joana d’Arc (1412–1431): informações históricas de *The Trial of Joan of Arc* (Warner, 2000). Frida Kahlo (1907–1954): obras analisadas em *Frida Kahlo: The Paintings* (Herrera, 1991). Simone de Beauvoir (1908–1986): citações de *O Segundo Sexo* (Beauvoir, 1949). Clarice Lispector (1920–1977): trechos de *A Paixão Segundo G.H.* (Lispector, 1964).

Introdução – Vozes queimadas, ecos do silêncio

A verdade e a justiça são forças da Natureza. As ideias civilizatórias levam adiante as novas incipiências do crescimento. As possibilidades melhorativas da Natureza se derramam sobre nós em cada momento. [...] No entanto, em toda parte e todo tempo, a Natureza é o *genius loci*, possuída de Anaxagoreanas *rationes seminales* em inexauríveis proliferações. *Natura naturans* decreta a regra para a arte: a engenhosidade humana é o dom e vetor do gênio da própria natureza. Nada é predeterminado. Tudo é maturação. (PEIRCE, 1998, p. 309)³

Joana d’Arc ardeu na fogueira por ouvir vozes que a Igreja não reconhecia. Frida Kahlo pintou sua dor quando as palavras não eram suficientes. Simone de Beauvoir escreveu contra séculos de interdição moral e intelectual. Clarice Lispector fez da introspecção e do silêncio uma forma de revelar o indizível. Em tempos e linguagens distintas, essas mulheres enfrentaram um mesmo inimigo: o patriarcado — sistema de poder que estrutura o discurso, a história e o imaginário ocidental, determinando quem pode falar e quem deve calar. Como observa Gerda Lerner⁴ (2019, p. 52), “faz sentido que o sistema demonize quem luta contra ele”, pois a subversão da ordem simbólica ameaça a própria base do poder patriarcal. Cada uma dessas vozes, portanto, incendiou não apenas as convenções de sua época, mas também o próprio código cultural que sustentava o silêncio imposto às mulheres.

Pensar o silêncio como signo é reconhecer sua natureza paradoxal — presença e ausência, expressão e contenção. Para a semiótica de Peirce⁵, todo signo funciona como mediação, estabelecendo um elo entre o sensível e o inteligível, pois, como afirma Santaella (2000, p. 28), “o signo é um veículo que comunica à mente algo do exterior”. Nesse sentido, o silêncio deixa de ser vazio e se configura como forma de linguagem capaz de comunicar afetos, resistências e estruturas simbólicas de poder.

Sob a perspectiva da antropossemiótica, como define Perez⁶ (2011), a significação se dá na experiência encarnada, nas práticas humanas e nos modos de habitar o mundo. O corpo, portanto, é o primeiro espaço de inscrição dos signos e o primeiro território de controle patriarcal. O silêncio imposto às mulheres não é apenas discursivo, mas corpóreo: ele se manifesta nas restrições de comportamento, nos interditos morais e nos espaços de exclusão social e comunicacional.

Ao longo da história, a mulher que fala demais foi considerada perigosa; a que se cala demais, submissa; a que fala certo demais, suspeita. O patriarcado transformou o ato de falar em risco e o silêncio em sobrevivência. Entretanto, nas fissuras dessa lógica, o silêncio também se converteu em resistência: uma pausa que interrompe o discurso dominante, um gesto que comunica o indizível, uma linguagem que diz sem dizer.

Essa dinâmica se reflete nos fenômenos contemporâneos de violência extrema, como o feminicídio, que evidencia os efeitos letais de um sistema que ainda busca controlar, silenciar e punir mulheres que desafiam normas e estruturas de poder. O silêncio, nesse contexto, não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um território de resistência, memória e produção de sentido. Compreender o silêncio e os corpos que significam é, portanto, anali-

3 Neste estudo, a epígrafe sustenta a ideia de que todo signo (incluindo o silêncio) funciona como mediação entre sensível e inteligível, articulando poder e resistência, como Beauvoir faz ao questionar estruturas patriarcais.

4 Gerda Lerner (1920–2013): historiadora americana, referência nos estudos sobre patriarcado e opressão feminina.

5 Charles Sanders Peirce (1839–1914): filósofo e lógico americano, considerado o fundador da semiótica moderna.

6 Clotilde Perez (2011): pesquisadora brasileira em antropossemiótica e semiótica aplicada ao consumo.

sar não apenas as palavras não ditas, mas as práticas, gestos e resistências que atravessam a história feminina, revelando as continuidades e rupturas de uma luta que persiste em múltiplas dimensões — ética, estética e política.

Essa desvalorização simbólica das mulheres em relação ao divino se torna uma das metáforas marcantes da civilização ocidental. A outra metáfora é dada pela filosofia de Aristóteles, que pressupõe que as mulheres sejam incompletas e defeituosas, uma espécie diferente da do homem. É por meio dessas construções metafóricas que a subordinação das mulheres passa a ser considerada natural, ou seja, invisível. É isso que estabelece o patriarcado como ideologia (Lerner, 2019, p. 23)

Este artigo adota uma abordagem semiótica peirceana e antropossemiótica, cruzando referências históricas, biográficas, artísticas e literárias. A análise considera fontes primárias (escritos, obras e manifestações das figuras estudadas) e secundárias (biografias, crítica literária e histórica, estudos semióticos), permitindo mapear o silêncio feminino como signo de resistência. A partir de figuras paradigmáticas, analisaremos como o silêncio atua não apenas como instrumento simbólico, mas também como forma de agência, revelando modos sutis e poderosos de resistência. Propomos, ainda, o conceito de silêncio sistêmico — uma categoria que atravessa o social e o midiático, tornando visíveis as estruturas invisíveis da opressão e as estratégias sensíveis de resistência que as mulheres desenvolvem ao longo da história, em contextos que chegam ao extremo da violência de gênero, como o feminicídio, evidenciando a letalidade de um sistema que tenta silenciar e controlar corpos e vozes femininas.

O silêncio como signo e resistência na história feminina

Desde Joana d'Arc, cuja fé foi interpretada como heresia, até Clarice Lispector, que fez do não-dito uma poética do existir, o silêncio feminino sempre esteve à margem do logos masculino. A história registra que as vozes femininas só puderam ser ouvidas quando travestidas de dor, loucura ou santidade. No entanto, ao serem caladas, essas mulheres inauguraram outras formas de dizer — gestos, olhares, escritas, símbolos — que se tornaram meios de resistência silenciosa, abrindo espaços de sentido onde a palavra lhes era negada.

É importante distinguir aqui silêncio/silenciamento e não-dito/calado: o primeiro refere-se a imposições sociais, culturais ou estruturais que limitam a fala; o segundo é uma escolha individual de contenção ou expressão, que pode também configurar resistência, dialogando com Orlandi (2004), que evidencia como o silêncio revela relações de poder e regimes de dominação social, podendo ser tanto imposição quanto estratégia interpretante.

Sob a ótica da semiose peirceana, o silêncio pode ser entendido como um ícone da repressão, um índice do poder e um símbolo da resistência. Ele se torna signo quando, em sua aparente ausência, revela as relações de força que estruturam o discurso, onde “a potencialidade positiva é a origem de todo e qualquer processo semiótico” (Martins, 2015, p. 09). Assim, o silêncio não é apenas ausência de palavra, mas presença interpretante — uma forma de comunicação que resiste ao apagamento e reconfigura o sentido social.

Joana d'Arc personifica a força do silêncio em meio à violência institucional. Diante do tribunal e das chamas, seu silêncio não foi passividade, mas ato interpretante — uma afirmação de fé, coragem e dignidade diante da condenação. Cada recusa a se submeter à narrativa masculina da Igreja transforma o não-dito em resistência, mostrando que o silêncio pode operar como um poderoso signo de integridade e agência.

Frida Kahlo expressou o que o corpo calava: o sofrimento transformado em cor e forma, o trauma reconfigurado como arte. Em suas pinturas, o silêncio se faz imagem e o corpo torna-se linguagem simbólica da dor, da autonomia e da memória pessoal. Na lógica antropológica, o corpo é o signo primordial, mediador entre o sentir e o representar. Cada autorretrato de Frida é uma semiose encarnada da resistência, revelando que o corpo que sofre também pode ser corpo que comunica e transforma.

Simone de Beauvoir rompeu o silêncio filosófico imposto às mulheres, transformando a palavra em instrumento ético e político. Sua escrita não apenas desvelou as engrenagens da dominação masculina, mas instaurou um novo regime de escuta — aquele em que o feminino deixa de ser objeto do discurso e se torna sujeito da enunciação. A resistência de Simone se dá na articulação entre conceito e ação, em que a palavra escrita é gesto de insurgência e transformação social.

Clarice Lispector devolve o silêncio como espaço de revelação. Sua linguagem fragmentada e introspectiva cria uma zona liminar entre o dizer e o calar, onde o sentido se faz na pausa, no gesto e na hesitação. Clarice transforma o silêncio em signo da interioridade, espaço de criação e resistência simbólica, mostrando que o indizível pode ser traduzido em intensidade narrativa e força ética.

O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade. Como apontou Simone de Beauvoir: "o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos" (Lerner, 2019, p. 21).

Em todas essas figuras, o silêncio é mais que ausência — é ato, signo e semiose. Ele articula resistência ética, produção estética e ruptura simbólica, revelando que o poder de calar pode ser subvertido em poder de significar. Ainda assim, essa potência do silêncio não atua em um vácuo social: ele se desenvolve em um contexto de normas e pressões que procuram moldar o comportamento e limitar a agência das mulheres, condicionando-as a aceitar papéis e expectativas que reforçam relações de dominação. Essa dominação simbólica, quando levada ao limite, assume formas de violência física e estrutural que culminam no feminicídio, expressão máxima do controle patriarcal sobre os corpos e as vozes das mulheres.

Antropossemiótica e os corpos que significam

A antropossemiótica, como explica Bizan (2023), consiste no estudo da comunicação humana que se dá por meio da transmissão de mensagens através de signos simbólicos e culturais, codificados e reconhecidos por sistemas verbais e não linguísticos difundidos de geração em geração. Nessa perspectiva, o corpo é o primeiro espaço de inscrição dos signos — ele sente, interpreta e traduz o mundo antes mesmo da palavra. O corpo, portanto, não apenas emite signos, mas é o próprio signo — e, no caso das mulheres, um campo de disputa simbólica e política, onde o silêncio e a expressão se entrelaçam.

Ao longo da história, os corpos femininos foram moldados como superfícies de silêncio. O modo de andar, de olhar, de vestir ou de gesticular foi regulado por códigos invisíveis que comunicam submissão e controle. A antropossemiótica permite compreender esses gestos como processos comunicacionais, revelando que o corpo é o lugar onde se dramatiza o poder e onde também se inicia a resistência. Cada movimento, postura ou escolha corporal pode carregar significados de conformidade, mas também sinais sutis de insurgência.

O corpo feminino se torna espaço de memória e transmissão cultural. Gestos, posturas e rituais corporais podem preservar narrativas de opressão, mas também servir como instrumentos de resistência coletiva. As mulheres, ao ocuparem seus corpos de forma consciente, inscrevem no mundo significados que desafiam padrões normativos e criam possibilidades de agência. Essa dimensão mostra que a resistência não se limita à palavra, mas se manifesta na encarnação do sentir e do agir (Ruiz, 2020, p. 1).

Outro aspecto relevante é a articulação entre o individual e o coletivo. Como Pitta (2017, p. 21) observa, “o inconsciente coletivo é estruturado pelos arquétipos, ou seja, por disposições hereditárias para reagir. Esses arquétipos se expressam em imagens simbólicas coletivas, o símbolo sendo a explicitação ‘encarnada’ do arquétipo.” Assim, o corpo que resiste não apenas comunica experiências pessoais de opressão, mas se conecta a padrões simbólicos compartilhados culturalmente, tornando-se veículo de sentidos que atravessam gerações.

Nesse contexto, a antropossemiótica resgata o corpo como lócus do sentido e do gesto ético. A resistência emerge quando o corpo volta a significar por si mesmo — quando o silêncio imposto se transforma em linguagem simbólica e autônoma. A articulação entre experiência vivida e imagens coletivas mostra que o corpo feminino atua simultaneamente como espaço de silêncio, resistência e produção de sentido, transformando memórias, dores e vivências individuais em linguagem ética, cultural e socialmente significativa.

Cartografias do silêncio

É justamente a terceira categoria fenomenológica (crescimento contínuo) que irá corresponder à definição de signo genuíno como processo relacional a três termos ou mediação, o que conduz à noção de semiose infinita ou ação dialética do signo. Peirce definiu essa relação como sendo aquela própria da ação do signo ou semiose, ou seja, a de gerar ou produzir e se desenvolver num

outro signo, este chamado de “interpretante do primeiro”, e assim *ad infinitum* (Santaella, 2000, p. 8).

O silêncio não é uniforme. Ele se manifesta em diferentes graus, intensidades e intencionalidades. Moure (2004) classificou diversos tipos de silêncio no cinema — o técnico, o de orquestra, o de ambiência, o diegético e o subjetivo — cada um revelando como o não dito pode comunicar mais do que a palavra. Inspirando-se nesse percurso, podemos transpor essa leitura para o campo social e comunicacional, onde o silêncio opera como dispositivo simbólico de poder e resistência.

No plano social, o silêncio técnico aparece quando a ausência de voz é fabricada institucionalmente: as mulheres não são ouvidas, suas narrativas são editadas, suprimidas ou ignoradas. Já o silêncio de orquestra se manifesta no recuo simbólico — o abafamento das expressões femininas diante da dominação discursiva masculina.

O silêncio de ambiência se dá quando o ruído do mundo apaga a existência das mulheres — é o cotidiano ensurdecedor que naturaliza a desigualdade. O silêncio diegético corresponde ao silêncio vivido e sentido: o que se impõe nas relações, nas violências domésticas, nas ausências forçadas. Por fim, o silêncio subjetivo é aquele em que o próprio sujeito silencia a si mesmo — por medo, vergonha ou sobrevivência.

Esses silêncios, embora distintos, convergem em um mesmo campo semiótico: o da significação imposta e transformada. Cada pausa, cada omissão, cada interrupção é também uma narrativa. Ler o silêncio é, portanto, mapear territórios simbólicos onde o poder se instala e onde a resistência se reinventa.

[...] mais elevado e puro grau do ato contemplativo é aquele em que se aprendeu a abandonar a linguagem. O inefável encontra-se além das fronteiras da palavra. Somente com a ruptura das muralhas da linguagem a prática visionária poderá penetrar no mundo da total e imediata compreensão. Quando se alcança tal compreensão, a verdade não precisa submeter-se às impurezas e à fragmentação que a fala necessariamente acarreta. Não precisa ajustar-se à lógica ingênua e à concepção linear do tempo implícitas na sintaxe. Na verdade final estão compreendidas, simultaneamente, o passado, o presente e o futuro. É a estrutura temporal da linguagem que os mantém artificialmente distintos. Esse é o ponto crucial (Steiner, 1988, p. 30).

O silêncio sistêmico

O silêncio, quando é desejado, não deixa rastro de mal-estar. Quando é um mandato, represa a palavra como uma armadura que aprisiona. Em algum momento, há que permitir a essas palavras que saiam de tão dolorida couraça (Amaral, 2020, p. 32).

Além dos tipos de silêncio identificados por Moure (2004), propomos aqui o conceito de **silêncio sistêmico** — uma categoria semiótica e social que traduz o modo como as estruturas patriarcais produzem, distribuem e naturalizam o silenciamento.

O silêncio sistêmico não é apenas ausência de fala, mas um mecanismo de controle simbólico que atravessa instituições, discursos e corpos. Ele opera nas políticas públicas, nas mídias, nas religiões e nas culturas cotidianas, sustentando uma cadeia de signos que hierarquiza o poder do dizer. Assim, o silêncio torna-se parte da engrenagem da semiose social — um signo coletivo que perpetua desigualdades. Em sociedades marcadas por altos índices de violência de gênero, esse silêncio sistêmico também atua como terreno fértil para o feminicídio, que se manifesta como a expressão final do apagamento simbólico e da negação da alteridade feminina.

Na lógica peirceana, o silêncio sistêmico funciona como um interpretante cultural, pois traduz e reafirma o modo como uma comunidade significa o mundo. Ele é mantido por hábitos e crenças — ou seja, por processos de terceiridade que regulam o pensamento e a ação. Nesse sentido, o silêncio sistêmico é tanto um produto quanto um produtor de sentido social.

Contudo, a resistência emerge justamente na fissura desse sistema. Quando mulheres tomam a palavra, quando o silêncio se torna pauta, quando o corpo fala, a cadeia semiótica se reconfigura. A fala insurgente é o novo interpretante que rompe a continuidade do silenciamento, refletindo, como observa Pitta (2017, p. 24), que “o trajeto antropológico é o incessante intercâmbio existente, ao nível do imaginário, entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas que emanam do meio cósmico e social.” Dessa forma, o corpo e a voz insurgente tornam-se mediadores entre experiências individuais e pressões sociais mais amplas, articulando resistência, sentido e transformação simbólica.

Portanto, compreender o silêncio sistêmico é reconhecer a dimensão política e cultural da semiose. Rompê-lo é instaurar um novo regime de escuta e significação — uma semiose de libertação, em que o silêncio deixa de ser imposição e se torna escolha. Nesse movimento, a escuta se torna ativa e ética, e cada gesto ou palavra emerge como ato de resistência, ressignificando relações de poder e estabelecendo novos modos de existir e comunicar.

Considerações finais – A escuta e o gesto de resistência

O silêncio, como demonstrado ao longo deste estudo, é signo complexo e polissêmico. Ele pode ser imposição ou escolha, dor ou gesto, ausência ou potência. Na história e na cultura midiática, o silêncio feminino é tanto um produto das forças patriarcais quanto um campo de insurgência simbólica.

A semiótica peirceana e a antropossemiótica permitem compreender que todo ato de calar é também um ato de significar. O silêncio, como signo, participa da semiose da existência e revela as dinâmicas entre poder, corpo e linguagem.

Com o conceito de silêncio sistêmico, ampliamos a compreensão do silenciamento para além do individual, alcançando a esfera estrutural. Esse silêncio é reproduzido por sistemas simbólicos que moldam o pensamento social, naturalizando a exclusão e a desigualdade.

Contudo, cada gesto de fala, cada arte, cada palavra que emerge do não-dito é um interpretante de resistência. As mulheres que transformaram o silêncio em linguagem — Joana, Frida, Simone, Clarice e tantas outras — nos ensinam que a luta também se dá na semiose. O silêncio, quando reconhecido e escutado, torna-se signo de emancipação.

Escutar o silêncio, portanto, é um ato político e ético. É abrir espaço para o não dito e reconhecer a potência simbólica de quem foi historicamente calada. A escuta, como gesto interpretativo, rompe o ciclo do silêncio sistêmico e inaugura um novo modo de significar o mundo — mais justo, sensível e plural.

Diante dos índices alarmantes de feminicídio, reconhecer o silêncio como signo político e simbólico é também reconhecer a urgência de escutar as vozes que insistem em existir, transformando a dor em discurso e o medo em gesto de resistência.

Referências

- AMARAL, Alexandre Coimbra. **Cartas de um terapeuta para seus momentos de crise**. São Paulo: Planeta, 2020.
- PEREZ, Clotilde. **Os signos do consumo: reflexões sobre o consumo e a vida material**. São Paulo: Annablume, 2011.
- LERNER, Gerda. (2019). **A Criação do Patriarcado - história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix.
- MARTINS, Wellington Anselmo. **Semiótica de Charles Pierce: O ícone e a primeiridade**. *Contemplanção*, v. 12, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/93> Acesso em 01 out. 2025.
- MOURE, José. **Le silence dans le cinéma**. Paris: Armand Colin, 2004.
- ORLANDI, Eni P. *As vozes do silêncio*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PEIRCE, Charles Sanders. **The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings**. Vol. 2. Bloomington: Indiana University Press, 1998.
- Pitta, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Curitiba: CRV, 2017.
- RUÍZ, Marco Antônio Almeida. **O corpo feminino em discurso: memória e (r)existência**. *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 49, n. 2, p. 1014-1032, jun. 2020. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2477?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 12 out. 2025.
- SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: Como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2000.
- STEINER, George. **Linguagem e Silêncio: Ensaios sobre a Linguagem, a Literatura e o Inumano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UM ROSTO INTRIGANTE: RETRATOS, AUSÊNCIAS E APAGAMENTOS EM TORNO DA IMAGEM PÚBLICA DA BEATA BENIGNA¹

AN INTRIGATING FACE: PORTRAITS, ABSENCES AND ERASURES AROUND THE PUBLIC IMAGE OF BLESSED BENIGNA

JOEDSON KELVIN FELIX DE OLIVEIRA²

ELANE ABREU DE OLIVEIRA³

RESUMO

Benigna Cardoso da Silva, beata cearense “sem face”, vítima de feminicídio, possui uma história intrigante e marcada por ausências. Por não ter um retrato fotográfico, as tentativas de chegar a seu rosto são muitas. Mostramos neste texto algumas imagens e as discutimos com a finalidade de identificar signos, traços ressaltados em memórias, e quais são atenuados ou apagados em imagens construídas pela Igreja Católica, e que vieram a público. A imagem do rosto que se cristaliza responde a imperativos e imaginários tecnológicos, religiosos, midiáticos, culturais e políticos que transcendem a época em que viveu a menina, e comunica uma existência humana atravessada por marcadores de opressão social que ecoam em nossos tempos. Aqui destacamos evidências empíricas e articulações teórico-interpretativas por meio das quais pontuamos: a imagem pública de Benigna persiste apontando para apagamentos e violências intencionais, e sublinha a resistência da sua memória marcada pela insuficiência de um rosto único.

Palavras-chave: Rosto. Retrato. Benigna. Imagem. Feminicídio.

ABSTRACT

Benigna Cardoso da Silva, “faceless” saint from Ceará, victim of femicide, has an intriguing history marked by absences. In the absence of a photographic portrait, there are many attempts to get to her face. In this text, we show some images and discuss them with the aim of identifying which signs, which traits are pointed out in memories, and which ones are attenuated or erased in images constructed by the Catholic Church, and came out to the public. The prominent image of the face replies to technological, religious, media, cultural and political imperatives and imaginaries that transcend the time lived by Benigna, and communicate a human existence crossed by markers of social oppression that echoes in our times. Here we highlight empirical evidences and theoretical-interpretative articulations through which we consider that the Benigna’s public image persists indicating intentional erasures and violences, and underlining the resistance of her memory marked by insufficiency of a unique face.

Keywords: Face. Portrait. Benigna. Image. Femicide.

1 A versão inicial deste texto foi apresentada no 32º Encontro Anual da Compós.

2 Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). É membro do grupo de pesquisa Limbo - Laboratório de Imagem e Estéticas Comunicacionais (CNPq - UFCA) e integrou o projeto “As faces do rosto e as mídias”, vinculado ao IMAGO - Laboratório de Estudos de Estética e Imagem (PPG-COM-UFC). E-mail: joedsonkelvin23@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3682-3746>

3 Professora na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua no setor de estudos Imagem e Comunicação Visual do curso de Jornalismo. Líder do grupo de pesquisa Limbo - Laboratório de Imagem e Estéticas Comunicacionais (CNPq - UFCA). E-mail: elane.abreu@ufca.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2848-9265>

Introdução: o contexto de uma santa intrigante

Um crime bárbaro que resultou em um envolvimento religioso de toda uma população. Na contemporaneidade, seja na televisão ou na internet, imagens fotográficas ou de vídeo relatam, informam e apresentam crimes violentos que acontecem cotidianamente. No século passado, em 24 de outubro de 1941, numa pequena cidade interiorana do Estado do Ceará, Santana do Cariri, uma fatalidade comovia a maioria das pessoas do município, não a partir de veículos de comunicação, mas pela explosão popular. Pelo tamanho da gravidade, o acontecido não foi considerado comum. “Morreu uma santa”, assim dizem as pessoas que viveram a época de Benigna Cardoso da Silva.

A santidade é aqui entendida como atributo sagrado que vincula a menina às pessoas de fé, bem como se relaciona com a imagem de um rosto que, mesmo sob desígnios de técnicas de representação científicas e institucionais, vai além: é imaginada e vivida no repertório popular e sertanejo. Conforme sublinha Emmanuel Lévinas, o rosto é lugar de desvelamento, que não se presta à objetivação, pois o rosto fala, o rosto é significação (LÉVINAS, 1980). Assim, pensar o rosto de Benigna no horizonte de sua santidade – enraizada na comoção e na fé popular – é, antes de tudo, pensar uma relação que convoca responsabilidade: uma ética que nasce do encontro com o Outro. O rosto, na ética levinasiana, resiste.

Aos 13 anos de idade, ela foi vítima de um crime que hoje se configura como feminicídio. Benigna fora esfaqueada e esquartejada depois de resistir a uma tentativa de violência sexual por parte de Raul, um jovem que vivia a perseguindo, enquanto, todos os dias, a menina ia buscar água na cacimba do Sítio em que morava, levando um pote de barro na cabeça. Por defender seu corpo até a morte, e, conforme a visão da Igreja Católica, em nome da sua castidade, passou a ser considerada “mártir”. O movimento de efervescência religiosa culminou na beatificação da menina sertaneja, que se tornou a primeira pessoa da história do Estado do Ceará a receber tal título.

Embora Benigna já mova multidões e ocupe diversos espaços midiáticos por todo o país, não há um registro fotográfico que mostre como ela de fato foi. Na tentativa de situar o campo de disputas imagéticas em torno de Benigna, a partir dos retratos criados para um rosto, este texto foi dividido em partes que se entrecruzam e ajudam a identificar que signos são evidenciados, quais traços são ressaltados em memórias, bem como quais são atenuados ou apagados em imagens construídas pela Igreja Católica e que vieram a público. Em momento inicial, mostramos a primeira especulação imagética para o rosto de Benigna, chamada de retrato falado, e discutimos os aspectos que permearam o processo de criação, além das inspirações, intenções e desdobramentos a partir desse tipo de reconstituição facial e da relação entre rosto e retrato como campo de disputas em torno da beata “sem face” do Ceará. Em seguida, apresentamos o repertório de imagens criadas e recriadas, com atenção aos traços observados a partir de memórias populares, documentos oficiais, discursos e narrativas do Catolicismo. E, em último momento, são tecidos apontamentos e interpretações quanto às violências e apagamentos em torno do rosto forjado para a menina.

Rosto e retrato: um campo de disputas

Entre o rosto e o retrato há uma série de questões que não podem passar despercebidas, embora seja uma discussão inesgotável. Uma delas é a de que o retrato, enquanto gênero, ultrapassa as bordas da superfície da imagem fotográfica e de outras possibilidades de constituição artístico-tecnológicas (desenho, pintura, ilustração e imagem digital). Ao longo deste texto, o que denominaremos como retrato, também será localizado em concepções imaginadas, não palpáveis, ou seja, que já existem na memória e no imaginário coletivos, como “imagens endógenas” (CONTRERA, 2016). Vale dizer que não há como pensar as configurações dessa relação sem considerarmos, antes, aspectos como identidade, semelhança e contexto histórico.

As formas de imagem aparecem historicamente ligadas à ideia da representação humana não apenas visual, mas em termos de processos de subjetivação, nas formas de determinação de condutas e aparências apropriadas para cada época, ou seja, na construção de uma semelhança de quem se é (Libério, 2021, p. 74-75).

A ausência de um retrato com o rosto de Benigna nos aponta, de forma inicial, para disparidades econômicas e sociais, marcadores identitários questionáveis e, sobretudo, para a instabilidade de sua própria individualidade. O que pode um rosto que não pôde se ver, nem pode ser visto através de um retrato, e ter sua própria singularidade especulada? Se a revelação do rosto é a revelação da própria linguagem (Agamben, 1996), quem revela a linguagem que outrora - e no agora - seria própria de Benigna?

O processo de construção da imagem da primeira beata do Ceará nasce tanto dos relatos orais de seus contemporâneos (família adotiva, amigos e conhecidos), como dos registros e documentos históricos que relatam e narram principalmente sua morte. Somente após 60 anos de seu martírio, em 2001, iniciou-se um processo de construção de uma imagem que serviria como a primeira representação visual da “Heroína da Castidade”, como assim foi denominada pelo padre da sua época, Cristiano Coelho.

Em 1994, o escritor e artista plástico santanense, Sandro Cidrão, lançou o livro “Resgatando a memória de Santana do Cariri”, no qual haveria destinado um capítulo para “resgatar”, segundo ele, a história da “Mártir da Pureza”, que tanto escutou desde criança, dos seus pais, do povoado do Bairro Inhumas, e nas visitas que fazia junto da família ao local onde Benigna morreu. Esse capítulo, segundo o autor, tinha o caráter de construir uma pequena biografia de Benigna. Para isso, Sandro procurou por informações que vão desde o batistério e certidão de nascimento de Benigna, além de realizar pesquisas e entrevistas com pessoas que viveram no mesmo tempo que a “mártir”, como, por exemplo, as irmãs adotivas (Terezinha e Irani Sisnando)⁴.

Após sete anos do lançamento desse capítulo, em 2001, Cidrão então decidiu publicar um segundo livro chamado “Ainda Resgatando”, acrescentando outras informações, tendo dessa vez a presença de um desenho, chamado de retrato falado (FIG. 1), para representar pela primeira vez o rosto ausente de Benigna. Em entrevista, Sandro nos contou como se deu esse processo.

(...) Aprofundi a pesquisa e tudo mais, mas fotografia... consegui uma fotografia da irmã dela, mas dela (Benigna), não. Aí achei melhor fazer um retrato baseado em informações pra poder o pessoal ter uma primeira imagem de Benigna. O intuito da construção dessa primeira imagem de Benigna era essa: como eu ia resgatar aquela história, baseado naquela história e nos traços físicos e psico-

4 Benigna ficou órfã de pai e mãe ainda muito cedo e, junto dos irmãos, foi adotada por uma família tradicional de sobrenome Sisnando.

lógicos que me deram sobre ela, eu resolvi fazer o retrato falado pras pessoas terem essa visualização dessa imagem, como seria, como poderia ser... que eu também não sei se ela era daquele jeito, ninguém pode assegurar (Cidrão⁵, 2019).

Figura 1 - Retrato falado de Benigna



Fonte: Ainda Resgatando (2001)

De acordo com Sandro, os traços dessa imagem foram feitos todos a lápis e Benigna surge com um semblante de pouca expressão e com sangramentos em algumas partes do rosto e do pescoço. Ainda sem cor, o desenho remete à constituição de uma figura baseada em testemunhos e de lembranças.. Existe uma evocação do passado, construído e atualizado coletivamente no presente, que instiga e potencializa a memória das pessoas e o poder de criação a partir de um acontecimento, de uma história concentrada no crime bárbaro da "heroína". Em "Resgatando uma história de fé - Benigna" (2014), um outro livro escrito por Sandro Cidrão, dedicado inteiramente à história de Benigna, podemos perceber como e a partir de qual acontecimento a "mártir" passou a ser lembrada e relembrada.

Os requintes da crueldade do bárbaro crime abalou todo o município. Desde essa data começaram as visitas ao túmulo e ao local do martírio até o tempo presente. As rogativas feitas a "Santa de Inhumas" assim como às promessas são geradoras de graças ao alcançar por intercessão dessa memorável jovem que é tida por todos como "Santa" e "Heroína da Castidade" (Cidrão, 2014, p. 20).

É essa mesma história que veio sendo reproduzida ao longo do tempo. Seu Chico Pezim, um escultor santanense de santinhos, é outra fonte ocular que contribuiu na pesquisa de Sandro Cidrão, pois vivenciou a mesma época que Benigna. A sua filha, Penha Eliodório, mora no Bairro Inhumas e também cresceu ouvindo os relatos de santidade da "mártir" através do seu pai e de outras pessoas hoje incapacitadas de falarem por conta da maior idade. Em entrevista realizada com Penha, ela relatou a comoção que a morte de Benigna causou na época do crime, e que foi tão contada para ela.

(...) E, assim, foi uma comoção muito grande com a morte dela (Benigna). Primeiro porque conta a história que era uma menina que era muito educada. Era muito assim... educada com os colegas, tinha muito carinho pelas mães adotivas, tinha assim veneração pela natureza, era uma excelente aluna, e assim, a comoção foi grande principalmente porque era órfã de pai e mãe (Eliodório⁶, 2019).

De acordo com Sandro, por muitos anos, as narrativas sobre o crime foram somente concentradas na oralidade, pelos habitantes do tempo e da cidade em que viveu Benigna, principalmente por familiares da "mártir", transmitidas por outras gerações, e só depois foram transpassadas para a escrita, pelo escritor. Foi a partir da montagem de uma história oral contada, a partir da palavra e do testemunho de contemporâneos de Benigna, que Sandro Cidrão tentou pela primeira

5 Entrevista concedida por Sandro Cidrão aos autores desse trabalho. Santana do Cariri (CE), 2019.

6 Entrevista concedida por Penha Eliodório aos autores dessa pesquisa. Santana do Cariri (CE), 2019.

vez construir uma imagem para representar visualmente a “Mártir da Pureza”. O ato de lembrar impulsiona o retrato falado a partir do imaginário coletivo, ou como diz Jacques Rancière (2012, p. 38), pela maneira de “transformar as palavras nas imagens que elas significam”.

Em outubro de 2004, aconteceu a primeira missa-romaria dedicada à Benigna, coordenada por Sandro e idealizada por Ary Gomes, um potiguar que, segundo Sandro (2014, p. 29), havia se “sensibilizado com a força brutal pela qual essa garota foi morta”. O evento foi realizado no local do martírio de Benigna, no Sítio Oiti e que, ainda de acordo com o escritor, teve a participação de centenas de pessoas. Foi nessa época que Sandro, a pedido de Ary Gomes, refez a imagem anteriormente apenas desenhada, para então ser utilizada em cartazes de divulgação, camisas e santinhos do evento. Surge então a segunda versão do retrato falado (FIG. 2).

Figura 2: Segunda versão do retrato falado (santinho)



Fonte: Arquivo pessoal

De acordo com Sandro, ele teria “envernizado a imagem”. Os traços mais evidentes são os de sangue, representado com mais destaque pela cor vermelha. O semblante enigmático e o olhar oblíquo permanecem na frieza de um rosto que sangra e nada sente. É a partir dessa versão que se percebe expressiva aproximação com a história de barbaridade que foi contada e recontada ao longo dos anos, uma história triste e sangrenta, que marcou no passado e é lembrada no presente, pelas vias da representação. Essa versão foi feita para ser exposta em diversos suportes, ao contrário do desenho que estava apenas num livro biográfico.

Uma reflexão a respeito do retrato falado é a de que ele geralmente se apresenta relacionado a um crime. Auxiliar numa investigação policial, reproduzir o rosto de alguém que fugiu da Justiça ou de desaparecidos, são as funções mais comuns em que esse tipo de representação aparece como elemento-chave e participativo. É comum perceber o retrato falado como uma imagem que representa a face de criminosos, sendo pouco frequente vê-lo, porém, como uma imagem representando rostos

de vítimas. Rostos de todo tipo de criminoso são estampados em cartazes, na perspectiva do retrato falado. No entanto, este tipo de representação também busca reconstituir faces de pessoas desaparecidas. O caso da reconstituição do rosto de Benigna nos interessa pela inexistência de um registro visual fidedigno.

Benigna foi tida como a personagem de mais destaque do seu crime, não por ser a criminosa, mas por ser a vítima. Não interessou, portanto, a construção de um retrato falado de Raul, o assassino do crime, talvez porque dias depois da morte, ele teria confessado o crime e prestado depoimento à Justiça da época. O assassinato da “mártir”, então, também guarda peculiaridades quanto à concepção de representação do criminoso e da vítima.

Não há como não associar a imagem aos contextos históricos e culturais nos quais ela passa a existir, ganha vida e atua. A partir desse pensamento, a imagem, como bem pontua Malena Contrera (2016, p. 3), “já existe muito antes de tornar-se perceptível”, ou seja, física e, dessa forma, nos convoca a pensar as presenças e ausências, características visíveis e invisíveis que surgem mesmo sem um suporte técnico e físico, enquanto uma “entidade oceânica” (CONTRERA, 2016). A autora vai além, lembrando Hans Belting, quando diz que a imagem enquanto representação não tem origem exclusivamente na mente, mas é resultante também de um processo dialógico maior, coletivo e múltiplo no âmbito da cultura e da memória.

Ranciére (2012, p. 92), ainda, expõe que “representação não é o ato de produzir uma forma visível, é o ato de dar um equivalente”, ou seja, um equivalente àquilo que tanto instiga a imaginação, a pensar e a aproximar de si, tornando presente o que se faz ausente. Não falamos aqui de uma ausência qualquer, mas de uma ausência perturbadora que, no vazio palpável, convoca o que falta, porque sente a necessidade de uma representação para aproximar o que é dito sobre ela. Em outras palavras, equivaler é uma tentativa de aproximação.

Assim, é possível refletir que as imagens que tentam retratar o rosto de Benigna nascem fadadas à incerteza porque, assim como toda tentativa de representação, seguindo a lógica de Ranciére (2012), nunca será uma forma visível inquestionável da verdade, mas que busca referenciar o que veio sendo falado ao longo do tempo, enquanto o único caminho de sustentação do que passou a ser representado. O retrato falado da beata é coletivo, embora possa parecer uma concepção que nasce somente pelo escritor Sandro. Ele foi acumulado na memória de atores e modos de ver e pensar variados, em vias de composição, reconstituição e fabulação de uma existência no passado.

Traços de uma menina pura: o que insiste e o que se ausenta

Um documento a que Sandro teve acesso foi o processo-crime⁷ da morte de Benigna, escrito em 25 de outubro de 1941, um dia depois da morte. Nele, há passagens que descrevem Benigna fisicamente, além dos ferimentos causados pela morte violenta. As informações em detalhe dos danos bárbaros foram cedidas pelo exame de corpo de delito da vítima, anexado no processo.

(...) de cor morena clara, do sexo feminino, um (1) metro e quarenta e um (41) centímetros de altura e um pouco desnutrida, de cabelos e olhos castanhos claros, encontraram um ferimento transversal na região posterior do pescoço, fazendo deslocar a terceira vértebra cervical. (...) outro ferimento na região dorsal da mão esquerda...⁸

A descrição contida no processo-crime expõe traços físicos da menina no momento logo após seu assassinato. Destacamos as características atribuídas ao “morena” e “pouco desnutrida”, que levam a imaginá-la além dos seus ferimentos. Em adição aos destaques desse processo, Dona Nair, hoje com 88 anos de vida, foi amiga de infância de Benigna, e é uma personagem importante no que diz respeito à constituição e lembrança das características físicas e compor-

7 Durante a pesquisa, tivemos acesso ao processo-crime da morte de Benigna na Comarca de Santana do Cariri. O documento também pode ser encontrado no Museu da História Santanense, localizado no Centro da cidade.

8 Trecho retirado do inquérito policial da morte de Benigna, escrito em 25 de outubro de 1941.

tamentais da menina em vida, e que dialogam com o retrato falado de Sandro. Em entrevista realizada no dia 15 de outubro de 2019, Nair nos contou sobre quem e como foi Benigna, a partir de um exercício da sua memória.

Benigna foi uma menina, digo e repito, santa em vida. Um comportamento admirável, temente a Deus, de bons exemplos. Eu tinha 7 anos e ela 13, e ela só teve bons exemplos a me dar. Ela era “franzinazinha”, era uma menina morena (um moreno claro), cabelos longos repartidos ao meio, cabelos ondulados. Simples, simples... um olhar de ternura! (Sobreira⁹, 2019).

Alguns atributos trazidos por essas narrativas compõem visualmente a face de Benigna no retrato falado. Os detalhes traduzidos pelos traços de Sandro Cidrão foram lembrados e contados para o escritor pelas pessoas que conviveram com a “mártir” e em especial pelas suas irmãs adotivas. As características narradas vão desde físicas - “morena clara, olhos castanhos, cabelos negros e lisos, rosto arredondado, queixo afinado, um semblante triste e olhar meditativo” - até comportamentais - “modesta, tímida, generosa, reservada, não usava vestidos sem mangas, curtos nem com decotes, religiosa” (Cidrão, 2014, p. 14). Por outro lado, o relato de Dona Nair, apesar de acrescentar outros traços descritivos que dialogam com o retrato falado, não fez parte da pesquisa que o constituiu.

Nas imagens (FIG.1 e FIG. 2), Benigna surge carregando com nitidez algumas dessas características presentes no inquérito e no relato de Dona Nair, embora tenha outras que nem tanto: a sua aparência franzina, os olhos castanhos e a cor da pele morena. Há, ainda, um detalhe que chama mais atenção: o sangue em partes do rosto e no pescoço, colocado posteriormente pelo autor. Poderíamos deduzir que a razão pela qual o autor do desenho tenha adicionado o sangue seria para indicar exclusivamente a morte violenta que Benigna sofreu. Porém, Cidrão explica que não só a morte foi representada, ao afirmar que quis mostrar também, além do martírio, “a pureza, a virgindade e a santidade...”. Dois extremos sobre Benigna ganham destaque nesse processo inicial para justificar a presença do sangue no retrato falado e, mais especificamente, sobre o seu rosto. De um lado, o comportamento puro, virgem e santo; de outro, o martírio.

A presença do sangue é fruto das narrativas que descreveram tanto a morte bárbara de Benigna, quanto aquelas características físicas e comportamentais que foram usadas até hoje como argumento para validar a sua santidade. Não à toa, um dos principais vocativos que se referem à Benigna é “Mártir

Figura 3 - Literatura de cordel sobre Benigna – Gonzaga Vieira, 2005.



Fonte: Ateliê Benigna Arte Imagens

9 Entrevista realizada com Nair Sobreira, contemporânea de Benigna. Santana do Cariri (CE), 2019.

da Pureza". As duas palavras que formam o vocativo costumam aparecer de forma indissociada nas reproduções que utilizam o retrato falado (FIG. 3).

O rosto de Benigna aparece emoldurado, dentro de um quadro, sem sangue, e com a permanência da mesma expressividade no olhar trazida em versões anteriores do retrato falado. Ainda na capa do cordel, nota-se uma outra palavra (castidade) que substitui, com significados análogos, a palavra pureza. Lembremos que a castidade é uma característica considerada dogma da Igreja Católica, centrado na figura de Maria, a mãe de Jesus que recebeu do Espírito Santo a missão de gerar o filho de Deus por ser virgem. O sangue na imagem de Benigna, na perspectiva da virgindade, não aparece nessa reprodução do retrato falado, mas quando o sangue não está presente, as duas palavras, unidas, o representam sem que ele visivelmente apareça.

Em 2011, a Diocese de Crato passou a dirigir as romarias e deu entrada ao processo de beatificação de Benigna na fase diocesana. Diante dessa necessidade de abertura do processo, a direção da Paróquia de Senhora Sant'Ana junto à Diocese começou um movimento de construção de uma nova imagem para representar o corpo e a estética da santa-"mártir". O retrato falado de Sandro Cidrão foi questionado pela Igreja após esta assumir a causa de Benigna e se tornar, a partir de então, responsável pelo andamento do processo de beatificação. O Padre Paulo Lemos, que também chegou à cidade em 2011 para liderar a paróquia, é um dos principais personagens desse processo. Em entrevista realizada no dia 8 de outubro de 2019, o padre afirmou: "Quando eu cheguei aqui (Santana do Cariri), essa imagem do Sandro era rejeitada pelas pessoas que conheceram Benigna e faziam observações dizendo que ela não retratava uma menina de 13 anos, dizendo que ela parecia uma adulta"¹⁰. A partir desse momento, vários artistas passaram a ser solicitados pela Igreja Católica para elaborar uma nova imagem que se aproximasse dos relatos de pessoas contemporâneas à "heroína da castidade", mais especificamente as irmãs de criação, Terezinha e Irani, e a amiga de infância, Nair Sobreira. O objetivo era ter uma imagem mais infantil de Benigna.

Diversos elementos sobre as histórias contadas em torno da vida e morte de Benigna constituem imagens que surgiram após o retrato falado. Embora este tenha passado a ser questionado, a história que o construiu permaneceu validada. Os aspectos trazidos pela memória e testemunho acompanham todo o percurso no qual o retrato se manifesta. Em todas as posteriores representações, alguns atributos se repetem, outros se ausentam, a partir das narrativas e dos processos de rememoração de quem as fizeram, e que sustentam e moldam tais imagens. Essa trajetória é marcada por disputas, exercícios da memória e, também, apropriações de discursos que se entrecruzam e moldam o feminino conforme a categoria do sagrado, pautada historicamente pela Igreja. Ficou a critério do imaginário popular e religioso narrar as características humanas de Benigna em imagem, além de ordenar os elementos que constituem o seu corpo e os adereços que o acompanham, em busca de um ideário sagrado.

10 Entrevista realizada com Paulo Lemos, à época, padre da Igreja Matriz do município. Santana do Cariri (CE), 2019.

Figura 4: As várias faces de Benigna



Fonte: Imagens (da esquerda para direita): 1. Sandro Cidrão 2. Sônia Teixeira 3. Paulo Nadson (Coluna 1). / 1. Sandro Cidrão 2. Zé Alves 3. Carlos Weier (Coluna 2)

Desse arsenal de imagens (FIG. 4), destacamos aquelas que vieram depois do retrato falado, compondo o compilado imagético a que nos propusemos mostrar e observá-lo enquanto um ambiente comunicacional próprio (BAITELLO JUNIOR, 2018). Entre pinturas, ilustrações, quadros e imagens digitalizadas, as especulações do rosto de Benigna guardam singularidades e repetições entre si. Os elementos que ora se repetem, ora são suprimidos, compõem as tentativas de ocupar um lugar para o rosto impossível da beata. Demos atenção às que mais receberam destaque ao longo desse processo. Uma delas (segunda imagem, da esquerda para a direita, primeira coluna) é a pintura à mão de autoria da artista santanense Sônia Texeira. Nela, Benigna aparece a meio-corpo dentro de um pote quebrado. A versão retrata uma pessoa visivelmente branca, de cabelo liso e curto, com o rosto e nariz afinados, um olhar que não é direcionado diretamente para quem a vê e que, com os seus braços, carrega uma espécie de buquê colorido de flores. Esta versão traz uma certa dualidade em sua própria composição, com aspectos que relembram a morte e também atributos que remontam a uma pacificidade da imagem, como por exemplo, o buquê que Benigna segura serenamente.

Uma outra tentativa (segunda imagem, da esquerda para a direita, segunda coluna) é de autoria do pintor Zé Alves, de Juazeiro do Norte - Ceará. Por muito tempo utilizada como "oficial" pela Igreja Católica, a imagem reforça a presença de elementos-chave no que diz respeito à história contada sobre a santa. Benigna surge então frontalmente e de corpo inteiro, trajando o vestido de bolinhas e com as mãos para trás. Esse último detalhe, segundo o autor da imagem, teria sido uma indicação do padre, pois poderia representar um modelo de vida sertanejo, principalmente uma menina sertaneja e, ao mesmo tempo, características de comportamento religioso católico firme e regrado. Os aspectos que condizem às normas de conduta e a valores fielmente católicos, perceptíveis na forma como o corpo é apresentado, aparecem cada vez mais

firmados. Os braços contidos e a postura ereta apresenta Benigna como digna de veneração, retratada, portanto, sob um espectro de feminilidade, ou seja, um modelo de mulher imposto às estruturas sociais, sobretudo de dominação masculina.

Na ausência, a aparição repetitiva de signos como o pote de barro e o vestido vermelho de bolinhas brancas, tentam ocupar em presença, o lugar da ausência do rosto de Benigna. É como se o corpo substituísse o próprio rosto, que ganha forma com um estampa que remete às tradicionais chitas, pano característico do sertão nordestino. Esse rosto, também se expande para além de sua corporalidade, com a presença repetitiva do pote de barro, elemento constante na maioria das narrativas orais que recordam a história de vida e morte de Benigna (era esse o objeto utilizado diariamente pela menina enquanto ia buscar água numa cacimba, inclusive no dia fatídico de sua morte). Ao passo em que elementos se repetem nas diversas imagens criadas, eles indicam para o que não se repete de jeito nenhum: o rosto.

Em abril de 2022, o Vaticano, maior autarquia da Igreja Católica, anunciou a data de beatificação de Benigna para o dia 24 de outubro do mesmo ano. O anúncio contribuiu para que a visibilidade da causa em torno da santa popular alcançasse ainda mais espaços culturais e midiáticos no âmbito nacional e também internacional. A exemplo, sua aparição na edição do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, em 08 de maio de 2022¹¹. Diante do evento histórico que foi sua beatificação, pela primeira vez, uma tentativa técnico-científica foi elaborada para se aproximar o máximo possível de um rosto realístico para Benigna. Sua face foi reconstituída pela técnica forense em 3D digital.

Apagamentos e violências: o que resta a um rosto santificado?

Nordeste, Ceará, Cariri, Santana do Cariri. A padroeira da cidade de Benigna é Senhora Sant'ana, outra santa que, no interior do seu templo, traz o retrato da menina emoldurado como ponto atrativo de visitação de fiéis. Missas são realizadas na igreja de Sant'ana durante a movimentada romaria de Benigna, que ocorre em outubro e que tingem de vermelho várias romeiras e romeiros. A mulher Sant'ana e a beata marcam então um território de fé com a perspectiva de gênero ligada às imagens. Que características, então, chegam ao rosto da menina para que continue venerada enquanto santa? Consideramos que a construção de sua face responde a imperativos tecnológicos, religiosos, midiáticos, culturais e políticos, não sendo dessa forma isenta de marcadores de opressão social dos nossos tempos.

No dia 24 de agosto de 2022, foi anunciada publicamente a imagem de Benigna na perspectiva científica forense¹², baseada em pedaço do seu crânio, feita por tecnologia 3D digital e cruzamento de fotografias de seus familiares. A princípio, a expectativa por esse rosto é depositada em um grau de precisão de ênfase tecnológica: estudo forense, 3D digital e comparativo fotográfico. Estas tecnologias buscam chegar ainda mais próximo - pelo menos em promessa - de traços fidedignos do rosto da beata, que não teriam sido alcançados por tecnologias anteriores: retrato falado, desenho, pintura à mão e pintura digital. Isso não nos deixa esquecer da

11 A reportagem foi exibida um dia depois do anúncio da beatificação, em 08 de maio de 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10556753/>, a partir de 37min. 24s. Acesso em 05 mar. 2023.

12 A imagem foi divulgada durante coletiva de imprensa, realizada a exatos dois meses da cerimônia de beatificação pelo Vaticano. Na ocasião, estiveram presentes parentes sanguíneos e as irmãs adotivas de Benigna.

indissociação entre tecnologia e sociedade. Antes de ser técnica, a máquina é sempre social, como nos lembra Deleuze e Parnet (1998). Ou seja, a técnica só se constitui enquanto tal porque determinada sociedade lhe dá forma e uso. Neste aspecto, observar o processo de constituição da última imagem de Benigna nos põe atentos às relações entre uma espécie de “autoridade fotográfica” junto a recursos da criminalística e de tecnologias digitais.

Figura 5: Fotografias de familiares de Benigna, que foram digitalizadas e utilizadas durante cruzamento facial em 3D Digital (2022).



Fonte: Reprodução/Internet

Notemos as imagens exibidas em coletiva de imprensa que anunciou o novo rosto de Benigna (FIG. 5). Alderi, irmã, possui rosto oval, cabelos escuros lisos, semblante de mulher simples, boca fina, olhos pequenos e expressivos. Já a sobrinha, que foi apresentada sem nome, traz lábios e nariz mais grossos, e resguarda semelhança com o olhar de Alderi. Cirineu, irmão da beata, tem olhos mais fundos, sobrancelhas grossas, nariz e boca maiores. Desse conjunto sobreposto, vemos o rosto de uma menina que intersecciona traços dos três familiares, por onde vemos uma boca parecida com a de seu irmão e sobrinha, bem como o semblante e formato do rosto. A imagem 3D digital dá volume a esse rosto-intersecção por efeitos de luz e sombra. O que restou nesta face?

Na criminalística, o uso da fotografia como prova e vestígio já tinha terreno no século XIX, com fins de identificar pessoas criminosas ou fugitivas e analisar indícios. Essas evidências, ligadas a instituições de poder e de controle modernas, como a polícia, colocam a fotografia em lugar de autoridade e sem equívocos, notadamente em relação a rostos humanos (BENJAMIN, 1994; VELASCO, 2008). Contudo, quando este recurso está hoje situado no caso de Benigna, a autoridade técnica da imagem se destina a preencher outro tipo de ausência. Os apuros tecnológicos têm junto a si a autoridade religiosa da Igreja que controla o processo de construção da imagem da beata. E no cruzamento de autoridades, o que resta ao rosto é resultado de uma

sobreposição de intencionalidades com a finalidade de construir um sentido. O retrato revelado pela Igreja como a imagem atual de Benigna recorre a um rosto iluminado, com traços angelicais e signos de pureza, o que sublinha apagamentos e violências quanto aos marcadores sociais e culturais da menina sertaneja (FIG. 6).

Figura 6: Retrato de Benigna tornado público (2022).



Fonte: Reprodução/Internet

Quanto à construção da imagem e matizes de violência étnica, Gomes e Pereira (2018) indicam que, para além da base tecnológica e material, a fixação de uma imagem, ou seja, a escolha por determinada forma de apresentá-la é, antes de tudo, um modo de apreender o mundo de dada maneira. Em contextos multiétnicos como o Brasil, segundo os autores, a produção de imagens é sobremaneira lugar de exercício interpretativo e de observação da forma como grupos e indivíduos aparecem publicamente. Sendo uma “linguagem social”, a imagem cria e desfaz realidades; possui peso estético, político e econômico, com inclinações ideológicas. A seleção e combinação de elementos de uma imagem com fim de apresentação ao público comunica determinado sentido (Gomes e Pereira, 2018). Benigna, em seu retrato, é uma dessas produções de sentido atravessada por diferentes opressões, visibilidades e invisibilidades. Que modo de apreensão do mundo esta imagem sugere?

Pele clara, olhos amendoados, traços finos, cabelo castanho, nariz e boca bem perfilados revelam uma Benigna que remete à imagem clássica de Jesus Cristo. Com seu vestido vermelho de bolinhas brancas e lírios brancos perto de si, são enfáticos os signos de pureza, ainda que o rosto mostre uma menina quase mulher. Os traços sertanejos e semblante à imagem de seus familiares parecem mais distantes e são atenuados pelos volumes dados pela cores. A pesquisa fotográfica junto à imagem 3D digital forense resultou em um tipo de retrato pintado com acréscimo de símbolos genéricos que enfatizam a santidade da beata, deixando ausentes elementos que se conectam mais intimamente com a sua biografia sertaneja, como o pote de barro. Ressaltamos que o rosto parece ir ao encontro de referências de santidade já consagradas, com traços europeizados e padronizados, o que também instaura um tipo de apagamento étnico do rosto de Benigna. A representação, ao atenuar particularidades de raça, classe e território, é violenta e apaga idiossincrasias.

Além de ter sido vítima de um feminicídio brutal, o alveijamento da pele de Benigna no retrato divulgado é também violento ao responder aos ditames de aceitação de uma sociedade patriarcal, racista e que se entende “universal”. Sabemos, contudo, que a “universalidade” proposta é fundamentalmente questionável quando privilégios representativos raciais brancos, inclusive nas imagens religiosas, determinam como inferiores fenótipos escuros, negroides, indígenas ou não brancos. O rosto de Benigna proposto pela Igreja não altera paradigmas, cânones e modos de ver fincados em valores patriarcais e brancos; é um rosto obediente (Hooks, 2019).

A identidade vulnerável da menina abre caminho para violências em forma de apagamentos de suas marcações sociais. Akotirene (2020, p.22) sugere, a partir do feminismo negro, que o “marcador racial” é trabalhado “para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global”. Não racializar Benigna é também manter esses estereótipos e privilégios. A violência de gênero atravessada por raça, classe e território - lembrando que Benigna era uma menina órfã e de vida simples no interior do Ceará - fala de opressões que ainda se estruturam no mundo de hoje, de onde partiu a criação desse retrato ainda insuficiente da beata. A “despatriarcalização” da “mártir” é um caminho só possível de ser observado pelos olhos de quem reconhece na menina as violências que buscam mascarar no seu rosto. Vergès (2020) usa o termo “despatriarcalização” ao se referir às lutas do feminismo decolonial e sua contribuição para afirmar o “direito à existência” de mulheres do Sul global, especialmente mulheres racializadas. Não à toa, nesse sentido, Benigna se tornou símbolo do movimento de luta de mulheres no Cariri contra o feminicídio¹³.

O rosto distingue os indivíduos; é atributo de individualidade. Nas ausências e opressões (e supressões) que observamos no processo de imaginar uma face para a “mártir”, para onde são transferidos os traços de sua singularidade? As tentativas de forjar um rosto para a beata não dão a ela um denominador comum, à exceção do vestido vermelho com bolinhas que aparece como reincidência. Essa falta de unicidade de um rosto dá ênfase aos poderes que disputam a face da menina: memória popular, iniciativa artística, discurso científico-tecnológico e, preponderantemente, desígnio religioso. Esse último arremata a imagem da menina, sobrepujando, inclusive, a validade de outros discursos, como a oralidade dos testemunhos. Diante de sucessivos golpes na história da “mártir”, nenhum retrato parece ser suficiente. As diversas versões da face ruminam em paralelo à centralidade de uma estrutura de sentido. A cacimba, o pote, o local do crime, entram num repertório de aproximações para a vida ruminante da menina. São imagens que passeiam à margem da cristalização de um rosto. E na eficácia também do que não se pode ver por completo, um lugar de fé é alimentado, um culto também ao inapreensível é impulsionado. A santidade da menina se apresenta como resistência simbólica pela fé popular e anuncia a presença de rostos que se afastam de uma verdade única. As imagens que não são fixadas no rosto canonizado ampliam o poder fabulatório da sua memória.

Mas se Benigna arrasta multidões em nome da fé, se sua história é desdobrada em memórias populares, se suas imagens e signos - orquestrados pela Igreja e fora dela - estampam vestimentas e uma variedade de objetos, a sua reconstituição facial seria necessária para comprovar que aspectos, afinal? A menina, apropriada pela imagem pública, é mais um reflexo das violências moldadas pela estrutura que a concebe, seguindo referências e valores de quem a produz. Além do apagamento de um rosto, é o apagamento também de marcas históricas do território

13 No dia 7 de maio de 2019, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou o projeto de lei que torna a data da morte de Benigna, 24 de outubro, o Dia Oficial de Luta Contra o Feminicídio no Estado.

cearense - do Cariri cearense em específico -, já tão alvo da negação de sua existência racializada. O caso de Benigna é intrigante e opressor por também se constituir enquanto construção sígnica e intencional que apaga seu lugar étnico-territorial (Ratts, 1996).

A exploração do crânio, de imagens de família, de tecnologia digital 3D, dentre outros artifícios, reforçam a autoridade intencional do poder religioso exercido sob vários outros, como as iniciativas da oralidade, dos testemunhos, da estética popular, que, por sua vez, aproximam-se de seus próprios valores e referências. Nesse sentido, várias são as violências e apagamentos que entram em jogo, se assim interpretarmos atentamente, por trás da ausência de um rosto único e do seu constante refazimento. Benigna segue a ruminar, ora sendo lucrativa em sua anunciação pública e reproduzibilidade, ora sendo mediadora da fé nas casas de pessoas da sua cidade, ora simbolizando um marco de luta contra o crime de feminicídio. As intencionalidades em torno da "santa sem face" do Ceará ainda intrigam e persistem exigindo de nós olhares cuidadosos.

Para além de um rosto: considerações finais

Benigna é comunicada tanto pelo que insiste como recorrente em seus retratos públicos (rosto angelical, pureza, lírios), quanto por aquilo que deles escapa (sertanidade, traços étnicos, memória de feminicídio). Ao destacarmos representações faciais e conectá-las a estruturas sociais que lhe dão origem, torna-se evidente o confronto entre a imagem de castidade e a imagem do crime de feminicídio, sendo a primeira uma construção, dentre outros fatores, com fins de neutralizar a segunda, a memória de uma violência. Não deixamos, no exercício crítico de observar o último retrato anunciado pela Igreja Católica, de ver a menina como alvo de imperativos políticos opressores, que orquestram a aceitação pública de um rosto casto e patriarcalizado.

A espetacularização da imagem anunciada, com uso de imperativos tecnológicos e midiáticos, é uma demonstração de como são manejados procedimentos pautados no rigor dito "científico" para a validação do que já se vinha desenhando enquanto imagem padrão de santidade e também a rejeição da contribuição popular no processo de recriação da face da beata. Das iniciativas de Cidrão à técnica científica forense 3D digital, contudo, a imagem de Benigna segue a desobedecer, como se suas memórias não coubessem num rosto único; proliferam-se em imaginário. Na fuga do controle que lhe impõem, a beata "sem face" se une a outras tantas meninas Brasil afora, lembrando-nos da luta e resistência ainda necessárias em permanecerem vivas. Crianças, meninas e mulheres, que se apropriam do vestido vermelho com bolinhas brancas, expandem seu caráter simbólico e emblemático, usado no dia de sua morte, martírio ou ato de resistência. Imparável, Benigna tornou-se um fenômeno maior que sua própria imagem.

Referências

- AGAMBEN, G. Il volto: da “Mezzi senza fine - note sulla politica”. Disponível em: <http://www.generativedesign.com/libri/ilvolto.htm>. Acesso em: 05 mar. 2023. [Publicado originalmente em Mezzi senza fine. Note sulla politica. Bollati Boringhieri: Torino, 1996, p. 41-60].
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen: 2018.
- BAITELLO JUNIOR, N. **A carta, o abismo, o beijo**: Os ambientes de imagens entre o artístico e o mediático. São Paulo: Editora Paulus, 2018.
- BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. (Obras escolhidas, v. 3). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. (Obras escolhidas, v. 1). São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CIDRÃO, Raimundo Sandro. **Resgatando uma história de fé**: Benigna. Santana do Cariri: 2014.
- CONTRERA, M. S. Imagens endógenas e imaginação simbólica. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, v. 23, n. 1. EDIPUCRS, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/21350/13701>. Acesso em: 30 fev. 2023.
- DELEUZE, G. & PARNET, C. **Diálogos** (E. A. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- LÉVINAS, E. **Totalidade e infinito**: ensaio sobre a exterioridade. Tradução: José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LIBÉRIO, C. G. **Eu que não quero ter rosto**: reflexões sobre imagem, corpo e retrato. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021.
- PEREIRA, E. A.; GOMES, N. P.. **Ardis da imagem**: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Belo Horizonte: Maza Edições, 2018.
- RATTS, A. J. P. **Fronteiras invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- VELASCO, N. Fotografia digital, estética e sociedade de controle. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 16, p. 123-133, dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1923/1188>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

CAPACITISMO ALGORÍTMICO NO CHATGPT: UMA NOVA MODALIDADE DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

*ALGORITHMIC ABLEISM IN CHATGPT: A NEW FORM OF
DISCRIMINATION AGAINST PEOPLE WITH DISABILITIES*

ANDRÉ GOMES DA SILVA¹

ELAIDE MARTINS²

RESUMO

Este trabalho tem como propósito examinar de que forma algoritmos empregados na Inteligência Artificial podem reproduzir práticas capacitistas, contribuindo para a consolidação de uma nova modalidade de discriminação contra as pessoas com deficiência, surgida no contexto da era digital, o capacitismo algorítmico. O estudo aborda a articulação entre o processo de mediação (Hjarvard, 2014; Sodré, 2006; Ferrara, 2022), o uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial — operadas por algoritmos enviesados — e a discriminação algorítmica (Silva, 2020; Monagreda, 2024). Essa segregação pode acarretar impactos negativos significativos para as pessoas com deficiência, especialmente ao reforçar estigmas e exclusões nos ambientes digitais. A pesquisa ampara-se na análise dos conteúdos (Bardin, 2016) gerados pela Inteligência Artificial Generativa, mais especificamente o ChatGPT da empresa OpenAI a fim de examinar as representações das pessoas com deficiência no contexto da pluralidade e diversidade humanas. Os resultados revelam que o ChatGPT não conseguiu incluir as pessoas com deficiência nas suas representações, como não gerou conteúdos com acessibilidade digital, reproduzindo preconceitos e práticas capacitistas no ambiente digital, reforçando assim o capacitismo algorítmico.

Palavras-chave: Capacitismo Algorítmico; Inteligência Artificial; ChatGPT; PcD; Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This study aims to examine how algorithms used in Artificial Intelligence can reproduce ableist practices, contributing to the consolidation of a new form of discrimination against people with disabilities that has emerged in the digital age: algorithmic ableism. The study addresses the articulation between the process of mediatization (Hjarvard, 2014; Sodré, 2006; Ferrara, 2022), the use of technologies based on Artificial Intelligence — operated by biased algorithms — and algorithmic discrimination (Silva, 2020; Monagreda, 2024). This segregation can have significant negative impacts on people with disabilities, especially by reinforcing stigmas and exclusions in digital environments. The research is based on the analysis of content (Bardin, 2016) generated by Generative Artificial Intelligence, more specifically OpenAI's ChatGPT, in order to examine the representations of people with disabilities in the context of human plurality and diversity. The results reveal that ChatGPT failed to include persons with disabilities in its representations, as it did not generate digitally accessible content, reproducing prejudices and ableist practices in the digital environment, thus reinforcing algorithmic ableism.

Palavras-chave: Algorithmic Ableism; Artificial Intelligence; ChatGPT; PcD; Content Analysis.

- 1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em 'Comunicação, Cultura e Amazônia' da Universidade Federal do Pará (PPG-COM-UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação-InovaCom (CNPq/ UFPA). E-mail: andregs15@gmail.com
- 2 Doutora em Ciências: Desenv. Socioambiental (Naea/UFPA), mestre em Comunicação Social (UMESP) e graduada em Jornalismo (UFPA). Docente da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em 'Comunicação, Cultura e Amazônia' (PPGCOM) da UFPA. Cord. do Grupo de Pesquisa Inovação e Convergência na Comunicação-InovaCom (CNPq/ UFPA e Regional Norte/ RNCD. Pesquisadora da Rede JorTec/SBPJor. E-mail: elaide@ufpa.br

Introdução

O fenômeno da midiatização, aliado à ascensão da Inteligência Artificial (IA), tem transformado de maneira profunda os processos comunicacionais e a validação do conhecimento na sociedade contemporânea. Neste contexto, essa reconfiguração comunicacional não apenas reorganiza fluxos informacionais, mas também redefine as relações entre mídia, tecnologia e interação social. Os algoritmos deixam de ser meros instrumentos técnicos para se constituírem como agentes estruturantes da comunicação, mediando visibilidade, relevância e o controle simbólico das informações que circulam no ambiente digital. Diante desse panorama, emerge a seguinte questão-problema: como a Inteligência Artificial Generativa, em específico o ChatGPT, reforça o capacitismo algorítmico na produção de conteúdos sobre pessoas com deficiência? Essa problemática torna-se ainda mais relevante quando se considera a exclusão comunicacional³ (Bonito, 2015), das pessoas com deficiência (PcD) e a reprodução de desigualdades por meio de algoritmos que invisibilizam identidades e reforçam padrões hegemônicos sob a aparente neutralidade tecnológica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022), o Brasil conta com cerca de 14,4 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora e intelectual), representando 7,3% da população brasileira. Com um número expressivo de pessoas com deficiência, esta pesquisa se justifica pela centralidade que os sistemas de Inteligência Artificial (IA) assumiram na construção dos discursos e nas disputas pelo reconhecimento social dessas pessoas.

Se, por um lado, essas tecnologias viabilizam diferentes formas de interação, experimentação e aprendizagem, por outro, introduzem camadas invisíveis de regulação algorítmica, orientadas por interesses comerciais e políticos, que afetam diretamente a autonomia informacional dos sujeitos. Nesse sentido, compreender os atravessamentos entre midiatização, inteligência artificial, discriminação e capacitismo algorítmicos torna-se essencial para analisar os impactos dessas transformações nos modos de produção e circulação de conteúdos. Como destacam Couldry e Hepp (2016), a midiatização implica uma reconfiguração estrutural das práticas sociais mediadas por plataformas digitais, enquanto Gillespie (2018) evidencia o papel dos algoritmos como mediadores simbólicos que definem visibilidade e relevância no espaço público. Complementarmente, Monagreda (2024) demonstra como tais sistemas podem perpetuar discriminações estruturais, reforçando hierarquias sociais sob a lógica da objetividade algorítmica.

A partir das intersecções entre midiatização, Inteligência Artificial (IA), discriminação e capacitismo algorítmicos, o objetivo deste artigo é identificar manifestações do capacitismo algorítmico gerado por Inteligência Artificial Generativa, mais especificamente o ChatGPT. Com base em autores como Couldry e Hepp (2016), Gillespie (2018), Silva (2020), Ferrara (2022), Braga (2022), Monagreda (2024) sustenta-se que os algoritmos atuam como operadores simbólicos que não apenas mediam, mas instauram novas formas de representação do mundo social. Essa representação algorítmica, frequentemente, invisibiliza minorias sob o discurso técnico, operado por meio de acoplamentos estruturais com os sistemas computacionais. Tal dinâmica traz implicações significativas sobre a exclusão comunicacional de pessoas com deficiência e a

3 Para o autor, trata-se de uma invisibilidade das pessoas com deficiência na sociedade, resultado de uma cultura hegemônica das pessoas sem deficiência.

reprodução de desigualdades digitais advindas da discriminação algorítmica e do capacitismo algorítmico, cujos conceitos abordaremos adiante.

Do ponto de vista metodológico, este estudo fundamenta-se na Análise de Conteúdo, sistematizada por Bardin (2016). O texto organiza-se em cinco tópicos: fundamentação teórica da midiatização como processo comunicacional e sua relação com a Inteligência Artificial; abordagem sobre vieses algorítmicos como agentes da discriminação algorítmica contra minorias; discussão inicial sobre o capacitismo algorítmico na constituição de discriminação em direção às pessoas com deficiência; metodologia e análise voltada à investigação do capacitismo algorítmico gerado por Inteligência Artificial Generativa (ChatGPT); e considerações finais.

Midiatização e Inteligência Artificial

Os estudos sobre a midiatização da sociedade explicam as transformações nas estruturas sociais e culturais relacionadas ao uso das mídias, destacando como os meios de comunicação influenciam a realidade e redefinem os padrões de interação social (Hjarvard, 2014). Para o autor, a mídia é uma instituição social tão relevante que compreender uma sociedade exige considerar sua relação com os meios de comunicação, já que estes se integram à vida social como uma extensão do corpo humano. Essa percepção dialoga com o que Sodré (2006) chama de tecnomediações, indo além do aspecto comunicacional e de circulação, um modo autêntico de construção da realidade e uma nova forma de ser e estar no mundo, o quarto *bios*:

A midiatização implica, assim, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo ou, pensando-se na qualificação aristotélica das formas de vida, um *bios* específico. Em sua ética a Nicômaco, Aristóteles concebe três formas de existência humana (*bios*) na Pólis: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa). A midiatização pode ser pensada como um novo *bios*, uma espécie de quarta esfera existencial, com uma qualificação própria (uma “tecnocultura”), historicamente justificada pelo imperativo de redefinição do espaço público burguês (Sodré, 2006, p. 22).

Pode-se dizer que umas das transformações mais recentes e impactantes dentro do processo de midiatização diz respeito à disseminação das plataformas de IA, impondo-nos a necessidade de se refletir sobre os impactos provenientes de seus mais variados usos. Para Braga (2022), momentos de inflexão tecnológica, como o da introdução da IA e dos algoritmos em nosso dia a dia, não apenas acrescentam novas ferramentas comunicacionais, mas desencadeiam reconfigurações mais abrangentes nos padrões de sociabilidade. Nessa lógica, os meios não operam de forma isolada, mas em articulação com dinâmicas culturais, reorganizando interações, temporalidades e modos de construção da realidade. Em um intervalo temporal relativamente breve, a incorporação dessa tecnologia consolidou-se como elemento constitutivo do cotidiano das pessoas (Guimarães, 2024).

A acelerada adoção das plataformas digitais resultou em uma expansão das informações, interações sociais e provocou várias mudanças nas diversas esferas da sociedade (Couldry; Mejias, 2019). Com a introdução e crescimento dessas plataformas, tornou-se evidente o impacto expressivo na comunicação, além da maior facilidade para que as pessoas tenham acesso a

informações diversas. Isso trouxe algumas mudanças nas várias áreas da sociedade e nas relações sociais (Couldry; Hepp, 2016). Nesse contexto, os sistemas de inteligência artificial têm progressivamente assumido funções antes desempenhadas pela cognição humana em diversas atividades. Esses sistemas operam via algoritmos que orientam processos decisórios, sendo continuamente alimentados por grandes volumes de dados, o *big data* (Couldry, 2019).

Com a crescente inserção da IA, os algoritmos intensificam o seu papel central na mediação da informação, selecionando e delimitando os conteúdos conforme o perfil de cada indivíduo. Esses mecanismos classificam sujeitos em categorias específicas e implementam estratégias para filtrar o conteúdo. Segundo Couldry e Hepp (2016), esse processo apresenta um potencial de crueldade, por se configurar como seletivo e discriminatório. Ademais, a organização da realidade social passa a ser orientada por essa lógica algorítmica, sem que os usuários tenham plena consciência de sua operação, o que impacta diretamente a produção de sentidos e a construção da realidade.

Compreender a IA e os algoritmos não apenas como instrumentos ou ferramentas, mas como instâncias ativamente implicadas na produção comunicacional do mundo, requer deslocar o foco da dimensão técnica para os modos como essas tecnologias se entrelaçam às práticas sociais. Assim, a emergência da IA como mediadora simbólica das interações não representa apenas um avanço tecnológico, mas uma inflexão na própria natureza da comunicabilidade, reconfigurando os processos de construção do real e as dinâmicas sociais, cujos atravessamentos são pontuados pela discriminação e vieses algorítmicos, como abordaremos a seguir.

Discriminação e vieses algorítmicos

Recentemente, a construção da visão de mundo dos sujeitos inseridos na ambiência midiática passou a ser mediada pela inteligência artificial. Nesse contexto, o documentário *Coded Bias* da Netflix (2020) evidencia essa problemática ao apresentar os algoritmos como instrumentos que governam a vida social. Com efeito, tal gerenciamento, realizado por sistemas automatizados, não apenas organiza fluxos informacionais, mas também reproduz as estruturas sociais existentes, perpetuando padrões machistas, sexistas e racistas, conforme demonstrado na obra.

De modo convergente, Gillespie (2018) argumenta que os algoritmos não constituem entidades estáticas; ao contrário, são continuamente atualizados e, paradoxalmente, seu processo de reescrita tende a intensificar os problemas de viés, quando deveria mitigá-los. Ademais, a reavaliação e reconfiguração das mensagens promovem a homogeneização de elementos distintos, reforçando desigualdades. À luz dessa perspectiva, o autor sustenta que a questão central não reside na autoria do código, mas, sobretudo, na necessidade de problematizar essa dinâmica de reescrita que reproduz discriminações estruturais presentes na sociedade.

A discriminação algorítmica pode ser definida como a automatização de processos de exclusão que restringem capacidades e oportunidades de determinados grupos sociais (Monagreda, 2024). Com efeito, ao investigar a relação entre algoritmos e discriminação, observa-se a existência de estudos relevantes sobre racismo algorítmico, como os realizados por Silva (2020). Monagreda (2024) reforça a importância dos estudos que apontam a reprodução dos vieses

presentes na sociedade como uma das principais limitações associadas às tecnologias de IA destacando os riscos da discriminação algorítmica:

Identificar a causa do viés na utilização de tecnologia de inteligência artificial, quando involuntário, representa um desafio por diversos fatores: pela complexidade do funcionamento dos algoritmos, pela opacidade da tecnologia, pelo ocultamento como segredo comercial, etc., mas quando o resultado do uso de determinada tecnologia expressa um dano, intencional ou não, sobre a população negra, sobre mulheres, pessoas transexuais, ou sobre pessoas com deficiência, entre outros grupos minoritários, estamos em evidência da reprodução de vieses (Monagreda, 2024, p. 111).

Para Monagreda (2024), os vieses algorítmicos podem manifestar-se sob duas modalidades distintas. A primeira ocorre como falha tecnológica, quando os conjuntos de dados utilizados para o treinamento dos modelos reproduzem o “padrão de normalidade” social, evidenciando insuficiência de diversidade e limitação na representatividade dos dados. A segunda decorre da aprendizagem algorítmica que internaliza e replica a lógica discriminatória subjacente às estruturas sociais, configurando uma decisão lógica fundamentada em assimetrias e injustiças sociais. Em ambos os casos, é imprescindível reconhecer a presença de responsabilidade humana e a influência das relações de poder que informam e orientam a governança tecnológica.

Convém destacar que, ao tratar da discriminação algorítmica, não se faz necessário imputar culpa direta ao programador ou desenvolvedor da plataforma de inteligência artificial. Segundo Packin (2021), os algoritmos de IA podem ser originalmente projetados para operar de forma neutra e equitativa, a fim de mitigar preconceitos humanos. Entretanto, é inegável que dados de treinamento enviesados tendem a gerar erros de precisão nos sistemas, resultando em leituras equivocadas ou incompletas. Isso acontece devido a reprodução da discriminação algorítmica, gerando interpretações da realidade que refletem valores preconceituosos estruturalmente incorporados à sociedade. Em outras palavras, as respostas geradas pela máquina podem constituir expressões lógicas — ainda que injustas — do aprendizado algorítmico baseado em padrões homofóbicos, racistas, capacitistas etc., evidenciando a internalização de assimetrias sociais nos processos computacionais.

Essas questões, tanto do viés quanto da discriminação algorítmica, remetem à centralidade do acesso à cidadania (Cortina, 2005), como direito fundamental, que implica não apenas viver em sociedade com leis e normas, mas também exercer essa cidadania de forma plena e com respeito às características e especificidades de cada pessoa nos processos comunicacionais que são mediados pelos sistemas de Inteligência Artificial.

Considerando que os algoritmos tendem a orientar a vida cotidiana sem que a maioria dos sujeitos tenha plena consciência desse processo (e, mesmo quando possuem alguma compreensão, carecem de mecanismos para escapar à lógica algorítmica) torna-se imprescindível atentar-se para a construção das identidades mediada por tais intervenções tecnológicas, permeadas por vieses estruturais – o que aponta a necessidade de refletirmos sobre como a lógica algorítmica impacta práticas sociais e redefine os parâmetros de construção de identidades e realidades, a partir do capacitismo algorítmico gerado por IA.

Capacitismo algorítmico: apontamentos iniciais

O termo capacitismo refere-se ao preconceito direcionado às pessoas com deficiência, em benefício daquelas que possuem corpos considerados plenamente funcionais. Em outras palavras, o valor atribuído ao indivíduo é condicionado à sua capacidade física ou cognitiva, originando o termo capacitismo (Ferrari, 2023). A prática de definir e classificar sujeitos com base em sua capacidade contribui para a inferiorização das pessoas com deficiência, que, por consequência, permanecem à margem do padrão de corponormatividade⁴ imposto pela modernidade.

De forma similar, Santos (2021) define o capacitismo como qualquer forma de preconceito ou discriminação dirigida à pessoa com deficiência, que restringe sua autonomia e independência na realização de atividades em razão de sua condição. Assim, o capacitismo configura-se como um mecanismo de opressão baseado na deficiência, de modo análogo ao racismo, que se fundamenta na discriminação pela cor da pele, e ao machismo, que se estrutura na discriminação em função do gênero.

O capacitismo manifesta-se também nos usos cotidianos da linguagem, evidenciado em expressões como: "Você está surdo?", "O pior cego é aquele que não quer ver", "Mais perdido que cego em tiroteio", "Pare de dar uma de João sem braço" e "Deixa de ser retardado", entre outras. Tais construções reproduzem e reforçam pressupostos capacitistas, sustentados pela ideia de inferioridade atribuída às PcDs, pela manutenção de expectativas reduzidas em relação a elas e pela concepção de que viver com uma deficiência constitui uma condição negativa ou mesmo uma tragédia (Ferrari, 2023).

Historicamente, pessoas com deficiência, tanto no Brasil quanto em outros países, têm sido estigmatizadas como inferiores e incapazes, chegando, em muitos casos, a serem ocultadas do convívio social. Essa prática impacta diretamente as relações interpessoais, promove processos de exclusão e marginalização e compromete a construção de suas identidades e culturas (Mayer, 2012).

Partindo do conceito de capacitismo de Ferreira (2023) e de discriminação algorítmica de Monagreda (2024), entendemos que a reprodução do capacitismo algorítmico pode ser interpretada como um erro decorrente da falta de diversidade nos dados (que inclua as pessoas com deficiência) que treinam os algoritmos de IA ou de sua incompletude. Entretanto, a perpetuação de vieses constitui uma resposta coerente com a forma pela qual o capacitismo (articulado com outras opressões, como o racismo, machismo, gordofobia etc.) estrutura a sociedade e é incorporado, pelos algoritmos, nos sistemas tecnológicos de IA.

Em sua análise, Silva (2020) examina formas de discriminação mediadas por sistemas de IA oferecendo contribuições relevantes para a compreensão das "microagressões digitais" (p. 132). Embora seu foco principal seja o racismo, suas reflexões aproximam-se das discussões aqui desenvolvidas, fornecendo subsídios para a análise do capacitismo e discriminação algorítmica das pessoas com deficiência. Portanto, Silva (2020) define as microagressões como manifestações verbais ou não verbais que configuram práticas discriminatórias, expressas por meio de discursos materializados em textos, imagens, silenciamentos e processos de exclusão realizados em ambientes digitais.

4 Conceito intimamente ligado ao capacitismo, refere-se à crença em um corpo "normal" e saudável, marginalizando aqueles que se desviam desse padrão, como corpos de pessoas com deficiência, gordos e transexuais.

Essas práticas, direcionadas a pessoas com deficiência, circulam nas plataformas digitais e já se manifestavam no contexto social antes mesmo da popularização do termo capacitismo (Hilgemberg, 2023). Assim como os discursos capacitistas moldam as dinâmicas de convivência social, eles também impactam as plataformas digitais, influenciando a lógica de funcionamento dos algoritmos na exibição ou ocultamento de determinadas informações, ocasionando, assim, as microagressões digitais (Silva, 2020). As decisões relacionadas ao gerenciamento de dados pessoais e à implementação de tecnologias são tomadas por indivíduos e instituições que carregam interesses, valores, visões e posições de poder (Sodré, 2006).

Nesse contexto, as representações, prioridades e oportunidades atribuídas a grupos marginalizados ou em situação de desvantagem são frequentemente condicionadas por sistemas de IA orientados por interesses e escolhas de grupos hegemônicos, os quais são apresentados, de forma artificial, como neutros e universais (Gillespie, 2018). De acordo com Monagreda (2024, p. 104), “[...] concentrar-se nesse tipo de análise crítica acerca da sociedade na discussão sobre internet, plataformas digitais, redes sociais, tecnologia, inteligência artificial, utilização de dados pessoais, entre outros [...]” é fundamental, pois contribui para a desmistificação da suposta neutralidade, objetividade e infalibilidade que permeiam os debates sobre internet e uso de tecnologias. Com efeito, tanto na dimensão simbólica como na dimensão material, as estruturas sociais se manifestam e atravessam o universo digital.

Nesse contexto, esta pesquisa, inspirando-se em Silva (2020), se propõe a contribuir com o debate sobre o capacitismo algorítmico buscando refletir sobre possíveis microagressões ocasionadas pela inteligência artificial às pessoas com deficiência, frequentemente marginalizadas e privadas do direito e acesso à comunicação, seja pela exclusão das narrativas, pela invisibilidade perante a sociedade ou pela falta de acessibilidade comunicativa (Bonito, 2015). As dinâmicas das plataformas digitais, que tendem a privilegiar perfis homogêneos, reproduzir conteúdos sem recursos de acessibilidade (Beraldo, 2021) e negligenciar a diversidade, reforçam tais microagressões e ampliam seus impactos na vida daqueles que se afastam do padrão socialmente estabelecido.

Apesar do capacitismo algorítmico ainda não ser um termo muito utilizado, já existem autores que estão mapeando as discriminações geradas por sistemas de Inteligência Artificial contra PcDs, como é o caso de Guimarães (2024, p.13):

No mais, pessoas com deficiência muitas vezes não são reconhecidas como pessoas pelos sistemas de IA. Em 2020, um jornalista chamado Tomás Balma-ceda demonstrou que as ferramentas de reconhecimento de voz dos sistemas dos serviços de *streaming* Netflix e da Amazon Prime não eram capazes de reconhecer a voz de uma pessoa com Síndrome de Down, por não possuir uma dicção idêntica à das pessoas sem deficiência (o que não representava um obstáculo à sua comunicação no mundo “real”). Pelo mesmo motivo, sistemas de identificação biométrica também não conseguem reconhecer pessoas com deficiência com alguma frequência. Outro exemplo é fornecido pelos carros inteligentes, que falham no reconhecimento de utilizadores de cadeira de rodas devido à falta de exemplos em conjuntos de dados de treinamento.

As situações mencionadas por Guimarães (2024) representam o capacitismo algorítmico e convergem para uma possível violação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. O Artigo 4º estabelece que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie

de discriminação". Complementarmente, o Artigo 88 determina pena de reclusão de um a três anos e multa, para quem "praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência" (BRASIL, 2015).

Argumenta-se, portanto, que a reprodução do capacitismo por meio de algoritmos alimentados por dados sociais configura uma consequência estrutural. Os algoritmos são constituídos por códigos baseados em padrões socialmente construídos (Lippold e Faustino, 2022, apud Monagreda, 2024), de modo que suas respostas lógicas, derivadas das informações fornecidas, tendem a refletir e perpetuar o histórico de marginalização e exclusão presente na sociedade.

Reconhecer o capacitismo algorítmico de tecnologias de inteligência artificial, constitui um desafio decorrente de múltiplos fatores, como a complexidade dos algoritmos, a falta de transparência das plataformas e o sigilo comercial. Todavia, quando os resultados gerados por determinada tecnologia acarretam prejuízos — deliberados ou não — a grupos como população negra, mulheres, pessoas transexuais ou pessoas com deficiência, entre outros segmentos minoritários, evidencia-se a manifestação de vieses estruturais resultando em preconceito e discriminação algorítmica.

Como a GenIA, por meio do ChatGPT, reproduz a discriminação: capacitismo algorítmico

Devido à ampla abrangência, o termo Inteligência Artificial (IA) funciona como um conceito guarda-chuva que engloba diversas técnicas com aplicações funcionais variadas, a exemplo da Inteligência Artificial Generativa, também denominada de GenIA. Trata-se de um subsetor da IA, descrita por Lim et al. (2023) como "uma tecnologia que (i) utiliza modelos de aprendizagem profunda para (ii) produzir conteúdos com características semelhantes às humanas (por exemplo, imagens, textos) em resposta a (iii) solicitações complexas e variadas (como idiomas, instruções e perguntas)".

Essa modalidade é especializada na criação de conteúdos a partir de dados previamente existentes, não apenas fornecendo respostas a questionamentos, mas também gerando o próprio conteúdo dessas respostas, superando os limites das interações humanas convencionais. Suas tecnologias são capazes de emular funções cognitivas humanas, como percepção e raciocínio lógico. A popularização dessa abordagem ocorreu com o advento do ChatGPT e dos geradores de imagens baseados em descrições textuais (Menegaz e Pinto, 2025).

A plataforma ChatGPT constitui um modelo de rede neural artificial fundamentado em técnicas de Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*), uma das áreas centrais da pesquisa em IA, concebida a partir de princípios inspirados no funcionamento do cérebro humano (Stryker; Scapicchio, 2025). Lançado em 30 de novembro de 2022, o ChatGPT consiste em um *chatbot* caracterizado por sua ampla versatilidade funcional. Embora tenha como finalidade principal a interação em linguagem natural com usuários humanos, a ferramenta é capaz de executar tarefas diversas, como a produção de textos, criação de imagens, realização de avaliações e até participação em jogos, dentre outras aplicações.

A razão pela qual escolhemos o ChatGPT para este trabalho foi a sua relevância, por ser a tecnologia de IA mais utilizada em 2024, segundo um estudo realizado pelo AITools.xyz em que se obteve dados por meio das plataformas de análise de tráfego SEMrush e Ahrefs (Silveira, 2025). Os dados revelam que ocorreram cerca de 40 bilhões de visitas ao ChatGPT em 2024, das quais cerca de 540 milhões só no Brasil, 3º país com mais acesso ao ChatGPT, após os Estados Unidos e Índia.

Quanto ao método, adotamos a Análise de Conteúdo(AC), compreendida por Bardin (2016) como um conjunto de técnicas para o estudo das comunicações, com procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. Suas funções orientam “o analista a elaborar as técnicas mais adequadas à sua verificação” (Bardin, 2016, p. 30). Essa abordagem, acrescenta a autora, permite a definição de critérios tanto quantitativos como qualitativos, possibilitando a classificação e categorização dos conteúdos segundo seu grau de pertinência aos objetivos da pesquisa. Para ela, a AC estrutura-se em cinco etapas: Organização da análise (pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados; Codificação; Categorização; Inferências; e Análise Informatizada.

Na fase inicial, realizamos pesquisa teórica no período de agosto de 2024 a março de 2025 a fim de compreender as abordagens sobre midiatização, algoritmos e discriminação algorítmica na perspectiva do capacitismo algorítmico. Após leitura e exploração do material, partimos para a codificação e definição das categorias de análise. Aqui, convém explicar que o mecanismo do ChatGPT opera por meio de algoritmos capazes de sintetizar representações a partir de descrições textuais, conhecidas como prompts, termo que retrata o comando fornecido ao modelo para orientar a geração de conteúdo. Os prompts são fundamentais para os achados desta pesquisa, uma vez que vão guiar modelos de linguagem de IA, no caso o ChatGPT, na criação de representações algorítmicas de pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, são também os (de) limitadores dos resultados deste estudo, uma vez que a análise é feita sobre as representações geradas por GenIA. Logo, dependendo da instrução dada, o resultado por ser diferente, pois o processo de prompt envolve estratégias para obter resultados precisos e relevantes.

Como forma de investigar acerca do capacitismo algorítmico, construímos cinco prompts de comando ao ChatGPT, em outubro de 2025, explorando os termos ‘pluralidade’ e ‘diversidade humana’ a fim de analisar como as pessoas com deficiência são representadas nos conteúdos gerados pelo ChatGPT. O primeiro prompt foi concebido para verificar se o ChatGPT conseguiria incluir a presença de PcDs em um determinado contexto na criação de uma imagem (sem necessariamente dizer que são pessoas com deficiência, uma vez que as PcDs fazem parte da diversidade humana). O segundo foi utilizado para verificar se o ChatGPT conseguiria compor um roteiro com perfis de pessoas diversas que contemplasse uma PcD. Já o terceiro prompt foi escrito para saber como o ChatGPT construiria uma imagem que contemplasse minorias e se as pessoas com deficiência estariam incluídas nessa composição, uma vez que as PcDs fazem parte das minorias. O quarto comando procurou investigar como o ChatGPT constrói uma representação textual de uma pessoa com deficiência; e o último quis saber como o ChatGPT constrói uma representação imagética de uma pessoa com deficiência visual.

Após a aplicação dos prompts, passamos à organização das categorias de análise. Primeiramente, verificamos se a GenIA produziria conteúdos que contivessem vieses algorítmicos que carregassem algum teor de invisibilização das pessoas com deficiência; em seguida, se a GenIA criaria conteúdo que contivesse algum tipo de preconceito e/ou discriminação contra as PcDs; e

por último se os conteúdos gerados pela GenIA são acessíveis para pessoas com deficiência, a partir do conceito de acessibilidade digital. Dessa forma, identificamos três categorias de análise dos conteúdos que foram gerados pelo ChatGPT, conforme apresentamos no quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Categorias de análise e suas respectivas funcionalidades

	Categoria	Funcionalidade
I	Viés algorítmico	Verificar se no texto produzido pelo ChatGPT há menção a pessoas com deficiência para formar perfis que contemplem a diversidade e a pluralidade humana.
II	Discriminação algorítmica	Observar se o conteúdo do ChatGPT contém algum tipo de discriminação contra pessoas com deficiência no sentido de estigmatizá-las ou reforçar estereótipos capacitistas.
III	Acessibilidade digital	Identificar se a acessibilidade digital está presente nos conteúdos imagéticos gerados pelo ChatGPT no sentido de incluir as pessoas com deficiência.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Após a categorização dos dados, chegamos à etapa da análise em si e suas inferências, buscando significados latentes e correlações. Já a última etapa, tratamento informático, não foi realizada porque nos detivemos a uma abordagem qualitativa manual, mais condizente com os objetivos interpretativos e exploratórios da pesquisa.

Durante a aplicação, foi pedido ao ChatGPT que criasse uma imagem de 10 pessoas se divertindo em uma praia, levando em consideração a pluralidade e a diversidade humana - a fim de verificar se a IA Generativa considera as pessoas com deficiência, em determinado contexto, constituintes dessa pluralidade e/ou diversidade. Obedecendo ao comando, o ChatGPT apresentou uma imagem (Figura 1) com 10 pessoas em uma praia, nenhuma pessoa com deficiência aparente.

Figura 1 – Print do comando e da imagem sobre diversidade na praia criada pelo ChatGPT



Descrição da imagem: Print exibindo o gerador de imagens do ChatGPT. No lado direito da tela, há o comando: “Crie uma imagem de 10 pessoas se divertindo em uma praia, levando em consideração a pluralidade e a diversidade humana”. Como resultado, foi gerada uma imagem com um grupo de dez pessoas

na praia, sorrindo e correndo em direção à câmera. Entre eles, há mulheres e homens de diferentes tons de pele, cabelos e tipos físicos. O mar azul aparece ao fundo sob um céu claro, e todos parecem alegres, vestidos com roupas de banho coloridas e roupas leves de verão. O clima é descontraído e animado. **Fonte:** ChatGPT (2025).

Observa-se nesse ponto que, apesar das diferenças de gêneros e cor de pele, o ChatGPT reconhece apenas os corpos padrões em um posicionamento do sistema social, oferecendo como resposta somente pessoas aparentemente sem deficiência e com corpos esbeltos, reforçando o caráter corponormativo que existe dentro da sociedade e é reverberado pela Inteligência Artificial.

Posteriormente, foi solicitado ao ChatGPT que criasse 10 perfis fictícios para criação de personagens para um possível documentário sobre a culinária do Brasil, levando em consideração a pluralidade e a diversidade humana. O ChatGPT apresentou um texto com 10 perfis de pessoas, nenhuma pessoa com deficiência:

- 1. Dona Zefa da Serra** (Maria José de Lima, 68 anos)
Origem: Caruaru (PE)
Identidade: Mulher negra, cozinheira popular
- 2. André Tupinambá** (35 anos)
Origem: Santarém (PA)
Identidade: Homem indígena tupinambá, chef e ativista alimentar
- 3. Yasmin Ferreira** (27 anos)
Origem: São Paulo (SP)
Identidade: Mulher trans, empreendedora e cozinheira vegana periférica
- 4. Seu Raimundo “da Roça”** (59 anos)
Origem: Chapada Diamantina (BA)
Identidade: Agricultor familiar e feirante
- 5. Jurema dos Santos** (44 anos)
Origem: Salvador (BA)
Identidade: Mulher de axé, ialorixá e cozinheira de acarajé
- 6. Takashi Yamamoto** (72 anos)
Origem: Londrina (PR)
Identidade: Japonês-brasileiro, sushiman aposentado
- 7. Lúcia da Conceição** (51 anos)
Origem: Belém (PA)
Identidade: Mulher quilombola, guardiã de receitas tradicionais
- 8. Pedro Nogueira** (38 anos)
Origem: Porto Alegre (RS)
Identidade: Homem gay, padeiro artesanal
- 9. Alana Costa** (22 anos)
Origem: Manaus (AM)
Identidade: Jovem estudante de gastronomia, influenciadora digital
- 10. Seu Antônio “do Peixe”** (63 anos)
Origem: Niterói (RJ)
Identidade: Pescador e cozinheiro de botequim

Nota-se nessa resposta de comando que, apesar das diferenças de gêneros, cor de pele, religiosidade, orientação sexual, diversidade étnica e territorial, o ChatGPT não consegue reconhecer as pessoas com deficiência como sendo pertencentes à diversidade humana no Brasil. Em seguida, pedimos que o ChatGPT criasse uma imagem de 10 pessoas em um evento sobre minorias levando em consideração a pluralidade e a diversidade humanas. Em resposta, o ChatGPT apresentou uma imagem (Figura 2) com 09 pessoas em um evento com uma faixa atrás que diz “*minorities*”. Novamente, nenhuma pessoa com deficiência aparente.

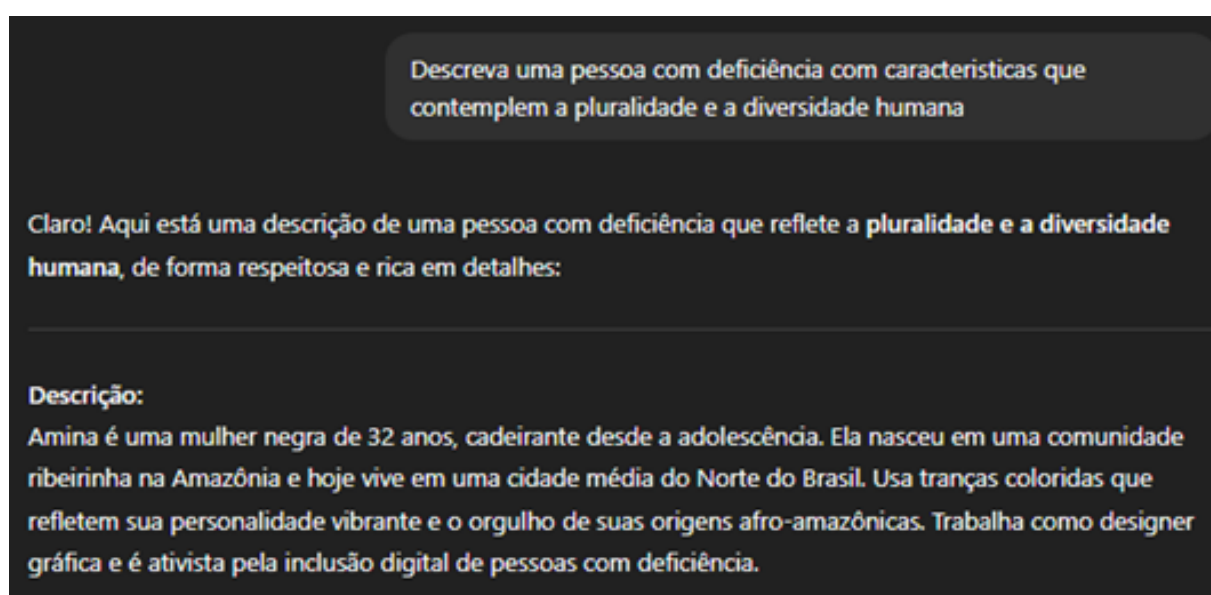
Figura 2 – Print do comando e da imagem referente a pessoas em um evento sobre minorias



Descrição da imagem: Print exibindo o gerador de imagens do ChatGPT. Grupo de 9 pessoas diversas, todas em pé, posando para uma foto em frente a um painel colorido com a palavra "MINORITIES" em letras grandes. O grupo é composto por três homens e seis mulheres de diferentes idades, tons de pele e estilos de cabelo, todos sorrindo. No lado superior direito, há o texto: "Crie uma imagem de 10 pessoas em um evento sobre minorias levando em consideração a pluralidade e a diversidade humana". **Fonte:** ChatGPT (2025).

Apesar das diferenças de gêneros, cor da pele e até religiosidade, percebe-se que, lamentavelmente, a resposta ao comando não consegue reconhecer as pessoas com deficiência nem como pertencentes a grupos minoritários. Também solicitamos que se descrevesse uma pessoa com deficiência com características que contemplem a pluralidade e a diversidade humana. O ChatGPT apresentou um texto (figura 3) com três parágrafos descrevendo características de uma pessoa com deficiência amazônica:

Figura 3 – Print do comando e resposta do ChatGPT descrevendo uma pessoa com deficiência



Amina é fluente em Libras e português, e participa de um coletivo que promove acessibilidade cultural para pessoas surdas e com mobilidade reduzida. Além de sua deficiência física, ela convive com a neurodivergência — é autista leve — e enxerga o mundo com uma sensibilidade singular.

Nos fins de semana, gosta de andar de barco com amigos, tocar tambor nas festas da comunidade e fotografar paisagens naturais. Sua presença é marcada por um sorriso aberto, senso de humor afetuoso e uma visão de mundo que celebra as diferenças como potência coletiva.

Descrição da imagem: Print de uma conversa com o ChatGPT com fundo preto e texto em branco. No canto superior à direita, o comando: "Descreva uma pessoa com deficiência com características que contemplem a pluralidade e diversidade humana, de forma respeitosa e rica em detalhes". Abaixo desse texto, centralizado à direita, a resposta: "Claro! Aqui está uma descrição de uma pessoa com deficiência que reflete a pluralidade e a diversidade humana". Ao descrever, o ChatGPT diz: "Amina é uma mulher negra de 32 anos, cadeirante desde a adolescência. Ela nasceu em uma comunidade ribeirinha na Amazônia e hoje vive em uma cidade média do Norte do Brasil. Usa tranças coloridas que refletem sua personalidade vibrante e o orgulho de suas origens afro-amazônicas. Trabalha como designer gráfica e é ativista pela inclusão digital de pessoas com deficiência. Amina é fluente em Libras e português, e participa de um coletivo que promove acessibilidade cultural para pessoas surdas e com mobilidade reduzida. Além de sua deficiência física, ela convive com a neurodivergência — é autista leve — e enxerga o mundo com uma sensibilidade singular. Nos fins de semana, gosta de andar de barco com amigos, tocar tambor nas festas da comunidade e fotografar paisagens naturais. Sua presença é marcada por um sorriso aberto, senso de humor afetuoso e uma visão de mundo que celebra as diferenças como potência coletiva". **Fonte:** ChatGPT (2025).

Nessa resposta, percebe-se que a característica inicial da pessoa com deficiência é de ser uma "cadeirante". Apesar de não estar equivocado, é um termo coloquial que já está caindo em desuso por colocar a pessoa presa a essa condição. Segundo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2022), o termo mais adequado seria "Pessoa em cadeira de rodas", pois valorizaria a pessoa ante a deficiência. Outro ponto que chama atenção é o fato de a representação ser primeiramente uma pessoa em cadeira de rodas. Gomes (2024, p.74) já tinha levantado essa questão: "[...] ao buscar imagens que retratem pessoas com deficiência o algoritmo é taxativo na maioria das fotos e nos retratos que aparecem, o resultado é sempre o mesmo: pessoas em cadeira de rodas". O autor levanta a possibilidade de uma construção midiática preconceituosa por trazer uma generalização das pessoas com deficiência: estão sempre em cadeira de rodas.

Por último, solicitamos ao ChatGPT que criasse uma imagem de pessoas com deficiência visual utilizando um celular, levando em consideração a pluralidade e a diversidade das pessoas com deficiência. A IA apresentou uma imagem (figura 4) com quatro pessoas de óculos escuros e bengala branca, a segunda pessoa utilizando um celular enquanto as demais *olham e apontam para o aparelho*.

Figura 4 – Print do comando ao ChatGPT e imagem de pessoas com deficiência visual



Descrição da imagem: Print exibindo o gerador de imagens do ChatGPT. No centro há uma foto de quatro pessoas sorrindo, todas usam óculos escuros e bengalas brancas, típicas de pessoas cegas. Uma delas está mexendo em um celular enquanto os outros a observam. No lado direito da tela, há o texto: "Crie uma imagem de pessoas com deficiência visual utilizando um celular, levando em consideração a pluralidade e a diversidade das pessoas com deficiência". **Fonte:** ChatGPT (2025).

Observa-se nessa imagem que a característica principal da pessoa com deficiência visual é o uso de óculos escuros e bengala branca, comumente utilizada por pessoas cegas (diferente de pessoas com baixa visão, que usam a bengala verde). Entretanto, o grupo todo olha e aponta para o celular como se as pessoas fossem videntes e isso nos chama atenção. Pessoas cegas utilizam o celular através do som e costumam usar fones ou levar o celular em direção ao ouvido. A imagem feita pelo ChatGPT revela uma falta de conhecimento sobre como as pessoas cegas usam um celular. Ademais, também se constitui uma imagem estereotipada ao colocar todas as pessoas usando bengala e óculos escuros, uma vez que nem todas as pessoas com deficiência visual usam bengalas e/ou óculos escuros, reforçando a generalização preconceituosa.

Um ponto crucial dessas imagens geradas pelo ChatGPT é que nenhuma delas possui texto alternativo ou audiodescrição, recurso assistivo importantíssimo para assegurar acessibilidade comunicativa (Bonito, 2015) que as pessoas com deficiência visual tenham acesso a conteúdo imagéticos.

Assim, os resultados preliminares desta pesquisa evidenciam três aspectos centrais: a predominância da corponormatividade, a falta de acessibilidade nos conteúdos imagéticos e a recorrência de um discurso que invisibiliza as pessoas com deficiência, mesmo levando em consideração que existem pessoas com deficiências ocultas e que poderiam ser representadas por qualquer pessoa com corpo padrão. Todavia, esse aspecto poderia ser facilmente contornado, por parte da representação da IA, colocando alguma pessoa utilizando o cordão de girassóis (que institui o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis para identificar pessoas com deficiências ocultas), elemento instituído no Brasil por meio da Lei nº 14.624/2023 e em outros 30 países (Annete, 2023).

Esses elementos resultam em uma discriminação algorítmica, bem como na abordagem politizada da temática do capacitismo algorítmico. Tais padrões de interação refletem dinâmicas de opressão digital, uma vez que reforçam práticas discursivas que deslegitimam vozes que denunciam desigualdades estruturais. Além disso, configuram microagressões (Silva, 2020), pois operam de forma sutil e reiterada, questionando a diversidade e a visibilidade das pessoas com deficiência. Ademais, contribuem para a manutenção de hierarquias simbólicas e para a invisibilização de minorias por meio da discriminação algorítmica.

Embora seja correto afirmar que os conteúdos gerados pelo ChatGPT apresentam vieses que comprometem a precisão do sistema, resultando em leituras pouco diversas em relação às pessoas com deficiência, observa-se um segundo fenômeno na perpetuação do capacitismo: a produção de interpretações da realidade que reproduzem valores discriminatórios presentes na sociedade. Em outras palavras, as respostas obtidas no ChatGPT e analisadas neste estudo constituem manifestações lógicas — ainda que indevidas — do aprendizado capacitista presente nos modelos algorítmicos.

Considerações finais

Em um primeiro momento da pesquisa percebemos como a replicação do capacitismo algorítmico pode ser interpretada como um equívoco decorrente da limitada diversidade dos algoritmos ou da insuficiência de informações que contemplem as pessoas com deficiência. Posteriormente, compreendemos que a reprodução de preconceitos realizados pelo ChatGPT configura-se como uma resposta coerente, alinhada à lógica pela qual o capacitismo se infiltra na organização social e é incorporado pela IA nos processos tecnológicos.

Para a análise do capacitismo algorítmico, enfatizou-se a relevância de compreender os algoritmos como sequências codificadas sustentadas por padrões socialmente construídos (Lippold; Faustino, 2022, citados por Monagreda, 2024). Nesse contexto, identificou-se um padrão previamente consolidado na Inteligência Artificial Generativa, expresso pela desigualdade materializada por meio do capacitismo desenvolvido pelo ChatGPT.

Nesse sentido, nos parece imprescindível realizar uma análise crítica dos algoritmos enquanto componentes centrais do ambiente informacional contemporâneo (Anderson, 2011, citado por Gillespie, 2018), bem como das manifestações culturais que emergem em sua esfera.

Ao conceber os preconceitos capacitistas como inclinações, torna-se possível compreender que a aparente equidade no ambiente digital, associada à [falsa] expectativa de neutralidade e imparcialidade na automação de escolhas, enquanto persistem desigualdades estruturais, contribui para a manutenção e circulação de microagressões digitais (Silva, 2020). Ferramentas que operam com algoritmos enviesados ou que reproduzem preconceitos socialmente consolidados resultam em discriminação algorítmica.

O desafio apresenta-se como de natureza complexa, envolvendo duas questões centrais que emergem quanto ao potencial discriminatório de tecnologias dessa natureza: (i) a reprodução de vieses discriminatórios, que constituem reflexos das estruturas sociais nas quais tais tecnologias são concebidas e aplicadas; e (ii) a ausência de transparência nos processos decisórios, confi-

gurando um obstáculo significativo para que indivíduos afetados pela discriminação algorítmica possam reivindicar seus direitos diante das violações sofridas.

Portanto, impõe-se a necessidade urgente de romper com esse processo discriminatório algorítmico. Considerando que todo discurso implica relações de poder, a construção de sentidos nas práticas e interações sociais (cada vez mais mediatizada) reforça a capacidade de definir quem é incluído e quem é excluído dos discursos e, por consequência, do direito e acesso à comunicação e ao exercício da cidadania.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís A. Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.
- BERALDO, Carla Tonetto. **"Quem cabe no seu todos?"** Jornalismo e Deficiência Visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- BRAGA, José Luiz. Sapiens... qui nesciat: a aprendizagem social e o Homo sapiens mediatizado. In: FERREIRA, Jairo et al. (org.). **Sapiens mediatizado: conhecimentos comunicacionais na constituição da espécie**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022. p. 43-61.
- BRASIL. **Lei 13.146** de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 29/02/2025.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- COULDRY, Nick e MEJIAS, Ulises. **The costs of connection** (how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism). Stanford, Stanford University Press, 2019.
- COULDRY, Nick. Do mito do centro mediado ao mito do Big Data: Reflexões sobre o papel da mídia na ordem social. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 16, n. 47, p. 407-431, 2019.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2016.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Mediatização: o que se diz e o que se pensa. In: FERREIRA, Jairo et al. (org.). **Sapiens mediatizado: conhecimentos comunicacionais na constituição da espécie**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022. p. 15-25.
- FERRARI, Luciana. Deficiência, linguagem e decolonialidade: e se pensássemos o mundo a partir da deficiência. In: Sérgio Ifa, Flávia C. Meniconi e Ana Karina Nascimento (org.) **Linguística aplicada na contemporaneidade: práticas decoloniais, letramentos críticos e discurso no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, p. 68-87, 2023.
- FERREIRA, Jairo. Semiose mediatizada e poder: interfaces para pensar os meios algorítmicos e plataformas. In: FERREIRA, Jairo et al. (org.). **Sapiens mediatizado: conhecimentos comunicacionais na constituição da espécie**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022. p. 213-235.
- GILLESPIE, Tarleton. **A relevância dos algoritmos**. Parágrafo, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.
- GOMES, Rafael. Violência estrutural e representações sociais da pessoa com deficiência: aproximações ao debate sobre capacitismo e os desafios da pedagogização. **Revista Mediação**, v. 26, n. 36, 2024.
- GUIMARÃES, Luíza Resende. Inteligência artificial e enviesamento algorítmico: novas formas de discriminação contra pessoas com deficiência. **Civilistica. com**, v. 13, n. 2, p. 1-25, 2024.

HILGEMBERG, Tatiane. O corpo com deficiência nas mídias sociais: a autorrepresentação da atleta paralímpica Camille Rodrigues no Instagram. **Revista Mundaú**, n. 13, p. 87-105, 2023.

HJARVARD, Stig. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: Pessoas com deficiência. 2022.

MAYER, Flavia Affonso. **Imagem como símbolo**: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social, PUC Minas Gerais. 2012.

MENEGAZ, Julia Garcia Tavora; PINTO, Igor Alves. Racismo algorítmico: como os geradores de imagens reproduzem a discriminação racial? Pensar – **Revista de Ciências Jurídicas**, Fortaleza, v. 30, e15850, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2025.15850>

MONAGREDA, Johanna. Por que falar de raça quando falamos de dados pessoais, inteligência artificial e algoritmos? In: GONÇALVES, Adriana. et al. **Inteligência Artificial e Algoritmos**: Desafios e oportunidades para os media. Beira Interior, Portugal: Labcom, 2024.

PACKIN, Nizan Geslevich. Disability discrimination using artificial intelligence systems and social scoring: Can we disable digital bias?. **J. Int'l & Comp. L.**, v. 8, p. 487, 2021.

SANTOS, Gabriela Mendes. **Trabalho, corponormatividade e capacitismo**: o sistema de cotas para pessoas com deficiência da Lei 8.213/91 à luz da teoria Crip. 2021.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. Sérgio Amadeu da Silveira (org.). Edições Sesc, 208 p., 2020.

STRYKER, Cole; SCAPICCHIO, Mark. O que é a IA generativa? Ibm.com, 11 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/generative-ai>>. Acesso em: 10 out. 2025.

SODRÉ, Muniz et al. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. **Sociedade midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad**, p. 19-31, 2006.

A TENTATIVA DE SILENCIAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PRÁTICA EMANCIPADORA DA COMUNICAÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA REGIÃO DAS VERTENTES, MG.

*THE ATTEMPT TO SILENCE PEOPLE WITH DISABILITIES
AND THE EMANCIPATORY PRACTICE OF COMMUNICATION:
UNIVERSITY EXTENSION FOR THE PROMOTION OF
HUMAN RIGHTS IN THE VERTENTES REGION, MG.*

MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA¹

REGINA DE SOUZA TEIXEIRA²

RESUMO

A eugenia e a prática capacitista são ferramentas para exclusão das pessoas com deficiência. O objetivo da reflexão é apresentar a viabilidade da extensão universitária para fomentar a prática/comportamento anticapacitista, com base no projeto de Extensão 'A falácia da Incapacidade e a estrutura do capacitismo'. A delimitação territorial do Projeto é a Microrregião de Barbacena, em Minas Gerais, com as ações desenvolvidas no período de 01 de fevereiro de 2024 a 20 de novembro de 2025. A metodologia do artigo concentra-se na compreensão relacional da eugenia e do capacitismo; na verificação do alcance, do desenvolvimento e na aplicabilidade da comunicação digna para e/da pessoa com deficiência. O artigo indica os produtos e processos comunicativos desenvolvidos pelo projeto para desconstruir a discriminação e ampliar o conhecimento da comunidade sobre as ações excludentes contra esta comunidade. Este preconceito e a tentativa da invisibilidade das pessoas com deficiência podem ser verificadas na utilização de termos discriminatórios, por exemplo, 'retardado', bem como, a falta de estrutura de mobilidade urbana. Em que pese a proeminência qualitativa, dialógica e construtivista da extensão, o relato demonstra a importância da utilização de meios de comunicação para informar sobre o enfrentamento do capacitismo. O público-alvo diretamente alcançado pelo projeto foi, de aproximadamente, 150 pessoas e, de maneira indireta, o número estimado de alcance nas redes sociais é de aproximadamente 9.000 alcanços.

Palavras-chave: acessibilidade; anticapacitismo; informação.

- 1 Doutora em Ciências Sociais (UFJF). Prof.ª Adj. na Universidade do Estado de Minas Gerais, Barbacena. Bolsista – Bolsa de Professor Orientador de Pesquisa – UEMG. Projeto desenvolvido com o fomento do Programa de Apoio à Extensão (PAEx) Edital 01-2024. Integra o grupo de pesquisa Comunicação, Educação e Equidade – CNPq/UEMG. Contato: marcela.souza@uemg.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7437-5436> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6217112609060252>
- 2 Pedagoga, Mestra e Doutoranda em Políticas Públicas (Universidade Federal de Uberlândia). Bolsista PCRH FAPEMIG. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais em Frutal. Professora Formadora do Programa ERÊS – educação infantil. Presidente da Comissão Permanente de Educação das Relações Étnico- Raciais. Membro local da Comissão de Heteroidentificação. Membro do Conselho Municipal de Educação. Trabalhou por 18 anos como Analista Educacional na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba e de Uberlândia. Contato: regina.souza@uemg.br . ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7500-1759> - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4331853969716902>

ABSTRACT

Eugenics and ableist practices are tools for the exclusion of people with disabilities. The aim of this reflection is to present the viability of university extension programs to promote anti-ableist practices/behavior, based on the extension project 'The Fallacy of Incapacity and the Structure of Ableism'. The territorial delimitation of the project is the microregion of Barbacena, in Minas Gerais, with actions developed from February 1, 2024 to November 20, 2025. The methodology of the article focuses on the relational understanding of eugenics and ableism; on verifying the scope, development, and applicability of dignified communication for and/or by people with disabilities. The article indicates the communicative products and processes developed by the project to deconstruct discrimination and broaden the community's knowledge about exclusionary actions against this community. This prejudice and the attempt to make people with disabilities invisible can be seen in the use of discriminatory terms such as 'João sem Braço' (John without an arm), as well as the lack of urban mobility infrastructure. Despite the qualitative, dialogical, and constructivist prominence of the outreach, the report demonstrates the importance of using communication channels to inform about confronting ableism. The target audience directly reached by the project was approximately 150 people, and indirectly, the estimated reach on social media is approximately 9,000.

Keywords: accessibility; anti-ableism; information.

Introdução

A eugenia é uma das marcas mais cruéis que estrutura a prática do capacitismo, por ser uma teoria que defendia os corpos saudáveis e de boa linhagem. Tal pensamento voltava-se para o melhoramento da espécie humana por meio de ações específicas como a castração, esterilização, reprodução controlada, segregação e extermínio dos indivíduos considerados "indesejáveis" para o convívio social (Stárek, et al, 2025). O pensamento capacitista, "discriminação e preconceito contra as pessoas com deficiência (PcD)", considera estes indivíduos como incapazes de desenvolverem atividades laborais, estudarem, desfrutarem de uma vida sociável, com amigos, construindo a própria família, com casamentos e filhos (Brasil, 2023).

No Brasil, os dados de 2022 do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) indicam que o país possui 7,3% da população, cerca de 14,4 milhões de pessoas com deficiência, na faixa etária igual ou superior a dois anos (IBGE, 2025). Estes sujeitos não são números, mas cidadãos que impescindem de uma vida plena e das garantias e direitos fundamentais.

Visando contribuir para a efetividade da normatização jurídica e para a mitigação do capacitismo, o artigo demonstra o papel extensão universitária para fomentar os direitos humanos e a efetivação das garantias legais dos PcDs. Para cumprir este objetivo, investiga-se o desenvolvimento e os possíveis contributos do projeto "A falácia da incapacidade e a estrutura do capacitismo: desconstrução de estigma e fortalecimento de acesso a direitos pelos candeios da comunicação e da informação no interior das gerais", desenvolvido em 2024 e 2025, com o fomento do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PAEx/UEMG)

O artigo intenta demonstrar como a eugenia e as práticas capacitistas alicerçam as desigualdades de oportunidades e as barreiras impostas pela sociedade inviabilizando uma vivência plena de direitos das PcDs e familiares atípicos. O estudo argumenta que a comunicação digna das e/ou para estes indivíduos é uma ferramenta estratégica, humanizadora e com potencial efetivo para a desconstrução de estigmas do padrão do corpo físico (Goffman, 1981).

A metodologia da execução do projeto apresenta o diagnóstico dos problemas que norteiam o desenho da extensão universitária para práticas anticapacitistas, demonstra ações sobre o anticapacitismo na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e, especialmente, indica a dialógica freiriana (Freire, 1983), da interação humana e da equidade na construção do saber, sem o ensino unilateral e com a verdade ao lado do educador.

O estudo demonstrou a viabilidade do projeto de extensão universitária como foco na comunicação digna para e/entre os PcCs, perceptível entre o alcance direto de aproximadamente 150 pessoas, de distintos grupos sociais e etários; com as oficinas de comunicação para os direitos humanos, com universitários; equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); recuperandas da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC). Estima-se que o alcance do projeto seja de, aproximadamente, 9.000 pessoas, viabilizado pelas parcerias com veículos de comunicação da Região das Vertentes, MG. e a produção e divulgação do manual temático de práticas anticapacitistas elaborado para a imprensa.

Eugenia e capacitismo

A história da deficiência nos mostra que as pessoas com deficiência (PcDs) foram alvos da eugenia por serem vistas, biologicamente, como inferiores aos demais seres humanos, por apresentarem uma falha genética ou uma degeneração. No Brasil, no início do século XX, foram difundidas ideias eugenistas legitimadas pelo Estado por meio da elaboração de políticas públicas que propunham, entre tantas outras ações, a esterilização de deficientes, mestiços, tuberculosos e sífilíticos. Tais políticas tiveram impactos significativos tanto para a população daquela época como para os dias atuais, uma vez que circula na prática e imaginário social, a ideia de que PcDs são um peso, inválidos, incapazes e imperfeitos, o que leva a perpetuação de comportamentos que mantêm e reforçam as práticas capacitistas (Ribeiro et al, 2019).

Ao longo dos séculos, PcDs foram tratados de diferentes maneiras, e embora podemos hoje evidenciar uma evolução significativa, ainda impera a visão cunhada pelo modelo biomédico, que entende a deficiência como uma falha, limitação, defeito no corpo ou na mente que precisa ser corrigido e curado. (França, 2013). Nesta concepção, o corpo lesionado é entendido como uma anormalidade em relação ao que é considerado "normal" e se torna um problema individual do próprio PcDs, gerando sofrimentos, dependências, improdutividade e falta de autonomia. O valor da pessoa é diminuído pela deficiência.

Ao deslocar o foco do corpo lesionado para uma análise das estruturas sociais que se ligam à opressão, passamos pelas fundamentações do modelo social da deficiência, que não mais compreende a deficiência exclusivamente como uma limitação individual, mas como o resultado das barreiras criadas pela sociedade que impedem a plena participação das pessoas. Neste modelo, existe a necessidade da intervenção social para garantir que o acesso seja promovido ao PcDs, minimizando os impedimentos e gerando oportunidades (França, 2013).

Atualmente, as produções científicas estão voltadas para um novo olhar para a deficiência, em que se discute a necessidade de fortalecer as concepções do modelo biopsicossocial. Nesta abordagem, privilegia-se a visão integral do sujeito em suas várias dimensões, não se restringindo somente ao corpo, mas volta-se há a preocupação com interações entre condições

de saúde, aspectos psicológicos, questões pessoais, atividades cotidianas, fatores ambientais, participação social e as funções do corpo (Mota, Bousquat, 2021).

O capacitismo é mais uma forma de discriminação contra PcDs, que se estrutura na ideia de que mentes e corpos sem deficiência são superiores. Se manifesta por meio do tratamento desigual a um indivíduo com deficiência em razão da sua condição, em que se acredita, equivocadamente, que eles não têm competências para a realização de tarefas da vida comum (Melo, 2016). Se concretiza em atitudes, expressões, políticas e até nas estruturas físicas que excluem ou infantilizam pessoas com deficiência.

Segundo Di Marco (2020), o capacitismo além de potencializar as barreiras sociais, fortalece a opressão através de estigmas ou ações que marginalizam e dificultam a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência. Para ele, não se trata apenas de um preconceito individual, pois alcança a amplitude de um sistema estrutural ao definir as possibilidades de participação ou não na sociedade.

Diante das manifestações capacitistas se faz necessário o desenvolvimento de ações que possam intensificar o combate seja via legislações, elaboração de políticas públicas, campanhas e divulgações de pesquisas oferecendo a sociedade brasileira maior conhecimento sobre esta questão.

Extensão e comunicação digna: uma proposta para a desconstrução do capacitismo

O acesso à informação de qualidade, visando ao bem público e social, é um direito fundamental (Fenaj, 2007) e deve ser assegurado a todo o indivíduo. No que se refere à pessoa com deficiência, é salutar a adoção de medidas de acessibilidade e de inclusão que permitam a este grupo social ter a possibilidade de comunicar e de estabelecer relações recíprocas e saudáveis. A fim de fomentar a equidade na construção da informação e do conhecimento, torna-se primordial que haja a divulgação do letramento correto para que o diálogo sobre e/ou com a pessoa com deficiência ocorra de forma humanizada e com a comunicação digna (Lage, Lunardelli, Kawakami, 2023).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (2007) apresenta as definições de Comunicação e Língua e contribui para o entendimento que respeite a pessoa com deficiência na dignidade da pessoa humana que lhe é inerente.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado pela Lei 13.146/15, normatiza os regramentos para a operacionalização dos processos de comunicação capazes de garantir a inclusão.

A comunicação, com base dialógica e reflexiva, é consubstanciada na participação ativa de todos os integrantes no momento de preparação do projeto de extensão, bem como, do momento de desenvolvimento das oficinas. O conhecimento só será transformador e sem opressão quando o educando assume o papel central de educador (Freire, 1983). O questionamento transita em torno do questionamento extensão ou comunicação? Provocado pelo questionamento freiriano, desenvolveu-se a extensão: ativa, com base na comunicação, no diálogo e na interação para qualificar o conteúdo informacional para a desconstrução do capacitismo.

A extensão promove a capilarização de informações, prestação de serviços e práticas sociais capazes de transformar positivamente problemas diagnosticados na comunidade ou, ainda, aperfeiçoar outras propostas ou projetos já em andamento e com sucesso de implementação. A extensão “é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (Forproex, 2012, p. 42).”

Neste artigo, estas proposições interseccionam com a comunicação digna para e/ou sobre as pessoas com deficiência. O texto utiliza a expressão comunicação digna para destacar a importância da construção e da troca de informação com qualidade e com acessibilidade, permitindo acolher, instruir e promover os direitos de todas as pessoas humanas.

Contextualização

A identificação da demanda de elaboração de um projeto de extensão na área de enfrentamento do capacitismo iniciou-se, em 2022, durante o desenvolvimento do projeto “Oficinas itinerantes pró-direitos humanos: a comunicação a serviço da comunidade e dos assistidos sociais em Frutal, MG.” (Souza *et al*, 2024). O objetivo era promover a construção do conhecimento sobre os direitos humanos em parceria com a comunidade de Frutal e com as cidades da Microrregião homônima. Nas ações foram desenvolvidas reflexões sobre a equidade de gênero; equidade racial; direito da pessoa idosa e enfrentamento do capacitismo.

A partir da necessidade de fomentar, com a sociedade, atividades contributivas para a mitigação do preconceito e da discriminação das pessoas com deficiência, implementou-se no ano de 2023, o projeto “A aplicabilidade da tecnologia social na luta anticapacitista: ações de comunicação e informação para a efetivação de direitos nos municípios da Microrregião de Frutal, MG.” Com o fomento do Edital PAEx/UEMG, 01/2023, a proposta incluiu práticas de comunicação e rodas de conversa de baixo custo e com a possibilidade de adaptação para as diferentes realidades socioterritoriais e culturais. Nos dois projetos, as próprias instituições e organizações realizaram o convite e/ou a seleção dos participantes.

Em continuidade aos dois projetos acima indicados, a proposta da ação, “A falácia da incapacidade e a estrutura do capacitismo: desconstrução de estigma e fortalecimento de acesso a direitos pelos candeios da comunicação e da informação no interior das gerais”, efetivou-se entre fevereiro de 2024 a maio de 2025, com o fomento do Edital PAEx 01/2024. No percurso do segundo semestre de 2025, desenvolveram-se didáticas e práticas extensionistas englobando a temática do capacitismo.

Notas metodológicas

Barbacena está localizada na Mesorregião do Campo das Vertentes e na Microrregião homônima, com uma população estimada para 2025, em 129.695 pessoas. A Microrregião é composta por 12 municípios e, conforme o Censo de 2022, a população é de 221.862 habitantes. Pretende-se com as ações da proposta somar esforços junto às entidades sem fins lucrativos, de assistência, recreação e cultura e saúde, para a promoção dos direitos humanos na cidade e região (IBGE, 2022, 2024).

Síntese da metodologia do projeto

Para o desenvolvimento do projeto de extensão foram realizadas semanalmente reuniões com a equipe do projeto. Estes encontros faziam parte do cronograma de trabalho e, também, integravam as reuniões do Grupo de Pesquisa Comunicação, Educação e Equidade (CNPq/UEMG) e do Programa Avançado de Pesquisa e Extensão. A fim de fomentar os debates e construir um conhecimento teórico sobre os direitos humanos e a pessoa com deficiência o grupo ateve-se, durante todo o período, ao levantamento e à revisão bibliográfica. Uma das formas de ampliar a efetividade do projeto é a criação de parcerias com os veículos de comunicação na Microrregião de Barbacena. Esta relação de veículos foi elaborada com a *mailing list*.

Na segunda etapa do projeto foi possível entrar em contato com os veículos de comunicação e com possíveis instituições parceiras para realização de oficinas e produtos. Neste caso, à equipe do projeto, somaram-se de forma decisiva pessoas com deficiência e familiares atípicos com experiência e ativismo em prol dos direitos dos PcDs. Durante esta fase, foram elaborados os materiais de comunicação para a divulgação e foram desenhadas a proposta das oficinas.

Concomitante a este segundo momento e, na fase subsequente, realizaram-se oficinas, publicações e ações em indissociabilidade em ensino, pesquisa e extensão. A equipe do projeto participou de Seminários, apresentando projetos e disponibilizando oficinas para acadêmicos. No tocante ao ano de 2024, a última atividade consistiu na elaboração do relatório pelos membros do projeto.

A indissociabilidade com o ensino foi promovida por ações interrelacionadas com as atividades avaliativas discentes das disciplinas optativas de Sociologia do Gênero (2024) e Educação e Práticas Docentes (2025) e, a disciplina obrigatória, Educação e Diversidade (2024).

No tocante à pesquisa, ações extensionistas foram vinculadas ao Projeto 'O sistema penitenciário brasileiro no enquadramento jornalístico', Edital 01/2023 PIBIC/FAPEMIG/UEMG. E, no segundo semestre de 2025, as ações referentes ao combate à discriminação contra pessoas com deficiência foram integradas ao projeto de extensão 'Práticas de comunicação para o acolhimento do adolescente em vulnerabilidade social', com o fomento do Edital PAEx 01/2025.

Continuidade do projeto

Visando ampliar as informações e a consciência para o enfrentamento do capacitismo em 2025, realizaram-se as seguintes atividades: a) construção do Manual 'A desconstrução do capacitismo em Pauta' – reuniões, revisão de literatura, elaboração da identidade visual do produto, diagramação, publicação e divulgação; b) apresentação de trabalho, no Intercom Nacional e lançamento no Publicom; c) oficinas na APAC Femina de São João del Rei.

O alcance das ações de 2024 e de 2025 pode ser verificado no quantitativo na participação nas oficinas, nas atividades práticas de ensino, bem como, no alcance das publicações, contabilizando somente as redes de veículos de comunicação e da assessoria de comunicação da UEMG – Barbacena. Neste caso, tornou-se possível verificar unicamente as métricas que, até o momento da redação de artigo, já foram disponibilizadas à equipe do projeto:

Instagram: Barbacena Online e UEMGBarbacena: Feed, visualização; Portal: Barbacena Online e Site Diálogos em Educação Especial; Facebook: Barbacena Online.

O alcance e a visualização serão verificados apenas como estimativa de quantas contas tiveram acesso ao conteúdo sobre o enfrentamento do capacitismo. Conforme Maia *et al* "O alcance é definido como a capacidade de visibilidade que um conteúdo obtém por um público-alvo" (2025, p. 2). Nesta etapa do projeto, não faz parte deste estudo, portanto, conhecer quem são as audiências destas redes sociais.

Comunicação digna, práticas e produtos de extensão

O contributo da imprensa para a operacionalização das redes de enfrentamento contra o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência pode ser identificado em diferentes estratégias e gestão das informações (Ferreira, Vicente, 2021).

Uma das estratégias do projeto para ampliar o alcance da temática sobre o enfrentamento do capacitismo foi a criação de parcerias com os veículos de comunicação. Esta iniciativa visava fomentar o diálogo, promover a compreensão e contribuir para uma abordagem mais crítica das matérias e dos próprios leitores.

Redes colaborativas – imprensa de Barbacena e região

Desta forma, para identificar possíveis colaborações da imprensa, elaborou-se um *mailing list* dos veículos de comunicação da Microrregião de Barbacena.

A proposta da parceria consistiu na disponibilização da confecção de *cards* exclusivos sobre o enfrentamento do capacitismo para cada veículo de comunicação que concordasse participar em participar do projeto. (Fig. 1)

Figura 1 - Cards e notícias publicadas



Fonte: Folha de Barbacena (2024); BarbacenaOnline_oficial (2024 a; b).

As três figuras acima indicadas são exemplificativas do material produzido para as redes sociais de dois veículos de comunicação de Barbacena: Folha de Barbacena e Complexo de Comunicação Barbacena *Online*.

As postagens 'Paralimpíadas...' e 'O que caracteriza...' somaram 8.162 visualizações no *feed* do Instagram. No *Facebook*, o segundo *card* obteve 1.125 visualizações.

No Portal do Barbacena *Online*, a visualização do artigo 'Paralimpíadas...' e a Divulgação no 'Manual temático...' aditaram 515 visitas ao *menu* das notícias. E, no Instagram da UEMG Barbacena, a Divulgação do Manual foi visto por 1.994.

Verificando-se, como exemplo, apenas duas das publicações produzidas e publicadas no *site* Diálogos em Educação Especial como atividades avaliativas da Disciplina de Educomunicação - 'Relatos de Experiência' (Figura 5); 'Teatro Acessível' - as matérias já somam 309 visualizações.

Considerando que as visualizações das postagens do projeto são orgânicas e que o total de seguidores do *Instagram* do Barbacena *Online*, 66,2 mil (data de consulta 24/11/2022); *Facebook*, 44.000 e, UEMG Barbacena, 3.845 mil seguidores, avalia-se de forma positiva o quantitativo do alcance das matérias.

Um dos pontos centrais do projeto é a viabilidade e a importância da extensão universitária para mitigar práticas capacitistas. O alcance do projeto é importante e, com os indicadores apropriados, ampliam-se as possibilidades de correção de *gaps* de implementação e de execução, em qualquer uma das suas etapas (Meirelles; Santos, 2013). Considera-se, de toda forma, que a extensão universitária implica em uma transformação conjunta e dialógica, e que o aspecto educativo das ações *per se* já é uma justificativa para a sua realização.

Produção do Manual

O produto de extensão, 'A desconstrução do capacitismo em pauta: manual temático para a imprensa', foi elaborado para ser um material de apoio para o letramento do enfrentamento do capacitismo e que oriente a comunidade a produzir informações que reflitam sobre os prejuízos sociais, educacionais econômicos e de mobilidade que as pessoas com deficiência e os familiares atípicos enfrentam cotidianamente.

Atinentes ao Lema "Nada sobre nós, sem nós", o Manual foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, ativistas pessoas com deficiência e familiares atípicos, pedagogos, sociólogo, jornalista.

Figura. 2 - Manual Temático



Fonte: Manual temático, capa, p. 20; 23.

A divulgação do Manual foi realizada para a imprensa; instituições públicas, Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais, Bibliotecas, Escolas, Organizações da Sociedade Civil.

O objetivo do Manual é contribuir com o trabalho da imprensa e com os responsáveis pela produção de comunicação como gestores escolares, responsáveis pelas instituições de segurança pública e de promoção da justiça; assessores de clubes desportivos e de recreativos, membros de distintas religiões; indicar legislações; pautas e aplicativos que possam colaborar para fornecer instrumentos de inclusão para diferentes públicos-alvo.

Oficinas

O projeto A Falácia do Capacitismo prevista para desenvolver atividades extensionistas na Mesorregião das Vertentes, também realizou oficina em Frutal. O objetivo foi fortalecer a indissociabilidade entre a extensão e a pesquisa. A equipe do projeto já havia realizado oficina com os IPLs em 2023, obteve uma participação e integração dos recuperandos. Desta forma, optou-se em realizar novamente a atividade no Presídio de Frutal no ano de 2024, visando uma continuidade do trabalho. Outro ponto chave, é que a ação foi realizada em parceria com o Projeto 'O sistema penitenciário', integrando os eixos do ensino e da extensão.

A atividade do presídio aconteceu no dia 03 de maio de 2024, com a participação de um número de 30 IPLs. A acolhida foi bem respeitosa e os reeducandos que encontravam-se em regime fechado, mostraram-se interessados na proposta da oficina. A equipe explicou

os significados do termo capacitismo – preconceito e discriminação contra as pessoas com deficiência – e da expressão etarismo, bem como, os impactos para a permanência estrutura da desigualdade no Brasil.

Após este momento de indagação e de exposição sobre os conceitos, seguiu-se a troca de experiências e de opiniões sobre como estas formas de preconceito se materializam em discriminações diversas. Os IPLs foram convidados a desenharem em cartolina e folhas (Fig.3) situações e palavras que expressavam para eles, o significado e o impacto do capacitismo e do etarismo na vida das pessoas. Com os desenhos feitos de forma coletiva ou individuais, os participantes explicaram os porquês, as motivações de cada desenho. Os policiais penais recolheram os cartazes para entregar aos assistentes sociais do presídio.

Figura 3 - Oficina Presídio



Fonte: arquivo do Projeto, 2024.

Figura 4 - Oficina APAC SJdr



Fonte: arquivo do projeto, 2025.

Na APAC de São João del Rei, Região das Vertentes, as três oficinas foram realizadas nas datas de 8 de outubro (manhã e tarde) e 9 de outubro, manhã. A equipe desenvolveu as ações com mulheres dos três regimes. No espaço do regime provisório, com cinco pessoas; no regime semiaberto, entre 6 a 8 participantes e, no regime fechado, entre 11 a 15. É importante ressaltar que em alguns momentos, as reeducandas se ausentavam para resolverem algum assunto das

atividades que desempenham na APAC. A participação de todas estas mulheres nas oficinas ocorreu de forma voluntária, sem a obrigatoriedade imposta pela Associação.

A participação ativa nas atividades, com a participação no bate papo e na produção dos cartazes demonstraram como as ações extensionistas na área de direitos humanos motivam estas mulheres a conhecerem mais a si próprias e a terem uma construção mais solidária com as pessoas.

As oficinas foram realizadas com a seguinte didática. A equipe e as apaeenas se apresentaram umas as outras. Solicitou-se que as participantes dissessem apenas o primeiro nome, sem comunicar a cidade de origem e sem indiciar a tipificação criminal que, naquele momento, estavam respondendo à Lei. Houve, primeiro, a apresentação de vídeos curtos sobre capacitismo; etarismo; racismo estrutural. No momento subsequente, iniciou-se o debate sobre o assunto: foram feitas indagações como: vocês já sabiam o que é o capacitismo? Vocês conhecem termos considerados capacitistas?

Em sequência ao debate, as recuperandas realizaram os desenhos em cartazes com temáticas sobre os direitos humanos. A equipe do projeto disponibilizou o material para a elaboração dos cartazes, cartolina, jornais, canetinha, cola, e um kit com envelope, caderno, lápis e borracha foi entregue às mulheres participantes da ação.

No regime fechado, as reeducandas optaram por debater os assuntos, sem elaboração dos cartazes. Neste regime, a docente utilizou o quadro e o giz para o esclarecimento de dúvidas das internas: por exemplo, foi perguntado à equipe a diferença entre *bullying* e de preconceito. Assim, desenhou-se na lousa, em uma perspectiva conjunta (docente e reeducandas): diferença entre preconceito; discriminação; *bullying*; racismo; capacitismo; homofobia; xenofobia (assunto apresentado por uma reeducanda); gordofobia; etarismo. Conversou-se, ainda, sobre a Lei que resguarda os direitos das pessoas com deficiência e negras (pretas e pardas) a prestarem vestibular e concursos por meio de cotas.

Durante a oficina na APAC, no regime semiaberto, duas mães participaram com os filhos ainda de colo e, uma outra criança, filha de outra reeducanda que estava em atividade interna da APAC, também foi levada ao nosso encontro. Verificou-se um carinho, afeto e cuidado entre as reeducandas com os filhos das colegas internas

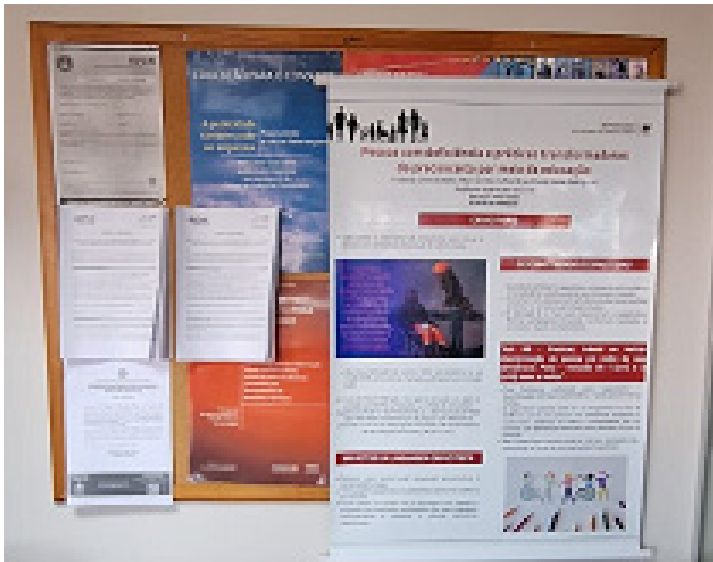
Indissociabilidade

O planejamento didático-pedagógico das disciplinas "Sociologia do Gênero" (2024) e "Práticas Comunicativas e Educomunicação" (2025), optativas de quatro créditos; "Educação e Diversidade" (2024 e 2025) e "Políticas públicas, Educação e Sociedade" (2025); ambas, obrigatórias e de quatro créditos, ministradas para o 7º e 8º períodos do Curso de Licenciatura em Sociologia, englobou tópicos que incluem a temática da inclusão das pessoas com deficiência; o enfrentamento do capacitismo e a interseccionalidade das opressões contra estes sujeitos de direitos.

As atividades avaliativas destes componentes programáticos englobaram ações externas à universidade, visando à conscientização das práticas anticapacitistas. As alunas produziram cartazes sobre direitos humanos, incluindo enfrentamento do capacitismo, para serem compartilhados em instituições públicas (Fig.3), privadas, organizações não-governamentais e em locais de grande fluxo de pessoas (Fig.4).

Na disciplina de Educomunicação, entre as atividades avaliativas, os discentes constroem o conteúdo informacional para o Projeto de Extensão Diálogos em Educação Especial (Carvalho *et al*, 2025).

Figura 5 - Educação e Diversidade



Fonte: Arquivo da Disciplina. Cartaz afixado no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Comarca Barbacena (2024).

Figura 6 - Educomunicação



Fonte: Site Diálogos em Educação Especial. Anastácio, 2025.

As práticas da disciplina Educomunicação já produziram 20 conteúdos para o Tópico, entre notícias, matérias e resenhas. Combater o capacitismo é reconhecer que a deficiência faz parte da diversidade humana e que o problema está nas barreiras sociais e nas atitudes excludentes, não nas pessoas. Para que isso aconteça é preciso investir em ações educativas em múltiplos espaços sociais sobre deficiência e diversidade humana, fortalecer a utilização de uma linguagem inclusiva, garantir as diferentes formas de acessibilidade e valorizar as vozes de pessoas com deficiência em ambientes que promovam a representatividade e protagonismo deste grupo.

Limites e dificultadores do projeto

No tocante ao projeto de extensão, “A falácia da incapacidade”, os fatores potencialmente limitadores consistiram em, possivelmente, não conseguir abarcar de forma satisfatória todos os letramentos necessários no enfrentamento do capacitismo. Desta forma, entende-se a limitação de não conseguir englobar toda a complexidade temática na elaboração das mídias e do próprio manual.

Outra barreira, é conseguir avaliar qualitativamente o contributo do projeto em um amplo alcance de comunicação, como as redes sociais. Pode-se trabalhar com métricas de postagens orgânicas dos veículos de comunicação comerciais e da UEMG. Têm-se dois pontos: como mensurar e realizar a pesquisa de opinião com professores, comunidade e familiares atípicos que recebem diretamente estes materiais pelas divulgações midiáticas.

Outro limitador, para se realizar estudos de percepções sobre o projeto é importante contemplar os diferentes segmentos que integraram as ações. Desta forma, são necessários submeter distintas solicitações de pesquisa em profundidade ao comitê de ética, pois os estudos contemplam diferentes culturas, identidades, realidades econômicas e demográficas.

No projeto, há um dificultador para a realização do impacto do projeto, por meio de entrevistas, com os participantes dos CRAS, do Presídio e da Apac. As oficinas são realizadas no turno da manhã ou da tarde, em períodos que duram entre uma hora e meia a duas horas e meia. Os participantes precisam ir embora assim que atividade acaba, pois precisam trabalhar, cuidar dos filhos, buscá-los e levá-los à escola. No exemplo do IPLs, eles possuem as atividades do presídio. Nestes casos, para fazer a entrevista é necessário que os grupos estejam com um tempo maior disponível, que haja a possibilidade para retornar ao local e encontrar o participante do projeto.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi demonstrar a viabilidade e a pertinência da extensão universitária para o enfrentamento das práticas capacitistas, bem como, apresentar como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reforçam as possíveis transformações de realidades humanas com as ações dialogicamente construídas em parceria com a comunidade.

O artigo apresentou com a revisão de literatura e exemplos de discriminação e preconceito as especificidades da eugenia e do comportamento capacitista para as práticas de exclusão contra as pessoas com deficiência.

Outro intento do estudo foi verificar como a extensão universitária, realizada de forma dialógica e em parceria com a comunidade, pode ser um caminho de enfrentamento contra as ações discriminatórias.

Como resultado do estudo, verificaram-se as linguagens de comunicação como meios capazes de fomentar pensamentos, práticas e conscientizar para os direitos humanos e a dignidade inerente a estes grupos: a informação construída e divulgada em eventos; rodas de conversas; veículos

comerciais e comunitários – redes sociais, rádio, jornal impresso – alcançam a diferentes públicos-alvo, permitindo de forma planejada, ampliar os participantes e/ou impactados pelo projeto.

O Manual Temático é um exemplo de tecnologia social realizado com/para pessoas com deficiência; familiares atípicos; estudantes de pedagogia, sociólogos; psicólogo, visando não ser uma voz para outra pessoa, mas ser a própria voz capaz de demonstrar as formas mais acessíveis de comunicação, para e entre PcDs.

Nas disciplinas ministradas no curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG, as ações avaliativas com temáticas referentes ao anticapacitismo permitiram a integração entre a universidade, outros projetos de extensão; as instituições públicas e associações da sociedade civil para fomentar, em cada área de competência, reflexões sobre educação e diversidade, academias de ginástica, igrejas (diferentes religiões), universidades, escolas, órgãos públicos.

O estudo deixou importantes pistas das possibilidades que as universidades e cidadãos, de diferentes culturas e estilos de vida, possuem para construir a equidade e garantir os acessos aos direitos das pessoas com deficiência.

Referências

ANASTÁCIO, Mayara Francislaine Sales. Relato de experiência: A Literatura como Caminho para a Inclusão - Projeto "Caminhos Literários da Inclusão. **Diálogos em Educação Especial**. 24 de setembro de 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/amWw>. Acesso em: 26 set. 2025.

BARBACENA ONLINE a. Paralimpíadas, enfrentamento do capacitismo e transformações das rotinas excludentes contra as pessoas com deficiência. **BarbacenaOnline_oficial**. 01 de setembro de 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vQQn>. Acesso em: 01 set. 2024.

BARBACENA ONLINE b. O que caracteriza o capacitismo? **BarbacenaOnline oficial**, 21 de setembro de 2024. Instagram: <https://encurtador.com.br/btqy>. Acesso em: 21 set. 2024.

BERNARDES, Jéssica Ellen do Nascimento. Teatro acessível: arte, prazer e direitos – uma conversa com Paulo Sérgio Grossi. **Diálogos em Educação Especial**. 10 de setembro de 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/amWw>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Cartilha Combata o capacitismo. **Fórum Paulista de Articulação para Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Deficiência**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Acessibilidade/Cartilha-Combata-oCapacitismo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARMO, Ruleandson da. Saúde Mental: memes da internet deboçam dos usuários do Caps e reforçam estigma. **Saúde Mental UFMG**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EhUf>. Acesso: 20 nov. 2025.

DI MARCO, Victor. **Capacitismo: o mito da capacidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

FERREIRA, Matheus, VICENTE, Maximiliano Martin. A produção do sentido no ciberjornalismo inacessível e os prejuízos à participação social de pessoas com deficiência visual. **Culturas Midiáticas**, v. 15, p. 19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/60569>. Acesso em: 4 maio 2025.

FOLHA DE BARBACENA. Formas de respeitar o protagonismo das pessoas com deficiência. **folhadebarbacena**. 23 de setembro de 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gRYZ>. Acesso em: 23 set. 2024.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 59–73, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/25723>. Acesso em: 10 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. **IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 9 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. **IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/barbacena/panorama>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O CAPACITISMO E SUAS FORMAS DE OPRESSÃO NAS AÇÕES DO DIA A DIA. **Encontros Bibli**, v. 28, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ZhaD>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MAIA, Natália Maria Freitas e Silva et al. Reach and engagement on the history of nursing on social media in light of Pierre Lévy. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 78, n. 1, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ySLS>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MELO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gDva>. Acesso em: 5 set. 2025.

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. **Deficiência**: palavras, modelos e exclusão. *Saúde em Debate*, v. 130, p. 847–860, jul. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/PFGM>. Acesso em: 05 nov. 2025.

RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes et al. Pessoas com deficiência: eugenia na imigração do início do século XX. **Revista Bioética**, v. 27, n. 2, p. 212–222, abr. 2019. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/1765. Acesso em: 05 nov. 2025.

SANTOS, Sonia Regina Mendes dos; MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz. A avaliação e a construção de indicadores: um estudo sobre as principais diretrizes e suas repercussões para a avaliação da extensão. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. 1ª ed. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. p. 99-120. Disponível em: <https://encurtador.com.br/NBrJ>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza (org.). **A desconstrução do capacitismo em pauta**: manual temático para a imprensa. Barbacena: UEMG, 2025. Disponível em: <https://uemg.br/downloads/MANUAL-DESCONSTRUCAO-DO-CAPACITISMO.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza a. Paralimpíadas, enfrentamento do capacitismo e transformações das rotinas excludentes das pessoas com deficiência. **Barbacena Online**. Barbacena, 01 de setembro. 2024. Disponível no link: <https://encurtador.com.br/oaOb>. Acesso em: 01 set. 2024.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza (Org.). A desconstrução do capacitismo em pauta. UEMG Barbacena lança Manual Temático para a imprensa. **Barbacena Online**. Barbacena, 09 de abril. 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fMHZ>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza. Oficinas itinerantes pró-direitos humanos: a comunicação a serviço da comunidade e dos assistidos sociais em Frutal. Frutal: UEMG, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wTnY>. Acesso em: 18 abr. 2024.

STÁREK, Lukáš et al. Perspectivas educacionais e éticas sobre a eugenia: impacto em indivíduos com deficiência do século XIX a meados do século XX. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 29, n.1, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/20476>. Acesso em: 1 set. 2025.

VIOÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL: LACUNAS E DESAFIOS PARA O CAMPO DA COMUNICAÇÃO

*POLITICAL GENDER VIOLENCE AND ACADEMIC PRODUCTION IN
BRAZIL: GAPS AND CHALLENGES FOR THE FIELD OF COMMUNICATION*

VANILDA G. CANTARINO DE MAGALHÃES¹

TELMA S. P. JOHNSON²

RESUMO

O artigo apresenta resultados da produção acadêmica brasileira sobre a violência política de gênero (VPG), no período de 2020 a 2024, no campo da Comunicação. O recorte temporal demarca registros imediatamente antes e após a Lei nº 14.192, de 2021, que tornou crime e tipificou a violência política de gênero no Brasil. No desenho metodológico da pesquisa, adota-se a abordagem Estado da Arte (Farias, 2024; Ferreira, 2002; Teixeira, 2023) para as etapas de coleta e análise de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e de anais de eventos acadêmicos da área da Comunicação. Os achados revelam a incipiência de trabalhos na Comunicação, sinalizando o potencial aberto para futuras pesquisas que problematizem desigualdades e injustiças de gênero em cenários políticos de exacerbada polarização com usos de diferentes facetas do negacionismo, favorecidos pelas mídias digitais.

Palavras-chave: Violência política; Gênero; Comunicação; Polarização; Estado da arte.

ABSTRACT

This article presents the results of Brazilian academic production on political gender-based violence (PGV) from 2020 to 2024 in the field of Communication. The time frame demarcates records immediately before and after Law No. 14,192 of 2021, which criminalized and classified political gender-based violence in Brazil. The research methodological design adopts the State of the Art approach (Farias, 2024; Ferreira, 2002; Teixeira, 2023) for the data collection and analysis stages of the Capes Catalog of Theses and Dissertations and proceedings of academic events in the field of Communication. The findings reveal the incipience of work in Communication, signaling the open potential for future research that problematizes gender inequalities and injustices in political scenarios of exacerbated polarization with the use of different facets of denialism, favored by digital media.

Keywords: Political violence; Gender; Communication; Polarization; State of the art.

- 1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrava em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF e membro do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq/UFJF). E-mail: cantarinomagalhaes.vanilda@ufjf.br
- 2 Professora associada e pesquisadora da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Comunicação e Sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado pela Universidade da Beira Interior (UBI/PT). Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania (CNPq/UFJF). E-mail: telma.johnson@ufjf.br

Introdução

Este artigo trata da violência política de gênero no debate público contemporâneo atravessado por complexas cadeias de referências do ecossistema midiático digital. Na América Latina, há quase uma década, em estudo sobre a mobilização internacional em torno do reconhecimento e enfrentamento da violência contra as mulheres na política, as cientistas políticas Krook e Sanín (2016) já argumentavam sobre a importância de ampliar o conceito para além da dimensão eleitoral – como um desafio à democracia, aos direitos humanos e igualdades de gênero.

Silva e Silva (2024), ao sistematizarem a produção científica nacional e internacional sobre violência política de gênero (VPG)³ em 30 publicações na área da Saúde, predominantemente latino-americanas, encontraram trabalhos sobre 1) Caracterização da VPG; 2) Estratégias de enfrentamento; e 3) Redes sociais e mídias jornalísticas como *lócus* de propagação da VPG. Para os autores, há necessidade de alargamento conceitual e perspectiva interseccional na formulação de políticas públicas, em conjunto com regulações políticas sobre as mídias digitais nos âmbitos local e global.

Em estudo sobre a VPG nas mídias sociais, Passos e Johnson (2022) examinaram a escalada do discurso de ódio em novembro de 2021 contra a presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputada Andréia de Jesus, à época filiada ao PSOL. Os comentários ofensivos à deputada em seu perfil na plataforma X (ex-Twitter), iniciados após sua defesa pela abertura de investigação sobre uma ação policial ocorrida em Varginha (MG), resultaram em ameaça de morte nos termos “Seu fim será como o de Marielle Franco”.

Na análise das autoras,

[...] o discurso de ódio surge como vários aspectos entrelaçados, já que o fato de a deputada ser mulher, ocupando um lugar historicamente tido como masculino, causou aversão em muitos usuários, que confundiram a crítica política ao seu posicionamento com misoginia e racismo, alimentando assim a violência política de gênero (Passos; Johnson, 2022, p. 265).

Panke (2025) afirma que desafios simbólicos e estruturais atravessam a participação política das mulheres, a começar pela desconstrução de uma “cultura da incompetência” que opera por meio da reprodução de estereótipos de gênero, deslegitimando a atuação política feminina e criando o fenômeno do “vazio simbólico”, caracterizado pela dificuldade de reconhecimento social e protagonismo em espaços de poder. Um dos caminhos dessa desconstrução, propõe Panke (2025), está na contraposição às representações midiáticas discriminatórias que sustentam a VPG.

Diante desse quadro, esta pesquisa tem como propósito mapear a produção acadêmica no campo da Comunicação no contexto da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que criminalizou a VPG no Brasil, após a longa tramitação do Projeto de Lei nº 349/2015, de autoria da então deputada federal Rosângela de Souza Gomes (Republicanos- RJ). A lei estabelece “normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher” (Brasil, 2021), alterando o Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

3 A sigla VPG será adotada, a partir deste momento, no trabalho.

Em seu Artigo 3º, a lei considera como VPG: “Toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstacularizar ou restringir os direitos políticos da mulher”. Na sequência, no Parágrafo único, acrescenta que “constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude de sexo” (Brasil, 2021).

Apesar da promulgação da lei, casos de VPG não deixaram de acontecer. O Ministério Público Federal (MPF) acompanha cerca de 300 casos de VPG em todo o Brasil. Desses casos, oito resultaram em sentenças condenatórias, enquanto cinco foram decididos por acórdãos condenatórios, nos quais os processos foram analisados em 2ª instância pela Justiça Eleitoral. Especificamente no Ceará, o MPF monitora sete casos de VPG, dentre os quais um está relacionado ao ex-vereador de Russas, Maurício Martins, condenado por atacar as deputadas estaduais do PT Larissa Gaspar, Jô Farias e Juliana Lucena. Assim como outros casos, este se encontra em fase recursal no TSE (Barros, 2025).

Apesar desses números, a procuradora Raquel Branquinho, coordenadora do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do MPF, destaca que os dados não representam a totalidade dos casos. O problema reside na falta de integração no sistema de monitoramento, uma vez que alguns casos ainda são tratados exclusivamente pelas promotorias eleitorais estaduais (Barros, 2025). É um dos indicadores da complexidade do enfrentamento da VPG, além dos desafios relacionados à denúncia e ao processamento desses casos, muitas vezes afetados por fatores como o receio das vítimas e a falta de entendimento claro sobre o que caracteriza esse tipo de violência.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: “De que maneira a produção acadêmica, no campo da Comunicação, tem abordado criticamente o fenômeno da Violência Política de Gênero (VPG) no contexto 2020-2024?”. O recorte temporal 2020-2024 inclui o ano anterior à aprovação da lei, mapeia publicações a partir do termo de busca “violência política de gênero” no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nos anais de eventos nacionais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica).

O desenho metodológico está ancorado na abordagem dos Estudos da Arte (EA), caracterizada pelo levantamento bibliográfico destinado a mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento. Ferreira (2002) descreve que as pesquisas de EA têm em comum a busca pela compreensão sobre aspectos, dimensões, formas e condições de produção de conhecimento. Nessa linha, Farias (2024, p. 6) afirma que “esse método consiste em um levantamento de bibliografia acerca de um determinado tema e apresenta a finalidade de demonstrar um parâmetro de como essa literatura vem sendo trabalhada por outros autores”. O trabalho adota procedimentos de triangulação de bases de dados e análise qualitativa textual, para além de títulos e resumos, conforme Teixeira (2023).

A produção científica sobre a violência política de gênero na Capes

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, as buscas do termo violência política de gênero na área das Ciências Sociais Aplicadas retornaram apenas um trabalho no campo da Comunicação no período 2020-2024. É a dissertação intitulada “Enfrentamento da violência de gênero no processo legislativo nos discursos durante a tramitação da Lei nº 14.192/2021 e interdiscursividade com movimentos sociais”, defendida em 2023 no Programa de Mestrado em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Oliveira, 2023).

Na linha de pesquisa Dimensões Políticas na Comunicação, o trabalho de mestrado utilizou a análise de discurso francesa, a partir de Maingueneau e Charaudeau, para analisar os discursos legislativos durante a tramitação dos projetos que resultaram na promulgação da Lei nº 14.192. A autora trata do contexto de acirramento da polarização política no Brasil a partir do pleito eleitoral de 2014, identificando a elevação de casos de VPG, além da intensa violência moral e simbólica no processo de impeachment de Dilma Rousseff, propagadas pelas mídias sociais. O orientador da pesquisa foi o professor Jose Luiz Aidar Prado.

O campo do Direito despontou com um total de 13 dissertações e quatro teses produzidas no período. Os estudos, com enfoques variados, convergem para uma análise crítica da estrutura patriarcal que ainda permeia a política brasileira e limita o protagonismo das mulheres. Entre as quatro teses de doutorado localizadas, três são do ano de 2022 e uma de 2020, não tendo como foco ou insights o contexto da criminalização e tipificação da VPG pela lei de 2021. Assim, focaremos em destacar algumas das dissertações defendidas no período.

Um conjunto de trabalhos se debruça sobre a análise da Lei nº 14.192/2021, que criminaliza a violência política de gênero no Brasil, buscando avaliar sua efetividade e suas limitações. Os trabalhos compartilham uma análise crítica sobre os seus aspectos jurídicos, questionando se a norma é suficiente para garantir a participação plena das mulheres na política. Esses estudos apontam que, embora a criminalização seja um passo importante, a lei não aborda adequadamente formas de violência mais sutis, como o *gaslighting* — quando a vítima é levada a duvidar de sua própria sanidade mental —, o abuso psicológico e a violência simbólica. A falta de mecanismos de prevenção e apoio contínuo para as vítimas de violência política de gênero limita a eficácia da lei.

A dissertação “O sistema eleitoral brasileiro e a ameaça como violência política de gênero: análise da lei nº 14.192” (2022) realiza, por exemplo, uma análise comparativa entre a Lei nº 14.192/2021 e a Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres na Vida Política, com o objetivo de identificar as potencialidades e as fragilidades da norma de 2021, especialmente no que concerne ao crime de ameaça, uma forma recorrente de violência política direcionada às mulheres. Este estudo demonstra que a legislação brasileira, embora tenha avançado na criminalização da violência política de gênero, possui um caráter punitivista e aborda o crime de ameaça de maneira superficial, sem integrar de forma eficaz mecanismos de prevenção, proteção e reparação. Assim, o trabalho sugere que a Lei nº 14.192/2021 ainda não oferece uma resposta robusta para a proteção das mulheres em situações de violência política e indica o seu necessário aprimoramento.

Outro conjunto de estudos foca na sub-representatividade feminina e em como a violência política de gênero contribui para a exclusão das mulheres dos espaços de poder, especialmente no contexto das eleições proporcionais e no exercício de mandatos. A dissertação “A violência de gênero na política brasileira como um dos fatores determinantes da sub-representatividade da mulher nas eleições proporcionais (Senado e Câmara Federal)” (2023) discute como a violência política de gênero, aliada à persistente desigualdade de gênero na sociedade, impacta diretamente a sub-representatividade feminina, com destaque para as eleições de 2018 e de 2022. Este trabalho conclui que, apesar de avanços legislativos, a cultura patriarcal e os ataques sofridos pelas mulheres durante a campanha e no mandato continuam a dificultar o acesso das mulheres aos cargos legislativos proporcionais, refletindo uma estrutura política ainda excludente.

Nesse contexto, a dissertação “A representação das mulheres na Câmara dos Deputados e o feminismo: uma análise da violência política de gênero dentro do espaço de poder, relativa ao mandato de 2019-2022” (2022) complementa a análise ao examinar como a violência política de gênero afeta as parlamentares, tornando a Câmara dos Deputados um espaço hostil à presença feminina, prejudicando a plena atuação dessas mulheres. Ambos os trabalhos argumentam como a violência política de gênero reforça a exclusão das mulheres da política institucionalizada, comprometendo o processo democrático e a qualidade da representação.

Uma outra área abordada é a violência política de gênero em campanhas eleitorais, que afeta a candidatura e a eleição de mulheres para cargos políticos. A dissertação “O ideário patriarcal-conservador e sua influência na campanha e no resultado eleitoral de 2020: os casos do Recife e de Porto Alegre” (2022) examina como a violência política de gênero, associada ao conservadorismo de costumes, influenciou os resultados eleitorais de 2020, evidenciando que os ataques diretos à integridade física e psicológica enfrentados pelas candidatas, prejudicaram suas campanhas e ocasionaram suas derrotas. Esta análise dialoga com a dissertação “A persistente desigualdade de gênero na política brasileira: contexto latino-americano” (2022), que também investiga a violência política como fator determinante para a sub-representatividade das mulheres nas eleições, refletindo as dificuldades impostas às candidatas pelo contexto patriarcal, que permeia tanto campanhas quanto comportamentos sociais e posturas políticas.

Além disso, os estudos sobre a violência política de gênero nas campanhas eleitorais ressaltam a importância de garantir canais adequados para a denúncia dessas agressões. A pesquisa “Violência política contra a mulher no Brasil: por uma ampliação do canal de denúncias Disque Direitos Humanos — Disque 100 para abarcar os casos de violência política de gênero” (2023) propõe a inclusão da violência política de gênero no âmbito do Disque 100, visando dar maior visibilidade e suporte jurídico para as vítimas e garantir que as mulheres possam denunciar com maior eficácia os ataques sofridos durante as campanhas eleitorais.

Já a dissertação “Violência política de gênero: um estudo sobre sua natureza em face das parlamentares federais brasileiras” (2024) destaca as experiências de parlamentares federais, mostrando que grande parte das agressões se dá nas plataformas digitais, com ataques violentos e ameaças de morte, especialmente em um contexto de forte presença da violência simbólica. Este trabalho se alinha ao estudo “Retrato da violência política de gênero na Câmara Municipal de Porto Alegre: um estudo a partir do olhar das vereadoras sobre participação política na sociedade democrática” (2024), que também avalia a violência política no contexto de mandatos, destacando como as mulheres nas câmaras municipais enfrentam um cenário hostil que limita sua capacidade de atuar politicamente.

Em se tratando de pesquisas em demais áreas de conhecimento no Catálogo da Capes, identificamos um total de 22 trabalhos – sendo 17 dissertações e cinco teses. No campo da Ciência Política, por exemplo, duas dissertações se destacam. A primeira, “As manifestações da violência política de gênero no Brasil: uma análise dos casos representados pelo GT-VPG de 2021 a 2023”, de 2024, oferece um panorama das manifestações dessa violência, com destaque para a diversidade de vítimas e de acusados, e para a prevalência dos meios simbólicos e psicológicos de agressão. A segunda, “Violência política no Brasil: reflexões sobre os aspectos de gênero, raça e ideologia”, de 2024, também aborda a violência política, mas com um enfoque quantitativo e a partir de uma análise interseccional, destacando as dimensões de gênero, raça e ideologia. O ponto em comum entre esses dois estudos é a análise de como as violências se manifestam nas esferas política e social, embora o segundo utilize uma abordagem mais centrada em dados estatísticos, e o primeiro empreenda um levantamento de representações simbólicas.

Na área de Gestão de Políticas Públicas, por sua vez, a pesquisa “Mulheres que lutam: percepções de mulheres políticas de municípios do norte catarinense sobre violência política de gênero” (2022) destaca as percepções de mulheres vereadoras sobre a violência política de gênero, abordando o impacto dessa violência nas políticas públicas e sua relação com a necessidade de uma maior sensibilização sobre o tema. Este trabalho se conecta com a dissertação “Violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira” (2022), que analisa a tramitação do Projeto de Lei nº 349/2015 e a legislação de combate à violência política contra a mulher, e também tem como foco a atuação de mulheres políticas. Ambos os trabalhos ressaltam a importância das políticas públicas no enfrentamento da violência, com ênfase nas ações legislativas e sociais para garantir a proteção das mulheres em contextos políticos.

O estudo na área de Linguística “Lexias sexistas e violência política de gênero no Twitter” oferece uma análise lexical das expressões sexistas no Twitter, atual X, especificamente aquelas utilizadas contra mulheres candidatas à presidência em 2022. Já a pesquisa na área de Cultura e Sociedade, “ELA SIM: colonialidade de poder, violências de gênero e as regulações em torno da maternidade na obra literária de Manuela D’Ávila”, de 2021, analisa como as violências de gênero se entrelaçam à maternidade na obra de D’Ávila, refletindo sobre as epistemes de gênero eurocêntricas e a resistência política. Essa análise literária pode ser relacionada com o trabalho em Psicologia, “Candidaturas feministas e antirracistas ao poder legislativo municipal de Belo Horizonte – MG: uma análise interseccional” (2023), que também aborda a violência política de gênero, mas em um contexto mais pragmático e político, com um enfoque nas candidaturas feministas e antirracistas. Os dois estudos destacam a resistência ao sistema colonial de gênero e as barreiras que as mulheres enfrentam na esfera pública, quer por meio da literatura, quer pela política.

Os trabalhos elencados, embora provenientes de diferentes áreas, convergem ao analisarem a violência política de gênero sob múltiplas perspectivas, demonstrando, seja por meio de dados quantitativos, qualitativos ou mistos, que a violência contra as mulheres na política é uma questão central a ser enfrentada no Brasil e no mundo. A articulação desses estudos contribui para um entendimento mais amplo e multifacetado do fenômeno, enraizado em estruturas políticas, sociais e culturais.

A produção acadêmica sobre violência política de gênero nos eventos da área da Comunicação

O levantamento feito nos anais dos eventos da Comunicação demonstrou uma escassez de trabalhos com a expressão específica violência política de gênero (VPG). No Portal da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), após consultados todos os Grupos de Trabalho (GTs) dos anais dos congressos nacionais dos anos de 2020 a 2024, não foi localizado nenhum trabalho.

Na base de dados dos encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), não encontramos registros entre os anos de 2020 a 2023. Um artigo foi apresentado em 2024, no 33º Encontro Anual, no GT Comunicação e Política. O trabalho “Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero em plataformas digitais” (Sabbatini; Chagas, 2024) adota uma abordagem quantitativa, para analisar mais de 4 milhões de mensagens únicas com menções a deputadas federais e senadoras em quatro plataformas, combinada com estudo de caso de ordem qualitativa sobre o perfil de duas parlamentares em três plataformas. O estudo conclui que VPG por meio das plataformas digitais assume roupagem frequentemente dissimulada e a polarização política contribui para o modo como esta violência é exercida. Nos anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) não houve registros entre 2020 e 2022. No 21º Encontro Nacional, em 2023, foi apresentado, em sessão coordenada do Eixo Temático (ET) Jornalismo, Gênero e Questões Étnicas, o artigo “Alternativo(a) e contra-hegemonia na produção e reprodução de sentidos dentro da lógica hegemônica: uma análise sobre a narrativa da violência política de gênero nos media na região Amazônica” (Oliveira, 2023). Por meio de Análise de Conteúdo e Análise Comparativa, o trabalho identifica que 3 dos 4 veículos jornalísticos selecionados para o *corpus*, de Manaus (AM), naturalizam e banalizam episódios de VPG, perpetuando estereótipos.

No 22º Encontro Nacional da SBPJor, Maia, Costa e Brito (2024) apresentaram, também em sessão coordenada do ET Jornalismo, Gênero e Questões Étnicas, o artigo “A ordem dos fatores altera o produto? uma busca pelos registros de violência política de gênero em trabalhos sobre Dilma Rousseff”, que examina a produção acadêmica sobre a ex-presidenta do Brasil no Portal de Periódicos da Capes entre 2012 e 2023. No *corpus* de 12 artigos, analisados pelos métodos da pesquisa documental e análise de conteúdo qualitativa, as pesquisadoras encontraram evidências de abordagens da VPG como um aspecto frequentemente tratado de forma circunstancial, sem a devida centralidade analítica.

Não foram localizados trabalhos sobre VPG no congresso bienal da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica) em 2021. Nos anais do 10º Compolítica, em 2023, dois trabalhos foram localizados. O artigo “Violência política de gênero e os valores que a sustentam” (Castro, 2023), apresentado no GT Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública, trata da VPN, a partir de dados secundários da *World Values Survey* (Pesquisa Mundial de Valores), na tentativa de encontrar variáveis que afetam a cultura de violência contra as mulheres no Brasil, o conservadorismo e o machismo. O outro artigo identificado e apresentado no GT Mídia, Gênero e Raça, intitulado “A violência política de gênero na cobertura midiática online”, está indisponibilizado para acesso desde 25 de fevereiro.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a mapear a produção acadêmica no campo da Comunicação no contexto da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que criminaliza e tipifica a violência política de gênero no Brasil. Os resultados revelam a incipiência de trabalhos na Comunicação, no período de 2020 a 2024. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, apenas uma dissertação de 2023 foi localizada. Em eventos acadêmicos da área, os primeiros trabalhos surgiram em 2023, com dois registros na Compólítica e um registro na SBPJor. Em 2024, apenas outros dois trabalhos foram identificados, um no Encontro da Compós e outro na SBPJor.

Essas pesquisas pioneiras na área da Comunicação se destacam pela relevância no exame das formas como a VPG se manifesta e é reproduzida pela mídia noticiosa hegemônica e nas plataformas de mídias sociais. Para além de indicarem a importância da temática da VPG, essas pesquisas sinalizam a necessidade de incentivo e sensibilização pelos programas brasileiros de pós-graduação em Comunicação para o interesse por pesquisas empíricas que articulem mídia, política e gênero em contextos marcados pela polarização política, negacionismos de várias ordens e usos estratégicos de ataques digitais com o objetivo de deslegitimar mulheres em espaços de poder.

Para este Estado da Arte, adotamos como estratégia metodológica delimitar as buscas nas bases consultadas utilizando os termos “violência política de gênero” e, no recorte temporal, não incluímos publicações em periódicos qualificados da área, por demandar um novo desenho de pesquisa. Assim, reconhecemos que pesquisas relevantes que tratam de aspectos correlatos – como misoginia, assédio, gênero, sub-representação, violência simbólica, discurso de ódio – não foram capturadas nesta pesquisa. É importante notar que esses estudos, ainda que não utilizem diretamente a expressão “violência política de gênero”, contribuem de forma significativa para a compreensão do fenômeno, evidenciando a complexidade temática e como diferentes escolhas terminológicas influenciam a visibilidade e o mapeamento das produções acadêmicas sobre o tema.

Assim, o presente estudo contribui para a sistematização e a visibilidade do conhecimento já produzido sobre a temática, ao mesmo tempo em que indica lacunas e possibilidades para pesquisas futuras. Entre os caminhos que se apresentam, destacam-se investigações que adotem metodologias comparativas entre contextos regionais ou internacionais, análises interseccionais que articulem gênero, raça e classe, bem como estudos que explorem o papel dos meios de comunicação e das mídias digitais na naturalização ou no enfrentamento desse tipo específico de violência. Num cenário sócio-político no qual se acirram as tensões em torno da participação feminina, ampliar a produção e o debate acadêmico sobre a VPG mostra-se crucial e inadiável para o combate às desigualdades e injustiças sociais, no movimento pelo fortalecimento de direitos humanos que caracterizam o aprimoramento das culturas democráticas.

Referências

- BARROS, L. MPF acompanha 300 casos de violência política de gênero no Brasil; no Ceará, são pelo menos 7. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/mpf-acompanha-300-casos-de-violencia-politica-de-genero-no-brasil-no-ceara-sao-pelo-menos-7-1.3615490>. Acesso em: 1 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em 05 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os partidos políticos. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm. Acesso em 05 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece as normas para as eleições. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em 05 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 05 mar. 2025.
- CASTRO, N. S. Violência política de gênero e os valores que a sustentam. **Anais...** 10º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política – Compólitica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 09 a 11 maio 2023.
- FARIAS, C. Estado da arte sobre jornalismo de soluções: definições, percepções e críticas. **Contraponto**, v. 43, n. 2, p. 01-16, 2024.
- FERREIRA, N. S de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Estado & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.
- KROOK, M. L.; SANÍN, J. R. Violência contra las mujeres en política: en defensa del concepto. **Política Y Gobierno**, v. XXIII, n. 2, p. 459-490, 2º semestre/2016.
- MAIA, K.; COSTA, J. S.; BRITO, L. B. de. A ordem dos fatores altera o produto? Uma busca pelos registros de violência política de gênero em trabalhos sobre Dilma Rousseff. **Anais...** 22º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Belém, 2024. v. 22. ISSN 2316-7564.
- OLIVEIRA, A. V. Alternativo(a) e contra-hegemonia na produção e reprodução de sentidos dentro da lógica hegemônica: uma análise sobre a narrativa da violência política de gênero nos media na região Amazônica. In: **Anais ...** 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Brasília, 2023. v. 21. ISSN 2316-7564.
- OLIVEIRA, A. L. M. **Enfrentamento da violência de gênero no processo legislativo nos discursos durante a tramitação da Lei nº 14.192/2021 e interdiscursividade com movimentos sociais**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.
- PASSOS, N.; JOHNSON. Violência política de gênero e competência midiática: o caso da deputada estadual mineira Andréia de Jesus no Twitter. **Culturas Midiáticas**, v. 16, p. 248-265, 2022.
- PANKE, L. **Caminhos para o Protagonismo Feminino**. Governador Valadares: Univale Editora, 2025. Livro eletrônico.
- SABBATINI, L.; Chagas, V. Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero em plataformas digitais. **Anais...** 33º Encontro Anual da Compós, Niterói, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/anais/33o-encontro-anual-da-compos-2024>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SILVA, V. L. M.; SILVA, A. Violência política de gênero: estudos e perspectivas nacionais e internacionais a partir de uma revisão de escopo. **Ciência e Saúde Coletiva**, 0356/nov. 2024. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/violencia-politica-de-genero-estudos-e-perspectivas-nacionais-e-internacionais-a-partir-de-uma-revisao-de-escopo/19404?id=19404>. Acesso em: 10 out. 2025.
- TEIXEIRA, P. M. M. Estado da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, e23034, 2023.

DISPUTAS E DISSENSOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCURSOS DAS EXPERIÊNCIAS ÀS PESQUISAS

SÔNIA CALDAS PESSOA¹
 PHELLIPY PEREIRA JÁCOME²

O dossiê *Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos* da **Revista Mediação** tem como foco dois marcos simbólicos na legislação do nosso país. A *Lei Brasileira de Inclusão (LBI)*, conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, e a *Lei do Feminicídio*, que completaram uma década em 2025. Não obstante a importância da legislação e suas consequências no combate à violência contra pessoas com deficiência e de gênero, o feminicídio e o capacitismo persistem como problemáticas sociais graves, que merecem a atenção cuidadosa em pesquisas científicas.

Este dossiê intenta investigar, refletir e questionar as interrelações sócio-políticas em articulação com os desafios interseccionais que atravessam estes fenômenos no campo da Comunicação e áreas afins, tais como Artes, Letras, Educação, Direito, Saúde, entre outras.

Sônia Caldas Pessoa e Phellipy Pereira Jácome, docentes do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entrevistam a pesquisadora Mariana Rosa. Ela é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, a USP, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças. A linha de Pesquisa é Educação Especial. Mariana é mulher com deficiência, com histórico de ativismo e movimentos sociais, e mãe da Alice, uma garota com deficiência. É integrante do Coletivo Feminista Helen Keller e fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão, que articula ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência numa perspectiva interseccional. É também educadora popular e assessora de escolas das redes pública e privada no tema da educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação.

A entrevista foi realizada no Laboratório de Experimentações Sonoras (LES FAFICH UFMG), em parceria com a Rádio Terceiro Andar.

1 Professora de Comunicação Social e do PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista PQ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Professora visitante no Institut Mines-Telecom Évry, França, (2023/2024), bolsa Capes-Print. Pesquisadora líder do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências e co-coordenadora da Web Rádio Terceiro Andar e do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG). Autora dos livros *Afetos de mãe: amor, morte e vida* (2024) e *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas* (2018). Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020.

2 Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Doutor em Comunicação Social pela UFMG (com estágio doutoral na University of Illinois at Urbana-Champaign, como bolsista Capes-PDSE). Mestre e bacharel em Comunicação pela mesma instituição. Foi bolsista dos programas Escala Estudantil e Escala Docente da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas e co-coordenador do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES-Fafich-UFMG), da Rádio Terceiro Andar e do GT História do Jornalismo, da Rede Alcar.



Ouçá aqui:

https://open.spotify.com/episode/5pDNfPLTk195W1mQcC3tAr?si=Ztizo2dbRrK_ogUJltezOg

A transcrição do áudio a seguir foi feita por inteligência artificial com apoio dos bolsistas João Victor Gomes de Oliveira e Luiz Henrique do Carmo. A revisão é Sônia Caldas Pessoa e Phellipy Pereira Jácome. A linguagem coloquial foi mantida em respeito às características da oralidade e da espontaneidade da entrevista.

LOCUTOR: [00:00:00] Laboratório de Experimentações Sonoras (LES FAFICH UFMG) e Rádio Terceiro Andar apresentam:

Phellipy: [00:00:08] Entrevista com Mariana Rosa.

Sônia: [00:00:11] Olá, Eu sou Sônia Caldas Pessoa.

Phellipy: [00:00:14] E eu sou Phellipy Jácome. Nós somos professores do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sônia: [00:00:22] Eu sou uma mulher parda, um metro e sessenta de altura, olhos castanhos escuros, cabelos cacheados também castanhos escuros que não atingem a altura dos ombros. Uso óculos de aro preto. Nós falamos aqui do LES, o Laboratório de Experimentações Sonoras da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Phellipy: [00:00:45] Eu sou um homem branco, um metro e noventa de altura, olhos castanhos claros e sou calvo.

Sônia: [00:00:52] Recebemos hoje, com muito prazer, a pesquisadora Mariana Rosa. Ela é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, a USP, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças. A linha de Pesquisa é Educação Especial. Mariana é mulher com deficiência, com histórico de ativismo e movimentos sociais. É integrante do Coletivo Feminista Helen Keller e fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão, que articula ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência numa perspectiva interseccional. É também educadora popular e assessora de escolas das redes pública e privada no tema da educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação. Mariana, bem-vinda! Uma honra te receber.

Mariana: [00:01:51] Obrigada, Sônia, muito feliz de estar aqui com vocês hoje. Egressa da casa, né? Não tá aí nesse currículo, mas passei aqui pela FAFICH na minha graduação. Então, tô muito feliz e emocionada de voltar aqui. Vou fazer também a minha audiodescrição, né? Eu sou uma mulher de pele branca, eu tenho cabelos arruivados cacheados na altura dos ombros, estou usando uma roupa preta, um vestido preto e acho que é isso hoje.

Phellipy: [00:02:22] Obrigado, Mariana. E lembrando que essa entrevista integra o dossiê *Comunicação e Interseccionalidades: direitos, afetos, disputas e dissensos*, da **Revista Mediação**, vinculada aos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade FUMEC, e ao Programa de Mestrado e Doutorado em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da Faculdade de Ciências

Empresariais, também da FUMEC. A editora responsável pela Mediação é a professora Nair Prata, da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade FUMEC. E nessa edição, a professora Sônia Caldas Pessoa e eu, professor Phellipy Jácome, atuamos como editores convidados. A versão editada dessa entrevista você confere no site revista.fumec.br.

Sônia: [00:03:13] Mariana, o título da sua dissertação, “Rastros e restos nos interessam: disputas em torno da educação escolar de pessoas com deficiência no Brasil da ascensão neo-conservadora (2016-2022)”, nos instiga a refletir sobre a participação efetiva de pessoas com deficiência nas arenas de disputas. Qual a entrada de pessoas com deficiência nesses cenários?

Mariana: [00:03:41] Acho que procurei, com o título da dissertação, dar uma pista de que essa entrada não está estabelecida ou assegurada de maneira efetiva, porque a gente realmente precisa buscar os rastros que são deixados. Essas pessoas não estão na centralidade da arena de disputas por uma série de fatores. E aí, acho que à medida que a pesquisa se desenrolou, eu pude identificar alguns deles, né? Talvez o primeiro tem a ver com essa ideia de incapacidade que é sempre colada nas pessoas com deficiência, que decorre do capacitismo. Então, isso produz uma tutela muito grande e naturaliza que as pessoas falem pelas pessoas com deficiência e decidam por elas, e raramente dialoguem com elas ou a partir delas, ou deem a elas o espaço de protagonismo que deve ser dado, ou que é delas por direito. Então, essa é uma questão bastante importante. Junto com isso, acho que até como consequência, as questões de acessibilidade que acabam impedindo a participação dessas pessoas. Então, a gente vê que não tem condições materiais para participação das pessoas com deficiência, sobretudo aquelas com menor passabilidade – vamos dizer assim, as pessoas que demandam mais mudanças no ambiente, na estrutura, nas mediações. Essas realmente ficam de fora. E aí tem os outros atravessamentos de classe e raça, que também contam muito.

Mariana: [00:05:15] Então, acho que essa arena de disputas é composta majoritariamente por pessoas brancas, de classe média, sem deficiência. E as pessoas com deficiência que acesam esses espaços, em geral, são pessoas também brancas, de classe média, com deficiências consideradas mais passáveis, vamos dizer assim. E isso, portanto, delimita uma série de aspectos da discussão que é proposta nesse campo. E acho que, junto com isso, também tem um terceiro o elemento, que é o cansaço que se produz de ter que o tempo todo você dizer “olha, você vai discutir essa política pública. Eu sou usuário, sujeito dessa política, eu tenho que participar”. Isso é garantido por lei, né? Mas na prática, você tem que prover as condições da sua participação de maneira individual. Então as pessoas carregam seus próprios intérpretes de Libras, são responsáveis por levarem os seus próprios mediadores. Isso já vai estabelecendo ali os privilégios de classe, né? Porque eu posso pagar por esses serviços. Ou então uma vinculação com instituições que promovem a segregação dessas pessoas, mas que oferecem esses recursos. Então, acho que é um pouco isso que a gente pode perceber aí a partir dessa investigação, nesse período.

Phellipy: [00:06:40] Mariana, o título do dossiê da **Revista Mediação é Comunicação é Interseccionalidades**, que eu acho que tem muito a ver com a sua fala inicial, né? Como é que a gente poderia relacionar a sua pesquisa com as dimensões dos direitos, dos afetos, das disputas e dos dissensos?

Mariana: [00:06:57] Não tem como a gente pensar e analisar esse campo de disputas sem a ferramenta analítica da interseccionalidade, né? Do contrário, a gente vai isolar os indivíduos como se eles fossem sujeitos etéreos, universais, e não sujeitos corporificados. Sujeitos que são atravessados por histórias, por cor da pele, por produção de raça, de classe, de orientação

sexual, de deficiência, etc. Então, é muito importante que a gente parta desse princípio para complexificar as análises. E acho que isso é um antídoto às análises que são reducionistas ou simplificadas, e que parecem ser uma tônica do nosso tempo – e que sempre foram no campo da deficiência especificamente, como se tudo se explicasse apenas pela condição biológica, como se a condição biomédica, biológica, fosse um determinante daquilo que a pessoa enfrenta no seu cotidiano. E isso é não só incompleto, como também não é uma verdade absoluta. Não dá para dizer que tudo o que uma pessoa com uma determinada característica, vamos dizer, uma pessoa autista, uma pessoa com paralisia cerebral, tudo que ela enfrenta decorre dessa condição. De maneira alguma, né? Vamos pegar dois exemplos assim para facilitar para quem está nos ouvindo, quem está com a gente nessa conversa. Vamos pegar duas pessoas que as duas usam cadeira de rodas. As duas dependem de mediação para as atividades cotidianas. Uma delas trabalha, tem um carro adaptado, tem um mediador para suas demandas cotidianas, consegue acessar os equipamentos de saúde, tem uma fonte de renda. A outra mora numa comunidade que não tem asfalto, a cadeira de rodas está pequena, ela está guardando outra na fila do SUS, que ainda não chegou. Ela não tem uma pessoa para mediar as suas demandas. Ela está sem ir à escola porque ela não consegue sair de casa porque não tem a cadeira no seu tamanho, não tem transporte. Então a gente está dizendo de duas pessoas que, a rigor, têm a mesma condição do ponto de vista do CID, do laudo, do diagnóstico, pegando aqui o recorte da deficiência, mas que não enfrentam as mesmas barreiras, porque estão atravessadas por essas outras dimensões que compõem a vida. Então, pensar os afetos, pensar os dissensos, pensar as disputas, para a gente produzir vida digna nesse mundo, passa por a gente, necessariamente, trazer esses matizes para o debate.

Sônia: [00:09:41] Mariana, o ano de 2025 pode ser considerado simbólico na legislação do nosso país. A Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a Lei do Feminicídio, completam uma década. Não obstante a importância da legislação e suas consequências no combate à violência contra pessoas com deficiência e de gênero, o feminicídio e o capacitismo persistem como problemáticas sociais graves, que merecem atenção cuidadosa em pesquisas científicas. Esta é uma das reflexões propostas pelo nosso dossiê da **Revista Mediação** e eu gostaria de te escutar um pouco mais sobre estes dois marcos legislativos, sobre inclusão e sobre estes abismos que ainda estão na sociedade.

Mariana: [00:10:30] Acho que são temas fundamentais para a gente pensar o nosso tempo. É interessante a gente também pensar como são legislações ainda recentes, né? Do ponto de vista histórico, dez anos é um piscar de olhos. Então, assim como a gente ainda carrega a história de um outro tempo, em que situações de violências tão graves como essas eram naturalizadas e não eram sequer nomeadas. Acho que tem esse avanço da gente poder nomear e recorrer à lei para se defender, para estabelecer os limites da produção de cuidado e do enfrentamento das desigualdades e das violências. Mas a gente sabe que a realidade não muda só com o efeito da lei. Quem dera fosse assim, né? A gente vai precisar batalhar muito, lutar muito. Então eu fiquei pensando enquanto você dizia. Fiquei pensando num dado do Fundo das Nações Unidas que diz que entre 40 e 68% das meninas e mulheres com deficiência vão sofrer abuso sexual antes dos 18 anos, né? Entre 40 e 68% é um número muito alto, muito alto. E a gente quando faz os recortes por deficiência, aquelas que não oralizam, que não se comunicam pela oralidade, ou aquelas que têm deficiência intelectual, e as surdas, são as que estão mais vulneráveis, assim como aquelas que têm mobilidade reduzida. Então tem uma crueldade e junto com isso uma negligência institucionalizada, porque os próprios mecanismos de denúncia e de controle dessas

situações são falhos, né? É difícil, por vezes, as pessoas com deficiência também saírem dessas relações, sobretudo as pessoas – falando das mulheres, que é o nosso recorte aqui nessa pergunta, especificamente – as mulheres com maior dependência de cuidado, muitas vezes vão ficar submetidas a relações que podem produzir negligência, violência, abandono, abuso, mas que são as relações que, em alguma medida, estão sustentando a sua possibilidade de sobreviver. E acho que a gente, do ponto de vista de política pública, ainda não deu conta de olhar para essas especificidades e produzir mecanismos para a gente dar conta disso. Acho que agora, com a Política Nacional de Cuidados, que é desse ano, talvez isso avance um pouquinho mais, porque a gente retira a compulsoriedade do cuidado da família e a pessoa passa a poder contar com a oferta do cuidado como um dever do Estado. Então, ela vivendo uma situação de violência, ela poderia ter uma opção de ter outra pessoa que lhe cuide e que não vá onerar o seu bolso, que não depende da sua capacidade de compra desse serviço. Mas é agora 2025, né? Então chegamos até aqui, provavelmente tendo um entrelaçamento entre essas duas questões, esses dois marcadores de gênero e deficiência produzindo muita violência e situações de negligência junto a esse público. Que bom que a gente pode comemorar os dez anos, e que a gente possa avançar nessas legislações e nessa defesa das meninas e mulheres, especialmente as com deficiência.

Phellipy: [00:14:02] Mariana, a gente pode identificar, nas últimas décadas, uma profícua e renovada produção científica, que tem se dedicado a pensar os desafios para sociedades mais justas e igualitárias a partir de aspectos interseccionais, que consideram fatores que desencadeiam e potencializam desigualdades sociais, culminando, por exemplo, em crimes como feminicídio ou capacitismo. De que modo as construções sociais e seus processos de historicidades sobre racionalidades, deficiências, gênero, lesbianidades, transgeneridades e tantos outros que a gente possa identificar, nomear e tipificar podem contribuir para a compreensão epistemológica do feminicídio e do capacitismo?

Mariana: [00:14:43] Eu acho que contribuem de maneira bastante definitiva para compreender o feminicídio e o capacitismo, porque esses marcadores sociais não são só um somatório. Não é como se você fosse somando ali as identidades, vamos dizer assim, e isso fosse resultar em mais ou menos opressão. Eles estão nos dizendo que existe uma matriz de opressão que bebe na mesma fonte e que ela se articula, se retroalimenta, se organiza para produzir violências, opressões, subjugo, subalternidade e, no limite, a própria morte de muitas pessoas que são consideradas abjetas ou marginalizadas, ou são marginalizadas, ou que são subalternizadas na nossa hierarquia de forças e na hierarquia de pessoas. A gente vai colocando as prateleiras e alguns grupos são considerados uma categoria inferior de gente. Então, quando a gente traz todos esses marcadores para pensar esse contexto, a gente está na verdade lembrando e mantendo bastante viva a possibilidade de a gente interrogar essa realidade a partir da sua complexidade de opressões, né? Entendendo, como eu disse, que não são elementos que simplesmente se somam, mas que se relacionam e se alimentam para aprofundar essas violências e opressões. Então, eu penso que a gente poder nomear isso não só dentro de cada uma dessas caixinhas, vamos chamar assim. Então, as pessoas negras, o movimento negro, o movimento das pessoas com deficiência, das mulheres feministas e assim por diante. É importante que estejam articulados internamente, mas que a gente também possa construir uma solidariedade entre essas lutas, porque todas as lutas são uma – uma luta são todas as lutas. Não há como você buscar combater o capacitismo passando a mão, ignorando que existe um racismo, ignorando que existe a opressão sobre as mulheres, o sexismo, o machismo, a misoginia. Então, é preciso que a gente possa sim identificar o que é decorrente de cada um desses marcadores sociais, mas sobretudo

e principalmente, nesse momento que a gente vive, eu penso que o próximo passo é a gente articular essas lutas, na solidariedade, para a gente dismantelar esse sistema que as produz.

Sônia: [00:17:31] Exatamente pensando nesse cenário que você descreve e pensando também nas experiências, nos afetos, direitos, disputas e dissensos, queria te ouvir um pouco sobre quais corpos encontram ambientes acolhedores e hospitaleiros e quais outros são percebidos como improváveis, indignos, abjetos, que provocam estranhamento e são praticamente obrigados a colidir com essas questões estruturais.

Mariana: [00:18:06] A sua pergunta acho que já traz quase que a definição do que seja o capacitismo, né, Sônia? Porque a gente sabe que o capacitismo não está só para as pessoas com deficiência. Ele é esse julgamento moral que justamente identifica e classifica o que uma pessoa é capaz de ser e fazer a partir de uma determinada característica ou funcionalidade do seu corpo. Então, ele está para as pessoas com deficiência; para os idosos, que são considerados já um ônus social; para as crianças, que são consideradas as que ainda não são algo, são o eterno vir a ser; para as pessoas trans; para as pessoas homossexuais; para as pessoas com deficiência; para as mulheres; para os negros... Então vai sobrando muito pouco fora desse arco, né? A gente tem cristalizado esse modelo, essa ideia do sujeito universal, desde o Iluminismo, né? Principalmente depois da Revolução Industrial, em que a gente elege aquele corpo que é considerado ideal a partir de um determinado ideal inclusive de produtividade, né? Daquilo que a gente pode extrair de máximo valor daquela pessoa. Então, tudo que desvia disso, as crianças, os idosos, as pessoas trans – aí tem também um laço com o conservadorismo, né? –, as mulheres, as pessoas com deficiência, tudo o que desvia disso é considerado o erro, o problema, o desvio, o abjeto, aquilo que precisa ser corrigido. E aí tem toda uma indústria também, né? Todo um mercado nos dias de hoje para que essas correções de rota sejam feitas, porque isso é tomado como algo que atrapalha o progresso da sociedade. Então, a gente deixa de pensar na pluralidade, na variabilidade de corpos, nos diferentes arranjos de ser e de estar no mundo como uma potência da nossa vida coletiva — e da nossa possibilidade de viver em alteridade e de construir, com isso, um repertório de mundo mais amplo —, em que possamos imaginar outras formas de vida com mais dignidade para todas as pessoas. E passamos, em vez disso, a atuar num modelo de: “vamos rastrear o problema, tratar o problema e eliminar o problema”. E em alguma medida, eliminar o problema, é eliminar as próprias pessoas, né? Então, acho que é um alerta mesmo para esses tempos que a gente vive, que embora sejam tempos em que os direitos humanos estão bem estabelecidos, eles não estão pacificados. Eles estão o tempo todo em disputa.

Phellipy: [00:20:49] Aí, pensando nessas relações, Mariana, como é que a gente pode pensar hospitalidade e hostilidade disputando e conformando uma espécie de força que afeta diretamente as experiências das mulheres diversas? Eu fico me perguntando, por exemplo, como é que a gente pode pensar o tempo como um direito: quem tem direito à memória? Quem tem direito a futuro? Numa relação com a narrativa, quem tem direito de narrar a si mesma e narrar aos outros? – como é que isso funciona na sua pesquisa?

Mariana: [00:21:19] Na minha pesquisa, especificamente, a gente pensa no tempo – inclusive o tempo que, nos estudos da deficiência, a gente chama de tempo aleijado, que é um conceito muito caro também a nós –, porque não se trata de pensar o tempo apenas como expandido ou reconfigurado no sentido de “para mais” ou “para menos”. É o tempo explodido, né? É o tempo próprio de fazer e de ser, né? Então, não é que uma pessoa precise de mais tempo para se

comunicar ou precise de mais tempo para agir; é o tempo de cada um. O que estamos dizendo é que o tempo é o tempo da vida, e não o tempo da produção – o tempo arbitrário estabelecido pelas ordens de produtividade. Acho que tem esse aspecto. E, quando a gente não observa isso, está produzindo relações de hostilidade, de segregação e de exclusão etc. Não só para pessoas com deficiência, mas também para mulheres – pensando em mulheres que são mães, que são trabalhadoras, que são da periferia, que são indígenas, que são quilombolas, que são do campo. Se a gente observa um país da dimensão do Brasil, com uma pluralidade gigantesca de culturas, modos de viver e identidades, não é possível que a gente não possa – aliás, não é real – pensar de outra maneira, né? Não tem como pensar de outro modo que não seja a partir dessa diversidade e pluralidade de modos de ser e de existir. Então, acho que essa relação com o tempo vem nos ajudar, em certa medida, a fazer esse resgate. E fazer esse resgate, sem dúvida, passa pelo que você, Phellipy, falou: poder narrar a si mesma, narrar nós mesmas, na primeira pessoa – e não com alguém fazendo essa narrativa sobre nós ou definindo por nós aquilo que é estabelecido como senso comum.

Sônia: [00:23:29] Mariana, pensando um pouquinho sobre isso, me remete às redes sociais, às plataformas digitais. Nos últimos anos nós temos um verdadeiro boom de perfis de pessoas com deficiência, ou de mães de pessoas com deficiência e neurodivergências. E muitas vezes há uma certa confusão entre produção de conteúdo e receitas para a experiência da deficiência. Existem até propostas para que pessoas sem deficiência simulem a possibilidade da deficiência. Enfim, a gente vê de tudo um pouco. Quais os cuidados que são necessários nas redes sociais para que a gente possa acompanhar perfis e sentir que de algum modo, isso está contribuindo para o letramento, seja para capacitismo, contra capacitismo, seja sobre feminicídio, antifeminicídio... Enfim, como é que a gente se situa nessa arena digital?

Mariana: [00:24:34] Nossa, essa pergunta tem uma resposta muito complexa, né? Assim, porque são tantos fatores em torno da organização das redes sociais e de como essa organização atravessa as nossas subjetividades, atravessa a nossa capacidade de organização e de produção de caminhos coletivos. Eu tenho sentido isso de uma maneira tão difícil, né? E, às vezes, há uma certa exacerbação – porque a rede social faz isso. Se, por um lado, muitas pessoas que anteriormente estavam fora dessa arena pública, e da possibilidade de dizer sobre si e de ter alguma audiência – para usar a terminologia das redes sociais – hoje conseguem, né? Mas aí a gente também tem o fato de que o algoritmo não é neutro: ele privilegia um determinado conteúdo, de um determinado enquadramento, sobre um determinado tema, de uma determinada pessoa. E os temas que incitam mais comentários ou dissensos são aqueles que produzem mais engajamento. Então, muitas vezes, há uma tecnologia do ódio por trás disso. E, se você está muito refém dessa necessidade de construir uma visibilidade – por qualquer razão que seja –, você engatilha nessa lógica, né? E sai produzindo discursos que vão capturar o seu interlocutor naquele tanto de tempo, trazendo discussões muitas vezes muito superficiais, porque as discussões complexas não engajam. É difícil levá-las para a rede, né? E isso produz uma realidade deturpada do que seja aquela questão – ou até mesmo do que você deseja que aconteça. Além disso, eu acho que há um outro fenômeno que a gente precisa observar: é quando se confunde visibilidade individual com empoderamento coletivo. São coisas absolutamente diferentes. Uma pessoa pode conseguir um lugar de muita visibilidade porque se comunica bem, porque performa de um determinado jeito que é capturado – e que bom para ela! Mas isso não necessariamente significa que os temas que ela leva à frente, ou que a pauta que ela diz representar, estão conectados às demandas e necessidades de um determinado grupo. E, mais

do que isso, que estão articulados de modo a promover o acesso e o empoderamento coletivo. É muito diferente pensar em visibilidade individual e em empoderamento coletivo. Numa situação de empoderamento coletivo, a gente nem teria líderes falando por nós – todos nós falaríamos por nós, coletivamente. Então, eu acho que uma das maneiras – se eu pudesse eleger uma entre tantas – é observar como essa pessoa se conecta com o coletivo que representa ou com a pauta que representa. Como ela se insere junto aos movimentos de base, junto às pessoas que vieram antes dela? Como carrega o histórico da pauta, se ela se posiciona como a inventora? “Eu criei, eu fiz”, né? É tão difícil que seja isso hoje em dia. É tão difícil a gente criar algo novo num mundo que já produziu tanto. Não que seja impossível, né? Mas a gente é tecido e formado por essas múltiplas camadas de conhecimento – que, inclusive, nos antecederam. Então, eu estaria sempre tentando identificar qual é, de novo, o rastro que conecta essa pessoa à comunidade à qual ela diz pertencer. Acho que isso nos defende de cair em ciladas muito superficiais, que podem gerar dinheiro e visibilidade para uma pessoa, mas não necessariamente reverter em mais dignidade e mais poder para o grupo que ela representa.

Phellipy: [00:28:31] Mariana você atua em diversas frentes, seja em ações políticas, midiáticas, educacionais, em pesquisa científica e ainda tem toda a vida cotidiana. Como é que você sente ou lida com a fadiga do acesso? Esse termo cunhado pela Annika Konrad para descrever o esgotamento físico e mental que muitas vezes pessoas com deficiências sentem devido à constante necessidade de lutar por acesso a espaços que não necessariamente estão pensadas para elas.

Mariana: [00:28:58] Sim, eu acho que esse conceito da fadiga do acesso é um conceito muito feliz da Annika, porque justamente ele nos permite dar nome para aquilo que boa parte de nós sente, mas não sabia e às vezes confundia – “Ah, eu estou assim porque o meu filho tem uma deficiência, eu estou assim porque eu tenho uma deficiência”. Não, você está assim porque a gente vive num mundo cruel com quem tem essa característica, um mundo que o tempo todo diz que você não é bem-vindo, que você não faz parte, que você não pertence, que você não é adequado, que você é um corpo errado. Isso gera uma fadiga imensa, porque não é só você requisitar o acesso, mas você tem que fazer isso de um jeito que não desconforte a outra pessoa – a Annika diz isso, né? Você tem que emular um eu, então tem que parecer que você está ajudando-a, que você a ajuda a te ajudar – digamos assim, né, não é bem ajuda a palavra, mas enfim –, mas não pode parecer que você tá fazendo isso, né? Porque senão, isso é tomado como um problema – eu não esqueço uma vez em que eu fui reivindicar uma questão específica em relação a uma excursão que a minha filha faria na escola e a coordenadora pedagógica começou a chorar, e de repente eu estava confortando a coordenadora pedagógica.

Sônia: [00:30:23] Que situação, né? Aí você tem que confortar a pessoa para garantir a viagem da sua filha.

Mariana: [00:30:28] O direito da minha filha, exatamente. E eu estou trazendo esse exemplo porque o fato é que eu, que também tenho uma deficiência (eu tenho visão monocular e baixa visão), eu tenho muita passabilidade. Eu exijo pouco de ajuste do que está posto no mundo. Minha filha é bem o contrário. Então, a minha fadiga de acesso vem muito mais do lugar de ser alguém responsável por outra pessoa que demanda essas mudanças, e ainda é uma criança, e ter que fazer essas negociações o tempo todo. Isso cria todo um ritual para a vida. Você não pode simplesmente falar “ah, hoje eu vou fazer tal coisa”. Você tem que cumprir uma série de ritos. Eu vou ligar para saber se dá, eu vou calcular se vai passar, eu vou levar tal coisa, eu vou

fazer plano A, B e C. Porque eu sair de casa é eu ir para um ambiente que é muito hostil ou des-preparado (do jeito mais raso de dizer) para as demandas da minha filha. Mas não sair de casa também não é uma opção, né?

Sônia: [00:31:31] Demandas da sua filha e de milhares de outras pessoas, né? Uma questão coletiva muito importante. Bom, caminhando para o nosso encerramento, infelizmente.

Mariana: [00:31:42] Passa rápido!

Sônia: [00:31:43] Muito rápido! Prosa boa demais e tenho certeza de que outros diálogos precisam se somar a esse. E nós gostaríamos de te deixar a vontade, Mariana, para comentários, observações que não tenham sido contemplados nas nossas perguntas e que você gostaria de registrar.

Mariana: [00:32:01] Ah, acho que as perguntas foram muito completas e eu só tenho a agradecer mesmo pela oportunidade de estar aqui, de fazer esse diálogo com essa profundidade, né? A gente está falando justamente de dar conta de poder produzir diálogos mais significativos e menos apressados, ou das respostas rápidas. Então, certamente que outras questões ficam no ar. E que bom, que daí a gente pode seguir um diálogo aqui nesse espaço, ou em outros, para continuar pensando como é que a gente enfrenta essas desigualdades do tempo de hoje. Então, só agradecer muito, viu? Muito feliz de ter voltado aqui à casa também.

Phellipy: [00:32:36] Nós que agradecemos a participação de Mariana Rosa, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, a USP, na área de concentração Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças, linha de Pesquisa de Educação Especial. Mariana é mulher com deficiência com histórico de ativismo em movimentos sociais. É integrante do Coletivo Feminista Helen Keller, é fundadora do Instituto Cáue - Redes de Inclusão, que articula ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, numa perspectiva interseccional. É também educadora popular e assessora de escolas das redes pública e privada no tema da educação inclusiva. Atualmente, é conselheira do Conselho Nacional de Educação. Foi um prazer dialogar com você, Mariana.

Sônia: [00:33:22] Obrigada, Mariana. Obrigada, Phellipy pela companhia aqui no Laboratório de Experimentações Sonoras, e à **Revista Mediação**, coordenada pela professora Nair Prata, por nos possibilitar essa experiência tão bacana para falar sobre temas sensíveis – não no sentido de que não devem ser abordados. Pelo contrário, eles precisam ser debatidos, falados, comentados e nós precisamos agir a partir dessas reflexões.

LOCUTOR: [00:33:51] Essa gravação foi realizada no Laboratório de Experimentações Sonoras – LES FAFICH UFMG. Coordenação de Sônia Pessoa, Phellipy Jácome e Frederico Pessoa.